BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXI N.º 119 (132) ANO DE 2016 (Tomo 2)

D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a cidade de Braga perante a crise dinástica de 1580

FRANQUELIM NEIVA SOARES *

Estando-se a pouco mais dos 500 anos do Nascimento de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e próximo do reconhecimento e consagração oficial da sua santidade heróica através da canonização, não deixa de ser oportuno lembrar e refletir a sua posição e a da capital metropolítica do arcebispado perante a calamitosa crise, que caiu sobre o País com o desastre de Alcácer Quibir[1] em 4 de agosto de 1578 e a morte de D. Sebastião, sem descendência, e a consequente realeza-relâmpago do Cardeal Infante D. Henrique. Esperavam-se tempos tenebrosos e horas muito duras, que o Reino teve de suportar mas a que conseguiu resistir subsistindo.

Neste estudo apresentarei, primeiro, uma síntese do Estado português e da sua evolução política entre 1579-1581, mais como uma introdução para inserção do leitor. O segundo capítulo abordará o patriotismo do Arcebispo na grande refrega jornalística de 1866-67. O seguinte resumirá o reacendimento da questão desde 1940 a princípios do século XXI, agora em historiadores de carreira e nome feito. O derradeiro apresentará a minha síntese e interpretação como resultado da análise dos documentos do *Mostrador*, das vereações da Câmara de Braga em 1580-81 e doutra documentação.

---

* Professor Auxiliar com agregação da Universidade do Minho, aposentado.

1 Nessa batalha, conhecida mais por Batalha dos Três Reis, morreram também Mulei Moluco, rei de Marrocos, e Mulei Mafamede, rei destronado e aliado português, este afogado no rio Mocazim. Para um juízo sobre D. Sebastião, parece-me que sereno, ver Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, III *O Século de Ouro (1495-1580)*, 3ª edição. Editorial Verbo, 2001, pp. 76-79.

I – PORTUGAL, DA MORTE DO CARDEAL REI AO RECONHECIMENTO DE D. FILIPE I

Será tratado em dois subcapítulos, o primeiro abordando a situação e evolução até à chegada e conquista da cidade do Porto por D. António por ser a região com mais importância para o Norte e o segundo até às Cortes de Tomar.

1.1 A sucessão até ao estabelecimento do domínio filipino

Falhado o incrível projeto do império marroquino de D. Sebastião com a louca expedição seguida da sua morte, sem descendência[2], subiu ao poder, por força das leis da sucessão, o velho Cardeal D. Henrique, com 66 anos, desejoso mais de paz e tranquilidade que dos complicados e acumulados problemas dum País exausto e mergulhado em mil problemas, a que acresceram mais o dos resgates dos cativos e o da sucessão na coroa. Chegada oito dias depois a notícia do trágico desenlace e da perda do rei, lá veio o velho Cardeal de Alcobaça para Lisboa a fim de ser aclamado rei, cerimónia realizada a 28 de agosto no Hospital de Todos os Santos, embora corresse já o boato da sobrevivência do Desejado, mantido depois muito vivo através do sebastianismo[3]. Tornou-se-lhe a sua coroa de espinhos, como chegava a dizer. Daqui à perda da independência nacional foi um passo, dado que o rei era cardeal, naturalmente sem descendência, e com os pés para a cova pelos seus 66 anos nesses tempos de encurtada longevidade. Surgiram rapidamente três correntes de opinião e seis candidatos mais ou menos válidos a disputar a coroa, sendo quatro netos de D. Manuel I, dado que, como escreve

---

[2] Contra o desejo de todos os portugueses de bom senso, valendo por todos as palavras de D. Jerónimo Osório, bispo de Silves [*Cartas Portuguesas*, nova edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, pp. 1-5 (não de 1567 mas posterior a 1573, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, 3ª edição, III, p. 79)].

[3] Nas exéquias de sufrágio por D. Sebastião o P. Luís Álvares, S. J., proferiu um memorável sermão que devia mexer a consciência de todos por estas palavras: "[... *Pois quem vos matou, meu fremoso? Matou-vos o Bispo, matou-vos o Clerigo, matou-vos a Freira, matou-vos o grande, matou-vos o privado, matou-vos o baixo, matou-vos o Povo, matei-vos Eu, matamo-vos* (sic) *todos quantos somos; pois entre nós não ouve hum Tanoeiro, que lhe tivesse mão pola redea, como se ja fez a outro Rey deste Reyno"* (Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral de Manuscritos*, códice n.º 3030, texto citado por Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro, *Miguel de Moura (1538-1599) Secretário de Estado e Governador de Portugal*. Lourenço Marques, 1974, p. 151, nota 158).

Leibniz, *sucessio non producet novum jus sed transfert* (André Gonçalves Pereira, *Da sucessão de Estado quanto a tratados.* Lisboa: Edições Ática, 1968, p. 11). Mas, atentas as circunstâncias e condicionalismos sócio-políticos, no fundo reduziam-se a três: Filipe II de Espanha, filho de D. Isabel de Portugal, mulher de Carlos V, o qual gozava da primogenitura (depois de D. João III), embora por linha feminina (*iure sanguinis*); D. António, prior do Crato, a candidatura simultaneamente mais simples por ser filho do infante D. Luís, quarto filho de D. Manuel, o único varão, e mais complicada por ser filho bastardo da união com Violante Gomes a Pelicana, de ascendência judaica, e portanto inepto para a sucessão naquela situação, o qual, ao declarar-se legitimado pelo casamento clandestino, incorreu no ódio do velho Cardeal, que saiu em defesa da honra do irmão[4]; e D. Catarina de Bragança, filha do infante D. Duarte, sexto filho de D. Manuel, casada com D. João I, sexto duque de Bragança, que invocava o benefício da representação na figura de que os filhos representavam seus pais defuntos (*iure hereditario*)[5]. Pela lei sálica,

---

[4] Algumas notas biográficas deste ativíssimo e ambicioso candidato, sem escrúpulos, que foi mesmo rei de Portugal: a instâncias do pai e do Infante D. Henrique seguiu a vida eclesiástica recebendo a ordem maior de diaconado mas sem vocação, razão por que, falecido o pai e após a nomeação de prior do Crato, recusou receber o presbiterado com escândalo do seu tio cardeal. Daqui começou-lhe a antipatia do tio, a qual evoluiu para ódio; sentindo-se perseguido, retirou-se para Espanha onde pediu a intervenção do primo Filipe II para congraçá-lo com o Cardeal, tendo sido enviado D. Cristóvão de Moura, que tinha acompanhado D. Joana, mãe de D. Sebastião, aquando do seu regresso a Castela. Pouco tempo depois, o Cardeal sendo regente desterrou-o da corte impondo-lhe a residência no priorado, donde só regressou finda a dita regência. Aquando da resolução do Cardeal-Rei de os pretendentes ao trono, após o seu desaparecimento, apresentarem as suas razões, o secretário de estado Miguel de Moura, acompanhado de dois ouvidores da Casa da Suplicação, foi intimar a D. António, em nome do amo, que provasse com testemunhas a sua afirmação de legitimidade, pois que tinha feito constar o casamento clandestino do Infante D. Luís com Violante Gomes, havendo sido recebidos com os maiores insultos. Tal reação tão disparatada levou a seu novo desterro para Crato nos primeiros dias de dezembro de 1579 e à prisão das falsas testemunhas [Francico Sales de Mascarenhas Loureiro, *o. c.*, pp. 52-62, 66-67; Queiroz Velloso, *O Reinado do Cardeal D. Henrique. A perda da independência*, vol. I. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946, pp. 215-244; Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António Prior do Crato*. Vol. I (1580-1582). Coimbra, 1956, pp. xlix-lxvii; Fr. R. de Almeida Rolo, O. P., "O patriotismo de D. frei Bartolomeu dos Mártires" *in O Distrito de Braga*, III (1964), fasc. I-II, pp. 102-104].

[5] *Jesus. Allegações de direito, que se offereceram ao muito alto, & muito poderoso Rei Dom HENRIQUE nosso Senhor na causa da soccessão destes Reinos por parte da Senhora Dona Catherina sua sobrinha filha do Iffante dom Duarte seu irmão a 22 de Outubro de M.D.LXXIX*. Impressas em Almeirim em 1580. Escritas pelos doutores Luís Correia, António Vaz Cabaço e Félix Teixeira e pelo licenciado Afonso de Lucena. O quarto neto era D. Manuel Felisberto, filho da Infanta D. Beatriz, terceira filha de

se tivesse vigorado em Portugal, caberia inequivocamente a coroa ao segundo (se não se tivesse em conta a ilegitimidade), mas Filipe II baseava-se na primogenitura, que incontestavelmente lhe cabia. A questão foi debatida juridicamente por vários peritos, que usaram das mais sofisticadas argumentações e das mais subtis ditinções, acabando todos por ter os seus defensores; parece que a candidatura da duquesa de Bragança com o seu suposto direito ao benefício da representação foi a que mais chamou a atenção dos juristas ao serviço do Rei Católico[6]. Para se compreender esta complicada situação sucessória e a disparidade de opções há que distinguir entre a legitimidade jurídica (até de direito divino) e o sentimento patriótico de independência nacional do Estado mais antigo da Europa. Muita gente deixou-se levar apenas pelo sentimento nacional de patritotismo prescindindo da legitimidade, o que veio agravar a situação. Todos os que repudiavam intimamente o mando dos espanhóis e estrangeiros como que ficaram meio cegos para não verem a legitimidade jurídica.

Para resolver o assunto foram convocadas as Cortes, que reuniram em Lisboa a 31 de março de 1579 prolongando-se até fim de julho: insistiram, sobretudo, na obtenção da dispensa papal para o Cardeal se casar, mas tudo seria retardado e até neutralizado pelas manobras do omnipotente Filipe II, em Roma; tendo-se espalhado o boato de que a coroa seria entregue a Filipe II, sucederam-se imediatamente louváveis reações patrióticas; durante elas corria em força a política corrutora de Cristõvão de Moura, que continuava a minar bastantes representantes da nobreza e do clero. Não havendo a solução legal da indicação de herdeiro pelo Cardeal, foram eleitos cinco Governadores para resolver o pleito sucessório no caso da morte do Rei sem indicação do herdeiro: D. João Telo de Meneses, Francisco de Sá, D. João de Mascarenhas, D. Jorge de Ataíde, arcebispo de Lisboa, e Diogo Lopes de Sousa. E todos juraram aceitar a decisão do Rei ou dos Governadores: representantes da cidade de Lisboa, do duque de Bragança e até de D. António.

D. Manuel, e de Carlos III, duque de Sabóia. Os restantes dois pretendentes eram, respetivamente, Raimundo Farnese, filho de D. Maria, filha do Infante D. Duarte, e de Alexandre Farnese, bisneto portanto de D. Manuel, e Catarina de Médicis com base no casamento de D. Afonso III com D. Matilde, condessa de *Boulogne-sur-Mer*.

6 Fernando Bouza, *D. Filipe I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa, 2005, pp. 58-66. Ver também Pedro Cardim, *Portugal unido y separado: Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2014, pp. 65-93.

Pressentindo que o seu fim se aproximava, o velho Cardeal instala-se no Paço de Almeirim, em outubro de 1579, para aí reunir novas Cortes. Nestas mantém-se o impasse começando a discussão sobre o modo de eleição: enquanto os procuradores das cidades e vilas insistiam no princípio da eleição por cabeça, os advogados de Filipe II e D. Catarina de Bragança opuseram-se por receio fundado de que o final da votação resultasse favorável ao irrequieto e popular D. António. Neste impasse D. Henrique chegou a desejar declarar sucessora a sobrinha D. Catarina, mas o partido pró-Castela tê-lo-ia ameaçado com a intervenção militar de Filipe II. Estava-se assim juridicamente num beco sem saída: Filipe II invocava a primogenitura, a duquesa de Bragança o benefício da representação e o prior do Crato a lei sálica contra os dois primos, mas sem vigência efetiva entre nós. Manuel de Sousa e Febo Moniz, do braço popular, reclamavam que só "*a ele pertencia a eleição e não a outrem*", enquanto Cristóvão de Moura, consumada com grande sucesso a obra da corrução, exigia a escolha de Filipe II invocando o direito de primogenitura e a ameaça militar do Rei Prudente sobre o Reino. Nestas Cortes Filipe II reclamou para si o direito de sucessão, tendo elas consentido na diligência. D. António, pelo contrário, que pretendia chegar à coroa pelo caminho da legitimidade, estava desterrado de Almeirim e as suas testemunhas tinham sido presas por falso testemunho, pesando sobre ele a condenação e exclusão por ilegitimidade[7]. E depois surge a condenação régia de 23 de novembro de 1579: em virtude da sua rebelião é privado de todas as jurisdições, preeminências, etc. e "*seja havido como se nestes Reinos não nascera: e assim o hei por não natural e por desnatural em tudo…*"[8].

Sentindo-se o Cardeal no termo da sua vida, a 27 de janeiro de 1580 confirmou, em testamento, o seu desejo de ver regulada a questão sucessória pela via legal:

> "[…] *E porque ao tempo, que faço este testamento, nam tenho descendentes, que direitamente ajam de succeder na*

---

[7] D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª edição. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1947, tomo III, pp. 218-219; *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª edição. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1948, tomo II, parte II, pp. 123-129.

[8] Está publicada no *Memorial* de Pero Roiz Soares. I Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra: *Acta Universitatis Conimbrigensis*, 1953, pp. 130-132 e por D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª edição. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1948, Tomo II, parte II, pp. 127-129.

Croa destes Reynos, e tenho mandado requerer aos meus sobrinhos, que algum direito podem pertender, e está este cazo da successão em justiça, porquanto nam declaro aqui agora quem me há de soceder, será quem conforme a direito ouver de ser, e esse declaro por meu herdeiro e successor, salvo se antes da minha morte nomear a pessoa, que este direito tiver. [...][9]".

Imagine-se o velho rei doente e em sofrimento extremo a ser abordado de toda parte pelos representantes das diversas correntes, na sua crise de delicada consciência a querer uma solução patriótica, mas a ver as represálias do outro lado, especialmemte as pressões da parte de Filipe II. E é neste contexto que a 31 de janeiro, com 68 anos, partiu desta vida sem nomear sucessor. Nesse mesmo dia foram empossados os cinco Governadores que deixara nomeados. Que juízo emitir sobre esta indefinição e indecisão de D. Henrique? Exige-se serenidade de espírito e colocar-se no contexto da sua vida: esgotado pela doença, pela idade e pelas exigências da governação e já sem forças, apertado por todos os lados pelos pretendentes mais fortes, sem a lucidez da juventude e maturidade, e com a hesitação da idade e das consequências da sua escolha num dos dois pretendentes que aceitava, não quis pronunciar-se por Filipe II, de quem não gostava e que previria lhe iria suceder, nem por D. Catarina quer pela inação do marido quer por prever a inviabilidade prática face à prepotência e poderio de Filipe II, tendo por arrumado e fora da concorrência D. António.

Adiante-se mais que três figuras prestigiosas e cimeiras do alto clero, nas quais transparecia serenidade e equidade (D. Jorge de Ataíde, arcebispo de Lisboa, D. Jerónimo Osório e D. António Pinheiro, bispos de, respetivamente, Silves e Miranda), defendiam ao tempo a opção espanhola como a mais legítima e apta para preservar o futuro do Reino. Já D. Fr. Bartolomeu dos Mártires deliberadamente não se quis meter na questão, afirmando-se por este ou por aquele bando, para seguir naturalmente a via da legitimidade e do direito. Assim, agarrado aos seus nobres ideais de serviço aos seus arquidiocesanos e de desprendimento e pobreza, mantinha a independência e a serenidade face às paixões, podia entregar-se à sua elevada

---

[9] D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Porttuguesa*, 2.ª edição. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, 1948, Tomo III, parte I, p. 549.

missão pastoral, sem que nenhum candidato invocasse a sua adesão, sem deixar de o estimar e respeitar[10].

Os cinco Governadores eram, em princípio, todos defensores da via legalista, ainda que o Arcebispo fosse inclinado para a duquesa de Bragança, D. João Telo de Meneses para o Prior do Crato e os restantes três para Filipe II. Nos meses seguintes, em que Cristóvão de Moura se esforçou por conseguir dos Governadores o documento a declarar sucessor legítimo de Portugal Filipe II, continuaram a indefinição dos três Governadores (o Arcebispo caíra doente e D. João Telo de Meneses resolvera afastar-se por desgostoso com os acontecimentos) e a insistência dos procuradores dos concelhos na realização das Cortes com eleição por cabeça. Neste contexto os Governadores esforçaram-se por manter as instituições e os mais responsáveis fiéis ao compromisso assumido, isto é, que não se decidissem por nenhum dos pretendentes até sair a tão almejada sentença. E assim a 7 de abril devem ter enviado de Almeirim cartas às câmaras das cidades e vilas, pelo menos às principais, a preveni-las da estratégia de Filipe II para conquistar o País: escreveria às Câmaras sobre jurarem-no por rei sem esperar a sentença deles Governadores. No exemplar original no Arquivo Municipal de Braga lembraram que a causa da sucessão estava em justiça ordinária com juízes nomeados pelos três estados nas Cortes passadas de Lisboa e recomendaram que recebessem esses papéis ou carta, os examinassem com grande quietação em câmara sem nada responderem e os remetessem a eles Governadores e Defensores esperando a sua resposta para ser em conformidade com todos na conservação da liberdade e da justiça destes Reinos[11].

Treze dias depois os Governadores assinaram, em Almeirim, outra carta para todos os Prelados do Reino lembrando a obrigação de manterem os juramentos das Cortes e dando normas para cada um juntar às orações a prudência e precaução que a gravidade do momento requeria[12]. Uma dessas missivas chegou ao "Bracarense"

---

[10] Fr. R. de Almeida Rolo, O. P., *O patriotismo de D. frei Bartolomeu dos Mártires*, p. 105.

[11] AMB., *Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n., assinada pelos 5 podendo haver dúvidas sobre D. João de Mascarenhas. Talvez se refira a uma carta enigmática recebida pela Câmara em 22 de julho, a qual não se conservou no Arquivo da Câmara nem no da Arquidiocese e cujo conteúdo nunca foi revelado.

[12] Referida por Luiz Augusto Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacioal, 1862. Nova edição fac-similada comemorativa do 1.º centenário da morte do Autor, tomo II, p. 196.

no princípio de maio. Daí resultou uma sua provisão ao Clero, assinada em Outeiro Seco a 11, aconselhando ao povo, nas suas pregações e práticas, manter a neutralidade perante os candidatos, aguardando a sentença ou decisão dos Governadores, e não tomar voz por pessoa alguma, estando preparados para defenderem suas casas e famílias de toda a força e violência; aconselhou orações a pedir a Deus misericórdia para manter nos Reinos a paz e quietação e mandou que, enquanto durassem os trabalhos do Reino, em todas as igrejas, todos os domingos antes ou depois da missa, fizessem procissão dizendo a ladainha[13]. Entretanto os Governadores acabaram por convocar as Cortes para 20 de maio em Almeirim notando-se já interesse dos três em exercício, na linha do Cardeal Rei, por declarar legítimo herdeiro Filipe II e D. António um traidor à pátria. Depois os três Governadores instalam-se em Santarém, mas, registando-se casos de peste em Almeirim, decidiram deslocar-se para Setúbal marcando para aí as novas Cortes. Os procuradores dos concelhos, repassados por vivo sentimento patriótico, recusam deslocar-se para essa então vila mantendo aqui a chama do patriotismo. Nestas circunstâncias o ambicioso D. António idealizou um projeto de concórdia com o Duque de Bragança para ambos tomarem a defesa do Reino subindo a Duquesa ao trono, só que o marido recusou a proposta.

A 18 de junho chegou a Santarém a notícia de que as tropas do duque da Alba invadiram o Alentejo. Notícia não verdadeira mas capaz de desencadear uma onda de patriotismo, que levou à aclamação de D. António como rei, natural reação ao hastear dos pendões de Filipe II nesse mesmo dia em Elvas e depois em Olivença e Campo Maior; seguida de idêntico ato em Lisboa, onde procedeu como rei concedendo mercês e cunhando moeda. Face a isto, tornou-se inevitável a invasão das tropas do duque de Alba pelo Alentejo e a marcha da armada do marquês de Santa Cruz para Lisboa. É neste contexto que os três Governadores, sentindo-se inseguros em Setúbal, para onde se deslocou D. António, retiraram para o Algarve e em 17 de julho fizeram a *proclamação de Castro Marim*: declararam Filipe II "*por Rey e Sõr natural nosso de todos os ditos reynos e*

---

[13] Carta ou provisão publicada por Fr. R. de Almeida Rolo, O. P., *O patriotismo de D. frei Bartolomeu dos Mártires*, pp. 111-112 e *in Bracara Augusta*, XLII, n.º 93 (106), 1990, pp. 671-672. Creio referir-se a S. Miguel de Outeiro Seco, no concelho de Chaves (embora na publicação venha como orago Santa Maria).

snõrios da coroa de Portugal, como de dereito o he e lhe pertence…" classificando D. António de rebelde e traidor ao novo rei. Depois partiram para Ayamonte[14].

Estava-se assim em plena guerra, que veio acabar praticamente com a batalha de Alcântara a 25 de agosto de 1580. Seguiu-se o riquíssimo saque por três dias, o qual o duque de Alba só consentiu fora dos muros, com a habitual horda de insultos, infâmias e desonras de mulheres e donzelas. Era vê-las virem descalças para a cidade refugiando-se nas igrejas, umas gemendo, outras gritando, caindo aqui, tropeçando ali e não acertando o caminho, com mil acidentes que faziam até chorar as pedras[15]. Foi o fim da curta realeza do ambicioso D. António na capital e no sul. O Prior do Crato saiu de Lisboa para o norte passando em Vila Franca de Xira, Azambuja, Santarém (saiu daqui a 29), Tomar (30-31) dirigindo-se para Coimbra onde não entrou, Montemor-o-Velho (de 2 a 8 de setembro) e Aveiro. Esta tinha deixado de apoiá-lo após o desastre de Alcântara, pelo que foi tomada e saqueada pelos soldados com as suas habituais violências. Esteve aqui de 10 a 25 de setembro: primeiro mandou fazer justiça de alguns traidores e desleais, como Fernando André Rangel, para evitar casos semelhantes. Depois, face à evolução dos acontecimentos militares, deverá ter gizado um plano realista de resistência e governação para a região de Entre Douro e Minho, a única que conseguiria governar resistindo às tropas do duque de Alba: a 11 de setembro enviou cartas a Diogo Lopes de Mesquita, a Tristão da Rocha, capitão do porto de Viana, e a Pero Pinto e Heitor Velho Barreto, sargentos-mores da mesma cidade, e a Martim Lopes de Azevedo, capitão-mor da vila de Prado, comunicando-lhes que ordenara a Luís de Brito para marchar rapidamente sobre o Porto com todos os soldados e armas que pudesse reunir. Noutra missiva, da mesma data, declarava traidores e desleais todos os que tivessem reconhecido Filipe II ordenando o confisco dos seus bens e oferecia promessas de mercês aos que se lhe mantivessem fiéis. A 15 enviou cartas régias aos seus burgos fiéis para que continuassem a acatá-lo como seu rei confiando manter no seu domínio a região natural a norte, unindo-se-lhe possivelmente a Galiza para uma contraofensiva às regiões a sul sob o controlo do duque de Alba.

---

[14] Publicado o texto por Joaquim Veríssimo Serrão, *O Reinado de D. António Prior do Crato*, vol. I, documento xlii, pp. 559-563.

[15] *Memorial* de Pero Roiz Soares, I …, pp. 179-185.

Nesse sentido contava com a fiel colaboração do governador ou fronteiro da comarca do Minho, capitão Luís de Brito, encarregado da oposição e resistência a uma provável incursão a partir da Galiza, o qual, intuindo não poder contar com as diminutas tropas de D. António, por sua iniciativa recorreu aos préstimos do embaixador em Paris, Francisco Geraldes, partidário de D. Catarina de Bragança e no final seguidor do partido castelhano, e de Gaspar Barbosa Cabeças, português residente em La Rochelle, para obter socorros de França, embora terra de huguenotes. Ao primeiro informa-o, desde antes de 28 de agosto, das carências de material bélico e de capitães experimentados; o segundo prometera-lhe até ao primeiro de setembro 2000 arcabuzes e 150 quintais de pólvora. Sugeria ainda aos mercadores franceses que, transportando mercadorias para os portos de Portugal, trouxessem artilharia e munições. Mais: numa carta a enviar a Francisco Geraldes juntou uma segunda dirigida a Henrique III de França a solicitar-lhe imediato socorro.

1.2 A consumação do domínio com frustração da resistência do Porto e as Cortes de Tomar

Partido de Aveiro a 25, o Porto resistiu-lhe inicialmente por ter aclamado Filipe II a 4 de setembro. Por isso encontrou-a resistente e bem guarnecida, tendo sido recebido na margem esquerda com vários morteiros lançados pelos defensores; logo tomaram-se facilmente dois fortes mas, vendo a impossibilidade de um ataque frontal, decidiu subir o rio até à região de Pedra Salgada para tentar o assalto. Encontrando a defender a passagem 120 galegos, foram facilmente vencidos. Facilitou a rendição a atitude do capitão-mor Pantaleão de Sá que, reconhecendo a impossibiliade de resistência eficaz e a sua queda próxima, meteu-se num galeão inglês aí ancorado rumando a Lisboa. Foi neste contexto que os defensores do Porto se desalentaram entregando-se a 1 de outubro, sob certas condições. Braga tinha enviado 300 homens em sua defesa, entre eles o memorialista Aurélio Baldino, e o reforço vindo da Galiza sob o comando de Diogo Sarmiento não chegou a tempo, mas teve a oportunidade de transportar um grupo de refugiados, entre eles o Bispo e os cónegos; passando por Braga, encontrada amotinada e ameaçando o Arcebispo por estar em poder de Martim Lopes de Azevedo, ultrapassou as portas arrancando o Arcebispo, que foi levado também para Tuy. Infelizmente parece que não se estava entre

patriotas, pois só se evitou o saque pelo pagamemto de cem mil ducados mas com o das casas afetas a Filipe II durante dez dias. Reinou nela quase três semanas, pois fugiu para o norte a 22, tendo mandado buscar a Guimarães, que se lhe manteve fiel, o célebre arreio de D. Sebastião (depois tomada por Sancho de Ávila quase sem resistência por hábil estratagema), passou em Barcelos (cheio de pressa e de medo e só de passagem esperando até lhe ferrarem o cavalo) e Viana (23, domingo). A 24 preparava-se para sair de barco rumo ao estrangeiro, mas foi impedido pela tempestade, vendo-se já cavaleiros de D. Sancho na margem esquerda do rio Lima. Decidem fugir uns 40 homens ao longo do rio levando o tesouro real; vendo, porém, num outeiro cavaleiros filipinos observando-o, o grosso da expedição segue, enquanto D. António e mais quatro fiéis se desviam sendo transportado o rei às costas de Tomás Cacheiro (Cocheiro) para a margem esquerda. Mais adiante deparam com outro destacamento de cavaleiros filipinos e de tropas de infantaria a impedir a fuga. De novo a passagem para a margem direita do rio com enterramento das jóias (entre elas uma da infanta D. Maria) em lugar conhecido de Tomás Cacheiro. Entretanto chuva impiedosa sobre os fugitivos e na margem direita surgem novos perigos. O resto do dia foi passado pelos seis mergulhados em água até à cintura, sem alimento algum e com o receio da morte iminente. Já a noite tombara quando puderam sair do meio das águas onde tinham permanecido longas horas, chegando a uma aldeia distante duas léguas de Viana (em Darque), e aqui em casa duma pobre senhora chamada Genebra, viúva de António Cabeças, D. António permaneceu deitado durante o resto da noite e todo o dia 25 de outubro. Depois passou a Vila Fria, Vitorino das Donas (não das Damas) no mosteiro do Salvador e no casal de António Soares. Desceu ao mosteiro de Landim (já no concelho de Vila Nova de Famalicão), ignorando-se depois o rastro[16]. Acrescento que a tradição afirma ter descansado na casa da Loureira, em Gondarém (Vila Nova de Cerveira).

Por este tempo Filipe II encontrava-se em Badajoz à espera da decisão dos Governadores e do sucesso da invasão de Portugal, e apenas a 30 de agosto, após a notícia da vitória de Alcântara, é que assinou um dos primeiros documentos do seu reinado em Portugal:

---

[16] Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António*, pp. 104-148. Há divergências nestas informações ("Dom Antonio, Prior do Crato, em Vianna" *in Archivo Viannense. Estudos e notas* de Luiz de Figueiredo da Guerra, vol. I, n.º 2, pp. 1-4).

para quebrar os últimos restos de resistência assinou uma carta régia a ordenar a prisão de D. António e dos "*induzidores e perpetadores*" da rebelião e de intimação e o castigo aos seus colaboradores como "*desleais, traidores e reveis*"[17].

Mas o seu sossego não estava completo, porque houve inação do duque de Alba durante quatro semanas no envio de tropas em perseguição de D. António, pois só foram despachadas em 21 de setembro. O duque de Alba conseguira pacificar relativamente Lisboa fazendo proceder ao juramento de fidelidade a Filipe II a 13 de setembro na Câmara Municipal, não tardando a repetir-se a cerimónia na maioria das cidades e vilas do País, tendo havido algumas com protestos[18]. Sancho de Ávila parte de Lisboa a 21, estando em Leiria a 6 de outubro (lentidão devido ao mal do catarro), em Soure a 7, em Pereira e Coimbra a 8, em Aveiro[19] a 13 mas só retomando a marcha para o Porto a 19. Aqui tinha o enorme obstáculo da passagem do rio Douro, mas alguns lavradores de Massarelos que tinham recebido violências da parte dos soldados portugueses de D. António forneceram-lhe barcos e indicaram-lhe a passagem em Avintes, ponto fácil, pouco fortificado e mal vigiado; o comandante do Forte de Gaia, desalentado, desamparou-o sem disparar um tiro. Depois foi o recurso a uma tática militar: fingindo atacar os pontões da Pedra Salgada transpuseram o rio em Avintes tomando, a 22, a cidade pelo lado oposto. Daqui enviou um troço de cavalaria em perseguição de D. António, o qual foi procurá-lo em Vairão; depois avançaram já se encontrando a 24 na margem esquerda do rio Lima, em frente de Viana[20]. Vê-se assim que a ação de Sancho de Ávila na caça de D. António não resultara nem houve português algum que se atrevesse a denunciar o seu paradeiro, embora estivesse a sua cabeça em leilão.

---

[17] Estas duas cartas estão publicadas por Monsenhor J. Augusto Ferreira, "O Prior do Crato em o norte do País, onde teve uma vitória efémera, e a sua fuga para a França..." *in Congresso do Mundo Português*, vol. VI *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História da Monarquia Dualista e Restauração (IV Congresso)*. Tomo 1.º, I Secção: *Domínio Felipino*, Lisboa, 1940, pp. 103-116.

[18] Como Braga, Coimbra, Guimarães, Lamego, Montemor-o-Velho, Ponte de Lima, Santarém, Setúbal e Viseu (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, IV, p. 12); no dia 9 no Norte só quatro povoações não o tinham reconhecido: Guimarães, Ponte de Lima, Viana e Vila Nova de Cerveira (Fr. Raul de Almeida Rolo, *O patriotismo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, p. 116).

[19] Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António*, p. 139.

[20] Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António*, pp. 138-147.

A 13 de novembro o duque de Alba insistia de Lisboa com o novo rei para que não demorasse a entrada no Reino a fim de impor a sua autoridade régia, mas o monarca não o quis fazer sem dispor de bons palácios para aposento, talvez com receio de hostilidades no caminho. Decidiu então convocar as cortes em Lisboa para fins de janeiro de 1581, mas rebates de peste levaram-no a mudá-las para Tomar, cabeça da ordem militar de Cristo. A 2 de dezembro enviou de Badajoz uma carta a D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e aos outros bispos e superiores religiosos para ordenarem preces públicas com sacrifícios e procissões, para que Deus na sua omnipotência libertasse o País desse terrível flagelo, que grassava em Lisboa e noutros lugares[21]. E só deixou esta cidade a 5 de dezembro sendo recebido pomposamente em Elvas, onde uma doença o obrigou a permanecer dois longos meses, sendo-lhe aí prestada obediência por D. Rodrigo de Alencastre em nome da duquesa de Bragança com procuração passada em novembro, a que o rei correspondeu a 27 de fevereiro de 1581 em Vila Boa, a meio caminho entre Elvas e Vila Viçosa. No primeiro de março seguiu para Tomar gastando duas semanas no percurso estando lá a 14[22]. A 16 de abril já se achavam aqui as figuras mais importantes do clero (todos os bispos com exceção de D. João de Portugal, bispo da Guarda, que seguia o partido de D. António e andava homiziado no Reino, e do da Sé do Algarve, então vaga por morte de D. Jerónimo Osório) e também da nobreza e os procuradores de 94 (92?) cidades e vilas do Reino, que todos lhe prestarão obediência e fidelidade. Neste mesmo dia iniciaram-se os Estados Gerais com expressivas manifestações em honra do monarca. Naturalmente houve a cerimónia da aclamação, onde o Arcebispo Primaz tomou o lugar que lhe competia nessa qualidade, entre os arcebispos de Lisboa e Évora, mas exigindo o reconhecimento da primazia da sua Igreja frente a Toledo: entrar na vila de cruz arquiepiscopal alçada e fazer auto do uso dessa primazia.

Falou aí D. António Pinheiro, bispo de Leiria, que lhe solicitou um perdão geral, e depois o Dr. Damião de Aguiar, vereador da capital, que referiu os grandes privilégios da capital para lembrar a D. Filipe I que não se podia mostrar inferior aos seus dignos antecessores[23].

---

21 ADB., *Gaveta das Cartas*, n.º 89.

22 Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António*, p. 197.

23 Textos creio que incompletos em Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António*, pp. 592-594.

Seguiu-se o auto de juramento do rei, de que transcrevo um texto para desfazer confusões geradas por alguns historiadores sobre o papel desempenhado por D. Fr. Bartolomeu:

> "*Acabada esta 2ª platica, subio el capellan mayor obispo que era de Viseo y Bernardino de Tabara Repostero Myor el qual despues de haver puesto un pequeno sitial cubierto de un Pano de brocado, con una almohada delante de su Mg^d^ el capellan mayor puso sobre ella un Missal, abierto y sobre el una cruz de cristal y tornandose a abaxar subieron los tres Arçobispos de Braga, Lisboa y Evora, e yncandose de Rodillas delante de su Mag^d^ Reçibieron de el, el Juramiento, en esta forma/ Su Mag^d^ se levanto y se hinco de Rodillas delante de la Cruz poniendo las manos sobre ella quittada la gorra, Juro lo que tienem por ley, uso y costumbre los Reyes de jurar em semejantes auctos. Tornando-se abaxar los Arçobispos y su Mag^d^ asentar en su real assiento, Torno a subir el capellan mayor e repostero y apartando um pouco el sitial de su Mag^d^ bolvio el capellan mayor el Missal y cruz azia la parte donde haviam de subir todos a Jurar, y el Primero fue el Duque de Bragança […]*[24].

Do discurso de D. Antonio Pinheiro resultou a carta régia de 18 de abril a indultar os seguidores de D. António, com exceção dele e dos seus mais chegados adeptos, entre eles D. João de Portugal, bispo da Guarda[25]. Mas devia perturbar-lhe o sono o desconhecimento do paradeiro de D. António, que a 10 de maio desse ano embarcou com alguns companheiros perto de Setúbal aportando um mês depois à costa da Normandia. Em todo este processo o Primaz de Braga aparece como qualquer outro cidadão sem subserviência ao monarca nem tendo sido proclamada a sua adesão antecipada à causa de D. Filipe I e da monarquia dualista. Tudo aconteceu num processo natural, legal, legítimo sendo a natural sucessão da coroa e do direito. De resto compare-se com D. João II: morre-lhe inesperadanente de acidente o filho único D. Afonso, tendo como filho natural o infante D. Jorge, que não lhe sucede, mas sim o primo D. Manuel.

---

[24] Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António*, p. 597.

[25] O elenco desses patriotas pode ver-se em Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, IV, p. 17.

No caso de 1580 ou se seguia a via da legitimidade, como aconteceu, ou a do patriotismo encarnada por D. António, só que este preferiu tentar a via impossível da legitidade, que nunca podia unir a nação, demais já escaramentada com as suas peripécias no comportamento moral, na ambição desmedida e no aventureirismo.

E por 14 de maio de 1581, de Tomar, informou o senado de Lisboa de que ia pôr-se a caminho, só desembarcando nela a 29 de junho e onde esteve até 11 de fevereiro de 1583. Porquê tanto tempo? É que, como lhe chegasse a infausta notícia de que o príncipe herdeiro D. Diogo sucumbira, a 21 de novembro, de ataque de bexigas, teve de resolver prementemente a questão da sucessão na Coroa portuguesa escrevendo às câmaras do País para novas Cortes em 15 de janeiro de 1583. Mas a reunião só foi a 30 limitando-se a esse ato de natureza jurídica. Esteve presente nelas D. João duque de Bragança, na qualidade de condestável, que ficou muito magoado por não se lhe atribuir a sucessão do trono, pelo que viria a falecer de desgosto, dizem, a 22 de fevereiro. Antes de sair para Madrid a 11 de fevereiro, Filipe II nomeou o Cardeal Alberto governador do Reino e mais três filipistas para o Conselho de Estado: o arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, Pedro de Alcáçova Carneiro e Miguel de Moura, estes dois com larga experiência dos governos de D. Catarina, de D. Sebastião e do Cardeal Rei. Só chegou à capital de Espanha a 28 de março.

II – PATRIOTISMO DO ARCEBISPO DE BRAGA E DOS BRACARENSES PERANTE ESTA CRISE NA GRANDE REFREGA JORNALÍSTICA DE 1866-67

2.1 Contexto sócio-político e jornalístico

Está-se numa temática muito controversa, especialmente no terceiro quartel século XIX. Nesta altura era arcebispo de Braga D. José Joaquim de Azevedo e Moura (1856-1876), natural de Alfândega da Fé, aluno do Seminário Conciliar de S. Pedro, de Braga, e licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra, mas ordenado de presbítero na arquidiocese de Évora; tinha sido bispo de Viseu em 1846 e ministro da Justiça em 1848 por pouco mais de um mês. O novo Arcebispo procurou cumprir a sua missão com rigor e exigência, em especial no tocante à reforma intelectual e moral do clero,

então em acentuadíssima crise devido ao encerramento dos Seminários e ao calamitoso cisma. A contestação à sua administração deu-se, sobretudo, com a publicação da *Pastoral* de 7 de setembro de 1564 a propósito das eleições dos deputados, aqui muito renhidas por causa da disputa travada entre um candidato do Governo, Dr. José Maria Rodrigues de Carvalho, de Braga, e outro da oposição pelo partido miguelista clerical e secular, nessa altura com muita adesão, Dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, de Lisboa. Foi duramente controvertida considerando-se "*um acto político do Arcebispo*" para proteger a eleição dos candidatos governamentais, em muito risco em Braga, dizendo-se até que tinha sido insinuada por uma portaria do Ministério da Justiça de 5 de setembro. No fundo era uma questão simples mas comprometedora: se a censura de excomunhão das bulas pontifícias contra as sociedades maçónicas, seus agentes e cooperadores se aplicava também aos que votassem em candidatos mações ou pedreiros-livres. Isto porque constara que alguns Párocos e Sacerdotes tinham propalado a perniciosa doutrina de que incorreriam nessa excomunhão os cidadãos que nas eleições de 11 de setembro votassem em candidatos afeiçoados ao Governo e que na confissão sacramental não poderiam ser absolvidos, nem mesmo à hora da morte. A voz do Pastor interveio a esclarecer as consciências tímidas: a ortodoxa doutrina relativamente às bulas papais condenatórias das sociedades maçónicas de modo algum compreendia a pessoa moral e coletiva do Governo destes Reinos, que estava em regular e amigável comunicação com o do Papa, e no grémio da Igreja Católica. E rematava afirmando que não incorreriam em pena alguma nem em pecado os eleitores que nessas eleições para deputados votassem em cidadãos que as suas consciências lhes indicassem mais dignos pelas suas habilitações morais, ilustração e patriotismo, independentemente do partido a que pertencessem[26].

Anteriormente em 1859 o Governo publicou um decreto importante por que destinou, em todas Catedrais do Continente e Ilhas Adjacentes, quatro canonicatos com obrigação de ensino das Ciências Eclesiásticas nos respetivos Seminários por espaço de doze anos. Na sequência da aplicação desse decreto em 20 de setembro de 1862 foi nomeada uma cascata de professores e outros funcionários do Seminário de S. Pedro. Em 1864 foram nomeados mais três

---

[26] Mons. Cónego J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*. Edição da Mitra Bracarense, IV, 1934, pp. 150-193, sobretudo 179-191.

cónegos da Catedral com o ónus do ensino: António Lopes de Figueiredo, cónego do Funchal; Joaquim Alves Mateus, cónego da Sé de Angra do Heroísmo na ilha Terceira do Arquipélago dos Açores; e José Dias de Araújo, de Poiares da Régua. Os três tomaram posse em, respetivamente, 26 de janeiro, 1 e 23 de agosto[27], tendo sido exonerados dessas funções pelo seu sucessor D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa por ofício de 30 de agosto de 1878 (aqui o terceiro chama-se José Gomes Martins)[28]. Acontecia, porém, que os dois primeiros eram muito contestados e assíduos colaboradores do jornal *O Partido Liberal*, órgão em Braga do Partido Histórico, vindo a ser acusados de ensinarem erros e heresias no Seminário por dois periódicos de Braga, *O Bracarense*, do Partido Regenerador, e *União Catholica*, semanário independente em defesa da doutrina e do pensamento da Igreja, e por um terceiro publicado em Lisboa, o *Bem Publico*[29]. Como esses dois estão também muito implicados neste duelo jornalístico, especiamente o segundo, apresentam-se algumas notas biográficas.

O primeiro, natural de Coimbra, em 1865 foi um dos membros da Comissão encarregada de recolher coletas para o emissário polaco, P. Mikoszewsky[30]; lecionou nos primeiros anos Teologia Moral e depois Teologia Dogmática Fundamental; como jornalista em Braga escreveu em *O Partido Liberal*, por muitos anos no *Constituinte* e por poucos meses no *Nacional*, sendo excecional no recurso à sátira; em 1873 é apresentado na lista dos eclesiásticos mações, esclarecendo-se a seu respeito que parece abjurara essa seita e se reconciliara com a Igreja[31]; cónego e bacharel, foi nomeado a 28 de novembro de 1871 para o júri do distrito de Braga do ensino primário[32], repetindo-se a nomeação no seguinte; a 23 de outubro de 1873 foi nomeado

---

27 Mons. Cónego J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga,* IV, pp. 166-170, sobretudo 179-191.

28 Franquelim Neiva Soares, *D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa Arcebispo Primaz (1810-1888). Documentos para a sua biografia no I Centenário da sua morte*. Cantanhede: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, 1990, p. 30.

29 Ver por todos *União Catholica*, I. Braga: Tipografia Lusitana, 1866, pp. 292-295, 317-318, 374 (multa de 10$000 réis), 397-400, 408-413, 423-427, 435-438, 459-462, 465-466, 470-472.

30 Adam Zielinsk, "Um emissário polaco em Portugal em 1865" *in Revista Portuguesa de História*, XXII (1985), Coimbra, pp. 157-169, especialmente 166.

31 Arquivo Secreto Vaticano, *Nunciatura de Lisboa,* n.º 286d. Não aparece referido por A. H. de O. Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 volumes. Lisboa: Editorial Delta, 1986.

32 *Diário do Governo*, n.º 271, de 29-XI-1871, p. 1577.

vice-presidente do júri, do distrito de Braga, dos exames dos candidatos ao magistério primário na segunda época de 1873, assinando o decreto António Rodrigues Sampaio, ministro do Reino[33]; em 1872-75 era examinador pró-sinodal, continuando em novembro de 1884, sendo neste ano desembargador da Relação Metropolitana de Braga[34]; ele com outros requereu um foro à Câmara Municipal de Esposende, não podendo ser confirmado o aforamento em que era licitante por ser vogal do Conselho do Distrito, conforme o art. 362.º do *Código Administrativo*, tendo de abrir-se novo prazo para tal aforamento[35]; teve a dignidade de Arcediago na Sé Primacial; foi juiz no Tribunal da Legacia e condecorado com a comenda da Conceição; D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa exonerou-o de professor do Seminário a 30 de agosto de 1878; teve certa amizade com José Machado e o Dr. Pereira Caldas[36]. Morreu com 54 anos de súbita doença de congestão cerebral, que o liquidou em cinco dias em setembro de 1890, pois, apanhando-o a 9, terça-feira, faleceu a 13, sábado[37].

O outro Joaquim Alves Mateus, natural de Santa Comba Dão, era bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra. Foi deputado em várias legislaturas. Foi trazido para a Sé de Braga pelo arcebispo D. José Moura com obrigação da lecionação no Seminário, regendo a cadeira de História Eclesiástica. Tornou-se conhecido sobretudo por orador sagrado[38]. Foi bibliotecário da Biblioteca

---

[33] *Diário do Governo*, n.º 242, de 24-X-1873, p. 1639.

[34] Arquivo Secetro Vaticano, *Nunciatura de Lisboa*, n.º 315 d.

[35] ADB., Fundo do Governo Civil, *Pasta do Conselho do Distrito*, Pasta n.º 1.

[36] José Machado, *Álvaro de Braga. Reflexões ao snr. Pereira Caldas*, Braga, 1900, p. 39-42.

[37] *O Amigo da Religião*, ano II, n.º 69 de 28-II-1890, p. 151; n.º 96 de 12-IX-1890, pp. 366-367 e n.º 97, de 19-IX-1890, pp. 372-374.

[38] Pregou, entre muitos, estes sermões: *Oração gratulatoria e commemorativa do primeiro de Dezembro de 1640 que em igual dia de 1868 recitou na Sé de Braga*. Braga: Tipografia dos Órfãos de S. Caetano, 1869; *Sermão no Centenario da Fundação do Templo do Bom Jesus do Monte*. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1884; *Oração gratulatoria que pelo termo da Guerra do Paraguay e pelo triumpho das armas brasileiras*... Porto: Livraria Nacional, 1870; *Oração funebre do Marquez de Sa da Bandeira nas exequias mandadas celebrar pelo Centro do Partido Reformista na Igreja da Encarnação da cidade de Lisboa no dia 21 de Fevereiro de 1876*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876; *Oração funebre do Bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins nas exequias mandadas celebrar pelo Centro do Partido Progressista de Lisboa no dia 7 de Março de 1882*. Lisboa, 1882 (este mereceu acerba crítica de *O Especto da Granja*, n.º 337, de 8 de março de 1883, anotando que abusou "*torpemente da tribuna sagrada discutindo a politica militante do país. [...] deshonrou a memoria do illustre caudilho, e offendeu gravemente a religião de que é ministro. [...] Não obstante causou-nos pena ver um talento tão brilhante fazer tão mau uso das suas faculdades.*"); *Sermão da Solemne Inauguração do Congresso Catholico pregado na Sé Primacial de Braga.* Braga: Tipografia Lusitana, 1892.

Pública de Braga, no seu tempo no ex-convento dos Congregados, cargo que desempenhou muito mal devendo-se-lhe a perda de muito livro[39]. Sendo cónego da sé de Braga, foi promovido à dignidade de tesoureiro-mor pela Direção Geral do Ministério dos Negócios Eclesiásticos mandando fazer o inventário dos objetos do Tesouro da Sacristia, datado de 20 de dezembro de 1889[40]; Pereira Caldas dedicou-lhe o opúsculo *A Liberdade*[41]. No triénio de 1872-75 era professor de História Sagrada e Eclesiástica no Seminário de Braga e examinador sinodal, continuando em 1884, ano em que era já desembargador da Relação Metropolitana da Braga[42]. Em 1873 é apresentado na lista dos eclesiásticos filiados na maçonaria que pedem absolvição[43]. Faleceu a 29 de agosto de 1903 na sua casa em Santa Comba Dão. No fundo dos *Manuscritos* do Arquivo Distrital de Braga há dois acrósticos em louvor de Fernando Castiço e do cónego Alves Mateus referentes ao Santuário do Bom Jesus do Monte[44].

O patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires é tema candente e muito controverso, que deve ser estudado por historiadores com serenidade de espírito e situando-o na respetiva conjuntura histórica. Antes já historiadores como D. Rodrigo da Cunha e Rebelo da Silva tinham analisado essa posição de D. Fr. Bartolomeu. Mas desde 1866 meteram-se na análise os partidos políticos e alguns literatos, como Camilo Castelo Branco, José Caldas, etc. No período liberal, mercê do desejo de afirmação da liberdade e dentro dum são espírito pluralista, apareceu uma chusma de jornais, na maioria de pendor religioso, para satisfazer a ânsia do público, expor os vários pensamentos e ideologias, e defender as suas posições e opções políticas. Nessa imprensa ventilam-se os mais diversos temas que preocupavam o público ou que desejava

---

39 *Boletim da Biblioteca Publica e do Arquivo Distrital de Braga*, I, 1920, pp. 61-65.

40 *O Amigo da Religião*, I, n.º 37, de 12-VII-1889, p. 299; ADB., *Gaveta das Dignidades*, n.º 121.

41 N.º 11, Braga, de 24-IX-1871 (este autor publicou muito opúsculo ou folheto de poucas páginas, com dedicatórias).

42 Arquivo Secreto Vaticano, *Nunciatura de Lisboa*, n.os 315 e 286 d.

43 Arquivo Secreto Vaticano, *Nunciatura de Lisboa*, n.º 286 d. Não aparece referido por A. H. de O. Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 volumes. Lisboa: Editorial Delta, 1986.

44 ADB., *Ms.* n.º 672[8]. Para mais informações biográficas sobre este capitular ver J. Pinharanda Gomes, *Joaquim Alves Mateus – Orador político e religioso*. Edição da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, 1987.

a vaidade ou que os condicionalismos conjunturais e de cultura desplotavam. A temática abordava os mais diversos campos da vida sócio-religiosa e politica: congregações religiosas e sua exclaustração, liturgia, grandes questões internacionais à volta da Igreja, como Estados Pontifícios, maçonaria, seminários, direitos paroquiais, preparação e idoneidade dos párocos, posse de bens pela Igreja, eleições, desamortização dos bens da Igreja, protestantismo, dotação do culto e do clero, questão romana e poder temporal do Papa, etc.

A discussão pública do patriotismo do arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires surgiu no final de outubro de 1866, num contexto virulento de rejeição ou defesa ao arcebispo reinante, D. José Joaquim de Azevedo e Moura. E claro, como sempre, dividem-se os ânimos e cada um enfia pelo seu carreirinho juntando materiais para a exposição e enérgica defesa da sua posição, por vezes até disparatada. Neste caso de Braga a questão acendeu-se unicamente porque D. Fr. Bartolomeru dos Mártires foi metido num contexto de resposta aos contestatários do reinante unicamente por ter sido arcebispo de Braga exemplar, paradigmático e conhecidíssimo. Como se verá pelo desenrolar dos acontecimentos, espanta a impreparação geral dos intervenientes e a generalidade da argumentação, tendo de ficar a questão inconclusa. Acrescente-se que até aí não se tinha acendido essa questão, embora nem sempre se afirmasse o patriotismo incontroverso do Arcebipo dominicano. Aceitava-se a descrição equilibrada de Fr. Luís de Sousa e de D. Rodrigo da Cunha de se ter comportado neutralmente nessas alterações e de, para evitar parcialidades, ter fugido para Tuy, na Galiza, onde com o bispo do Porto, D. Simão de Sá, foi hóspede de D. João de Torquemada, tendo sofrido aí uma perigosa doença, causada, sem dúvida, pela descomposição do Reino[45].

---

[45] Frei Luís de Sousa, *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*. Introdução de Aníbal Pinto de Castro. Fixação do texto de Gladstone de Castro e Aníbal Pinto de Castro. Coedição da Imprensa Nacional/Casa da Moeda – Movimento Bartolomeano. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 496-500 (livro IV, capítulo XIII); Dom Rodrigo da Cunha, *Segunda Parte da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoens illustres, que florecerão neste Arcebispado*. Braga: Manuel Cardoso impressor e mercador de livros, 1635, capítulo LXXXVI, n. 10, p. 380.

2.2 Periódicos da refrega

Eis os principais periódicos desta grande refrega[46], ordenados alfabeticamente, desde finais de outubro de 1866 a abril de 1867:

O Bem Publico, revista eclesiástica e literária, fundada em Lisboa a 8 de julho de 1863, de que era diretor José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881), apologeta vigoroso e seguro dentro da ortodoxia cujo conteúdo científico e cultural é indispensável a qualquer história da vida portuguesa da época. Não era um semanário oficial da Igreja nem dum partido, mas exprimia a perspetiva duma corrente católica que se mostrava legitimista em política e não liberal em dogmática.

O Bracarense, inicialmente bissemanário passando na década de 60 a trissemanário com publicação às terças, quintas e sábados, órgão oficioso do Partido Cartista ou Regenerador, fundado em 12-V-1855; tinha pendor legitimista, em oposição a *O Partido Liberal*, não podendo assumir-se como voz oficial nem oficiosa da Igreja. Era seu redator João de Almeida Braga, teólogo, apologista, canonista, católico convicto que enfrentou o génio exaltado de Camilo nesta grande polémica. Os números da polémica e outros mais não se conservam na Biblioteca Pública de Braga.

---

[46] Artigos já analisados e até reproduzidos em grande parte nestas obras: Jose Carlos d'Araujo Motta Junior, *O Patriotismo de Fr. Bartolomeu dos Martyres. Cartas notaveis de Camillo Castello Branco. Apreciações de*…. Porto: Livraria Universal, s. d. (1895?), de 75 pp. ocupando-se do patriotismo e cartas até à p. 38; *D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e a Usurpação dos Filippes. Com as cartas de Camillo Castello Branco.* Prefaciado pelo Exc.mo Snr. Dr. Manuel d'Albuquerque Dom Prior de Guimarães. Braga: Livraria Central-Editora de Laurindo Costa, 1895 (publicação das cinco cartas de Camilo nas pp. 129-153); Alexandre Cabral (recolha, prefácio e notas de), *Polémicas de Camilo Castelo Branco – Edição integral*, volume V. Lisboa: Livros Horizonte, 1981, pp. 7-61 (publica 5 artigos de *O Bracarense* e 6 cartas de Camilo, a derradeira de 1879 em resposta a José Caldas e aparecida *in Bibliografia Portuguesa e Estrangeira*, n.º 6, p. 109); Pinharanda Gomes, "A grande refrega sobre o patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires [Textos de Camilo e José Caldas]" *in IV Centenário da Morte de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires. Actas do Colóquio Comemorativo.* Lisboa: Edição da Associação dos Arqueólogos Portugueses, apoiada pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 99-153 (só com as cinco cartas de Camilo publicadas *in O Partido Liberal* em dezembro de 1866 e janeiro de 1867). Republicado *in Humanística e Teologia*, II, Porto, 1990, pp. 325-360 (sem as cartas de Camilo) e *Pensamento Português*, VII. Braga: Editora Pax, 1993, pp. 38-64 (também sem as cartas de Camilo).

O Partido Liberal, bissemanário político do Partido Histórico de oposição ao governo reformista, fundado em Braga a 15-III-1866 tendo acabado a 20-X-1866; saía às quintas e domingos; diretor Gualdino Valadares e seus redatores os cónegos António Lopes de Figueiredo e Joaquim Alves Mateus. Jornal de natureza política e liberal, que nem oficial nem oficiosamente representava a Igreja, dando informação católica, não contemporizando com o legitimismo nem com quem se opusesse ao partido e seus interesses. Estava totalmente ao lado do Arcebispo contra os legitimistas e o clero que o recebeu com antipatia. Em Braga D. José Joaquim de Azevedo e Moura era atacado, sobretudo, por dar a impressão de ser excessivamente liberal, mais interessado na política que na pastoral. Foi este que levantou a questão de "*mau português*" e "*traição à pátria*" numa atitude de defesa do Arcebispo de então frente às diatribes de *O Primaz*. Os números da polémica e outros mais não se conservam na Biblioteca Pública de Braga.

O Primaz, publicado em Braga desde 23-X-1866 a 30-IV-1867, sendo seu diretor Joaquim António de Barros, de crítica e ataque ao Arcebispo de então D. José Joaquim de Azevedo e Moura numa tentativa desesperada pela sua renúncia ou destituição; não compreendia a atitude do antístete em afastar certos padres, que substituiu por outros. Parece que nasceu para guerrear o Arcebispo começando por cima. É uma voz independente, portadora dos anseios de um grupo que se sente marginalizado pelo Arcebispo, o qual tenta tudo para o remover. Nem sequer um seu número se guarda na Biblioteca Pública de Braga. A. Lopes de Oliveira só o referiu a partir de Silva Pereira, *Dicionário do Jornalismo Português*.

União Catholica, semanário religioso, literário e noticioso fundado em Braga a 30-VI-1866, não oficial nem oficioso mas que pretendia respeitar as sábias prescrições da Igreja, para o que requereu a necessária licença e autorização do Arcebispo a fim de tratar de matérias religiosas, deferida essa a 30 de junho; saía aos sábados constando de 12 páginas de numeração seguida; eram seus diretor P. António Veloso, tesoureiro P. José Maria Vieira da Rocha e editor responsável José Maria Dias da Costa, temível figura de pensador, jornalista e apologeta da Igreja. Não é um jornal liberal nem legitimista, não é órgão da Arquidiocese, mas entre todos os jornais bracarenses é o que melhor apresenta um perfil oficioso; não trata de política mas de assuntos religiosos na perspetiva da ortodoxia católica. Na Biblioteca Pública de Braga conserva-se o volume I completo,

com os seus 52 números, só com o pequeno defeito da deslocação das páginas 495-496[47].

2.3 Polémica jornalística em 1866-67 sobre o comportamento político

Começou através de *O Primaz* com a notícia local "Variedades. Os dous Arcebispos. I. Exemplo de Caridade. II. Reverso da Medalha", para esmagar o Arcebispo reinante. Na primeira parte transcreve o texto de *Vida do Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires* de Frei Luís de Sousa como pregador e esmoler, dando o óbulo à anciã[48]. Na segunda, contrastando, afirma que o atual Arcebispo "*não foi nunca prègar a lugar deste termo, nunca prègou nesta cidade, nem mesmo na sua catedral"*. D. Fr. Bartolomeu praticava a caridade segundo as normas evangélicas, enquanto o atual Arcebispo "*dá, pelas Festas do ano, algumas mantas aos presos da cadeia, reparte com a esquerda alguns cobres da caixa das multas*", dispondo simultaneamente de "*uma dextera que manege a pena para escrever nos jornais o elogio laudatório*". Em suma: o atual Arcebispo "*não prèga, não ensina o seu rebanho, não baptiza, não confessa*" nem tam-pouco exerce a caridade aos pobres[49].

Veja-se a perspetiva de *O Primaz* pela notícia de o *União Catholica*: "*Publicou-se n'esta cidade um novo jornal – o* Primaz*, que pelo titulo julgavamos seria o defensor da primazia da egreja bracarense e das suas gloriosas tradicções, e prerogativas, mas que pelos seus primeiros artigos conhecemos com mágoa que era destinado quasi sómente a censurar os actos do venerando prelado bracarense e dos seus familiares. Se é este sómente o fim do periodico, a tarefa dos seus redactores é bem pouco honrosa, nem pode merecer as felicitações da imprensa que é séria. Reservamos pois as boas vindas ao novo jornal para quando o virmos seguir caminho mais livre de obstaculos e precipicios."*[50].

Salta-lhe *O Bracarense* com a local intitulada "*O Prelado Bracarense e os Maldizentes*": acusa o periódico supra da grave tentativa

---

[47] Resumo colhido de: A. Lopes de Oliveira, *Imprensa Bracarense*. Braga: Editora Pax, 1976; Pinharanda Gomes, *Pensamento Português*, VII. Braga: Editora Pax, 1993, pp. 38-44; Alexandre Cabral, *Polémicas de Camilo*, V. Livros Horizonte, 1881, pp. 7-10.

[48] À falta desse exemplar do periódico, suponho ser o texto do liv. I, capítulo XI.

[49] Pinharanda Gomes, *o. c.*, p. 44, resumindo *O Primaz*, Ano I, n.º 1 de 23-X-1866, p. 3.

[50] *União Catholica*, n.º 17, de 27-X-1866, p. 203b.

de denegrir a figura do Prelado, saindo medianamente em sua defesa e recordando que tinha prevenido sobre o aparecimento desse jornal para denegrir o Arcebispo[51].

Responde a este *O Primaz* em artigo de fundo e sem título, sem pretender polémica discorrendo sobre a obrigação da visita pastoral da diocese. Lembra a atuação de D. Fr. Bartolomeu escrevendo que "*no cumprimento deste dever, não esfriou diante das escarpadas montanhas do Marão, nem tão pouco à vista dos íngremes e intransitáveis caminhos do Barroso*"; depois apresenta acusações contra o P. Lúcio, familiar do Paço, e fez reflexões sobre um artigo da *União Catholica*[52] sobre a desamortização com velada repreensão ao Arcebispo[53].

Mas quem vai assumir verdadeiramente a defesa do arcebispo D. José Moura será *O Partido Liberal*, acirrado pela comparação entre um santo Arcebispo e o do tempo, comentando em termos tais que vão desplotar a "*grande refrega*": "*O senhor D. José Joaquim de Azevedo e Moura, se não deu ainda a sua cama aos pobres, não concorreu, nem concorrerá nunca para entregar a pátria às mãos do estrangeiro, traindo vilmente a causa santa da independencia, como traiu o célebre Arcebispo, que se foi um prelado exemplar, foi um péssimo português*". Manhosamente procurou desviar as atenções para o Arcebispo Dominicano classificando-o de "*vil traidor da Pátria e falsificador do sufrágio do povo.*"[54].

Eram palavras duras de mais contra uma figura eclesiástica veneranda e santa, tida como de comportamento moral impoluto. Neste caso saiu à estacada o jornal lisboeta *O Bem Publico*, envolvido já com ele em várias questões polémicas de caráter religioso e com redatores bem informados e argutos, no artigo "O Partido Liberal e o Arcebispo de Braga", dizendo: "*Bem podia o* Partido Liberal *defender o sr. Arcebispo de Braga das acusações do* Primaz*, e cremos que poderia fazê-lo com vantagem [...] o* Partido Liberal *não tratou de mostrar o defeito da comparação; autorizou-a insultando o vivo, e cuspindo a desonra sobre o morto*". E concluiu, escandalizado: "*E é um padre, um cónego, um professor do Seminário bracarense, que por lisonja torpe a tanto se atreve! Não sabe louvar os vivos sem vituperar os mortos*"[55].

---

[51] *O Bracarense*, Ano XII, n.º 1323, de 25-X-1866, p. 1.
[52] *União Catholica*, n.º 16, de 20-X-1866, pp. 181-182.
[53] *O Primaz*, Ano I, n.º 2, de 30-X-1866, p. 1.
[54] *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 63, de 3-XI-1866, p. 1.
[55] *O Bem Publico*, Série X, n.º 17, de 10-XI-1966, pp. 1-2.

Quinze dias depois, *O Partido Liberal* voltou ao tema do patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, deixando de lado o arcebispo D. José Moura, até por já estar em contacto epistolar com Camilo Castelo Branco sobre o tema. Observa que a comparação entre Bartolomeu dos Mártires e D. José Moura era inadquada porque o morto fora um traidor, ao contrário do vivo. O único antecessor digno de ser confrontado com o vivo seria D. Fr. Caetano Brandão. Ora "*como Prelado, Bartolomeu dos Mártires foi do evangelho um comentário vivo […]*" mas "*como português legou-nos, traindo a causa da independência, um deplorável exemplo de fraqueza e deslealdade*". Partindo depois da obra de Fr. Luís de Sousa, enumera os atos suspeitos de traição concluindo que "*não merece a honra de ser inscrito nos nobres fastos do patriotismo*"[56].

Agora entra na polémica o jornal de Braga *União Catholica* com o artigo intitulado "Uma defeza miseravel", numa crítica feroz e fazendo coro com *O Bem Publico*, no qual entreviu com olhos de lince a estratégia de *O Partido Liberal"*:

> "*Quem quizer vêr uma boa causa perdida entregue a sua defeza ao* Partido Liberal*. Não ha quem tenha tacto para isso como elle. Sirva de prova a defeza da reputação do prelado bracarense que tinha sido vilipendiada por um jornal, e que elle tentou vingar. Cego pelo furor contra a reacção nem viu sequer que a linguagem d'aquelle jornal diffamador, era inspirada sómente por despeitos particulares. […] Quis lisonjear o prelado para talvez preparar algum despacho favoravel do Paço Archiepiscopal, e queimou-lhe um incenso tão podre que nauseou o prelado e todos os leitores.*
>
> *Desenterrou os mortos que expiraram em cheiro de sanctidade e deshonrou-lhes as cinzas venerandas, cuspindo na sua memoria calumnias e infamias! D. frei Bartholomeu dos Martyres […] foi acoimado de conspirador contra a patria, por não querer ser juiz na grave causa da successão ao throno portuguez, e por ter-se refugiado em Tuy para não partilhar as divisões partidarias.*
>
> *D'estes factos que so depõe em favor da indole pacifica e bemfazeja do venerando arcebispo, e do augusto caracter do seu sacerdocio, julgou o articulista poder tirar razões bastantes*

[56] *O Partido Liberal*, ano I, n.º 68, de 18-XI-1866, pp. 1-2. Para estas citações ver Pinharanda Gomes, *o. c.*, pp. 44-46.

para lhe impôr o ignominioso ferrete. [...] E é um conego da cathedral primaz, segundo affirma o Bem Publico *e se diz publicamente n'esta cidade que vem á imprensa insultar Deus no seu sancto!*

[...] A defeza foi miseravel. Os argumentos apresentados não justificam o epitheto de conspirador dado a um exemplar de virtudes como foi D. frei Bartholomeu dos Martyres, de quem disse o oraculo infallivel da Egreja, no decreto para a sua beatificação em 1845 – que possuira todas as virtudes, e em gráo heroico. [...] Que luminosa critica a do Partido Liberal*, ou antes que pureza d'intenções, e rectidão do julgar! Que historiador imparcial e que professor d'historia ecclesiastica, se é verdade ser este o auctor do artigo! [...] No primeiro artigo enxovalhou mais o prelado do que o jornal que o aggrediu e injuriou; no segundo compromette-se a si e a todo o partido liberal dando armas aos seus contrarios para combaterem a actual dynastia reinante"*[57].

O Partido Liberal só respondeu cautelosamente a *O Bem Publico* a 25 de novembro sugerindo-lhe que não se imiscuísse na polémica sobre Bartolomeu dos Mártires e dizendo que sobre ele já tinha dito o que tinha a dizer, embora pudesse escrever algo mais, se necessário fosse. Mas brevemente ia meter na polémica Camilo Castelo Branco[58]. Nessa polémica *O Primaz*, sentindo-se ligado à dura polémica que gerara, sem se meter de novo preferiu transcrever o artigo atrás referido de *Bem Público*[59].

Quem entra agora a sério no diferendo vai ser *O Bracarense* por não tolerar essas acusações baixas à carismática figura do Arcebispo publicando para o efeito mais três artigos sob o título "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a História" tendo por base a biografia de Fr. Luís de Sousa, que procurou confirmar com a tradição e as afirmações de outros escritores, do que concluiu que em nenhum dos seus atos se mostrou traidor à pátria nem submisso aos Filipes[60]. No primeiro de dezembro é a vez de voltar novamente à carga o *União Catholica* contra *O Partido Liberal*, que se constituiu "*advogado por*

---

[57] *União Catholica*, n.º 21, de 24-XI-1886, pp. 247-248.
[58] *O Partido Liberal*, Ano I, nº 70, de 25-XI-1866, pp. 1-2.
[59] *O Primaz*, Ano I, n.º 6, de 27-XI-1866, p. 2.
[60] *O Bracarense*, Ano XII, n.º 1336, de 27-XI-1866, pp. 1-2; n.º 1337, de 29-XI-1866, pp. 1-2; n.º 1339, de 4-XII-1866, pp. 1-2.

parte do diabo contra o venerando servo de Deus D. frei Bartholomeu" e que com um "*pirrhonismo verdadeiramente* diabolico *pretende sustentar o epitheto de conspirador contra a patria dado ao venerando arcebispo*". Referiu-se ao novo argumento aduzido por *O Partido Liberal* – ter mandado vir a artilharia do Porto para metralhar os portugueses que ousassem falar em pátria e independência – classificando-o de calúnia. Neste artigo, intitulado "*Um documento valioso*", publica o decreto da sua beatificação, datado de 23 de março de 1845, na certeza de que, se os juízes tivessem visbumbrado essa mancha na sua biografia, o processo pararia imediatamente. E, concluindo, tivesse paciência: ou havia de cantar a palinódia ou "supportar o ferrete de calumniador"[61]. Neste mesmo dia *O Bem Publico* assinalou as contradições de *O Partido Liberal* e mostrou-se virulento com o Cón. Joaquim Alves Mateus, que acusou de "*caluniador por ofício e contraditório por necessidade*"[62]. A 4 deste mês publicou *O Bracarense* o quarto artigo da série "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a História" continuando a expor os seus argumentos na matéria[63].

A luta jornalística agravou-se com a retoma ofensiva de *O Partido Liberal* entrando na guerra Camilo Castelo Branco, que em *Doze Casamentos Felizes*[64] se referira simpaticamente às visitas pastorais de D. Fr. Bartolomeu nas terras do Barroso, na linha de Fr. Luís de Sousa, e três anos depois, após se empenhar numa biografia do Prior do Crato na novela *O Senhor do Paço de Ninães*[65] (1867), no contexto da vida portuguesa após Alcácer Quibir, chafurdara na corrente antipatriótica do Arcebispo acusando-o de ter movido um processo ao Dr. Francisco de Caldas Pereira por instigador na revolta dos partidários de D. António, isso por entender "passar para Castela"[66].

---

[61] *União Catholica*, n.º 22, de 1-XII-1866, pp. 258-260.

[62] *O Bem Publico*, série X, n.º 21, de 1-XII-1866, pp. 175-176.

[63] *O Bracarense*, Ano XII, n.º 1339, de 4-XII-1866, pp. 1-2.

[64] *Obras Completas* de Camilo Castelo Branco, VIII. Porto: Lelo, 1988, pp. 1049-1059.

[65] *Obras Completas* de Camilo Castelo Branco, VI. Porto: Lelo, 1987, p. 292.

[66] Pinharanda Gomes, *Pensamento Português*, VII. Braga: Editora Pax, 1993, pp. 39-40; David F. Rodrigues, "Frei Bartolomeu dos Mártires em dois romances de Camilo" *in Cadernos Vianenses*, tomo 49 (2015), pp. 79-91, resumindo nas 87-91 o referido por Camilo: as propriedades de Ninães, alienadas por D. Teresa, tinham sido vendidas ao Dr. Francisco Pereira Caldas, de Braga, pai de Gabriel Pereira de Castro, o mais ardente propugnador dos direitos de D. António; dele, como douto e estimado do povo, se temia o Arcebispo e tão sobressaltado andava que, ao vizinhar-se o Prior do Crato de Aveiro, enfardelava a trouxa e a consciência de patriota para se passar ao seguro de Castela; infestado o território português por 20.000 soldados de fora e alguns milhares de traidores de dentro, o Arcebispo mandou processar Francisco Pereira Caldas, o qual previdentemente se tinha homiziado *(no fundo é o texto).*

É neste contexto que o grande romancista, sedento por despejar os seus conhecimentos sobre o comportamento político do Arcebispo dominicano, entra na refrega; só que tais conhecimentos eram muito gerais nem sempre exatos, com cronologia deficiente ou errada e desordem nos nomes. Ou o romancista conhecera os artigos de *O Partido Liberal* pela sua leitura ou até lhos teria enviado o Cón. Joaquim Alves Mateus, pois devem ter-se correspondido. Este vai publicar uns excertos de umas cartas recebidas, uns "documentos valiosissimos" comprovadores das traições antipatrióticas de D. Fr. Bartolomeu para "*tirar a limpo o ponto ventilado*". É aqui que Camilo refere o documento decisivo – *Mostrador Geral do Arquivo da Mitra* – elaborado pelo desembargador provisor geral Inácio José Peixoto, onde se mencionam documentos comprometedores de atos filipistas do Arcebispo. No fundo trata-se de um guia ou roteiro do Arquivo da Mitra. E, satisfeito, concluiu escrevendo: "*Pela nossa parte encerramos este debate*"[67].

A polémica prossegue continuando *O Bracarense* a defender a inocência do Arcebispo dominicano: neste momento expõe com certo desenvolvimento a participação de D. Fr. Bartolomeu nas Cortes de Tomar realçando que, se o Arcebispo traiu, então todos os portugueses traíram também, uma vez que todos prestaram juramento a D. Filipe I. Na conclusão manteve a sua de que *O Partido Liberal* caluniou o Arcebispo e desafiou o opositor a provar as acusações que formulara. Ainda dentro dessa polémica publicou também o decreto da beatificação e um folhetim com uma breve biografia do Arcebispo, extraída de *Serie Chronologica dos Prelados Conhecidos da Sé de Braga*, obra publicada anónima mas de José Correia, Coimbra, 1830[68].

A 8 de dezembro *O Bem Publico* respondeu a *O Partido Liberal* de 25 do mês anterior, e creio também ao de 5 do corrente, onde se publicam alguns excertos de umas cartas de Camilo a Joaquim Alves Mateus, as quais falam no célebre *Mostrador Geral do Arquivo da Mitra*, desafiando-o a publicar os documentos comprovativos do antipatriotismo do Arcebispo santo: "*Venham os documentos com que foi pedida a artilharia no Porto para metralhar o povo: queremos vê-los, queremos que se saiba claramente que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires lhe deu o destino ou que ao menos queria dar-lho, de*

---

[67] *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 73, de 5-XII-1866, pp. 1-2.
[68] *O Bracarense*, Ano XII, n.º 1340, de 7-XII-1866, pp. 1-2.

metralhar os seus vassalos que falassem em pátria e liberdade. Aqui o emprazamos solenemente para isso, com a cominação de o considerarmos um dos mais nauseantes caluniadores que temos conhecido"[69].

Entretanto *O Bracarense* amainou um pouco na frente pró-bartolomeana, em virtude de combater energicamente noutra, transcrevendo de *O Bem Publico* o artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e os Zoilos"[70].

É agora que a polémica atinge o auge com a publicação da primeira carta de Camilo no artigo intitulado "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e os Seus Defensores", precedida de uma nota da Redação em estilo triunfalista: "*Em meio do granizo de um temporal, desfeito, que passa sobre a nossa cabeça, é uma cousa consoladora termos por amparo o braço robusto do grande escritor. Incendem-se as cóleras, e chovem os anátemas.*". Aqui Camilo enfia o famigerado *Mostrador Geral do Arquivo da Mitra*, sem enviar os documentos nele mencionados por não saber da sua localização. Mas *O Partido Liberal* promete fazer tudo para a sua descoberta: "*Os documentos que atestam a afeição cega do Arcebispo D. Bartolomeu ao domínio estranho, devem estar aqui no Arquivo da Mitra, ou na Torre do Tombo. Faremos amanhã a verificação, a que hoje não podemos proceder.*"[71].

A 15 os principais polemistas atiram-se a *O Partido Liberal*. *O Bem Publico* desafia-o a provar o que afirmara e a comprovar que o periódico lisboeta não passava de um "*truão deslinguado*"[72]. Já *O Bracarense* no artigo intitulado "*Ao sr. Camilo Castelo Branco*" começou por esclarecer que no seu anterior artigo do n.º 1340 não visara Camilo, personalidade por ele considerada, pois as dúvidas referiam-se a *O Partido Liberal*, prometendo voltar em profundidade ao *Mostrador* e dar a Camilo o tratamento que merece[73].

O Partido Liberal volta-se agora para a frente levantada pelo *União Catholica* sobre a santidade do falecido Arcebispo no artigo "*D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a* 'União Catholica'": não duvidava dessa santidade, mas recusava aceitar os argumentos aduzidos pelo Decreto de 1845 pela causa da beatificação, ou seja, não duvidava por não crer em tal santidade; o que estava em causa era o patri-

---

69 *O Bem Publico*, série X, n.º 22, de 8-XII-1866, pp. 182-184.
70 *O Bracarense*, Ano XII, n.º 1341, de 11-XII-1866, pp. 1-2.
71 *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 74, de 13-XII-1866, pp. 1-2.
72 *O Bem Publico*, série X, n.º 23, de 15-XII-1866, pp. 192-194.
73 *O Bracarense*, Ano XII, n.º 1343, de 15-XII-1866, p. 1.

otismo do Arcebispo e sobre este esclareceu que o *União Catholica* não trouxe qualquer iluminação[74]. A 22 publicou *O Bem Publico* a segunda parte do artigo "A História e o Partido Liberal", ainda sem comentários às cartas de Camilo, cujos argumentos tentará refutar[75].

Simultaneamente vai retorquir-lhe o *União Catholica* em longo artigo, sem título, acusando de proferir insultos e injúrias, embora tivesse prometido o contrário no seu primeiro número: "*em fim tudo quanto cheira a catholicismo ou reacção, ou é combatido, ou negado, ou escarnecido*.". Devolveu-lhe depois a acusação de *garoto*: "*É verdade que elle se queixa de lhe chamarmos* garoto*, e tirou o pretexto para a accusação d'estas palavras que lhe dirigimos quando elle recusando-se a exhibir as provas da accusação contra o venerando arcebispo D. fr. Bartholomeu dos Martyres, enguliu a primeira calumnia e vomitou segunda suppondo-o sanguinario e despota* – Não quis discutir nem com o Bem Publico nem com o Bracarense, mas fez como os garotos, atirou nova pedrada, e levou-se. [...] *Conhecemos no snr. conego redactor do* Partido Liberal *muita habilidade e muita indole para estes pugilatos de lingua, o que lhe não vemos é sciencia e arte para discutir séria e proficuamente uma questão. As provas d'esta asserção temo-las encontrado nos artigos da sua lavra e a vemos no mesmo numero em que o articulista nos argue falsamente de lhe chamarmos* garoto*, e em que nos descompõe juntamente com o* Bem Publico*, outro alvo d'affrontas immerecidas*". E deu-lhe logo a resposta, exemplificando: repetiu os mesmos argumentos da *Tentativa Theologica* de António Pereira de Figueiredo, analisou a afirmação de santidade só a aplicando ao santo canonizado e a aceitação de um santo que seja traidor. E termina referindo os autores em que se apoiou para denominá-lo traidor: Fr. Luís de Sousa, o historiador Faria e Castro, Rebelo da Silva (esquecendo-se do *talvez*) e Camilo que apelou para o tal *Mostrador do Arquivo da Mitra* sem até então se saber o que ele diz. E concluiu: "*E que prova tudo isto? Que o accusador de D. fr. Bartholomeu dos Martyres não tinha fundamento para o accusar de tal crime; que procedeu temerariamente chamando-lhe traidor; que insultou a Deus no seu sancto*."[76].

Três dias depois *O Bracarense* no artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal" renova o desafio do *União Catholica*

---

[74] *O Partido Liberal,* Ano I, n.º 75, de 16-XII-1866, pp. 1-2.
[75] *O Bem Publico*, série X, n.º 24, de 22-XII-1866, pp. 199-202.
[76] *União Catholica*, n.º 25, de 22-XII-1866, pp. 292-295.

para serem apresentadas as provas documentais sobre o anti-patriotismo do Arcebispo santo, prometidas mas em falta; por isso até apresentá-las, o cónego de *O Partido Liberal* "não passa de um caluniador, apostado em atirar mancheias de lodo ao rosto do Arcebispo"[77].

O *União Catholica* continuou a defesa do Arcebispo no dia 29 em dois artigos: no primeiro referiu-se à acusação feita por *O Partido Liberal* de na sua defesa "insultar Deus no seu santo" alegando que não podia chamar-se santo por não estar então canonizado. Atira-lhe à cara esse grave insulto, que o foi também "*a historia, o bom senso, a patria, a Egreja e os catholicos portuguezes, que teem n'aquelle justo uma gloria que lhe foi sempre cara. [...] mas, ao que se não atreveu nenhum historiador; o que não ousou nenhum secular, fê-lo um padre!*". E conclui defendendo nele as virtudes heróicas dos santos e a sua atitude cristã de aceitação da divina providência. *"E com que fundamento? Nenhum."*. E na esteira do artigo de *O Bem Publico*, continua a clamar por documentos claros [78]. Seguidamente transcreveu o artigo, de *O Bem Publico,* intitulado "A historia e o Partido Liberal", a refutar a acusação lançada de "*truão deslinguado*" procurando pulverizar os autores invocados: Faria e Castro, Rebelo da Silva e Fr. Luís de Sousa[79].

O Bem Publico publicou nesta refrega o artigo "A História e o Partido Liberal" sempre a fazer uma defesa cerrada e contínua da honra do Arcebispo dominicano: a retirada para Tuy não foi por adesão aos Filipes mas sim pelo respeito devido à autoridade civil e eclesiástica do Porto, por causa da anarquia instalada em Braga e por aqui correr risco a sua vida[80].

O Partido Liberal no artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Bracarense" respondeu tanto a *O Bracarense* como a *O Bem Publico* defendendo que a biografia do Arcebispo de Fr. Luís de Sousa, se bem lida, agrava o antipatriotismo de D. Fr. Bartolomeu[81]. Dois dias depois *O Bracarense* analisou os argumentos da carta de Camilo, saída em *O Partido Liberal* de 13-XII-1866, parte do processo de "vil traição": põe em dúvida a crítica documental do romancista aceitando-as como suposições e lança mais uma vez o desafio de mostrar

---

[77] *O Bracarense*, Ano XII, n.º 1347, de 28-XII-1866, pp. 1-2
[78] *União Catholica*, Ano I, n.º 26, de 29-XII-1866, pp. 302-303.
[79] *União Catholica*, Ano I, n.º 26, de 29-XII-1866, pp. 303-307.
[80] *O Bem Publico*, série X, n.º 25, de 2-XII-1866, pp. 2076-207.
[81] *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 79, de 3-I-1867, pp. 1-2.

os documentos, com cuja crítica histórica se poderia alcançar a verdade[82]. Dois dias depois sai neste mesmo periódico o artigo "Ainda o Patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires" com a segunda carta de Camilo, datada de 7 de janeiro; é apresentada como sendo a "resposta cabal" ao artigo de *O Bracarense*, onde Camilo aduziu os argumentos por que D. Fr. Bartolomeu instaurou o processo contra o Dr. Francisco Pereira Caldas, grande patriota[83].

O *União Catholica* continua envolvido na polémica sobre D. Fr. Bartolomeu: embora no n.º 27, de 5-I-1867, a nada se lhe referisse, continuou a defender a sua santidade, uma vez que outros começaram a defender o seu patriotismo, como foram *O Bracarense* e *O Bem Publico*, não entrando na questão pelo lado histórico por outros o terem feito antes. Mas, como não podia admitir a exemplaridade e virtude do prelado e simultaneamente que fosse um péssimo português, continuou a publicar de *O Bem Publico* a plena refutação da tese de *O Partido Liberal*. E assim prosseguiu na publicação do estudo "A historia e o Partido Liberal" de *O Bem Publico* [84].

O Partido Liberal, no artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e *O Bracarense"*, saído a 13, procura defender o tão apregoado *Mostrador do Arquivo*, a sua grande esperança na polémica, pois, embora não contenha os documentos *ipsis verbis*, referiu a sua existência e o seu conteúdo: trata-se de documento autógrafo, genuíno, com indicações precisas e claras, e não apenas vagas generalidades; apontou o seu autor, o P. Inácio José Peixoto, que o redigiu com rigor. Portanto defesa do *Mostrador* mas sem Camilo[85].

Especialmente importante na polémica é o artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal" de *O Bem Publico*: neste escalpeliza a carta de Camilo linha a linha, concluindo tratar-se de acusações sem provas devendo, por isso, *O Partido Liberal* dar uma satisfação ao País por ter apresentado uma caricatura do arcebispo Bartolomeu: "traidor vil", péssimo portuguez", "atroz perseguidor"[86]. *O Bracarense* prossegue a defesa da honra de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Primeiramente no artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e os seus Detractores", insistindo

---

[82] *O Bracarense*, Ano XIII, n.º 1349, de 5-I-1867, p.p. 1-2.
[83] *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 81, de 10-I-1867, pp. 1-2.
[84] *União Catholica*, n.º 28, de 12-I-1867, pp. 327-331 (nas pp. 331-332 responde a insinuações dos dois cónegos redatores de *O Partido Liberal*).
[85] *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 82, de 13-I-1887, pp. 1-2.
[86] *O Bem Publico*, série X, n.º 28, de 19-I-1867, pp. 231-234.

no seu repto dos documentos históricos do *Mostrador*, os quais não aparecem, lastimando que Camilo se tivesse envolvido nesse processo apadrinhando o Cón. Alves Mateus[87]. Depois noutro artigo intitulado "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Mostrador", o salvador nesta polémica, onde aparece totalmente dissecado: um caderno de papel, com 25 folhas, cosido com três pontos de seda azul em forma de X, das quais apenas 23 escritas contendo 4441 citações de documentos do Arquivo da Mitra; tinha duas caligrafias diferentes, e nenhuma delas de Inácio José Peixoto, de quem não apresenta assinatura nem rubrica nem sinal, concluindo que esse caderno nunca foi nem podia ser o *Mostrador Geral do Arquivo da Mitra*. Portanto, tudo inútil por alicerçado num "documento apócrifo"[88].

No aceso da polémica *O Bem Publico* continuou a divulgar o estudo "D. Fr. Bartolomeu e o Partido Liberal" cuja segunda parte respondeu a Camilo defendendo o *União Catholica* e *O Bracarense,* e acusou *O Partido Liberal* de blasfemo. Na quarta série desse estudo refutou a validade do célebre *Mostrador*, considerando-o inadequado para tão graves acusações[89].

Nesse mesmo dia publicou o *União Catholica* o artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal" de *O Bem Publico*, o qual esmagava os argumentos de *O Partido Liberal*. Na respetiva nota introdutória absolvia o Arcebispo dominicano da acusação de "*vil traidor"* e adiantava que *O Partido Liberal*, embora o não confessasse, estava a ver a sua causa perdida[90].

O Partido Liberal prossegue energicamente a luta com o artigo "O Patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Bracarense" com tríplice finalidade: defender a validade do *Mostrador*, fazer a apologia de Camilo e publicar as terceira e quarta cartas do romancista. No elogio do célebre romancista escreve-se acerca de *A Divindade de Jesus*: "[...] *Lemos mais de vinte refutações da* Vida de Jesus *por Ernesto Renan; lemos nelas nomes alemães, franceses e italianos; nenhum português vimos além do nome do sr. Camilo. Tem Portugal sete ou oito mil padres e, entre eles, alguns teologos de nomeada. Nenhum escreveu, que nos conste, contra as doutrinas*

---

87 *O Bracarense*, Ano XIII, n.º 1355, de 19-I-1867, pp. 1-2.
88 *O Bracarense*, Ano XIII, n.º 1356, de 22-I-1867, pp. 1-2.
89 *O Bem Publico*, série X, n.º 29, de 26-I-1867, pp. 238-240, 240-242.
90 *União Catholica*, n.º 30, de 26-I-1867, pp. 352-356.

impias de Renan; fê-lo um leigo; fê-lo o sr. Camilo, acusado em Braga de falar contra as coisas de Deus"[91].

Na primeira carta a réplica camiliana gira à volta dos vocábulos *jurar* e *perjurar*, por *O Bracarense* ter insinuado perjúrio nas cartas. A derradeira missiva, datada de 23 de Janeiro e última no processo, veio em defesa da autenticidade e suficiência do tão propalado *Mostrador*[92].

No penúltimo dia de janeiro *O Partido Liberal* respondeu a *O Bracarense* com o artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Bracarense" sobre as devassas movidas pelo prelado ao Dr. Francisco Caldas Pereira e outros seguidores do Prior do Crato, insinuando com malícia que esse jornal era filipista[93].

O Bracarense retorquiu, por sua vez, a *O Partido Liberal* com o artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal", que não passa da transcrição do publicado por *O Bem Publico*, de 19 de janeiro, a melhor peça da refutação da defesa do *Mostrador* por Camilo[94].

Entra-se no mês de fevereiro com a refrega a arrefecer por esgotada. *O Bem Publico* edita o terceiro capítulo do estudo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal" replicando a Camilo e defendendo a imprensa bracarense opositora a *O Partido Liberal*[95]. O *União Catholica* republica o artigo de *O Bracarense* sobre o famigerado *Mostrador* após a sua revisão, sob o título "D. Fr. Bartholomeu dos Martyres", realçando na nota introdutória que "mostra não a *traição vil* do venerando arcebispo, mas a calumnia vil do detractor". Esse artigo até interessa mais pelas notas conclusivas: nada de documento *preciosíssimo.* Aparecendo depois outro folheto de 160 páginas vindo para a redação de *O Partido Liberal,* passou a perguntar quantos Mostradores havia, se era o do Arquivo da Mitra que passou para S. Miguel de Seide ou se se tratava de cópia tirada do

---

[91] Isso não é verdade. Veja-se a esse propósito uma nota sem título, mas expressiva, com texto tirado de *O Bem Publico*, em *União Catholica*, n.º 32, de 9-II-1867, pp. 381--382. E ainda o artigo "A impia obra denominada Vida de Jesus, pelo snr. Renan" *in Atalaia Catholica: Jornal Religioso*, vol. X (1863). Braga: Typographia Lusitana, pp. 345-352, 365-367, 396-399, 431-432, 445-448, 552-558,o qual contém os artigos publicados em *Union* por Mr. Laurentie, traduzido por F. P. Saído por ocasião da edição dessa obra em língua portuguesa.

[92] *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 86, de 27-I-1867, pp. 1-2.

[93] *O Partido Liberal*, Ano I, n.º 87, de 30-I-1867, pp. 1-2.

[94] *O Bracarense*, Ano XIII, n.º 1360, de 31-I-1867, pp. 1-2.

[95] *O Bem Publico*, série X, n.º 30, de 2-II-1867, pp. 246-248.

Arquivo. Escreveu ainda: "Seria bom que declarassem d'onde sahiu esse documento tão precioso de que ainda nos não citaram texto ou palavra alguma nem contra, nem a favor da *vil traição*. [...] Estamos anciosos por descubrir todas as provas da *vil traição* do sancto arcebispo, e só o Mostrador é capaz de as dar. Venham."[96].

O Bem Publico divulgou o quinto capítulo do artigo "A Historia e o Partido Liberal" dizendo que era tempo de resumir o debate e de mostrar que a história não autorizava as calúnias divulgadas por *O Partido Liberal* sobre a veneranda memória do Arcebispo, não percebendo como o classificava simultaneamente de santo e traidor[97].

A grande refrega está a concluir intervindo quase só o *União Catholica*. A 9 de março, na segunda parte do artigo "A União Catholica e os snrs. conegos do Partido Liberal", dentro da nova polémica sobre o ensino de heresias no Seminário Arquidiocesano e do processo judicial que levou à aplicação da coima de 10$000 réis a *União Catholica*, falou-se ainda nessa controvérsia a propósito da miserável defesa do arcebispo D. José Joaquim Moura, desenvolvida por *O Partido Liberal*: "*D. Fr. Bartholomeu, como não tinha que dár, é que não tinha quem o defendesse. A* União Catholica *veio defendê-lo das calumnias dos defensores do sr. Arcebispo.*". Quanto à defesa do Arcebispo vivo, "*Quem o accusava mais fortemente era o seu proprio defensor, tanto pelo que aceitava, como pelo que no seu furor partidario contra D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, accumulava para fazer-lhe carga, a começar por não vir a cortes n'uma questão politica, sem ver que ia ferir quem ha mais de doze annos deixou de vir a ellas, apesar das graves questões religiosas que alli se iam travar entre a maçonaria e a Egreja*". Quanto à defesa do Arcebispo vivo, lembrava que, metidas as mãos na consciência, algumas das acusações eram verdadeiras: o Prelado era diligente em fazer pastorais mas só "*como e quando o governo lh'as mandava fazer*", perguntando pelas que tinha produzido por obrigação do seu cargo. Era melhor calar porque a sua defesa só vinha prejudicar o antístete[98].

A conclusão da polémica estava à vista, pelo que o *União Catholica* veio com a terceira parte do artigo "A União Catholica e os snrs. conegos do Partido Liberal" onde se afirma como campeão da defesa da liberdade da Igreja[99] e mais outro em dois números

---

96 *União Catholica*, n.º 31, de 2-II-1868, pp. 362-364.
97 *O Bem Publico*, série X, n.º 31, de 9-II-1867, pp. 253-255.
98 *União Catholica*, n.º 36, de 9-III-1867, pp. 423-425.
99 *União Catholica*, n.º 37, de 16-III-1867, pp. 435-438.

que intitulou "Um Novo Mostrador", onde sintetisa as graves e repetidas contradições do agressor Joaquim Alves Mateus. E concluiu: "*O accusador de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres sumiu-se, mas deixou-nos na mão as provas da calumnia com que pretendeu manchar a memoria d'um dos mais insignes prelados, que se tem assentado na cadeira de S. Pedro de Rates, de S. Geraldo, de S. Martinho e outros; e um dos portuguezes que deu mais lustre á sua patria. [...] O calumniador mentiu a si proprio, e as suas contradições confirmaram a verdade historica de que o Prelado calumniado foi um virtuoso Prelado, e um portuguez de nome puro e immaculado. Honra ao accusado, e vergonha ao accusador*."[100].

A polémica ficou por aqui, inconclusa, sem que se publicassem os cinco documentos tidos como fundamentais pelo mítico *Mostrador*; nem sequer um resumo cronológico-histórico a dessedentar os espíritos mais curiosos.

III – REACENDIMENTO DA QUESTÃO DO PATRIOTISMO DESDE 1940 E SOBRETUDO 1960 POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

Alguns historiadores arrastaram a polémica sobre o patriotismo até 1895 com as duas publicações das cartas camilianas, que já referi, e com o desafio lançado pelo arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa a José Caldas para uma biografia abordando o homem. Esta-fez-se, mas só foi publicada no primeiro quartel do século XX e sem abordar o patriotismo do santo Arcebispo: *D. Frei Bartolomeu dos Mártires (profana verba)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1922, de 394 + 1 pp. Mas, vistas bem as coisas, nada se adiantou mais. Por isso entendi encerrar a polémica em 1867, abrindo um novo capítulo sobre o patriotismo a meados do século XX, por ocasião dos 500 anos do Arcebispo de Braga e na onda da sua canonização. Nem até hoje, penso, alguém publicou os cinco documentos referidos por Camilo no tão propalado *Mostrador* do Arquivo Primaz de Braga.

Refiro-me às efemérides do oitavo centenário da Fundação (1140) e do terceiro da Restauração (1640) de Portugal, do quarto centenário da eleição de D. Fr. Bartolomeu (1559), do encerramento do concílio de Trento (1563) e da morte do Arcebispo (1590). Prolongo

[100] *União Catholica*, n.º 37, de 9-III-1867, pp. 438-440; n.º 38, de 23-III-1867, pp. 446-447.

o tempo até 2015 para abranger ainda os estudos de Aurélio de Oliveira e de Artur Anselmo de, respetivamente, 2006 e 2015, aquele especialmente importante. Passo a apresentar uma síntese do pensamento dos autores desses estudos, ordenados cronologicamente.

3.1. Mons. José de Castro (1940-45)

"Venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires" *in Congresso do Mundo Português*, Vol. VI /tomo I. I Secção: *Domínio Felipino*, 1940, pp. 117-136; conferência no Salão Nobre do Seminário Conciliar de Braga em 27-I-1945. Escola Tipográfica da Oficina de S. José, 1945; *Venerável Bartolomeu dos Mártires (Arcebispo e Senhor de Braga)*. Porto: Casa Nun'Álvares, 1946. Tudo coligido na obra recente de Mons. José de Castro, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires e outros textos sobre o Venerável.* Diocese de Bragança-Miranda, s. l., 2014. Baseado sobretudo na documentação do Arquivo Secreto Vaticano e em Fr. Luís de Sousa.

D. Fr. Bartolomeu gozava da admiração e respeito de D. António, seu aluno. Aquando da comprovação da sua legitimidade, D. António tratou com o núncio Mons. Alexandre Frumento desta causa numa carta de 12 de agosto de 1579 a respeito dos juízes da legitimação, escrevendo: "*Não faltam neste Reino Prelados santos que muito amigos de Sua Alteza [...] com eles pode entrar o Arcebispo de Braga, a cuja virtude pode Sua Santidade confiar maiores causas do que esta*"[101].

Já na questão da sucessão transparece a adesão e simpatia do Arcebispo por D. Catarina de Bragança. Na verdade, esse mesmo Núncio, numa carta ao secretário de Estado de Gregório XIII, Cardeal Cômo, informa que os Bispos mais íntimos do Cardeal Rei tinham inclinação pela Infanta D. Catarina. E acrescenta Mons. José de Castro: "*Ora, o Arcebispo de Braga não tinha só inclinação pela Duquesa, tinha intimidade com ela*"[102]. Na verdade, após a viuvez de D. Filipe I, pensaram os Duques de Bragança em que ele casasse com uma sua filha e nesse sentido suplicaram a Gregório XIII que tratasse desse matrimónio com o rei espanhol. Então pediram a D. Fr. Bartolomeu, devido ao seu prestígio perante esse Papa, que lhe escrevesse nesse sentido. É neste contexto que D. Fr. Bartolo-

---

[101] ASV., *Nunz. di Port.*, vol. 7, fol. 462; José de Castro, *o. c.*, p. 156.
[102] José de Castro, *o. c.*, p. 156.

meu escreveu, a 28 de dezembro de 1589, uma pequena carta ao Pontífice cuja síntese está neste período: "*Supondo que El-Rei queira casar, seria de utilidade para Portugal que casasse com uma das filhas do Duque de Bragança*"[103]. Conclusão: havia certa intimidade entre D. Fr. Bartolomeu e D. Catarina, a ponto de conhecer o seu prestígio junto do Papa e confiar-lhe o segredo desse possível casamento.

A sua posição é claríssima distinguindo entre os chefes temporais ou Governadores e o chefe espiritual ou bispo, comprometido na paz espiritual e social. D. Fr. Bartolomeu empenhou-se em impedir a fatal expedição de Alcácer Quibir perante o drama da sucessão, em vez de enfileirar por um dos candidatos empenhou-se em rezar e mandar rezar e fazer procissões para que Deus lhes desse o melhor rei; e que aguardassem serenamente a ansiada decisão dos Governadores. Já aclamado D. António e após a derrota de Alcântara, perante as pressões dos partidários do Prior do Crato fez reunir os cidadãos bracarenses no Paço Arquiepiscopal para votarem secretamente em quem entendiam ou pretendiam que fosse rei, recolhendo ele pessoalmente os votos. Recolhidos estes, concluiu-se com estupefação sua que o partido pró-D. Filipe I teve larga maioria não segundo "sua tenção". Que fazer? Pessoa de paz, não quereria seguir o partido minorista mas ativíssimo e contra o voto dos Governadores. Também não quis impor o mais votado, porque não era patriótico ou segundo "sua tenção" e seguindo um partido, ao contrário dos outros bispos com exceção também do de Miranda do Douro. Então, deixando vencidos e vencedores, retirou para Tuy. Mas fez isso amarguradíssimo, pelo que caiu gravemente doente. Entretanto chegara-lhe a severíssima reprimenda que o legado pontifício junto de D. Filipe I, Card. Alexandre Riário, hóspede de D. Filipe I em Badajoz, lhe enviara a 4 de outubro de 1580, acusando-os de cumplicidade nas violências partidárias de D. António, pelo que lhe ordenou que procedesse contra eles, sob pena de interdito e suspensão e de ameaça da pena de contumácia depois, à instrução de processos com todos os rigores canónicos e o seu envio a ele Legado. Devia sentir-se duramente censurado com esta provação, vinda do Cardeal-legado em conivência dos três Governadores e do bispo de Viseu.

Consumada a conquista e bem assente D. Filipe I no trono com desaparecimento de D. António, convidado para as Cortes de Tomar

---

[103] ASV., *Nunz. di Port.*, vol. 4, fol. 130.

procurou esquivar-se com o argumento dos achaques e da idade; não colhendo perante o monarca, acede ao segundo convite mas alegando o inconveniente da primazia das Espanhas no arcebispado de Braga contra a reivindicação de Toledo, tendo de levar a cruz alçada. E D. Filipe I, que no concilio de Trento impediu essa prerrogativa de Braga, acabou por manhosa e politicamente aceitar essa exigência, vindo assim confirmar a primazia de Braga. Desta maneira o Arcebispo Dominicano atravessou de cruz alçada o território e entrou em Tomar a 2 de abril de 1581 dirigindo-se ao respetivo aposento. E aí perante um notário apostólico, com as competentes testemunhas, fez redigir um instrumento público a declarar que na qualidade de Primaz das Espanhas atravessara sem contestação alguma a terra portuguesa entrando em Tomar. Quem não gostou nem concordou foram os arcebispos de Lisboa e de Évora, que lavraram um protesto perante o doutor Pêro Álvares de Freitas, prelado ordinário da vila de Tomar *nullius dioecesis.* E nessa condição presidiu ao ato de juramento do rei e foi no coice da procissão realizada após a cerimónia das Cortes. Admirável patriotismo o seu: só vai após a segunda insistência, exige a confirmação da primazia (e depois também as outras honras vindas dos reis antecessores), sem querer outra coisa senão a aceitação da renúncia. Os outros portugueses, pelo contrário, aparecem lá a honrar o rei, a sujeitar-se-lhe e a pedirem benesses e mais benesses.

3.2. Fr. Raul de Almeida Rolo, O. P. (1964)

"O patriotismo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires" *in O Distrito de Braga*, III (1964), fasc. I-II, pp. 97-126.

O artigo começa por uma pequena introdução com crítica acerba a Mota Júnior por focar o antipatriotismo do Arcebispo e a recomendar aos estudiosos e analistas que os acontecimentos históricos têm de ver-se no respetivo contexto e conjuntura: 1580 não é 1383-85 com D. João I e D. Nuno Álvares Pereira nem 1640 com D. Luísa de Gusmão e o Duque de Bragança. Depois há mais seis pequenos capítulos. O Autor mostra-se seguro na matéria, que elaborou com documentação do Arquivo Geral de Simancas, do Arquivo Secreto Vaticano (sobretudo da Nunciatura de Portugal) e dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Como um senão é de frisar que muitas vezes falta a cronologia nessa documentação, o que é pena porque em História essa é fundamental.

O primeiro – **Muitas cabeças para uma coroa** – defende que o legitimo rei era Filipe II pela primogenitura, pois na conceção jurídica e na teoria da realeza vigentes, de direito divino, os reinos transmitiam-se como jóias de família. Por isso começou por ensaiar-se a solução legal após a ascensão do Cardeal-Rei: o seu casamento com dispensa papal para continuar na dinastia por descendência natural. Perante o falhanço desta que urgia, dada a avançada idade do Cardeal a caminhar a passos largos para o fim, a única via a seguir para manter a sobrevivência e independência da pátria era a patriótica, como dizia o dominicano Fr. Luís de Sotomaior em Coimbra, a qual deveria ter seguido D. António. Mas não, tendo preferido a de que era filho legítimo do infante D. Luís e de Violante Gomes a Pelicana, inteiramente falhada, com contradições e até impossível. Por isso veio a incorrer nas fúrias e ódio do tio e Cardeal, saído em defesa da honra do irmão, e também da Junta dos Governadores na sua sentença de 17 de julho de 1580.

No segundo – **Herói ou Despeitado?** – apresenta um Filipe II convencidíssimo do seu direito e um D. António tímido e contraditório, pois jurou aceitar a sentença mas violou-a depois tornando-se perjuro, reconheceu Filipe II ao propor-lhe pesadas condições para desistir, arrogante e violento nas ameaças e ações, e sem uma verdadeira estratégia de atração dos verdadeiros portugueses. Aveiro, tomada à força, foi saqueada com enforcamento de alguns; o seu edicto de 12 de setembro ameaçou de traidores e desleais os que tinham tomado voz por Filipe II, de confisco das fazendas para a coroa, de desnaturados do Reino e das penas que merecessem. A estratégia de Filipe II era diametralmente oposta: o duque de Alba ordenara a Sancho de Ávila que estorvasse saquear qualquer desses lugares nem os tratasse mal. No caso do Porto, Pantaleão de Sá e os capitães do Conde Lemos abandonaram a cidade antes da luta; depois de tomada pelos seus adeptos, D. António exigiu 100.000 cruzados dentro de um dia sob ameaça de saque, e ainda saquearam as casas dos que tinham fugido. Essa gente ferida com tal procedimento fará com que resista poucos dias, pois, vingando-se, indicaram a Sancho de Ávila o local da passagem do rio e forneceram-lhe barcos de passagem.

Importante o capítulo III – **Um caso de consciência** – Nas Cortes Gerais de Almeirim a jurisprudência ficou de estudar o caso face aos direitos dos pretendentes e do direito vigente, tendo todos os candidatos jurado no primeiro de julho de 1579 aceitar como rei

aquele que nomeasse o Cardeal e, na sua falta, a Junta dos Governadores. A 20 de abril de 1580 em Almeirim os Governadores enviaram uma carta-circular a todos os Prelados lembrando a obrigação de manter os juramentos das Cortes e dando normas para cada um juntar às orações a prudência e a precaução requeridas; naturalmente uma destas chegou a D. Fr. Bartolomeu, que enviou aos párocos e mais clero uma circular datada de 11 de maio e passada em Santa Maria de Outeiro Seco (Chaves), onde destacou, entre outros, estes pontos fundamentais: aguardarem a sentença dos Governadores e estarem por ela, não tomarem voz por nenhuma pessoa e resistir pelas armas a qualquer que pretendesse apossar-se; nem tocariam em pessoas particulares e pediriam nas suas orações que Deus quisesse dar a estes Reinos a paz e quietação, e ordenasse na sucessão quem fosse melhor para o seu santo serviço[104]. E é isto o que fará pessoalmente e fará observar aos seus diocesanos. O seu patriotismo está completamente condensado aí: seguir o que a autoridade constituída ordenara e que os representantes dos candidatos e os procuradores tinham jurado. Portanto, uma posição legalista, tornada filipista porque decretada pelos Governadores.

No capítulo IV – **Dinamismo de um Ideal** – vê-se a aplicação prática do traçado na carta-circular. Na falta de candidato sério que defendesse e assegurasse a liberdade da pátria, preso na sua consciência à jurisprudência jurídica e à doutrina do direito divino da realeza, aceitou a sentença dos Governadores e as suas consequências, mas sem alvoroço nem precipitação. Essa sentença só foi dada em Castro Marim a 17 de julho, e o Prelado só a pôs em prática a 2 de setembro, mas acrescenta Raul Rolo: "*sem nenhum daquele anacrónico aparato democrático que Fr. Luís de Sousa finge*"[105]. E aqui discordo completamente dele, pois defendeu isso por não ter consultado as vereações da Câmara Municipal de Braga dessa data. Acrescenta que por essa data a aclamação de Filipe II no Norte foi geral, excetuando-se Guimarães, Ponte de Lima, Viana e Vila Nova de Cerveira, falando-se numa relativa calma sócio-política. Por essa sua conduta de bom senso e legalista o Arcebispo era um dos ameaçados de D. António: Garcia Sarmiento escreve que D. António lhe "*havia prometido que as suas negras haviam de jogar a pelota*

---

[104] Arquivo Geral de Simancas, *Estado, Leg. 412*, doc. 170. Publicada por Raul de Almeida Rolo, *O patriotismo de D. Frei Bartolomeu*, pp. 111-113.

[105] Raul de Almeida Rolo, *O patriotismo de D. Frei Bartolomeu*, p. 115.

com a sua cabeça nas muralhas do Porto"[106]. Fala da fuga de muita gente do Porto, mas tem errada a data do regresso do Arcebispo a Braga: escreve que a 3 de novembro o bispo de Tuy comunicara a Filipe II que "*o Arcebispo de Braga e o bispo do Porto foram para suas igrejas no sábado, 20 de outubro, e assim regressam todos os que tinham fugido*"[107].

O penúltimo capítulo intitula-se **"Arcebispo e Senhor de Braga**", defendendo que a cidade de Braga manteve a fidelidade ao seu senhor e que as revoltas populares, reacendidas de vez em quando, deviam-se a instigação e apoio vindos de fora: de Luís de Brito, visconde de Ponte de Lima, que juntava gente para pôr cerco a Braga e que para isso mandou trazer tiros grossos de Viana para Ponte de Lima; mas não refere qualquer ameaça de Martim Lopes de Azevedo, capitão-mor de Prado. Nesta conjuntura D. Garcia Sarmiento escreveu ao Arcebispo que lhe punha à disposição 7000 homens e, querendo, seu filho Diogo e Lopo Gomes viriam logo com a gente que quisesse[108]. Em apoio da sua tese transcreve uma carta do Arcebispo, creio que a Garcia Sarmiento e sem data, em que dizia que esses homens inquietaram grandemente os moradores da cidade querendo por força tomassem voz por D. António, ferindo alguns por não quererem fazê-lo; depois, ausentando-se, solicitaram Luís de Brito e o Presentado da Alçada de Grijó, o Corregedor e outros que os molestaram, prenderam os que acharam na sua jurisdição, tolheram-lhes o comércio e impediram-lhes as rendas[109]. Finalmente, resumiu um documento publicado em 1939 pelo doutor Avelino de Jesus da Costa, o qual dá a entender que os agitadores de Braga, na falta de apoio da cidade, solicitaram-no exteriormente e, pensando "*que estava já prestes a gente que esperavam da vila de Prado e seu termo*", armaram um motim ameaçando o Arcebispo com uma estocada de espada quando ia numa procissão de Nossa Senhora na Rua de S. Marcos. Por isso, o Prelado foi retirado para o interior de uma casa e, acudindo toda a cidade com armas e boa ordem, levaram-no

---

[106] Arquivo Geral de Simancas, *Estado, Leg. 424*, doc. 223; Raul de Almeida Rolo, *o. c.*, p. 116.

[107] Arquivo Geral de Simancas, *Estado, Leg. 424*, doc. 56; Raul de Almeida Rolo, *o. c.*, p. 117.

[108] Arquivo Geral de Simancas, *Estado, Leg. 412*, n.º 239; Raul de Almeida Rolo, *o. c.*, p. 118.

[109] Arquivo Geral de Simancas, *Estado, Leg. 412*, doc. 45; Raul de Almeida Rolo, *o. c.*, p. 119.

ao Paço[110]. Terminada a guerra, mandou tirar devassa dos culpados e cabecilhas que, temendo severo castigo, se tinham ausentado, pelo que se teria limitado a não voltar a admiti-los, até porque temia quo o povo os matasse ou maltratasse; e a três condenados à morte em processo regular, deu-lhes o perdão[111]. Mas não foi tudo tão linear, pois há o processo de Martim Lopes de Azevedo. Já o caso do Dr. Francisco de Caldas Pereira é bem mais complexo.

Rematando com o capítulo VI **– Integridade de Caráter:** refere o seu regresso de Tuy a Braga a 20 de outubro[112], onde entrou no primeiro de novembro; contristou-se-lhe a alma com o triste espetáculo da sua cidade com cerca de 2000 soldados espanhóis aboletados, pelo que pediu ao General que retirasse alguns. Como tivessem sido poucos, o Arcebispo escreveu a Filipe II para permanecerem no máximo entre 400 a 500, tendo sido atendido e ficando depois a cidade liberta dessa gente, que a oprimia. Termina falando do Rei e do Arcebispo nas Cortes de Tomar em 1581 e no juramento de lealdade daquele num missal colocado nas mãos deste como Primaz das Espanhas, qual noviço nas mãos do superior. Nada disso, pois o missal não estava nas mãos do Arcebispo nem nas de ninguém. Aí tratou-se também da possibilidade de outro casamento do Rei que, a fazer-se, era do agrado dos Portugueses fosse com uma das filhas do Duque de Bragança. Sobre a simpatia do Arcebispo perante os Bracarenses, referiu a sua renúncia efetiva a 22 de fevereiro de 1582, regressando ao seu convento dominicano, em Viana. Sucedendo-lhe D. João Afonso de Meneses, falecido precocemente cinco anos depois, requereram ao Papa o seu regresso dando-lhe um ou dois coadjutores. Mesmo depois de morto, os Bracarenses pretenderam a presença do seu cadáver, pelo que os Vianenses puseram guardas de proteção.

3.3. Joaquim Veríssimo Serrão (1964)

"D. Bartolomeu dos Mártires e a sucessão de 1580" *in Sonderdruck aus Portugiesische forschungen der Görresgesellschaft Heraus-*

---

[110] Arquivo do Seminário Conciliar de Braga, *Códice 42*; Raul de Almeida Rolo, *o. c.*, p. 119, não mencionando o título nem o lugar da publicação. Mas intitula-se "Atitude dos Bracarenses em 1580" e foi publicado *in Diário do Minho*, de 5 de dezembro de 1939 (*Cónego Avelino de Jesus da Costa no «Diário do Minho».* Braga: Edição da Empresa do Diário do Minho, L.da, 2008, pp. 389-391).

[111] ANTT., *Annua dos Jesuítas*, ms. de livraria, n.º 690.

[112] Errada a data, pois foi a 29.

gegeben von Hans Flasche. Munster/ Vestfália, 1964, pp. 261-272. Situa-se na corrente de Queirós Veloso, que fez do Arcebispo santo um "filipista convicto"[113]. Integra-o, portanto, no grupo dos "legalistas"[114], isto é, dos que esperavam apenas o momento propício para marcarem a sua escolha nessa gravíssima crise; no caso por D. Filipe I. Por isso acrescenta que o período de julho a setembro de 1580 revela a intenção do arcebispo de Braga de vir a abraçar a causa de D. Filipe I, sem o definir como "filipista convicto". E prova a sua tese fundamentalmente com documentos recolhidos no riquíssimo manancial do Arquivo Geral de Simancas[115]. A aclamação de D. António na vila de Santarém, a 19 de junho, alastrou-se a várias terras do reino, devendo ter chegado a Braga antes do final do mês, cidade em que se achava toda a diversidade de humores, aqui no sentido das três fortes correntes supramencionadas: primeiro a dos que pretendiam a imediata eleição de D. António; depois a do grupo dos filipistas, que reconheciam a sua causa perdida pelo engrossamento do partido de D. António; a do Arcebispo ou da legalidade, explicando que era forçoso aguardar a derradeira sentença dos Governadores dentro da unidade e manter a paz a todo o custo, chegando a convencer uma parte da população a só aceitar aquele que o Arcebispo, seu senhor e pastor, lhes nomeasse como quem melhor que todos entendia o que a todos cumpria. Entretanto os Governadores fogem para Setúbnal e Algarve publicando a 17 de julho o manifesto de Castro Marim a declarar Filipe II como legítimo rei. Com isso acabaram os escrúpulos dos Legalistas em aclamá-lo rei, passando a defender abertamente o que até então sustentavam encobertamente. Como sucedia noutras terras das redonezas, o partido de D. António procura aclamá-lo em Braga mas o Arcebispo deverá ter-lhes feito refletir que "*nem Braga só era parte para eleger, nem para sustentar quem elegesse; e toda eleição é ridícula quando se faz por quem não tem poder pera a fazer ou pera a manter*"[116].

---

[113] Queirós Veloso, *O Interregno dos Governadores e o breve reinado de D. António*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1953, p. 193.

[114] O grupo dos **legalistas** definirá a opção dos que esperavam a sentença dos Governadores na linha definida por D. Henrique: por ele em sua vida ou pelo colégio dos cinco Governadores após o seu falecimento. Era, portanto, uma terceira via: filipista, antoniana e legalista; mas, após a sentença de Castro Marim, identificou-se com a filipista.

[115] Joaquim Veríssimo Serrão, *D. Bartolomeu dos Mártires e a sucessão de 1580*, p. 266.

[116] Frei Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires. Com prefácio e notas do Prof. Augusto Reis Machado*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1946, II, pp. 268-269.

Entretanto há a fatal derrota de Alcântara a 25 de agosto, dirigindo-se D. António para o Norte a procurar um derradeiro bastião de defesa na cidade do Porto com o apoio da província de Entre Douro e Minho. A 29 deste mês, talvez já conhecedor da tragédia, o Arcebispo na sua linha legalista diligenciou aderir à causa dos Filipes: escreveu ao Adiantado da Galiza, D. Garcia Sarmiento de Sotomaior, que com forte exército aguardava o momento de penetração na fronteira do Minho, informando-o da partida do licenciado Gaspar da Costa para tratar de cousas que convinham ao serviço de Deus e bem da cidade de Braga, devendo dar-lhe todo o crédito[117].

Por sua vez, D. António tinha no Norte um partidário de grande ânimo e iniciativas como fronteiro de Entre Douro e Minho, Luís de Brito, visconde de Ponte de Lima, que em 26 publicara um edicto a notificar os habitantes das comarcas de Viana Foz do Lima e de Guimarães para se alistarem no seu terço de voluntários[118]; dois dias depois enviou cartas a Francisco Geraldes, embaixador em França, e a Gaspar Barbosa Cabeças, comerciante português em La Rochelle, pedindo o envio urgente de socorros por falta de tudo o necessário para defesa[119]. Pensava, portanto, na aclamação de D. António nas terras da sua alçada, especialmente no Porto. Só isto explicará a desesperada carta de D. Fr. Bartolomeu a D. Garcia Sarmiento por constar-lhe que a população de Braga desejava matar o Arcebispo por não querer aderir nem aclamar D. António, pelo que sugeria a simulação de preparativos de guerra a fim de impedir Luís de Brito de se apoderar de Braga; entretanto ele Arcebispo guardaria justiça e faria aclamar D. Filipe I; parece até que o Arcebispo escrevera a D. Filipe I[120]. Nesta linha de ideias não se teria nenhuma eleição pelos cidadãos nos Paços do Arcebispo, sendo isso um artifício literário de Fr. Luís de Sousa para limpar a memória do Arcebispo[121]. A 4 deste mês há outra carta do Prelado a Sarmiento acusando a receção da sua missiva datada de 2 e declarando-lhe que no dia anterior à sua receção ele e a cidade tomaram voz pelo Rei

---

[117] A. G. de Simancas, *Estado, Legajo 412*, n.º 234. Publicada por J. V. Serrão, *D. Bartolomeu dos Mártires*..., p. 268.

[118] A. G. de Simancas, *Estado, Legajo 412*, n.º 233.

[119] Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António, prior do Crato*, vol. I (1580-1582). Coimbra, 1956, p. 127.

[120] A. G. de Simancas, *Estado, Legajo 412*, n.º 235.

[121] Frei Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bartolomeu*..., II, p. 268; Joaquim Veríssimo Serrão, *D. Bartolomeu dos Mártires*..., pp. 269-270.

Católico[122]; acrescentou que a partir do dia 3 abrandaram os vizinhos no seu furor, pelo que não seria necessário vir a gente de lá que lhe tinha oferecido, mas devia mostrar que estavam postos em armas para investir os lugares da raia que não estivessem quietos, a fim de com isso desistirem de vexações[123]. A 9 respondeu D. Garcia de Sarmiento, pela pena do português Lopo Gomes, à carta do Arcebispo: um grosso contingente de 7.000 homens tomaria o caminho de Braga para resistir aqui às forças de Luís de Brito, defender a posição do Prelado e manter o povo na obediência a Castela; se fosse preciso, iriam D. Diogo, seu filho, e Lopo Gomes com quem quisessem levando espingardeiros e besteiros, indo até imediatamente, sabendo Lopo Gomes o caminho pela Ribeira de Omem (*sic)* de Regalados sem ninguém o contradizer[124].

Entretanto D. António fixou-se no Porto de 30 de setembro a 23 de outubro. Os habitantes de Braga, encorajados pelas palavras do jurista Dr. Francisco de Caldas Pereira e Castro, amotinaram-se levando o Arcebispo a retirar para Tuy. Na primeira semana de outubro Martim Lopes de Azevedo, capitão da vila de Prado e fervoroso adepto de D. António, conseguiu penetrar em Braga sendo-lhe confiada a jurisdição da terra e nomeado alcaide-mor.

Mas há a derrota rápida de D. António por Sancho de Ávila, que conquistou com incrível facilidade a Cidade Invicta obrigando o monarca a rapidíssima fuga até Viana, sem que fosse aprisionado nem que algum traidor o denunciasse. A 27 deste mês nova carta do Arcebispo a D. Garcia Sarmiento acusando uma sua e outra de Sua Majestade a cumulá-lo de mercês e favores, que não sabia como agradecer humanamente em toda a sua vida senão encomendá-lo ao Senhor com mais fervor; a respeito da sua profunda debilidade física, informou-o de que raramente se conseguia manter de pé, mas esperava regressar brevemente a Braga[125].

Concluindo: destas missivas conclui-se com clareza a via legalista do Arcebispo numa primeira fase, depois a sua adesão enco-

---

[122] Arquivo Municipal de Braga, *Vereações de 1580*, fls. 18v-19v seguindo-se um caderno de 6 folhas com numeração as quatro primeiras com texto; publicada *in Bracara Augusta*, XLII (1990), pp. 673-679.

[123] A. G. de Simancas, *Estado, Legajo 412*, n.º 236. Carta publicada por Joaquim V. Serrão, *Dom Bartolomeu…*, p. 270 e *in Bracara Augusta*, XLII, pp. 680.

[124] A. G. de Simancas, *Estado, Legajo 412*, n.º 239. Carta publicada por Joaquim V. Serrão, *Dom Bartolomeu…*, pp. 270-271.

[125] A. G. de Simancas, *Estado, Legajo 412*, n.º 159 (259?). Carta publicada por Joaquim V. Serrão, *Dom Bartolomeu…*, pp. 271-272.

berta e, por último, o apoio firme às forças filipistas. Reconheceram-no tanto D. Garcia Sarmiento como D. Filipe I, que por isso o terá cumulado de mercês[126].

3.4 Pinharanda Gomes (1990)

"A grande refrega sobre o patriotismo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires" *in Humanística e Teologia*, vol. II, Porto, 1990, pp. 325-360; *in Actas do Colóquio do IV Centenário da morte de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. Lisboa: 1991, pp. 99-153 (este com as cartas de Camilo); *in Pensamento Português*, VII. Braga: Editora Pax, 1993, pp. 38-64. Neste estudo Pinharanda Gomes procurou, sobretudo, sintetizar a polémica entre os intervenientes na refrega sem especial investigação com exceção das notas biográficas, mas ressalvando sempre a santidade do bondoso Arcebispo. Dispenso-me de resumir aqui o seu trabalho, pois está já, e bastante desenvolvido, a partir sobretudo do seu estudo, no capítulo segundo no ponto 2.2 *Polémica jornalística sobre o comportamento político de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, onde acrescentei alguns dados biográficos novos dos dois cónegos de *O Partido Liberal*.

3.5 Aurélio de Oliveira (2006)

"Braga ao tempo das crises e da usurpação: o *Diário* de Aurélio António Baldino" *in Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. I, pp. 391-415. Estuda o tema relacionando-o sobretudo com a história socioeconómica no período de 1579-1582, usando como fonte principal o *Diário* de Aurélio António Baldino[127]. Começa por identificar o autor desse desconhecido *Diário*: um italiano, eclesiástico, "escrevedor de Breves", que prestara serviço ao Rei de Portugal e ao Arcebispo, tanto na Itália como em Portugal; um colaborador do Arcebispo, que o terá trazido consigo provavelmente após a conclusão do concílio de Trento, havendo-o acompanhado às Cortes de Tomar; escrevia alternadamente em português e em italiano. Simples eclesiástico, que veio a ser cónego prebendado na colegiada

---

[126] Joaquim V. Serrão, *Dom Bartolomeu…*, p. 272.

[127] Embora não indique a sua localização, aponto esta e respetiva cota: *Biblioteca Nacional de Lisboa*, cod. 11136, microfilme 787.

de Guimarães; anotou que o quiseram fazer "vizinho" de Braga propondo-lhe um casamento com uma mulher de boa renda e "onesta". Faltam-lhe referências nas gentes bracarenses e também nas biografias do Arcebispo, a começar por Fr. Luís de Sousa. O manuscrito é extenso tendo 250 páginas, por vezes com dificuldades na leitura.

Na introdução o Autor escreveu que a sociedade portuguesa estava então dividida pendendo na sua esmagadora maioria para D. António, prior do Crato, isto tanto em Braga como na província de Entre Douro e Minho. Metodologicamente fala na conveniência da separação dos dois campos de ação: o da política e o do formador e reformador à frente da Mitra. Depois os acontecimentos políticos têm outros ingredientes, ou seja, o quadro económico e social, o que ajudará a compreender algumas revoltas sob a forma de motins populares. Estas crises económico-sociais ajudarão a compor a reação política. Vê-se já que o seu pensamento correrá muito paralelo ao de J. Veríssimo Serrão fazendo enfileirar o Arcebispo na via legalista e filipista. Anota logo no início que, se Fr. Luís de Sousa e D. Rodrigo da Cunha o fizeram neutral por fugir a parcialidades, a nova documentação esclarece a sua verdadeira movimentação e atuação: mostra-o muito mais envolvido do que se suspeitava na defesa da causa de D. Filipe I por considerar esta a que melhor servia a pacificação do Reino.

Depois da derrota de Alcântara aceita-se que ficaram praticamente só os resistentes, mas o *Diário* mostra um quadro diferente. Desde a primeira aclamação de D. António e desde maio-junho de 1580 a maior parte das sessões da Câmara de Braga não se realizaram por falta de comparência dos vereadores. E leva-o a suspeitar de que não foi só por doença. Em 11 de maio é que o Arcebispo recomendou insistentemente aos diocesanos para esperarem a decisão dos Governadores e aceitarem a eleição que fosse melhor para o seu santo serviço[128]. Mas já havia agitações, durando as desordens (pró e contra) até vir a notícia da fuga dos Governadores e da sua passagem a Castela (29 de Junho). Mas então persuadiram-se os cidadãos de que estavam com liberdade para seguir o partido que entendessem: por isso requereram ao Arcebispo que mandasse a cidade tomar a voz por D. António, pois quase todo o Reino por tal o reconhecia e a fuga dos Governadores tinha-os desobrigado. Mas inutilmente referindo Fr. Luís de Sousa o seu escrúpulo em intervir

[128] Simancas, *Est. 412*, inum., publicada *in Bracara Augusta*, XLII, pp. 671-672.

em matéria que implicasse prejuízo de terceiro[129]. No primeiro de julho o Arcebispo fez chamar à Câmara muitos da cidade para eleição do sargento-mor caindo em Simeão Toscano que, por muito mal ensinado perante o Arcebispo, foi preso no Castelo, elegendo-se depois Damião de Almeida, escrivão dante o vigário, homem honrado. A 11[130] de julho saiu a proclamação de Castro Marim a escolher Filipe II e a 22 recebeu o antístete uma carta do rei de conteúdo desconhecido, mas presume-se que seria a dar conta dessa proclamação e para pôr cobro ao favoritismo crescente de D. António, dado ter-se Braga por ponto estratégico. Na última semana de julho as coisas alteraram-se com a cidade muito alevantada temendo-se de motim e ladrões (nome dados aos antoninos), havendo, por isso, todas as noites um capitão a correr a cidade com muita gente[131].

No princípio de agosto Braga era uma cidade amotinada: a 2 chegaram à cidade um Corregedor e dois Auditores, que pretendiam mostrar as suas patentes. Mas o Arcebispo não quis recebê-los e os vereadores protelaram a resposta para o dia seguinte. Juntou-se logo muita gente pelas ruas cercando as casas dos principais; formaram-se "quadrilhas" e lançou-se pregão por D. António, estando à frente alguns eclesiásticos e não medianos; grande parte do povo gritava em voz alta: Viva D. António! Viva D. António!, percorrendo os conjurados com armas a Rua do Souto. Naturalmente juntaram-se também os partidários do Arcebispo dando-se a primeira escaramuça na "*strata de S. Marcos*". Continuou o motim de noite e nos dias seguintes. A 4 espalhou-se que vinha muita gente armada de além Cávado. Martim Lopes de Azevedo, alcaide-mor de Prado e comendador da Ordem de Cristo, tinha alçado ali a bandeira por D. António; recolheu-se lá o Corregedor que o Arcebispo recusara receber e também o vereador Giraldo Martins, que fora procurador por Braga nas Cortes de Almeirim. Pôs-se a cidade de vigília encarregando-se da defesa um Francisco de Brito. Mas numa procissão junto à Senhora-a-Branca, estando lá quase toda a cidade, puxou da espada ferindo um homem da mourisca, rebentando logo outro motim. Retiraram o Arcebispo da rua metendo-o numa casa para sua proteção, pois queriam levá-lo. Suspendeu-se a procissão e fizeram regressar o Prelado ao Paço, para onde foi "*acompanhado de todo o povo armado e eu me*

---

[129] Fr. Luís de Sousa, *Vida do Arcebispo*..., II, pp. 268-269.
[130] Data inexata na p. 399, pois foi a 17.
[131] Baldino, *Diário*, fl. 112.

encontrei presente a tudo com capa e espada"[132]. Os amotinados deverão ter recolhido a Prado engrossando os antoninos. A 5 veio a notícia de que Ponte de Lima aclamara D. António e a 11 tocaram às armas por se avistarem muitas luminárias durante a noite em redor da cidade, vindo a saber-se que era Martim Lopes de Azevedo com a sua gente a preparar-se para vir sobre Braga. A 17 o fronteiro-mor de Entre Douro e Minho, Luís de Brito, com boa escolta procurou demover o Arcebispo, sem o conseguir, indo acolher-se a Prado. Consequentemente os filipenses tomaram providências para a sua segurança mandando despejar muita gente suspeita por D. António, entre eles Giraldo Martins e até o próprio secretário do Arcebispo. Em 20 cortava-se em Prado a saída aos de Braga e prendem aí gente de Braga; em 23 muito povo junto em Prado e com ele o Corregedor de Ponte de Lima; a 24 é preso aí o Auditor desta cidade, Leão Borges, que trazia arcabuzes e pólvora para o Arcebispo, não o deixando passar. A 25 há notícias que se ajuntava gente em Regalados e em Entre Homem e Cávado tocando tambores, e que Luís de Brito, visconde dos Arcos e fronteiro de Entre Douro e Minho, estava sobre Monção catando gente e artilharia grossa, receando-se que fosse para vir sobre a cidade; continuaram a 26 com ataques ao Arcebispo; a 28 Luís de Brito fazia aclamar D. António em Monção. Vê-se por tudo o exposto que estava a fazer-se um apertadíssimo cerco a Braga e ao Arcebispo por não aclamarem aqui D. António.

Entretanto aconteceu, a 25, a trágica derrota de Alcântara, fugindo D. António para o Norte no intuito de prosseguir a resistência a partir do Douro e do Porto. Mas só chegou a Braga a triste notícia no primeiro de setembro. Neste contexto a situação dos filipistas torna-se cada vez mais difícil e crítica, urgindo Braga a definir-se. Daí nesse sentido realiza-se no dia seguinte a reunião no Paço Arquiepiscopal, a que presidiu D. Fr. Bartolomeu, que tomou os votos pessoalmente tendo saído eleito por grande maioria D. Filipe I[133]. Seguiu-se depois a aclamação. Mas aqui é que o *Diário* de Baldino é especialmente esclarecedor: foi uma cena dramática e patética, pois " *e somente os officiaes da Camara e justiça capitão-mor fazião*

---

[132] Baldino, *Diário*, fls. 113v-114, 115-115v. Este motim é muito semelhante ao do *Códice 42 do Seminário Conciliar de Braga*, este colocado mais tarde e na Rua de S. Marcos.

[133] Frei Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bartolomeu*..., II, p. 268. Ata dessa vereação no Arquivo Municipal de Braga, *Vereações de 1580*, fls. 18v-19v com caderno de 6 folhas inserido. Publicada *in Bracara Augusta*, XLII, pp. 673-679.

as ditas acclamaçoins e o povo não respondia nada e muitos chorando e estavão muytos."[134].

Com isto pensava o prelado obter paz e sossego. Mas este só viera aparentemente e, se aumentara, deveu-se, segundo Baldino, a nesse dia terem vindo tropas de Barcelos: "*[...] no ditto dia à noite vierão de socorro a esta cidade mil omens de Barcelos com 4 bandeiras e também vierão a Cidade muitos abbades com muitos arcabuzes. E tudo isto foi necessario fazer pellas continuas novas que vinhão da vinda de Luys de Britto sobre a Cidade com muita artelharia*"[135]. Pensou-se depois na eleição das pessoas que iriam levar a boa nova a D. Filipe I, a fazer na quarta-feira dia 7 de setembro; mas, vendo o Arcebispo que todo o povo estava subornado, determinou que não votasse resolvendo realizá-la no dia seguinte por ele e mais 15[136]. Recorreu-se também à propaganda política, publicando-se a 10, em nome do antístete, um livro a D. Filipe I do Dr. Gregório Rodrigues, vigário geral.

Perante este levantamento bastante generalizado o Prelado entendeu que com aquele reforço vindo de Barcelos podia dispensar a intervenção militar de D. Garcia Sarmiento, adiantado da Galiza, apenas lhe recomendando que estivessem postos em armas como que ameaçando a raia para evitar um ataque sobre Braga[137]. Mas enganou-se por ter sucedido o crescendo dos alvoroços: "*[...] e por outra, temendo os desconcertos que já se começavam a trasluzir nos de opinião contrária; os quais com costas quentes no favor de todas as vilas grandes que à roda se tinham declarado por D. António, contradiziam a eleição e ameaçavam os eleitores se a quisessem sustentar.*"[138]. Entretanto caiu o Porto a 2 de outubro entrando D. António em pessoa no dia seguinte[139], com o que ganhariam ânimo os seus adeptos. É neste contexto que o Arcebispo deverá ter perdido o controlo da situação acabando por refugiar-se em Tuy. Para a descrição da real situação de Braga, Fr. Luís de Sousa é esquemático e omisso, e Baldino mudo porque, tendo sido um dos combatentes por D. Filipe I no Porto, na subsequente fuga interrompeu o *Diário* até finais de outubro. Mas Aurélio de Oliveira entreviu bem o que

---

[134] Baldino, *o. c.*, fl. 120v.
[135] Baldino, *o. c.*, fl. 120-120v.
[136] Baldino, *o. c.*, fl. 121.
[137] Carta de 4 de setembro, publicada *in Bracara Augusta*, XLII, p. 680.
[138] Frei Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bartolomeu*..., II, p. 269.
[139] Aurélio de Oliveira, *o. c.*, p. 405; Baldino, fl. 127.

realmente se passara de trágico através das atas das vereações. E assim transcreveu parte da de 6 de setembro: "*por a camara estar endividada e os povos della pobrissimos e por haver muitos dias que nenhuma mercadoria corre, nem officio (a cidade estaria, pois, praticamente cercada) nem há dinheiro pollas guerras e alvoroços que houve neste povo pollas differenças que teve com seus vizinhos e com alguns naturais que a isso deram causa"*[140].

Depois passou a uma referência ao seu estado pela vereação de 26 de outubro: a cidade despejada de gente, o Arcebispo fugitivo e sem governo, e nela grandes revoltas, inquietações e desassossegos, pois o povo que nela ficara não se sentia seguro, estava suspeitoso de mortes e roubos, tanto dos naturais como dos estrangeiros que dela iam e vinham do Porto[141]. Concluiu que a queda do Porto nos partidários de D. António agravou a situação e o aperto sobre Braga gerando uma grave revolta contra a eleição política e o Arcebispo. Mons. J. Augusto Ferreira atribui o facto à iniciativa do licenciado Francisco de Caldas Pereira e Castro, que teria amotinado os cristãos-novos[142]. O Prof. Aurélio aceita parcialmente a explicação, pois não faltariam então motivos para a sua revolta por causa da atuação da Inquisição, mas amplia-a para motivações económicas e sanitárias exemplificando com carestia de géneros, alta de preços, intempéries, doenças na cidade e arredores. E acrescenta que não foram os únicos nem principais responsáveis: do lado do povo estava muito do clero bracarense e alguns cónegos, devendo ter agravado o mal-estar a ação reformadora do Arcebispo contra alguns; depois a questão política deverá ter adensado as clivagens, pois D. António contava aqui com fortes e apaixonados apoios desde o clero regular ao secular. Na sociedade civil dava-se outro tanto: um dos mais altos representantes da fidalguia da Província – Martim Lopes de Azevedo, alcaide-mor de Prado, comendador da Ordem de Cristo – comandava a oposição. Portanto a oposição não vinha só da ralé ou "*gloriosa canalha*" (Mons. José de Castro). Depois a importância e ponto

---

[140] Aurélio de Oliveira, *Braga no tempo das crises*..., p. 405. O texto original é um pouco diferente e até dá em seguida a razão disso: "*por terem esta cidade conservada pera a entregarem a sua magestade como hora tem entrege*" (Arquivo Municipal, *Vereações de 1580*, ata de 6 de setembro, fl. 20).

[141] Aurélio de Oliveira, *Braga no tempo das crises*..., pp. 405-406; Arquivo Municipal, *Vereações de 1580*, ata de 26 de outubro, fl. 22-22v.

[142] Monsenhor J. Augusto Ferreira, *Fastos episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, III, Braga, 1932, p. 54.

estratégico de Braga: inclusive para a defesa do Porto por D. Filipe I e antes da sua queda, tendo enviado um reforço de 300 homens com o capitão João Nogueira, entre eles também o memorialista Baldino.

As revoltas dos partidários de D. António vieram agravar a situação, sendo as mais sérias e que motivaram a retirada do Arcebispo para Tuy depois de 22 de setembro, em que a vereação ainda reuniu; ganharam mais ânimo após a queda do Porto entre 29 de setembro e 2 de outubro. Entre os estrangeiros que iam e vinham do Porto contava-se Martim Lopes de Azevedo, que tratava da organização da resistência a D. Filipe I e que na primeira semana de outubro, com o quartel-general em Prado, avançou sobre Braga tomando-a e assumindo a sua jurisdição com o povo revoltado contra D. Filipe I e encurralando o Arcebispo e suas gentes. Aurélio de Oliveira refere algo da reação do Arcebispo às investidas de Martim Lopes de Azevedo, que o Arcebispo culpou posteriormente de sacrilégios, injúrias e outros danos cometidos na cidade de Braga tomando a jurisdição eclesiástica dela; e de entrar nos Paços Arcebispais por força quebrando portas e tomando-lhe a fazenda. Depois fulminou-lhe censuras a ele e ao juiz dos feitos da Coroa no Porto, Dr. Lopo de Barros[143]. Tudo muito mais grave do que o atribuído a Francisco de Caldas Pereira e aos cristãos-novos. Desta ação militar resultara a proteção dos pontos estratégicos para a passagem do Cávado: de Braga a Ponte de Lima, tornada a sede da corregedoria dos "Antoninos", e daí a Monção.

Deve referir-se aqui a carta de D. Garcia Sarmiento de 12 de outubro em Salvatierra ao conde de Benavente: nesta data Braga estava alevantada e o Arcebispo em perigo de vida. Entrando D. António no Porto a 2, muita gente desta cidade (Bispo e outros) vieram refugiar-se em Braga; Diogo Sarmiento, filho de D. Garcia, já não foi a tempo com uma hoste de 1000 galegos retrocedendo e vindo por Braga juntamente com Pantaleão de Sá, capitão-mor[144], onde se achou que os revoltosos queriam matar o santo Arcebispo. Sarmiento entrou na cidade amotinada e "*sacó ao Arçobispo y toda su gente y el obispo de Porto y mucha gente principal que habiam salido del Puerto que han seguido el servicio de Su Magestade,*

---

[143] ADB., *Rerum Memorabilium*, II, fl. 116-116v. (em Braga a 19 de setembro de 1584 mas em processo do arcebispo sucessor, D. João Afonso de Meneses).

[144] Não está certo, pois tinha-se deslocado do Porto abandonando-a.

y trajolos a este lugar en salvo (Salvatierra)"[145]. Consequentemente na vereação de 26 de outubro escreve-se que Braga estava despejada de gente (partidários de Filipe II) e o Arcebispo ausente não havendo governo na cidade por motivo de gente estrangeira que a cercava e ia e vinha do Porto (na posse de Martim Lopes de Azevedo).

Mas foi tudo fugaz: incrivelmente o Porto cai nas mãos de Sancho de Ávila a 22 desse mês, seguindo-se a perseguição pelos espanhóis com ordem de evitarem os saques, mas Baldino fala ainda em "*roubar honestamente*". Çapata e os seus bandoleiros entram em Braga a 31 de outubro, libertando-a. Regressaria o Prelado logo a seguir, depois de desbaratados os antoninos e retomadas as cidades do Porto e Braga. No primeiro de novembro de 1580, terça-feira, dia de Todos os Santos à tarde, chegou o Prelado vindo de Tui, seguindo-se a perseguição dos perseguidores e uma devassa aos principais culpados. A carta do Arcebispo para Filipe II, de 11 de novembro, em resposta à régia de 12 de outubro, com outra do legado apostólico Alexandre Riario, deve referir-se à aplicação da justiça aos implicados, nomeadamente aos religiosos que, tendo deixado o hábito, andaram na guerra a favor de D. António ficando apóstatas. Nessa menciona ainda uma provisão régia para as suas justiças e outra carta pessoal do mesmo legado, esclarecendo-o que teve de passar outra sua provisão contra algumas pessoas eclesiásticas que tinham abusado dos púlpitos e estações ou fora delas contra o governo de Sua Majestade; e frisou que contra os que se achassem culpados proceder-se-ia como fosse iustiça.

Nela transparecem os sentimentos humanos do Prelado, que se condoeu perante o triste espetáculo da cidade, sobretudo com o que padeciam com a gente de guerra nela alojada: terra sem géneros de sua colheita tendo de ser importados. Mas agora acrescida de quase 2.000 pessoas dos terços de Dom Rodrigues Çapata e do do Barão com os Alemães. Nesse aperto a gente da terra queria sair deixando tudo e, embora Sancho de Ávila ordenasse a saída de alguma gente, isso era insuficiente, porque a cidade não poderia sustentar mais do que 400 ou 500 homens, devendo os restantes ser retirados para outras terras[146]. Aceitando a boa índole do Arcebispo, vê-se o perdão

---

[145] Carta de D. Garcia Sarmiento ao Conde de Banabente *in Bracara Augusta*, XLII, pp. 681-682.

[146] Publicada *in Bracara Augusta*, XLII, pp. 685-686.

e até proteção aos amotinados[147], mas não foi tão geral como se era levado a pensar, tendo havido condenados à morte, três deles poupados pelo Arcebispo. Portanto perdão seletivo. Fala na perseguição ao licenciado Francico Pereira de Caldas, que teria andado foragido por muitas partes. Mas isso, penso eu, é muito problemático face ao acontecido nas Cortes de Tomar com a sentença de concórdia, como se verá no último capítulo.

Depois o Arcebispo vai para as Cortes de Tomar, após dois convites do monarca, e pondo-lhe ainda a nova dificuldade de ele ter de usar do direito de primazia indo sempre de cruz alçada, contra o que iriam protestar os arcebispos de Évora e de Lisboa. A resposta foi que comparecesse como entendesse, surgindo assim mais uma prova do reconhecimento da primazia. O Arcebispo foi com os procuradores Diogo de Barros, capitão-mor nas guerras anteriores, e Dr. João Nogueira, procurador nas anteriores, escolhidos por sua indicação a 26 de janeiro de 1581 no Paço na Casa de Hércules, embora tivesse havido reação do Dr. Gonçalo Tinoco para se votarem secretamente; deverão ter partido a 18 de fevereiro[148] os dois, levando o primeiro também o seu filho Gonçalo Manuel[149]. Acompanhou-o também Baldino. Nestas Cortes o Arcebispo foi cumulado de honras, como se exporá na derradeira parte. E conseguiu também a renúncia do arcebispado.

Perguntar-se-á: Não houve sequelas negativas destas guerrras políticas? Aurélio de Oliveira fala na má vontade, resistência e até hostilidades ao Arcebispo. E aponta o caso da sua visita pastoral a Cervães, hoje no concelho de Vila Verde, a 17 de fevereiro de 1581, distante légua e meia da Capital do arcebispado, confinante com as terras do Morgado de Azevedo e parte dela do seu senhorio, de cuja visita anotou Aurélio António Baldino: "*disse aqui em Braga que (o Comendador) Martim Lopes d'Azevedo com gente armada fora affrontar o dito senhor, pelo que foram em socorro do Arcebispo: o Ouvidor e muita gente de cavalo e a pé e tornarão com elle*"[150]. Muitos outros diocesanos continuariam feridos e descontentes, não desdenhando afrontá-lo nos atos religiosos das visitas pastorais, inclusive na administração dos sacramentos, como o Crisma. Daí ele

---

[147] Frei Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bartolomeu*..., II, pp. 275-276.
[148] Data errada.
[149] Aurélio António Baldino, *Diário*, fl. 132; Aurélio de Oliveira, *o. c.*, pp. 410-411.
[150] Id., *ib.*, fl. 133.

ter obtido imediatamete a confirmação de todas as prerrogativas dos seus antecessores nessa matéria[151]. Penso até que isso não tenha pesado pouco na firme resolução da renúncia do arcebispado, e dificilmente evitável em quem detinha também poder temporal não só na cidade como nos seus coutos.

3.6. Artur Anselmo (2015)

Nos estudos recentes:"Entre Gigantes: Camilo, José Caldas e Frei Bartolomeu dos Mártires" *in Estudos Regionais*, Revista de Cultura do Alto Minho. Viana do Castelo, n.º 10/11, julho, 1991, pp. 81-91 e *in Homenagem à Aquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicação da Catedral*. Braga, 4-5 de maio de 1990. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 169-181; e no recentíssimo "A controvérsia sobre o patriotismo de Bartolomeu dos Mártires" *in Jornadas Bartolomeanas nos 500 anos do nascimento do Beato Bartolomeu dos Mártires*. Viana do Castelo: Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2015, pp. 87-97. Naquele estudo nessas duas publicações não chega a abordar o patriotismo do antístete limitando-se a apontar a intervenção dos dois escritores à volta do Arcebispo. Já no derradeiro, sem originalidade nem especial investigação, limitou-se a comparar superficialmente a posição dos autores dos dois estudos publicados no mesmo ano de 1964 sobre D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, analisados atrás: de Joaquim Veríssimo Serrão sobre a sucessão de Portugal em 1580 e de Raul de Almeida Rolo sobre o patriotismo do Arcebispo. Nele frisa que, embora ambos se baseassem na mesma documentação do Arquivo Geral de Simancas, tiraram conclusões diametralmente opostas. O primeiro achou nele um português sem patriotismo nem sentimentos nacionais por ver esses doumentos com opacidade, enquanto o segundo, situando-o no contexto internacional e nacional, e na conjuntura das responsabilidades sociais, éticas e religiosas, viu nele uma pessoa equilibrada, patriota, amiga do seu País e do seu povo. Entrando em alguns pormenores, escreveu que Joaquim V. Serrão baseou-se em cinco documentos do *legajo* 412 com os números 233, 234, 235, 236 e 239. Pelos seus dizeres Raul de A. Rolo ter-se-ia baseado nos mesmos, mas isso é completamente

---

[151] Aurélio de Oliveira, p. 411. Mas, como se dirá adiante, essas prerrogativas aí assinadas não passam de confirmações de outras anteriores, o que é natural e habitual com a mudança de rei.

falso e errado, pois alicerçou-se em documentação muito mais diversa e de outros arquivos, como passo a demonstrar a partir de uma rápida análise. Na verdade, utilizou documentação destes arquivos e bibliotecas: Arquivo Distrital de Braga, Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Arquivo Romano S. J. (Companhia de Jesus), Arquivo Secreto Vaticano (Fundos: *Nunz. Port*., vol. 4, 7 e 8, e *Avisi*, n.º 126), Arquivo do Seminário Conciliar de Braga (códice 6.º)[152], Biblioteca Ambrosiana e Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Incidindo apenas no Arquivo Geral de Simancas, Raul Rolo viu muitos mais *legajos* no fundo **Estado**, como mostro com o número de documentos entre parêntesis curvos ( ): 401 (1), 402 (1), 405 (1), 406 (1), 408 (1), 411 (1), 412 (12), 414 (1), 415 (2), 416 (3), 417 (2), 419 (1), 422 (3), 424 (5) e 428 (1). Mesmo no *legajo* 412 excedeu muito a documentação de Veríssimo Serrão. Mas neste arquivo consultou ainda o fundo *Patronato Real*, *legajo* 50, doc. 112.

Do seu estudo interessa ainda, e sobretudo, a conclusão geral:

> "*Razões de sobejo, enfim, para concordarmos inteiramente com Frei Raul de Almeida Rolo quando afirma:*
>
> *«A crítica histórica não se pode fazer reportando os acontecimentos séculos para trás ou para a frente. É necessário, pelo contrário, que o crítico, guiado pelos documentos, se situe no meio das realidades objectivas e psicológicas em que tais acontecimentos se desenrolaram. E em meados de Setembro de 1580 a realidade viva e vivida no burgo bracarense era aquela tal qual o conjunto da documentação (e não apenas um documento isolado) irrefragavelmente nos faz reviver.*"»[153].

Quanto a mim, concordo com a interpretação geral de Artur Anselmo sobre Raul Rolo na questão do patriotismo do Santo Arcebispo, mas terei algo a acrescentar como resultado da leitura atenta do artigo e de outra documentação que Raul Rolo desconheceu ou não quis aproveitar, como se verá no quarto e derradeiro capítulo.

---

[152] Citação errada, pois é o *Códice 42*.

[153] Artur Anselmo, *A controvérsia sobre o patriotismo de Bartolomeu dos Mártires*, p. 97; Fr. R. de Almeida Rolo, *O patriotismo de D. Frei Bartolomeu*, p. 121.

IV – ACHEGAS PARA MELHOR INTERPRETAÇÃO

Podia concluir o estudo aqui com o ponto da situação, deixando nas mentes dos leitores as duas correntes: a do antipatriotismo de Queirós Veloso, Veríssimo Serrão e Aurélio de Oliveira; e a do patriotismo nesse contexto crítico, que coincidiu com a via legalista-filipista, defendida por D. Rodrigo da Cunha, Fr. Luís de Sousa, Mons. J. Augusto Ferreira, Mons. José de Castro, Fr. Raul de Almeida Rolo e Artur Anselmo. Mas, se me meti nesta complicada e laboriosa análise, não foi por sentir-me indefinido nem por não ter algo a acrescentar. Deu-me pena a importância concedida ao tão apregoado *Mostrador* nessa grande refrega nos anos longínquos de 1866-67, sem que ninguém até hoje se tenha dado ao cuidado de analisar e até publicar esses documentos tão carregados de fascínio e magia, pois iriam, no pensar do apaixonado Camilo, resolver de vez a questão. Acresce que me parece que um deles falta presentemente no Arquivo Distrital. Por outro lado, quero completar o estudo com mais alguma documentação da Roma Portuguesa: as atas das vereações de 1580-81 por terem sido aproveitadas parcialmente por alguns dos polemistas, mas em contexto reduzido; outros documentos do Arquivo Distrital a dar mais clareza e, talvez, a tornar mais enigmática a figura altaneira de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires; e ainda os assentos de óbito das paróquias da cidade de Braga em 1580 para poder entrever a *dureza* da guerra e do cerco com os seus possíveis mortos nessa luta fratricida.

Sendo assim, não vou repetir o exposto atrás com nova síntese, mas apenas apresentar a nova documentação inserindo-a nesse contexto que já desenvolvi bem suficientemente. Tornou-se especialmente interessante a figura do Doutor Francisco de Caldas Pereira de Castro face à nova documentação, sobretudo no processo da Casa da Suplicação em Lisboa e que vai levar à sentença de concórdia entre ele, com sua mulher e sogra, e D. Fr. Bartolomeu; e ainda o padroado de muitas igrejas do Alto Minho na antiga comarca eclesiástica de Valença do Minho.

4.1. O espaço arquidiocesano, um ambiente aberto e pacífico

Parece-me fundamental definir assim o espaço arquidiocesano sob a batuta do Arcebispo Dominicano dentro dos esforços desenvolvidos pelos Governadores e Defensores do Reino. Na verdade, a sua missiva de 7 de abril ao Juiz, Vereadores e Procurador da Câmara

de Braga, despachada de Almeirim, a preveni-los da provável carta do rei de Castela para o jurarem por rei independentemente da sentença dos mesmos Governadores, mostra o cuidado com que encaravam a delicada situação, pelo que resolveram antecipar-se e preveni-los. Nela começam por relatar os fundamentos ou alegações da precipitada decisão do monarca: o facto de a sua justiça ser notória e a sua convicção de que o Cardeal Rei tinha declarado em vida que o direito da sucessão lhe pertencia tendo consentido nisso nas Cortes os prelados e nobres. O texto da missiva não é longo, mas está muito bem articulado na defesa da sua posição legalista. Unicamente veio lembrar-lhes que a causa da sucessão estava posta em justiça ordinária com juízes nomeados pelos três estados nas Cortes passadas de Lisboa e consequentemente, enquanto se não proferisse a sentença final, não podia haver justiça nem direito em nenhum dos pretendentes. Por isso preveniu-os desses possíveis papéis ou carta do rei de Castela, os quais aceitariam e examinariam com toda a quietação em câmara sem nada responderem; mas enviá-los-iam imediatamente a eles Governadores e Defensores destes Reinos, que os reexaminariam avisando-os seguidamente da forma mais conveniente da resposta em conformidade de todos, que queriam a conservação da liberdade e da justiça destes Reinos (**Documento I**). Suponho que foram enviadas cópias desta missiva a outros Cidades sob os mesmos olhos de lince de Filipe II. Não sei se houve a prometida carta ou papéis do Rei Prudente com a respetiva remessa aos Governadores. Provavelmente não, dada a evolução e precipitação dos acontecimentos, mas deve ter persistido a rica lição da sua mensagem nesse delicado e crítico momento.

Treze dias depois seguia outra carta dos mesmos Governadores, despachada também de Almeirim, agora para o Arcebispo no mesmo sentido: lembrar a obrigação dos juramentos nas Cortes e dar orientações no sentido da precaução nessa delicada situação e de orações ao Senhor do Universo para iluminar as pessoas na melhor via para todos. Recebendo-a, o Arcebispo despachou ao Clero uma pastoral ou provisão, datada de 11 de maio em Outeiro Seco (concelho de Chaves), por que devia: aconselhar, nas suas pregações e práticas ao povo, a neutralidade perante os candidatos, aguardar a sentença dos Governadores, estar preparado para defender suas casas e famílias de toda a violência e fazer orações a pedir ao Senhor misericórdia para manter nos Reinos a paz; enquanto durassem esses trabalhos no Reino, fariam em todas as igrejas aos domin-

gos, antes ou depois da missa, procissão rezando a ladainha (de Todos os Santos).

Não há dúvida de que essas duas medidas, especialmente a segunda, contribuiriam para uma sociedade mais pacífica e tolerante, assente em grande dose de esperança.

4.2 As vereações de 18 de junho a 31 de dezembro de 1580

Primeiramente a sua composição: Álvaro Folgueira (Felgueira?) e António Correia, juízes ordinários, Manuel Luís, Rui Leite de Andrade (desde 6 de julho) e L.do (Dr.) Fernão Correia, vereadores, e Brás Dias Campelo, procurador do concelho; naturalmente estava sempre presente o escrivão: a princípio João Teixeira e depois Francisco Peixoto, havendo um especial a 25 de junho com escrita senil. Mas a ata de 26 de outubro mostra o caos na cidade, instalado depois de 28 de setembro, data da última ata: em virtude de a cidade estar despejada de gente, o Arcebispo ausente e não haver justiça nem quem governasse a cidade com exceção do Dr. António Correia, juiz ordinário, sucedendo nela grandes revoltas, inquietações e desassossegos, estando o povo que nela ficou suspeitoso de mortes e roubos, o dito juiz ordinário convocou o povo para eleger oficiais saindo escolhidos por vozes: L.do Francisco Soares como juiz e Dr. Pêro Fernandes de Lima, Paulo Machado e Filipe Soares como vereadores, e João Gomes como procurador do concelho, a qual eleição fizera em 16 de outubro o dito Dr. António Correia com Manuel Lopes, que nesta cidade se dizia nesse tempo servir de escrivão e que entretanto se ausentara levando o auto da mesma eleição; por ausência do escrivão, servira esse oficio o tabelião António Campelo. Continuava também presente na cidade Brás Dias Campelo, pois nessa câmara fora-lhe dada licença por oito dias[154]. Esta governou até pouco depois de 31 de outubro, data da sua última ata[155], porquanto na de 7 de novembro, segunda-feira, já reuniu a antiga compondo-se dos dois antigos juízes ordinários e de António Vieira, Dr. Fernão Correia e Dr. Pedro Ribeiro, vereadores, e sendo escrivão Gaspar Campelo[156]. Francisco Peixoto volta a escrever desde o primeiro de dezembro[157].

---

[154] AMB., *Livro das vereações de 1580*, fl. 22-22v.
[155] AMB., *Livro das vereações de 1580*, fl. 24-24v
[156] AMB., *Livro das vereações de 1580*, fls. 24v-25.
[157] AMB., *Livro das vereações de 1580*, fls. 28-29.

Terminou o seu mandato a 31 de dezembro, pois em reunião camarária de 30 deste mês foi apresentada uma provisão do Arcebispo, datada do mosteiro de S. Frutuoso a 29, entregue ao escrivão por Pêro Tavares, escrivão do prelado, em que se dizia que tinha eleito: por juízes L.do Mateus Fernandes Farto e Francisco Teixeira, para vereadores Manuel de Queirós, L.do Francisco Soares e Damião de Almeida, e procurador do concelho Boaventura Maia. Em reunião de 31 veio outra provisão de D. Fr. Bartolomeu, datada desse mesmo dia em Braga, porque foi retirado Manuel de Queirós por ser primo co-irmão de Damião de Almeida por parte da sua mulher, sendo substituído por Heitor Dias[158]. As suas reuniões eram habitualmente bissemanais, às quartas-feiras e aos sábados.

Vou fazer uma tabela sintética destas vereações para se perceber melhor a desorganização da administração municipal nessa crise e a gravidade dos problemas que teve de enfrentar.

[158] AMB., *Livro das vereações de 1580*, fls. 37-38. As duas provisões do Arcebispo vêm datadas de 1581 por ele seguir o cômputo da Natividade com início do ano em 25 de dezembro.

TABELA

Síntese das vereações da Câmara Municipal de Braga no segundo semestre de 1580

Mês	Dia	Vereação	Assunto
Junho	18, sábado	Normal	Ordenação e organização pormenorizada das festas do S. João Dr. João Nogueira ir às Cortes de Santarém exigindo dinheiro, mas a Câmara com dívidas Ir a Barcelos e a Vila do Conde saber notícias sobre a peste
	22, quarta	Normal	Juramento aos 2 juízes dos serralheiros Arrecadação da finta
	25, sábado	Normal	Chamar o Dr. João Nogueira, procurador às Cortes, por urgir partir
	30, quinta	Normal	Eleição de 2 almotacés Renúncia do escrivão da Câmara, do Hospital de S. Marcos e da gafaria da cidade por renúncia feita por Jorge do Vale, seu procurador. Provisão do Arcebispo, de 6 em Tibães, nomeando Francisco Peixoto
Julho	6, quarta	Normal	Conserto das fontes de Maximinos, S. Marcos e Senhora-a-Branca
	16, (sábado)	Só 3 elementos	Não se realizou por falta de quórum
	23, (sábado)	Só 3 elementos	Não se realizou por falta de quórum Carta trazida por Jerónimo Ferreira, caminheiro, não aberta, com sobrescrito “por El Rei”
	27, quarta	Normal	Ver a carta régia, aberta e mostrada ao Prelado Trasladação da provisão arcebispal para a imposição sobre a carne (1 real/arrátel) e o sal (1 real/alqueire), encarregando dela Brás Dias Campelo Pagamento aos oficiais do trabalho no muro da cidade
	29, sexta	Normal	Tiragem dos 2 almotacés para agosto
	30, sábado	Vieram só 2	Não se realizou por falta de quórum
Agosto	3, quarta	Veio só 1	Não se realizou por terem sido chamados aos Paços Arquiepiscopais alguns dos vereadores
	6, sábado	Só vieram 3	Não se realizou por 2 vereadores estarem doentes
	17, quarta	So vieram 3	Não se realizou por 1 vereador estar doente e 2 (?) ausentes
	20, quarta (é sábado)	Só vieram 3	Reuniu decidindo notificar o outro juiz e o vereador Manuel Luís para virem às câmaras ordinárias sob pena de 20 cruzados a cada um

Mês	Dia	Vereação	Assunto
Agosto	27, sábado	Só estavam 2	Não se realizou por terem sido chamados aos Paços Arquiepiscopais os outros vereadores por causas de interesse para a Câmara
	31, quarta	Normal	Tiragem dos 2 almotacés para setembro
Setembro	2, (sexta)	Normal e plenária nos Paços do Prelado após pregões	Dar voz por Filipe II reconhecendo-o por natural sucessor: votação favorável Aclamação às portas do Paço, em frente dos Paços do Concelho e à porta do Castelo
	6, terça	Normal e toda	Grandes festas a 18, domingo, dando pregões para que cavalgassem, se vestissem com rigor e houvesse danças Vereadores, por estar a câmara muito individada e a cidade e povos pobrísimos por falta de mercadorias e ofícios, requerem ao Rei elevado subsídio para os seus vestidos Carniceiros darem 12 touros para as festas Mas não se realizaram as festas
	10, sábado	Só vieram 2	Não houve câmara
	14, quarta	Vieram 4	Ouviram partes e despacharam petições
	17, sábado	Só vieram 3	Não se fez câmara por falta de oficiais
	24, sábado	Normal	Ouviram partes e despacharam petições
	28, quarta	Normal	Tiragem dos almotacés para outubro Ouviram partes e despacharam petições
Outubro	12, (quarta)	Anormal	Sem ata por estar a cidade despejada de gente; (ver a acta seguinte)
	26, (quarta)	Câmara nova com exceção de António Correia	Por a cidade despejada de gente, o Arcebispo ausente, não haver justiça nem governo, haver na cidade grandes revoltas, inquietações e desassossegos, o povo sentir-se inseguro e suspeitoso de mortes e roubos, o juiz António Correia fez reunir o povo, em 16, elegendo nova câmara
	24, (segunda)	Normal em casa do novo juiz Francisco Soares	Pregão que todo o espingardeiro fizesse o que mandasse o seu anavel pena de 10 cruzados e que toda a pessoa da cidade e termo, ouvindo repicar o sino da Sé, acudisse às portas com muita diligência com suas armas para a defesa por haver ao redor quadrilhas de ladrões roubando O mesmo esperavam fazer nesta cidade, pelo que tinham feito algumas obras
	29, sábado	Só 2 elementos	Tiragem dos 2 almotacés para novembro

Mês	Dia	Vereação	Assunto
Outubro	31, (segunda)	Normal na abóbada da Sé	Informação de que vinha para a cidade certa cópia de soldados castelhanos alojando-se nela e, para evitar revoltas, trataram de ordenar como se agasalhassem com a menor opressão do povo, elegendo mais 2 almotacés. Consentimento para uma compra pelo hortelão do Arcebispo ao Dr. Pero Fernandes de Lima de umas casas no Campo da Vinha, prazo, propriedade do concelho
Novembro	7, segunda	Normal da vereação antiga	Pregão para os almocreves, taberneiros, azeiteiros, caleiros, carniceiros e padeiros virem à câmara para se assentar o modo de correrem com suas mercadorias para a cidade a fim da haver abastança para serem providos os soldados com abastança de tudo o necessário
	9. quarta	Normal só de 3	Os moradores da cidade tinham aboletados nas suas casas muitos soldados com que faziam muitos gastos e agora o capitão exigia-lhes lenha para guarda das portas da cidade Teria de ser dada por cada freguesia do termo trazendo à cidade, às suas custas, em cada dia alternativamente 4 carros de lenha, a entregar aos almotacés, passando-lhes alvarás de correr pena de $500 reais a executar pelos jurados e quadrilheiros
	12, sábado	Normal	Vereação, cidadãos e povo, sentindo-se muito oprimidos com a muita guarnição de soldados, decidiram enviar 2 cidadãos ao Rei com carta da Câmara, pedindo ao Arcebispo lhe escrevesse também, para que mandasse tirar da cidade a dita guarnição e não lhe lançasse outra por a cidade ser sempre tão fiel e estar à sua obediência Pedissem também as liberdades e privilégios que lhes tinha prometido e outras coisas necessárias, indo com brevidade e às custas da renda da câmara Sem efeito por dúvidas
	19, sábado	Só 3 vereadores	Não houve câmara por não vir nenhum dos juízes
	26, sábado	Normal	Questão da vedoria perdida de umas casas da Rua de S. Marcos, deputando-se novos vedores. Fazer os recebedores mas, faltando o L.do A. Correia e Brás D. Campelo, mandou-se fossem notificados para terça à uma da tarde
	29, terça	Normal	Ajuntaram-se às 8 horas para fazerem os recebedores por assim o terem assentado no dia anterior com o L.do António João (?), por não vir Antonio Correia, esperaram sem ele aparecer; e à tarde tornaram a mandar tanger o sino à Câmara 2 vezes e por não vir mandaram chamá-lo pelo porteiro, respondendo que ia

Mês	Dia	Vereação	Assunto
Novembro			para casa do Provisor vindo depois; não vindo marcaram o ato para quinta às 8 horas para fazerem os recebedores e repartidores da sisa e outras coisas necessárias à república e serviço de S. Majestade. Tiragem dos almotacés para dezembro Fazer guardas-mores da saúde da cidade: elegeram António Sobrinho, António Álvares Barroso e Pero Freire para servirem com Diogo de Paiva, já eleito, escusando os outros que serviram até aí
Dezembro	1, quinta	Normal escrevendo de novo Francisco Peixoto	Tendo-se lançado o pregão que se ajuntassem os cidadãos do povo para fazerem a eleição dos lançadores da sisa às 8 horas, não veio nenhum cidadão nem povo nem os mais oficiais, chegando atrasados o juiz António Correia e outro vereador, tendo-se elegido para 1581: Diogo de Carvalhais para recebedor do geral da cidade e arredores; António Fernandes, sapateiro, para recebedor do geral do termo da cidade; Pedro Jácome para recebedor dos ramos: peixe, carne e azeite; Simão de Aguiar recebedor dos ramos: vinho, herdades e igrejas. Fazer a festa de S. Geraldo conforme a dos anos passados
	2, sexta	Normal	Pelo L.do Leonardo Borges, ouvidor, presidente do lançamento das sisas, com Álvaro Folgueira, juiz mais velho, foram tomados os votos secretamente para se fazerem repartidores das sisas de 1581, saindo eleitos os cidadãos: Heitor Dias e Manuel de Queirós, mercadores, Francisco Lopes abolhelheiro (?) e Jerónimo de Portelho, mecânicos, António Dias, sapateiro, e Miguel Vaz. Feita a vistoria das casas a emprazar a João Alvares, morador na Rua de S. Marcos
	3, sábado	Normal com atraso	No dia 6, terça, irem ver as tomadias do termo da cidade.
	7, quarta	Nula	Por não vir António Vieira, vereador, não se fez câmara
	10, sábado	Normal	Prazo de João Álvares, das casas da Rua de S. Marcos, decidindo fazer um só das duas metades. Caso dos dois procuradores às Cortes: Geraldo Martins ausente e João Nogueira com uma perna quebrada; não se fazendo encontro de contas com eles este ano, o escrivão notificaria isso à vereação de 1581 a fim de tomarem essas contas. Provisão do Arcebispo de 1580-12-02, Braga para António de Moura servir de almotacé e aposentador como no mês passado enquanto não mandar outra coisa
	14, quarta	Normal com 4 presenças	Acordaram a trasladação duma certidão a atestar que o Dr. António Correia, juiz, no dia seguinte após o Arcebispo e mais

Mês	Dia	Vereação	Assunto
Dezembro			povo saírem da cidade, mandara ao tabelião Martim Lopes que notificasse a Gonçalo Gil, carniceiro, que não corresse a imposição sobre a carne que talhasse por ele só estar talhando (7-12-1580). Nesta vereação o dito juiz, presente, acrescentou como resposta ao procurador do concelho que mandara fazer isso por na cidade não ficarem senão velhos e doentes e pessoas que não tinham possibilidades para pagar. Petição da vereação ao Arcebispo dizendo que a imposição sobre a carne, na cidade e seu termo para pagamento dos gastos e empréstimmos, se arrecadara até ao tempo em que ele Arcebispo e eles Regedores se ausentaram da cidade, achando no regresso que não se cobrava, talvez por mandado dos que regeram a cidade no tempo da ausência do prelado e deles suplicantes; no regresso, achando nela capitães e gente de guerra, não ousaram usar então da dita imposição para não escandalizarem os capitães e soldados; pediam lhes declarasse se era sua vontade que a dita imposição sobre a carne corresse como dantes ou se sobreestivesse nisso enquanto na cidade estivessem os capitães e soldados. Despacho de 7: sobreestar até mandar o contrário. O vereador António Vieira não assinou por não concordar com alguns gastos. Provisão do Arcebispo nomeando o L.do Diogo Pinto juiz dos Órfãos e promotor dos Resíduos e Coutos da Cidade e Sé até dia de S. João Batista, dada em Braga a 12. Fiança deste, desse dia, no valor de mil cruzados dando para fiadores Lourenço Fernandes e Francisco Vaz, lanceiro, todos moradores na Rua do Souto.
	17, sábado	Só 3 elementos	Por Manuel Luís ser ausente e por os mais não virem não fizeram câmara, mas esses com o L.do Diogo Pinto, deputado por vereador pelo Arcebispo, foram ao termo da cidade sobre as tomadas
	23, sexta	Só 2 elementos	Requereram ao escrivão que, vindo para fazer câmara (porque a não houvera na quarta-feira por ser dia santo) e mandando tanger o sino por vezes, protestavam não cair em culpa, que incidiria nos faltosos
	27, terça	Normal	Renovação dum prazo dumas casas do Hospital de S. Marcos, por 3 vidas, a Francisco Martins. Pregão a chamar os cidadãos e povo para a eleição dos 6 eleitores, que elegeriam a câmara para os 3 anos seguintes, por voto secreto
	28, quarta	Normal	O escrivão lembrou o acórdão de 6 de setembro sobre as festas da aclamação de Filipe II e o dinheiro que se mandara

Mês	Dia	Vereação	Assunto
Dezembro			pedir ao Rei para os vestidos, o que não teve efeito, o que convinha declarar na ata. Resolução de se dar a Gonçalo Fernandes, porteiro da câmara, 2$000 reais para uma capa pelos muitos trabalhos que teve neste ano em diligências extraordinárias por mandado deles Regedores
	30, sexta	Normal	Apresentação das pautas com os oficiais para 1581. Provisão do Arcebispo, dada no mosteiro de S. Frutuoso a 29, com o elenco das pessoas para as mandarem chamar e lhes darem o respetivo juramento na forma acostumada.
	31, (sábado)	Excecional	Álvaro Folgueira, juiz ordinário, dá juramento a Heitor Dias para vereador por se ter retirado do anterior elenco Manuel de Queirós por causa do seu perentesco com Damião de Almeida por parte da sua mulher, de conformidade com a provisão arcebispal desse dia em Braga.
	28 (Janeiro? 1580)	Normal com 6	João Álvares apresenta um privilégio da Santíssima Trindade para arrecadar esmolas dos fiéis cristãos na capela de S. Gonçalo, feito a 9 de julho

Ajudando-se o leitor dessa tabela, poderá compreender mais facilmente a complexidade da vida na cidade de Braga e no seu termo nesses derradeiros meses de 1580 para enquadramento da ação governativa de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e da crise. Braga era então uma cidade amuralhada com as respetivas portas que se fechavam cuidadosamente, à noite, tendo as chaves moradores escolhidos e de confiança da vizinhança, disso especialmente encarregados. Segundo uma relação coetânea contaria por então à volta de 12.000 habitantes, o que, a ser verdade, igualava praticamente o Porto[159]. Era uma cidade mais do sector terciário ou dos serviços, estes sobretudo ligados à vida religiosa do arcebispado: Paço Arquiepiscopal com a família do prelado, Relação, Seminário de S. Pedro, Colégio de S. Paulo entregue por D. Fr. Bartolomeu à Companhia de

[159] Aurélio de Oliveira, "Braga ao tempo das crises, "*in Homenagem*, p. 399. No numeramento de 1527-31 os moradores de Braga e seu termo eram 1939, havendo mais 1850 mancebos solteiros de 18 até 30 anos [Braamcamp Freire, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI seculo" *in Archivo Historico Portuguez*, vol. III, n.º 7 e 8 (Julho e Agosto de 1905), pp. 261-262].

Jesus em 1560, o convento franciscano dos Remédios. Naturalmente tinha certa indústria artesanal, como se conclui da seriação dos profissionais em 2 de setembro de 1580: sapataria (20), alfaiataria (13), cutelaria (8), serralharia (6), sirgaria (5), sombreireiros, surradores e torneiros (4 cada), barbeiros, carpinteiros e ferreiros (cada com 3), almocreves, ataqueiros, carniceiros, ferradores, mercadores e seleiros (cada com 2) e, por fim, uma unidade de boticário, caldeireiro, cerieiro, charamela, escrevente, luveiro, pedreiro, pintor, relojoeiro, saleiro, sangrador, sineiro e vinhateiro. Existiria certamente alguma agricultura, embora não se refira nenhum agricultor ou lavrador e apenas um vinhateiro, esta extramuros e periurbana e nas freguesias do termo, a qual abastecia a cidade de carne de bovino, cabra, suíno, borrego e de galinhas com seus ovos, sem faltarem os laticínios. Neste contexto económico a câmara de Braga não poderia ser rica, antes pelo contrário.

Na vereação de 18 de junho isso é bem claro: O Dr. João Nogueira era um dos procuradores a ir às Cortes em Santarém (devendo até já lá estar), o qual desafiou a vereação a pagar-lhe o que lhe deviam das duas anteriores, à volta de 70$000 reais; disseram-lhe que estavam lançados de finta 300$000 e que esta "Câmara não tinha rendimento, antes pedidos emprestados 140$000", que eles entregariam a ele doutor e ao seu companheiro; tinha recebido já 42$000 dando-lhe agora 38$000 e ao seu companheiro 40$000, de que já tinha recebido 30$000, dando-lhe depois. Ele depois explicará melhor: partira para as cortes de Lisboa a 2 de março de 1579 gastando 102 dias e fora para as de Almeirim a 24 de novembro estando fora até 16 de maio de 1580; a Câmara pagava a cada um $700/dia. Acrescentou que estava prestes, mas com o que lhe davam não podia ir por dever em Almeirim a uma só pessoa 100 cruzados. E concluíram dizendo-lhe que fosse logo por não haver mais dinheiro arrecadado e logo diligenciariam para arrecadarem o dinheiro para lho mandarem a ele e ao seu companheiro[160]. Não partira logo, porque na vereação de 25 de junho foi mandado chamar para lhe dizerem que era muito importante partir logo.

Por falta de dinheiro na vereação de 27 de julho foi aplicada a provisão do Arcebispo de 13 desse mês para a imposição sobre o sal e a carne em todo o termo: assim o arrátel da carne de gado vacum, de crestão e carneiro, e de porco custaria mais um real; e o mesmo

---

[160] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fls. 8-9.

sucederia no sal, aumentando também um real por alqueire. Nesse sentido foram notificados os carniceiros para cumprirem essa provisão sob pena de prisão e de 20 cruzados para o concelho e enjeitados e perda do vendido; encarregaram da sua execução o procurador do concelho[161].

Devia estar muito pior desde meados de setembro com a "*cidade despejada de gente, o Arcebispo ausente, sem justiças nem governo e na cidade grandes revoltas, inquietações e desassossegos*", improvisando o Dr. António Correia, em 16, uma câmara com voto dos cidadãos. Nesta conjuntura esse doutor mandou interromper a imposição sobre a carne por na cidade só terem ficado velhos e doentes e as mais pessoas sem possibilidades. Muito pior ainda depois de 31 de outubro com a vinda de cerca de 2000 soldados castelhanos, que tinham de acomodar e de alimentar, pelo que fizeram mais dois almotacés que tratassem disso a fim de se evitarem revoltas no povo[162]. Na câmara de 7 de novembro mandaram lançar pregão para comparecerem nela os almocreves, azeiteiros, caleiros, carniceiros, padeiros e taberneiros para se assentar com eles o modo como correriam com suas mercadorias para a Cidade a fim de haver abastança e os soldados serem providos com abastança[163]; dois dias depois os capitães das tropas exigiram lenha para guarda das portas da Cidade, tornando obrigatório alternadamente a cada freguesia do termo trazer gratuitamente e à sua custa quatro carros de lenha[164]. Perante tanta opressão a câmara decidiu, a 12, escrever ao Rei a pedir-lhe a libertação desse encargo dos aboletamentos, por não serem necessários e se tratar de cidade sempre tão fiel e sob a sua obediência, para o que enviaria dois cidadãos, esperando e recomendando outra carta do Arcebispo no mesmo sentido; mas não se executou[165]. Por acórdão de 14 de dezembro sabe-se que no mês de outubro, no dia imediato à saída do Arcebispo e do mais povo da cidade, o juiz ordinário António Correia ordenara a Gonçalo Gil, único carniceiro que permanecera, a suspensão da referida imposição sobre a carne atendendo a só estarem na cidade velhos e doentes e pessoas sem possibilidades. Essa situação continuara nas semanas

---

[161] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fls. 13-15v.
[162] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fls. 24-25.
[163] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 25.
[164] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 25.
[165] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 26.

seguintes, pelo que na vereação de 14 de dezembo a Câmara apresenta ao Arcebispo uma petição a respeito de esse regime dever continuar ou regressar-se à vigência da imposição. A resposta veio a 7 mandando sobreestar até mandar o contrário[166].

Em suma: eram muito difíceis as condições de vida na cidade de Braga desde meados de junho, agravando-se com as intimidações por parte das forças de D. António, nomeadamente Martim Fernandes de Azevedo, capitão-mor de Prado, e Luís de Brito, marquês de Ponte de Lima, fronteiro de Entre Douro e Minho. Com a tomada da cidade por aquele e depois com o aboletamento de à volta de 2000 soldados castelhanos piorara ainda mais; nestas circunstâncias foi suspensa aí por meados de outubro a imposição sobre a carne.

Sobre o comportamento político de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires há que ser muito prudente na emissão de um juízo de valor. Como deixei a entender várias vezes, o Arcebispo como condutor do povo e de almas esquivou-se a tomar pessoalmente partido enfileirando no dos legalistas, que aceitavam a decisão dos Governadores. Tanto assim que divulgou, a 11 de maio de 1580 em provisão de Outeiro Seco, o pensamento do alvará dos Governadores mandando aguardar a sua sentença e pedindo entretanto a Deus que lhes desse um rei que fosse o melhor para seu serviço e bem do País. Era a atitude mais sensata e que os varões prudentes retardaram o mais que puderam: tanto o Cardeal Rei como depois o colégio dos 5 e depois 3 Governadores, que só deram a 17 de julho, em Castro Marim, a sentença a declarar por rei legítimo Filipe II, condenando D. António e seus sequazes. Daqui resultou que grande parte do País pronunciara-se por D. Filipe I, e também o Norte com exceção de Guimarães, Ponte de Lima, Viana da Foz do Lima e Vila Nova de Cerveira. Braga é um caso especial, dado que era capital da arquidiocese e um lugar estratégico. A 23 de julho foi apresentada na Câmara uma carta régia, que não se abriu por não se fazer vereação por falta de quórum. Na vereação seguinte, a 27, foi aberta e lida mostrando-se ao Arcebispo. De que trataria? Sem dúvida algo de muito delicado, porque não se revelou o seu conteúdo nem se mandou transcrever, como aconteceu com outras antes e depois[167]. Aurélio de Oliveira suspeita, e penso que com certa razão, que vinha

---

[166] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fls. 31-32.

[167] Nem ela nem qualquer cópia se encontram no Arquivo Municipal nem no Arquivo Distrital, naturalmente no Fundo da Correspondência dos Reis.

comunicar a sentença de nomeação de Filipe II pelos Governadores, sugerir a sua aclamação e pôr cobro ao favoritismo de D. António. De acordo, mas redigir-se, assinar-se e despachá-la com tanta rapidez que já estivesse em Braga a 22 ou até em 21, acho demais para o tempo. Para o Historiador tornou-se aparentemente mais fácil, porque datou erroneamente de 11 a proclamação de Castro Marim[168]. Mas aceita-se com naturalidade a informação do *Diário* de Aurélio Baldino duma Braga muito alevantada e temendo-se dos "antoninos" a ponto de todas as noites um capitão correr a cidade com muita gente.

E também o que o mesmo refere durante o mês de agosto: a chegada, no dia 2, do Corregedor e de 2 Auditores para mostrar as suas patentes ao Arcebispo, que não os recebeu protelando os vereadores a resposta para o dia seguinte; muita gente pelas ruas cercando as casas dos principais da cidade, formação de "quadrilhas" lançando pregão por D. António e muita gente a gritar "Viva D. António!" percorrendo os conjurados, com armas, a Rua do Souto. Segue-se naturalmente a reação dos filipistas dando-se a primeira escaramuça na "*strata de S. Marcos*". Continuou o motim nos dias seguintes. Martim Lopes de Azevedo, alcaide-mor de Prado e comendador da Ordem de Cristo, com as suas intimidações a partir de Prado, onde tinha alçado a bandeira por D. António e se acolhera o Corregedor rejeitado pelo Arcebispo bem como Giraldo Martins, que fora procurador por Braga nas Cortes de Almeirim. Depois pôs-se a cidade de vigília encarregando-se da defesa um tal Francisco de Brito, que durante uma procissão junto de Santa Maria-a-Branca extramuros, onde se encontrava quase toda a cidade, desrespeitando a pessoa do Arcebispo puxou da espada ferindo um "homem da mourisca". Rebentou logo outro motim que parecia o fim do mundo. Retiraram o Prelado da rua metendo-o numa casa para sua proteção, "*pois os amotinados o queriam levar*". Embora ele quisesse prosseguir a procissão, foi obrigado a suspendê-la e regressar logo à cidade e ao Paço "*acompanhado de todo o povo armado e eu me encontrei presente a tudo com capa e espada*"[169]. A 17 o fronteiro-mor de Entre Douro e Minho Luís de Brito procurou demover o Arcebispo, sem o conseguir, pelo que recolheu também a Prado. Neste contexto de guerra mandaram despejar muita gente da cidade.

---

[168] Aurélio de Oliveira, *Braga no tempo das crises*, p. 399.
[169] Aurélio de Oliveira, *Braga no tempo das crises*, p. 400; Aurélio M. Baldino, *Diário*, fl. 115-115v.

Documentalmente conhece-se uma provisão de D. Fr. Bartolomeu, de 27 de agosto, a mandar ao Ouvidor que notificasse Lourenço de Abreu, Filipe Soares, Teodósio Pacheco, Salvador da Rocha, notário, Simão da Costa, tabelião em Prado, António Vaz, correeiro, e seu cunhado Agostinho Correia que, sob pena de serem presos e de cem cruzados a cada um para as despesas do muro e de dois anos de degredo para África, em termo de um dia se saíssem da cidade e seu termo com suas mulheres e famílias, não podendo regressar sem sua especial licença. Já Gaspar Gonçalves, portageiro, morador à Porta do Souto, retirar-se-ia no mesmo espaço do tempo, com sua família, da cidade para o arrabalde, também sob a mesma pena. Qual a razão desta medida extrema e urgente? Serviço de nosso Senhor e bem e proveito da cidade e seus moradores. No despacho foi mandado cumpri-la nesse mesmo dia, devendo notificá-los Gaspar Campelo, tabelião do público e judicial na Cidade e seu termo pelo Arcebispo. A notificação só foi cumprida a 29 de agosto[170]. Este documento, o primeiro do *Mostrador*, confirma o que diz Aurélio de Oliveira sobre os motins na cidade, pois o Arcebispo achou algumas famílias tão perigosas e indesejáveis que até as despejou da cidade e seu termo, permitindo que uma outra passasse a residir apenas nos arrabaldes (**Documento II**).

A 28 de agosto o vigário geral Gregório Rodrigues expediu uma carta edital de eclesiástico interdito local para o mosteiro de Tibães e Igrejas do seu couto, e para a Vila de Prado e Igrejas do seu termo por as respetivas justiças impedirem a passagem ou transporte de mantimentos para Braga, prenderem e vexarem os moradores da cidade e seu termo, coutos, jurisdição e pessoas eclesiásticas, mandando a todos os Párocos dessas igrejas fizessem observá-lo até que esses treze delinquentes cessassem a sua contumácia e obedecessem. Apresentam-se os seus nomes para que fique bem claro que não eram, em regra, pessoas baixas a colaborar com o dito Martim Lopes de Azevedo, capitão-mor da vila de Prado, que lhes dava apoio: Jerónimo da Fonseca, vigário de S. Pedro de Merelim, Sebastião Rodrigues da Fonseca, comendatário de S. Martinho de Crasto, Geraldo Martins e licenciado Pêro de Barros, estes moradores em Braga; João Aranha, tabelião no couto de Tibães, Manuel Correia, capitão desse couto, Cristóvão de Mariz, corregedor de Ponte de Lima, Manuel Pires de Cabanelas, juiz da vila de Prado, António

---

[170] ADB., *Coleção cronológica*, n.º 1963.

Fernandes e mais vereadores, António de Magalhães, escrivão, e Gaspar Brandão, morador no Barral.[171]. Confirmam-se, portanto, os gravíssimos alevantamentos da população, desde há semanas, a ponto de ter de expulsar da cidade, pelo menos, oito famílias; havia também adeptos de D. António dentro da cidade, ao contrário do que escreveu Raul Rolo; a estratégia praticada era impedir a vinda de mantimentos, vexar os moradores da cidade e seu termo, inclusive os coutos e eclesiásticos; perturbar a sua jurisdição. E tudo tão grave que não era possível a notificação pessoal, tendo de recorrer a editais afixados nas portas da igreja para execução do eclesiástico interdito local (**Documento III**).

Após a derrota de Alcântara em final de Agosto dá-se a fuga de D. António para o Norte com o bispo da Guarda, D. Manuel de Portugal, a incitar ao patriotismo nas regiões a norte do Douro; neste contexto era muito difícil não encarneirar na corrente patriótica, como bem mostra Fr. Luís de Sousa[172]. Por outro lado, no primeiro de setembro é que chegou a Braga a notícia da derrota de Alcântara. Neste ambiente tenso é que D. Fr. Bartolomeu entendeu dever definir-se numa tentativa de pacificar os ânimos, mas sem desistir da sua estrita obediência à sentença dos Governadores. É assim que a 2 de setembro o Senhor de Braga e a sua câmara, como representantes da cidade e senhorio, vão proceder ao reconhecimento e aclamação de D. Filipe I como legítimo e natural rei do País. Este reconhecimento vinha a ser estudado de há dias, porque na ata de 20 de agosto acordou-se que fossem notificados o L.do António Correia, juiz ordinário, e o vereador Rui Leite para virem às câmaras ordinárias sob pena de 20 cruzados; na seguinte a 27, sábado, só apareceu Álvaro Folgueira, sobrevindo Brás Dias Campelo, não se fazendo câmara por os mais companheiros terem sido chamados ao Arcebispo[173]. Não se deu qualquer explicação do chamamento, mas é de presumir se trataria disso, como aconteceu de facto a 2 de setembro. A grande fonte sobre esta opção bartolomeana, tão bem enquadrada na sua personalidade, é a ata da vereação com o complemento da aclamação. Foi uma cerimónia solene, precedida de pregões nos lugares acostumados a chamar os cidadãos e povo, realizada na câmara de Hércules dos Paços Arcebispais (a sala da Câmara ameaçava ruína),

---

[171] ADB., *Gaveta de Braga*, n.º 44 (não citado por Aurélio de Oliveira).
[172] Frei Luís de Sousa, *Vida de dom frei Bartolomeu dos Mártires*, II, pp. 264-270.
[173] AMB., *Vereações de 1580*, fls. 17v-18.

presidida pelo Arcebispo e com a assistência dos oficiais (juízes, vereadores e procurador do concelho), dos procuradores eleitos do Cabido, o Deão e o Cón. Belchior da Silva: o Arcebispo e os oficiais da Câmara mostraram-lhes a provisão dos Governadores do Reino por que patenteavam que a sucessão pertencia ao cristianíssimo Filipe e, vista a dita provisão e o estado em que o Reino estava, parecia que convinha a serviço de nosso Senhor, bem e quietação dos Reinos e desta cidade e seu povo levantar logo e dar sua voz ao dito Católico Rei Filipe reconhecendo-o por verdadeiro Rei e sucessor destes Reinos. Da análise do acórdão da vereação e do anexo com o rol dos votantes colhe-se a impressão de que votou cada um em particular e todos em geral, mas só os que foram nomeados e chamados por mandado do Arcebispo através dos róis juntos. Sendo assim, foi uma votação *sui generis* de gente especialmente convocada. Daí autores como Joaquim Veríssimo Serrão e Raul de Almeida Rolo entenderem que não houve qualquer eleição, pois que essa não passaria dum artificialismo literário de Fr. Luís de Sousa para justificação do Arcebispo[174]. O *Diário* de Aurélio Baldino confirma essa eleição e votação *sui generis*: "*às 9 oras do dia [...] propos ao povo o ditto alevantamento e que fossem votar sobre isso, ouve diversos pareceres e ajuntamentos e o povo quazi não queria pollo que lhe puzerão penna pera que fose votar e o Ouvidor deceo ao terreiro a rogar aos Cidadaos e forão votar todos que era bem que se alevantasse e assi muitos do povo [...]*"[175].

Examinando a ata, acham-se dois grupos de votantes: o primeiro com 24 pessoas incluindo capitão-mor, sargento-mor, 3 capitães, 2 doutores, 4 licenciados e o resto creio que gente nobre sem especificação; o segundo com 112 assim distribuídas alfabeticamente por profissões ou mesteres: alfaiates 13, almocreves 2, ataqueiros 2, barbeiros 3, boticário 1, caldeireiro 1, carniceiros 2, carpinteiros 3, cerieiro 1, charamela 1, clérigos 3, cuteleiros 8, escrevente 1, ferradores 2, ferreiros 3, luveiro 1, mercadores 2, pedreiro 1, pintor 1, relojoeiro 1, saleiro 1, sangrador 1, sapateiros 20, seleiros (celleiros) 2, serralheiros 6, sineiro 1, sirgueiro 1, solicitadores (da justiça, dos resíduos) 3, sombreireiros 4, surradores 4, trabalhadores 2, torneiros 4, vinhateiro 1, sem profissão (incluindo um homem preto forro e um

---

[174] Frei Luís de Sousa, *Vida do Arcebispo*, II, pp. 268-269.
[175] Aurélio de Oliveira, *o. c.*, pp. 402-403.

que vai indicado como *marcolino*, creio que nome de profissão ou de qualquer alcunha) 6. Total 136[176].

Fr. Luís de Sousa escreveu que a maioria votou por Filipe II contra a "tenção" do Arcebispo; Mons. José A. Ferreira aceitou a opinião do cronista, alegando que o povo não compareceu. Do teor da ata, com 6 fólios anexos sem numeração, em branco 4v, 5, 5v, 6 e 6v – os tais róis com os nomes e profissões havendo-as, com as assinaturas autênticas do Arcebispo e dos 5 Regedores da Câmara – conclui-se que quem votou foi por D. Filipe I por para isso ter sido chamado. Nestas não há quaisquer assinaturas dos cidadãos e povo convocado por pregões, como acontecia em geral. Portanto, eleição *sui generis*, mais uma confirmação da resolução e opção do Arcebispo e Regedores da Cidade. Seguiu-se logo a aclamação nas portas dos Paços Arcebispais, onde o capitão da cidade Diogo de Barros tomou a bandeira da cidade nas mãos fazendo o auto de levantamento por D. Filipe I com eles Regedores, cidadãos e povo com festa de trombetas, charamelas e atabales; daí vieram à Praça do Pão defronte dos Paços do Concelho e daqui à porta do Castelo, os lugares acostumados de semelhantes atos, onde se repetiu a cerimónia[177].

Este acórdão deve completar-se com o de 6, em que decidiram fazer festas importantes para se mostrar no exterior a alegria e contentamento interiores do alevantamento e reconhecimento de D. Filipe I. Devia dar-se recado a todos os cidadãos para que cavalgassem e se vestissem com rigor, como para tal ato convinha, e chamar algumas pessoas para fazer danças e o mais que parecesse bom para esse festejo, que foi marcado para o dia 18, domingo. Como para essas festas se precisava de dinheiro e porque a Câmara tinha tão pouca renda que não possuía nenhum depósito, antes estava muita endividada, e a cidade e povos dela pobríssimos por haver muitos dias que nenhuma mercadoria corria nem ofício, nem havia dinheiro pelas guerras e alvoroços que tinha havido neste "povo" com as diferenças com os seus vizinhos e com alguns naturais

---

[176] Mons. Cónego J. Augusto Ferreira enganou-se na numeração, pois eram 24 da nobreza e 112 dos oficiais, dando portanto o somatório de 136. A ata da eleição, com o rol dos eleitores, está publicada *in Bracara Augusta*, vol, XLII, n.º 93 (106) *Quarto Centenário da Morte do Venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, pp. 673-678 com algumas lacunas de texto, nomeadamente a falta de dois cidadãos, ou seja, Jorge Fernandes (n.º 24) e António Francisco sirgueiro (n.º 25). Por isso, nesta leitura há menos dois eleitores, ou seja, 134.

[177] AMB., *Vereações de 1580*, fls. 18v-19v. com um caderno de 6 folhas inserido.

causadores disso, por a terem conservado para a entregarem a Sua Majestade, como fizeram, assentaram tomar, para se vestirem de gala, das rendas de Sua Majestade, se o houvesse por seu serviço: para cada um dos regedores 40$000 reais, para o escrivão 40 cruzados e para o porteiro 10; e chamar logo os carniceiros para darem uma dúzia de touros para esse dia. Mas felizmente o acórdão ficou sem efeito, pois não se fizeram nem veio resposta de aprovação[178]. Os tempos não eram de feição, com a situação agravada por causa da fuga de D. António para o Norte a fim de organizar a resistência e captar a adesão geral do povo à causa nacional. A pacificação esperada do reconhecimento e da aclamação não devem ter resultado, embora tivesse aumentado algo com a vinda dos mil homens chegados de Barcelos, referidos por Aurélio Baldino.

A nível da documentação local é de meter aqui o segundo documento do *Mostrador*, referente às suspeitas de revolta dos cristãos-novos: como tinham levantado motins e feito "*alguns males no Reino*", os responsáveis pelo governo e segurança pública, temendo que fizessem outros maiores nalgumas cidades e vilas, mandaram tomar-lhes todas as armas. É dentro deste ambiente de suspeição e de medo coletivo que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, provendo ao bem e proveito da sua cidade, decretou a 22 de setembro de 1580 ao seu ouvidor, juízes e justiças da cidade que, tanto que esta provisão vissem, logo com toda a brevidade tomassem e mandassem tomar todas as armas tanto ofensivas como defensivas que achassem dentro das suas casas ou fora delas, para as depositarem em lugar onde estivessem seguras e em boa arrecadação. E depois acrescentou: o Ouvidor iria às casas do Dr. João Afonso (penso que seria o cónego) e dos licenciados Pêro de Barros, Geraldo Aranha e Francisco Aranha, seu irmão, a cumprir o sobredito[179]. Como se verá pelo documento, não tem a mínima alusão ao Dr. Francisco de Caldas Pereira e Castro, dado geralmente como o causador da anarquização da cidade e instigador do amotinamento dos cristãos-novos. Mons. José Augusto Ferreira culpa o jurista desses crimes mas sem referir as fontes da informação[180], o que é pena. Essa expulsão deu-se poucos dias antes da queda do Porto nas mãos dos partidários de D. António e talvez esta circunstância explique e até justifique essa drástica medida contra os judeus (**Documento IV**).

---

[178] AMB., *Vereações de 1580*, fls. 20-20v, 36-36v.
[179] ADB., *Colecção cronológica*, n.º 1964.
[180] *Fastos*..., III, p. 54.

A situação em Braga devia ser crítica, porque só há termos de vereação, mas paupérrimos, em 10 e 17 (não se fez por falta de quórum), e em 14, 24 e 28 (ouviram partes e despacharam petições, escolhendo na última os almotacés para outubro); o seguinte é de 26 de outubro referindo o caos político-administrativo sem Arcebispo, sem governo e sem a maior parte da gente capaz[181].

A situação agravar-se-ia sobremaneira, pelo que o Prelado resolveu enviar à Galiza Gaspar da Costa com uma carta para o adiantado D. Garcia Sarmiento, para que lhe desse inteiro crédito. No fundo uma súplica de auxílio militar face ao perigo crescente de Martim Lopes de Azevedo e Luís de Brito, mas recomendando-lhe apenas manobras militares na fronteira para impedir Luís de Brito de avançar sobre Braga. Está-se no final de setembro e princípios de outubro, quando as tropas de D. António, vindas de Aveiro, se apoderaram do Porto, não obstante o socorro de 300 homens idos de Braga; já o socorro de 1000 homens de Diogo Sarmiento não chegou a tempo, porque Pantaleão de Sá[182], entendendo que não podia resistir, abandonou a cidade embarcando num barco rumo a Lisboa para junto do duque de Alba. Foi neste contexto que muita gente do Porto, e entre eles o Bispo e alguns cónegos, se refugiou em Braga. Então Diogo Sarmiento com os seus homens veio por Braga, que encontrou amotinada ameaçando matar o santo Arcebispo, conseguiu entrar dentro trazendo-o e muita outra gente, que se retirou para a Galiza[183].

Deve enquadrar-se aqui o depoimento de Lourenço Cerveira de Albuquerque, cidadão bracarense da Rua de S. Marcos, que se achou presente na entrada do Porto a meados de outubro, tendo de fugir de D. António. Depois certos moradores de Braga, querendo levantar D. António por rei com bandeira arvorada na Rua de S. Marcos, saiu-lhe ele com parentes, amigos e alguns vizinhos resistindo-lhes com armas, tomando-lhes a bandeira e obrigando-os a meterem-se nas suas casas. Poucos dias depois, com outros do seu grupo da vila e termo de Prado, quiseram vingar-se pretenden-

---

181 AMB., *Vereações de 1580*, fls. 20v-22.

182 Segundo Mons. José Augusto Ferreira foi João Rodrigues de Sá, que ficou por capitão-mor do Porto na ausência de Pantaleão de Sá, e ambos por impedimento de Francisco de Sá e Meneses, governador do Reino [Cónego J. Augusto Ferreira, *Memorias archeologico-historicas da Cidade do Porto (Fastos episcopaes e politicos)*. Braga: Cruz & Comp.ª Editores, 1923, II, p. 169].

183 Carta de D. Garcia Sarmiento, de 12 de Outubro de 1580 em Salvatierra, ao conde Benavente no Arquivo Geral de Simancas, publicada *in Bracara Augusta*, XLII, pp. 681-682.

do tomar o Arcebispo e a sua fazenda no Paço e no Tesouro da Sé numa procissão de Nossa Senhora (creio que do Rosário) presidida pelo Arcebispo: desmandou-se um deles arrancando no meio da procissão a espada e furando o tambor quando lhe pareceu que estava prestes a gente da vila de Prado e seu termo que esperava, como tinha contratado, mas que calhou de não vir nesse momento. O Arcebispo escapou de algumas estocadas que alguns, encobertos no motim, lhe atiraram. Então ele suplicante, com a gente da cidade, meteram-no na casa dum oficial na dita Rua de S. Marcos e, acudindo toda a cidade com armas, levaram o Prelado, prata, cruzes, mais peças e relíquias, desenganando-o de que tinha inimigos na terra. Então o Arcebispo, com toda a brevidade, mandou buscar à Galiza 200 homens, com os quais e outros seus se deslocou para a Galiza[184]. Este documento relata algo semelhante a uma passagem do *Diário* de Aurélio A. Baldino numa procisão junto de Nossa Senhora-a-Branca no mês de julho. Pode aceitar-se a repetição do episódio, agora muito mais verosímil pelo agravamento das revoltas, dada a presença de D. António no Porto. Mas a sua partida deve enquadrar-se melhor na retirada dos vencidos e refugiados do Porto apoiados nos frustrados reforços de Diogo Sarmiento, na sua passagem por Braga (**Documento V**).

Pouco tempo depois a Cidade está em posse de Martim Lopes de Azevedo, capitão-mor da vila de Prado, que tomou a jurisdição da cidade, arrombou as portas do Paço Arquiepiscopal tomando a fazenda do prelado, fez-se proclamar alcaide-mor e prendeu alguns eclesiásticos, pelo que incorreu na censura de excomunhão *ipso facto* correndo um processo perante o Vigário Geral do arcebispado, que durava ainda na administração do arcebispo sucessor, D. João Afonso de Meneses, conhecendo-se a sua intimação junto do bispo do Porto D. Marcos de Lisboa. A 19 de setembro de 1584 Jerónimo Pinheiro, notário apostólico residente em Braga, dirigiu-se à cidade do Porto à quinta de Santa Cruz de mandado do arcebispo D. João Afonso de Meneses levando uma carta missiva para o seu Bispo e mais uma carta monitória do Arcebispo para ser publicada ao juiz dos feitos de Sua Majestade da Casa do Porto por se intrometer na jurisdição eclesiástica de Braga provendo por via de agravo a favor de Martim Lopes de

[184] Arquivo do Seminário Conciliar de Braga, *Códice 42 do Seminário*, folhas avulsas sem numeração.

Azevedo: mandou que se não procedesse contra ele por um sacrilégio que cometera na cidade de Braga e Paços Arcebispais por que se procedia ordinariamente e que, quanto ao sacrilégio do que se passara em Braga, se procedesse conforme as respetivas constituições sinodais. O Bispo despachou-o ao seu Provisor, a quem pediu um notário que lha notificasse. Mas este esclareceu-o que nessa cidade só havia um notário, que se achava ausente, e que o Juiz dos Feitos da Coroa, Dr. Lopo de Barros, era tão honrado que fazia tudo muito bem e a favor da Igreja. Então deixou a carta monitória, datada de 11, para que se não intrometesse nesse caso deixando de favorecer a sua pertinácia sob pena de excomunhão maior e de mil cruzados[185].

Bem elucidativa da situação é a ata da vereação de 26 de outubro, que transmite uma imagem muito realista da situação em Braga desde a primeira semana desse mês: a cidade despejada de gente, o Arcebispo ausente, sem justiças nem alguém que a governasse, salvo o juiz ordinário Dr. António Correia; nela grandes revoltas, inquietações e desassossegos, não se sentindo o povo seguro, antes suspeitando de mortes e roubos tanto pelos naturais como por pessoas estrangeiras que iam e vinham do Porto. Nessa trágica conjuntura o dito doutor chamara, no dia 16, o povo para eleger, juntamente com Manuel Lopes, que se dizia servir de escrivão na cidade e que se ausentara depois levando consigo o auto da dita eleição, nova vereação por vozes, tendo sido escolhidos o L.do Francisco Soares como juiz, Dr. Pero Fernandes Lima, Paulo Machado e Filipe Soares como vereadores e João Gomes como procurador do concelho, servindo de escrivão o tabelião Gaspar Campelo por ausência de Francisco Peixoto; fizeram também juramento de bem servirem nos seus cargos. Tudo isso por entenderem servir assim a Deus, ao

---

[185] ADB., *Rerum Memorabilium*, II, fls. 116-117v. Mais umas notas a seu respeito de Joaquim Veríssimo Serrão: esteve preso no Castelo de Lisboa por ordem de Filipe II segundo uma sua carta, de 3 de agosto de 1581, a Sancho de Ávila, onde o mantiveram por longos meses sujeito a tormentos. Mas Camilo em *Noites de Insónia* escreve que conseguiu evadir-se para o estrangeiro e, volvidos anos, obteve o perdão do rei através do patrocínio da sua tia D. Leonor de Mascarenhas, que tinha sido dama da imperatriz Isabel (Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António*, pp. 133-134, nota 88). J. V. Serrão não referiu concretamente esse texto de Camilo, pelo que me dei ao trabalho de descobri-lo: *Obras Completas de Camilo Castelo Branco,* publicadas sob a direcção de Justino Mendes de Almeida. Lello Editores, 2001, p. 862 (Subsídios para a História da Sereníssima Casa de Bragança. I Pedro de Alpoem). Deve corrigir-se 10.º para 19.º senhor da Casa de Azevedo (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* III, p. 926; XXXVIII, p. 728).

Arcebispo e à república[186]. Vale bem a pena transcrever aqui parte dessa ata para se avaliar o drama com mais realismo:

> "*Auto que mandarão fazer Fellipe Soares e o doutor Pero Fernandez de Lima e o licenciado Francisco Soares*
>
> *Anno do Nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e oitenta annos aos vinte e seis dias do mes de outubro do dito anno em esta cidade de Braga dentro na casa da Camara e mesa della estando ahi os senhores Fellipe Soares juiz e o doutor Pero Fernandez de Lima e ho licenciado Francisco Soares ~~e Brás Dias Campello procurador do com~~celho e per eles foy mandado a mim taballiam fazer este auto em como era verdade que por esta cidade estar despeyada de gente e o senhor Arcebispo auzente della e nam aver justiças nem quem governase esta cidade salvo o doutor Antonio Correa juiz ordinairo e aver nesta cidade grandes revoltas e inquietações e desasuceguos e tanto que ho povo que nella ficou se nam tinha por seguro e vivia muito sospeitoso de mortes e roubos asi dos naturaes dela como de pesoas estrangeiras que hiam he vinhão da cidade do Porto a gera (=guerra) que nella se esperava, pollo que ho dito doutor Antonio Correa chamara ho povo pera enleger officiães como enlegerão per vozes do dito povo scilicet ao dito licenciado (fl. 22) Francisquo Soares por juiz com ho dito doutor Antonio Correa e vreadores ao dito doutor Pero Fernandez de Lima, Paullo Machado e ho dito Fellipe Soares e procurador do concelho a Joam (?) Gomez, a quoal eleição fezera ho dito doutor Antonio Correa com Manoel Lopez que nesta cidade ao tal tenpo se dezia servir de escrivão, ho quoal Manoel Lopez se auzentara desta cidade e levara ho auto da dita eleição e porque (?) eles tinhão aceitado os ditos careguos por entenderem servirem niso nosso Senhor e ao senhor Arcebispo e a republica desta cidade procedendo como procederão em tudo o que comvinha ha paz e quietação e suceguo da dita republica e pera que em todo tempo constase de como foram enleitos por se temerem que ho dito auto se perdese em poder do dito Manoel Lopez mandaram ha mim taballião fezese este pera a todo tempo constar diso […]".*

[186] AMB., *Vereações de 1580*, fl. 22-22v.

Completa-se o panorama com o acórdão de 24 em casa do L.do Francisco Soares: decidiram lançar pregão na cidade para que todo o espingardeiro fizesse o que lhe mandasse o seu *anavel* sob pena de 10 cruzados para quem o acusasse e toda a pessoa da cidade e seu termo, logo que ouvisse o repique do sino da Sé, acudisse com toda a diligência às portas com armas para defenderem das pessoas que quisessem entrar para roubar ou fazer outras moléstias, sob pena de dois anos de degredo para África e perda de sua fazenda; isso por ser notório haver ao redor quadrilhas de ladrões a roubar para se evitar que viessem fazer outro tanto[187].

O acórdão de 31 revela uma cidade já parcialmente pacificada, mas cujos moradores iam ter muita dificuldade com os aboletamentos de cerca de dois milhares de soldados castelhanos: fazendo-se a reunião na abóbada da Sé, tendo informação da vinda de certa cópia de soldados castelhanos, para não haver revoltas neste "povo" acordaram que se elegessem mais dois almotacés, que foram Francisco de Brito e Diogo de Paiva, para tal agasalho se fazer com a menor opressão do povo; nela deram consentimento à compra de umas casas do Dr. Pedro Fernandes Lima, no Campo da Vinha, por Pero Rodrigues, hortelão do Arcebispo[188]. Eis parte do texto.

> "*Acordarão que por terem por ymformação que vinhão pera esta cidade serta copia de soldados castelhanos pera se alogearem nella que por não aver revoltas neste povo trataram de ordenar como se podesem agazalhar com menos opresão do povo que podese ser e pera isso alem dos almotaceis que estavão tirados ordinariamente pera este mes que vem elegerão por almotaceis a Francisco de Brito e a Diogo de Paiva pera que elles com hos outros dous aposentasem os ditos solda- (fl. 24) dos e gente e lhes buscasem todo ho necessario pera sua comida e mais gazalhado, pera o que lhes deram seu poder […]*".

Como não costuma haver revoltas e motins sem feridos e mortos, procurei nos livros do Registo Civil Paroquial das paróquias da cidade

---

187 AMB., *Vereações de 1580*, fl. 23-23v. O vocábulo *anavel* por *anadel*, capitão de besteiros e espingardeiros (Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases*…. Edição crítica por Mário Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, s. d., I, pp. 468-469).

188 AMB., *Vereações de 1580*, fl. 24.

de Braga, de 1580, o elenco dos possíveis assassinados, só encontrando desse tempo o *livro misto* de São João do Souto: examinei o elenco dos óbitos nesse ano e nos anteriores, não tendo encontrado nenhum referido como assassinado em motim em 1580 nem me pareceu que a média dos mortos por ano aumentasse nos derradeiros meses de 1580[189].

O acórdão imediato, de 7 de novembro, mostra já a presença da câmara antiga em plena laboração (os dois juízes ordinários e outros tantos vereadores, vendo-se um novo, Dr. Pedro Ribeiro). Vem confirmar o que já se sabia: o regresso do Arcebispo no primeiro de novembro e naturalmente dessa enorme cópia de gente que tinha debandado face às vinganças e represálias de D. António e seus apaniguados, pois tinham os exemplos de Aveiro e Porto. Nesta câmara mandaram lançar pregão para comparecerem nela os almocreves, azeiteiros, caleiros, carniceiros, padeiros e taberneiros para se assentar com eles o modo como correriam com suas mercadorias para a Cidade a fim de haver abastança e os soldados serem providos com abastança[190]. A vereação seguinte, dois dias depois, denuncia que os capitães das tropas exigiram lenha para guarda das portas da Cidade, pelo que os Regedores da cidade tornaram obrigatório a cada freguesia do termo, que até ali nada tinha contribuído para os gastos, trazer gratuitamente e à sua custa quatro carros de lenha, a entregar ao procurador do concelho[191]. Veja-se respetiva ata.

> *"Quoarta feira nove de novenbro de mil e quinhentos oitenta annos forão yuntos em camara Alvro Folgeira juiz ordinairo e Antonio Vieira e o doutor Fernão Correa vreadores e hacordarão o seginte.*
>
> *Item na dita camara hacordarão que porquoanto aos moradores desta cidade estavão lansados por suas casas muitos soldados (fl. 25) com hos quoaes alem de lhes darem suas camas fazião outros muitos gastos as suas proprias custas e que ora da parte do senhor capitão lhes era dito que a camara era obrigada a lhes dar lenha pera a guoarda das portas da cidade e que os moradores deste termo ate ora não lhes era*

---

189 ADB., *Paroquiais do concelho de Braga*, n.º 120: *Misto de S. João do Souto* com óbitos de 1566 a 1578. Eis os mortos nesses meses: 1 em agosto, outubro, novembro e dezembro; 4 em setembro. O elevado número em setembro cria suspeitas.

190 AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 25.

191 AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 25.

carregado obrigação algua e que eles tinhão e podiam dar ha dita lenha, o que asy estava em rezão que por essa causa acordavão e mandavam que cada freigezia deste termo por ora fezesem vir a esta cidade cada dia alternati quoatro carros de lenha as custas deles sem por isso averem cousa algua e que os ditos carros de lenha fosem entreges aos almotaceis pera os repartirem conforme ao estillo em que ya estavão e que pera isso se pasasem alvarães de correr, ho que asy comprirão os ditos moradores deste termo so penna cada hum de quinhentos reaes e da cadea, e que a dita lenha fose boa e de receber e declararão eles Regedores que conforme aos moradores de cada freiguesia se compriria e que hos jurados e cadrilheiros so a dita penna fezesem a dita digo fezesem trazer a dita lenha."

Perante tanta opressão a Câmara decidiu, a 12, escrever ao rei a pedir-lhe a libertação desse encargo dos aboletamentos, por não serem necessários e se tratar de cidade sempre tão fiel e sob a sua obediência, para o que enviaria dois cidadãos, recomendando e esperando outra carta do Arcebispo no mesmo sentido, mas anotou-se no final que não se executou, talvez por esperarem melhor resultado se confiassem a reivindicação apenas ao Prelado[192]. Por acórdão de 14 de dezembro sabe-se que no mês de outubro, no dia imediato à saída do Arcebispo e do mais povo da cidade, o juiz ordinário António Correia ordenara a Gonçalo Gil, único carniceiro que permanecera, a suspensão da referida imposição sobre a carne atendendo a só estarem na cidade velhos e doentes e pessoas sem possibilidades. Mais uma vez se transcreve parte deste acórdão.

"Aos que a presente certidão dada de mandado de justiça virem certefiquo (fl. 31) eu Martim Lopez tabalião do publiquo e judicial nesta cidade de Braga e seu termo pello dito Arcebispo Primás noso senhor etc. e dou fe que despois do senhor Arcebispo e mais povo desta cidade serem idos della logo ao outro dia seginte eu tabalião de mandado do senhor juiz Antonio Correa notefiquei a Gonçalo Gil carniceiro que não levase a emposição da carne digo pella carne que talhase por elle so estar talhando e por o licenciado Antonio Correa que estava presente foi dito que elle me mandara noteficar ao tal carniceiro

[192] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 26.

que não levase emposisão polla carne que talhava e que a tal noteficação me mandara fazer por nesta cidade não ficarem senão velhos e doentes e pesoas que não tinhão posebilidade pera a pagar e que esta era a reposta que dava a tal certidão que o procurador do concelho pedia e o senhor juiz Alvoro folgeira lhe mandava dar e por de tudo me ser pedida a presente certidão a pasei e aqui asinei de meu publiquo sinal que tal he feita oje sete dias do mes de dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos."

Essa situação continuara nas semanas seguintes, pelo que nessa vereação a Câmara apresentou ao Arcebispo uma petição a respeito de esse regime dever continuar ou regressar-se à vigência da imposição. A resposta veio a 7 mandando sobreestar até mandar o contrário[193].

O terceiro documento do *Motrador* surge num contexto inteiramente diferente duma cidade de Braga completamente pacificada e a pedir responsabilidades dos antigos motins aos respetivos agentes: é o ajuste de contas e a hora das represálias, tão próprio dos homens vencedores. Trata-se doutra provisão arcebispal, de 5 de novembro de 1580, a mandar ao mesmo Gaspar Campelo, notário do arcebispo, que escrevesse em todos os autos, querelas e devassas tocantes ao caso dos amotinados, a Dom António e seus sequazes, e a outros papéis a isso pertencentes. Vencido o ousado pretendente, retomada a cidade e regressado o Arcebispo a Braga no primeiro dia deste mês, chegou a hora da reposição, da reparação e do ajuste de contas[194] (**Documento VI**). E naturalmente de tentar-se também uma reconciliação dentro da família portuguesa. Como escreveu Mons. José de Castro, houve algumas provisões do núncio em Portugal a obrigar o Arce-bispo a ações duras contra os partidários de D. António, especial-mente contra religiosos e clero secular que tinha colaborado ativamente nas campanhas militares por levar ao prolongamento do estado de guerra. Tal repressão sobre o clero continuou nos meses seguintes, como demonstro com três documentos publicados no *Corpo Diplomatico Portuguez.* Dois de 11 de fevereiro de 1581: o edicto *Tendo Nós*, expedido em nome de Alexandre Riario, cardeal de Araceli, legado *a latere*, a impor a pena de excomunhão maior *ipso*

---

[193] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fls. 31-32.
[194] ADB., *Colecção cronológica*, n.º 1965.

facto aos pregadores e confessores que tratassem de coisas concernentes à matéria do Estado de Portugal, salvo se respeitassem à sua paz e quietação; e a carta monitória *Entendendo que*, passada em nome do mesmo cardeal, por que incorrem na mesma pena de excomunhão maior os eclesiásticos seculares e religiosos que tomaram armas em favor de D. António, tendo de comparecer na sua presença dentro de nove dias após terem notícia para darem descarga das sobreditas culpas, receberem a pena ou absolvição que merecerem e serem admoestados para sua correção[195]. O terceiro o breve *Exponi nobis*, de Gregório XIII de 15 de outubro de 1583, aos Arcebispos e Bispos para que possam entregar às justiças seculares todos os eclesiásticos seculares ou regulares que conspirarem ou moverem o povo com ofensa ao Rei[196].

Devia inserir-se aqui o quarto documento do *Mostrador*, que aparece um pouco desfasado, pois data de 9 de outubro de 1581 em Santa Maria de Cravições (Carviçais no concelho de Torre de Moncorvo), quase um ano depois, portanto. Pior ainda é o seu conteúdo: trata-se duma provisão arcebispal a mandar ao seu Ouvidor que faça ir perante si todos os escrivães e tabeliães para lhes mandar tresladar todas as culpas que tivessem contra o Dr. Francisco de Caldas Pereira em que fosse culpado nas amotinações e revoltas que D. António tinha causado neste Reino[197]. Esta figura pública era demasiado importante e pública nessa altura para tentar descobrir-se, desta maneira, a sua passada atuação política, já num contexto de profunda reconciliação: então já muito projetada e lançada na vida nacional, como mais adiante se verá. Por isso, pelo tardio da iniciativa, suponho que a intenção do Prelado foi mais depurar e ilibar essa figura de boatos maldosos e de insinuações pérfidas. O que documento a seu respeito, especialmente com o processo que analisarei no final, é que se trata de figura cimeira de grande cultura jurídica e histórica, e que até conseguiu grande projeção antes e logo nos princípios do governo filipino. Tem sido já muito estudada e, por isso, vou dar especial relevo a esse processo, existente no Arquivo Distrital de Braga, dos herdeiros do Dr. António Francisco de Alcáçova, seu sogro, contra o arcebispo D. Fr. Bartolomeu por causa de

---

[195] *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os Actos e Relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo XVI até aos nossos dias*, XII. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1902, pp. 1-3.

[196] Ib., pp. 18-19.

[197] ADB., *Colecção cronológica*, n.º 1982.

dívidas e não pagamentos de vencimentos durante anos.

O *Mostrador* refere ainda um quinto documento, mas concernente ao alcaide-mor do Porto: requerimento do Arcebispo ao alcaide-mor do Porto para remeter para Braga artilharia e metralha, e o recibo passado pelo mesmo Arcebispo[198]: não indica a sua data nem me parece muito verosímil, porque o que se sabe é que ele tentou socorro militar, não do Porto mas do adiantado da Galiza, e, segundo o *Diário* de Aurélio António Burdino, Braga é que enviou socorro militar de 300 homens ao Porto aquando das investidas na sua conquista por D. António. Aliás, do resultado dessa indagação e registo não conheço nada no Arquivo Distrital de Braga nem se há algo noutros arquivos e bibliotecas. Assim o leitor encontra resumidos os quatro célebres documentos do tão apregoado *Mostrador* de Camilo, e que ele não conseguiu conhecer, não obstante os seus enormes esforços. Mais ainda: vão publicados em apêndice, até para verem a parca importância da sua informação, qual montanha que pariu um rato. Só falta o quinto, de que se refere uma certidão vinda do Porto a pedir uns reforços militares.

Está-se em dezembro com o País razoavelmente pacificado, mas com D. Filipe I retido em Badajoz por causa da epidemia da peste, que teimava em não desaparecer. Por isso enviou uma carta a D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, datada de 2 de dezembro, tal como fizera para os outros bispados e casas religiosas, para que ordenasse em todo arcebispado preces públicas com procissões e sacrifícios para conseguir de Deus a cessação dessa epidemia, que grassava em Lisboa e noutros lugares[199] (**Documento VI**).

Um acórdão de 10 de dezembro mostra um certo desagravamento dos apuros económicos da Câmara de Braga: ainda estavam por concluir as contas das despesas e gastos com os dois procuradores das Cortes anteriores, Geraldo Martins e João Nogueira, aquele ausente e este com uma perna quebrada; mandou-se ao escrivão que, se pudessem comparecer, os notificasse para virem à Câmara concluir essas contas a fim de se apurar o líquido. Caso isso não fosse possível, notificaria os oficiais do ano seguinte para que tivessem lembrança dessa diligência[200].

---

[198] José Carlos d'Araujo Motta Júnior, *O Patriotismo de Fr. Bartolomeu dos Martyres*..., p. 37 (estaria na 1.ª gaveta, maço 9, n.º 2). Não consegui descortinar esse documento.

[199] ADB., *Gaveta das Cartas*, n.º 89, original com autógrafo.

[200] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 30v.

4.3 As Cortes de Tomar

Pacificado o País, D. Filipe I pretendia regularizar a sua situação de rei natural e legítimo com a realização de Cortes, onde fosse reconhecido e jurado ele e os seus sucessores. Daí a sua preocupação suma com isso no meio da doença que o reteve inativo e perante as constantes ameaças da peste.

Foram, finalmente, convocadas para finais de janeiro em Lisboa ou em outro lugar, como consta na vereação de 23 deste mês, onde o escrivão entregou duas cartas de Sua Majestade, datadas de 5 de janeiro de 1581 em Elvas e dirigidas aos "*Juiz, Vereadores e Procuradores da cidade de Braga*", dadas por um caminheiro, as quais leram e mandaram transladar para conforme a elas se elegerem os procuradores: seriam dois e trariam "*procurações bastantes para tudo o necessario*", em especial para o "*jurarem por verdadeiro Rey e Senhor destes Reinos e Senhorios delles como o sou e me fazerem preito e menagem de vassalagem, fedilidade e obediencia em forma de dereito e asy ao Principe Dom Dioguo*[201]*, meu sobre todos muito amado e muito prezado filho primogenito como a meu verdadeiro e legitimo sucesor e aos outros meus suseçores que legitimamente me sucederem e isto na forma modo e maneira em que se costumão fazer os taes juramentos. E porque sou informado que meus povos estão despesos por causa dos gastos que fizerão nas Cortes pasadas e em outras despesas, e minha vontade he fazer–lhes merce em tudo o que se oferecer lhe mandarey fazer o que ouver por bem pera ajuda da despesa que nestas Cortes fizerem com seus procuradores conforme a nececidade que cada lugar tiver*"[202] (**Documento VIII**).

---

[201] Deve ter-se presente que D. Filipe I casou quatro vezes com, respetivamente, Maria de Portugal, de quem nasceu o príncipe Carlos de Áustria (1545-1568), Maria Tudor sem descendência, Isabel de Valois, de quem nasceram Isabel Clara Eugénia (1566--1633) e Catarina Micaela (1567-1597), e, finalmente, Ana de Áustria, de quem nasceram Fernando (1571-78), Carlos Lorenzo (1573-75), Diogo (1575-82), Filipe (1578--1621) e Maria (1580-83). Como se vê da síntese, o herdeiro de D. Filipe I devia ser Carlos de Áustria, mas, sendo de saúde muito débil e sofrendo de gaguez e de grande instabilidade psíquica, o pai acabou por declará-lo incapaz da sucessão e, após tentativas de fuga para Flandres, Alemanha e Países Baixos, aqui com cumplicidade de nobres, mandou prendê-lo em 1568 morrendo meses depois. Como Diogo falecera em 1582 quando D. Filipe se encontrava em Lisboa, houve nova reunião de Cortes para jurarem o futuro D. Filipe II (Fernando Bouza, *o. c.*, pp. 19-21).

[202] AMB., *Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n., or.; *Livro de vereações de 1580*, fls. 48-49, cópia.

A outra era para a eleição dos procuradores, mandando logo o resultado da eleição a Miguel de Moura, do Conselho de Estado e secretário do rei, para lha entregar[203] (**Documento IX**).Cartas assinadas pelo Rei e seladas com o seu selo das suas armas reais e cujo sobrescrito dizia: "*por el Rei ao Juiz Vreadores e Procuradores da cidade de Braga*". Três dias depois na câmara de Hércules, nos Paços Arquiepiscopais, reuniu-se toda a câmara para se elegerem os procuradores para as Cortes, os quais levariam a procuração para jurarem Sua Majestade por rei de Portugal e a seu filho D. Diogo, primogénito, por príncipe e verdadeiro sucessor, e isto após pregão nos lugares acostumados para assim tanto os cidadãos como o povo se ajuntarem no dito lugar por o Paço do Concelho, lugar ordinário de semelhantes autos, estar para cair; aí o Arcebispo expôs perante todos como o Rei ordenava que elegessem dois procuradores desta cidade, pessoas tais quais cumpria que fossem para tal negócio, e que levassem procuração para jurarem o Rei e D. Diogo, seu filho primogénito, e que levassem também os apontamentos que lhes parecesse. E logo em alta voz elegeram a Diogo de Barros e ao Dr. João Nogueira por serem pessoas para isso, e para mais abastança deram seus votos secretamente sendo os que assinaram no final da ata[204].

Em 28, sábado, apareceu na Câmara o Dr. João Nogueira, um dos procuradores eleitos para as Cortes, havendo-o os Regedores por notificado, respondendo estar prestes para ir dando-lhe comodamente com que pudesse partir; mas tinham de acrescentar-lhe o ordenado mais do que costumavam por a terra estar muito falta de mantimentos[205].

Na vereação imediata, no primeiro de fevereiro, quarta-feira, os Regedores mandaram ao escrivão fosse notificar Diogo de Barros de que saíra eleito para ir às Cortes, devendo comparecer para com ele tratarem coisas que importavam ao serviço de Sua Majestade e bem público. Comparecendo na reunião, houveram-no por notificado da eleição devendo aparelhar-se e leram-lhe as cartas régias para saber o lugar aonde havia de ir. Como havia questiúnculas sobre os emo-

---

[203] AMB., *Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n. or.; *Livro de vereações de 1580*, fls. 49v-50, cópia.

[204] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fls. 50v-52. De realçar o contraste com a reunião de 2 de setembro de 1580: nesta há um rol das pessoas que votaram por chamamento do Prelado e sem qualquer asinatura delas. Daí tê-la classificado como *sui generis*.

[205] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 53v.

lumentos dos procuradores às Cortes desde o ano passado, nesta decidiram também enviar um caminheiro à vila de Guimarães a saber o que se tinha taxado para os seus procuradores às Cortes, naturalmente para tentar certa uniformidade e não serem levados por parvos[206]. Em vereação de 7, terça-feira, acordaram que o escrivão fosse notificar uma povisão do Arcebispo, datada do dia anterior, a Brás Dias Campelo, procurador do concelho no ano anterior, pela qual tinha de entregar na Câmara no dia seguinte, dia de Cinza, 200 cruzados do depósito por ele autorizado, necessários para gastos dos procuradores às mesmas Cortes. Na câmara de 8, atendendo a que podia haver perigo na tardança do envio dos procuradores, mandaram a Boaventura Maia, procurador do concelho, recebesse os 200 cruzados que Brás Dias Campelo entregaria por força da dita provisão dando paga e quitação[207]. Mas, não obstante o zelo dos Regedores, isso estava complicado porque, tendo sido informados de que ainda não tinha sido levada a dita carta a Sua Majestade, assentaram no dia 9, quinta-feira, mandá-la por um caminheiro, dando-lhe 2$000 reais e à razão de tostão/dia nos dias que lá estivesse[208]. Nessa mesma câmara foi entregue ao Dr. João Nogueira a importância de 40$000 reais para a despesa de ir às Cortes à razão de $700/dia, que lhe dariam desde o dia em que partisse desta cidade até tornar a ela, devendo trazer certidão do dia em que encerrassem; se Sua Majestade lhe fizesse mercê da despesa ou parte dela, haveria encontro de contas respeitando o que lhe fora taxado; entregaram-lhe também a procuração, a carta para Sua Majestade e os itens e apontamentos do que deveria requerer. O procurador aceitou todas essas condições, incluindo responder em tudo perante eles Regedores, mas requereu ainda que lhe mandassem dar as próprias cartas do Rei; foi-lhe respondido que as viesse buscar e entregar-lhas-iam fazendo termo de como as recebeu para as devolver à Câmara[209].

Na câmara de 11 deste mês, sábado, consta que Diogo de Barros se recusou a ir às Cortes para que fora eleito procurador; consequentemente os Regedores fizeram autos e notificações com penas, uma procuração ao Dr. João Nogueira *in solidum* e escreveram uma carta a Sua Majestade, a qual encomendaram ao vereador

---

[206] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 54.
[207] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 55v.
[208] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 56v.
[209] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fls. 57v-58. Não se refere o conteúdo desses apontamentos.

Damião de Almeida, que lha mandaria com o treslado dos mesmos autos[210]. Mas o procurador eleito arrependeu-se a tempo assumindo em pleno a sua obrigação como eleito; e assim na vereação de 13 aparece a receber os 40$000 reais nas mesmas condições do Dr. João Nogueira; nela entregaram a Diogo de Barros e ao Dr. João Nogueira as próprias cartas de Sua Majestade atrás registadas e apontamentos da Câmara para as Cortes, a procuração e duas petições em nome do Arcebispo e deles Regedores e ainda uma carta para Sua Majestade[211].

Como curiosidade sobre a segurança da Cidade, decidiram em reunião de 22 de fevereiro que os juízes e vereadores não guardassem a Cidade nas portas pelo trabalho que tinham nos seus cargos[212] e na de 8 de março, quarta-feira, que a chave da Porta Nova estivesse em poder de António Dias, sapateiro, como até então, recomendando-lhe muito recado e vigilância no seu abrir e fechar, e que cumprisse o que lhe mandassem os guardas-mores e, desobedecendo-lhe alguma pessoa, viria fazer auto à Câmara; ele jurou cumprir e que entregaria a dita chave à Câmara ou a quem lhe fosse mandado por ela[213].

Nas Cortes de Tomar fala-se em três processos: dois autos referentes à realeza, um em 16 de abril de juramento a D. Filipe I e à sua continuidade dinástica, outro em 23 do juramento do príncipe D. Diogo, onde devem ter jurado obediência ao rei os dois procuradores de Braga dentre os das 94 (92?) cidades e vilas; e o terceiro, em 20, da reunião das Cortes propriamente ditas com apresentação dos capítulos. Nelas defendeu-se a monarquia dualista, isto é, um rei com duas coroas, cada uma com o seu governo próprio e as suas leis e autonomias com o exclusivismo lusitano[214]. Estas Cortes encerraram a 25 de maio, dia do *Corpus Christi*, trazendo os dois procuradores de Braga a respetiva certidão do despedimento, passada a 27 por Fernão do Louro Saraiva, secretário de estado das Cortes do Reino[215].

---

[210] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 59.
[211] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 60.
[212] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 64.
[213] AMB., *Livro de vereações de 1580*, fl. 67v.
[214] Fernando Bouza, *o. c.*, pp. 145-155; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, IV *Governo dos Reis Espanhóis*, 2ª edição. Editorial Verbo, 2000, pp. 14-19.
[215] AMB., *Cartas dos Senhores Reis de 1545-1739*, s. n.

4.4 A primazia do Arcebispado de Braga

Dizem os autores do século XVI bem como os estudiosos sobre esse século que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires tentou por todos os modos manter, sustentar e defender a primazia da sua Igreja no concílio de Trento, de que só desistiu com um breve do Papa a declarar que nele não se respeitassem primazias, mas as antiguidades. Isso porque tinha contra si a encarniçada e indestrutível oposição dos arcebispos de Toledo e doutras arquidioceses e dioceses de Espanha, a que dava invencível apoio o rei de Espanha Filipe II.

Em Portugal irá suceder precisamente o contrário nas famosas Cortes de Tomar: embora houvesse a sistemática oposição dos Arcebispo de Lisboa e de Évora e do Prelado de Tomar *nullius dioecesis*, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires foi para lá sempre de cruz alevantada e com a mesma alçada assistiu a todas as cerimónias de caráter religioso a que presidiu nessa qualidade, se bem que tivesse direito a tal por ser também o mais velho. Ele teve convite do Rei, a que procurou esquivar-se. Perante a insistência do monarca na sua presença nas Cortes, alegou um não despiciendo óbice: a ter de aparecer, fá-lo-ia na qualidade de Primaz das Espanhas, o que iria gerar a oposição dos arcebispos de Lisboa e de Évora. Aqui o Rei cedeu dadas as circunstâncias do evento e naturalmente, penso, por se tratar de primazia exercida apenas sobre as duas arquidioceses nacionais do sul. Os protestos começaram logo por iniciativa dos ditos Arcebispos que, não tendo nenhum deles jurisdição em Tomar por *nullius dioecesis*, meteram na guerra o seu Prelado, que aceitou o desafio imediatamente e até para defesa das suas pessoais prerrogativas.

Vou sintetizar rapidamente esse diferendo nas Cortes de Tomar, do qual o Arcebispo tratou de obter autos notariais para conservação da contestada posse. Há uma sentença desses protestos e reclamações, dada pelo L.do Fr. Jerónimo Francisco, vigário da igreja de Santa Maria do Olival[216], paróquia e matriz da notável vila de Tomar, ouvidor geral do eclesiástico nessa vila e sua jurisdição *nullius dioecesis* e dos mais lugares que *pleno iure* pertencem à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo por ele Rei nosso Senhor, onde faz saber

[216] Nessa altura a vila era, creio, uma só paróquia com esse nome, mas subdividiu-se depois em duas, passando esta a chamar-se Santa Maria dos Olivais e a outra São João Batista, separadas pelo rio Nabão (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 31, pp. 894 e 923).

que neste eclesiástico juízo, perante ele e o Dr. Pero Álvares de Freitas, prelado, se trataram uns autos de requerimentos por parte dos Arcebispos de Lisboa e de Évora contra o Arcebispo de Braga sobre e por razão de primazia e de trazer cruz alevantada diante de si nesta jurisdição fora do seu arcebispado. O processo começa com um requerimento feito por parte dos dois ditos Arcebispos, a 16 de abril de 1581, nas pousadas do Dr. Pero Álvares de Freitas, prelado ordinário da vila de Tomar *nullius dioecesis* pelos licenciados Francisco de Campos e Francisco de Magalhães, procuradores dos arcebispos de, respetivamente, Lisboa D. Jorge de Almeida e Évora D. Teotónio de Bragança, a pedir que não consinta que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, traga cruz alevantada neste lugar, porquanto nele nem em nenhum outro fora da sua província lhe compete por direito tal prerrogativa; e, porque a causa de primaz das Espanhas, que pretende ter, até agora não está decidida nem determinada, não pode usá-la nem está de posse dela; e houve oposição à mesma pretensão pelos reis e prelados antecessores; e nem no Sagrado Concílio Tridentino teve esse lugar e preeminência; opunham-se por isso trazer notável prejuízo às suas igrejas e dignidades pontificais deles e das suas províncias. E, porque aqui não tinham jurisdição, pediram-lhe que o fizesse impedindo-o de usar dessa prerrogativa, e, não o fazendo, protestavam; acrescentavam, protestando, que a prerrogativa que tinha então era pela antiguidade da sua consagração, e não por outra via ou superioridade; e, se neste lugar e nos mais autos das Cortes que o Rei faz, se ajuntam os ditos Arcebispos sem reclamar que ele não pode usar da dita prerrogativa e que tem desistir dela, é porque Sua Majestade os manda e obriga a estar presentes, não podendo deixar de obedecer. Seguiu-se o despacho para responder dentro de uma hora peremptória, visto estarem chamados para jurar Sua Majestade por Rei destes reinos nesse dia às duas horas depois do meio-dia.

Notificado nesse dia às 12 horas pouco mais ou menos nas suas pousadas, D. Fr. Bartolomeu respondeu "*que ho prellado desta villa não hera seu juiz pello que hapellava de seus mandados pera ha Sancta See hapostollyca porquanto ha causa de sua primacia pendia em corte de Roma onde estavão hos papeis ha esta caussa necesarios e asi no auditorio de Bragua e que pera dizer isto por escrito pedia vistos nestes autos*". Seguem-se as procurações dos dois de 16 de abril e outra de D. Fr. Bartolomeu, de 13 desse mês em Tomar, a fazer seu procurador Pedro Tavares, cónego da Sé de

Braga. Só depois, a 7 de maio, este procurador substabeleceu a Gonçalo Pires, familiar do Arcebispo, cónego da Sé de Braga. A apelação do despacho atrás e do breve tempo foi apresentada por escrito nesse mesmo dia na capela-mor do convento de Cristo, em Tomar, perante o Dr. Pero Álvares de Freitas. Este mandou dar vista ao L.do Pero Tavares para vir com sua apelação, a qual se lhe deu a 18. No dia seguinte veio com as suas respostas. E logo os procuradores dos Arcebispos de Lisboa e Évora requereram ao Dr. Pero Álvares de Freitas que fizesse o feito concluso, o que aconteceu logo: "*Requeiram ordinariamente perante o nosso Ouvidor Geral, perante quem as causas judiciais se tratam, o qual mandará dar a vista deste arrazoado do Arcebispo de Braga aos Arcebispos de Lisboa e Evora*. (ass.) FREITAS".

Publicado o despacho acima na vila de Tomar a 20 de abril, logo nesse dia o escrivão e os procuradores atrás nomeados dos Arcebispos de Lisboa e Évora foram ao Convento dos Frades da Ordem de Cristo à casa que estava preparada para o auto das Cortes onde estavam os procuradores dos povos juntos e mais estados do eclesiástico e da nobreza e, chegados ao lugar onde estava o Arcebispo de Braga, perante todos publicamente requereram com a devida reverência que desistisse de trazer a cruz alevantada diante de si nestes autos e cortes, etc. respondendo o Arcebispo de Braga "*que ussava de seu direito he que hera primas e como tall trazia ha dita cruz diante de sy*". O auditor Fr. Jerónimo Francisco mandou, a 27 de abril, dar vista destes protestos e arrazoado aos Arcebispos Autores, apontando de seu direito dentro de dois dias, os quais vieram, a 31, com suas razões dizendo que o Arcebispo apresentava 3 fundamentos: o Dr. Pero A. de Freitas, ordinário do lugar, não poder ser juiz nesta causa; os Arcebispos requerentes não são partes nisto; o Arcebispo de Braga está em posse de primaz e por tal havido e nomeado. Juntas depois as razões nas fls. 11 a 13v, foi dada vista ao procurador do Arcebispo de Braga, que veio com as suas razões, a 6 de maio, nas fls. 11v a 17. Com isso ficou o feito concluso ao Ouvidor do Prelado da vila de Tomar, o qual deu sua sentença, sem data, por que recusou a prerrogativa do Arcebispo de Braga: não podia usá-la em Tomar por ser imediata à Santa Sé Apostólica (fls. 17-17v). Foi publicada em audiência a estes autos, a 13 de maio, à revelia das partes e na pessoa de Gonçalo Pires, um dos procuradores do Arcebispo. Este disse que apelava da dita sentença e despacho dele Ouvidor no que era

contra o Arcebispo de Braga e sua dignidade, primeiro *viva voce* e depois por escrito. Apelação recebida e publicada pelo L.do Fr. Jerónimo Francisco a 19 de maio de 1581[217].

Venceu assim a sua iniciativa na questão da primazia de Braga graças ao apoio de D. Filipe I, não obstante a tenaz oposição dos Arcebispos de Lisboa e de Évora e do Prelado *nullius diocesis* de Tomar, tal era o patriotismo de D. Fr. Bartolomeu na defesa intransigente das regalias nacionais e bracarenses, não se dando outro tanto frente a D. Filipe I, porque o Cardeal D. Henrique e depois os Governadores viram nele o natural e legítimo sucessor. Se tivessem declarado a duquesa D. Catarina, o Arcebispo teria idêntico comportamento como varão de consciência bem formada e intransigente.

Depois tratou de garantir de D. Filipe I as velhas regalias e privilégios dos seus antecessores no exercício dos seus deveres pastorais. Eis o elenco dos que consegui registar a partir da documentação do Arquivo Distrital de Braga:

1.º 1581-04-17: alvará por que impede o ouvidor de Braga da administração da justiça por suspeição, concedido por petição do Arcebipo através de carta, devendo conhecer com outro da cidade até três recusas, sendo juiz na última um vereador daquele ano ou do anterior, não se aceitando mais suspeita por em tal caso parecer maliciosa, para impedir a justiça e haver impunição[218].
2.º 1581-04-17: alvará por que manda às suas justiças façam sair do lugar, mosteiro ou benefício as pessoas que impedirem as visitações pessoais do Arcebispo[219] (**Documento X**).
3.º 1581-04-17: alvará do rei a mandar às suas justiças que, sendo requerido pelo Arcebispo que façam desencastelar alguma igreja ou benefício, elas o cumpram inteiramente[220].
4.º 1581-04-24: alvará por que manda às suas justiças que, quando da parte do Arcebispo, seu Provisor ou Vigários lhes

---

[217] ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 63, n.º 1970, de 12 fólios estando em branco os fo. 1 e 12, cópia (outro idêntico no n.º 1969); *Rerum Memorabilium*, I, fls. 41v-47, registo.

[218] ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 63, n.º 1972.

[219] ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 63, n.º 1971. Confirmação dum alvará de D. Sebastião de 5 de setembro de 1559, confirmado de novo em 1593 (ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 63, n.º 1811).

[220] ADB., *Rerum memorabilium*, III, fls. 90v-91. Vinha de 5 de setembro de 1559, em Lisboa.

for requerido prenderem os leigos que se não confessem, lhos entreguem para deles fazer cumprimento da justiça[221].

5.º 1581-04-24: Alvará para se prenderem os leigos que se não confessam no tempo[222].

6.º 1581-04-25: alvará por que manda que, enquanto o Arcebispo ou Bispo crismar, esteja o meirinho ou juiz do lugar à porta da igreja, "*para que não consinta fazerem-se arruidos nem uniões de que se sigão escandalos sobre o defender das portas das ditas Igrejas*"[223].

7.º 1581-04-26: alvará por que manda às suas justiças seculares que mudem os religiosos e religiosas de um mosteiro para outro sempre que o Arcebispo ou seus visitadores lhes requererem[224].

8.º 1581-04-26: alvará por que manda às suas justiças que obriguem a guardar todos os direitos que o arcebispo D. Fr. Bartolomeu tem sobre a visitação da Colegiada e igrejas de Guimarães[225].

9.º 1581-04-26: alvará do rei sobre a visitação do mosteiro de Refojos de Lima e a execução das visitações: porquanto os cónegos agostinhos a impediam aos vigários da comarca, mandou executá-la[226] (**Documento XI**).

Mas creio não estão aqui todos confirmados, porque há, pelo menos, uma carta régia ou alvará, de 26 de setembro de 1559, de D. Sebastião a mandar às suas justiças que, quando o Arcebispo ou seus visitadores visitassem o mosteiro de Paderne, o assistissem[227]. Por isso parece que a conclusão a tirar é que D. Fr. Bartolomeu nessas Cortes limitou-se a conseguir a confirmação da tradição da primazia de Braga e a obtenção de alvarás régios que confirmassem

---

[221] ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 63, n.º 1973. Em confirmação do alvará de D. Sebastião de 5 de Setembro de 1559: prender as pessoas que o Arcebispo ou seus oficiais deprecarem que se não confessam nem comungam nos tempos devidos (ADB., *Coleção cronológica*, n.º 1809, registado *in Rerum Memorabilium*, III, fl. 89v).

[222] ADB., *Rerum Memorabilium*, III, fl. 92.

[223] ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 63, n.º 1974; *Rerum Memorabilium*, III, fl. 93-93v.

[224] ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 63, n.os 1976 e 1977. Confirmação do anterior de D. Sebastião, de 9 de setembro de 1559 (ADB., *Coleção Cronológica*, n.º 1812, registado *in Rerum Memorabilium*, III, fl. 92v).

[225] ADB., *Colecção Cronológica*, cx. 63, n.º 1975.

[226] ADB., *Rerum Memorabilium*, III, fl. 90-90v.

[227] ADB., *Colecção Cronológica*, n.º 1814.

as regalias e privilégios dos Arcebispos. Mas há dois inesquecíveis: a resignação do arcebispado com súplica ao papa Gregório XIII, datada de 5 de maio de 1581 em Tomar[228], e a restituição das relíquias de S. Frutuoso englobando depois as de S. Martinho de Dume desde Santiago de Composta, até porque o auto de juramento aconteceu a 16 de abril, festividade litúrgica do primeiro[229]; aquela com rápida execução, esta não, embora prometida, por causa da vacância da Sé de Santiago e da resignação de D. Fr. Bartolomeu, pelo que D. Fr. Agostinho de Jesus se empenhou nisso, sentindo-se obrigado D. Fr. Bartolomeu a escrever a D. Filipe I, no primeiro de julho de 1590 em Viana, a lembrar-lho para consolação no final da sua vida (**Documento XIII**).

4.5 O caso singular do Dr. Francisco de Caldas Pereira (e Castro)

Deixo-o para o fim por causa da sua complexidade, tanto em relação ao insigne jurista como ao arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Filho de António de Caldas Pereira e Castro e de Francisca do Cadaval[230], esta filha de Álvaro de Cadaval de Sotomaior, de família nobre, nasceu na vila de Monção, onde foi batizado a 8 de julho de 1543; estudou as letras humanas durante três anos no Colégio de S. Jerónimo de Compostela, onde obteve o grau de bacharel; passou depois à Universidade de Coimbra onde fez a formatura em 1878; depois foi advogado em Braga e Lisboa. Querendo

---

228 A súplica da resignação a Gregório XIII está publicada *in Bracara Augusta*, XLII, p. 688.

229 Arquivo do Seminário Conciliar de Braga, *Códice 42*, documentos 24 e 25 (em 1590). Aqui o Arcebispo laborou em erro no tocante a S. Martinho de Dume, cujas relíquias não tinham sido roubadas pelos galegos mas estavam escondidas na Igreja paroquial, tendo-as encontrado primeiro D. Manuel de Sousa e depois D. Fr. Agostinho de Jesus.

230 Eis parte da sua genealogia pelo lado paterno: **bisavós**: Afonso Pereira, moço fidalgo do tempo de D. Afonso V, e Isabel Lobato, natural da vila de Monção, dos Lobatos, por onde aparece ligado à nobreza portuguesa e galega; **avós**: Brites Pereira, filha do casal anterior (teve mais 2 filhos e 3 filhas), e João Gomes de Sousa Lobato e Caldas, este descendente de Garcia Rodrigues e Caldas e duma filha de Luís Gonçalves de Sousa; **pais** segundo J. A. Segurado e Campos: António de Caldas Pereira e Castro (teve mais 3 irmãos) e Francisca de Sotomaior e Cadaval, esta filha de Álvaro de Cadaval de Sotomaior, que lhe ajuntou mais alguma nobreza, nascendo deste casal 5 filhos [Gabriel Pereira de Castro, *Ulisseia ou Lisboa Edificada*. II *Estudo histórico-literário. Textos (parcialmente inéditos) de, ou sobre Gabriel Pereira de Castro* por J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 2004, pp. 15-17].

promovê-lo, D. Filipe I nomeou-o lente de Digesto Velho, de que tomou posse a 14 de fevereiro de 1597 recebendo o grau de doutor no primeiro de junho. Pouco lhe adiantou esta valorização, pois faleceu a 7 de setembro deste ano com 54 anos, tendo sido sepultado no Convento dos Remédios das Carmelitas Descalças, em Braga[231]. Casara nesta cidade a 3 de outubro de 1570 com Ana da Rocha de Araújo, filha do Dr. António Francisco de Alcáçova, de quem teve 16 filhos, sendo o primeiro Gabriel Pereira de Castro, autor da *Ulisseia ou Lisboa Edificada*. Escreveu muitas obras, reimpressas em 7 volumes em Lyon, Francfort e Colónia[232]. Trata-se dum jurisconsulto conhecido, com obra publicada, embora em parte posteriormente por cuidado do filho Gabriel Pereira de Castro; exerceu funções docentes na Universidade de Coimbra, onde lecionou a cadeira de Digesto Velho, tendo sido antes nomeado, em 7 de fevereiro de 1581, juiz do crime da cidade de Lisboa, provavelmente em atenção aos bons serviços do sogro, doutor António Francisco de Alcáçova, pelo prazo de quatro anos na condição de, terminado esse período com seu serviço a contento, ser nomeado desembargador da Casa do Crime. O que de facto aconteceu nomeando-o D. Filipe I, em 23 de junho de 1586, desembargador da Casa do Porto[233].

Acrescentem-se alguns elementos tirados dos artigos de Camilo Castelo Branco: fá-lo nascer em Segóvia, para onde seu pai fugira depois que matou a dardo um homem de Monção; seguidamente seus pais estabeleceram-se em Tuy, vindo o pequeno Francisco para Braga a instruir-se com o famoso gramático e poeta Cadaval Graveo; depois passou em Coimbra a sua estudiosa mocidade até voltar para Braga, onde se fez advogado; em 1579 era terceiro vereador do senado bracarense e seria provavelmente um daqueles que requereram publicamente ao Arcebispo quisesse mandar tomar voz por D. António. Fugido para Tuy, D. Fr. Bartolomeu deu alçada e encarregou, no retorno, um notário de escrever as culpas dele que encontrasse nos escrivães e tabeliães. Mas depois teria sido captado pelo rei e guindado a lente da Universidade de Coimbra e, em seguida, a desembargador do Paço. Fala nos seus 16 filhos, na riqueza que acumulou tornando-se senhor das honras de Ninães, Frazão, Carra-

---

231 Esta informação está errada, pois é das Franciscanas da Penitência.

232 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tomo IV. Coimbra: Atlântida Editora, 1967, pp. 128-130 (e também II, p. 578b).

233 ANTT., *Chancelaria de D. Filipe I*, livro 8, fo. 137; Gabriel Pereira de Castro, *o. c.*, pp. 16-17.

zeda, e padroados de muitas igrejas, tudo identificado com o vasto morgado de Carim. Escreveu ainda que nos derradeiros anos trazia entre mãos um *Tratado da Primazia de Braga*[234].

Sobre este estudo o seu nome exato no Arquivo Distrital de Braga é *De Primatu Bracharensi*, 2 tomos, mas talvez seja de duvidar se se trata da obra saída inteiramente das suas mãos. O tomo I com 84 capítulos e 253 fólios numerados, onde defende a vinda de Sant'Iago à Península, S. Pedro de Rates e tudo o mais dos falsos cronicões. O tomo II com 640 capítulos (talvez melhor, artigos) e 297 fólios, tudo numerado depois. Creio que neles não se diz expressamente que se trata de obra de Francisco de Caldas Pereira e Castro. Na minha sua rápida análise procurei ver se a cronologia cabia no competente período histórico da sua vida, mas nada pude concluir por não se referir, em princípio, qualquer cronologia, mas sempre ou quase artigos e números jurídicos[235].

Refere-se-lhe o quarto documento do *Mostrador*, um pouco desfasado, pois data de 9 de outubro de 1581 em Santa Maria de Cravições (Carviçais no concelho de Torre de Moncorvo), quase um ano depois portanto. Pior ainda é o seu conteúdo: trata-se duma provisão arcebispal a mandar ao seu Ouvidor que faça ir perante si todos os escrivães e tabeliães para lhes mandar tresladar todas as culpas que tivessem contra o Dr. Francisco de Caldas Pereira em que fosse culpado nas amotinações e revoltas que D. António tinha causado neste Reino[236]. Esta figura pública era demasiado importante e pública nessa altura para tentar descobrir-se dessa maneira a sua passada atuação política, já num contexto de profunda reconciliação e com o Arcebispo demissionário: então já muito projectada e lançada na vida nacional. Neste tem especial importância a cronologia, pois todas as especulações camilianas caíam por terra, se a conhecessem (**Documento XII**).

Por outro lado, Camilo não documenta esses padroados de muitas igrejas, mas sabe-se que eram, pelo menos: Bico (S. João), Cerdal (Santa Eulália), Cristelo (S. Miguel), Ferreira (S. Mamede) com sua anexa Linhares, Insalde (Santa Maria), Padornelo (Santa Marinha), Paredes (Santa Maria), Rio de Moinhos (Santa Eulália) e

---

[234] José Carlos d'Araujo da Motta Júnior, *O Patriotismo de Fr. Bartolomeu dos Martires. Cartas notaveis de Camillo Catello Branco. Apreciações de –*. Porto: Livraria Universal, s. d. (anterior a 1895), pp. 12-18.

[235] ADB., *Manuscritos*, n.os 930 e 931 encadernados.

[236] ADB., *Colecção Cronológica*, n.º 1982.

sua anexa Guei (S. Tomé), Vascões (S.Pedro) e outras mais dos lugares de Coura, Arcos de Valdevez e Valença por força da fundação e dotação dos seus antepassados como o pai e o avô, para ficarem na posse de um só padroeiro para melhor serem providas quando vagassem e atendendo a que muitas tinham sido indevidamente usurpadas pelo visconde de Vila Nova. Em virtude do breve *Sua nobis dilectus filius*, de Clemente VIII (1592.01.30-1605.03.03), passado em S. Pedro de Roma a 27 de junho de 1594 no ano terceiro do seu pontificado, Francisco Pereira de Castro, chantre na Colegiada de Valença do Minho, juiz apostólico comissário subdelegado na causa da justificação do padroado de Francisco de Caldas Pereira e Castro, deu a sentença de execução em Valença a 8 de abril de 1595 (?). Aparece depois outro breve de Clemente VIII com o mesmo título e executado pelo mesmo. Talvez esclareça algo deste padroado uma sentença de confirmação da igreja de Santa Eulália de Cerdal, do tempo do arcebispo D. Fr. Agostinho de Jesus, dada pelo seu vigário geral por seu despacho de 11 de fevereiro de 1594: mostra ter havido uma escritura de concórdia no mês de outubro de 1590 entre o Doutor Francisco de Caldas e o mosteiro beneditino de Ganfei em que se diz que, vagando essa igreja de Cerdal por morte do abade de então, seria apresentada pelo doutor Francisco por duas vezes e a terceira pelo mosteiro; a confirmação foi dada em Braga a 18 de abril de 1594. Do exposto intui-se a complexidade dos padroados das igrejas da comarca de Valença, onde devia haver multiplicidade de pequenos padroeiros, o que dificultava imenso a sua provisão quando vagassem, e a usurpação pelas figuras mais importantes da nobreza, como o visconde de Vila Nova de Cerveira.

Passo agora ao tal famoso processo, existente no Arquivo Distrital de Braga, dos herdeiros do Dr. António Francisco de Alcáçova, sogro do Dr. Francisco de Caldas, contra o arcebispo D. Fr. Bartolomeu por causa de dívidas e não pagamento de vencimentos durante anos. Por azar vai concluir, precisamente durante e após as Cortes de Tomar, com uma sentença de conciliação entre os três autores e o réu, a qual creio que nunca foi estudada, ou melhor, divulgada por se tratar de algo melindroso para a craveira moral, pastoral e até humana do Arcebispo Santo. Ou, talvez, o parco sumário do processo levasse ao desinteresse no seu estudo, pois pensariam tratar-se duma banal questão de herdeiros e partilhas.

Pode intitular-se "*Sentença final na composição e amigável concórdia na questão havida por morte do Dr. António Francisco com*

D. Fr. Bartolomeu dos Mártires", dada em nome de Filipe II, em Lisboa. Essa ação decorreu, no seu final pelo menos, na Corte e Casa da Suplicação, em Lisboa, perante os corregedores dos feitos e causas cíveis entre Catarina da Rocha, viúva do Dr. António Francisco, e o L.do Francisco de Caldas Pereira e sua mulher Ana da Rocha de Araújo como autores, e o Rev.º Arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Mártires como réu por razão de aqueles demandarem a este os rendimentos de certos anos da alcaidaria de Erveredo (*sic*) e outras coisas. Consta no processo que, sendo o Arcebispo citado por carta da câmara para este Juízo da Correição do Cível da Corte e em audiência apregoado e havido por citado para esta causa e todos os termos e autos judiciais dela, foi mandado aos autores viessem obrigar ao réu por libelo. Deste consta que:

1.º Catarina da Rocha e o Dr. António Francisco foram legitimamente casados e como tais viveram conforme a lei do Reino; deles nascera Ana da Rocha, mulher de Francisco de Caldas Pereira, filha legítima deles e como tal havida; sendo o Dr. António Francisco chamado por el-rei D. Henrique à corte, falecera na cidade de Lisboa num dos dias de janeiro de 1579 *ab intestato*; por seu falecimento ficara Catarina da Rocha cabeça de casal e meeira em seus bens por comunicação do matrimónio e também Ana da Rocha, sua filha, ficara sua universal herdeira *ab intestato* na outra fazenda e nela como tal se trespassaram e continuaram as ações ativas e passivas *ipso iure*.

2.º Entre as coisas pertencentes à Sé de Braga e seus Prelados era a alcaidaria-mor do couto de Erveredo, sita nos limites e confrontações deste Reino e da Galiza, com 3 ou 4 igrejas de seu padroado, incorporadas e anexadas nessa dignidade e ofício por autoridade apostólica, das quais igrejas os alcaides-mores gozavam a temporalidade e seus frutos *in solidum,* ficando somente para os vigários ou curas a sua côngrua porção para administração da cura das almas; vagando essa alcaidaria-mor por falecimento de João Limpo, alcaide-mor dela, o Arcebispo-réu proveu-a e confirmou-a ao Dr. António Francisco com todas as honras, liberdades e privilégios, tendo tomado posse dela, recebido as chaves e feito os juramentos do costume. Daí, portanto, pertencerem-lhe as rendas e frutos desde a morte natural

de João Limpo em 1570, os quais valeriam um ano por outro 500$000 reais, que o Arcebispo costumava arrendar desde esse tempo, mas pertecendo por força do seu título ao Dr. António Francisco; nunca lhos dera gastando-os em seus usos e proveitos, mas em consciência estava obrigado a restituir a seus herdeiros. Sendo requerido por muitas vezes que o fizesse, não queria por ser mal aconselhado, nos quais devia ser condenado.

3.º O Dr. António Francisco servira o Arcebispo-réu, desde 20 anos a esta parte, de seu desembargador e, desde 8 ou 9 anos a esta parte, não lhe tinha pago o seu salário de desembargador, que valia, pelo menos, 200$000 reais em cada ano, o que tudo devia pagar a eles autores.

4.º O réu retinha-lhes indevidamente muitos livros, que eram os que se ofereciam por um rol, que o réu tinha na sua Relação, os quais ficaram ao tempo da morte na livraria do dito doutor, em que também devia ser condenado.

5.º Sendo o dito doutor chamado, por muitas vezes, para esta Corte a fim de servir no Desembargo no ano de 1577, o réu fizera-o residir em Braga e prometera-lhe 20$000 reais de tença para ela Catarina da Rocha, se ele dito doutor falecesse primeiro, o que dissera e confessara perante muitas pessoas. E agora, falecido o Dr. António Francisco, não queria cumprir o que prometera.

6.º Haveria 20 anos que o dito doutor começara a servir ao réu e, além de o servir no desembargo, fizera-lhe muitos e leais serviços em que recebera muito trabalho em sua utilidade e de sua Igreja, vindo muitas vezes à Corte, por seu mandado, em demandas muito dificultosas com partes com muitos rigores e fortes e com o Cabido de Braga, andando muitas vezes fora da sua casa por estalagens com seu cavalo e com seus criados e homens que o acompanhavam, defendendo-lhe a sua jurisdição de Braga, do que até então não vinha nenhuma satisfação.

Pelo que bem merecia que o réu lhe fizesse muitas mercês e, ao menos, lhe dará 60$000 reais de tença depois da sua morte para ela autora Catarina da Rocha, nos quais pedia fosse condenado ou lhe pagasse o serviço conforme ao merecimento do dito doutor desde o tempo da dita alcaidaria-mor.

E acrescentou que o Dr. António Francisco, logo que recebera a dita alcaidaria-mor, começou a queixar-se publicamente a muitas pessoas por o réu lhe não largar a dita aicaidaria livremente e lhe reter os frutos indevidamente, pelo que para maior pacificação da consciência do réu e sua justiça lhe entregara pareceres e conselhos de lentes de Coimbra sobre isso, os quais o réu tinha em seu poder e foram vistos por muitas pessoas, que os leram e viram assinados pelos ditos lentes.

No final do libelo pedia recebimento e cumprimento do direito e a condenação do Arcebispo nas rendas e frutos dessa alcaidaria-mor desde o tempo do falecimento do dito João Limpo até ao tempo da morte dele Dr. António Francisco, liquidando-se tudo na execução; e no salário e estipêndio de desembargador conforme aos merecimentos e letras do dito doutor, e serviços que tinha feito; e na dita tença pelos serviços conforme a qualidade e merecimentos; e nos livros que tinha usurpado na Relação indevidamente, com as custas.

Esse libelo foi recebido, sendo dado termo para o contrariar; por passar o termo sem o fazer, foi lançado fora, vieram depois com embargos e outras coisas; depois estes foram recebidos em audiência da Correição do Crime a 11 de maio de 1581, aparecendo aí um procurador do réu a dizer que autores e réu estavam concertados e concordados por via de amigável transação entre eles, a qual apresentava pedindo ajuntasse a este feito a escritura de concerto, feita em Tomar no primeiro de maio nas pousadas do Arcebispo por ele e Pero da Cunha Sotomaior, morador na cidade de Braga, para sair por sentença, o que o Corregedor mandou fazer.

E logo pelo procurador dos constituintes e do Dr. Francisco de Caldas Pereira, juiz do crime da cidade de Lisboa, e assim de sua mulher Ana da Rocha de Araújo e de sua sogra e mãe Catarina da Rocha, foi apresentado um documento de procuração e concórdia, o qual se resumiu. Esta procuração foi feita a 20 de abril de 1581 na quinta de Esporões na freguesia de S. Tiago de Esporões pelos três autores, por que constituíam seus bastantes procuradores Diogo de Barros, Dr. João Nogueira e Pero da Cunha Sotomaior, moradores na cidade de Braga e então estantes na vila de Tomar, para poderem concordar com o Arcebispo na demanda pendente ante o corregedor do Cível da Corte sobre os frutos da alcaidaria-mor de Ervededo e suas anexas no tempo em que o Dr. António Franciso fora alcaide-mor, sobre o que pretendiam dever-lhes do serviço que fizera ao

Arcebispo e sua Igreja e sobre o serviço de procurador da mesa arcebispal e outras mais coisas que demandavam.

Para evitarem essas demandas de fins duvidosos, as despesas e outras coisas mais, por via de amigável composição e concórdia desistiam de todas as demandas, movidas e por mover, sobre as coisas sobreditas, com declaração que o dito Arcebispo fizesse mercê, como tinha assentado com ele Dr. Francisco de Caldas Pereira, de lhe dar e mandar passar provisão do ofício de procurador de sua Mesa Arcebispal da cidade de Braga por casamento de uma sua filha dele Dr. Francisco de Caldas, a qual ele quisesse, com o ordenado de 20$000 reais em cada ano, contanto que a pessoa com que casasse e houvesse de ser provida do dito ofício fosse letrado e tivesse as partes necessárias para servir o dito ofício e a contentamento dele Arcebispo e seus sucessores. Em Tomar assinaram o documento dessa concórdia, feita no primeiro de maio, o Arcebispo e Pero da Cunha Sotomaior, procurador dos autores, declarando o Arcebispo que era contente que se desse ao dito Dr. Francisco de Caldas Pereira 6$000 reais em cada ano enquanto não casasse a dita sua filha, a cujo marido ele Arcebispo ou seus sucessores passaria provisão desse ofício de procurador da mesa e os 14$000 reais que faltavam para os 20$000 se pagariam a quem servisse o dito ofício. Testemunhas: Dr. Gregório Rodrigues, vigário geral da cidade de Braga, e Pero Tavares, cónego da Sé de Braga, estantes na corte. Feita por Francisco Fernandes, tabelião na vila de Tomar. Em face disso o Corregedor deu a seguinte sentença: *julgo o dito contrato por bom e valioso e que se cumpra e guarde como nele se contém e seja sem custas*. Dado em 23 de maio de 1581. Dada a sentença na cidade de Lisboa a 26 de maio, el-rei o mandou pelo Dr. Paulo Coelho, do seu desembargo e corregedor com alçada dos feitos e causas cíveis na sua Corte e Casa da Suplicação. Domingos Monteiro o fez por Gaspar Peixoto, escrivão da dita correição. Assina Paulo Coelho, com um selo de chapa redondo enorme[237].

Resumindo o emaranhado do processo:

Autores: Catarina da Rocha, viúva do Dr. António Francisco de Alcáçova, e o L.do Francisco de Caldas Pereira e sua mulher Ana da Rocha de Araújo, respetivamente, genro e filha da primeira.

Réu: o Rev.º Arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Mártires.

---

[237] ADB., *Coleção Cronológica*, n.º 1980, processo de 16 fólios.

Matéria: uma série de dívidas, desde a alcaidaria-mor de Ervedeo a ordenados e livros na Relação, ao Dr. António Francisco, falecido em Lisboa em janeiro de 1579.

Fases importantes do processo na Casa da Suplicação:

20-IV-1581 na Quinta de Esporões: procuração dos autores, a Diogo de Barros, Dr. João Nogueira e Pero da Cunha Sotomaior, moradores em Braga mas então estantes em Tomar; e sendo necessário também ao Dr. Francisco de Caldas Pereira

01-V-1581 em Tomar: escritura de concerto e concórdia nas pousadas de D. Fr. Bartolomeu, em Tomar, feita por ele e por Pero da Cunha Sotomaior com o notário Francisco Fernandes, tabelião na vila de Tomar. Testemunhas: Dr. Gregório Rodrigues, vigário geral na cidade de Braga, e Pero Tavares, cónego na Sé de Braga, ambos estantes na corte.

11-V-1581 em Lisboa: em audiência da Correição do Crime o procurador do réu, Pero da Cunha Sotomaior, disse que estavam já concordados e apresentou a escritura de concerto e concórdia bem como a respetiva procuração.

23-V-1581 em Lisboa: sentença do corregedor Dr. Paulo Coelho: *julga o dito contrato por bom e valioso e que se cumpra e guarde como nele se contém e seja sem custas*. Dado em 23 de maio de 1581.

26-V-1581 em Lisboa: Carta da sentença por el-rei através do Dr. Paulo Coelho, do seu desembargo e corregedor com alçada dos feitos e causas cíveis na sua Corte e Casa da Suplicação. Domingos Monteiro o fez por Gaspar Peixoto, escrivão da dita correição. Assina Paulo Coelho com um selo enorme. El-rei o mandou pelo Dr. Paulo Coelho.

CONCLUSÕES GERAIS

Tendo querido apresentar uma síntese atualizada e crítica sobre o patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires neste ano em que se espera concluído o processo da sua esperada, desejada e tão demorada canonização, devem ficar bem claras estas conclusões:

1.º 1578-1580/81 é uma época charneira e de viragem na História de Portugal, mais de chegada: consuma o falhanço do sonho imperial marroquino, tornado irreversível;

marcada por terrível crise, agravada com a louca expedição sebástica com o fatídico desenlace de Alcácer Quibir, o desaparecimento da fina flor da nobreza, o problema dos resgates e as despesas dum império ultramarino gigantesco mas a rebentar pelas costuras, agravado com a concorrência holandesa, inglesa e francesa.

2.º Neste contexto as elites nacionais (clero, nobreza e grande burguesia) optam por Filipe II, esquecendo D. Catarina de Bragança, na esperança de colaboração na luta contra o povo descontente, de defesa da talassocracia e da entrada no mercado espanhol para obtenção dos cobiçados *reales* de prata vinda da América espanhola[238].

3.º D. Fr. Bartolomeu dos Mártires é um distinto homem do seu tempo, espiritual e intelectual, um condutor de almas que pauta a sua vida pela moral e pelo direito. Por isso a sua indefinição política até à declaração de Castro Marim, a 17 de julho, na corrente do recomendado pelos Governadores: legalista embora seja de presumir e de defender que internamente seria por D. Catarina de Bragança.

4.º Mesmo depois dessa declaração manteve-se reservado dentro das suas estritas obrigações e responsabilidades pastorais, naturalmente à espera que o País, os grandes e o povo reagissem dentro do bom caminho da unidade, tanto na cidade metropolitana como no resto da arquidiocese, fomentando esse espírito de unidade na família portuguesa.

5.º Frustrados a unidade e o caminho da paz com a invasão do duque de Alba, dum lado, e o levantamento de D. António, do outro, continua a afirmar-se pela via legalista procurando fazer segui-la também os seus diocesanos.

6.º Travada a batalha de Alcântara em 25 de agosto com a vitória do duque de Alba, intuiu que a contenda estava praticamente decidida, restando a diversão de D. António pelo Norte sem consequências de maior. Por isso, chegada a Braga no primeiro de setembro a notícia da vitória, logo no dia seguinte ele, senhor de Braga, e a Câmara decidem tornar pública a sua opção – a legalista-filipina

---

[238] Vitorino Magalhães Godinho, "1580 e a Restauração" *in Ensaios*. II *Sobre História de Portugal*, 1.ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968, pp. 255-291.

numa reunião *sui generis* com 136 votantes previamente selecionados por um rol, seguida da aclamação às portas do Paço, em frente dos Paços do Concelho e junto do Castelo, a que se seguiria efusiva festa exterior para mostrar o contentamento e suposta alegria do povo.

7.º Sendo Braga capital da arquidiocese e centro estratégico importantíssimo para a segurança de Entre Douro e Minho e onde se repercutiam os sentimentos patrióticos e nacionais do povo, incarnados na opção por D. António, tem de lutar enérgica e firmemente para manter e impor a sua opção frente às das terras vizinhas, como Guimarães, Ponte de Lima, Viana Foz do Lima e Vila Nova de Cerveira. Daí a resistência às pressões das terras vizinhas, sobretudo de Martim Lopes de Azevedo, capitão-mor de Prado, e de Luís de Brito, fronteiro de Entre Douro e Minho; os alevantamentos da população, regra geral vindos do exterior, o ataque pessoal durante a procissão perto de Nossa Senhora-a-Branca no mês de agosto; é neste contexto que decreta, a 27 de agosto, a expulsão de sete famílias da cidade e seu termo, e de outra da cidade para os arrabaldes até expressa autorização sua.

8.º Com o avanço de D. António para o Porto e a ação aliciante do bispo da Guarda os alvoroços tornam-se mais frequentes e intensos, pelo que envia uma mensageiro à Galiza a D. Garcia Sarmiento a expor-lhe, creio, o agravamento da situação e a sugerir-lhe fazer manobras militares nas povoações da raia para evitar o avanço sobre Braga de Luís de Brito. Como constasse que os cristãos-novos fizeram ou pretendiam fazer motins nas vilas e cidades, decretou que o Ouvidor fosse desarmá-los tomando-lhes todas as armas ofensivas e defensivas, nas suas casas e noutras partes, tendo-as bem arrecadadas; na provisão vêm mencionados os seus nomes, sem nada que indique qualquer instigação do Dr. Francisco de Caldas Pereira. Sabendo-se da queda de Aveiro e do projeto antonino da resistência a partir do Porto, Braga envia um reforço de 300 soldados em sua ajuda, onde se incluía Aurélio Baldino, e D. Garcia Sarmiento envia o seu filho Diogo com 1000 homens, que chegaram atrasados, porque Pantaleão de Sá, capitão-mor, vendo a impossibilidade da resistên-

cia, desistiu tendo embarcado rumo a Lisboa, pelo que a cidade se rendeu no primeiro de outubro sob condições; o Bispo e muita gente retirou-se para Braga e Diogo Sarmiento, retornando, passa por Braga, que encontra amotinada, toma-lhe as portas e leva consido os refugiados do Porto, o Arcebispo, cónegos, etc. para a Galiza.

9.º Talvez tenha havido, em outubro, novo ataque ao Arcebispo numa procissão na Rua de S. Marcos, no momento em que se esperava a chegada das forças de Prado, tendo sido levado pela população ao Paço. Nos princípios de outubro Braga cai nas mãos de Martim Lopes de Azevedo, que arrombou os Paços do Arcebispo e tornou-se capitão-mor com assunção da jurisdição eclesiástica, com o que incorreu em excomunhão, ficando a cidade despejada de gente, desde, pelo menos, 16, pelo que o Dr. António Correia fez eleger nova câmara; nessa ata impuseram a todos os residentes a obrigação de acudirem com armas, logo que ouvissem o rebate dos sinos da Sé, às portas para defender e impedir a entrada de estrangeiros para roubar e matar; como só tinham ficado velhos e doentes e gente sem possibilidades, o vereador anulou a antiga imposição sobre a carne para abater a dívida; caindo o Porto, a 23, nas mãos de Sancho de Ávila, afirma-se no Entre Douro e Minho o governo de D. Filipe I, vindo cerca de 2000 soldados para a cidade.

10.º Restabelecida a paz com o domínio das tropas de D. Sancho, regressam os que tinham retirado: também o Arcebispo no dia primeiro de novembro e a antiga câmara recauchutada, de que há acórdão a 7; o Arcebispo tem mão forte na defesa da população, pede a redução da guarnição e, sendo essa pequena, escreve a D. Filipe I para ficarem no máximo 400 ou 500 soldados. Agora é a hora de se apurarem responsabilidades: daí um alvará para pedi-las.

11.º D. Filipe continua em Badajoz ainda a 2 de dezembro escrevendo ao Arcebispo para ordenar preces públicas e procissões a pedir a Deus a cessação da peste; a 7 de janeiro, estando em Elvas, convoca as Cortes para Lisboa ou outra terra chegando duas cartas à Câmara nesse sentido, elegendo-se a 27 o Dr. João Nogueira e Diogo de

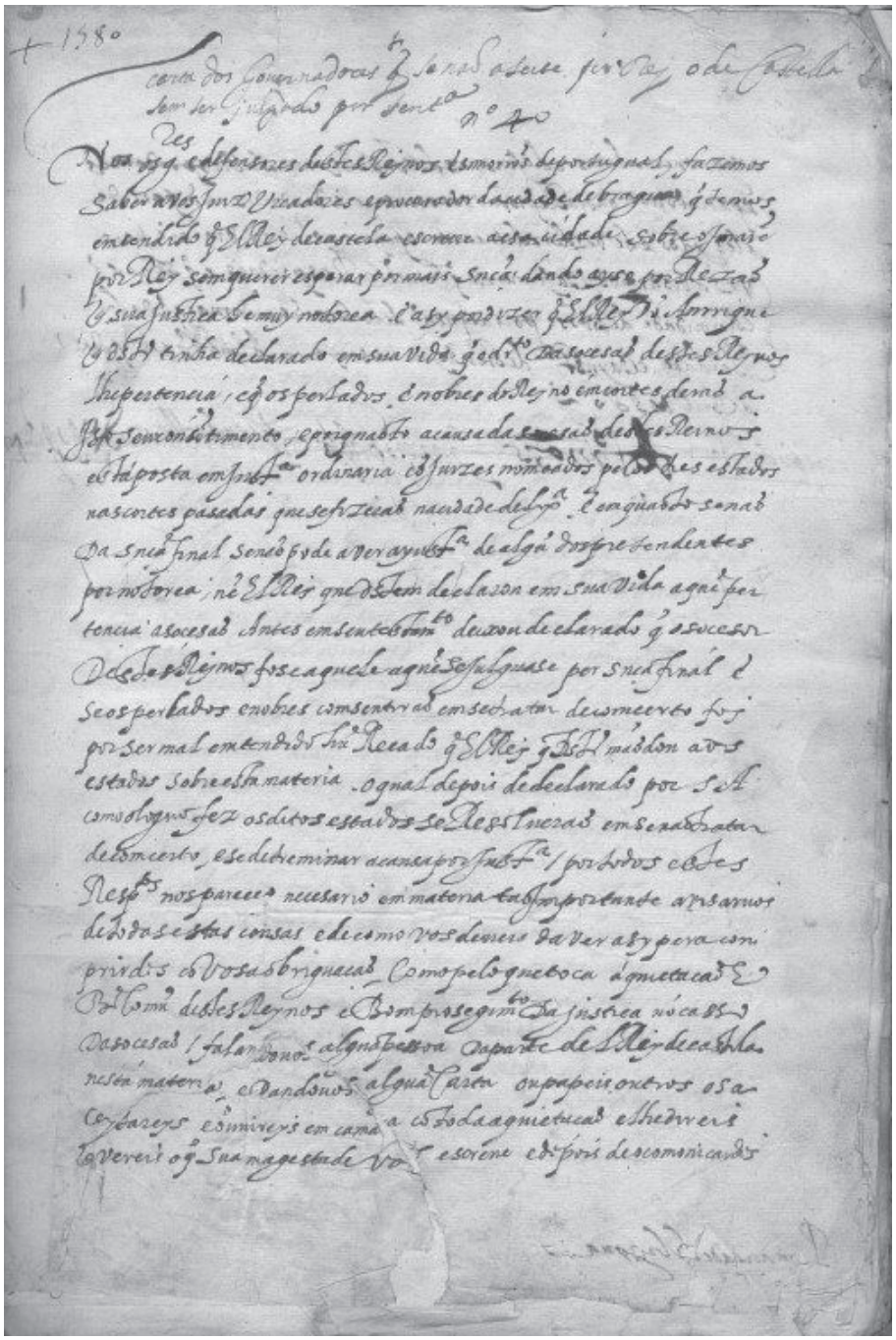
Barros, já batidos nisso. Mas que exigiram melhor pagamento por causa da carestia.

12.º Reunião das Cortes em Tomar, a 16 de abril, para juramento de D. Filipe I e do seu herdeiro e sucessor legítimo D. Diogo. D. Bartolomeu só vai instado e reconhecendo-lhe a prerrogativa da Igreja de Braga, a primazia das Espanhas, o que aconteceu, não obstante os protestos dos Arcebispos de Lisboa e de Évora e do Prelado da vila de Tomar *nullius dioecesis*. Lá entra e está de cruz alevantada presidindo como primaz às cerimónias religiosas, lavrando autos disso para garantia da prerrogativa. Nessas Cortes deve ter sido dos poucos que não requereram especiais regalias nem promessas. Além da da primazia – quase inacreditável – só a confirmação das prerrogativas pastorais e jurisdicionais dos antecessores e pelos monarcas anteriores. Mas há estas duas inesquecíveis: o pedido de resignação do Arcebispado, a qual foi aceite, e a súplica da restituição das relíquias roubadas de S. Frutuoso, tanto mais que esse auto de juramento fora feito a 16 de abril, seu dia litúrgico; depois acrescidas das de S. Martinho de Dume.

13.º É em Tomar que se vai conseguir, no primeiro de maio, a escritura de conciliação entre os herdeiros do Dr. António Francisco de Alcáçova (a viúva, sua filha e seu genro Dr. Francisco de Caldas Pereira) como autores e D. Fr. Bartolomeu como réu num processo que corria na Casa da Suplicação, em Lisboa, e que coloca uma nódoa na veneranda imagem do Arcebispo por ser motivada por dívidas, não pagamento de ordenados e retenção de livros na Relação de Braga; foi apresentada em audiência a 11 e sentenciada a 23. Por isso o documento do *Mostrador* tão alardeado por Camilo sobre a perseguição movida ao Dr. Francisco de Caldas fica sem força por ser de 19 de setembro desse ano. Talvez fosse mais para ilibá-lo.

14.º Quanto ao patriotismo do Arcebispo nas grandes controvérsias desde meados do século XIX, deve concluir-se que a refrega de 1866-67, empolada com a intervenção de Camilo, ficou inconclusa por impreparação dos intervenientes, literatos e sacerdotes, não historiadores; os documentos do tão falado *Mostrador* nada provam. Os outros

defensores do antipatriotismo são Joaquim Veríssimo Serrão com documentação do Arquivo Geral de Simancas e Aurélio de Oliveira com o estudo do *Diário* de Aurélio António Burdino, mas só provam que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires era legalista-filipista seguindo e respeitando indefectivelmente o decretado pelo Cardeal D.Henrique e pelos Governadores para poupar divisões, sacrifícios e ódios na família portuguesa. Se isso é antipatriotismo e traição, também o foram quase toda a nobreza e alto clero, a duquesa D. Catarina, etc., etc. Mas estou certo de que, se tivessem decretado legítimo rei e sucessor D. Catarina, o Arcebispo dominicano tê-la-ia defendido do mesmo modo e com a mesma coerência, firmeza e, porque não dizê-lo?, patriotismo.



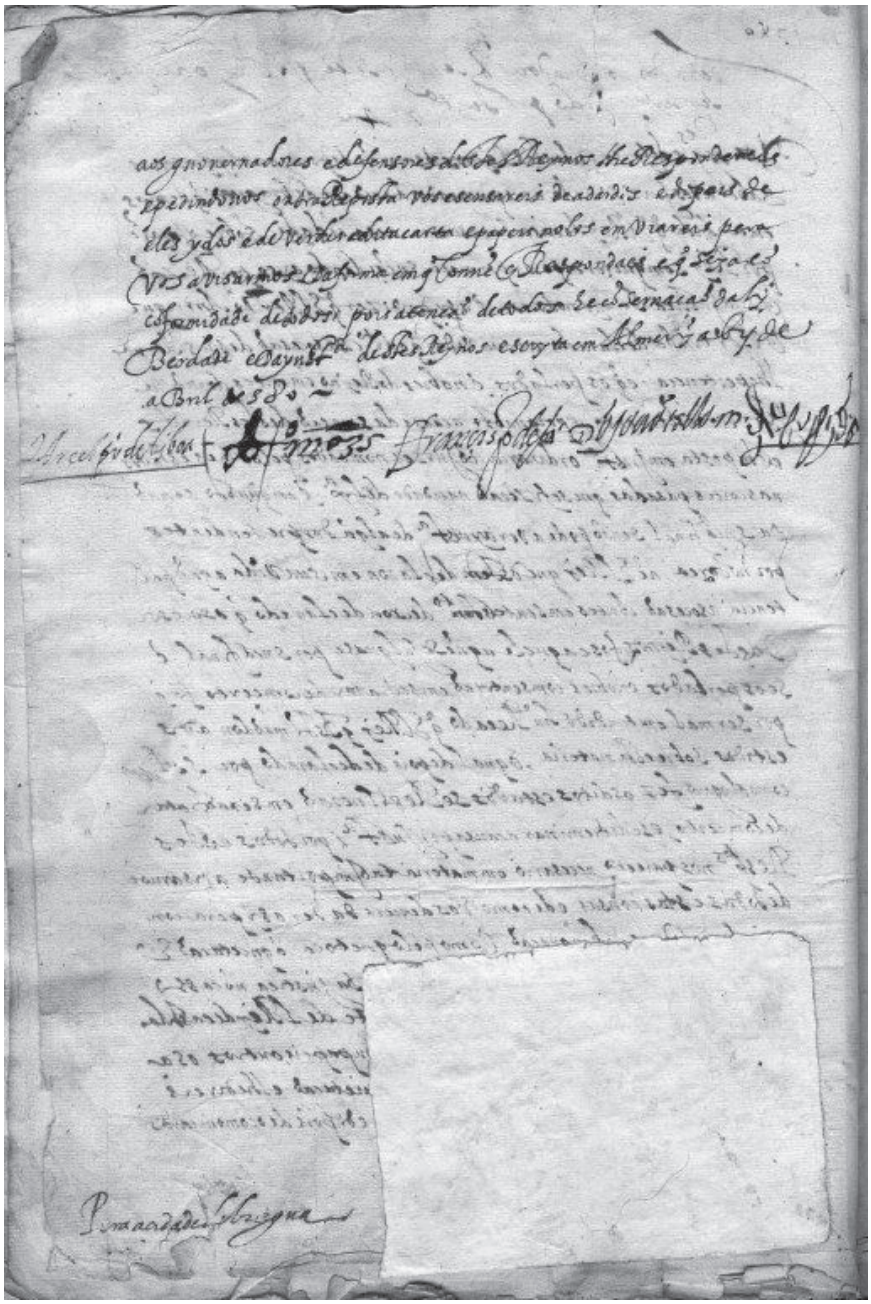
1580

carta dos Governadores do Reino a Sua Alteza para o Rei de Castela
ser jurado por herdeiro

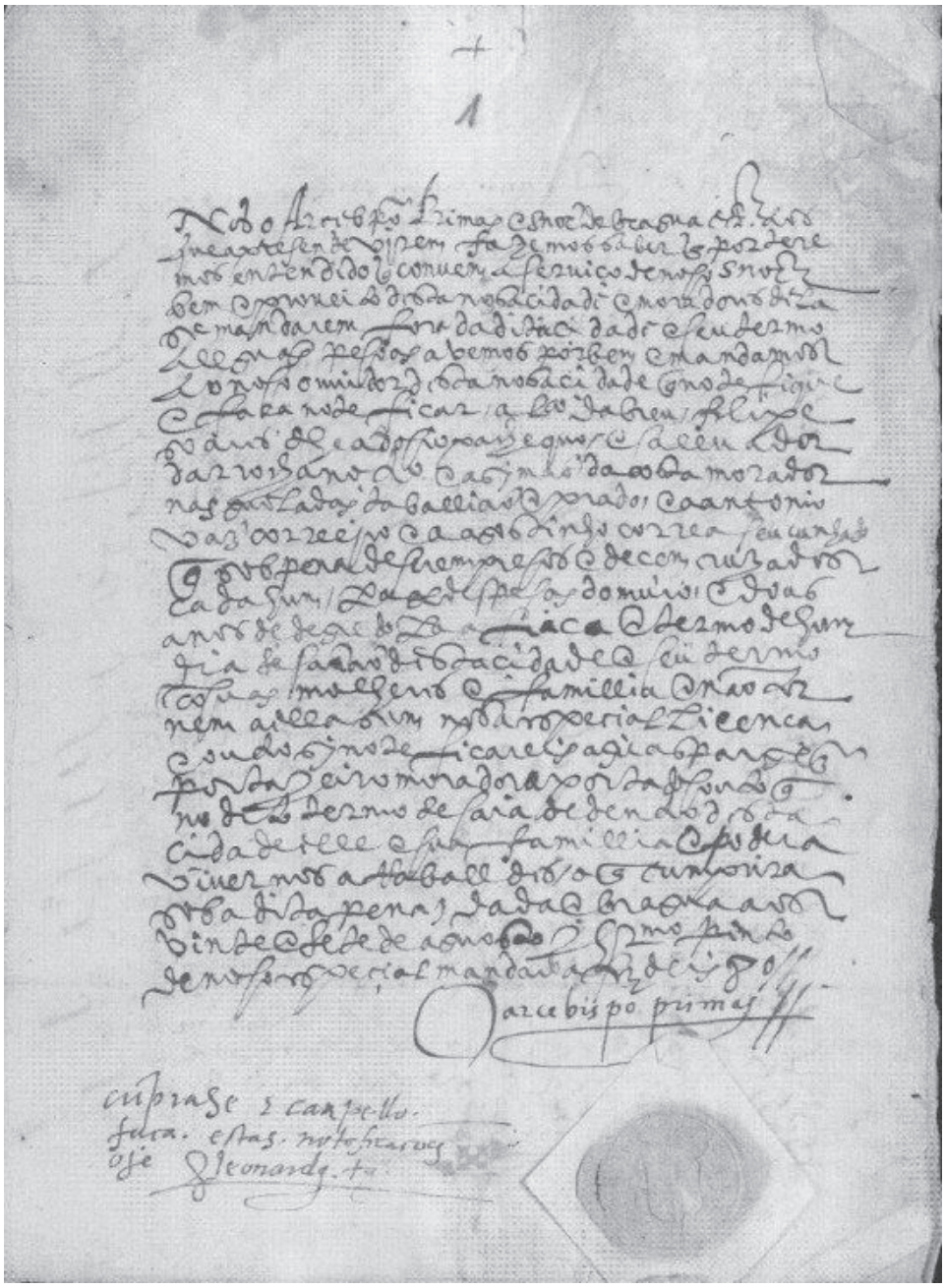
nº 40

Nos os governadores destes Reynos e senhorios de portugal, fazemos
saber a vos, juiz, vereadores e procurador da cidade de braga, que
entendido que El Rey de castela escreveu a essa cidade, sobre se jurar
por Rey, sem querer esperar por mais sua, dando a ysso por desculpa
a sua justiça e muy notoria e claro prouve que El Rey D. Henrique
o qual tinha declarado em sua vida que os vassalos destes Reynos
lhe pertencia, e os prelados e nobres destes reynos em cortes demandaram
por sentimento e por ignorancia a sua sucessão destes Reynos
estava posta em juizo ordinario e os juizes nomeados pelos estados
nas cortes passadas que se fizeram na cidade de lisboa. E em quanto se não
da sua final sentença pode aver agravo de algum dos pretendentes
por notoria, e El Rey que Deus dem declaração em sua vida a que per
tencia a sucessão, antes em sentença dum deu declarado que a sucessão
destes reynos fosse a que de a que se julgasse por sua final e
os prelados e nobres consentiram em seu dito desmerecer foi
por ser mal entendido seu recado que El Rey D. Henrique mandou aos
estados sobre esta materia. o qual depois de declarado por sua al
como disse fez os ditos estados se desistirem em sua dita
desmerecer, e se determinar a sua por juizo, por todos estes
respeitos nos parece necessario em materia tão importante apensarmos
de todos estas cousas e decerto vos devemos de aver a ysso para com
priridos os vossos brigaceiros como pelo que toca a quietação e
bem comum destes Reynos e bom proseguimento da justiça na sucessão
da sucessão, falar-vos algum pessoa da parte de El Rey de castela
nesta materia, e dandovos alguma carta ou papeis ou outros os a
ceitarem e os minuteis em cama a estes da quietação e sereis
e vereis o que sua magestade vos escreve e os por descomungados

Grav. 1

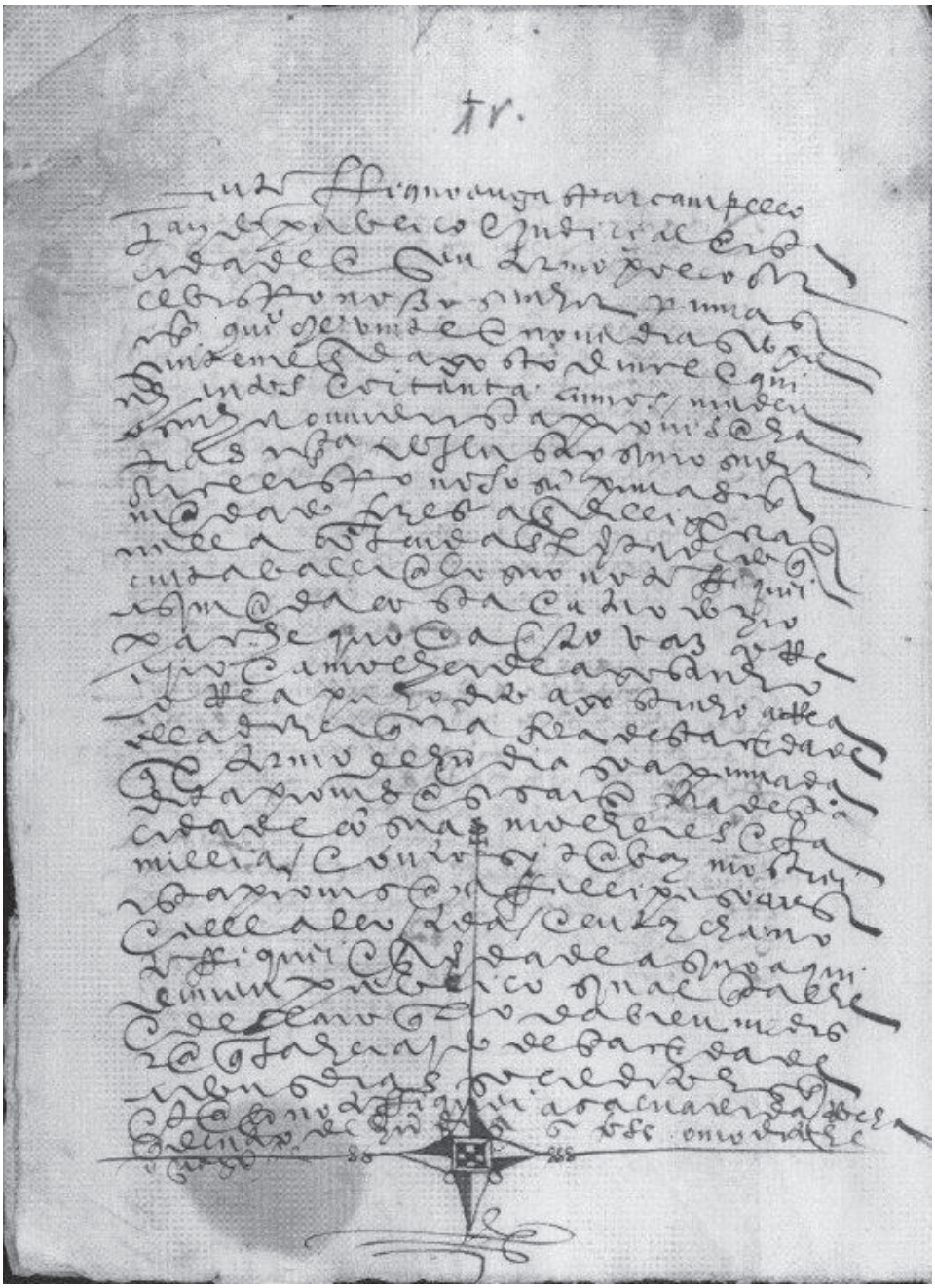


Grav. 1 (cont.): Almerim: Carta dos Governadores e Defensores do Reino à Câmara da cidade de Braga a preveni-los duma próxima carta de Filipe II para acei-tá-lo como rei. (AMB., *Livro das Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n.; original).

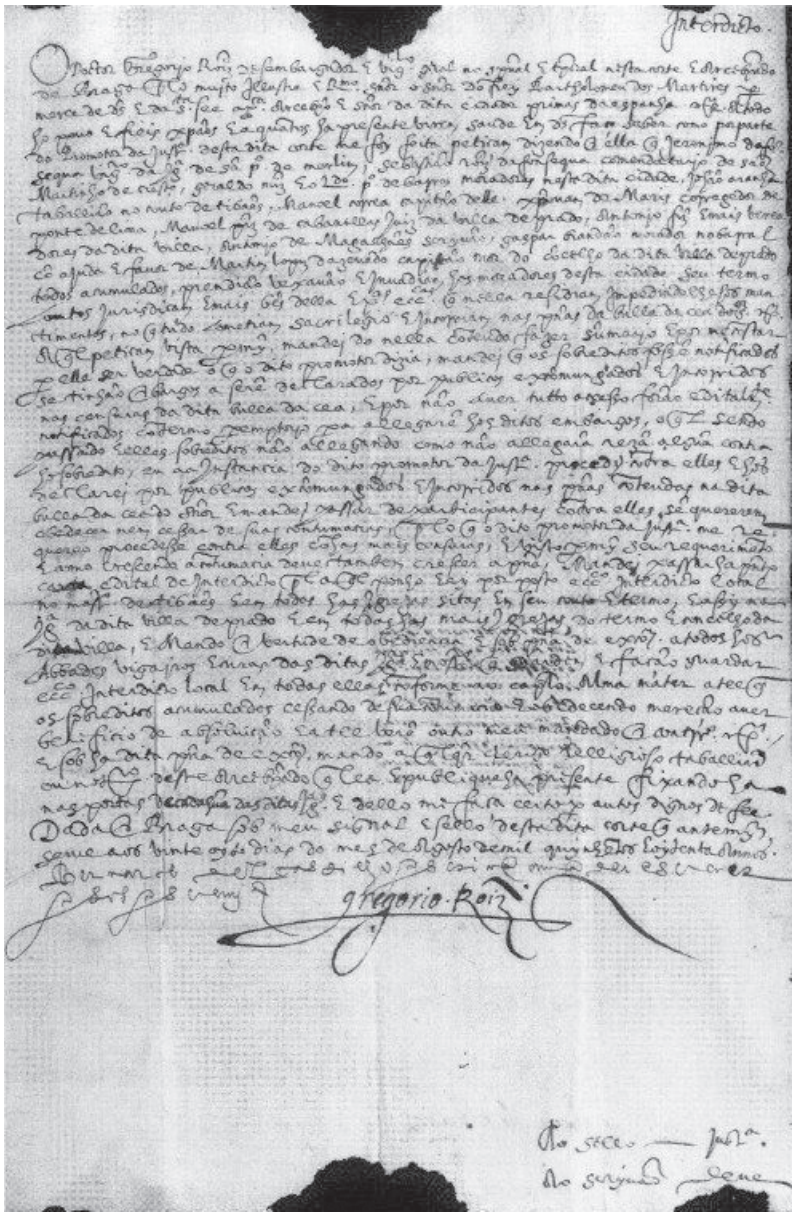


Grav. 2 – 1580-VIII-27, Braga: Provisão de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires a mandar expulsar da cidade de Braga oito famílias e seu despacho.

(ADB., *Coleção cronológica*, nº 1963, fl. 1).

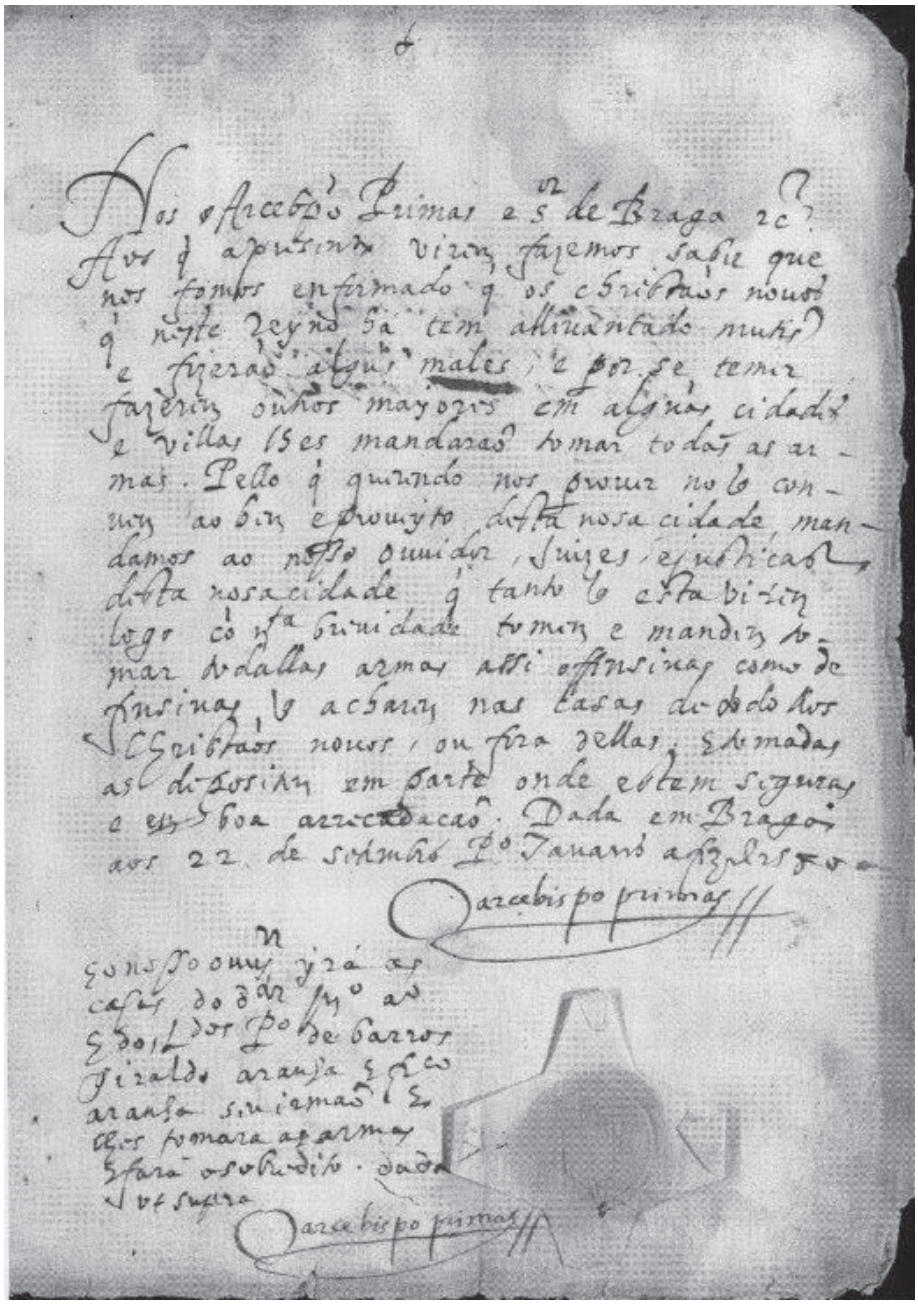


Grav. 3 – 1580-VIII-29, Braga: Execução da anterior Provisão da expulsão com as notificações às famílias (Id. *ib.,* fl. 1v)

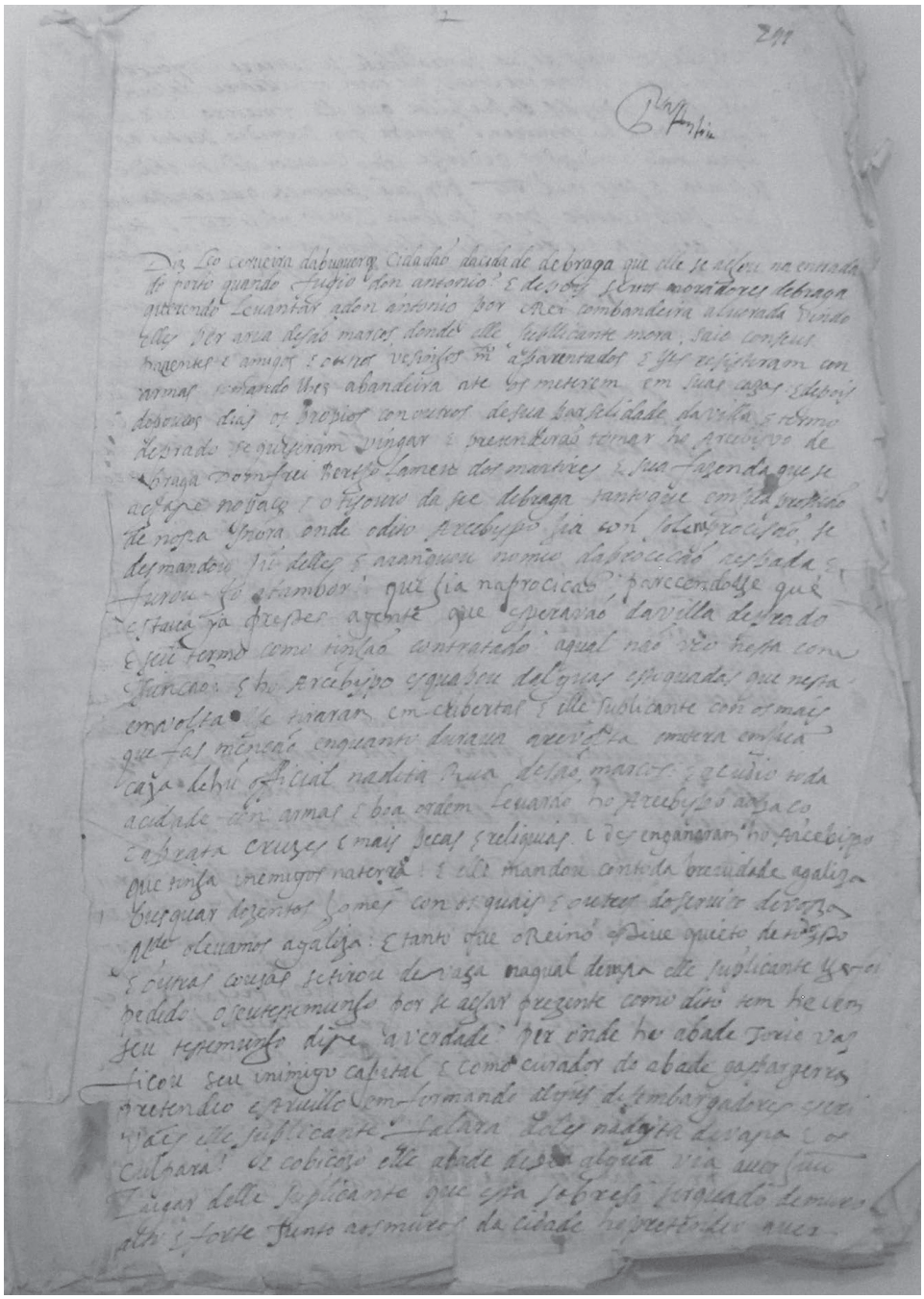


Grav. 4 – 1580-VIII-28, Braga: Carta edital do Dr. Gregório Rodrigues, vigário geral no arcebispado de Braga por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, a fulminar interdito local no mosteiro de Tibães com todas as igrejas do seu couto e na igreja da Vila de Prado e em todas as mais do seu concelho enquanto os treze delinquentes não cessassem a sua contumácia e não obedecessem.

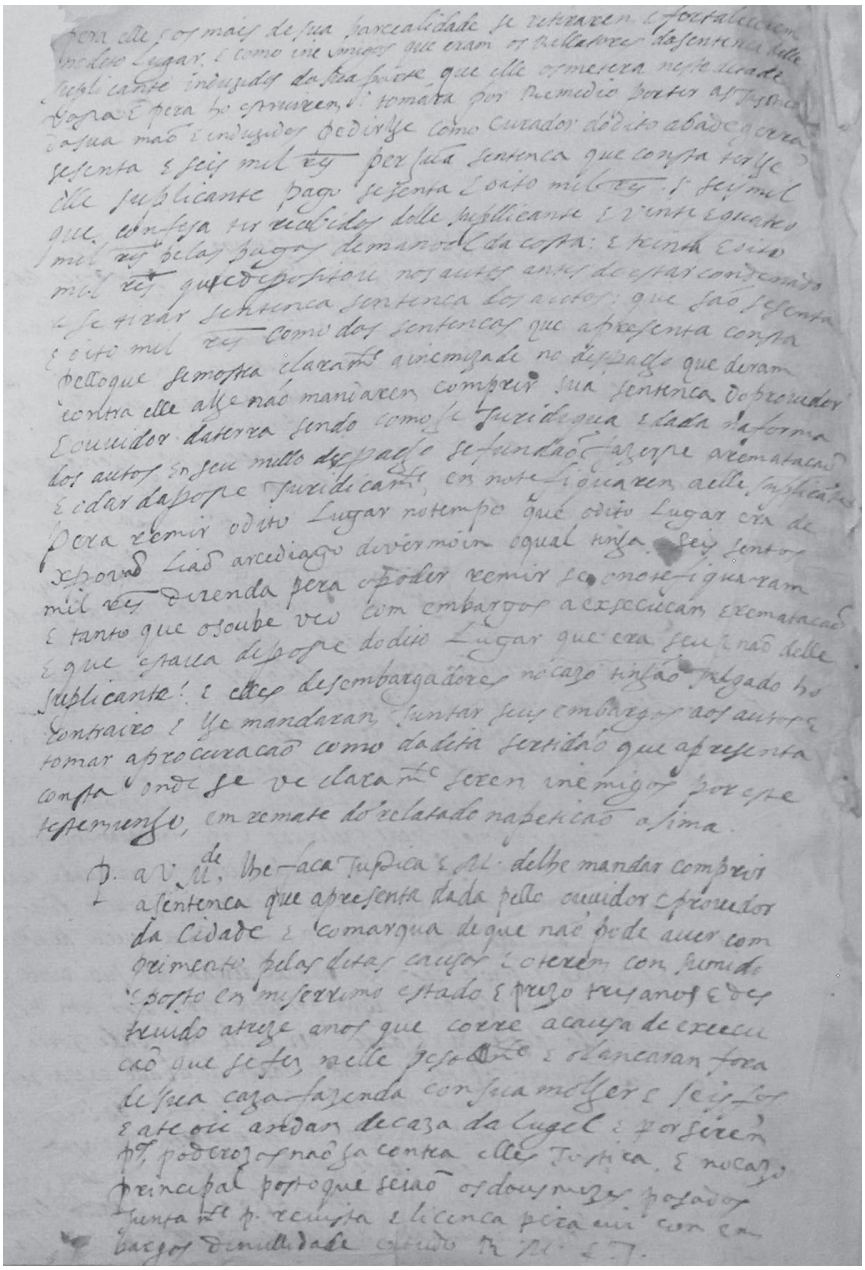
(ADB., *Gaveta de Braga*, nº 44).



Grav. 5 – 1580-IX-22, Braga: Provisão de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires a mandar retirar aos cristãos-novos todas as armas ofensivas e defensivas.
(ADB., *Coleção cronológica*, nº 1964).

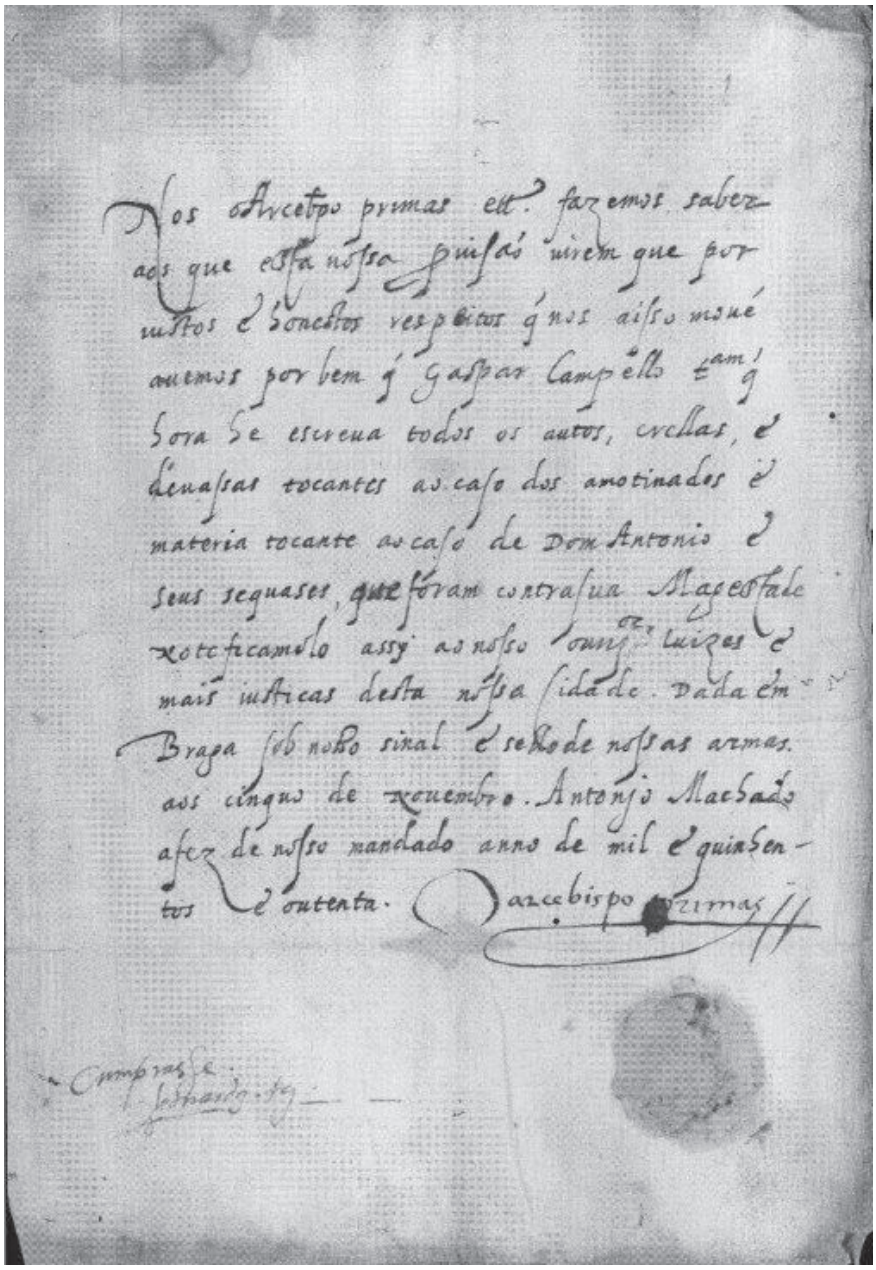


Grav. 6



Grav. 6 (cont.) – (1580-X-primeira semana), Braga: Requerimento de Lourenço Cerveira de Albuquerque em que dá informações sobre o motim contra D. Fr. Bartolomeu dos Mártires na Rua de S. Marcos.

(Arquivo do Seminário Arquidiocesano dos Apóstolos, *Códice 42*, folhas avulsas).

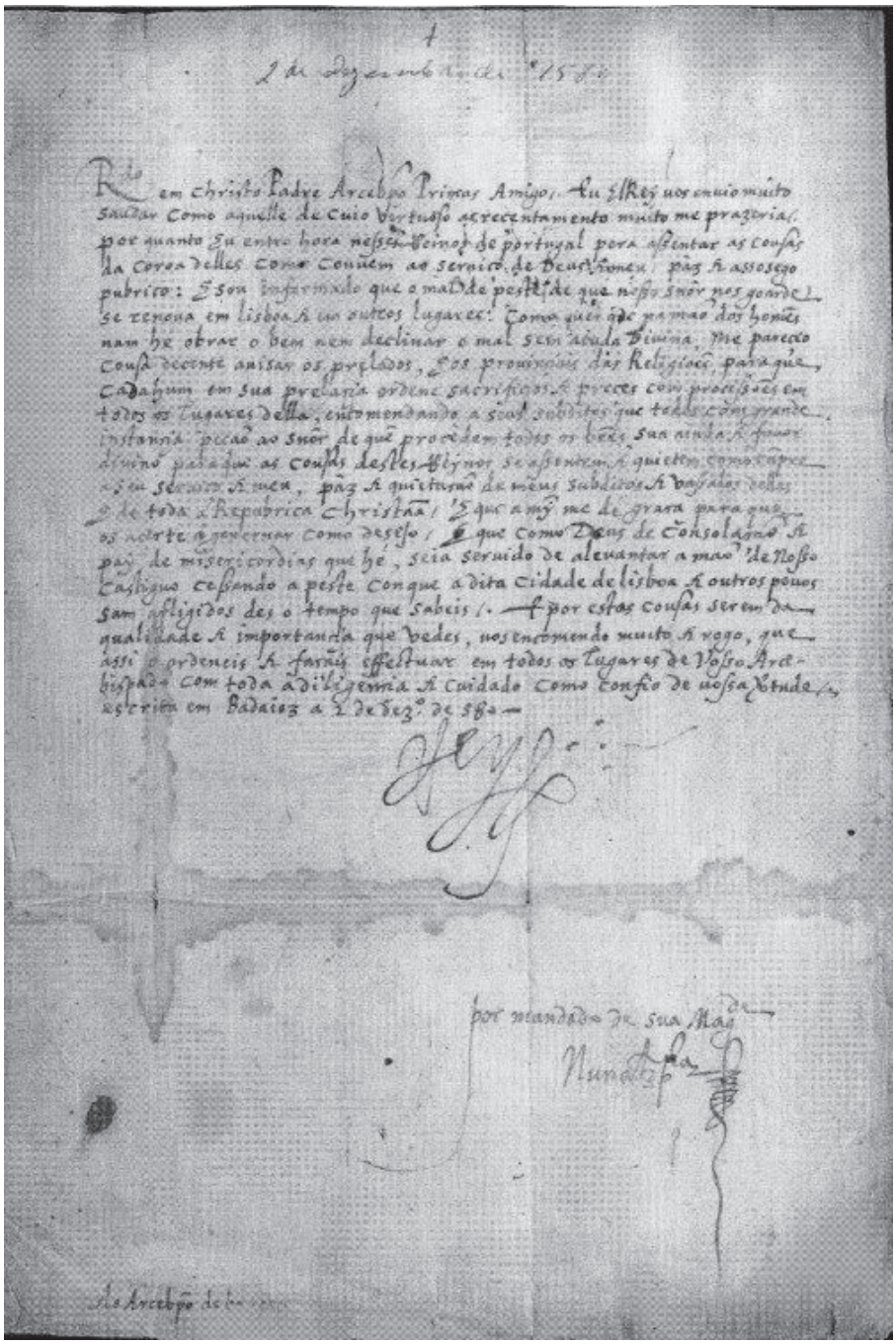


Nos o arcebispo primaz etc. fazemos saber
aos que esta nossa prisão virem que por
justos e honestos respeitos q̃ nos aisso moue
uemos por bem q̃ Gaspar Campello e am q̃
hora se escreua todos os autos, querellas, e
devassas tocantes ao caso dos amotinados e
materia tocante ao caso de Dom Antonio e
seus sequases, que foram contra sua Magestade
notificamolo assy ao nosso ouvidor, juizes e
mais justiças desta nossa cidade. Dada em
Braga sob nosso sinal e sello de nossas armas.
aos cinqu de nouembro. Antonio Machado
a fez de nosso mandado anno de mil e quinhen-
tos e oitenta. O arcebispo primaz

Campmesa
Lebrando

Grav. 7 – 1560-XI-5, Braga: Provisão de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires a mandar ao tabelião Gaspar Campelo que escreva todos os autos, querelas e devassas tocantes aos amotinados e matéria de D. António.

(ADB., *Coleção cronológica*, nº 1965).



1 de dezembro de 1580

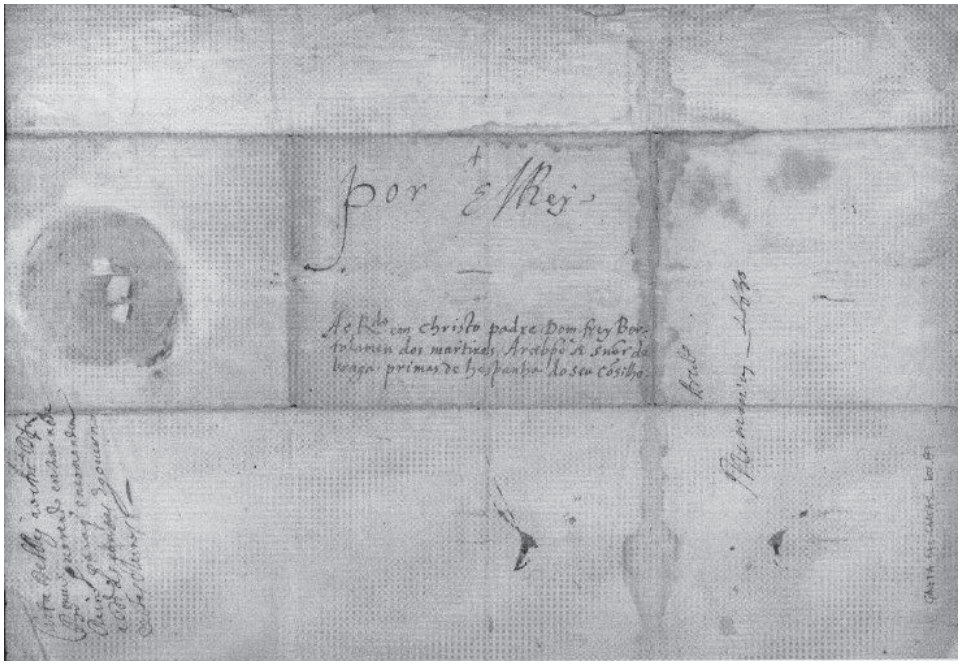
Rdo em Christo Padre Arcebpo Primaz Amigo, Eu elRei vos envio muito saudar como aquelle de cuio virtuoso acrecentamento muito me prazeria, por quanto Eu entro hora nesses Reinos de portugal pora assentar as cousas da coroa delles como convem ao serviço de Deus e meu, paz e assosego publico: E sou informado que a mal de peste de que nosso Snor nos guarde se tenova em lisboa e em outros lugares: Como quer que na mao dos homẽs nam he obrar o bem nem declinar o mal sem ajuda Divina, me parece cousa decente avisar os prelados, e os provinciais das Religiões para que cada hum em sua prelazia ordene sacrificios e preces com procissões em todos os lugares della, encomendando a seus subditos que todos com grande instancia peçam ao Snor de que procedem todos os bẽs sua ajuda e favor divino para que as cousas destes Reynos se assentem e quietem como cumpre a seu serviço e meu, paz e quietude de meus subditos e vassalos e de toda a Republica christã, E que a mim me de graça para que os adorte e governe como desejo, e que como Deus de consolação e pai de misericordias que he, seja servido de alevantar a mao de nosso castigo cessando a peste conque a dita cidade de lisboa e outros poos sam afligidos des o tempo que sabeis. E por estas cousas serem da qualidade e importancia que vedes, vos encomendo muito e rogo, que assi o ordeneis e farẽis effectuar em todos os lugares de vosso Arcebispado com toda a diligencia e cuidado como confio de vossa virtude. escrita em Badajoz a 1 de Dez.º de 580

por mandado de sua Mag.de

Nunes

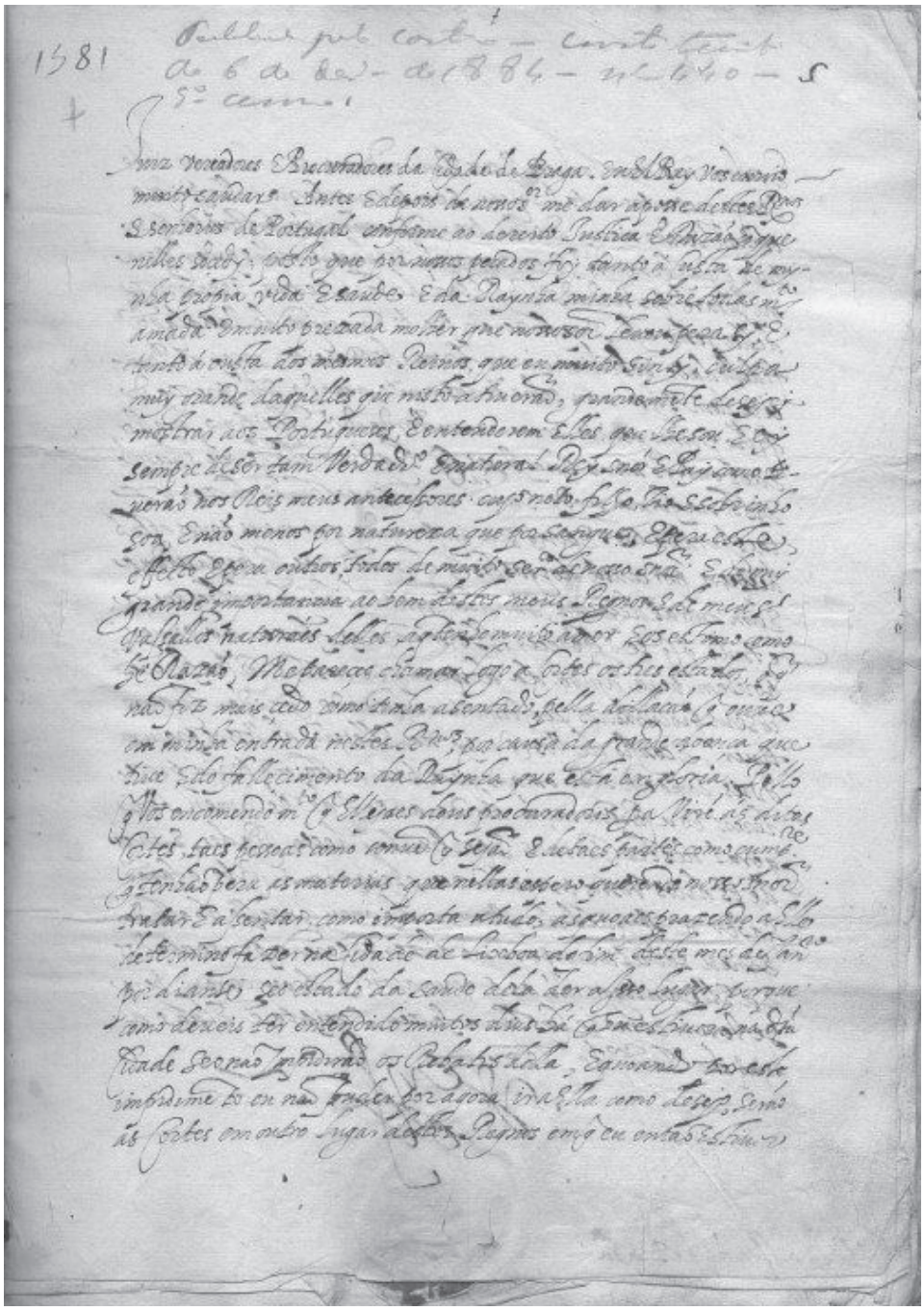
Ao Arcebpo de Braga

Grav. 8



Grav. 8 (cont.) – 1580-XII-2, Badajoz: Missiva de Filipe II ao arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires a avisá-lo para ordenar no seu arcebispado preces a Deus para cessação da peste e seu endereço e sumários.

(ADB., *Gaveta das Cartas,* nº 89).

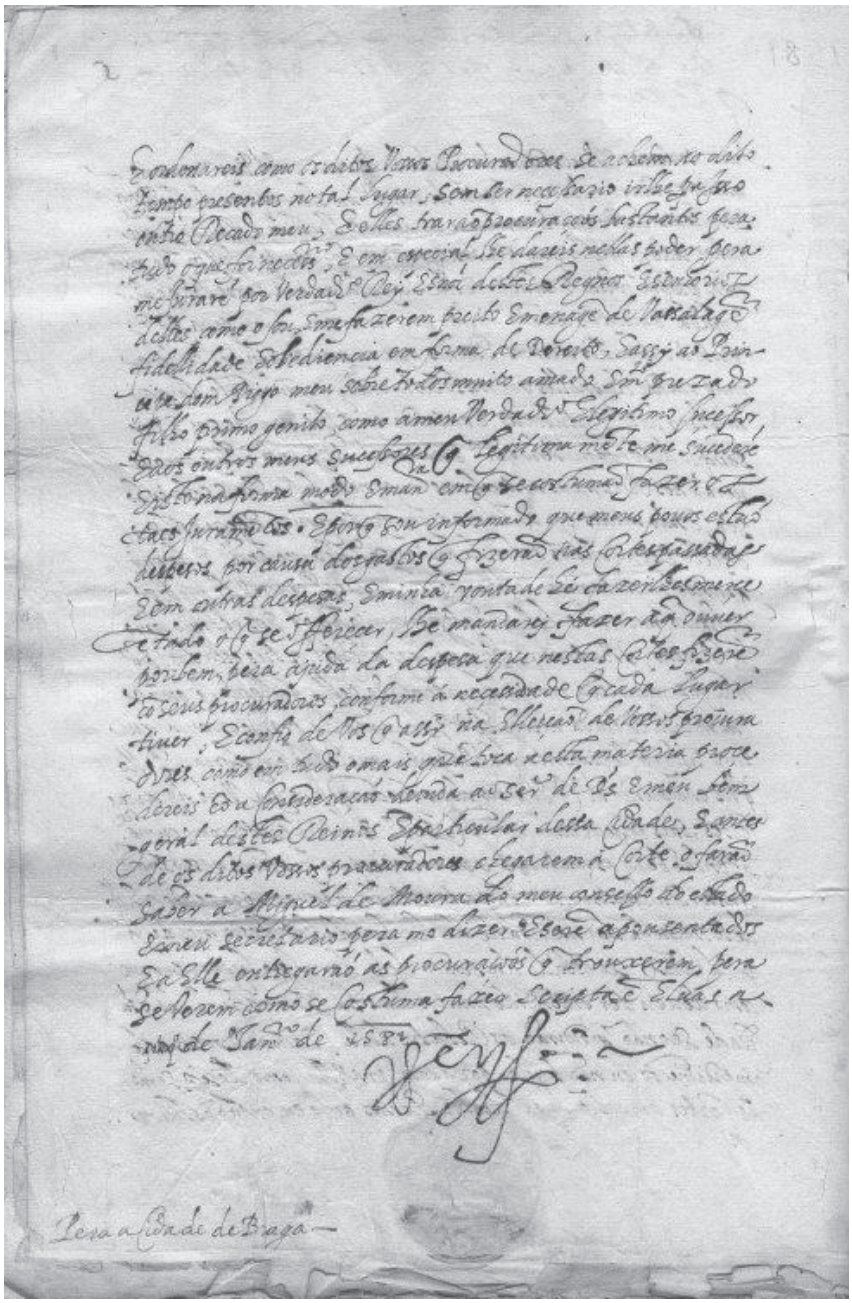


1581

Publicado pelo cartório — Carta Régia de 6 de Dez. de 1886 — nº 640 — 5º cartório

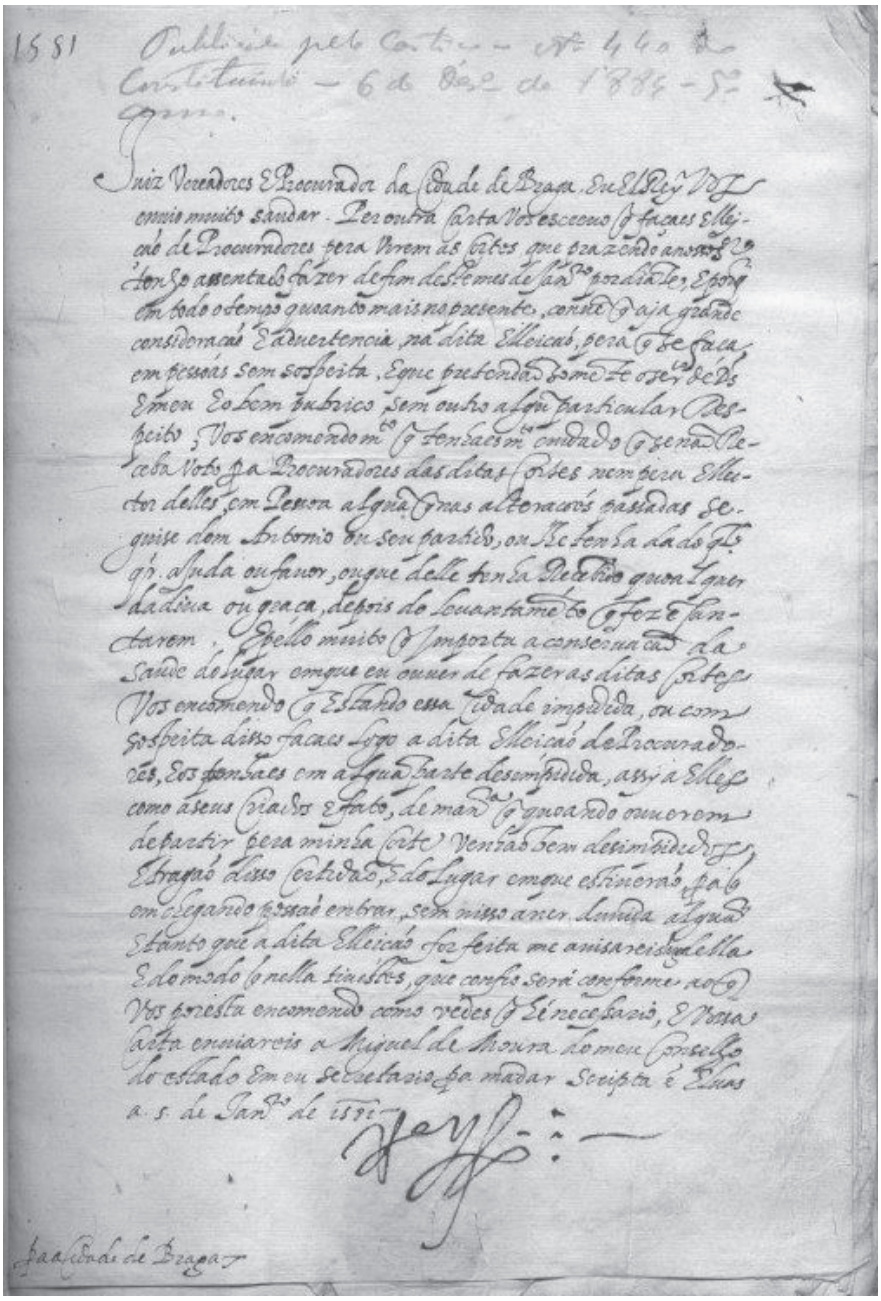
Aos vereadores e Procuradores da Cidade de Braga. El Rey vos envio muito saudar. Antes e depois de vos me dar o que de vossa parte os Senhores de Portugal em nome do povo e Justiça e Nobreza do que nelles sabia, o que por vossos pedidos foi tanto à custa de minha honra e vida e saude e da Rainha minha senhora e filhas minhas amada e muito prezada mulher que nos senhor tenha para si e tanto à custa dos meus Reinos que em muito sinto a culpa muy grande daquelles que nisto a tiveram, pondo-me de ser mostrar aos Portugueses e entenderem elles que sou e sempre fui tam verdadeiro Senhor e Rei como meus antecessores que nos reis meus antecessores como nos fo[illegible] e não menos por natureza que por sangue e que os efeitos que eu outros fidos de muito ser de meu ofício e grande importancia ao bem destes meus Reinos e de meus vassalos naturais delles e que tem muito honor e os ebrmos como se Razão. Mas essas chamas que os ditos os hes elas não fez mais cedo como uma ausentado pella dellas e quera em minha entrada nestes Reinos por causa da grande agonia que tive do falecimento da Rainha que está em gloria. Pello que vos encomendo muito que ellas dous procuradores da Vila as ditas Cortes tais pessoas como convem que sejam e outras quaes como quem entendão bem as materias que nellas cerca e quiserem nos tratar e a sentar como importa o não, as quaes parecendo a elle de estar na Cidade de Lisboa do fim deste mes de Janeiro diante que o dado da saude dela der a este lugar porque como deseis foi entendido muito bem das ditas Cortes e nesta Cidade se não poderão os Prelados dela e governado por esta impedimento e eu não poder por agora ir nela como desejo senão as Cortes em outro lugar delas. Pagines em que eu entao estiver

Grav. 9

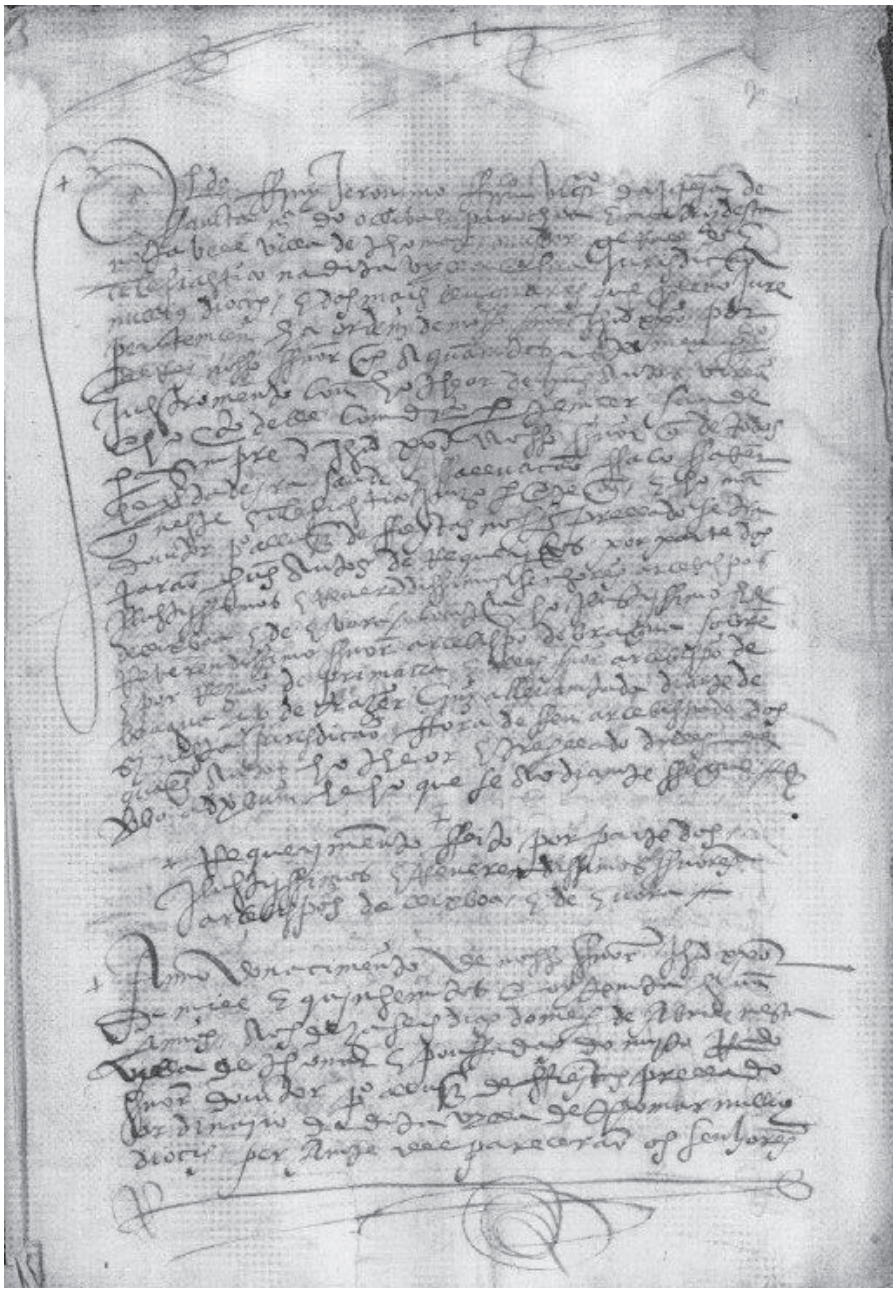


Grav. 9 (cont.) – 1581-I-5, Elvas: Carta de D. Filipe I à Câmara de Braga a convocar para as Cortes nos finais desse mês.

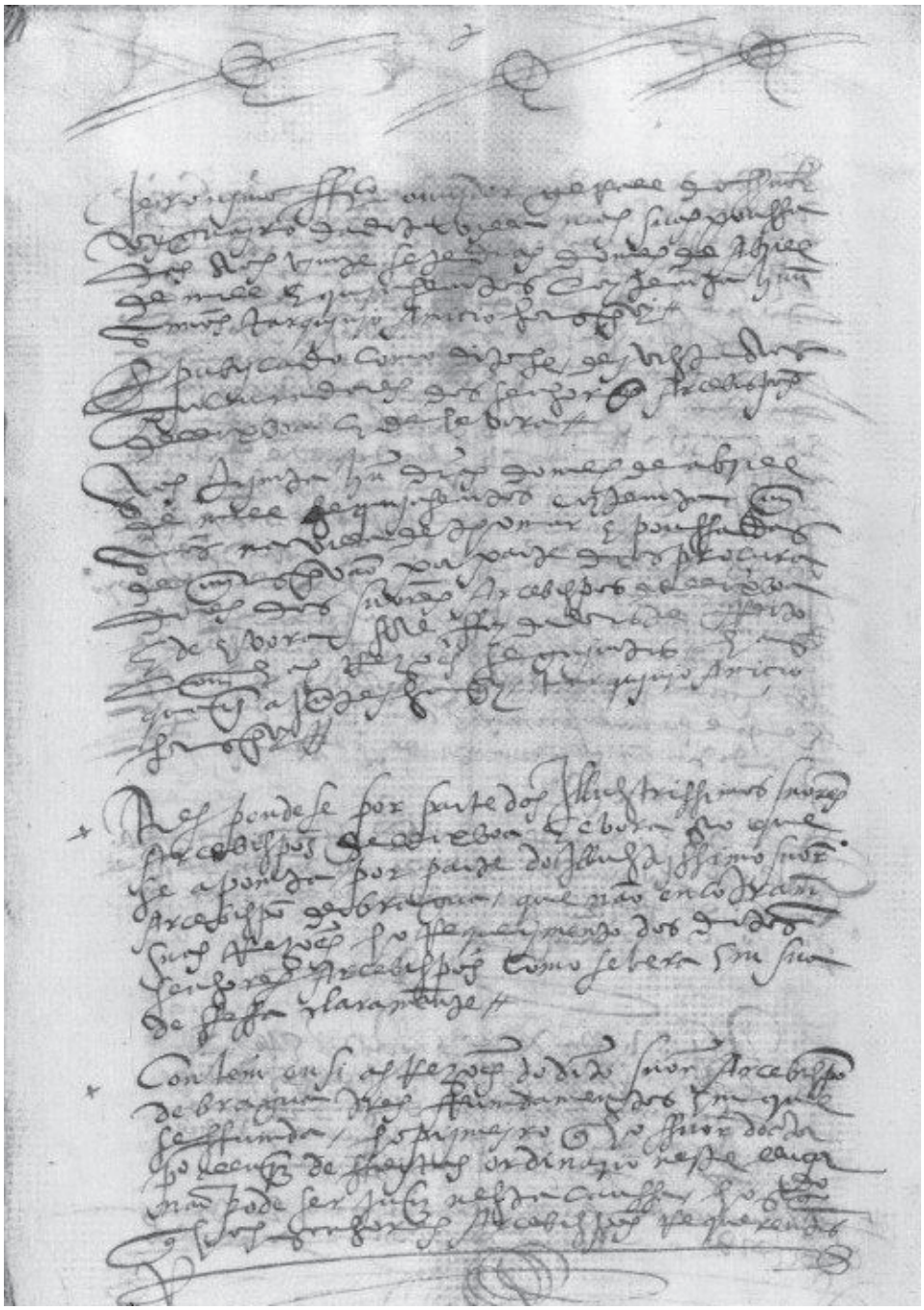
(AMB., *Livro das Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n.; original).



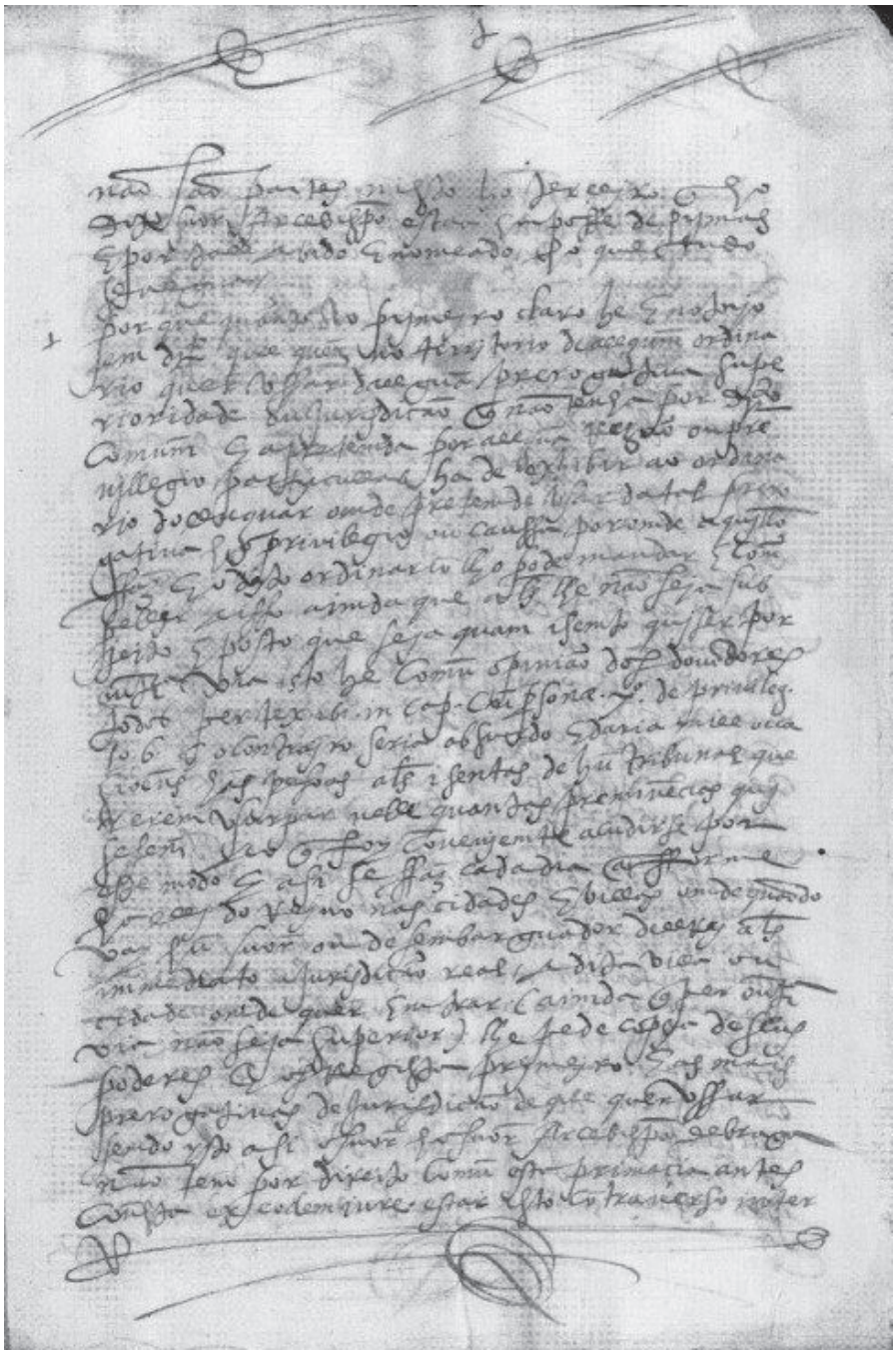
Grav. 10 – 1581-I-5, Elvas: Carta de D. Filipe I à Câmara de Braga a dar instruções sobre a eleição dos seus dois procuradores às ditas Cortes nos finais desse mês.
(AMB., *Livro das Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n.; original).



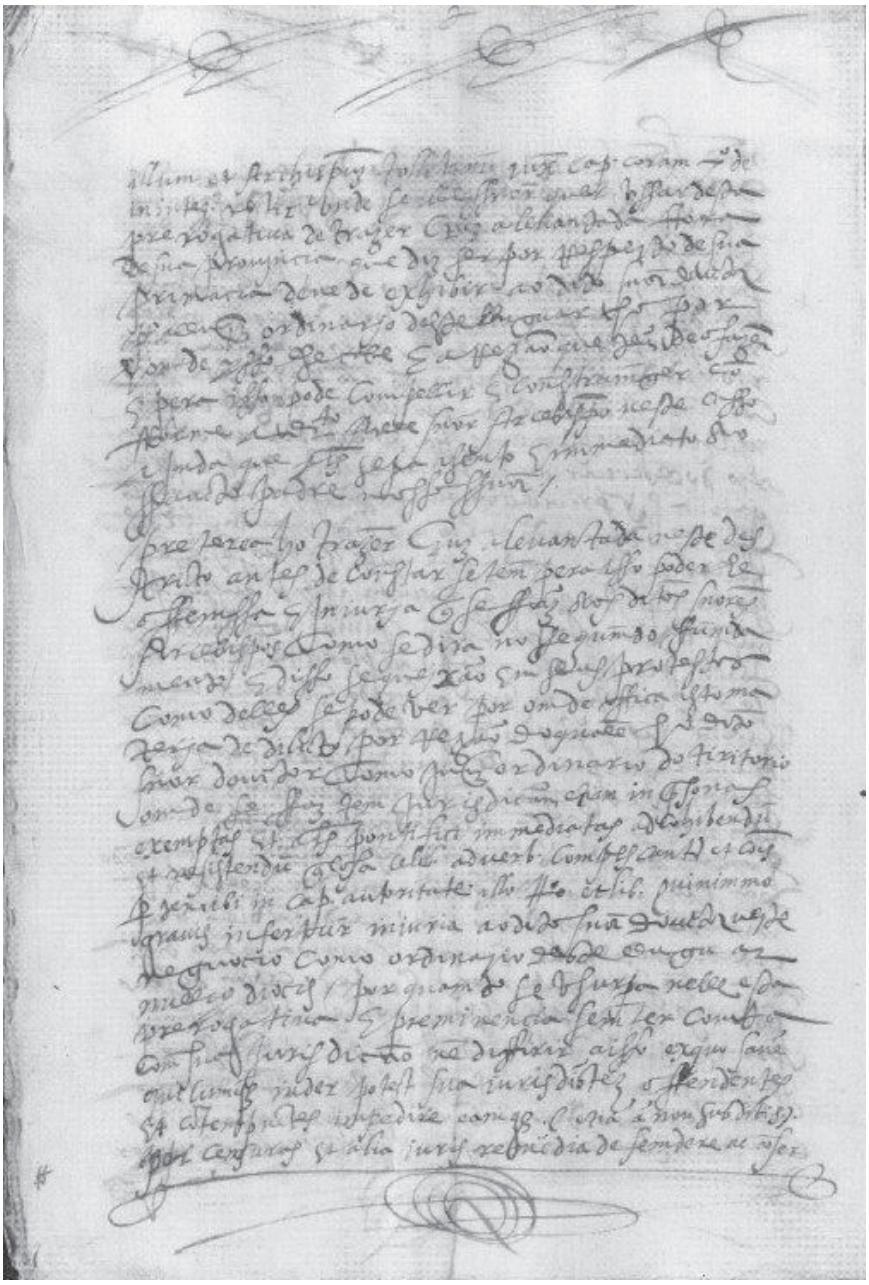
Grav. 11 – 1581-IV-16, Tomar: Processo de defesa da primazia de Braga por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires nas Cortes de Tomar: protocolo.
(ADB., *Coleção cronológica*, nº 1970, fo. 2)



Grav. 12

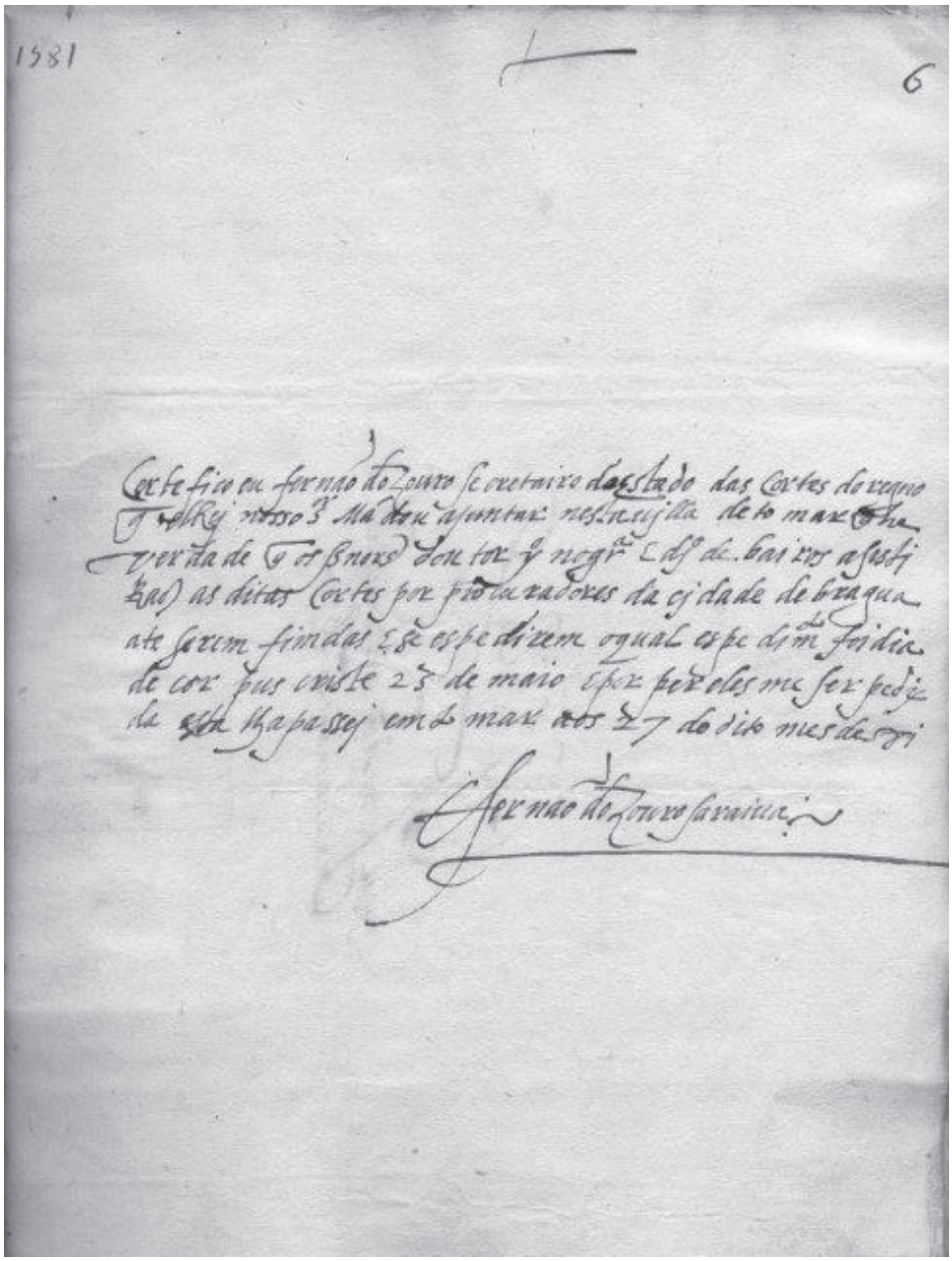


Grav. 12A (cont.)



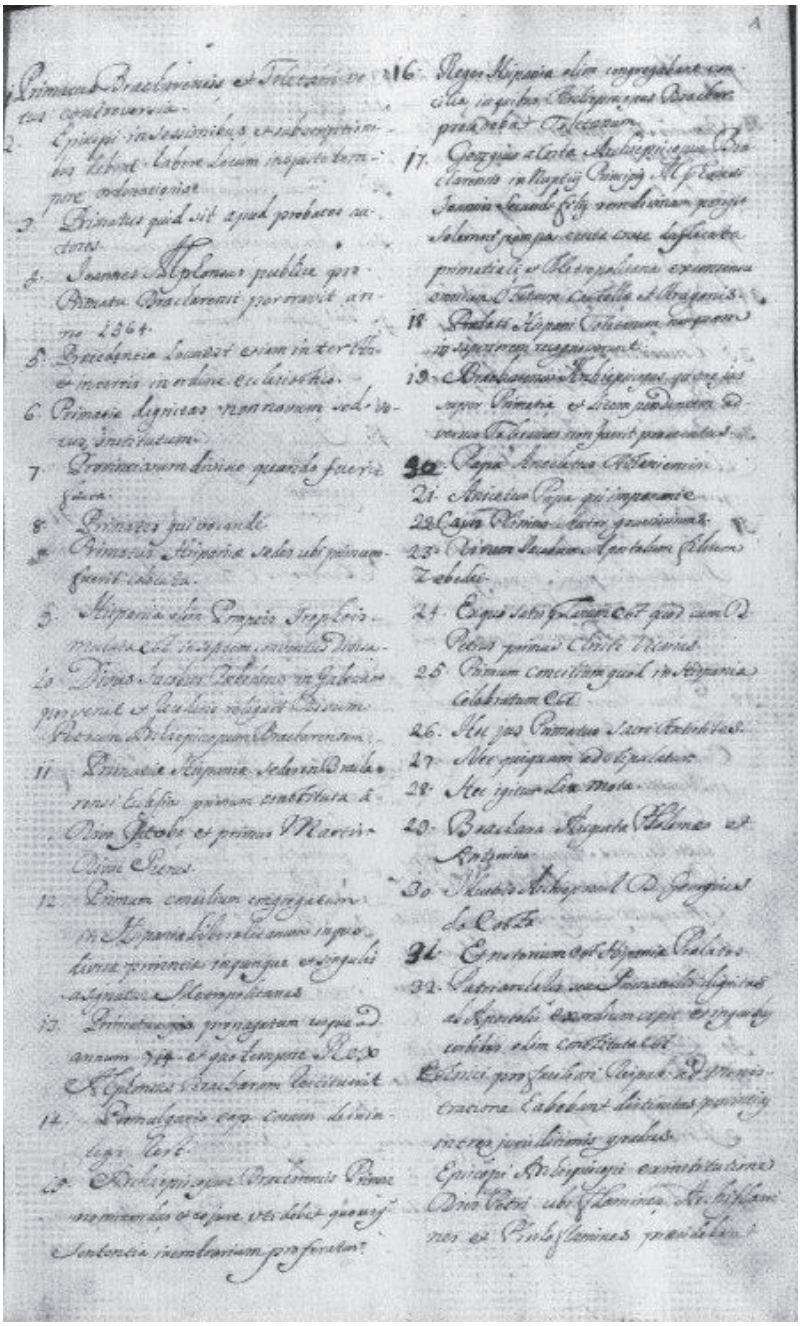
Grav. 12B (cont.) 1581-IV-31 (sic), Tomar: processo de defesa da primazia de Braga por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires nas Cortes de Tomar: réplicas dos Arcebispos de Lisboa e de Évora, e do Prelado de Tomar *nullius dioecesis*.

(ADB., *Coleção cronológica*, nº 1970, fo. 10v, 11 e 11v)

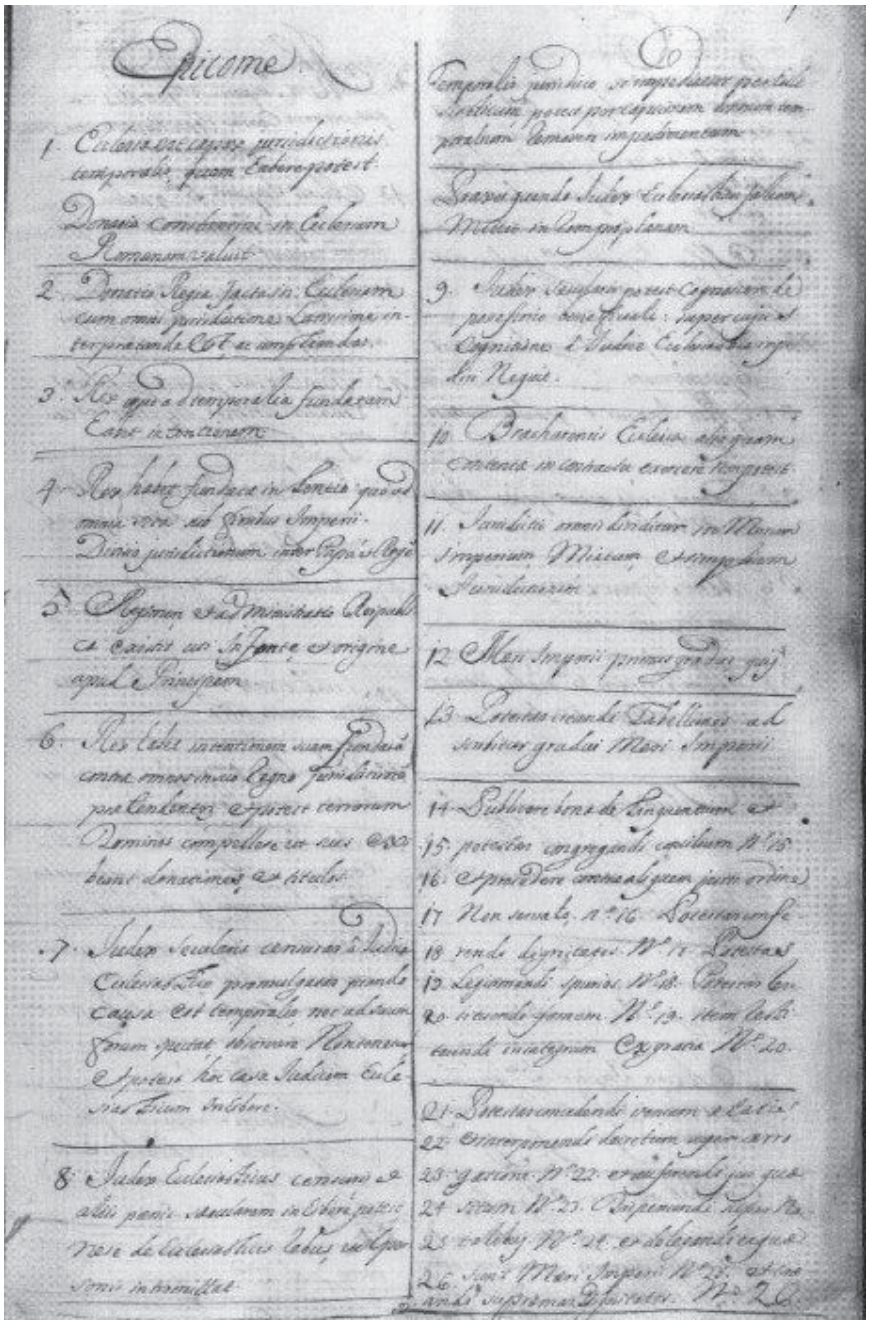


Grav. 13 – 1581-V-27, Tomar: Certificado de Fernando Louro Saraiva, secretário de estado das Cortes do Reino, aos dois procuradores da cidade de Braga nas Cortes de Tomar a declarar que foram encerradas no dia de *Corpus Christi*, 25 de maio.

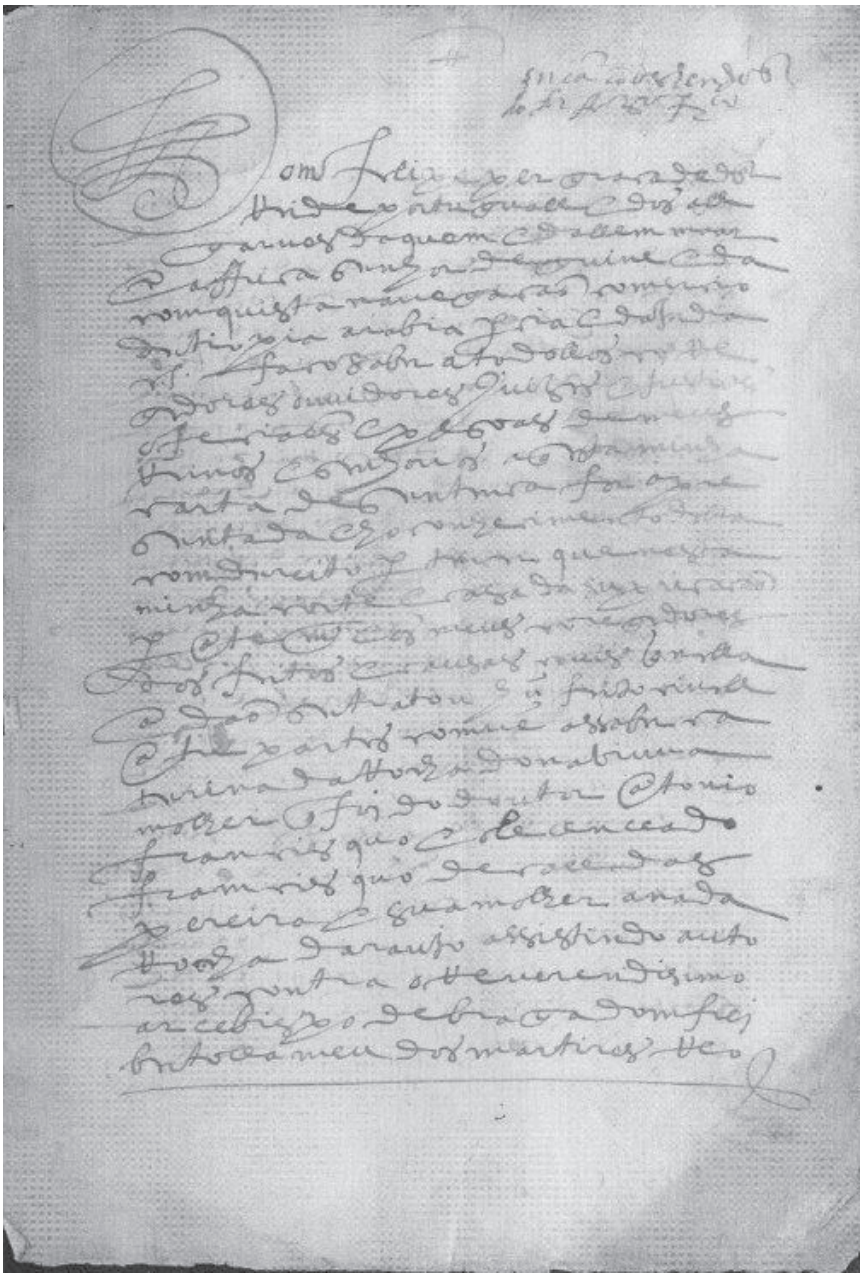
(AMB., *Livro das Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n.; original).



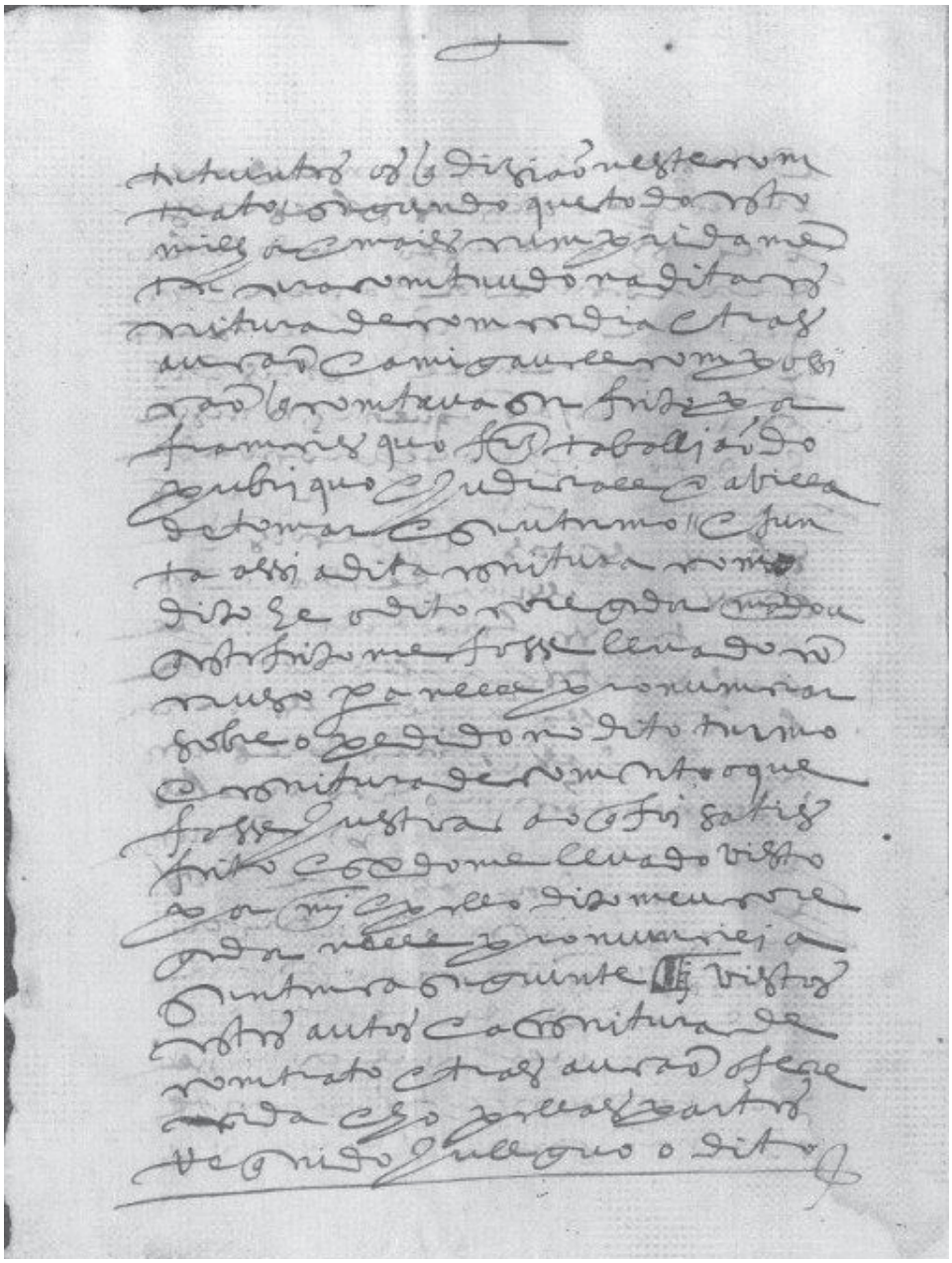
Grav. 14 – Francisco de Caldas Pereira, *De Primatu Bracharensi*, vol. II, fo. 1. (ADB., *Ms.*, nº 930).



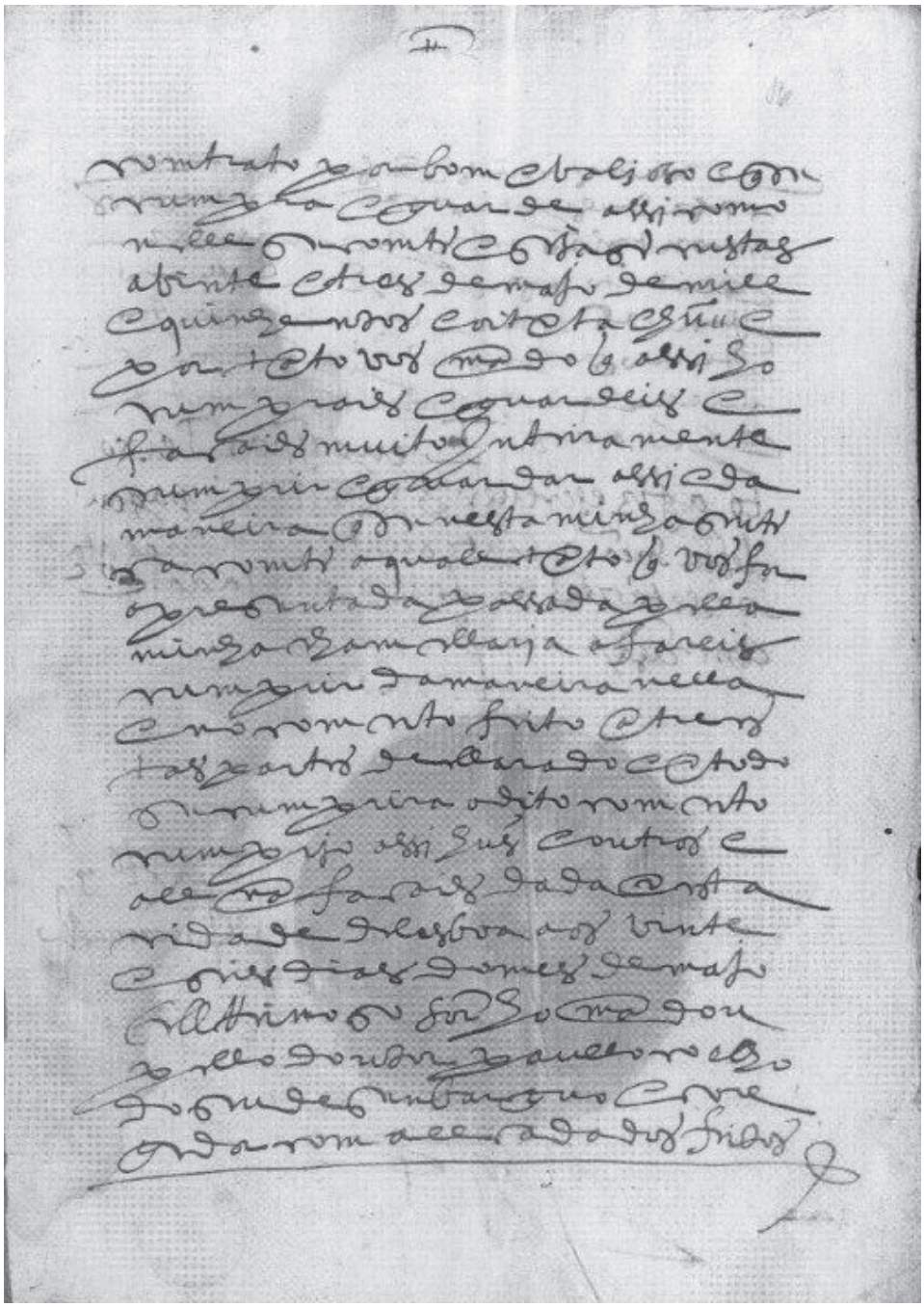
Grav. 15 – Francisco de Caldas Pereira, *De Primatu Bracharensi*, vol. I, fo. 1. (ADB., *Ms.*, nº 931).



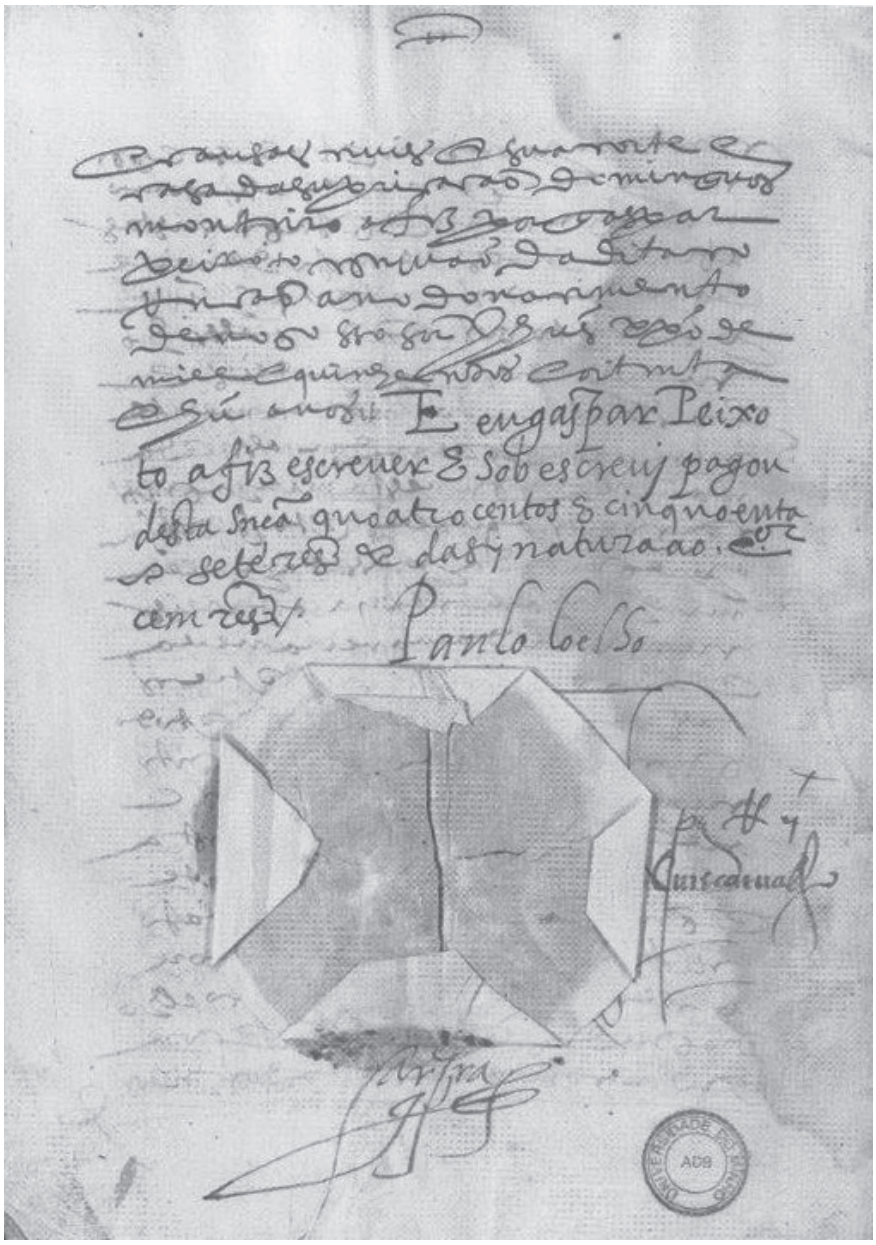
Grav. 16 – 1581-V-26, Lisboa: Sentença final na composição amigável no processo dos herdeiros do Dr. António Francisco de Alcáçova contra o arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires por causa de dívidas, ordenados atrasados e livros retidos na Relação: protocolo. (ADB., *Coleção cronológica*, nº 1980, fo. 1).



Grav. 17

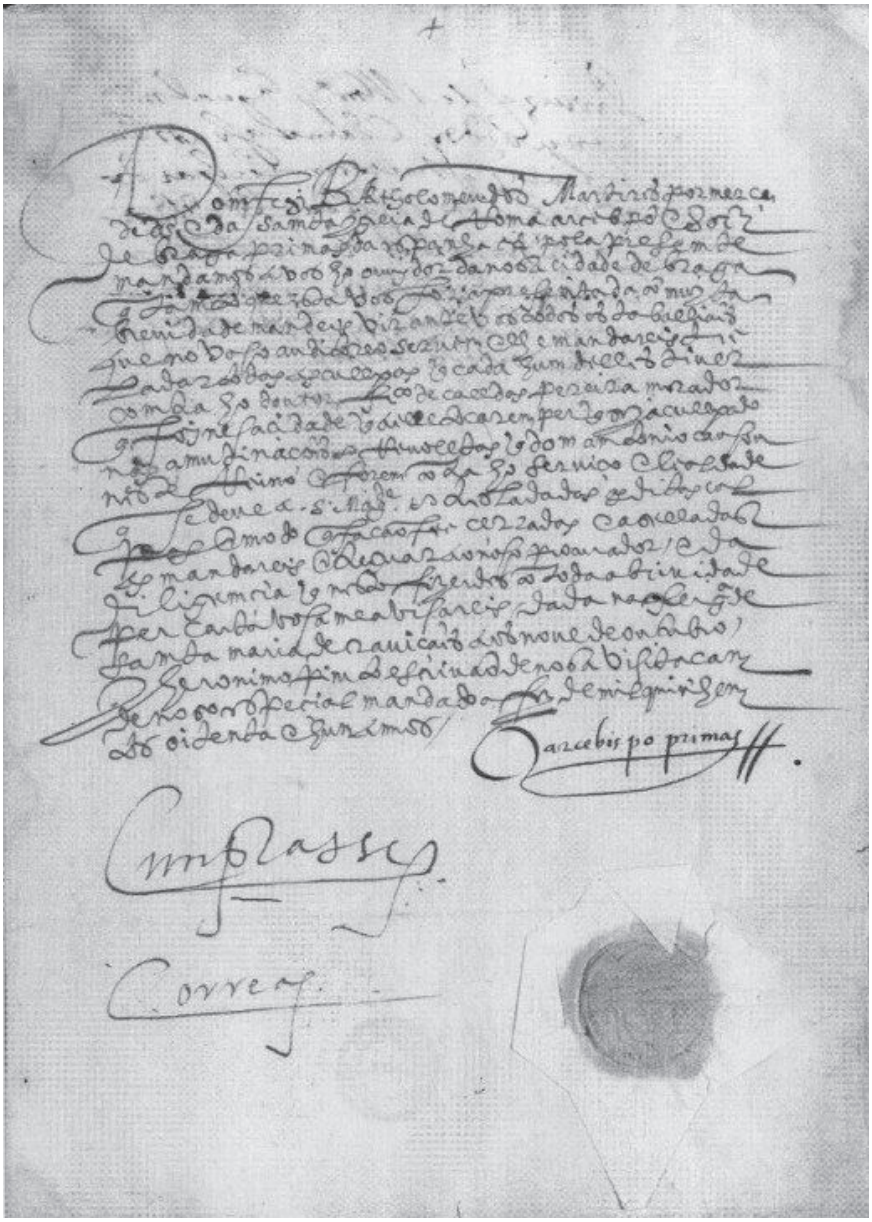


Grav. 17A (cont.)



Grav. 17B (cont.) – 1581-V-26, Lisboa: Sentença final na composição amigável no processo dos herdeiros do Dr. António Francisco de Alcáçova contra o arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires por causa de dívidas, ordenados atrasados e livros retidos na Relação: confirmação da concórdia.

(ADB., *Coleção cronológica*, nº 1980, fo. 15v, 16 e 16v).



Grav. 18 – 1581-X-9, Santa Maria de Carviçais: Provisão de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires a mandar ao Ouvidor da cidade de Braga que com toda a brevidade faça vir perante si todos os tabeliães do Auditório para que trasladem todas as culpas que tivessem contra o Dr. Francisco de Caldas Pereira por culpado nas amotinações e revoltas de D. António.

(ADB., *Coleção cronológica*, nº 1982).

DOCUMENTOS[239]

I

1580 abril 7, Almeirim – Missiva que os cinco Governadores e Defensores do Reino enviam ao Juiz, Vereadores e Procurador da cidade de Braga pela qual, antecipando-se e prevenindo-os de uma carta do Rei de Castela a pedir-lhes jurarem-no por rei antes da sentença deles Governadores, lhes dão instruções do comportamento a tomar perante ela: aceitá-la, examiná-la em câmara sem nada responderem e enviá-la a eles Governadoes que lhes remeteriam a resposta a dar em conformidade de todos, que querem a conservação da liberdade e da justiça destes Reinos.

AMB., *Livro das Cartas dos Senhores Reis de 1545-1739*, s. n., 2 fólios; original.

Carta dos Governadores que se não aseite per Rey o de Castella sem ser julgado per sentença[240]

n.º 40

Nós os Governadores e Defensores destes Reynos e sennhorios de Portugual, fazemos saber a vós Juiz Vreadores e Procurador da cidade de Bragua que temos emtendido que El Rey de Castela escreve a esa cidade sobre o jurarem por Rey sem querer esperar por mais sentença dando a yso por rezão que sua justiça he muy notorea. E asy por dizer que El Rey Dom Anrrique que Deos tem tinha declarado em sua vida que o direito da socesão destes Reinos lhe pertencia e que os Perlados e Nobres do Reyno em cortes derão a iso seu consentimento, e porquaonto a causa da socesão destes Reinos está posta em justiça ordinaria com Juizes nomeados pelos tres estados nas cortes pasadas que se fizerão na cidade de Lixboa. E emquaonto se não dá sentença final se não pode aver a yustiça de algum dos pretendentes por notorea; nem El Rey que Deos tem declarou em sua vida a quem pertencia a socesão. Antes em seu testamento deixou declarado que

---

[239] Na transcrição dos documentos desenvolveram-se as abreviaturas, atualizaram-se as maiúsculas e minúsculas de acordo com a grafia atual, as letras u e v, i e j desenvolveram-se de acordo com a sua função vocálica ou consonântica, as geminadas iniciais reduziram-se simples, as proclíticas foram seguidas de apóstrofe (‘) e as apoclíticas precedidas de hífen (-); as palavras intercaladas vão entre parêntesis angulosos (< >), as de leitura duvidosa assinaladas com ? e as inseridas em itálico e entre parêntesis curvos ( ).

[240] Este título de outra mão e creio que posterior, havendo na linha seguinte ao centro: n.º 40.

o socesor destes Reynos fose aquele a quem se julguase per sentença final e se os Perlados e Nobres comsentirão em se tratar de comcerto foy por ser mal emtendido hum recado que El Rey que Deos tem maondou aos estados sobre esta materia. O qual depois de declarado por Sua Alteza como o loguo fez os ditos estados se resolverão em se não tratar de comcerto e se detreminar a causa por justiça/ por todos estes respeitos nos pareceo necesario em materia tão importante avisar-vos de todas estas cousas e de como vos deveis d'aver asy pera comprirdes com vosa obriguação como pelo que toca á quietação e bem comum destes Reynos e bom prosegimento da justiça no casso da socesão/ falando-vos algua pessoa da parte del Rey de Castela nesta materia e dando-vos algua carta ou papeis outros os aceytareys e ouvireys em camara com toda a quietação e lhe direis que vereis o que Sua Magestade vos escreve e depois de o comonicardes *(fl. 1)* aos Guovernadores e Defensores destes Reynos lhe respondereis e pedindo-vos outra reposta vos escusareis de a dardes e depois de eles ydos e de verdes a dita carta e papeis no-los emviareis pera vos avisarmos da forma em que convem que respondaes e que seya com conformidade de todos, pois a tenção de todos he conservação da lyberdade e da yustiça destes Reynos. Escryta em Almeirym a bij de abril de 1580.

(ass.) O ARCEBISPO DE LISBOA/ DOM JOAM DE MASCARENHAS (?)/ FRANCISCO DE SÁ/ DOM JOÃO TELLO MENESES/ DIOGO LOPES DE SOUSA

Pera a cidade de Bragua *(fl. 1v)*

(fl. 2 em branco)

(em cima e enm sentido transversal) Dos Governadores sobre a quietação deste Reino

(no centro e em sentido longitudinal) Por os Governadores

Ao Juiz Vreadores e Procurador da cidade de Bragua *(fl. 2v)*

II

1580 agosto 27, Braga – Provisão de D. Fr. Bartolomeiu dos Mártires por que manda sair da cidade e seu termo sete cidadãos; e da cidade para os seus arrabaldes outro, Gaspar Gonçalves.

ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 47, n.º 1963; *original*.

Nós o Arcebispo Primás e senhor de Bragua etc. aos que a presente virem fazemos saber que por teremos entendido que convem a serviço de noso Senhor bem e proveito desta nosa cidade e moradores dela se mandarem fora da dita cidade e seu termo allguas pesoas, avemos por bem e mandamos ao nosso Ouvidor desta nosa cidade que notefique e faça noteficar a Lourenço d'Abreu, Felipe Soares, Theadosio Pachequo e Sallvador da Rocha notairo e a Symão da Costa morador nas Guoladas taballião em Prado, e a Antonio Vaz correeiro e a Agostinho Correa seu cunhado que sob

pena de serem presos e de cem cruzados cada hum pera as despesas do muro e dous anos de degredo pera Africa em termo de hum dia se sayão desta cidade e seu termo com suas molheres e famillia e não tornem a ella sem nosa especial licença, e outrosy noteficareis a Guaspar Gonçalvez portajeiro morador a Porta do Souto que no dito termo se saia de dentro desta cidade elle e sua famillia e poderá viver nos arraballdes, o que cumprirá sob a dita pena. Dada em Bragua aos vinte e sete de aguosto Jheronimo Pinto de nosso especial mandado a fez de 1580.

(*ass.*) O ARCEBISPO PRIMÁS

(selo de chapa)

(despacho) cumpra-se e Canpello faça estas noteficações oje. Leonardo (?) *(fl. 1)*

(Notificação) Certeffiquo eu Gaspar Campello tabeliam do publico e judicial em esta cidade e seu termo pollo Arcebispo nosso senhor primás etc. que oje vinte e nove dias do presente mes de agosto de mil e quinhentos e oitenta annos me deu o senhor Ouvidor esta provisam hatras esprita do ilustrysimo senhor Arcebispo noso senhor primas etc. mandado (*sic)* fezese as delligencias nella conteudas per vertude do que eu (?) taballiam loguo noteffiquei a Simam da Costa e a Teodozio Pachequo e a Antonio Vaz correeiro e a molher de Agostinho Correa per ho dito Agostinho Correa ella (?) dizer que era fora desta cidade que em termo de hum dia so a penna da dita provisam saisem fora desta cidade com suas molheres e famillia; e outrosy tambem mostrei esta provisam a Fellipe Soares e elle a leo toda e eu tabaliam (?) lha noteffiquei e por verdade asino aqui de meu publico sinal que tal he e declaro que Lourenço d'Abreu me diseram que ja hera ido desta cidade a dous dias sobreditos etc. E tambem noteffiquei a Salvador da Rocha que dentro de hum dia que se fose como dito he.

(*sinal do notário*) *(fl. 1v)*

III

1580 agosto 28, Braga: Carta edital do Dr. Gregório Rodrigues, desembargador e vigário geral no arcebispado de Braga por D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, por que, a requerimento do Promotor da Justiça, fulmina a grave censura de eclesiástico interdito local no mosteiro de Tibães e em todas as igrejas do seu couto e termo, e na igreja da Vila de Prado e em todas as mais do seu termo e concelho, mandando a todos os Párocos dessas igrejas o fizessem guardar até que os treze delinquentes cessassem sua contumácia e obedecessem.

ADB., *Gaveta de Braga*, n.º 44.

Interdicto

O Doctor Gregorio Rodriguez desembargador e vigairo geral no spritual e temporal nesta corte e Arcebispado de Braga polo muito ilustre e reveren-

dissimo senhor o senhor dom frey Bartholomeu dos Martires per merce de Deos e da Santa See apostolica arcebispo e senhor da dita cidade primás da Espanha etc. A todo ho povo e fieis christãos e a quantos ha presente virem saude em Deos faço saber como por parte do Promotor da Justiça desta dita corte me foy feita petiçam dizendo em ella que Jeronimo da Fonsequa vigairo da igreja de Sam Pedro de Merlim, Sebastião Rodriguez da Fonsequa comendatario de São Martinho de Crasto, Geraldo Martinz e o licenciado Pero de Barros moradores nesta dita cidade, Johão Aranha taballião no couto de Tibães, Manoel Correa capitão delle, Christovam de Maris corregedor de Ponte de Lima, Manoel Pirez de Cabanellas juiz da villa de Prado, Antonio Fernandez e mais vereadores da dita villa, Antonio de Magalhães scryvão, Gaspar Brandão morador no Barral com ajuda e favor de Martim Lopez d'Azevedo capitão mor do concelho da dita villa de Prado todos acumulados, prendião vexavão e invadiam hos moradores desta cidade seu termo coutos jurisdiçam e mais bens della e pessoas ecclesiasticas que nella residiam impedindo-lhe hos mantimentos, no que tudo cometiam sacrilegio e incorriam nas pennas da bulla da Cea do Senhor[241] etc. A qual petiçam vista por mym, mandei do nella conteudo fazer summairo e por me constar por elle ser verdade o que o dito promotor dizia, mandei que os sobreditos fossem notificados se tinhão embargos a serem declarados por publicos excommungados e incorridos nas censuras da dita bulla da Cea, e por não aver tutto acesso forão editalmente notificados com termo peremptorio pera allegarem hos ditos embargos, o qual sendo passado e elles sobreditos não allegando como não allegaram rezam alguma contra ho sobredito, eu a instancia do dito promotor da justiça procedy contra elles e hos declarei por publicos excommungados e incorridos nas pennas conteudas na dita bulla da Cea do Senhor e mandei passar de participantes contra elles, sem quererem obedecer nem cessar de suas contumacias, polo que o dito Promotor da Justiça me requereo procedesse contra eles com has mais censuras, e visto por mym seu requerimento e como crescendo a contumacia deve tambem crescer a penna, mandei passar ha presente carta edital de interdicto pola qual ponho e ey por posto ecclesiastico interdicto local no mosteiro de Tibães e em todas has Igrejas sitas em seu couto e termo, e assy na igreja da dita villa de Prado e em todas has mais igrejas do termo e concelho da dita villa, e mando em vertude de obediencia e sob penna de excomunhom a todos hos Abbades vigairos e curas das ditas igrejas e mosteiro que guardem e fação guardar ecclesiastico interdicto local em todas

[241] Bula que os Papas costumavam publicar anualmente na Quinta-Feira Santa, a qual continha a série de excomunhões reservadas aos mesmos contra os autores de várias ofensas à fé católica, à Igreja e a certos princípios da humanidade, derivando esse nome das suas palavras iniciais *In coena Domini*. Devia ser publicada pelos bispos nas suas catedrais. A sua forma tradicional vem de Júlio II na constituição *Consueverunt* em 1511, renunciando depois à sua publicação Clemente XIV perante a oposição de alguns governantes.

ellas conforme ao capitulo Alma (?) mater atee que os sobreditos acumulados cessando de sua contumacia e obedecendo mereção aver beneficio de absolvição e atee verem outro meu mandado em contrairo etc. E sob ha dita penna de excomunhom mando a qualquer clerigo relligioso taballião ou notairo deste Arcebispado que lea e publique ha presente fixando-ha nas portas da cada huma das ditas igrejas e dello me faça certo per autos dignos de fee. Dada em Braga sob meu signal e sello desta dita corte que ante mym serve aos vinte oyto dias do mes de Agosto de mil quynhentos e oytenta anos. Bernardo del Castilho escrivam o mandei escrever e sobescrevy.

(ass.) GREGORIO RODRIGUEZ.

Ao sello justiça. Ao scryvão deve *(fo. 1)*.

Carta de Interdicto pera o Mosteiro de Tibães e Igrejas do seu couto e para a Villa de Prado, e Igrejas do seu termo passada pelo Vigario Geral do Arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Martyres por razão das Justiças daquelle Couto e Villa prenderem huns moradores de Braga. Anno de 1580. N.º 44/ Gaveta de Braga.

IV

1580 setembro 22, Braga – Provisão de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, por que manda ao Ouvidor, juízes e justiças da cidade de Braga que vão tomar as armas dos cristãos-novos, fossem ofensivas ou defensivas, estivessem dentro das casas ou fora, nomeadamente ao doutor João Afonso e aos licenciados Pero de Barros, Geraldo Aranha e seu irmão Francisco Aranha.

ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 47, n.º 1964; *original*.

Nós o Arcebispo Primás e senhor de Braga etc. Aos que a presente virem fazemos saber que nós fomos enformado que os christãos novos que neste Reyno ha tem allevantado mutins e fizerão alguns males, e por se temer fazerem outros mayores em algumas cidades e villas lhes mandarão tomar todas as armas. Pello que querendo nós prover no que convem ao bem e proveyto desta nosa cidade, mandams ao nosso Ouvidor, juizes e justiças desta nosa cidade que tanto que esta virem logo com muita brevidade tomem e mandem tomar todallas armas assi offensivas como defensivas, que acharem nas casas de todollos christãos novos, ou fora dellas, e tomadas as depositem em parte onde estem seguras e em boa arrecadação. Dada em Braga aos 22 de setembro Pero Tavares a fez de 1580.

(*ass.*) O ARCEBISPO PRIMÁS

(selo de chapa)

(*mais abaixo e apenas na metade esquerda da página devido ao selo de chapa na metade direita)* E o nosso ouvidor yrá as casas do doutor Joam

Afonso e dos licenceados Pero de Barros, Giraldo Aranha e Francisco Aranha seu irmão e lhes tomará as armas e fará o sobredito. Dada ut supra.
(*ass.*) O ARCEBISPO PRIMÁS *(fl. 1)*

V

(1580 outubro primeira semana (?), Braga): Lourenço Cerveira de Albuquerque, cidadão de Braga, informa do motim contra o Arcebispo de Braga, na Rua de S. Marcos, quando presidia a uma procissão e de como a população da cidade acorreu em força em seu socorro conduzindo-o até aos Paços Arquiepiscopais.

Arquivo do Seminário Conciliar de Braga, *Códice 42*, follas avulsas.

Publi: Avelino de Jesus da Costa *in Diário do Minho* de 5-XII-1939, republicando-se *in Cónego Avelino de Jesus da Costa*..., 2008, pp. 389-391; parcialmente por Fr. Raul de Almeida Rolo, *O patriotismo*.., p. 19.

Sr. (?) Contrin (?)

Diz Lourenço Cerveira d'Abuquerque (*sic*) cidadão da cidade de Braga que elle se achou na entrada do Porto quando fugio don Antonio. E depois sertos moradores de Braga querendo levantar a don Antonio por Rei com bandeira alvorada vindo elles per a rua de São Marcos donde elle supllicante mora, saio com seus parentes e amigos e outros vesinhos muito aparentados e lhes resistiram con armas tomando-lhes a bandeira ate os meterem em suas cazas. *E depois de poucos dias os propios (sic) con outros de sua parselidade da villa e termo de Prado se quiseram vingar e pretenderão tomar ho Arcebispo de Braga Dom frei Bertho Lameu dos Martires e sua fazenda que se achasse no Paço e o tisouro da See de Braga tanto que em huma prosição de Nossa Snora onde o dito Arcebispo hia con sole<ne> procisão, se desmandou hum delles e aranquou no meo da procição a espada e furou ho atambor que hia na procição;* [242]*parecendo-lhe que estava ya (sic) prestes a gente que esperavão da villa de Prado e seu termo como tinhão contratado. A qual não veo nesta comjunção. He*[243] *ho Arcebispo esquapou d'alguas estoquadas*[244] *que nesta emvolta lhe*[245] *tiraram emcubertas*[246] e elle suplicante con os mais que faz menção enquanto durava a

---

[242] Raul Rolo mete antes a conjunção E.
[243] Esta palavra falta em Rolo.
[244] Em Rolo esticadas.
[245] Em Rolo le.
[246] O texto em itálico está publicado na nota 102 de Bartholomaeus de Martyribus, O. P., *Opera omnia*. II. *Theologica Scripta*. I *Annotationes in 1am Partem. • Dubia in Quodlibeto • Appendices*. Cura et studio por P. Fr. Raul de Almeida Rolo, O. P., Bracarae, 1977, p. 43*.

revolta o metera em huma caza de hum official na dita Rua de São Marcos. E acudio toda a cidade con armas e boa ordem levarão ho Arcebispo ao Paço e a prata cruzes e mais peças e reliquias e desenganaram ho Arcebispo que tinha inemigos na terra. E elle mandou con toda brevidade a Galiza busquar dozentos homens con os quais e outros do serviço de vossa Magestade o levamos a Galiza. E tanto que o Reino estive quieto de tu<do> isso e outras cousas se tirou devasa na qual devasa elle suplicante lhe foi pedido o seu testemunho por se achar prezente como dito tem he em seu testemunho disse a verdade per onde ho abade Zorio Vaz ficou seu inimigo capital, e como curador do abade Gaspar Gerra (*sic*) pretendeo estrui-llo emformando alguns desembargadores escrivães elle suplicante falara deles na dyta devassa e os (o?) culpara e cobiçozo elle abade de por (?) alguma via aver huum lugar delle suplicante que está sobre si serquado de muro alto e forte junto aos muros da cidade ho pretendeo aver *(fl. 299)* pera elle e os mais de sua parcealidade se retirarem e fortalecerem no dito Lugar, e como inemigos que eram os rellatores da sentença delle suplicante induzidos da sua parte que elle os metera neste (*sic*) dita devassa e pera ho estruirem tomara por remedio por ter as justiças da sua mão e induzidos pedir-lhe como curador do dito abade Gerra sesenta e seis mil reaes per huma sentença que consta ter-lhe elle suplicante pago sesenta e oito mil reaes *scilicet* seis mil que confesa ter recebidos delle supllicante e vinte e quatro mil reaes pelas pagas de Manoel da Costa, e trinta e oito mil reaes que depositou nos autos antes de estar condenado a (e?) se tirar sentença sentença[247] dos autos: que são sesenta e oito mil reaes como das sentenças que apresenta consta pello que se mostra claramente a inemizade no despacho que deram contra elle a lhe (?) não mandarem comprir sua sentença do provedor e ouvidor da terra sendo como he juridiqua e dada na forma dos autos en seu nullo (?) despacho se fundão fazer-sse arematação e o dar da posse juridicamente em notefiquarem a elle suplicante pera remir o dito Lugar no tempo que o dito Lugar era de Christovão Lião arcediago de Vermoin o qual tinha seis sentos mil reaes de renda pera o poder remir se o notefiquaram e tanto que o soube veo com embarguos a exsecuçam e rematação e que estava de posse do dito Lugar que era seu e não delle suplicante. E elles desembargadores no cazo tinhão julgado ho contrairo e lhe mandaran juntar seus embargos aos outros e tomar a procuração como da dita sertidão que apresenta consta onde se ve claramente seren inemigos por este testemunho, em remate do relatado na petição asima.

P*(ede)* a V*(ossa)* Magestade faça justiça e M(erce) de lhe mandar comprir a sentença que apresenta dada pello ouvidor e provedor da Cidade e comarqua de que não pode aver comprimento pelas ditas causas e o terem consumido e posto em miserrimo estado e prezo tres anos e destruido a treze anos que corre a causa de excecução que se fez nelle pesoallmente (?) e o lançaram fora de sua caza fazenda con sua molher e seis filhos e

[247] Notar a repetição.

ate oje andam de caza d'alugel (*sic*) e por serem pessoas poderozas não ha contra elles justiça. E no cazo principal posto que sejão os dous mezes pasados juntamente p(*er)* revista e licença pera vir com embargos de nullidade e de (?) tudo R*(ecebera)* M*(erce)* e J*(ustiça) (fl. 299v) (esta folha está colada noutra, a fl. 294 em branco no reto e verso*; *e entre elas a fl. 300, branca no reto e tendo no verso unicamente o que se segue)*: "de Lourenço Ceveira d'Albuqurque sobre as duvidas que tinha com Diogo Peçanha sobre a arrematação de hum casal" *(em sentido longitudinal)*; "D. Antonio. Mostra o levantamento que houve em Braga. D. F. Bartholomeu. Masso 5, n.º 5" *(em sentido transversal)*. *Esta folha era a continuação da primeira tendo sido arrancada)*.

VI

1580 novembro 5, Braga – Provisão por que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, manda que o tabelião Gaspar Campelo escreva todos os autos, querelas e devassas tocantes aos amotinados e matéria de D. António e seus sequazes.

ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 47, n.º 1965; *or.*

Nós o Arcebispo primás etc. fazemos saber aos que esta nossa provisão virem que por justos e honestos respeitos que nos a isso movem avemos por bem que Gaspar Campello tabeliam que hora he escreva todos os autos, crellas e devassas tocantes ao caso dos amotinados e materia tocante ao caso de Dom Antonio e seus sequases, que foram contra sua Magestade. Noteficamo-lo assy ao nosso Ouvidor juizes (luizes?) e mais justiças desta nossa Cidade. Dada em Braga sob nosso sinal e sello de nossas armas aos cinquo de Novembro. Antonio Machado a fez de nosso mandado anno de mil e quinhentos e outenta.

(*ass.*) O ARCEBISPO PRIMAS

(vestígios do selo de chapa de cera vermelha e redondo)

(despacho) Cumpra-se Leonardo Fernandes (?) *(fo. 1)*.

(*fo. 1v e 2 em branco*)

Pera tirar devasa dos amotinados *(fo. 2v).*

(*Na capa de guarda*) Provizão do Sr. D. Fr. Bartolomeu dos Martyres por que nomea a Gaspar Campello para escrever em todos os auttos, querelas e devaças tocantes ao caso dos amotinados e no caso tocante a D. Antonio e seus sequases e outros papeis a isto pertencentes. De 5 de Novembro de 1580.

VII

1580 dezembro 2, Badajoz: Carta de D. Filipe I, rei de Portugal, ao arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Mártires para que mande realizar preces públicas e procissões a pedir a Deus a cessação da peste.

ADB., *Gaveta das cartas,* n.º 89; *or*.

Reverendo em Christo Padre Arcebispo Primás. Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle de cujo virtuoso acrecentamento muito me prazeria. Porquanto eu entro hora nesses Reinos de Portugal pera assentar as cousas da Coroa delles como convem ao serviço de Deus e meu. Paz e assosego pubrico. E sou informado que o mal de peste (de que nosso Senhor nos goarde) se renova em Lisboa e em outros lugares. Como quer que na mão dos homens nam he obrar nem declinar o mal sem ajuda Divina, me pareceo cousa decente avisar os Prelados, e os Provinciais das Religiões, para que cada hum em sua prelacia ordene sacrificios e preces com procissões em todos os lugares della, encomendando a seus subditos que todos com grande instancia peção ao Senhor, de quem procedem todos os beens sua ajuda e favor divino para que as cousas destes Reynos se assentem e quietem como cumpre a seu serviço e meu, paz e quietação de meus subditos e vassalos delles e de toda a Repubrica Christãa. E que a mym me dê graça para que os acerte a governar como desejo. E que como Deus de consolação e pay de misericordias que he, seja servido de alevantar a mão de nosso castiguo cessando a peste con que a dita cidade de Lisboa e outros povos sam afligidos des o tempo que sabeis. E por estas cousas serem da qualidade e importancia que vedes, vos encomendo muito e rogo que assi o ordeneis e façais effectuar em todos os lugares do Vosso Arcebispado com toda a diligencia e cuidado como confio de vossa vertude. Escrita em Badajoz a 2 de dezembro de 580. (*ass.*) REY

Por mandado de Sua Magestade

(*ass.*) NUNALVARES PEREIRA *(fl. 1)*

(*fls. 1v e 2 em branco*)

Por EL Rey

Ao Reverendo em Christo padre Dom frey Bertolameu dos Martires Arcebispo e Senhor de Braga primás de Hespanha do seu Conselho.

(de outra mão:) Carta del Rei ao Arcebispo D. Fr. Bartolomeu querendo entrar neste Reino para que encomendem a Deus as cousas e governo destes Reinos. (*selo*)

VIII

1581 janeiro 5, Elvas – Carta de D. Filipe I à Câmara de Braga a convocar para as Cortes desde o final desse mês em Lisboa.

A – AMB., *Livro das Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n.; original de 2 fólios.

B – AMB., *Livro de vereações de 1580-81*, fls. 48-49; treslado.

1581[248]

Juiz Vereadores[249] e Procuradores da cidade de Braga. Eu el Rey vos envio muito saudar. Antes e depois de nosso Senhor me dar a posse destes Reinos e Senhorios de Portugal conforme ao dereito Justiça e Razão[250] com que nelles socedy, posto que por nossos pecados foy tanto á custa de mynha propia[251] vida e saúde, e da Raynha minha sobre todas muito amada e muito[252] prezada molher que nosso Senhor levou pera sy, e tanto á custa dos mesmos Reinos que eu muito sinty[253], culpa muy grande daquelles que nisto a tiverão, grandemente desejey mostrar aos Portugueses[254] e entenderem elles que lhe sou e ey sempre de ser tam[255] verdadeiro e natural Rey, Senhor e Pay, como tiverão nos Reis meus antecessores cujo neto, filho, tio e sobrinho sou, e não menos por natureza que por sangue, e pera este effecto e pera outros todos de muito serviço de nosso Senhor e de muy grande importancia ao bem destes meus Regnos[256] e de meus vassallos naturaes delles, a quem tenho muito amor e os estimo como he razão[257], me pareceo chamar logo[258] a Cortes os tres estados, o[259] que não fiz[260] mais cedo como tinha asentado pella dillação que ouve em minha entrada nestes Reinos por causa da grande doença que tive e do fallecimento da Raynha que está em gloria. Pello que vos encomendo muito que ellejaes[261] dous procuradores pera virem ás ditas Cortes, taes pessoas como convem que

---

248 Falta em b, onde aparece como título «Traslado de huma carta de Sua Magestade». Em a entre esta data e o início do texto acrescentou-se posteriormente a lápis: "Publicada pelo Castiço – Constituinte de 6 de Dezembro de 1884 – N.º 440 – 5.º anno".

249 Em b vreadores.

250 Em b Rezão.

251 Em b própria.

252 Falta em b.

253 Em b senti.

254 Em b portugueses.

255 Em b tão.

256 Em b Reinos.

257 Em b rezão.

258 Em b loguo.

259 Em b ho.

260 Em b foy.

261 Em b enlejais.

sejão e de taes partes como cumpre que tenhão pera as materias que nellas espero querendo nosso Senhor tratar e assentar como importa a tudo, as quoaes prazendo a Elle determino[262] fazer na cidade de Lixboa do fim deste mes de Janeiro por diante, se o estado da saude dela der a isso lugar, porque, como deveis ter entendido muitos dias há que eu estivera na dita cidade, se o não impidirão[263] os rebates della, e quoando por este impidimento[264] eu não puder por agora ir a ella, como[265] desejo, serão as Cortes em outro lugar destes Regnos[266] em que eu então estiver (fo. 1), e ordenareis como os ditos vossos Procuradores se achem ao dito tempo presentes no tal lugar sem ser necessario ir-lhe pera isso outro recado meu e elles trarão procuraçoens bastantes pera tudo o que for[267] necessario, e em especial lhe dareis nellas poder pera me jurarem por verdadeiro Rey e Senhor destes Regnos[268] e senhorios delles como o sou, e me fazerem preito e menagem de vassalagem fidellidade[269] e obediencia em forma de Dereito, e assy ao Principe Dom Diogo[270] meu sobre todos muito amado e muito prezado filho primogenito como a meu verdadeiro e legitimo sucessor e aos outros meus sucessores[271] que legitimamente me sucederem e isto na forma modo e maneira em que se costumão[272] fazer os taes juramentos. E porque sou informado que meus povos estão despesos por causa dos gastos que fizerão nas Cortes passadas e em outras despesas e minha vontade he fazer-lhes merce em tudo o que se offerecer[273], lhe mandarey fazer o que ouver por bem pera ajuda da despesa que nestas Cortes fizerem com seus procuradores conforme a necessidade[274] que cada lugar tiver e confio de vós que assy[275] na elleição[276] de vossos procuradores como em tudo o[277] mais que toca[278] a esta materia procedereis com a consideração[279] devida ao serviço de Deos e meu bem geral destes Reinos e particular dessa Cidade e antes de os ditos vossos procuradores chegarem á Corte o farão saber a Miguel[280]

---

262 Em b detremino.
263 Em b empedirão.
264 Em b empedimento.
265 Em b co.
266 Em b Reinos.
267 Em b lhe for.
268 Em b Reinos.
269 Em b fedilidade.
270 Em b Dioguo.
271 Em b suseçores.
272 Em b custumão.
273 Em b oferecer.
274 Em b nececidade.
275 Em b asy.
276 Em b eleyção.
277 Em b ho.
278 Em b toqua.
279 Em b concediração.
280 Em b Migel.

de Moura do meu conselho[281] do estado e meu secretario pera mo dizer e serem apousentados[282] e a elle entregarão as procuraçõens que trouxerem pera se verem como se costuma fazer. Scripta[283] em Elvas a cinquo de Janeiro de 1581.

(*ass.*) REY

Pera a cidade de Braga (fo.1v)[284]
(*fo. 2 em branco*)
(em sentido transversal) Carta de Sua Magestade
(*(em sentido longitudinal)* Por El Rey/Ao Juiz Vereadores e Procurador da Cidade de Bragua
(Lugar do selo redondo de chapa) (fo. 2v)

IX

1581 janeiro 5, Elvas – Carta de D. Filipe I à Câmara de Braga a dar instruções sobre a qualidade dos procuradores para as Cortes convocadas para o final desse mês, em Lisboa.

A – AMB., *Livro das Cartas dos Senhores Reis 1545-1739*, s. n., 2 fólios; *original*.

B – AMB., *Livro de vereações de 1580-81*, fls. 49v-50; treslado.

1581[285]

Juiz Vereadores[286] e Procurador da cidade de Braga. Eu el Rey vos envio muito saudar. Per outra carta vos escrevo que façaes elleição de Procuradores pera virem as Cortes que prazendo a nosso Senhor tenho assentado fazer de fim deste mes de Janeiro por diante e porque em todo o tempo quoanto mais no presente convem que aja grande comsideração e advertencia na dita elleição pera que se faça em pesoas sem sospeita e que

---

281 Em b concelho.
282 Em b aposentados.
283 Em b escrita.
284 Em b é outra a ordem das cartas, vindo no final: «as quoaes cartas erão asinadas ao pe do sinal del Rey nosso senhor onde dezia Rey, segundo dellas parecia e aselladas com ho sello de suas armas Reaes e o sobreescrito dellas dezia 'por el Rey. Ao Juiz vreadores e procurador da cidade de Braga', as quoaes cartas eu Francisco Peyxoto escrivão da camara desta cidade de Braga as tresladey neste livro dos acordos e vreaçoens por mandado dos Regedores della bem e fielmente e asiney aquy. (*ass.*) FRANCISCO PEIXOTO». As palavras anteriores a esta assinatura "Procurar.ores de Cortes" são já o título da vereação seguinte.
285 Falta em b, onde vem centrado e de outra mão: "Treslado de outra carta de Sua Magestade/Procuradores das Cortes" e na margem "Cortes". Em a entre esta data e o início do texto acrescentou-se posteriormente a lápis: "Publicada pelo Castiço – N.º 440 do Constituinte – 6 de Dezembro de 1884 – 5.º anno".
286 Em b vreadores.

pretendão[287] somente o serviço de Deos e meu e o bem pubrico[288] sem outro algum particular respeito, vos encomendo muito que tenhaes muito cuidado que se não receba voto pera Procuradores das ditas Cortes, nem pera ellector delles em pesoa alguma que nas alteraçõens passadas seguise dom Antonio ou seu partido ou lhe tenha dado quoalquer ajuda ou favor, ou que delle tenha recebido quoalquer dadiva[289] ou graça depois do levantamento que fez em Santaren. E pello muito que importa a conservação da saude do lugar em que eu ouver de fazer as ditas Cortes vos encomendo que estando essa cidade impidida ou com sospeita disso façaes logo a dita elleição de Procuradores e os ponhaes em alguma parte desempidida[290] assy[291] a elles como a seus criados e fato de maneira que quoando ouverem de partir pera minha corte venhão bem desimpididos[292] e tragão disso certidão e do lugar em que[293] estiverão para que[294] em chegando possão entrar sem nisso aver duvida alguma. E tanto que a dita elleição for feita me avisareis <logo>[295] della e do modo que nella tivestes que confio será conforme ao que vos por esta encomendo como vedes que he necessario e vossa carta enviareis a Miguel[296] de Moura do meu Conselho[297] do estado e meu secretario pera ma dar. Scripta[298] em Elvas a 5 de Janeiro de 1581.

(*ass.*) REY

Pera a Cidade de Braga (fo. 1)[299]

(fo. 1v e 2 em branco)

(*(em sentido longitudinal)* Por El Rey/ Ao Juiz Vereadores e Procurador/ da Cidade de Bragua/ Carta de sua Magestade

(*Lugar do selo de chapa*)

---

[287] Em b pertendão.
[288] Em b publiquo.
[289] Em b corrigida de ajuda ou favor.
[290] Em b desenpedida.
[291] Em b buraquinho no suporte por queima da tinta, não se afastando a hipótese de ter estado aí escrita a conjunção e.
[292] Em b desempedidos.
[293] Em b *em que* corrigidas de *onde.*
[294] Em b porque.
[295] Em a entrelinhada e em b loguo.
[296] Em b Migel.
[297] Em b Concelho.
[298] Em b Escrita.
[299] Em b falta este parágrafo.

X

1581 abril 17, Tomar – Alvará por que D. Filipe I, a requerimento de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, manda às suas justiças que façam sair do lugar, mosteiro ou benefício as pessoas que o Arcebispo lhes requerer ou mandar requerer enquanto visitar pessoalmente, seguindo a prática dos monarcas precedentes.

ADB., *Coleção Cronológica*, n.º 1971 (cota antiga: cx. 47, nº 32), fls. 1v-2v; *original*.

Eu el Rey mamdo a vós corregedores ouvidores juizes e justiças de meus Reinos e a cada hum de vós a que este meu alvara ou o treslado delle em publica forma for mostrado e o conhecimento[300] delle pertemcer que semdo-vos requerido por dom frey Bertolameu dos Martires arcebispo de Braga primás da Espanha do meu Comselho quamdo pesoalmente visitar algum lugar ou mosteiro ou beneficio ou pesoa do dito arcebispado que fações sair[301] do tal lugar ou mosteiro ou beneficio alguma pesoa ou pesoas de qualquer calidade que seja todo o tempo que comprir a bem da visitação que cumprães e fações neste caso muy imteiramente tudo ho que vos asy o dito Arcebispo requerer limitamdo a tal pesoa ou pesoas que se ouverem de sair a distamcia que vos bem e honesta parecer. Ho que todos e cada hum de vós asy imteiramente comprireis e fareis com deligemcia todas as vezes que pera iso fordes requeridos pello dito Arcebispo ou de sua parte como dito he porque asy ho ey por bem e meu serviço, e este me praz que valha e tenha força e vigor como se fose carta feita em meu nome por mim asinada e asellada do meu sello pemdente sem embargo da Ordenação do segundo livro titulo vinte que diz que as cousas cujo efeito ouver de durar mais de hum anno pasem per cartas e pasamdo per alvaras não valhão e se cumpra posto que não seja pasado pella chancelaria outrosy sem embargo da Ordenação em comtrario[302]. Ambrosio d'Agillar o fez em Tomar a dezasete d'abril de mil[303] b^c^ oitenta e hum. Roque Vieira o fez escrever. Dizia o riscado fora. O que asy me praz polo terem asy concedido ao dito Arcebispo os senhores Reys meus predecesores. (*na margem direita*) 1581.

(ass.) REY

Alvara per que vossa magestade mamda as Justiças que nas vesitações que ho Arcebispo de Braga fezer pesoalmente no dito arcebispado fação sair do lugar mosteiro ou benefficio em que asy estiver vesitamdo as pesoas que lhe requerer ou mamdar requerer como acima he declarado e que valha como carta e não pase pella chancellaria.

---

300 Ou conteúdo, porque apenas se escreve: c^to^.
301 Riscada depois *fora.*
302 Na margem: 1581
303 No manuscrito **i** com traço horizontal superiormente a significar mil.

XI

1581 abril 26, Tomar – Alvará por que D. Filipe I, a requerimento de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, manda às suas justiças que não permitam que o Mosteiro e os cónegos regrantes de Refojos do Lima impeçam a sua visita pelos visitadores da comarca e que executem as mesmas visitações, seguindo a prática dos monarcas precedentes.

ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 47, fls. 1v- 2v; cópia de 18 de novembro de 1605 a requerimento do doutor procurador da Mitra Primaz.

Alvará de ElRey sobre a vizitação do Mosteiro de Refojos de Lima, porquanto os Conigos Agostinhos a empediam aos Vigairos da Comarca.

Eu El Rey faço saber a vós Corregedor da Comarca de Vianna Foz do Lima e a todos os outros corregedores das comarcas, ouvidores, juizes e justiças a que *(fl. 1v)* este meu alvara ou treslado delle em publica forma for mostrado e o conhecimento delle pertemcer que dom frei Bertholameu dos Martires arcebispo Primás da Hespanha e do meu Concelho, me emviou dizer que elle tinha imformação que quando os vizitadores da Comarca de Vallença querião vizitar o Mosteiro de Refoyos de Lima da Ordem de Sancto Augustinho e Conigos Reguerantes delle, que he do dito Arcebispado de Braga, e couzas a elle annexas, os ditos Conigos pondo-se em armas o não querião consemtir nem comprir as vizitaçõis que lhe erão feitas, pello que nosso Senhor não era imteiramente servido no dito Mosteiro pedindo-me que quizese nisso prover. E visto seu requerimento hei por bem e vos mando a todos em geral e a cada hum de vós em spicial que todas as vezes que daqui em diante algum seu vizitador ou vizitadores do dito seu Arcebispado forem vizitar o dito Mosteiro, conigos e couzas delle, vós lhe asistais em todo o que por elles vos for requerido que tocar as ditas vizitaçõis, porque assim o hei por serviço de Deos e meu, e bem do dito Mosteiro. E este quero que valha e tenha vigor como se fose carta feita em meu nome por min asinada e sellada de meu sello pendente, sem embargo da Ordenação do segun- *(fl. 2)* do livro titullo vinte, que diz que as couzas cujo effeito ouver de durar maes de hum anno passem per cartas, e passando por alvarás não valhão, e se cumprão posto que não sejão passado pella Chamsellaria outrosy sem embargo da ordenação em contrario. Ambrozio de Aguilar o fez em Tomar a vinte e seis de abril de mil e quinhentos e oitemta e hum. Roque Vieira o fez escrever. O que assim me apraz pello terem assim consedido ao dito Arcebispo os senhores Reys meus predessesores.

(ass.) REY *(fl. 2v)*.

XII

1581 outubro 9, Santa Maria de Carviçais: Provisão do arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Mártires por que manda ao Ouvidor da sua cidade de Braga que com muita brevidade faça vir perante si todos os tabeliães que trabalham no seu Auditório, a quem mandará que tresladem todas as culpas que cada um deles tiver contra o Dr. Francisco de Caldas Pereira em que fosse culpado nas amotinações e revoltas que D. António causou no Reino contra a lealdade e serviço de D. Filipe I, mandando entregá-las ao seu procurador; dessa diligência o informará por carta com toda a brevidade.

ADB., *Coleção Cronológica*, cx. 47, n.º 1982; *or.*

Dom frey BARtholomeu dos Martires por merce de Deos e da Samta Igreja de Roma arcebispo e senhor de Braga primás da Espanha etc. pola presemte mandamos a vós ho Ouvydor da nosa cidade de Braga que tamto que esta vos for apresemtada com muyta brevidade mandeis vir amte vós todos os taballiães que no voso auditoreo servem e lhe mandareis treladar todas as cullpas que cada hum delles tiver comtra ho doutor Francisco de Calldas Pereira morador que foy nesa cidade que a elle tocarem per que seja cullpado nas amutinações e revolltas que dom Amtonio causou neste Reino e forem contra ho serviço e lealdade que se deve a Sua Magestade e tresladadas as ditas culpas em modo que fação fee cerradas e aselladas as mandareis entreguar ao noso procurador, e da diligemcia que nesto fizerdes com toda a brividade per carta vosa me avisareis. Dada na freguesia de Samta Maria de Cravições aos nove de outubro Jheronimo Pimto escrivão de nossa visitaçam de noso especial mandado o (a?) fez de mil quinhemtos oitenta e hum anos.

(*ass.*) O ARCEBISPO PRIMAS

(*despacho*) Cunpra-sse. Correa *(Selo de chapa bem conservado) (fl. 1)*.

Provizão de S. Illustrissima pela qual manda ao Ouvidor chame a sy aos tabeliaens que tevesem culpas do (contra?) Doutor Francisco de Caldas Pereira e lhas fassa treslladar e remeta cujas culpas erão sobre as amotinaçoens e revoltas que D. Antonio cauzou neste Reino *(fo. 1v)*.

(fo. 2 e 2v em branco).

XIII

1590 julho 1, Viana – Carta de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo resignatário de Braga, a D. Filipe I a pedir-lhe o cumprimento do que lhe pedira nas Cortes de Tomar e lhe fora prometido: haver do Arcebispado e Cabido de Santiago as relíquias de S. Frutuoso e S. Martinho de Dume. Seguida de outra de 1590 em sua execução

Arquivo do Seminário Conciliar de Braga, *Códice n.º 42*, fo. 339; *cópia*.

Senhor

Vera et aeterna Maiestas. Posto que estou falto de memoria fuy agora advertido, e me lembrei que nas Cortes de Tomar em dia de Sam Fructuoso no qual Vossa Magestade tomou o juramento lhe pedi favor (por merce particular, e digno de em tal dia se pedir e conceder) pera aver do Arcebispado e Cabido de Santiago as reliquias deste glorioso Santo e de São Martinho de Dume. O que Vossa Magestade benignamente me concedeo, e .....mao[304] (?) por o Arcebispo falecer, e eu resignar, se não fez neste negocio cousa alguma.

Soube agora que o Arcebispo Dom frey Agostinho de Jesu sendo disto enformado com santo zelo mandava hum conego da sua Sé a este negocio somente. Peço a Vossa Magestade me queira fazer a merce prometida. E no fim de meus dias me dar esta consolaçam que seraa pera mym muy grande. E eu ficarei mais hobriguado a rogar a nosso Senhor por vida e estado de Vossa Magestade como sempre costumo fazer. Nosso Senhor a vida e estado de Vossa Magestade conserve e augmente em toda verdadeira prosperidade. Escrita em Viana ao primeiro de julho de 1590 annos.

(*ass*.) CAPELÃO DE VOSSA MAGESTADE O ARCEBISPO FREI BERTOLAMEU *(fo. 339)*

(*fo. 339v em branco)*

Capitulo da carta do Bispo Capellão mor

Pode V. S. começar este negocio dizendo a S. Magestade que em Tomar jurou elle ao Reino(?), tomou o sceptro desta Coroa e foi levantado e jurado por Rey dia de São Fructuoso a tantos de tal mes e que nesse dia se fez esse auto e S. Magestade recebeo o juramento da mão[305] do Arcebispo de Braga dom frei Bertolameu o qual lhe não pedio naquelas cortes onde S. Magestade fez tantas merces a todos seus vassalos senão que lhe quisesse dar favor para que na Sé de Santiago lhe dessem alguma parte das reliquias de São Fructuoso cujo o dia era para a Igreja de Braga e que S. Magestade lhe dixera que folgaria de lhe fazer esta merce a qual se não efeituou por vagar naquele comenos etc. *(fo. 337v)*.

---

[304] Falta texto por queimado da tinta o suporte.

[305] Não foi assim como se explicou no texto, pois não jurou nas mãos de ninguém.

A arte dos entalhadores de Braga: a concepção e a execução da obra no século XVIII

JOSÉ VIEIRA GOMES [1]

RESUMO

Começaremos por tentar considerar a fundamentação do que se revela, por um incremento de percepção: fundir, para nosso próprio proveito, metodologias para o estudo das obras, reconsiderando algumas fontes de inspiração dos artistas: a experiência da observação direta; a reavaliação do legado vegetalista clássico; uma atenção votada ao legado medieval e sua influência na talha do século dezoito.

Para além do olhar sempre novo de uma sociologia da arte, percebemos a necessidade de uma visão mais estrutural, ou semiológica das obras, reconhecendo, por aí, o que há de mais criativo na concepção e execução das mesmas.

Palavras-chave: metodologias; entalhadores; barroco joanino; percepção e execução da talha.

ABSTRACT

We begin by attempting to consider the grounding of what is revealed through an increment of perception. For that purpose, we merge methodologies for the study of the art works and reconsider some of the artists' sources of inspiration, the experience of direct observation, the revaluation of the classic vegetalist legacy, and the attention devoted to the medieval legacy and its influence on 18th century woodcarving.

---

[1] Doutorando em Arte, Património e Restauro, na Universidade de Lisboa.

In addition to the ever new perspective of a sociology of the arts, we realize the need for a more structural view, or semiotics of the works, thus recognizing what is more creative in the conception and execution of those same works.

Keywords: *methodologies; woodcarvers; joanino Baroque, wood-carving perception and execution.*

INTRODUÇÃO

De início, havia uma aproximação de pura materialidade, ou "pura-visualidade", por parte do investigador, à obra. Agora incorre--se, e não se sabe com que consciência,

> [...] pela integração da obra de arte no meio social, económico, geográfico e, portanto regional, que a viu nascer, estudando igualmente os que a encomendaram, o público, as instituições e os artistas, antes mesmo de se interessar pela obra. Falou-se, então da sociologia da arte (Pierre Francastel)[2].

Se a obra motiva um determinado exercício metodológico, para se perceber contextos, deve reconsiderar-se, de igual apreço, o estudo de uma visão estrutural (ou semiológica) dos retábulos, em que se conjugue elementos vegetalistas do repertório bíblico e pagão; o estudo conjugado de elementos minerais (concharias) com elementos novos da flora, e se percebam linhas dinâmicas que orientam, de forma conveniente, o olhar do espectador.

É a aproximação a um estudo deste tipo, o estudo da dinâmica específica e singular de um retábulo ou de um púlpito, e dos seus elementos constitutivos, salvaguardando, sempre, a *condição de reintegrar a obra de arte no seu momento histórico*[3], que nós gostaríamos de expor alguns desafios, se é assim que se deve dizer.

O que deve ser tornado visível

Qualquer tipo de reflexão salvaguarda o que sempre será indispensável: a fonte documental. Mas sabemos que é preciso ir

---

[2] ALTET, Xavier Barral i, *O mundo românico, cidades, catedrais e mosteiros*, Lisboa: Taschen. 2001,128.

[3] ARGAN, Giuli Carlo, *Arte e Crítica de Arte,* Lisboa: editorial Estampa, 1988, 102.

além dessa perspectiva, alargando as percepções intercontextuais e interdisciplinares:

> Um dos planos nos quais a experiência artística pode ser generalizada é o da **percepção**: todos captam, mas a **percepção** está sempre condicionada por um conjunto de convenções ou de costumes, que a própria arte no passado contribuiu para instituir e que, em última análise, dependem do condicionamento que as classes dirigentes impõem à comunidade.[4]

Os artistas mais originais convertiam as suas fontes de influência em obras verdadeiramente singulares: com os motivos da tratadística; com o legado dos modelos à sua disposição nas oficinas, e com o legado da retabulística implantada nos respectivos lugares do Evangelho e da Epístola, na igreja. Referiremos o exemplo de dois artistas, autores de obras de talha em Braga e sua região: André Soares, primeiro, e Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, depois. O primeiro conjugava, recriando, pormenores da talha joanina e com a novidade de pormenores da tratadística francesa e alemã, como os concheados, nos seus desenhos. O segundo[5] recriava os desenhos do primeiro na talha a que dava procedência na capela-mor de Tibães, no início da sua carreira como mestre, e depois como autor de retábulos, a que ele próprio dava procedimento, ou que entregava a outros.

A formação técnica dos entalhadores radicava essencialmente em três aspectos, comumente aceites:

1) Observação e cópia de modelos;
2) Conhecimento e estudo da tratadística;
3) Influência mútua.

Mas outros dois aspectos devem ser valorizados na formação destes homens;

4) A experiência da observação directa da natureza;
5) A força do génio criativo.

---

4 ARGAN, Giuli Carlo, *Arte e Crítica de Arte,* Lisboa: editorial Estampa, 1988, 156.

5 Consideramos, igualmente, entalhadores que deram procedimento a desenhos e às intuições artísticas de André Soares: José Álvares de Araújo, primeiro; Jacinto da Siva e o seu filho Luís Manuel da Silva, depois.

É muito natural que os artistas, eivados de grande curiosidade e imaginação, se tenham dedicado a observar e a tomar ocasionais notas de pormenores vegetalistas, para se inspirarem e recriarem um mundo *por um esforço de génio*[6]. André Soares fazia, provavelmente, viagens para os diversos lugares de Entre Douro e Minho para que trabalhava, e tinha tempo de verificar os elementos florais que espontaneamente irrompiam do chão, confrontando-os, depois, com o que via nas gravuras e no legado artístico das igrejas. Isso, aliado a uma certa despreocupação económica[7], dava-lhe liberdade para ele próprio recriar um repertório.

Frei José de Santo António Ferreira Vilaça era obrigado a transferir-se de mosteiro em mosteiro: Tibães, Refojos de Basto, Santo Tirso, Pombeiro, para verificar o andamento dos trabalhos que ele próprio projetava. E é bem natural que, dizemos, e como artista que era, se desviasse do caminho para descansar numa estalagem, dessedentar-se numa fonte, e logo a seguir dedicasse algum tempo a olhar para as novidades que a natureza oferecia, na Primavera, tal como o procedimento análogo dos escultores da Idade Média:

> Os escultores da Idade Média... não procuram ler nas jovens flores do mês de Abril o mistério da Queda e da Redenção. Nos primeiros dias da Primavera, vão às florestas da Ilha-de-França, onde humildes plantas começam a romper a terra. O feto, enrolado sobre si mesmo, como uma poderosa mola, está ainda coberto de penugem como algodão, mas ao longo dos regatos, os jarros estão quase a desabrochar. Colhem os rebentos, as folhas que vão abrir-se, e olham com essa curiosidade terna e apaixonada que só na primeira infância sentimos e que os verdadeiros artistas conservam toda a vida[8]

Referimos o que da Antiguidade é procedente na ornamentação dos retábulos: as cinco ordens de arquitectura e a folha de acanto. Mas nunca referimos o que da Idade Média nos sobrevive na concepção dos retábulos. Se a confecção da retabulística considera

---

6 MÂLE, Emile, *L'Art Religieuse du XIII siécle en France*, Livro I, Le Miroir de la Nature, Paris, Librairie Armand Colin, 1958, 50.

7 Veja-se em OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *André Soares e o rococó do Minho* (tese de doutoramento): pense-se que o arquitecto e desenhador chegava até a emprestar dinheiro a juros muito baixos. Tal foi o caso acontecido aos jesuítas do colégio de Santiago.

8 FOCILLON, Henri (citando Emile Mâle), *Arte do Ocidente*, Lisboa: Editorial Estampa, 1978, 244.

como fonte principal as ordens antigas, também não deveríamos desconsiderar a poética dos escultores do século XIII:

> On a souvent noté que la esculture gothic, à ses débuts, imite de préférenceles bourgeons et les feuilles naissantes du primièr printemps, au moment où d'humbles plantes commence à percer la terre. Au XIII siècle, les bourgeons s'enflent, éclent, et les feuilles se développent [...][9]

Se a composição dos retábulos de estilo nacional da talha está para o românico por causa dos arcos concêntricos (Smith), também podemos dizer, correlativamente, que alguns elementos arquitectónicos e vegetalistas dos retábulos joaninos podem estar para o gótico flamejante: *O barroco de Bernini liga-se ao barroco gótico*[10]. As influências mais diretas são detectáveis: veja-se os meios corpos e as edículas em pormenores do gótico e as transferências similares nas cartelas da talha joanina; veja-se a presença de anjos laterais a desviar um cortinado, no remate dos portais góticos, e a presença de anjos laterais no ático dos retábulos joaninos.

As *afinidades electivas* funcionarão como pretexto para encetar um estudo comparado que nos permitirá transferir a percepção de um repertório vegetalista original no século XIII, *C'ést l'époque de la «flore généralisé», suivant l'expression très juste de M. Denise Jalabert*[11], para a mesma liberdade de inventariação de um repertório vegetalista na talha do século XVIII, e perceber, igualmente, até que ponto a folha de acanto é ou não desconsiderada nesta época, tal como o foi no gótico tardio:

> Les artistes ne se contentent plus de répéter des formules d'atelier; ils apprennent à aimer la nature, les fleure des champs et les feuilles des bois que chantera bientôt saint François d'Assise. Ils les regardent avec cette curiosité tendre de passionnée que sentent seuls les vrais artistes, les etudient, en tirent la base d'une grammaire ornamentale nouvelle. **Il leur faudra près d'un demi – siècle pour se déshabituer de la feuille d'acanthe desséchée par une longue répéticion** [...][12].

---

9 FOCILLON, Henri, *Arte do Ocidente*, Lisboa: Editorial Estampa, 1978, 162.
10 *Idem, Ibidem*, 364.
11 AUBERT, Marcel, *La Esculpture Française au Moyen-Âge*, ed. Flammarion, 1947, 162.
12 *Idem*, *Ibidem,* 161.

Percebemos um vocabulário vegetal alternativo a recobrir os capitéis das igrejas do século XIII, resultado de observações diretas dos escultores, vocabulário digno de ornar a Casa de Deus: a **laranjeira**, a **salsa**, o **morangueiro**, a **vinha**, o **feto**, o **trevo**, o **cato**, a **celidónia**, o **agrião**, o **carvalho**, a **hera**, o **ácer**... Onde cuidamos perceber a beleza de tanta variedade? Um estudo que ainda está por fazer é a catalogação e a fundamentação da diversidade de elementos vegetais que recobrem os retábulos das igrejas e capelas do século XVIII. A folha de acanto teve sempre a mesma importância? Em que medida é que decaiu, ou foi revalorizada, ou substituída no repertório dos escultores e entalhadores do século XVIII?

A talha de um retábulo, de uma sanefa, de um cadeiral, de uma caixa de órgão ou de um púlpito, estilização do mundo vegetal, pode designar louvor, festa e reconhecimento: a entrada do Nazareno em Jerusalém enuncia esse propósito: *[...] e outros cortavam ramos de árvores, e os espalhavam pelo caminho* (S. Mateus, 21, 8); *Tomaram ramos de palmeiras e saíram-lhe ao encontro, e clamavam: Hossana: Bendito o rei de Israel, que vem em nome do Senhor.* (S. João, 12, 13). A floração designa uma *Epifania*, um acontecimento especial que remove a ideia de carência, figueira seca: *O DESERTO e os lugares secos se alegrarão disto; e o ermo exultará e florescerá como a rosa* (Isaías, 35, 1). E o que parece ser fundamental personifica os elementos, transmuta-os: *Assim será a palavra que sair da minha boca: [...] os montes e os outeiros exclamarão de prazer, perante a vossa face, e todas as árvores do campo baterão as palmas. / Em lugar do espinheiro, crescerá a faia, e em lugar da sarça, crescerá a murta [...]* (Isaías, 55,11-13). E será através da sarça que o verbo se exprimirá a Moisés no ermo: *E apareceu-lhe o anjo do Senhor, em uma chama de fogo do meio de uma sarça* (Êxodo, 3, 2). E o que parece ser decisivo: a enunciação da própria palavra de Deus do meio do elemento vegetal: *E vendo o Senhor que se virava para lá a ver, bradou Deus a ele do meio da sarça, e disse: Moisés, Moisés. E ele disse: Eis-me aqui (Êxodo*, 3, 4). E do meio da sarça, Deus designa o lugar preciso: *[...] o lugar em que tu estás é terra santa* (Êxodo, 3, 5).

O Verbo exprime-se e designa através de um sinal específico num momento singular. Foi assim, por exemplo, quando S. José, o carpinteiro, foi o designado para ser o pai adoptivo do Nazareno, quando do seu bordão, afeiçoado na oficina, brotaram as pétalas de

uma açucena. O Verbo também se exprime desse modo quando o anjo da Anunciação, em representações ao longo dos tempos, aparece num cenário de árvores esguias, cedros, ciprestes ou abetos, e de ramo florido nas mãos, como se não fosse precisa outra linguagem para dizer: *és Tu, Maria, a designada*. A mesma comunicação entre o visível e o invisível, o que se percebe igualmente nesse escaninho de metamorfoses, entre o gótico e o renascimento, as *Anunciações* de um Leonardo, ou de um Botticelli[13].

A árvore, os ramos, as rosas no deserto, designam e exprimem festa, louvor e reconhecimento. Esses elementos são como que mediadores entre o visível e o invisível, e querem igualmente tornar mais clara a beleza da divindade que se oculta. Em obra recente é dito que Orígenes, um dos Padres da Igreja, destacou a curiosa fórmula dos Salmos: *O meu coração vomitou urna boa palavra.* E é S. João quem diz no seu Evangelho: *Eu sou o Verbo, e o Verbo estava com Deus.* No interior da igreja barroca, o Verbo exprime-se e designa, essencialmente, apelando ao olhar através do ramo florido, orquestrado de um modo pensado, planificado, a talha. Em que medida e a partir de que momento, é que os entalhadores do século XVIII optam por um novo repertório vegetalista? Os artistas vão buscar a inspiração da obra à necessidade de se renovarem constantemente, colhendo pretextos onde calha: a Idade Média, o Concílio de Trento, a novidade dos tratados de arquitectura, acrescidos do legado da retabulística que os precedeu, a experiência na observação directa da natureza. E suscitando outras comparticipações, que lhes escapam, para este período: a filosofia de Leibniz.

Concepção e execução

A André Soares não escapava a necessidade de renovação e novidade. Se inovava, como nos deu a perceber que inovava nos campos da arquitectura e da talha[14], e em grande parte devido aos motivos que colheu directamente nas gravuras francesas e alemãs, também é verdade que percebeu a necessidade de renovar a feição e a inflexão da folha de acanto do legado joanino, que adoptou, numa primeira fase, e a necessidade de dar-lhe um novo conseguimento. Considere-se um motivo do retábulo de Santo Amaro na

---

[13] GOMES, José Vieira, *A talha e a Arte de Entalhar*, Porto (tese de mestrado), 2005, 169.
[14] Ver de OLIVEIRA, Eduardo Pires, *André Soares e o rococó do Minho* (tese doutoral).

capela de Nossa Senhora da Piedade, na Sé de Braga (Fig. 3), e compare-se com um outro motivo de talha da capela-mor da igreja do mosteiro de Tibães (Fig. 4).

As dívidas estilísticas são evidentes: as pequenas curvaturas, as perfurações nos pontos de encontro, os "S" nas terminações. As periferias do motivo (Fig. 4) são mais duras, mas também mais precisas e definidas e graciosas que as mais boleadas e mais assapadas da fig**.** 3. São evidentes as similitudes nestes motivos de talha (mais na execução de José Álvares de Araújo, do que na de Jacinto da Silva) que André Soares abandonaria de vez nos retábulos tardios de Nossa Senhora de Guadalupe, por exemplo, e no retábulo da capela dos Monges que lhe é atribuído.

Outra marca registada na obra de André Soares é o sistema de concharias que criou na pedra de alguns edifícios (Casa do Fresco, por exemplo, no bosque do Bom Jesus), e na talha de alguns retábulos, especialmente no de Tibães, e no da igreja de S. Domingos, em Viana do Castelo. Trata-se de uma grande variedade de concharias que torce e retorce e combina diversificadamente. Se a elipse e a perífrase, figuras estilísticas, comparticipam na *metamorfose do barroco*, deve contar-se também com uma outra: a sinestesia. A **sinestesia** é a figura que pode fazer convergir diversas combinatórias (Leibniz) de dois ou mais dos cinco sentidos, de duas ou mais naturezas, ou substâncias: a animal, a mineral, a vegetal. Pois bem: um elemento da talha proveniente do reino mineral, a concha, metamorfoseia-se, agora, num outro, mas do reino vegetal: do contorno definido de um concheado espiga, ou irrompe, o perfil de uma folha perfurada (Fig. 5).

Deve ser lembrado que antes da combinatória destes dois elementos, um outro comparticipava, estando na origem destes dois: o reino animal: a concha antes de ser o que é, já foi residência e motivo de vida animal[15].

Dissemos que os originais são também grandes curiosos e observadores, e a experiência de observar directamente a natureza também lhes servia de inspiração. As formas passavam de geração em geração de artistas, com ligeiras modificações detectadas: note-se o motivo floral de uma estátua, do século XIV, no museu Macha-

---

[15] Isto já para não falar da metamorfose directa de uma vida animal no reino vegetal, como é o caso contado da mitologia: Dafne vai-se transformado em folhagem para tentar escapar à perseguição de Apolo.

do de Castro (Fig. 6). As aproximações formais notam-se, se compararmos esse motivo com um outro talhado por Frei José de Santo António Ferreira Vilaça na capela-mor do mosteiro de Tibães, até na ligeira depressão em linha contínua, no meio das pétalas (Fig.8). Mas a afinidade ainda é mais desconcertante, se compararmos estes dois elementos a um outro intermédio, colhido directamente da natureza, num mês de Março ou Abril (Fig. 7). Dá a ideia que Frei José percebeu os contornos e fixou a sua versão pelo que viu. E assim parece acontecer, também, pela comparação do perfil do mesmo motivo floral colhido, a outro pormenor da talha do mesmo artista na credência da capela-mor da igreja de Tibães (Figs. 9 e 10).

Se o observador colhe de elementos da natureza o que lhe convém, também é verdade que no momento da execução os modifica segundo a sua fantasia, os reelabora, adaptando a um girassol, por exemplo, a mesma folhagem de uma cameleira, ou de uma laranjeira. Mas o mais criativo destes homens não está numa execução mais ou menos literal, mais ou menos verosímil de elementos da natureza, ou de reconversão de pormenores de gravuras francesas ou alemãs, ou na revisão de elementos vegetalistas do passado. O mais criativo destes homens, que concebem e executam a talha, está na concorrência que estabelecem com a força e com o ímpeto e, simultaneamente, com a delicadeza e a vivacidade recente da própria natureza, como se eles, motivos de talha, acabassem, mesmo há pouco, de deflagrar.

A concluir

Começamos por tentar considerar a fundamentação do que se revela, por um incremento de percepção: fundir metodologias para o estudo das obras, reconsiderar algumas fontes de inspiração dos artistas: a experiência da observação direta; a reavaliação do legado vegetalista clássico; uma atenção votada ao legado medieval e sua influência na talha do século dezoito.

Para além do olhar sempre novo de uma sociologia da arte, percebemos a necessidade de uma visão mais estrutural, ou semiológica das obras, reconhecendo, por aí, o que há de mais criativo na concepção e execução das mesmas.

BIBLIOGRAFIA

ALTET, Xavier Barral i, *O mundo românico, cidades, catedrais e mosteiros*, Lisboa: ed. Taschen, 2001.

ARGAN, Giuli Carlo, *Arte e Crítica de Arte,* Lisboa: editorial Estampa, 1988.

AUBERT, Marcel, *La Esculpture Française au Moyen-Âge*, ed. Flammarion, 1947.

AAVV, *Arquitectura*, Paris: L' Aventurine, 2001.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Escola de Talha Portuense*, Porto, Editorial Estampa, 2001.

FOCILLON, Henri, *Arte do Ocidente*, Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

GOMES, José Vieira, *A Talha e a Arte de Entalhar*, Porto, 2005.

MÂLE, Emile, *L'Art Religieuse du XIII siécle en France*, Paris, Librairie Armand Colin, 1958.

OLIVEIRA, Eduardo Pires, *André Soares e o rococó do Minho*., 4 Vols., Porto, 2012.

SMITH, Robert, *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols., 1972.

Fig. 1 – Remate de ogiva.
Fonte: Viollet-Le-Duc.[16]

Fig. 2 – Retábulo-mor da igreja de S. Francisco, Guimarães.
Fonte: Natália Marinho Ferreira-Alves[17]

Fig. 3 – Pormenor de talha do retábulo de Santo Amaro, Capela de Nossa Senhora da Piedade, Sé de Braga.
(Fotografia do autor)

---

16 AAVV, *Arquitectura*, Paris: L'Aventurine, 2001, 114.

17 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Escola de Talha Portuense* , Porto, Editorial Estampa, 2001, 110.

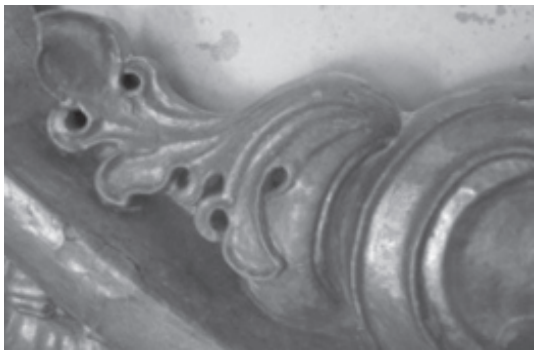


Fig. 4 – Pormenor de talha da capela-mor da igreja de Tibães (Fotografia do autor)

Fig. 5 – Pormenor da credência da capela-mor da igreja de Tibães (Fotografia do autor)

Fig. 6 – Pormenor de estátua do museu Machado de Castro (Fotografia de Eduardo Pires de Oliveira)

Fig. 7 – Elemento floral
(Fotografia do autor)

Fig. 8 – Pormenor da talha da capela-mor da igreja de Tibães
(Fotografia do autor)

Fig. 9 – Elemento floral
(Fotografia do autor)

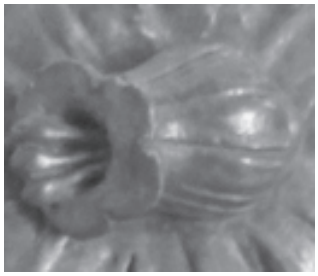


Fig. 10 – Pormenor da credência da capela-mor
da igreja de Tibães
(Fotografia do autor)

Frei Cipriano da Cruz: Oração e Arte

– Pelos 300 anos do falecimento do mestre [1]

PAULO OLIVEIRA *

Esculturas em terracota da fachada da igreja do Mosteiro de Tibães.
Autor: Fr. Cipriano da Cruz. Foto: Jorge Inácio (Mosteiro de Tibães/DRCN)

Sobre o homem Manuel de Sousa (o monge beneditino Fr. Cipriano da Cruz Sousa) pouco se sabe, para além de que nasceu em Braga, na freguesia de Santa Maria Maior, filho de Pedro Fernandes (Pº Frz) e de Inês Gonçalves (Ignes Glz). O seu nascimento terá ocorrido entre os anos de 1645 e 1650. Esta informação foi-nos legada pelo historiador beneditino Fr. Marceliano de Ascensão na sua "*Chronica do Antigo Real e Palatino Mosteiro de São Martinho de Tibaens desde a sua fundação athe ao prezente*", de 1745. O nome pelo qual o conhecemos, escolheu-o quando, por volta dos 30 anos (1676) ingressou no Mosteiro de Tibães, casa-

---

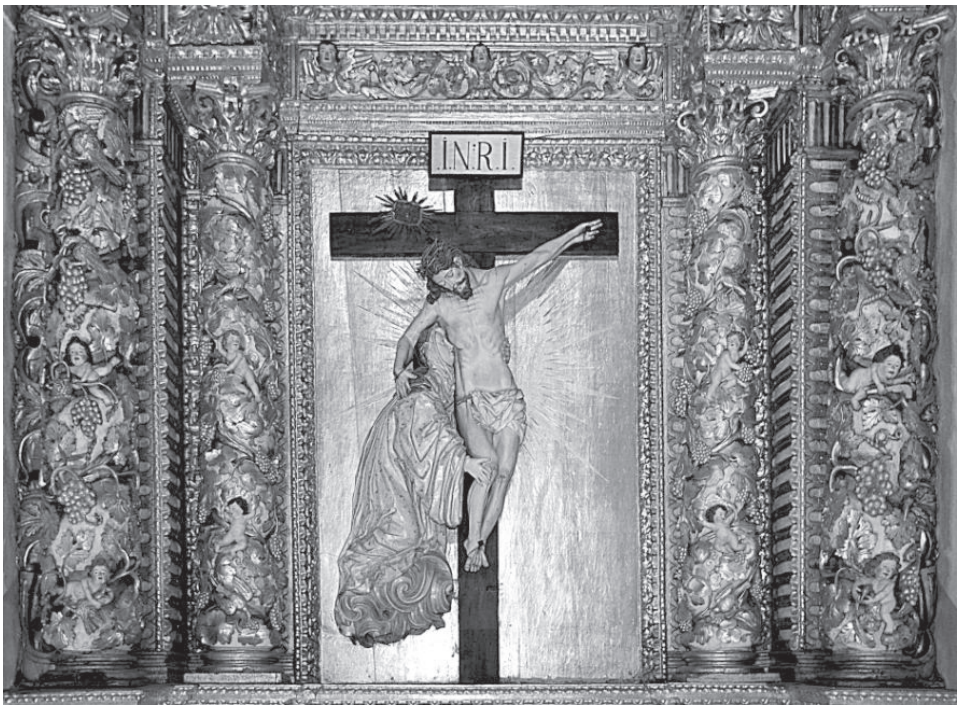
* Paulo Oliveira, Historiador, Mosteiro de Tibães/DRCN. oliveira.paulojoao@gmail.com

[1] Conferência realizada no âmbito das *Sessões de História Local*, promovidas pela Câmara Municipal de Braga, proferida no Mosteiro de Tibães em 12 de Fevereiro de 2016.

mãe da Congregação Beneditina de Portugal. Era comum os leigos adotarem o nome do abade geral que os aceitava na Ordem. Assim, Manuel de Sousa passou a ser o Irmão leigo Fr. Cipriano da Cruz Sousa, pois o abade geral que o recebeu chamava-se Fr. Cipriano de Mendonça (3.ª vez abade geral no triénio de 1674-1677). Outro exemplo: Fr. José de S.º António Ferreira Vilaça, que se chamava José Ferreira Vilaça, adotou o nome por que ficou conhecido, dado que o abade geral que o aceitou na Ordem e lhe colocou o hábito monástico foi Fr. António de S.ª Clara (abade geral entre 1756--1758). Como irmão donato, ou leigo, Fr. Cipriano da Cruz não foi ordenado padre, servindo o mosteiro com o ofício que aprendera e no qual já era afamado – o de imaginário.

Fr. Cipriano da Cruz era um homem do seu tempo. Especializou-se como imaginário de acordo com um profundo crescimento na produção de escultura religiosa no mundo católico, resultante da Contra-Reforma. A *Devotio Moderna,* que resultou do Concílio de Trento, promovia uma nova visão da parenética na Igreja Católica: exaltação mística de Jesus e dos santos, aqui relevando os martírios como símbolos de uma nova catequética de exemplos promovidos através da pintura, da escultura, e de uma liturgia mais intensa, rica e, consequentemente atrativa e sensorial. No referido Concílio tridentino, determinou-se na Sessão XXV (3 e 4-12-1563), sobre "***A invocação, a veneração e as Relíquias dos Santos, e as sagradas Imagens"*** que todos os bispos "*instruam diligentemente os fiéis, sobretudo no que diz respeito à intercessão e invocação dos Santos, à veneração das suas Relíquias e ao uso legítimo das Imagens* [...] *Ensinem-lhes que os Santos reinam juntamente com Cristo e oferecem a Deus suas orações pelos homens, que é bom e útil invocá-los com súplicas e recorrermos às suas orações, ao seu socorro e auxilio, para obtermos benefícios que a Deus devem ser pedidos por intermédio de Seu Filho Jesus Cristo Nosso Senhor*...". Diz-se ainda que se ensine "*aos fiéis que os veneráveis corpos dos santos Mártires e dos outros que vivem em Cristo devem ser venerados, por terem sido membros vivos de Cristo e templos do Espirito Santo...".*

O maneirismo, mas sobretudo o barroco, encarregar-se-ão de difundir este sentimento novo, esta apelativa mensagem da Igreja Universal de Deus e dos Homens. Para isso se povoaram os templos com escultura, pintura e também outras artes, que se encarregaram de transmitir esta nova sensibilidade promovendo o culto dos santos de modo a atrair os fiéis, através de uma catequética pelos sentidos.



Escultura de S.ª Lutgarda e Cristo (1692-1695). Autor: Fr. Cipriano da Cruz.
Foto: Jorge Inácio

Os monges beneditinos, conjugando magnificamente as diversas artes utilizaram, numa relação de estreita complementaridade, a talha, o azulejo, a pintura, a escultura, a ourivesaria e o mobiliário criando, a partir de Tibães, sua casa-mãe, aquilo que poderemos designar, pela sua diversidade e riqueza decorativa, como "*Obra de Arte Total*". Para além desta riqueza plástica encantatória, o ambiente enriquecido com as pastilhas de cheiros, o incenso inebriante, os luxuosos paramentos, a música celestial que ecoava nos templos, a par de uma rica e elaborada liturgia, transportava as massas populares incultas para ambientes próximos do paroxismo religioso. Este júbilo festivo inicia-se precisamente com a Contra-Reforma, tornando-se o meio privilegiado de propaganda, ora das Instituições Religiosas, ora do poder político. Como disse José Manuel Tedim, a "encenação dos espaços mobilizava multidões atraídas pela via do encantamento, do artificioso e do fantástico, sempre através dos sentidos. Tudo no Barroco é festa. Nesses tempos se conceberam grandiosos cenários [...] para provocar encantamento e elevar as

consciências dos povos, através dos sentidos, à esfera do maravilhoso."[2].

Neste contexto, o Barroco consubstancia a Arte da Festa, emocionando e arrebatando espetacularmente os sentidos, promovendo uma pedagogia de massas, recorrendo ao simbólico, transformando imagens em símbolos, esculturas, pinturas e ainda em narrativas iconográficas organizadas em retábulos e púlpitos, ou ainda noutros suportes, como vastos painéis de azulejos em interiores ou nos exteriores dos templos. Os escadórios devocionais como os do Bom Jesus do Monte, o de Tibães e o de Lamego, são também exemplos desta descrição narrativa de ascensão do Homem ao encontro da redenção, da proximidade e contacto com o sagrado.

Na igreja, espaço plasticamente complexo, sente-se a cosmovisão barroca. É o manto gigante de talha que, numa grande visão plástica, cobre retábulos, colunas, dosséis e púlpitos, sanefas, bancos, cadeirais e órgãos e cria ritmos que o dourado do ouro, a policromia das imagens e o cromatismo das pinturas acentuam. Espaço magnífico, que o brilho e riqueza das alfaias litúrgicas, o esplendor das vestes sacerdotais, a música religiosa, a luz dos candelabros e das velas, o cheiro do incenso e das flores tornariam sublime e espetacular.

Os Pontificais celebrados na Congregação Beneditina Portuguesa a partir de 1613, deveriam ser de um esplendor e um deslumbramento espetacular. Nestas alturas, Natal, Páscoa e noutros dias principais, estavam, por vezes, 17 pessoas, entre sacerdotes e acólitos, no espaço do presbitério da capela-mor. Podemos relatar uma citação do cerimonial monástico que nos dá uma pequena noção de como era rico e elaborado o cerimonial litúrgico em Tibães: *Começados os Canticos do terceiro Nocturno vem à cadeira choral do Abbade os Acolytos de Livro e candela e hum terceiro com as meias e çapatos em huma salva coberto tudo com hum véo e em quanto o Abbade assentado e coberto lê a Preparação para a Missa pelo Missal, se lhe calção os çapatos e meias*[3].

---

[2] TEDIM, José Manuel – *Festa Barroca*. Conferência proferida na sacristia da Igreja do Bom Jesus do Monte. Braga: 12 de Junho de 2012.

[3] *Cerimonial Monástico Reformado da Congregação de S. Bento de Portugal*, 1820.

Celebração da Missa do Galo no mosteiro beneditino de S. Bento do Rio de Janeiro (2009). Imagem retirada de: http://bit.ly/1TRs6X7

O abade possuía 5 mitras diferentes para seu uso e desde os anos 30 do séc. XVIII que possuía autorização para usar de hábito prelatício. As mitras eram as seguintes:

- Preciosa (com pedras preciosas)
- Aurifrigiata (de tela de ouro sem pedras)
- Simples (de damasco, com franjas vermelhas)
- Branca (duas)
- Preta

Celebrando em Pontifical, o Abade era conduzido dos seus aposentos até à Sacristia pela comunidade de monges. Aí, depois de lhe retirarem a capa consistorial, era calçado e paramentado pelos assistentes, seguindo em cortejo para a igreja. Na capela-mor, era conduzido ao sólio abacial, de onde presidia às celebrações. As insígnias abaciais eram: Capa consistorial, cruz peitoral, barrete prelatício e anel da Ordem, para além do báculo. O Geral possuía ainda uma murça.

Para além dos espaços de culto, a busca do requinte e do belo acontece nos diversos espaços conventuais. Os monges preenchem os locais de uso quotidiano, como os claustros, as alas conventuais, os refeitórios, o capítulo, entre outros, com uma decoração áulica que, para além dos magníficos tetos em caixotões pintados e brilhantes paredes com revestimento azulejar e pinturas polícromas, reúne um formidável conjunto de objetos que iam da pintura à escultura, da tapeçaria às cortinas, da porcelana à prata, do mobiliário às peças de uso mais comum, tudo de grande gosto e bela fatura. Em sucessivas vagas, conhecedores das novas correntes artísticas, sensíveis às novas linhas estéticas, sublimando o gosto, introduzirão o barroco, acompanharão o seu triunfalismo, aceitarão o rococó e iniciarão o neoclassicismo.

Assim aconteceu no Mosteiro de Tibães: no jardim de S. João; no Escadório e na Capelinha de S. Bento; no Claustro do Cemitério; no Refeitório; na Igreja e no Cadeiral. Cada espaço é caracterizado por uma configuração experiencial e simbólica própria. No mosteiro de Tibães, o espaço fala, sensorial e polifonicamente, ao corpo e ao espírito, para a salvação das almas"[4].

Nos livros de obras, nos dos Estados ou do Depósito, encontramos múltiplas descrições, embaladas pelo gosto e mentalidade da época, das quais retiramos como exemplo a descrição da capela do Santíssimo Sacramento, datada de 1740: "*Pôs-se um retábulo na capela do Descendimento e toda a capela se cobriu de entalhe e de excelentes painéis; umas cortinas de damasco e outras de linho no arco da capela e em todos os painéis, assim do retábulo como dos lados da capela se puseram cortinas de damasco e outra de lã; puseram-se custódias com relíquias; dourou-se o retábulo e pintaram-se as portas; puseram-se seis castiçais e uma cruz de prata*"[5].

Não nos cansamos de utilizar o elogio do abade Fr. Antão de Faria (1710-1713), escrito por Fr. Tomás de Aquino em 1767: "*Elevou a capela de Santa Gertrudes ao último primor e adorno. Reformou o retábulo com elegantes pinturas, enriqueceu a imagem com jóias e brincos de estimação; cobriu de talha dourada os lados e arco da capela, colocou nela quadros admiráveis, uns de meio rele-*

---

[4] GONÇALVES, Albertino; OLIVEIRA, Paulo – "A Educação pelos Sentidos – O Mosteiro de Tibães". Comunicação proferida no Ciclo de Conferências: "*Mosteiros: do passado ao futuro*". Mosteiro de Tibães, 19 a 21 de Dezembro de 2013.

[5] ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, CSBP, Estados do Mosteiro de Tibães, n.º 112.

vo, outros de boas pinturas, deu-lhe lâmpada e castiçais de prata, cortinas e sanefas franjadas de ouro, além de outras peças de mimo e valor"[6].

Como Casa-mãe da Congregação Beneditina dos reinos de Portugal, a abadia de Tibães padronizava orientações para os seus mosteiros relativamente à construção e preenchimento dos espaços litúrgicos, seguindo orientações que se iam renovando, absorvendo a modernidade, inovando mentalidades, abordagens estéticas e determinações litúrgicas. Desta forma, encontramos referências a obras noutros mosteiros que expressavam para que fossem realizadas "*como em Tibães se fez*".

Relativamente aos espaços exteriores dos mosteiros, também aqui os beneditinos cuidavam desveladamente pela sua organização, distinguindo espaços de lazer e de meditação, de outros de trabalho agrícola ou de incremento florestal. Tudo com harmonia e em estreita ligação Homem/Natureza, moldando-a de acordo com as suas necessidades, mas concretizando ações de intervenção na paisagem verdadeiramente notáveis.

Ao gosto da época (1.ª metade do século XVIII), organizam o espaço; submetem a natureza a eixos; constroem as Fontes do Galo, de S. Bento e de S. Beda; reedificam a Capela de S. Bento; levantam o Escadório com as Sete Fontes; contornam geometricamente canteiros e caminhos; dão cor a todo a Cerca; exploram a luz e os sons naturais: é a preocupação paisagística adequada ao gosto barroco das grandes perspetivas e ambientes cenográficos.

O escadório da Cerca de Tibães, belo exemplar, de ambiências barrocas, construído entre 1725 e 1734, deve ser entendido como um elemento de um vasto conjunto edificado sob a tutela do Abade Geral beneditino, que integrava toda a horta, socalcos, escadório, capela e jardim. Ideia de *sacromonte* à escala beneditina, levou o cronista a afirmar, orgulhosamente, *que não tem Portugal em comonidade Regular couza que iguale à Cerca de Tibaes no vistoso, no regalo e no aprasível*[7].

---

6 AQUINO, Fr. Tomás – *Elogios dos Reverendissimos Padres D.D. Abbades Geraes da Congregação Benedictina do Reyno de Portugal e principado do Brazil*. Porto: Officina de Francisco Mendes Lima, 1767.

7 AMS – ASCENSÃO, Marceliano – *Chronica do Antigo Real e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação athe ao presente*, Mosteiro de Tibães, 1745.

Aqui sentimos a alegoria barroca na sua plenitude, onde se exaltam os sentidos de forma harmoniosa, em comunhão entre homem e natureza, ao mesmo tempo que simbolicamente se alude à peregrinação ascensional da terra para o céu, percorrendo e ultrapassando virtudes, outrora patentes nas imagens em terracota, douradas e policromadas, que nos pedestais das fontes brilhavam para os monges em caminhada.

Escadório da Cerca do Mosteiro de Tibães (1725-1734). Foto: Jorge Inácio

A descrição do escadório, nos *Estados* de Tibães de 1731--1734: "*Na rua que das hortas por entre os pomares vai para a capela de São Bento* [...] *mandou fazer cinco fontes que, com as que já tinha, fazem sete; É o caminho largo com muitos pátios precedidos de escadas para serem menos violentos; as fontes têm bom desenho e com bela alusão; para em um terreiro girado de canteiros e no meio um bom tanque; aos lados sobem escadas que desembocam em um jardim com um chafariz no meio em correspondência de outro que em um pátio precede a todo este vistoso caminho. Remata o jardim com uma nobre capela do Nosso Santo*

Patriarca. O sítio em que ela fica é um dos mais deleitosos do reino, fica eminente a toda a ribeira do Cávado...."[8].

A Simbólica é algo que encontramos frequentemente na mundividência barroca beneditina. O jardim de S. João é um espaço de eleição para traduzirmos este conceito. De forma octogonal, o jardim é ornado de oito canteiros. Ao centro, um chafariz com tanque e taça, ambos octogonais, terminando num degrau com a mesma forma geométrica. O número oito e o octógono estão diretamente relacionados com o batismo. Estes símbolos, acrescidos do elemento água, simbolizam a purificação e a regeneração, representam a dissolução do velho "eu" e o seu renascimento das águas originais. Daí a figura de S. João Baptista a presidir a este jardim. Assim, a forma octogonal deste jardim, remete-nos para a Nova Jerusalém, aquilo que é entendido como o oitavo dia, A Jerusalém celeste, reino da salvação do homem e da partilha do divino. No Livro do Apocalipse encontramos: «Vi, depois, um novo Céu e uma nova Terra, porque o primeiro Céu e a primeira Terra haviam desaparecido, e o mar já não existia. E vi a cidade santa, a Nova Jerusalém que descia do Céu, de junto de Deus... E ouvi outra grande voz, que saía do trono e que dizia: Eis aqui o tabernáculo de Deus entre os homens! [...] Ele enxugará as lágrimas dos seus olhos; não haverá mais morte, nem pranto, nem gritos, porque as primeiras coisas passaram. Então, O que estava sentado no trono, disse: Eu renovo todas as coisas... Eu sou o Alfa e o Ómega. O princípio e o fim». (Apocalipse, 21, 1-6).

Claustro do Cemitério ou "paraíso claustral"

Construído no século XVII sofreu várias remodelações sendo a mais significativa em 1727. Os azulejos, de estilo rococó, datados de 1770, representam a vida de S. Bento e são provenientes de uma oficina de Lisboa.

Claustro deriva da palavra latina *claustra*[9] que na origem designava toda a área do mosteiro. Na Idade Média e, à medida que os edifícios monásticos vão aumentando em extensão, a palavra passa

---

[8] ADB-UM, CSBP, Estados do Mosteiro de Tibães, 1731-1734.

[9] Claustra, ōrum (claudo), n. *pl*. (...) 2. Todo o lugar fechado: desfiladeiro, prisão, cerca, fortaleza.

a designar o espaço quadrangular que dá acesso a todas as outras dependências do mosteiro. Era aqui que eram sepultados os monges falecidos.

Lugar de silêncio e de introspeção, de leitura, de oração e meditação, os monges, "de costas viradas para o mundo," tinham asseguradas as condições propícias ao fervor religioso. Nas palavras de S. Bernardo de Claraval [...] *o claustro, a região protegida pelo muro da disciplina, onde está a abundante fertilidade das mercadorias preciosas. Coisa gloriosa é habitarem juntos na mesma casa homens com uma só observância! Bom e agradável é viverem unidos os irmãos* (Sl. 132,1).[10]

O espaço é quadrangular. O quadrado simboliza estabilidade, *é o símbolo da terra, por oposição ao céu* [...] *é uma figura anti dinâmica, ancorada nos quatro lados.*[11] O monge, na sua meditação, encontra-se num lugar estável, terreno. Por debaixo dos seus pés jazem aqueles que faleceram e, ao olhar para o céu, para Deus, depara-se-lhe a cúpula celeste, o círculo, símbolo da perfeição, do Divino. O círculo completa-se a si mesmo, não tem início nem fim. [...] *a esfera é símbolo da criação do mundo e do seu Criador*[12]. Podemos afirmar que, no claustro do cemitério, o religioso entrava em contacto com três níveis do universo: a morte; a vida e aquilo a que ele aspirava, o Céu:

O chafariz tem também a sua importância. Observando com detalhe, o tanque tem forma geométrica que, não sendo perfeita, é uma aproximação de um círculo sobreposto a um quadrado ou vice-versa o mesmo acontecendo com a taça. A coluna, atravessando verticalmente a fonte, aponta para o céu. A encimar a coluna, a pinha do chafariz em forma de esfera, a esfera celeste.

No centro do claustro, o jardim. Quatro caminhos dividem-no. Simbolizam os quatro rios do Paraíso. A imagem de quatro regatos no Paraíso brotando da Árvore da Vida (aqui simbolizado pelo chafariz) para os pontos cardeais é uma metáfora da energia divina e do alimento espiritual que percorre todo o Universo. Fornecido de oito canteiros e de um chafariz de onde jorra água purificadora,

---

[10] DIAS, Geraldo Coelho – *Religião e simbólica: o sonho da escada de Jacob*. Porto: Granito, Editores e Livreiros, Lda, 2001. Pág. 14.

[11] CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – Dicionário dos símbolos. Lisboa: Teorema, 1982. P. 595

[12] LURKER, Manfred – *Dicionário de figuras e símbolos religiosos*. Paulus: São Paulo, 1993. Pág. 90.

estamos no *Paradisus Claustralis.* Como afirmou S. Bernardo de Claraval: *Vere claustrum est paradisus.* Em sentido escatológico, os jardins do Claustro simbolizam o Paraíso, o Paraíso Celeste, o encontro com Deus na Nova Jerusalém; a Cidade de Deus como referiu Sto. Agostinho. Não é estranho a este facto, a existência de oito canteiros no jardim e a figura octogonal do chafariz. *Quanto ao Oitavo Dia que se segue aos seis dias da Criação e ao sabbat, ele é o símbolo da ressurreição, da transfiguração, anuncia a futura era eterna: comporta não só a Ressurreição de Cristo, como também a do homem*[13]*.* É frequente encontrarem-se pias batismais de forma octogonal, e *o octógono evoca a vida eterna que se atinge imergindo o neófito nas fontes baptismais.*

ÓRGÃO

Um órgão grandioso é elemento preponderante na igreja. Desenhado em 1784 por Frei José de S.º António Vilaça, foi construído pelo organeiro Francisco António Solha e a sua caixa entalhada pelo bracarense João Bernardo da Silva.

Sustêm o órgão duas figuras grotescas cujos corpos são metade homem, metade bode. Dois sátiros semideuses da mitologia grega que evocam o deus Pã.

Deus dos cultos pastoris, de aparência meia humana, meio animal; barbudo, cornudo, peludo, vivo. Ágil, rápido e dissimulado: ele exprime a astúcia bestial. Procura as ninfas e os jovens, que assalta sem escrúpulos (…) O seu nome, Pã, que significa tudo, foi-lhe dado pelos deuses, não só porque todos se assemelham a ele numa certa medida pela sua avidez; mas também porque ele encarna uma tendência própria de todo o universo. (…) Deu o seu nome à palavra pânico, esse terror que se espalha em toda a natureza e em todo o ser, ao sentir a presença desse deus que perturba o espírito e enlouquece os sentidos.[14].

Estes seres simbolizam tudo o que há de instintivo no ser humano e o instinto está frequentemente associado ao pecaminoso.

---

[13] CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema, 1982, p. 484.

[14] Idem, p. 500.

A imagem do mal personificado, incitava o povo ao temor de Deus. Era o demónio que viam naquelas figuras: cornudo e com pés de cabra, feio e desdentado, carregando o órgão, qual atlante a carregar o mundo.

No topo do órgão três figuras simbolizam as virtudes teologais: Fé, Esperança e Caridade. Num percurso ascendente, do paganismo à salvação, entrelaçam-se os sátiros e o órgão, sacralizado pela música. Aqui acentua-se a verticalidade: do mundo pagão, terreno, ascendendo pela fé até à glória das virtudes teologais, ao devir eterno. Cânticos e sons ecoam na exaltação do Divino e da glória de Deus.

O CORO ALTO

Construído entre 1666 e 1668, aqui acediam os monges sete vezes ao dia para rezar ou cantar as horas canónicas. As matinas iniciavam-se cerca das duas da manhã e as ave-marias, ao anoitecer, fechavam os Ofícios Divinos. Também o coro está repleto de significados simbólicos. Desde logo o sonho da escada de Jacob e a célebre frase: "*Este lugar é terrível. Não é nada menos que a casa de Deus e a Porta do Céu*" (Gén. 28, 10, 22)[15]. *Há aqui uma série de elementos ou arquétipos, que a história comparada das religiões facilmente aponta*. *O santuário, a teofania, o sonho como meio de comunicação numinosa, a pedra sagrada, a escada como meio de ascensão ao divino, a procissão litúrgica dos anjos de Deus*.[16]. Os monges passavam grande parte do seu dia no coro alto. O impacto da imagem de Cristo crucificado impunha-se perante os seus olhos, interpelando-os. "Observados" pelas três virtudes teologais e através da oração, os monges usufruíam deste lugar "magnífico", a "escada" para a *casa de Deus e a Porta do Céu.*

O cadeiral dispõe-se em forma de U estando dividido em duas filas, sendo uma mais elevada que a outra. Ao centro, na fila superior, encontra-se a cadeira do Abade. Os lugares, mais próximos da cadeira abacial destinavam-se àqueles que detinham posições hierarquicamente superiores dentro do mosteiro.

---

[15] *Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. Lisboa: Paulus, 1999.

[16] DIAS, Geraldo Coelho – *Religião e Simbólica. O sonho da escada de Jacob*. Porto: Granito, Editores e Livreiros, L.da, 1991, pág. 8.

As cadeiras possuem assentos levadiços, denominados "*misericórdias*" que permitiam uma posição quase sentada, dada a demora dos ofícios monásticos. Cada *misericórdia* é ornada de uma espécie de máscara que em alguns casos representa focinhos de animais e noutros rostos com relativa semelhança ao rosto humano. São figuras bizarras e grotescas, onde se apoiava a "parte inferior" do corpo dos monges. Representam o homem despido de todas as convenções morais e sociais, "o homem em estado bruto", o grau zero da condição humana. Sendo introduzidos na arte cristã, estes motivos adquiriram uma carga simbólica muito própria. Quanto mais próximo se encontra o homem da natureza, quanto mais "despido" de convenções sociais, mais puro se encontra e, sendo assim, maiores são as suas possibilidades de encontrar a Deus. *Da ausência de qualidades ou de "situação" social, portanto, da animalidade básica, surgirá o "homem verdadeiro".* [17].

Vejamos agora os espaldares do coro alto. Encontram-se decorados, ora com animais, pássaros e insetos, ora com pequenos rostos. No primeiro caso podemos observar que os seres mais fortes comem os mais fracos – facto que simboliza o ciclo da natureza, a lei do mais forte; a lei da sobrevivência das espécies – tal como Deus a criou. No segundo caso estão representados os diferentes povos encontrados pelos Lusitanos aquando das suas viagens "por mares nunca dantes navegados".

Encimando os espaldares, estão representados, lado a lado com figuras de Atlantes, monges que, pelos seus atos, se destacaram na história da igreja. Os Atlantes representam o homem no seu estado puro, tal como o encontraram os nossos nautas. Livres de doenças, vivendo em plena felicidade, despojados de bens materiais mas, no entanto, sem a bênção Divina. Para terminar este quadro grandioso, surgem perante os nossos olhos magníficos quadros relatando passos da vida de S. Bento, culminando este conjunto com o encontro de S. Bento e S.ª Escolástica com a Santíssima Trindade.

Os espaços monásticos falam: à mente, aos sentidos, ao corpo e ao imaginário. Nada surge por acaso. Cada espaço é caracterizado por uma configuração experiencial e simbólica própria. A arte ajuda-nos a descodificar e a interpretar esses símbolos, metáforas de um mundo singular e maravilhoso.

---

[17] MUNIZ, Sodré & PAIVA Raquel – *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: MAUD Editora Ltdª, 2002. Pág. 22.

Produção artística de Fr. Cipriano da Cruz: Escultura em barro

Não é conhecida a oficina onde se processou a sua aprendizagem do ofício; no entanto, pelas características técnicas da sua produção, facilmente se supõe que tenha iniciado a sua atividade numa oficina local. Como exemplo do bom trabalho que em Braga se fazia nas oficinas de barro, referimos o conjunto escultórico da Visitação, em terracota, produzido por volta de 1660 e que esteve colocado sobre a porta de entrada lateral da igreja da Misericórdia em Braga.

Hoje exposto no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia, é revelador da qualidade da produção em barro no séc. XVII. Segundo a legenda, apoiada no historiador de arte Vítor Serrão, o autor dessa composição escultórica terá sido o lisboeta "Gonçalo Rodrigues que trabalhou para os Mosteiros de S.º Tirso e Bouro".

Conjunto escultórico da Visitação. Foto: Luís Ferreira Alves
Exposição: CIMMB (Centro de Interpretação das Memórias da Misericórdia de Braga)

De facto, a produção de imagens de barro em Braga, nos séculos XVII e XVIII atingiu uma capacidade produtiva muito elevada, pois e apenas exemplificando com o caso do Mosteiro de Tibães,

para além das imagens da Fachada da igreja e do conjunto escultórico da Sacristia, que chegaram até nós, também o jardim da portaria, as fontes da Cerca, o escadório e o jardim da capela de São Bento possuíam significativos conjuntos de imagens de barro, produzidos ao longo do século XVIII, que infelizmente se perderam, mas que os documentos nos comprovam ter de facto existido um gosto e uma produção muito mais abundante do que aquela, que poderemos afirmar como residual, que chegou aos nossos dias.

Em 1727[18], no mosteiro de Tibães, pagou-se a *António Francisco de Braga por fazer 4 figuras para o tanque, de barro, a 720 rs, 2$880 e mais 4$900 por mais 6 figuras de barro*. No mesmo ano, *deu-se 480 rs por um homem que esteve neste Mosteiro alguns dias para cozer no forno umas cinco figuras de barro.*[19]. Em 1730 *Compraram-se várias tintas e algumas finas e quantidades de óleo, alvaiade, graxas e outras mais miudezas para as figuras que se fizeram para as fontes e para envernizar as paredes das mesmas fontes e chafarizes e tanques...*[20].

No ano de 1757 foram efetuados gastos substanciais em figuras de barro para o Jericó ou Jardim da Portaria, atual Jardim do Reverendíssimo. Para estas figuras comprou-se barro, pagou-se ao imaginário Mestre Jacinto 330 reis por dia e ainda ao pintor, este pago a 240 reis. Para um rol de tintas, onde se incluía ouro, gastou-se mais de 120$000 reis, que não podendo afirmar que seriam todas para as figuras, pelo menos uma parte seriam para as mesmas. Retiramos a descrição destes gastos do Livro das Obras de Tibães[21]:

> *Dei para um carro de barro para as figuras do Jericó novo da Portaria, 240 reis.*
> *Dei ao Mestre Jacinto por 27 dias e meio que trabalhou nas figuras de barro, a 300 reis por dia, 8$250 reis.*
> *Dei ao Jacinto que faz as figuras por 4 dias de jornais a 300 rs, 1$200 reis. Dei a Jacinto que faz as figuras de barro por 12 dias de jornais a 300 rs cada dia, 3$600 reis.*

---

18 ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Conventos e Mosteiros, Tibães, Livros das Obras, 460

19 Idem.

20 Idem.

21 ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Conventos e Mosteiros, Tibães, Livros das Obras, 463.

Dei ao pintor Jerónimo da Rocha por 7 dias e meio a 240 rs cada dia, 1$800 reis.
Dei ao Jacinto que faz as figuras de barro por 6 dias a 300 rs cada dia, 1$800 reis.
Dei ao Jacinto que faz as figuras de barro por 9 dias de trabalho, a 300 reis, 2$700 reis.
Dei a Jacinto Carreguim (?) por 2 dias de figuras a 300 rs, 600 reis.
Dei ao pintor Bernardo Ribeiro por 12 dias de jornais mais 2 de ida e vinda para Arrifana, o dia a 240 rs, 3$120 reis.
Dei ao Jerónimo pintor, por 97 dias de jornal a 200 reis, com mais sete tostões para gastos da jornada, 20$200 reis.
Dei por 2 dias de aluguer da besta do Silvestre para levar o pintor a Arrifana, 400 reis.
Dei a Silvestre por 2 dias de aluguer da besta em que foi o pintor por barro a Alvarães, 300 reis.
Dei para uma esmola que o N. R.mo mandou dar ao homem que fez as figuras do novo jardim, 2$000 reis.
Dei ao pintor Jerónimo de Arrifana por 35 dias e meio de jornal a 200 rs, 7$100 reis.
Segue-se um rol de tintas, onde se inclui ouro e prata, no valor de mais de 120$000 reis
Dei para uma arroba de resina para o betume das figuras do jericó da Portaria
Dei para 7 libras e arrátel e meio de cera para o sobredito betume, cada libra a 570, 4$415 reis.

Estas imagens ou figuras foram transferidas em 1773 para junto da fonte de S. Bento, quando se puseram no jardim de S. Bento e "*mais partes, as figuras que estiveram no jardim da portaria de cima*"[22].

No período de 1776-1780, *Reformarão-se todas as figuras e se pintarão a oleo, como tambem todas as fontes, piramides, chafarizes do claustro, e portaria, fonte do galo, e fronteira da Capella de S.Bento, e fonte do cordeiro do Passadisso, e se reformou a imagem de S. João, e se pintou*[23].

---

[22] ADB-UM, FMC, Tibães, *Livro das Obras*, 465.
[23] ADB-UM, CSBP, *Estados de Tibães*, Estado de 1780, Pasta 112, fl. 18.

De todo este conjunto vasto de figuras dos jardins interiores e da Cerca de Tibães, resta-nos a escultura de S. Pedro do pátio do Galo datado de 1727. No edifício, para além das imagens em terra-cota da fachada da igreja e da sacristia, podemos ainda observar a imagem de S. João Baptista do terreiro de S. João, datada do ano de 1735. No total, ainda podemos observar 17 esculturas em barro dos séculos XVII/XVIII no Mosteiro de Tibães.

Terá sido então nestas oficinas de barristas existentes na cidade ou nos seus arredores que Manuel de Sousa terá aprendido e dominado a produção de esculturas em barro, tal como aprendeu (não sabemos onde), o ofício de escultor em madeira e também na pedra. Seja como for, sabe-se contudo que, quando ingressou na Ordem, Fr. Cipriano da Cruz era já «*consumado immaginario*», pretendido por outros conventos, ao que parece sobretudo pelo mosteiro de Alcobaça, onde também se produziam, nesta época, importantes conjuntos de escultura em terracota. Pelo menos assim o afirmaram seus vizinhos aquando do inquérito efetuado junto da sua residência e dos seus moradores, para saber se o pretendente a monge de

São Bento era pessoa idónea para receber o hábito beneditino. Não possuímos, apesar disso, documentada, referenciada ou que tenha chegado aos nossos dias, qualquer obra anterior à sua entrada para a Ordem.

A produção de Fr. Cipriano da Cruz foi muito intensa. A partir de Tibães saiam imagens que eram enviadas para as igrejas da Ordem de São Bento. Em S. João da Foz, então priorado anexo ao Mosteiro de S.º Tirso, no triénio de 1680-1683 "*Mandou se rebocar e pintar toda huma capella do corpo da igreja e se lhe poz altar com seu frontal de seda e neste altar se poz huma imagem de Nosso Santo Patriarcha de vulto muito fermoza, por gritar aquelle povo que querião ver o São Bento na igreja já que lhe pagavão tantas rendas*";[24].

Em Tibães, alguns anos antes, no mês de Agosto de 1676, 3 meses após ter professado, regista-se o pagamento de 100 réis por "*hum carro de barro que veyo para Fr. Ciprianno fazer huma imagem de S. Bento…"*[25].

Fr. Cipriano foi um irmão estimado dentro da Ordem, pois em 1679, por decisão do abade, foi anunciado ao Conselho do mosteiro a permissão de beber vinho "*ao irmão Fr. Cypriano, donado, pois trabalhava*"[26].

Mais tarde, em 1682, regista-se no Livro do Gasto: *Dei para arame para as figuras de barro*[27]. Estas figuras de barro eram as que então se produziam para integrarem o belo conjunto das imagens das virtudes e dos 4 reis beneditinos que Fr. Cipriano da Cruz executava para a atual sacristia de Tibães que então se ia edificando. Pouco tempo antes, em Dezembro de 1681, Pagaram-se mil reis (10 tostões), por "*barro para as figuras da Sanchristia*"[28] Em Agosto e Outubro do mesmo ano pagou-se de cada vez, "400 reis a um homem que veio cozer as figuras". Compram-se "3 arráteis de gesso para as figuras" e em Janeiro de 1683 paga-se de novo "400 reis ao homem que veio cozer as figuras"[29].

---

[24] Arquivo Distrital de Braga – Universidade do Minho, Fundo Monástico Conventual, Congregação de São Bento de Portugal, *Estados do Mosteiro de S.º Tirso*, Pasta 109, fl. 12. (Estado de 1680-1683).

[25] ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Mosteiro de Tibães, *Livros de Gasto*, 459.

[26] Arquivo do Mosteiro de Singeverga, *Livro dos Conselhos*, caixa 17, Livro 21, fl. 8.

[27] ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Mosteiro de Tibães, *Livros de Gasto*, 657.

[28] ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Mosteiro de Tibães, *Livro das Obras*, 459.

[29] Idem, *Livro do Gasto*, 657.

Um pouco mais tarde, em 1684, regista-se no Livro da Sacristia: *Dey para óleo e pó de escodar e zarcão para humas imagens da Sanchristia se pintarem, 470 reis*[30].

Foi um dos primeiros escultores barrocos no noroeste português, com obra profusamente estudada, trabalhando sobretudo o barro e a madeira. Para além das esculturas do retábulo-mor de Tibães, hoje em S. Romão do Neiva, as esculturas da Visitação e outras, na mesma igreja, deveremos salientar as imagens de S.ª Lutgarda e Cristo, o painel da Assunção da capela da S.ª Ida, o conjunto da Sagrada Família e a escultura de S.º Amaro, na igreja de Tibães. Para além destas, deveremos salientar os painéis do coro alto de Tibães, hoje aceites como sendo de sua autoria, ainda como "civil". Em 1667, no Livro das Obras, regista-se o pagamento ao "*Sousa dos painéis do choro, por todos 40.000 rs e um carro de pão*"[31].

Também em Coimbra a sua produção foi notável, com esculturas realizadas para o colégio beneditino da cidade e que podem ser apreciadas no Museu Machado de Castro. Na *Notícia do Colégio de S. Bento de Coimbra* e da sua igreja (demolida já no séc. XX, em 1932), lemos o relato descritivo do templo: "*Tem huma boa Capella mor com huma grande tribuna na qual esta o Patriarcha S. Bento que he Orago, e por sima huma Imagem de Nossa Senhora da Conceição* [...] *He toda de abobeda de pedra, na qual se vem varias Imagens esculpidas com rara delicadeza*.

Descendo da Capella mor tem da parte direita hum *altar collatral de Nossa Sr.ª do Rozario e abaixo huma capella de S. Gregorio Magno e outra de S.ª Gertrudes Magna e a ultima de Nossa Senhora da Piedade. Da parte esquerda he o altar collatral de Santa Escolastica e a primeira capella de S. Mauro, a segunda de S.ª Francisca Romana e a terceira e ultima do Archanjo S. Miguel: e todas estas Imagens são primorozissimas feitas por hum leigo da Religião..."*[32].

---

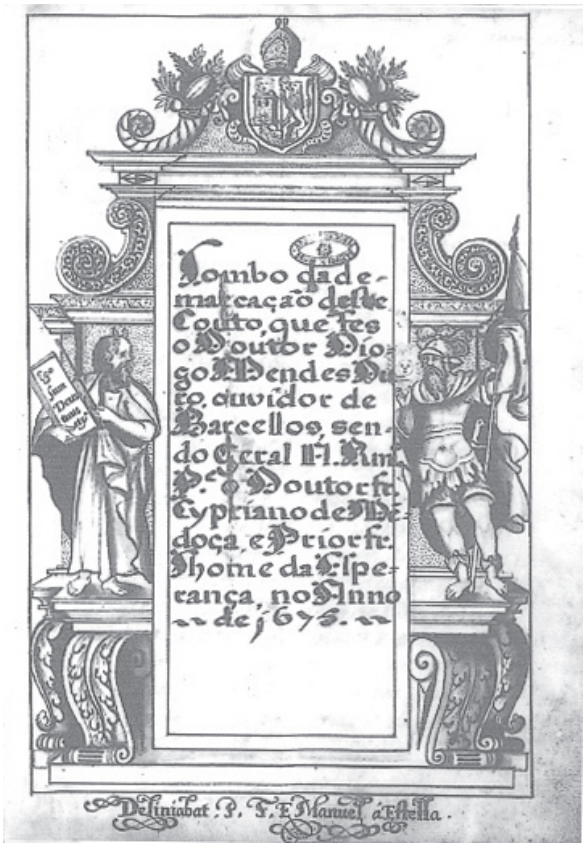
[30] ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Mosteiro de Tibães, *Livro da Sacristia*, n.º 481, fl. 21 v.

[31] ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Tibães, *Livro das Obras*, 463, fl. 42.

[32] Biblioteca Nacional de Lisboa, *Miscellânea*, Papéis Vários dos Séculos XVII e XVIII, cópias diversas. Fundo Geral 4414, fls. 188-190.

A Pintura de imagens:
Fr. Manuel da Estrela (1643-1710?)

Pintor e dourador beneditino, é ele o enigmático *Stella* das pinturas do mosteiro de Santo Tirso. "São 8 grandes telas da sacristia, de 1673, que incluem um Ecce Homo e uma flagelação, assinadas pelo "Stella"[33]. Em 1668 pede o ingresso na Ordem[34]. Em 1676, regista-se: "*Dei ao P.e fr. Manoel para tintas, 1 100 reís*". Depois: *Dei a Fr. Manoel pintor, de gastos de sua pessoa, macho e moço, de ir à Estella, Serralhes e Santa Marinha e a Caminha, 850 reis*.[35]".



---

33 PASSOS, Carlos – *O mosteiro e a igreja de Santo Tirso*. Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1956.

34 ADB-UM, Congregação de S. Bento de Portugal, *Inquirições de Genere*, n.º 48, fl. 33.

35 ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Tibães, *Livro da Fábrica das Igrejas do Mosteiro e da Congregação*, n.º 378 (1674-1710).

Trabalhou nos mosteiros e nas igrejas anexas, pintando e dourando. Em 1679: "*Fes de gasto o P.e Fr. Manoel da Estrella indo à Estella e Serralhes dourar os retábulos e guardapos, 2 950 reis*."[36]. No ano de 1680, escreve-se: "*Paguei de pintar e dourar hum S. Pedro grande que mandei para a igreja de Serralhes, ao P.e Fr. Manoel da Estrella, 1 800 reis*. *Dei para duas mulheres que fizerão oito caminhos: a Braga, Oliveira e Lama, que levarão os santos, oito vinténs.*[37]. Em 1683, paga-se "*a Fr. Manuel da Estrela 1$650 das tintas e ouro que levou a imagem de Nossa Senhora que foi para Rebordões*"[38].

Em 1707, Frei Manuel da Estrela estava no mosteiro de Miranda, tendo sido paga "*huma besta de aluguel para o padre Manoel da Estrella hir a Braga*".[39]. Neste período, o hospício beneditino de Braga estava em obras profundas, dirigidas por Fr. Cipriano da Cruz. Em 1710, Fr. Manuel era padre Presidente do mosteiro de Miranda. Poderemos deduzir que sendo contemporâneo de Frei Cipriano da Cruz em Tibães, onde nas suas oficinas as esculturas eram realizadas (encontramos, como vimos, alusões à pintura de santos), que aquela produção possa ter sido conjunta: Fr. Cipriano esculpindo e entalhando e Fr. Manuel da Estrela pintando e dourando.

Arquitetos e mestres pedreiros

Ao nível da construção, podemos discernir um segundo momento na tipologia construtiva das igrejas conventuais beneditinas deste período, que podemos balizar entre o último terço do século XVII e o primeiro do XVIII, como Carvoeiro, Cabanas, Miranda, S. João da Foz do Douro e outras, *cujas fachadas oferecem a mesma portada central em vez dos pórticos de três arcos da tradição anterior*[40].

Padronizadas pela planta de cruz latina, de uma só nave, em abóbada de berço, com capelas laterais, capelas-mores pouco pro-

---

36 Idem, fl. 10 v.

37 ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, Tibães, *Livro da Fábrica das Igrejas do Mosteiro e da Congregação*, n.º 378 (1674-1710), fl. 12 v.

38 ADB-UM, Congregação de S. Bento de Portugal, Tibães, *Livro do Gasto*, 268, 1683, fl. 65.

39 ADB-UM, Fundo Monástico Conventual, *Livro do Gasto de Miranda*, n.º 23.

40 Cf. SMITH, Robert C. – *S.to André de Rendufe*. Braga: 1971, pág. 12.

fundas e transepto, a sua arquitetura seguia, genericamente, as instruções de S. Carlos Borromeu[41] para a construção dos templos. Arquitetura simples, austera e funcional, cujos elementos decorativos exteriores se inscreviam apenas no frontispício, de fachadas severas, que terminando em frontão simples, eram compostas de amplos janelões, essenciais para a iluminação do coro e da nave, e ainda dos nichos sobre a porta axial, onde se inseriam as imagens dos santos fundadores da Ordem, S. Bento e S.ª Escolástica, ladeando o orago do respetivo templo, que se colocava ao centro, imediatamente por cima da porta de entrada.

Mestre pedreiros e arquitetos minhotos, foram responsáveis pela afirmação de uma singela mas peculiar arquitetura religiosa, que bebia em modelos de grande simplicidade formal, fruto de uma tradição de austeridade em que *a arquitectura obedece a um princípio de distinção entre o corpo e a alma... O corpo pobre e despojado (o exterior) contrasta com a alma preenchida dos dons de Deus, rica e feérica (o interior)*[42], que proliferou por toda a região minhota, iniciada por engenheiros militares como Miguel L'Éscole e Manuel Pinto Villalobos, que influenciaram mestres pedreiros como Manuel Fernandes da Silva e Miguel Fernandes, entre outros. Munidos de um saber prático de construção, alicerçados no domínio de arquétipos matemáticos de tradição corporativa, serviram encomendadores diversos, como os arcebispos bracarenses, os jesuítas, os beneditinos e outras Ordens Religiosas, que privilegiavam a simplicidade exterior dos templos, caixa austera, corpo despojado, mas que, ultrapassada a porta de entrada, nos deleitam com maravilhosos interiores, onde tudo brilha e refulge.

Monge Arquiteto?

Uma outra faceta deste monge escultor é a hipotética, para alguns autores, incursão pelos riscos[43]. Pelo menos, Fr. Cipriano

---

[41] BORROMEU, Carlos – *Instrucciones de la fabrica y del ajuar eclesiásticos*. Introdução e notas de Bulmaro Reys Coria. Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, pp. 4-20. Arcebispo de Milão, editou as suas Instruções sobre a arquitetura sacra em 1577. As disposições sobre a edificação religiosa seguem as determinações do Concílio de Trento e dos concílios milaneses de 1565 e 1576.

[42] PEREIRA, Paulo – *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal. Vol. III – Idades do Ouro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pág. 154.

[43] OLIVEIRA, Aurélio – "O beneditino bracarense – Fr. Cipriano da Cruz – Escultor e Arquitecto". In "Entre Aspas". Braga: *Diário do Minho*, 22/03/2004.

dirigiu as obras do hospício beneditino de Braga, pois foram-lhe entregues por vários períodos e durante o triénio, avultadas somas para as obras[44].

Para a construção deste Hospício em Braga, pagou-se ao arquiteto Beneditino Fr. João Turriano, em Fevereiro de 1651: "*Ao P.e Fr. João Turriano, mandou dar N. P.e Geral sinquo mil reis por traçar as cazas de Braga e hospitio para esta* – 5000 reis"[45]. Não sabemos se as obras avançaram, pois Fr. Marceliano da Ascensão diz-nos, na sua *Chronica de Tibães*, que o abade geral Frei Silvestre da Trindade (1698/1701) "*mandou fazer [...] o hospicio de Braga com a magnificencia que hoje tem des os alicerces*...". Do Geral seguinte Frei José de S. Boaventura (1701/1704), diz-nos que "*Foi grande bemfeitor do Mosteiro de Tibães. Acabou o hospicio de Braga com a perfeição q. se vê e tinha principiado seo antececor, porque lhe fes os três lanços do Claustro, cozinhas e escadas para a orta, com mais alguas outras cousas que lhe faltavão por acabar*[46]...".

No Livro do Depósito para este período registam-se os seguintes gastos, referentes a obras no Mosteiro do Porto (capela-mor) e Tibães (Capítulo Geral e biblioteca).

Dinheiro que dá para as obras do Porto
22 Agosto de 1701 (400$000); 26 de Julho 1702 (400$000); 12 Agosto 1702 (52$000 a Frei Cipriano); 3 Setembro 1703 (348$000).
Dinheiro para as obras de Tibães
13 Agosto (108$000); 6 Setembro (50$000 a Frei Cipriano); 17 Setembro (108$000); 30 Setembro (108$000); 18 Outubro (50$000).
23 Outubro (65$000); 8 de Novembro (60$000 a Frei Cipriano); 12 Dezembro (60$000 a Frei Cipriano)[47].

Finalmente, Fr. Pedro da Ascensão (1704-1707) terminou as obras do Hospício de Braga, nomeadamente "*mandando fazer a*

---

44 ADB-UM, Congregação de S. Bento de Portugal, *Livro de Depósito*, 22 a, 1704 – 1707.
45 ADB-UM, FMC, Tibães, *Livro das Obras*, 458, fl. 120.
46 ASCENSÃO, Marceliano d'– *Chrónica do Antigo Real e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação athe ao presente, Mosteiro de S. Martinho de Tibães*, 1745, Ms do Arquivo do Mosteiro de Singeverga, Santo Tirso, fls. 500-505.
47 ADB-UM, CSBP, *Livros do Deposito*, 219, 1701 – 1704, fls. 84-86 v.

capela e a magnífica sala com o nobre forro que tem e, para os Procuradores gerais, hum quarto capas e grande". "Mandou-lhe ainda fazer a escada nobre e se compuseram três celas, acabando-se neste triénio o resto do lanço do claustro começado com o seu antecessor, completando todo o conjunto de obra que restava neste edifício[48]". Esta obra, concretizada pelo mestre pedreiro Manuel Nogueira, tinha a assinatura de Fr. Cipriano da Cruz nas plantas das mesmas casas do hospício de Braga. Como diz Aurélio de Oliveira: "Por este contrato, ficamos sabendo que a planta apresentada para a ultimação das obras a executar por Mestre Manuel Nogueira estava assinada por Fr. Cipriano da Cruz. Indicação de que as traças de arquitetura da Casa haviam sido da responsabilidade do Monge escultor, como vemos, a executar agora trabalhos e desenhos de arquitetura"[49]. Não poderemos, no entanto, afirmar com toda a certeza a autoria da planta daquela obra como sendo do nosso monge artista, dado que em todas as obras que se efetuassem nos mosteiros da Ordem, existia sempre um monge "Mestre-de-Obras". Segundo a *Constituição dos Monges Negros dos Reinos de Portugal*, no capítulo denominado: "*Das Obras que se hão de fazer*", está escrito *que o Reverendíssimo nomeie hum monge para mestre das obras, que forem de porte e consideração, o qual com muita diligencia e cuidado assistirá nellas, procurando crescão e vão por diante e se pagará aos oficiaes o seu jornal todos os sábbados assistindo com elle hum companheiro".*

Este mestre-de-obras tinha a função de zelar pelo bom decurso das mesmas, fazendo a ponte entre o mosteiro, enquanto dono da obra, e a boa execução de todos os trabalhos, fazendo fiscalização, tratando dos pagamentos aos mestres, contratando madeira, pedra, trabalhadores, etc. Fr. Cipriano da Cruz, enquanto experiente monge-artista, era na época o mestre-de-obras de Tibães. Desta forma se organizavam as obras dos mosteiros, seguindo procedimentos estabelecidos e sob a direção do abade geral e planeamento de um arquiteto, engenheiro ou mestre-de-obras. Apesar de as Constituições determinarem que o mestre-de-obras poderia ser nomeado pelo abade geral, a verdade é que nas obras de grande importância verificamos que o mesmo era eleito em Capítulo Geral, tal como todos os cargos de importância na Ordem de S. Bento.

---

[48] ASCENSÃO, Marceliano, *Chronica ... de Tibães*, fl. 508-509.

[49] OLIVEIRA, Aurélio – O beneditino bracarense – Fr. Cipriano da Cruz – Escultor e Arquitecto. In: *Entre Aspas*, "Diário do Minho" de 2004.03.22.

No triénio, de 1701-1704, há múltiplas entregas de dinheiro a Fr. Cipriano da Cruz para pagamento das obras do Hospício de Braga, nos períodos de 9 de Agosto de 1704 a 19 de Maio de 1707, perfazendo a soma total de 1 conto e setecentos e cinquenta mil réis (1 750$000 réis):

Dinheiro que se dá para as obras de Braga.

A 9 de Agosto de 1704 demos a Frei Cipriano para as obras de Braga		*100$000*
A 18 » »	*idem*	*200$000*
A 7 de Fevereiro de 1705	*idem*	*200$000*
A 28 » »	*idem*	*100$000*
A 2 de Abril de 1705	*idem*	*100$000*
A 28 de Maio de 1705	*idem*	*123$000*
A 2 de Julho de 1705	*idem*	*150$000*
A 25 » »	*idem*	*100$000*
A 10 de Agosto de 1705	*idem*	*100$000*
A 3 de Outubro de 1705	*idem*	*100$000*
A 15 de Fevereiro de 1706	*idem*	*200$000*
A 19 » »	*idem*	*300$000*
A 1 de Maio de 1706	*idem*	*200$000*
A 19 de Novembro de 1706	*idem*	*100$000*
A 2 de Abril de 1707	*idem*	*150$000*
A 14 de Abril de 1707	*idem*	*220$000*
A 19 de Maio de 1707	*idem*	*130$000*
A 17 de Junho demos ao padre secretário para continuar com as obras da casa de Braga		*240$000*[50]

Nesse mesmo período Fr. Cipriano da Cruz estava incumbido de dirigir as obras que se realizavam também no Mosteiro da São Bento da Vitória, no Porto, tendo-lhe sido entregues as seguintes quantias:

Dinheiro que o nosso Reverendíssimo mandou dar para as obras do Porto que é para 2 retábulos colaterais e azulejo da capela mor.

Aos 7 de Maio de 1706 demos a Frei Cipriano		*77$000*
Aos 16 de Junho de 1706 demos a Frei Cipriano		*150$000*
Aos 24 de Julho de » idem		*78$960*
Aos 2 de Setembro de 1706 idem		*90$870*
Aos 26 de Outubro de 1706 idem		*98$700*[51]

[50] ADB-UM, Fundo Monástico-Conventual, CSBP, 22 A. *Livros do Depósito* 1704 – 1707, fls. 144-145.

[51] Idem, fl. 145 v.

Mais ainda para as mesmas obras, nomeadamente para a compra de azulejo para a capela-mor:

Dinheiro que o nosso Reverendo Padre Geral manda dar para as obras do Porto que é para o azulejo da capela – mor
Aos 7 de Janeiro de 1707 demos a Frei Cipriano *105$370*
Aos 26 de Maio de 1707 demos para o frete do azulejo que veio de Lisboa para a nossa casa do Porto *20$000*[52]

Como vemos, também como mestre-de-obras, Fr. Cipriano da Cruz se destacou, dirigindo em simultâneos obras de vulto que ocorriam em Tibães, Braga e Porto.

Apenas como curiosidade, a Congregação pagou "*para o retábulo novo para a capela-mor do mosteiro do Porto 890$000*", executado no triénio de 1701-1704.[53].

Fr. Cipriano era um monge querido na Ordem. Como exemplo, referimos que o consumo de vinho estava proibido a todos os irmãos enquanto não fossem sacerdotes, só o podendo beber com autorização do Prelado, depois de ouvido o Conselho. Em 1679, por proposta do Abade Geral, ficou acordado permiti-lo ao *irmão Fr. Cipriano donado, pois trabalhava, e ao irmão fr. Manuel Baptista pello achar debilitado das forças*[54].

Segundo Fr. Marceliano da Ascensão, Fr. Cipriano terminou a sua vida"*com hum raro sofrimento que teve com huma chaga no rostro e huma profunda rezignação. Com esta e todos os sacramentos acabou a vida em 11 de fevereiro de 1716 neste Mosteiro de Tibães em cujo Claustro esta sepultado, sendo que os efeitos do seo officio lhe levantão tantas estatuas no templo da fama quantas são as figuras que fes*"[55].

---

52 Idem, fls. 146-146 v.
53 Idem, fl. 121.
54 AMS, Mosteiro de Tibães, Lv. dos Conselhos, cx. 17, lv. 21, fl. 8. Cit. por RAMOS, Anabela; CLARO, Sara – *Alimentar o corpo, saciar a alma: ritmos alimentares dos monges de Tibães, sec. XVII*. Porto: Afrontamento, DRCN, 2013, p. 25.
55 Fr. Marceliano da Ascensão, ob. cit., fls. 631-631 v.

Esculturas de Fr. Cipriano da Cruz – Sacristia de Tibães
Foto: Jorge Inácio

ANEXO DOCUMENTAL

Obra do Hospício Beneditino de Braga: Data: 1704, 3 Ago., Casas da Quinta de Mire, lugar do Assento[56]

Empreitada:

Contrato de huma obra de pedraria que fizerão os Reverendos Padres do Convento de Tibaens com o mestre pedreiro Manoel Nugueira

> *"(...) E logo pello ditto Reverendissimo Padre Geral foi ditto em minha prezença e das testemunhas que elle estava contratado com o ditto mestre de pedraria Manoel Nugueira pera este lhe acabar de fazer o que falta na obra das casas de Braga que são do ditto mosteiro na forma das plantas que o ditto mestre pedreiro tem em seu poder asignadas por si e pello Padre Frei Cipriano da Cruz em tal forma que fara hum meyo cunhal que divida a obra divida a obra que esta feita da que esta por faser e fara mais huma calçada na forma em que esta a velha pondo a em olivel no mesmo lugar em que esta a velha e com a mesma pedraria da velha sem mais lhe acrescentar outra pedraria e no fim da tal calcada fara huns degraos toscos que cheguem athe o cano da agoa e o vão que naquelle lugar ha de ficar sera entulhado por conta delle o Reverendissimo Padre Geral e seu mosteiro e com o lanço do claustro que falta que sera feito na forma dos que estão feitos e com o mesmo contrato que nos outros claustros se fes, pera a qual obra se lhe dara a elle mestre pedreiro toda a pedraria velha que na obra ouver excepto o lageado da loge grande, e mais se lhe dara ao ditto mestre pedreiro toda a cal necessaria e o saibro sera por sua conta delle dito mestre e as paredes da ditta obra fara elle ditto mestre muito desempenadas que não seja necessario encasca las pera se revocarem e sendo necessario revoca las digo necessario encasca llas sera por conta delle mestre e as fustas das loges serão por dentro de pedra de picão e toda esta obra asima declarada fara elle ditto mestre em preço de oitocentos mil reis e dara elle ditto mestre a sobredita obra finda e acabada na forma que fica ditto dentro de quinze meses que comecao de correr nestte mes de Agosto presente e acabarão no fim do mês de Novembro do anno vindouro de settecentos e sinco e não dando a obra feita no ditto*

---

[56] ADB-UM, Notarial de Tibães, 1ª série, Livro 26, fls. 128 v-129 v.

termo perdera elle ditto mestre por cada dia de trabalho que mais passar huma pataca e fasendo a ditta obra antes do ditto termo se lhe pagara mais a elle ditto mestre doze vinteis por cada dia de trabalho alem dos ditos oitocentos mil reis; e com este contrato e obrigação deu elle Reverendissimo Padre Geral a sobredita obra ao ditto mestre pedreiro Manoel Nugueira pello qual estando presente foi dito em minha presenca e das testemunhas ao diante que elle se obrigava a faser a sobredita obra na forma que fica ditto com todas as clausulas e condicoens, pennas e obrigacoens atras exprecas e declaradas o que tudo se obrigou cumprir por sua pessoa e todos seus bens moveis e de rais presentes e futuros e terco de sua alma que tudo obrigou expreçamente a cumprir todo o sobredito, e elle Reverendissimo Padre Geral obrigou sua pessoa e rendas do seu mosteiro a pagar a elle mestre todo o sobredito preço e quantia e asim o disserão e outorgarão e aseitarão de parte a parte e de tudo mandarão fazer este instromento nestta notta (...) sendo presentes por testemunhas Domigos Goncalves mano morador no lugar do Carvalho do Lobo e Felis solteiro fameliar do mosteiro de Tibaens que todos aqui asignarão comigo e eu Joseph Serqueira da Costa tabalião o escrevi."

Assinam:
Manoel Nugueira
Domingos Gonçalves
O Doutor Frei Pedro da Ascensão Dom Abbade Geral de São Bento
Do Felis Solteiro - uma cruz

BIBLIOGRAFIA

ALCOFORADO, Ana; LE GAC, Agnes – "Fr. Cipriano da Cruz em Coimbra". Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2003.

BORROMEU, Carlos – "Instrucciones de la fabrica y del ajuar eclesiásticos". Introdução e notas de Bulmaro Reys Coria. Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

OLIVEIRA, Aurélio – "O beneditino bracarense Fr. Cipriano da Cruz - Escultor e Arquitecto". In "Entre Aspas". Braga: *Diário do Minho*, 22/03/2004.

PASSOS, Carlos – "O mosteiro e a igreja de Santo Tirso". Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1956.

PEREIRA, Paulo – "Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal. Vol. III - Idades do Ouro". Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

RAMOS, Anabela; CLARO, Sara – "Alimentar o corpo, saciar a alma: ritmos alimentares dos monges de Tibães, séc. XVII". Porto: Afrontamento, DRCN, 2013.

SMITH, Robert C. – "Frei Cipriano da Cruz, Escultor de Tibães". Barcelos, Livraria Civilização, 1968.

SMITH, Robert C. – "S.to André de Rendufe". Braga: 1971

Braga na vida e na obra de Camilo Castelo Branco

JOÃO PAULO BRAGA *

RESUMO

A cidade de Braga está intimamente ligada à vida e à obra de Camilo Castelo Branco. São numerosas as referências à cidade, não só nas cartas e em escritos de natureza autobiográfica, mas sobretudo na sua obra ficcional.

É nosso objetivo rastrear essas referências, contextualizando-as no ambiente histórico, social e cultural da cidade no século XIX, e convocando outras vozes da literatura portuguesa dessa época.

Palavras-chave: Braga; Camilo Castelo Branco; biografia; ficção; séc. XIX.

ABSTRACT

The city of Braga (Minho, Portugal) is closely linked to the life and work of Camilo Castelo Branco. There are numerous references to the city, not only in the letters and writings of autobiographical nature, but especially in his fiction.

It is our goal to track these references, contextualizing them in the historical, social and cultural environment of the city in the nineteenth century, and inviting other voices of Portuguese literature of that time.

Keywords: Braga; Camilo Castelo Branco; biography; fiction; XIXcentury.

---

* Univ. Católica Portuguesa /CEFH – jpbragasilva@hotmail.com.
Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do PEst-OE/FIL/UI0683/2014, Projeto Estratégico do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Em 1836, na atribulada viagem de Lisboa a Vila Real, Camilo Castelo Branco, com onze anos de idade, subia ao Bom Jesus do Monte para pagar a promessa feita pela criada Carlota Joaquina, no meio da aflição vivida nas adversidades que desviaram do Porto para Vigo o vapor "Jorge IV", em que viajavam[1]. Era a primeira vez que o futuro romancista vinha a Braga. Quando se estabeleceu no Porto como jornalista e escritor, Camilo manteve ligações a Braga, principalmente através da amizade com literatos minhotos e bracarenses, como D. João de Azevedo, evocado nas páginas do livro *No Bom Jesus do Monte*. O romance do romancista com Ana Plácido teve também como um dos cenários o Bom Jesus e a cidade de Braga. Mas foi a fixação de residência em S. Miguel de Seide (Vila Nova de Famalicão), em finais de 1863, que proporcionou a Camilo uma relação mais próxima à capital do Minho, que frequentava por motivações variadas: por motivos de saúde, consultando clínicos bracarenses ou procurando os ares salubres do Bom Jesus que lhe prescreviam; por motivos de lazer e de convívio social; por motivos intelectuais e profissionais; ou simplesmente por motivos práticos, como qualquer habitante do Minho, que tinha em Braga a capital de distrito e a maior cidade da região. Essa ligação permitiu-lhe um profundo conhecimento das características físicas, históricas, culturais e sociais da cidade, que aproveitou na criação dos mundos ficcionais representados em muitos dos seus romances, contos e novelas, como fatores de uma verosimilhança que defendia como ingrediente indispensável na poética da ficção narrativa.

1. CORAÇÃO, CABEÇA, ESTÔMAGO... E UM PAR DE CALÇAS

A 5 de janeiro de 1857, escrevia Camilo Castelo Branco ao amigo José Barbosa e Silva, confidenciando-lhe o novo e intenso amor em que ardia o seu coração:

> Olha: há meses, 2 ou 3, houve uma bela mulher que me chegou à alma. Cuidei que ressurgia! Amei-a tanto, sonhei-a, adorei-a, consubstanciei-a comigo, tracei um caminho de flores no meu porvir com ela. E vai depois, prendo-lhe os olhos e o coração, reconheço-a

---

[1] Das relações entre Camilo e o Bom Jesus do Monte tratámos num artigo do número desta revista dedicado ao santuário bracarense: Braga, João Paulo – "No Bom Jesus do Monte, com Camilo Castelo Branco". In *Bracara Augusta*. Vol. LIX, nº 117 (130), 2014, pp. 211-231.

> ferida do mesmo golpe, e instantaneamente vem a desanimação, o gelo, o estado normal! Sabes como se fica depois destas vibrações galvânicas? Se sabes... E era tão linda, tão cheia de sentimentos grandes! Gosto tanto de ler ainda hoje as cartas dela, onde transluz fé, e inocência! Fé em mim! Bela transição.[2]

Sim, é de Ana Plácido que fala Camilo. Mas o "caminho de flores" que, nas asas da paixão, traçou naquele momento, não poderia ser percorrido sem que ambos tivessem, primeiro, de afastar muitos espinhos. Ana Augusta Plácido, filha de António José Plácido Braga, comerciante bracarense estabelecido no Porto, casara, em 1850, aos 19 anos, com um capitalista minhoto, oriundo de S. Miguel de Seide, brasileiro de torna-viagem, Manuel Pinheiro Alves, de 43 anos de idade. Em 1859, Ana Augusta abandona o lar conjugal, levando consigo o filho, nascido em 1858, e passa a viver maritalmente com Camilo. No intento de abafar o escândalo e de separar os amantes, Pinheiro Alves impõe a entrada da esposa no convento, assumindo todas as despesas. Camilo e Ana, perante as dificuldades económicas e temendo o processo por adultério, cedem à vontade de Pinheiro Alves. Ana Plácido recolhe-se com o filho ao Convento da Conceição, na cidade de Braga (atual Instituto Monsenhor Airosa), a 27 de junho, esperando que melhores circunstâncias sobreviessem para tornar menos espinhosa aquela paixão. Não deixou, porém, Ana Plácido de impor as suas condições (obras na cela, móveis, presença do filho, ama, mesada – só faltava exigir licença para as visitas de Camilo...), cuja satisfação conseguiu obter, graças à proteção de uma pessoa de prestígio entre a fidalguia nortenha, D. Manuel da Prelada, e ao papel mediador no conflito com o marido desempenhado por Francisco de Paula da Silva Pereira, figura ligada a personalidades influentes no meio portuense, amigo de Manuel Pinheiro Alves e do cunhado deste, António Bernardo Ferreira (e de Camilo...). A ele, Silva Pereira, escrevia Ana Augusta, ainda antes da entrada no convento, a propósito da necessidade de obras na cela e de todos os preparativos exigidos:

> Eu julgo desnecessário dizer-lhe que a minha posição conquanto seja precária deve por honra de todos ser muito decente. Escolhi de combinação com o Sr. Ferreira alguma louça mas não

---

[2] *Correspondência de Camilo Castelo Branco com os irmãos Barbosa e Silva*. Recolha, prefácio e comentários de Alexandre Cabral. Vol. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 135.

> sei ainda quem há de satisfazer esta despesa, nem as da roupa que como lhe disse preciso. Isto está para breve, e eu não queria entrar sem ver estas coisas convenientemente arranjadas. Desminta essas cartas que vão daqui, e creia que sou sempre uma mulher de caráter firme nas convicções e ideias.[3]

Com esse "caráter firme", com a determinação que só as grandes paixões dão às heroínas românticas – a mesma que já demonstrara quando, perante o marido e os amigos, proclamara: «Camilo é o homem de que gosto, e o único que julgo capaz de fazer a minha felicidade»[4] –, voltava D. Ana a escrever a Francisco de Paula da Silva Pereira:

> Depois de muitos empenhos consegui do Sr. Arcebispo licença para a entrada do meu filho nesta casa três vezes por semana.
>
> A senhora Abadessa recusou obedecer a esta ordem e continuou a exigir o breve do núncio. Sofri tudo isto com resignação até que há poucos momentos soube que se me nega falar às pessoas que me procuram.
>
> Permita-me que lhe fale com franqueza, Sr. Francisco de Paula. Na primeira noite que aqui passei disse-me uma freira que não falava mais com o Camilo. Eu na impossibilidade de o fazer julguei que era só para ele a proibição. Enganei-me, porém. O Dr. Manuel da Prelada, que foi uma das pessoas que encontrei nesta terra e que se prestou a pedir aos amigos do Arcebispo a licença pedida, veio hoje duas vezes procurar-me, e duas vezes o despediram. Eu, Sr. Francisco de Paula, já não estou neste caso. Não tenho dentro deste convento a quem dar satisfações, e se me não consentem inteira liberdade e o meu filho saio imediatamente daqui. Se me não arranjam a licença procuro ocasião em que esteja a porta aberta – o que louvado Deus acontece muitas vezes – e fujo.
>
> Digo-lhe isto com a firmeza de caráter que deve ter-me conhecido. Se me quiserem arranjar outro convento muito bem. Se não quiserem, resta-me um irmão que não chamarei debalde. Amanhã mando suspender a obra e espero a sua resposta no seguinte correio.[5]

---

[3] Marco, Visconde do – *Cartas inéditas de Camilo e de D. Ana Plácido*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1933, p. 105. Em todas as citações, atualizou-se a grafia, em conformidade com as normas do Novo Acordo Orográfico.

[4] Pimentel, Alberto – *Os amores de Camilo*. 2ª ed. Lisboa: Guimarães & C.ª, 1923, p. 262.

[5] Visconde do Marco, *op. cit.*, p. 107.

E o "irmão", com efeito, está vigilante, trocando telegramas com a amada: «A tua carta deixa-me alegre. Podes escrever-me que eu não parto ainda. Faz muitos carinhos ao teu nino que hoje recebeste. Crê na felicidade, minha amiga.»[6] "Nino" era o tratamento carinhoso de Ana a Camilo, que lhe terá enviado por correio um retrato ("o teu nino que hoje recebeste"), para que melhor pudesse suportar as saudades. Noutra mensagem de Camilo, lê-se:

> Diz-me se sentes algumas melhoras. Sabes em que estado me deixaria a tua carta, ainda assim agradeço-te mais a sinceridade que as consolações inúteis: diz-me sempre a verdade. A qualquer hora que queiras sair, chama a tua amiga. Não posso consolar-me nem dar-te alívio de outro modo.[7]

A "tua amiga"?!... Para evitar a interceção dos telegramas, que poderiam ser apresentados como prova de adultério, Camilo usava romanescamente, nesta correspondência, o criptónimo *Ermelinda Pereira da Costa*. O último telegrama de Camilo, com data de 3 de agosto de 1859, diz: «Às 7 horas da manhã tens a carruagem. Espero-te onde te disse. Vens para a tua casa na Picaria. Nunca me conheceste, filha? Estás perdoada pelo que tens sofrido.»[8]

E de facto, qual herói camiliano, Camilo entra em ação para raptar a amada. À portaria do convento parou uma carruagem, proveniente do Porto, para levar à Cidade Invicta a recolhida, seu filho e a ama. Outra carruagem chega para transportar os móveis. Viajam pela estrada do Porto; no caminho, Camilo aguarda-os, noutra carruagem. Ana junta-se ao amado, seguindo os dois como noivos em lua-de-mel. Entram em Famalicão por volta do meio-dia, hospedando-se na "Estalagem do Gaspar". Já com a criada e o menino, rumam ao Porto, para uma casa na Rua da Picaria[9]. Depois, já toda a gente sabe: o marido traído, falhadas as tentativas de separação dos amantes, move-lhes processo por adultério, do qual resulta a condenação de Camilo e Ana Plácido aos cárceres da Relação do Porto. Pouco mais de um ano depois (16 de outubro de

---

6 Cabral, Alexandre – *A* Via Dolorosa *1859-1860*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979, p. 80.
7 *Idem*, p. 82.
8 *Idem*, p. 103.
9 Costa, Sousa – *Camilo: No drama da sua vida*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1959, pp. 245-246.

1861), absolvidos em julgamento, os amantes vão para Lisboa, almejando finalmente começar a percorrer "o caminho de flores", que, aparentemente, só iriam encontrar quando Manuel Pinheiro Alves morre, em julho de 1863, deixando em herança ao filho, Manuel Plácido (filho de Camilo, dizem as más-línguas...), os seus avultados haveres – que ficaram sob administração da mãe –, nos quais se incluía a quinta de S. Miguel de Seide, para onde vão viver, já com o filho Jorge, em finais de 1863.

A cidade de Braga, e não somente o Bom Jesus, esteve, assim, ligada, pelo coração, a Camilo Castelo Branco, sendo palco de um capítulo importante do romance do romancista.

Assentando, pois, a sua "tenda nómada" no Minho, Camilo vinha frequentemente a Braga, aqui passando algumas temporadas, como se pode comprovar pelas inúmeras referências presentes na sua imensa correspondência epistolar. Vários motivos o prenderam à cidade dos Arcebispos, ao longo desses quase trinta anos em que viveu em Seide. Depois do coração, a "cabeça" prendeu Camilo a Braga. Na sua infatigável atividade de escritor, relacionou-se, naturalmente, com figuras da intelectualidade bracarense; colaborou em jornais da terra, como aconteceu na polémica "sobre o patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires", que opôs *O Bracarense* a *O Partido Liberal*, para o qual escreveu, jornal dirigido pelo seu amigo, cónego da Sé de Braga, Joaquim Alves Mateus[10]. À filha, Bernardina Amélia, fruto, como se sabe, dos amores juvenis de Camilo com Patrícia Emília de Barros, tendo sido educada no Convento de S. Bento da Ave-Maria, no Porto, donde saiu para se casar com o capitalista portuense António Francisco de Carvalho, anuncia uma estada em Braga para a recolha de elementos na preparação da obra *Maria da Fonte*: «Tenho precisão de ir a Braga e demorar-me dez ou doze dias nuns estudos necessários a um livro *A Maria da Fonte*.»[11]

---

[10] Vd. Cabral, Alexandre – *Dicionário de Camilo Castelo Banco*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003, pp. 109-110, 486-487.

[11] Castelo Branco, Camilo – *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida. Vol. XVIII. Porto: Lello & Irmão Editores, 2002, p. 14. As citações de textos de Camilo reportam-se, salvo indicação em contrário, a essa edição de Obras Completas, que indicarei com as iniciais *OC*, seguidas do número do volume.

Aqui vinha ele muitas vezes atraído pelo faro de livros antigos, seus bons amigos nas noites de insónia de S. Miguel de Seide. Ao visconde de Ouguela, escrevia em 1874:

> Estive em Braga dois dias, onde me levou o faro de uns livros velhos. O antigo tabardão supura às vezes; enquanto tu vais para a feira da Ladra, vou eu às alcovas dos abades que morrem espreitar--lhes o espólio literário que, por via de regra, consiste em 2 Breviários, e um Larraga.[12]

E ao amigo e vizinho António Vicente, proprietário do Mosteiro de Landim, falava, em carta, de livros comprados em Braga:

> Dos livros que comprei ao fogueteiro de Braga, e que já chegaram, aproveitei 215. Vamos indo, que já não é mau. Restos de maior quantia. Disse-me ele que lhe vieram duma casa fidalga, mas calou-lhe o nome.
>
> Os fidalgos arruinados do Minho não sendo hoje mais letrados, e tendo mais fome que os avós, acham que livros não são cousa que se coma, e preferem reduzi-los àquilo com que se compram presuntos.
>
> Feita a escolha dos livros em termos, ficaram-me duas cestadas que não desviarei da sua alegre missão de embrulhar bombas.
>
> Outra coisa; está o meu amigo seguro de que tudo na Pedrinha foi miudamente rebuscado, e de que não há por lá mais livros ou papéis? Seria bom averiguar isso, enquanto por lá não surge também algum fogueteiro que os traduza em bombas de pataco, ou os envie aos deuses em foguetes de 3 respostas.[13]

Em *Cousas Leves e Pesadas*, uma daquelas miscelâneas em que incluía minudências de erudição esquadrinhadas na leitura de velhos alfarrábios e de manuscritos esquecidos, regista as suas andanças de inveterado colecionador de livros antigos pelos alfarrabistas de Braga, começando por um que demorava lá para o fundo da Rua da Água (ou Rua das Águas), uma rua estreita e sinuosa, que, mais tarde, se transformaria na ampla Avenida da Liberdade. O que é um clássico? *Um clássico é um livro que achamos que é*

---

[12] *Camilo íntimo. Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco ao Visconde de Ouguela*. Lisboa: Clube do Autor, 2012, p. 174.

[13] *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Coleção, prefácio e notas de M. Cardoso Marta. Vol. I. Rio de Janeiro-Lisboa: H. Antunes & C.ª Editores, 1918, pp. 85-86.

clássico, cá pelas nossas razões – quem é o diz não é Italo Calvino, é o tal alfarrabista de Braga:

> Um dia destes fui a Braga.
>
> Pedi ao meu ilustrado amigo João de Mendonça que me ensinasse o caminho duns paradeiros de livros velhos, os quais, envergonhados da luz gasosa deste tempo, como que se enfurnam na escuridão dos sótãos da cidade dos Brácaros.
>
> O meu amigo, já também infecionado do vírus bibliómano, conhecia perfeitamente as luras dos honrados portugueses de há trezentos anos, que, envoltos nas suas alvacentas mortalhas de pergaminho, nos aparecem como espectros acusadores, e particularmente a mim, increpando-me de uns folhetos e libretos com que me ando, há vinte anos, apestando a língua e as almas.
>
> Visitámos a primeira caverna situada lá muito ao fundo da Rua da Água. O claviculário daquele tesouro estava jogando a sua bisca lambida e mais três parceiros. Não obstante, assim que no grave porte de nossos espíritos lhe demonstrámos o intento de negociar livros, interrompeu o homem a bisca, não sem observar aos parceiros adversos que não podia perder com o sete de trunfo e a sota nas unhas.
>
> Levados ao recôncavo dum sobrado coevo das edições de Manuel de Lira, pedimos ao bibliófilo que nos mostrasse as supremas raridades.
>
> – Clássicos? – perguntou ele, acabando de enfiar as mangas da jaqueta.
>
> – Sim, senhor.
>
> – Aqui está um grande livro! – voltou ele, trazendo um in-fólio da estante pulverulenta.
>
> Era a vida de Santo António de Lisboa, escrita pelo médico Brás Luís de Abreu, e mais exatamente intitulada: *Sol nascido no ocidente e posto ao nascer do sol*.
>
> – Este livro não é clássico – observei eu.
>
> – É sim, senhor! – teimou o sujeito. – Posso mostrar-lho, se quiser, no catálogo da Academia.
>
> – Duvido, peço licença para duvidar – repliquei.
>
> – Pois saiba que é um clássico... Eu cá tenho as minhas razões.
>
> Não tive razões que contrapor às do homem, e dei supina prova da minha ignorância, não querendo o clássico por dinheiro nenhum.[14]

---

[14] *Cousas Leves e Pesadas*, *OC* XV, pp. 115-116.

A jornada bibliófila prosseguiu com a ida ao Campo de Santiago:

> Da Rua da Água fomos ao Campo de Sant'Iago à livraria do Sr. padre Fortunato, pessoa inteligente, que conhece o *Dicionário Bibliográfico* e vende os livros pelo duplo dos preços cotados naquele diretório de compradores, que os livreiros desadoram e encomendam ao Diabo.[15]

Do amigo de Camilo no texto acima citado, João de Mendonça, informa António Arroyo na obra *Singularidades da Minha Terra*, onde testemunha as frequentes vindas de Camilo a Braga:

> Camilo morava então em S. Miguel de Seide e aparecia muitas vezes na cidade dos Arcebispos onde tinha um amigo íntimo, amigo meu também, João de Mendonça, que morreu professor de línguas na escola industrial de Guimarães. Era na companhia deste que o grande escritor ia ao *Café do Viana*, na dita Arcada. Ali abancava a uma mesa e conversava com a *jeunesse dorée* da terra para colher ao vivo, suponho eu, os elementos fundamentais da imbecilidade nacional.[16]

Mas Mendonça não era o único amigo bracarense do Mestre, *infecionado*, como ele, *do vírus bibliómano*. A ligação de Camilo à capital do Minho deveu-se, também, às relações de amizade bibliófila com José Joaquim da Silva Pereira Caldas (1818-1903), "professor bracarense" ou "decano do liceu de Braga" (como ele se intitulava), bibliómano e publicista fecundo, que escreveu estudos sobre bibliografia, história, genealogia. O romancista de Seide a ele recorria para esclarecimentos em matérias desse tipo: «D. Ana e eu lhe agradecemos mui cordialmente a oferta do seu laborioso e utilíssimo trabalho. Na 2ª edição do *Cavar em Ruínas*, se se fizer em minha vida, farei menção da nota do meu amigo.»[17] Outra carta (19/05/ /1878) testemunha as relações de amizade entre os dois caturras, cimentada pelo gosto dos livros e dos estudos historiográficos, que, como sabemos, Camilo sempre cultivou. Note-se, ainda, o agradeci-

---

15 *Idem*, p. 117.

16 Arroyo, António – *Singularidades da minha terra*. Porto: Edição da "Renascença Portuguesa", 1917, pp. 34-35.

17 Carta com data 30 de julho de 1867 (Costa, Júlio Dias da – *Escritos de Camilo*. Lisboa: Portugália Editora, 1922, p. 78).

mento do romancista à disponibilidade – que dispensa – manifestada por Pereira Caldas, como professor do liceu de Braga, para favorecer o filho (Nuno?) nas provas escolares:

> Meu bom amigo
>
> Não acusei a receção dos Apontamentos com que me obsequiou, porque, tencionando ir a Braga como de facto fui, queria agradecer-lhos pessoalmente; mas tive de sair logo daí por ter passado a noute pessimamente.
>
> O meu filho não estava no caso de ser honrosamente examinado. Agradeço ao meu amigo qualquer favor que tencionasse prestar-lhe; mas eu nunca consentirei que filho meu obrigue os meus amigos a condescendências e indulgências dessa natureza.
>
> Não anunciei à venda algum opúsculo de Malagrida. Se alguém noticiou que eu o tinha, a ilação de que o vendo foi mal tirada.[18]

Estas relações bibliófilas chegavam também a ser comerciais. Camilo e Pereira Caldas vendiam e compravam um ao outro raridades bibliográficas:

> Os livros italianos e ingleses estava-os eu encaixotando para irem para Lisboa. Deixo de fora os que V. Ex.ª deseja, e daqui lhos enviarei pelos preços que oferece. Vão baratíssimos.
>
> Venha quando lhe apetecer um pouco cavaco ao fogão e uma orelheira com feijão branco. É o melhor volume que cá tenho... o porco.[19]

Nesse campo, porém, nem sempre as coisas corriam com a mesma cordialidade. Camilo, temperamental como era, facilmente esquecia a deferência e a amabilidade anteriormente manifestadas, deixando estalar o verniz; e os livros, que os juntavam, às vezes os separavam, como se vê nesta carta de 12 de junho de 1870:

> Deve-me V. Ex.ª – 40$450 reis.
>
> Passados oito dias, se V. Ex.ª me não houver pago com dinheiro, com os mesmos livros, ou com outros, volto a Braga.

---

[18] *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Coleção, prefácio e notas de M. Cardoso Marta. Vol. II. Rio de Janeiro: H. Antunes & C.ª Editores, 1923, p. 177.

[19] *Idem*, pp. 170-171.

> Lamento a sua posição; mas não me deixo espoliar pelos despejados; pelos infelizes, sim. O Sr. Caldas, se conseguisse reaviventar a sua vergonha perdida, poupava-me a mim ao nojo de lhe escrever o necrológio.
>
> Há de tê-lo magnífico e monumental.[20]

Em carta a Inocêncio, o autor do *Dicionário Bibliográfico*, com quem Camilo igualmente se carteou sobre estas questões, refere-se com desdém a Pereira Caldas: «Pieguices de tal qualidade deixo-as de jus e herdade aos Castiços e Caldas.»[21]

Ora, este Castiço, que Camilo emparceirou com o Caldas na referência citada, foi outro amigo bracarense do escritor, também ele publicista e bibliófilo. Fernando Joaquim Pereira Castiço (1835-1888) nasceu em Braga, partindo para o Brasil em1857. Regressado, colaborou em vários jornais e revistas e, em 1884, publicou a *Memória Histórica do Santuário do Bom Jesus do Monte*. A estima que Camilo lhe tinha testemunham-na estas palavras amigas que lhe dedicou nas vésperas da partida para o Brasil:

> Eu creio, meu caro Castiço, que não é preciso invocar o dom da profecia para lhe vaticinar um destino glorioso como complemento dos sacrifícios que faz, arrancando-se aos braços dos seus.
>
> Olhe, meu amigo, pátria onde se deixam amigos nunca á pátria bastarda nem maldita...[22]

Mas o génio instável de Camilo, a sua personalidade irritadiça e o seu ferrão satírico não poupavam, em certos momentos, mesmo aqueles a quem costumava demonstrar as maiores deferências. Em nota à margem numa obra que consultava – o *Boletim de bibliographia portugueza* –, a propósito da afirmação de Fernando Castiço, a páginas 39, segundo a qual, à época da independência de Portugal, a falta de confirmação dos bispos portugueses pela Cúria, apesar dos esforços de D. João IV, "era um elemento de fraqueza, introduzido pela intriga castelhana em cada peito português", Camilo, ridicularizando a crítica historiográfica do amigo bracarense, comenta: «Que crítica a deste Castiço! Ele ignora que o que haviam de

---

[20] *Idem*, pp. 171-172.

[21] Costa, Júlio Dias da – *Novas palestras camilianas*. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1936, p. 80.

[22] *Idem*, pp. 79-80.

comer os prelados amparou o exército e foi grande parte no triunfo dos defensores da independência.»[23]

Muito interessante é a carta que Camilo lhe enviou em 1884, antes das festas do centenário do Bom Jesus do Monte. O escritor de Seide pede ao amigo que, num intervalo da escrita do seu livro *Memória do Bom Jesus*, lhe reserve quarto num hotel de Braga, que não o *Dois Amigos*, famoso pelas pulgas e percevejos, que ficava no Campo de Sant'Ana, nº 92 (Avenida Central, junto à Igreja dos Congregados), mais tarde mudado para *Hotel Anselmo*:

> Meu prezado Castiço
>
> Necessito demorar-me um mês em Braga, para fazer um tratamento de cento e tantas moléstias com um médico dosimétrico que aí floresce e se chama, creio eu, Ulisses.
>
> Terá de ver-se comigo grego como o nome. Eu queria ir antes do Centenário, para encher a minha alma de torrentes de unção e os ouvidos do estridor das orquestras sertanejas, e apascentar estes olhos mortais nos foguetes de três respostas.
>
> Diga-me cá: arranja-se um quarto em algum hotel que não seja o pré-histórico *Dous Amigos*?
>
> Esse não: aí há percevejos que podem fazer centenário em vida. No caso de se arranjar, o locandeiro não terá em si oportunamente o espírito da Alvéolos, e não cuidará que eu tenho em mim o imperador dos Brasis?
>
> Ouço dizer que em ocasião de festas, peregrinos de grossos cabedais se veem obrigados aí a deixar as malas hipotecadas no Banco para pagarem na estalagem.
>
> Se você pode obter um quarto, e não uma caverna de Caco, vou 4.ª ou 5.ª feira. Levante mão um pouco do seu livro e responda ao velho amigo.[24]

Também o estômago ligou Camilo à cidade de Braga. Não se leia "estômago" como metáfora de gula: Camilo não era (nem podia ser) bom garfo. Leia-se "estômago" como sinédoque das doenças de Camilo[25], como parte do todo que eram as "cento e tantas moléstias"

---

[23] Cabral, António – *Camilo de perfil*. 2ª ed. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1922, pp. 174-175.

[24] *Cartas de Camilo Castelo Branco*, ed. Cardoso Marta, II, pp. 99-100.

[25] Em carta a Vieira de Castro: «Antes de ontem reuni aqui três médicos. Não sei o que pensam de mim. O de Braga chama gastralgia à moléstia. O de Guimarães também. E o das Taipas, que cura há 60 anos, ainda não sabe o que é...» (*Correspondência*, *OC* XVII, p. 467).

de que padecia. E um dos clínicos bracarenses a quem recorreu foi o citado Ulisses. António Ulisses dos Santos Braga (1849-1902) medicava os doentes pelos processos dosimétricos; era filho do industrial de chapelaria José Batista da Silva Taxa[26]. Essa ascendência explorou-a Camilo para, em tom de chalaça, desenvolver uma digressão histórico-genealógica e etimológica, relacionando-a com uns heroicos *Fataxas* de tempos remotos:

> No século XV ainda floresciam na Senhora-à-Branca os descendentes daqueles heroicos Fataxas, com a alcunha um pouco desfalcada por motivos que vou sumariamente extrair do Pergaminho nº 3.
>
> Paredes meias da fábrica dos Fataxas morava outro industrial de chapéus que tinha quatro filhos, três rapazes e uma rapariga. Este homem era dominado pela paixão da filarmónica por atavismo. O avô dele havia sido trombeteiro de D. Pedro, o Cru (1357-1362). Seu bisavô, sineiro da Sé bracarense, foi o criador inconsciente da raça de Quasimodos que ainda hoje se encarapitam por todas aquelas torres da Roma portuguesa e fazem orgias de badalo. O chapeleiro, desviado por interesses das artes líricas, não tocava nada; mas mandou ensinar os quatro filhos. O mais velho tocava corneta de chaves; o imediato, rebeca; o mais novo aprendia harmónico, e a rapariga tocava cravo. Todos quatro em aprendizagem eram uma quadrilha facínora que fazia epilepsias na vizinhança. O chantre da Sé, Mendo Fagundes, um sábio, dizia que os círculos do inferno do Dante comparados ao inferno instrumental daquela casa do chapeleiro eram um Coliseu dos Recreios. E o Fataxa ganhou tamanho horror à música que, encontrando no seu apelido uma nota musical, Fá, amputou a nota e ficou simplesmente Taxa.
>
> Esta alcunha, transpostos quatro séculos, ainda hoje permanece nos honrados industriais, gente pacata, cujos antepassados, esbatidos na neblina da balada germânica, matavam cavalo e cavaleiro. Aquela família é hoje representada pelo Dr. Taxa, de nome Ulisses, um clínico glorioso que, em vez de matar como seus avoengos, cura dosimetricamente os enfermos que têm fé nos arseniatos e na estricnina ingrata aos cães.[27]

---

[26] Vd. Lemos, Maximiano – *Camilo e os médicos*. Porto: Editorial Inova, 1974, pp. 281-283.

[27] Castelo Branco, Camilo; Sarmento, Francisco Martins – *Óbolo às Crianças*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1887, pp. 9-10.

Era provavelmente a esse médico que o escritor se referia em carta à filha:

> Será muito bom estar a gente em casa enquanto o Sol não sai dos seus incógnitos esconderijos, mas eu amanhã torno para Braga piedosa.
>
> Não vou para o Senhor do Monte nem levo comigo alguém que possa ter partilha nos meus tédios, nem sacrificar-me às veleidades doentias do meu atribulado espírito.
>
> Mandei preparar um quarto no *Hotel Real* para mim, outro para um criado, e uma manjedoura para a égua. Como tenho de fazer um tratamento prolongado e bastante heroico, preciso estar sob a vigilância dum médico.
>
> Consultei lá um notável e miraculoso doutor que promete curar-me com aquilo que com que a excelentíssima câmara municipal mata os cães vadios – com estricnina. Vou pois regenerar-me pelo mais enérgico dos venenos. Já tomei três doses; e desde que os tomo até que, meia hora depois do almoço, sinto agonias esquisitas – sinal de que me faz bem a estricnina.
>
> (...)
>
> Olha: como não tenho aí a quem recorrer, que mais de boa vontade me obsequie, pede ao Sr. Carvalho que me envie para Braga 6 (só 6) garrafas do seu vinho de mesa.[28]

O *Hotel Real* ficava na Rua de S. João.

Outro importante facultativo de Braga que tratou Camilo, principalmente nos últimos anos de vida, foi António Maria Pinheiro Torres e Almeida (1840-1901). Preterido num concurso para a Escola Médico-Cirúrgica do Porto em favor de Guilherme Gomes Coelho (Júlio Dinis), fixou-se na sua terra natal, onde prestou importantes serviços como clínico do Hospital de São Marcos[29]. Camilo fala dele numa carta a Ana Plácido: «Ontem falaram-me no caminho em um novo sistema médico que está fazendo prodígios. O Pinheiro Torres aplica-o com grande vantagem. Logo que eu vá, irei a Braga consultá-lo sobre a tua moléstia e sobre a minha.»[30] Em *Dois Anos de Agonia*, compilação de correspondência de Camilo e Ana Plácido,

---

[28] Figueiras, Paulo de Passos – *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco à filha Bernardina Amélia, ao genro e à neta*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2002, pp. 70-71.

[29] Vd. Maximiano Lemos, *op. cit.*, pp. 202-206.

[30] Júlio Dias da Costa, *Escritos de Camilo*, p. 55.

entre 1888 e 1890, a Freitas Fortuna, o amigo em cujo jazigo de família, no cemitério da Lapa, no Porto, quis ficar sepultado o romancista, ocorrem várias referências a Pinheiro Torres. Em carta enviada do *Hotel do Parque*, no Bom Jesus, Ana Plácido informa sobre os padecimentos de Camilo: «A noite de hoje foi boa quanto a dores. Ainda não foi das piores. Concorreu para isso ter ontem às 8 da noite mandado recado ao Dr. António Maria Pinheiro, que esteve a animá-lo até meia-noite».[31] Noutra carta, enviada de Braga, diz: «Está também no uso dos remédios receitados pelo Pinheiro Torres, que diz ter muitas esperanças de o levantar ainda deste abatimento. Deus o ouça, que bem longa já tem sido esta prova dolorosíssima.»[32]

Camilo foi tratado também por outros médicos em Braga, como o Dr. Alfredo Alves Passos, em cuja Casa de Saúde, na Rua de S. João, passou temporadas:

> Em princípio de abril vou para uma Casa de Saúde de Braga onde tenciono passar o verão, sozinho, sem cuidados, sem inquietações. Vou tentar um radical tratamento, começando pelo da alma, e depois veremos o que fazem três meses de paz e de dieta. O diretor da Casa de Saúde é o médico Passos em quem tenho confiança. Depois eu gosto muito dos arrabaldes de Braga, e costumo sentir-me ali melhor que em outra parte.[33]

O *Hotel Franqueira*, situado no Campo de Sant'Ana (Avenida Central) parecia merecer a preferência do romancista, desde que não lhe dessem uma cama de ferro, conforme se lê em carta ao escritor bracarense Cunha Viana:

> A medicina manda-me sair de Seide por algum tempo. Escolho Braga, e em Braga o *Hotel Franqueira*, se lá me derem algumas comodidades. Eu desejava um quarto espaçoso sobre o C. de S.ta Ana, com duas camas, sendo uma de pau. Não posso conciliar o sono em cama de ferro.
>
> Esta tolice deve atribuí-la ao nervosismo de mulher histérica.

---

[31] *Dois anos de agonia. Cartas de Camilo e Ana Plácido a Freitas Fortuna*. Prefácio e notas de Júlio Dias da Costa. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª, 1930, p. 24.

[32] *Idem*, p. 16.

[33] Figueiras, *op. cit.*, p. 78.

> Desejo ir para Braga no dia 15 deste mês; mas não o farei sem que o meu amigo me diga que encontro o que desejo no Franqueira. Quer ter a bondade de lá mandar saber se isto é exequível?[34]

O desenvolvimento do comércio na velha urbe bracarense ganhava forte impulso por meados do séc. XIX, principalmente com a chegada do comboio em 1875. Num guia turístico da época pode ler-se: «É Braga cidade de considerável comércio. Tem dous bancos, uma associação comercial, uma companhia de iluminação a gaz e muitos estabelecimentos comerciais e industriais.»[35]

Não só de livros vive o homem, e Camilo, como qualquer minhoto daquela época, teria de vir à capital do Minho ou daqui mandar vir utilidades, apetrechos, bens de consumo, roupa ou sapatos..., ou simplesmente tratar de dinheiro no Banco do Minho, cuja sede era no Campo de Sant'Ana (onde hoje no mesmo edifício continua a funcionar um banco: a Caixa Geral de Depósitos). Aproveitando a estada em Braga por motivos de saúde, pede ao editor Gomes Monteiro:

> Se lhe for possível, queira obsequiar-me enviando-me para Braga pelo banco do Minho a importância da 1ª parte da "Maria da Fonte" que brevemente remeterei. Estou há 24 horas na Casa de saúde. Por enquanto, o que experimento é o negro aborrecimento da chuva e a estranheza de uma casa que me cheira a defuntos.[36]

Numa das cartas à filha, avisa: «Amanhã vou a Braga tratar de negócios da D. Ana, e talvez me demore alguns dias. Escreve-me para o *Hotel Real* se estiveres para isso.»[37]

É verdade que a sua ligação ao Porto, onde tinha os seus editores, onde tinha a filha e o genro, os quais tornava muitas vezes medianeiros nas compras, talvez o fizesse preferir prover-se lá de alguns bens, como charutos, mas Braga sempre ficava à mão, menos tempo de carruagem ou de comboio. Bem, de comboios era melhor não falar ao Sr. Camilo, desde que, em 11 de outubro de

---

[34] Júlio Dias da Costa, *Novas palestras camilianas*, p. 127.
[35] *Elucidário do viajante em Braga*. Porto: Livraria do Editor Jacinto António Pinto da Silva, 1875, p. 5.
[36] *Correspondência* II, *OC* XVIII, p. 721.
[37] Figueiras, *op. cit.*, p. 75.

1878, foi vítima do descarrilamento da composição em que viajava de Famalicão ao Porto[38]. Em carta à filha, Bernardina Amélia, Camilo revela que, por medo de andar de comboio, decidiu já não ir fazer compras ao Porto, preferindo fazê-las em Braga, para onde se deslocaria de carruagem:

> Devíamos ir hoje ao Porto fazer compras urgentes, e entre estas uns papéis do governo, mas os meus pressentimentos, robustecidos pelos de D. Ana, levam-nos para Braga, e de carruagem porque me quer parecer que não entrarei em vagão enquanto eu vir que os engenheiros comissionados pelo Governo declaram que as solipas da via-férrea estão podres, e não vejo que o engenheiro construtor nem qualquer outro venha dizendo que elas estão sãs.[39]

Em algumas cartas endereçadas a Bernardina Amélia, que tinha casa na Rua da Restauração, no Porto (tinha também uma quinta em Valbom), vemos Camilo com as calças na mão, por causa de umas calças que tardavam em chegar de Braga, indispensáveis para ir passar o carnaval com a filha e a família dela: «4ª ou 5ª feira por aí tens o teu papá, se chegarem as calças. Estas calças são o facto mais palpitante da minha vida atual. Penso nelas como o Aires de Gouveia na mitra do Algarve, e uma noiva na coroa de laranjeira.»[40] Nem na correspondência particular perdia Camilo oportunidade para aludir em tom de troça a Aires de Gouveia, de quem fez memorável sátira n' *A Queda dum Anjo*.

Noutra carta, continua a lamentar, sempre chocarreiro, o atraso das calças:

> Estou aqui embargado por não ter que vestir. Cheguei a esta desgraça. Estou pagando as janotices da mocidade.
>
> Se amanhã, como espero, me chegar de Braga uma farpela, que já esperava ontem, vou na segunda-feira. Visto que querem de boa vontade o flagelo da minha companhia, irei lá ter e talvez almoçar na 2ª feira. Mas não me esperem porque tudo é incerto.[41]

O tempo passa, e Camilo continua com as calças… na mão: «Eu tenho muito desejo de ir ver os meus bons Amigos, mas não

---

38 Vd. Alexandre Cabral, *Dicionário de Camilo Castelo Banco,* pp. 287-288.
39 Figueiras, *op. cit.*, p. 80.
40 *Idem*, p. 72.
41 *Idem*, p. 73.

tenho calças. Cheguei a esta desgraça. Mandei fazer umas a Braga, e logo que possua esta almejada opulência de umas calças aí vou, mais feliz que D. Sebastião, que não tinha calções.»[42]

E as calças não chegaram. Teve de passar o carnaval em casa:

> Que carnaval!
>
> Jogo o entrudo com as pernas dando-lhes bisnagas de terebentina.
>
> Aqui tens o mais carnavalesco dos infelizes pais!
>
> As calças, considerando as pernas indignas, também não aparecem. O meu luxo decerto me não leva à cadeia. É mais natural que me leve ao Asilo de Mendicidade.[43]

Afirma Alberto Pimentel que a cidade de Braga não mereceu de Camilo o mesmo carinho e respeito que dedicou ao Bom Jesus; aqui e acolá, na sua obra, o romancista dá alguns "piparotes" à reverenda *Bracara Augusta*[44]. A Sena Freitas, por exemplo, escreve, queixando-se da sobrelotação dos "hotéis" de Braga:

> Gorou-se o meu forte desejo de ir acompanhá-lo no seu estacionamento de lázaro (ou V. Ex.ª não fosse lazarista!) em Braga. Sabe o que me impede? A falta de agasalho em Braga, onde há tantos hotéis, quero dizer tavernas. Não achei um quarto, e recebi do Franqueira um telegrama à hora em que ia partir. Atribuo a enchente ao chamariz da feira de burros: eles estão sôfregos das manjedouras da terra; devem ser os banqueiros falidos do Porto e as caravanas de brasileiros que, camelos de si próprios, aí vão encher os bócios de frigideiras.[45]

As cartas de Camilo, principalmente à filha – que são sempre das mais sinceras –, provam, porém, que não era bem assim. Camilo cravou algumas vezes, como era seu timbre, o ferrão satírico na cidade e nas suas gentes, mas vários passos atestam a estima que sentia por Braga[46], onde reconhecia encontrar alívio para as suas

---

42 *Idem*, p. 85.

43 *Idem*.

44 Pimentel, Alberto – *O torturado de Seide*. Lisboa: Livraria de Manoel dos Santos, 1921, p. 190.

45 *Correspondência* II, *OC* XVIII, p. 773.

46 «Apesar de tudo, Camilo gostava desta cidade.»: Simões, Manuel – "Braga camiliana". In: *Forum*, nº 8 (julho 1990), pp. 5-19 (p. 18).

dores, mesmo descontando o suplício das pulgas e dos percevejos, especialmente do hotel *Dois Amigos*. Ao amigo poveiro Gomes de Amorim escreve: «De acordo. Nada de banhos. Ando de terra em terra há 15 dias. Em Braga respiro melhor; mas as pulgas são aos cardumes por aquelas estalagens – pulgas antigas, cobras dos Bartolomeus dos Mártires e Caetanos Brandões.»[47]

Dos ares benéficos de Braga fala também à filha: «Eu, assim que o tempo e alguma saúde mo permitirem, vou para Braga, onde algumas vezes tenho encontrado alívio.»[48]

E, noutra carta à filha, por altura das festas de 1884, comemorativas do centenário do Bom Jesus, convidava-a a encontrar-se em Braga com ele, se possível trazendo a neta, Camilinha. A "Sintra do Norte" não era a mesma coisa que Sintra, mas Camilo mostra-se grato a Braga pelas melhoras que lhe costumava proporcionar:

> Desisto das Caldas. Quer-se um certo vigor que já não tenho para reagir à ação das águas minerais. Cada vez mais abatido e desalentado. Passadas as festas de Braga, irei para lá. Se quiseres e puderes, irás estar uns dias comigo, no Bom Jesus não, que é muito triste e monótono, mas em Braga, num hotel que me dizem ser sofrível. A Camilinha essa não ouso disputá-la ao pai, mas, se o pai quisesse, iria também em vez de ir para Sintra.
>
> Isto é um modo de falar, porque não há termo de comparação entre Sintra e o Campo de S.ta Ana.
>
> Eu devo àquela terra umas certas melhoras sempre que lhas peço.
>
> Pode ser que vá tarde agora, mas, por gratidão, irei.[49]

Ainda dirigindo-se à filha, convida-a, uma vez mais, a vir ter com ele a Braga:

«Amanhã vou eu para Braga, porque me sinto aqui muito oprimido. Estarei lá até domingo. Se quisesses ou pudesses ir, enviavas-me um telegrama e eu ia buscar-te.

(...)

N.B. Em Braga vou estar nos 2 Amigos.»[50]

Ao amigo Visconde de Ouguela, diz: «Estou à espera de dias serenos para ir a Braga, onde tenho achado algum alívio. Afinal,

---

47 *Correspondência* II, *OC* XVIII, p. 849.
48 Figueiras, *op. cit.*, p. 157.
49 *Idem*, p. 133.
50 *Idem*, p. 74.

tudo que sofro é uma coisa vulgar – a caquexia, que me preste, e de que Deus te livre.»[51]

Chegou mesmo a fazer planos de fixar residência em Braga, conforme se lê noutra carta a Ouguela, em setembro de 1874: «Estou resolvido a ir residir em Braga. Ali é-me fácil e mais económica a educação dos rapazes. Além disso, o clima é ótimo.»[52]

Não se concretizou essa intenção, mas, tantas vezes aqui vinha, tão íntima foi a sua ligação a Braga, pelo coração, pela cabeça, pelo estômago... e pelas calças, que lhe deu um conhecimento profundo das características físicas, sociais, históricas e culturais da cidade, que bem soube aproveitar na sua obra literária.

Continuemos, através dela, a passear por Braga, com Camilo.

2. "ERA EM BRAGA EFETIVAMENTE!"

O texto "Do Porto a Braga", que Camilo Castelo Branco incluiu na obra *Duas Horas de Leitura* (1857), foi inicialmente publicado em jornais, durante o ano de 1856, com o título "Peregrinação sob a Face do Globo". Trata-se de uma crónica de viagem, na qual predomina o tom picaresco. Camilo, os dois irmãos Barbosa e Silva (Luís e José), e o jornalista Evaristo Basto meteram-se os quatro num carro (puxado por dois cavalos), partindo do Largo da Trindade, no dia 26 de junho de 1856, às cinco horas da tarde, em romagem ao Bom Jesus do Monte – viagem, naquele tempo, para muitas horas e para muitos suplícios, logo desde a entrada no carro: «Nós éramos quatro, o carro tinha quatro lugares, porém, faltava um para o chapéu de E.B.»[53] Estava ainda longe a linha férrea do Minho (inaugurada em 1875), e a ligação rodoviária entre as duas cidades fazia-se através da *Estrada Real* (que viria a ser a Estrada Nacional nº 14). A sua construção, a cargo da companhia *Viação Portuense*, ficou concluída em 1855, mas já a partir de 1853 se encontrava aberta ao trânsito; por essa via, desde essa data, faziam-se viagens regulares da *Diligência*, que, enquanto as obras não terminaram, acrescentavam a muitos outros incómodos o de obrigar os passageiros a apearem-se na travessia do viaduto de Arnoso[54]. Alberto

---

[51] *Camilo íntimo*, p. 283.
[52] *Idem*, p. 169.
[53] *Duas Horas de Leitura*, *OC* XI, p. 309.
[54] Vd. Ferreira, Godofredo – *A mala-posta em Portugal*. 2ª ed. Lisboa, 1959, p. 120.

Pimentel oferece-nos uma curiosa descrição da viagem de mala-posta do Porto a Braga:

> Partia-se do Porto às 11 horas da noite, saindo da rua de Entreparedes e rodava-se pela Batalha e rua de Santa Catarina até ganhar o largo de Aguardente, que era nesse tempo o limite povoado da cidade.
>
> Depois entrava-se em pleno campo, sempre por entre arvoredo, fazendo-se a primeira paragem na Carriça, onde o Silva, um homem forte e ancho, sempre de jaqueta, chapéu redondo na cabeça, vendia aos passageiros uma água de castanhas, a ferver, convencionalmente denominada café.
>
> Após breve demora, seguia-se para a Trofa, onde a aparição da esbelta ponte do Ave era sempre saudada com alegria pelos viajantes, não só porque a luz da manhã começava a sorrir na paisagem, mas também porque se aproximava Vila Nova de Famalicão, onde uma nova paragem dava tempo a almoçar bifes e ovos.
>
> Era certo que faltava ainda atravessar a Terra Negra, na freguesia de Regueirão [Ribeirão], concelho de Vila Nova, lugar povoado de tradições sinistras de salteadores e assaltos, coisa que já se perdia na noite dos tempos, mas que não deixava de ser ainda um pesadelo para os passageiros mais tímidos, especialmente as senhoras.
>
> O que eu sempre achei de pior naquele sítio foi o nome: Terra Negra.
>
> Além do nome, nunca vi por onde perdesse.
>
> Hoje faz-se na Terra Negra uma grande romaria ao Senhor dos Perdões.
>
> Acabou-se a lenda.
>
> Dali a Braga não tornava a haver motivo para sustos, exceto na descida das voltas de Macade, ziguezague por onde a mala-posta ia rolando confiada na segurança do travão.[55]

O saudosismo leva naturalmente Alberto Pimentel a privilegiar neste texto os aspetos pitorescos da viagem, atenuando os incómodos que comportava. Essas jornadas, autênticas odisseias que duravam cerca de oito horas, eram feitas em veículos como este (passem

---

[55] Pimentel, Alberto – *Santo Tirso de Riba d'Ave*. Santo Tirso: editado pelo "Club Thyrsense", 1902, pp. 318-319.

as hipérboles), para grande sacrifício das carnes e dos ossos dos passageiros:

> O carro era cousa assim a modo de lagar, com bambinelas pênseis de oleado, e almofadas de marroquim, estofadas de caroços duros, que contundiam acerbamente as carnes. Os recostos eram de ferro estreme, inflexíveis ao choque das costelas. As portinholas, o pavimento, e o resto da madeira, bem aproveitada, construía um navio de 300 toneladas.[56]

Feita uma breve paragem na Carriça (freguesia do Muro, Trofa), onde se refrescaram com cerveja, e outra, mais demorada, em V.N. Famalicão, em cuja *estalagem real* pernoitaram os quatro amigos, depois de serem consultados, nas páginas mais hilariantes do texto, pelo célebre "cirurgião da bicha" (solitária) – Luís Joaquim de Oliveira, que elevou bem alto o nome de Gondifelos (donde era natural) e de Famalicão (chegou a consultar em Lisboa a rainha D. Maria II)[57] –, entraram finalmente em Braga, eram 6 horas da manhã:

> Altos iam os nossos espíritos embebidos em meditações silenciosas, que não se escrevem. Desta altura caímos, quando cinquenta badalos, como em vasta oficina de caldeireiro, nos anunciaram que estávamos em Braga!
>
> Olhei... vi quatro homens de capote a correr para a primeira missa: era em Braga efetivamente![58]

Sinos a badalar "como em vasta oficina de caldeireiro", "homens de capote a correr para a primeira missa"... formam, efetivamente, um postal ilustrado da Cidade dos Arcebispos em meados do século XIX, estereótipos obrigatórios em qualquer descrição feita pelos seus visitantes. O escritor portuense Urbano Loureiro, de afiada pena satírica, nos "Fragmentos das Memórias de Tibúrcio Magno", inseridos na obra *Perfis Burlescos*, escreve em 1866:

> 28 de junho, às nove horas da manhã. – Acordo ao desesperado badalar de um sem número de sinos grandes. Isto em Braga é um céu aberto. A que atribuir tanto barulho? – Foi que morreu um

---

[56] *Duas Horas de Leitura*, *OC* XI, p. 310.
[57] Cf. Lemos, Maximiano – *Camilo e os médicos*. Porto: Editorial Inova, 1974, pp. 131-138.
[58] *Duas Horas de Leitura*, *OC* XI, p. 332.

> homem, que era irmão de sete confrarias, e em Braga cada confraria manda badalar os sinos da sua igreja por cada irmão recém-finado. Vou atapulhar os ouvidos com algodão em rama e ver se me refugio nas carvalheiras do Monte de Espinho.
>
> Estarei eu lá a salvo?[59]

Fialho de Almeida, no capítulo do seu livro de viagens *Estâncias de Arte e de Saudade* dedicado a Braga e ao Bom Jesus, descreve o amanhecer domingueiro na cidade dos sinos:

> No dia seguinte era domingo, e acordei com sol nos olhos e carrilhadas de sinos nos ouvidos. O *Hino da Restauração*, o *Hino da Carta*, a *Ladainha* o *Bendito*... tudo músicas morais dando os sentimentos de Braga em campânulas fundidas talvez com perras gordas dos Filipes, patacos de D. Miguel, e bacias de pés dos cristãos novos assados em patíbulo.[60]

Outro elemento típico dessa Braga desaparecida, outro postal dos costumes bragueses da primeira metade do século XIX, era o terço rezado de porta em porta, numa alternância de vozes que tornavam ainda mais lúgubres as velhas ruas da cidade. Alexandre Herculano faz referência a esse costume, já em vias de extinção em 1854, nos *Apontamentos de Viagem*, sublinhando as vantagens que ele representava para os janotas, e os perigos para os transeuntes que não tirassem o chapéu: «O terço: o terço vai-se, com perda dos janotas que aproveitavam esse entretenimento dos pais para conversarem com as filhas. Injúrias contra os que passavam sem se descobrirem entre a saraiva de padres-nossos e ave-marias que cruzavam de portas para portas e de janelas para janelas.»[61]

Ora, são justamente as consequências de não se ter descoberto ao passar por uma rua de Braga durante a reza do terço que Camilo evoca autobiograficamente, no mesmo texto de *Duas Horas de Leitura*:

> Nesta rua passei eu, uma vez, ao anoitecer, vindo a Braga. Deste e daquele lado, estas boas almas rezavam o terço de meias.

---

[59] Loureiro, Urbano – "Martírios obscuros (Fragmentos das Memórias de Tibúrcio Magno)". In *Perfis Burlescos*, Porto: Typographia Lusitana, 1866, p. 171.

[60] Almeida, Fialho de – *Estâncias de Arte e de Saudade*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921, p. 60.

[61] Herculano, Alexandre – *Apontamentos de Viagem*. In *Obras Completas*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1973, p. 235.

> Eu passei com o chapéu na cabeça; mas com o espírito cheio de reverência aos bons costumes desta santa gente. Nisto, dum e doutro lado, suspende-se um *padre-nosso*, e rebenta uma ladainha de apóstrofes contra mim, a mais amável das quais era "fora, bêbado!" Descobri-me, quando me vi em perigo de levar com um pedaço de escumalha da forja nas costas, e fui abençoando o zelo desta santa irmandade, que aí está posta de atalaia à religião da humildade e da tolerância, para que se não diga que a pureza dela fugiu de todo desta terra, de onde ainda há portugueses de lei, raça sem mistura daquela que fez com as fogueiras o que esta, por mor honra e glória de Deus, quer fazer com a escumalha. Pudesse este espírito de caridade ser contagioso – continuei eu com as minhas seráficas reflexões – e os homens seriam todos excelentes criaturas, quebrar-se-iam reciprocamente as caras em defesa da fé, perdoar-se-iam as injúrias e afrontamentos que não valem para estes devotos uma palha; por exemplo, fraquezas, que uma refinada etiqueta chama desdouros, lapsos do femeaço, useiro e vezeiro neles, isso que tem, ou que faz para a salvação da alma?[62]

O mesmo Camilo, agora na novela *O Senhor Ministro*, à qual voltaremos daqui a pouco com mais detença, comenta a propósito do padre João Evangelista, que está a sair, à noite, da casa das senhoras Avelares (Casa do Avelar), na Rua dos Pelames (atual Rua de S. Geraldo), arrotando cidrão que lá comera em demasia, de mistura com chá e sopas de cavacas:

> Ainda não se disse que este romance está correndo em Braga; mas o leitor já o farejou na fragrância da cena que recende os aromas de todas as histórias que ali se passam. Um padre a sair de lampião de casa das senhoras Avelares é Braga por fora e um pouco por dentro no que respeita ao cidrão arrotado. Se se ajuntasse a isto que havia vozes alternadas entre portas e adufas entoando deplorativamente o terço, seria um pleonasmo e desperdício de génio.[63]

Assim era Braga até meados do séc. XIX. O fecho dos conventos (1834), a inauguração do teatro de S. Geraldo (1857), a criação do passeio público (1863), a abertura dos cafés, o desenvolvimento do comércio, o Banco do Minho (1865), os hotéis, as estradas, a

---

[62] *Duas Horas de Leitura*, *OC* XI, p. 335.
[63] *Narcóticos*, *OC* XV, p. 624.

ligação ferroviária ao Porto… – tudo contribuiu para a transformação física, social e mental da cidade. O desaparecimento das gelosias (que ainda podemos apreciar na Casa dos Crivos) é bem o símbolo dessa mudança: Braga perdia o seu ar inquisitorial e respirava pelas praças e jardins. José Augusto Vieira, n'*O Minho Pitoresco* (1887), usa uma interessante alegoria para descrever a transformação que o progresso trouxe à velha urbe: «(…) a velha cidade primaz das Espanhas, a Braga fiel e augusta, transformada hoje da sua fisionomia secular, faz lembrar uma freira, que, aborrecida das melancolias da cela, fosse vestir na Aline uma *toilette* mundana.»[64] Mas todas essas transformações não apagaram completamente, pela segunda metade do século XIX e pelo século XX adentro, a idiossincrasia da velha Braga devota: «Braga é realmente a Soror evadida. A sua vida mundana concentra-se na Arcada, mas se, por acaso, entre o ardor da palestra e as delícias do café se ouve tocar o sino de uma igreja perto, ela marcha imediatamente para o templo, fazer a novena do Menino.»[65]

A obra de Antero de Figueiredo *O Último Olhar de Jesus* (1929) oferece-nos uma completa síntese dessas marcas tradicionais que perduravam na cidade em finais do séc. XIX, fazendo jus ao epíteto "Roma portuguesa". O autor carrega demasiado nos tons escuros, mas não falta nada neste quadro – a arquitetura, o vestuário, os costumes devotos, os inevitáveis sinos…:

> A Braga desse tempo estava ainda bastante impregnada do espírito beato que a crismara (pelos que nunca tinham visto a "cidade eterna") "Roma portuguesa", a sobrepujar as demais piedosas cidades do reino. Os conventos dos Remédios, da Conceição, das Teresinhas, da Penha, da Tamanca, conservavam as últimas freiras professas; e os recolhimentos das Convertidas, da Caridade, das Beatas de Santo António, albergavam senhoras pobres e envergonhadas, que escondiam a sua miséria na sombra das celas de soalho e tetos esburacados, desses casarões a caírem de podres, onde, de noite, esvoaçavam morcegos.
>
> Cá fora, também havia sombra no aspeto da cidade bisonha, com suas portas, arcos e postigos, seus rossios constrangidos, suas ruas estreitas, seus becos tortos e esganados. Ao lado de

---

[64] Vieira, José Augusto – *O Minho Pitoresco*. Tomo II. Lisboa: Livraria António Maria Pereira – Editor, p. 7.

[65] *Idem*.

alguns velhos solares de nobre arquitetura seiscentista – os dos Falcões, Cunha Reis, Infias, Madre de Deus, Hortas, Lopo do Tanque – a maior parte das casas tinha a fisionomia reservada das janelas de guilhotina, baixas, com vidros aos quadradinhos, dependuradas, em cima, dos beirais muito salientes, que lhes serviam de bioco; – e ainda o aspeito conventual de algumas casas de rótulas, coscuvilheiras, por detrás das quais se cocavam vidas alheias. Nos transeuntes predominavam os trajes escuros dos cheviotes nacionais comprados nos mercadores da Rua do Souto, as manchas negras das batinas dos muitos padres, as capas à espanhola e os já raros capotes de três cabeções, de pano piloto, azul. O trajo feminino era, em geral, provinciano; e via-se, numa ou noutra velha parteira, a arcaica mantilha parda do lapim coçado, – restos de antiga usança.

Os muitos sinos, sinetas e garridas das muitas torres, tocavam diariamente espaçadas Ave-Marias, Meios-Dias, Trindades; dobravam a defuntos, picavam às missas, repicavam às festas, chamavam ao coro. Além disto, alguns, de tarde, badalavam às Chagas, outros, de noite, às Almas, e, em certas ocasiões, espaçadamente, pungentemente, – à Agonia. Em dia de Finados, então, havia momentos em que os sinos de todas as torres de Braga dobravam todos juntos, num bimbalhar de temporal desfeito e fúnebre. Algumas famílias fugiam para a "aldeia", que era assim que chamavam às suas casas de campo, nos subúrbios da cidade.

À noite, nas ruas desertas, a iluminação a gás era frouxa e triste.

Não havia muito que desaparecera a curiosa prática de, noite fechada, na Rua do Souto, se rezarem as contas, de casa para casa. As senhoras e as criadas, com seus mantéus pela cabeça, acocoravam-se nas soleiras das varandas ou nos poiais das janelas de peitos, e daí bichanavam os seus meios Padre-Nossos e as suas meias Ave-Marias, lançadas, na noite densa de negrume, de cá para lá aos vizinhos fronteiros e laterais, que de lá para cá respondiam com os outros meios Padre-Nossos e as outras meias Ave-Marias. E era um murmúrio soturno na rua escusa, tal, em noite negra e silenciosa, o sussurro do vento nas copas das árvores.[66]

Já Alberto Pimentel, escolhendo Braga para cenário da obra *Idílios à Beira d'Água,* por 1850, apresenta, através do olhar da

[66] Figueiredo, Antero de – *O Último Olhar de Jesus*, 11ª ed., Lisboa: Livraria Bertrand, 1951, pp. 40-42.

personagem principal, uma descrição mais favorável da cidade, superiorizando-a ao Porto em vários aspetos:

> "Da cidade – e não sei se para isto contribuirá o ter nascido aqui minha mãe – da cidade, que é em verdade pitoresca, dir-lhe-ei que não desgosto e que se me afigura melhor do que o Porto para se respirar ar saudável e morrer a gente com uma gordura fradesca.
>
> A falta de movimento que se nota em Braga, procedente da exiguidade da população, é uma garantia de comodidade, longe de ser um defeito. Pode a gente dormir à vontade, até altas horas do dia, que não corre perigo de acordar sobressaltada pelo estrépito das ruas. Só os sinos... Ai! os sinos de Braga, minha mãe, badalejam que é de qualquer pessoa ensurdecer dentro de quarenta e oito horas. Isso sim, que é horroroso!
>
> A esta praga dos sinos só acho comparável em sensaboria a extensão das noites de Braga."[67]

O narrador demonstra, em comentário, como o progresso foi modificando esses aspetos tradicionais, menos o dos sinos, que persistia, embora não fosse exclusivo de Braga:

> No atinente à apreciação de Braga, corre-nos obrigação de lembrar ao leitor que o filho do bacharel Valadares escrevia num tempo em que Braga conservava ainda os biocos duma verdadeira provinciana.
>
> Vão hoje, em pleno ano de 1870, visitar a capital do Minho e dir-me-ão se não enlevaram os olhos nas graças das damas bracarenses que passeiam a sua elegância por entre os alegretes do campo de Sant'Ana.
>
> Homens de capote só os há lá... quando está frio, o que se me afigura uma prova irrecusável do bom senso da população masculina daquelas paragens.
>
> Diz um adágio "Deus dá o frio conforme a roupa". Quer-me parecer, porém, que seria muito mais verdadeiro e sensato dizer-se "Deus deu a roupa por causa do frio".
>
> Quanto aos sinos, ainda em 1870, como então, são igualmente detestáveis os de Braga e os... do Porto.[68]

---

[67] Pimentel, Alberto – *Idílios à Beira d'Água*. 3ª ed., Rio de Janeiro; Paris, Lisboa: Livraria Francisco Alves, Livararias Aillaud e Bertrand, 1915, pp. 27-28.

[68] *Ibidem*, p. 29.

O que fazia em Braga o protagonista dos *Idílios à Beira d'Água*, o jovem Eduardo Valadares, cujos pais viviam no Porto? Com dezasseis anos de idade, veio para casa dos avós maternos, na Rua do Carvalhal, frequentando os estudos preparatórios no Liceu de Braga. Era o ano letivo de 1851-1852. O Liceu funcionava no convento da extinta congregação do Oratório (Congregados), depois de provisoriamente, nos primeiros cinco anos (1840-1845) da sua existência, ter funcionado no edifício do Seminário Arquidiocesano, no Campo da Vinha, e muito antes de se mudar para o antigo Colégio do Espírito Santo (1921), em Infias (atual Escola Secundária Sá de Miranda). Concluídos os preparatórios, Eduardo acabou por se matricular no Seminário, por imposição do avô e para desgosto do rapaz, que se apaixonara, nos idílicos arvoredos do Bom Jesus, por Maria Luísa. Eis as razões do avô, expostas em diálogo com a avó, razões – bem à maneira romântica – que o coração desconhece:

> – Mas que destino queres tu que se dê ao rapaz? Pensas que temos dinheiro para o mandar a Coimbra? Olha que um património fica em conta, mas uma formatura compra-se a peso de ouro. E demais a mais fica-nos aqui de debaixo da vista, e pouco será o que havemos de gastar em livros. Está decidido. Amanhã vai matricular-se no Seminário.[69]

Nesse tempo, o Liceu era frequentado só por rapazes, muitos deles oriundos das aldeias do Minho e de Trás-os-Montes, que aqui vinham fazer os preparatórios aos estudos teológicos do Seminário. Assim tinha determinado a rainha D. Maria II, com a Carta de Lei de 28 de abril de 1845, cujo Art.º 5º prescrevia: «Os estudos preparatórios de Gramática latina, Retórica e Filosofia Racional e Moral serão supridas pelas Aulas públicas, estabelecidas nas cidades ou vilas, onde houver Seminários».[70]

O Seminário Arquidiocesano de S. Pedro, fundado pelo Arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, em 1572, era num imponente edifício, já desaparecido, localizado no Campo da Vinha, antes de se transferir, em 1880, para o antigo colégio de S. Paulo (dos jesuítas), no campo de S. Tiago (onde continua hoje).

---

69 *Ibidem*, p. 61.

70 *Apud* Ferreira, Mons. Cónego José Augusto – *História abreviada do Seminário Conciliar de Braga e das escolas eclesiásticas precedentes séc. XVI-XX*. Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1937, pp. 275-276.

Situando grande parte das suas histórias no Minho, é natural que Camilo, na sua obra ficcional, deixe referências ao Liceu e ao Seminário de Braga. Em *Cenas da Foz*, Bento de Castro Gama, amigo do narrador, é apresentado como antigo aluno do Seminário bracarense, em inícios do século XIX:

> Como quer que seja, o meu amigo provinciano era homem do *grande mundo*. Chamava-se Bento de Castro Gama, e não sei que mais. Era natural de Cabeceiras de Basto, filho segundo da casa denominada do *Olho-Vivo*, não sei por que derivação.
>
> Seus pais mandaram-no estudar latim e lógica, no Seminário de Braga. Bento corrompia o porteiro, e saía de noite, a provar que a lógica, sendo a arte de bem pensar, não exime um fraco mortal de pensar o pior que é possível. Dessas investidas noturnas à moral, resultou um escândalo em casa de um chapeleiro da *Senhora-a-Branca* e o sedutor teve de fugir do seminário, onde estava debaixo de olho, pendurando-se para a rua nos lençóis.
>
> Contava ele que o pai lhe abanara as orelhas, enquanto a mãe lhe preparava algumas tigelinhas de geleia de mão de vaca para o indemnizar das suculentas bochechas que deixara no seminário, emagrecidas sobre o *Novo Método* do Pereira, e o desabrido Genuense.[71]

A famosa indústria de chapéus de Braga concentrava-se ali para a Senhora-a-Branca, onde o D. Juan seminarista ficou em maus lençóis; mas foram literalmente os lençóis que, afinal, o salvaram.

Em *Coração, Cabeça e Estômago*, topamos com uma referência a um antigo seminarista de Braga, condiscípulo do padre João, um dos tios de Tomásia:

> – Era a namorada de um meu condiscípulo no seminário de Braga, que morreu de amores por ele no Convento de Sant'Ana, e ele também morreu por ela. Eram ambos de Chaves. Eu fiquei com o papelinho em que a coitada escreveu as coplas que a minha sobrinha canta a chorar.[72]

Voltando a Alberto Pimentel, natural do Porto, mas frequentador e bom conhecedor de Braga, extraímos da sua vasta obra mais

---

[71] *Cenas da Foz*, *OC* II, p. 765.
[72] *Coração, Cabeça e Estômago*, *OC* III, p. 853.

um interessante trecho sobre a nossa cidade, datado de agosto de 1887 e inserido em *Através do Passado* (1888):

> Conheço Braga como as minhas mãos.
>
> Mas a Braga que eu conheço tanto a preceito é a Braga de há vinte anos, uma cidade pouco menos de pré-histórica, repleta de morgados, de padres, de beatas e de miguelistas.
>
> Rezava-se, nessa boa Braga ancestral, o terço de rua em rua, e em voz alta. Depois do terço, jogava-se o loto, e às dez horas da noite, batidas pelo sino da sé, toda a população dormia na pureza das suas crenças religiosas e políticas, excetuando a ralé que estava abairrada nas Travessas, onde as orgias baratas se prolongavam licenciosamente até à meia-noite.
>
> Mas, fora das alfurjas circumpostas à sé vetusta, o silêncio e a solidão eram profundos às dez e um quarto.
>
> O campo de Sant'Ana, com o seu cruzeiro ao fundo, não era ainda o jardim florente de hoje em dia, com pequenos lagos e pontes de cortiça, com grades de ferro e cadeiras do asilo.
>
> Nada disso! Era um descampado tenebroso, onde esvoaçavam morcegos que iam beber o azeite das lâmpadas à igreja dos Congregados, e perpassavam corujas que sinistramente cruzavam o ar desde a igreja da Lapa, debaixo da Arcada, até à remota igreja de S. Vítor ou S. Vitouro, como então se dizia em prosódia braguesa.
>
> Ao fundo do Campo da Vinha a sentinela de infanteria parecia guardar a solidão de um túmulo: o quartel do Pópulo.
>
> Depois que a diligência do Porto partia da Rua da Cónega (da Cónega, note-se) à meia-noite, a sentinela do quartel não tornava a sentir fôlego vivo até que, sol fora, a população começava a cruzar o campo em direção à igreja do Carmo ou do Pópulo para ir levar a Deus a sua prece matinal.[73]

Sublinhe-se, nesse texto, o contraste entre o ambiente devoto predominante na cidade e a exceção: "a ralé que estava abairrada nas Travessas, onde as orgias baratas se prolongavam licenciosamente até à meia-noite." Os estudantes bracarenses que aspiravam ao sacerdócio faziam bem a síntese entre esses dois mundos antitéticos, como bem exemplifica o *Fístula*, José Macário, filho de Eusébio Macário (1879), cujo currículo de estroinice muito se enriqueceu em Braga:

---

[73] Pimentel, Alberto – *Através do Passado*. Paris, Lisboa: Guillard Aillaud, e C.ª, 1888, pp. 84-85.

> O filho de Macário, o José Fístula, era caçador e fadista de tabernas sertanejas. Tinha andado para padre, e esbanjara a herança materna em Braga, em orgias de frigideiras e na boémia das Travessas, mulheres de saias engomadas que rugem, esfervilham, de penteados altos, untados, com muita caspa e fitas azuis, arrastam chinelos de ligas, com os calcanhares de fora a esbeiçarem, com clavículas esqueléticas mordidas das herpes e dos vampiros das noites vinolentas, cheias de delírios devassos e indigestões de iscas de cebolada. Ele tornara para o pai com grande humildade faminta, de lázaro maltrapilho, com a camisa roída de imundície e a cara chupada de deboches e bebedeiras.
>
> Que se faria ladrão de estrada, ameaçava, se o pai o não sustentasse; que estava pronto a labutar na botica, pisando drogas no almofariz, e iria às ervas para os xaropes, que as conhecia muito bem. Pois não conhecia? Havia de ler a FARMACOPEIA do doutor Agostinho Albano, e até – resumia – tinha tineta para boticário.
>
> E o pai:
>
> – Pra burro, pra burro é que a tens! – resmungava apoplético de cóleras, crescendo para ele, inflamado como um vulcão explosivo, com a cara biliosa, e muitas palavras de abominação e trejeitos de pai turbulento de comédia palhaça.[74]

Mais tarde, o romancista, no enredo de *O Senhor Ministro*, incluído em *Narcóticos* (1882), relacionou o Fístula com Tibúrcio Pimenta, o protagonista, juntando-os como estudantes em Braga. Já antes, na Gandarela, tinham sido condiscípulos nas aulas de latim do reitor, o padre Santa Bárbora:

> O reitor ensinava latim a pinto por mês, e era caro. Tinha discípulos de longe que depois de cinco anos de conjugações e regência com muita broa e feijão à mistura, eram uns verdadeiros sepulcros de uma língua morta. Como todos se destinavam ao sacerdócio e à interpretação problemática do missal, nenhum era reprovado em Braga. À vista dos milagres que fizera, o padre mestre Santa Bárbora gabava-se de ser capaz de ensinar latim ao garrano de Eusébio Macário quando este lhe perguntava se o José, que também foi seu discípulo, o *Fístula*, teria pancada para as línguas.[75]

Acontece que Tibúrcio cedo aprendeu a conjugação do verbo *amo, amas, amare* e a sua regência, acusativo, complemento direto,

---

[74] *Eusébio Macário*, *OC* VIII, p. 469.
[75] *Narcóticos*, *OC* XV, p. 637.

na pessoa da sobrinha do reitor – a Francisca: «Com certeza, Tibúrcio depositava as flores da sua décima sexta primavera no decote do colete vermelho de Francisca, enquanto o prior, tio dela, lhe ensinava a ele a conjugar os verbos latinos. Ciência por ciência. Um ensinava o *Novo Método* o outro o velho.»[76]

O prior exigia que Tibúrcio reparasse a honra da pequena com o casamento, no que contou com a oposição dos pais, que já tinham destinado que o rapaz se havia de ordenar em Braga:

> A minha patroa quer o filho padre ainda que tudo que temos o leve a breca. Quando há anos o rapaz esteve a morrer de sarampo ela prometeu à Senhora dos Remédios de Braga que o Tibúrcio havia de ser padre, se não morresse. Que quer o Sr. doutor que lhe faça? É promessa é promessa, e leve o Diabo quem as não cumpre.[77]

E assim temos Tibúrcio Pimenta em Braga:

> Tibúrcio Pimenta foi para Braga continuar o seu latim e começar a lógica. Era esperto, mas pouco aplicado. O professor de filosofia racional e moral, o Sr. Pinheiro, notou-lhe uns vislumbres de materialismo, espontâneos e não reflexos da leitura dos racionalistas. Os seus condiscípulos atenciosos davam-lhe ousio a dizer triunfais asneiras de envolta com acertos luminosos como as faúlas que espirram inconsciamente dum brasido.[78]

As indicações cronológicas da narrativa são vagas e deixam a dúvida se, ao tempo da ação narrada, o Liceu ainda funcionava no Seminário ou se já estava no edifício dos Congregados. Fosse como fosse, um dos professores mais prestigiados era o Sr. Pinheiro, citado por Camilo: Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, professor de Ideologia, Gramática Geral e Lógica, no Liceu de Braga.

Outro famoso professor do Liceu, a quem Camilo também atribui como aluno o nosso Tibúrcio, é José Valério Capela:

> Havia raro quem estudasse francês em Braga naquele tempo. O clero estava providencialmente afastado desse manancial sujo de galicismos. Tibúrcio estudou apaixonadamente aquele idioma com o

---

[76] *Ibidem*, p. 630.
[77] *Ibidem*, p. 638.
[78] *Ibidem*, p. 640.

> professor José Valério Capela, um dos 7 500, que tinha um olho de vidro e um manancial inesgotável de anedotas obscenas. Tibúrcio declamava o *Telémaco* aos condiscípulos de lógica arrebatados da ênfase e dos *rr* que ele ringia e arrastava com as energias glóticas dum marujo de Marseille.[79]

De facto, só a partir de 1860 é que se tornou obrigatório para os alunos que se quisessem matricular no Curso Teológico apresentar certidão de aprovação em Francês nos liceus públicos[80]. Mas Tibúrcio tinha era queda para a oratória:

> Tinha gestos e atitudes quando discorria. Pensava então nas glórias do púlpito e já compunha sermões românticos que, aos dezoito anos, andava pregando por casa dos cónegos, do padre Martinho e das Sr.as Botelhas – umas beatas que embebedavam com jeropiga o pregador e o auditório. Vaticinavam que Tibúrcio iria pregar aos infiéis, e mandavam-no ler, enquanto elas choravam, nos *Anais da Propagação da Fé*, casos de martírios edificantes, desejando-lhe igual sorte. Tibúrcio então fazia-lhes à surrelfa, com ademanes garotos, aqueles *manguitos* que aprendera da mãe.[81]

É com os pormenores descritivos e com os tiques do estilo realista que Camilo, na esteira da paródia ao naturalismo que fez no *Eusébio Macário* e n' *A Corja*, descreve esse meio beato em que brilhava a eloquência de Tibúrcio, fazendo lembrar, nestas páginas, o Eça d' *O Crime do Padre Amaro* e d' *A Relíquia*:

> As Sr.as Botelhas de Trás da Sé eram duas irmãs, de idade canónica, com uma mocidade equívoca, muito realistas e boas proprietárias. Tinham casa com brasão, e pergaminhos de raça de *Botelhos*, antiquíssima. Gabavam-se de ter muitos cónegos, um cabido inteiro na geração, e o tio chantre que lhes deixara os bens e grossos cabedais em moeda. Organizavam a miúdo assembleias de padres e orquestras de músicas executadas por sacerdotes peritos no violão, na flauta, na rabeca e no rabecão. Havia bassos e falsetes estimáveis. O padre Martinho António fazia trinados e ginásticas de garganta muito disciplinada. Era um presbítero novo, espadaúdo, de boas chalaças, com umas exultações de justo e um temperamento sanguíneo sopeado pelos concílios e pela convivência

---

79 *Ibidem*, p. 642.
80 Cf. Ferreira, *op. cit*, p. 339.
81 *Narcóticos*, *OC* XV, p. 640.

com senhoras refratárias às armadilhas do pecado mortal, 3º na série. A sala das festividades onde Tibúrcio Pimenta pregava era adornada de cómodas e contadores de pau-santo em que havia algumas imagens de bem-aventurados, boas esculturas, com resplendores de prata faiscantes, envidraçadas em urnas. Ardiam dezenas de velas de cera em castiçais antigos de prata lavrada com *bobeches* de papel azul em recortes, diante das imagens que vermelhavam com reflexos metálicos as suas carnaduras envernizadas. Um S. Pedro de Rates, o lívido bispo-mártir, tinha o semblante escarlate de cónego, depois de um jantar de Entrudo, numa indecisão entre as contentes vegetalidades fisiológicas do sangue que se quilifica e as ameaças rubras de uma apoplexia. O Santo António, como sempre, refeito, bochechudo, muito risonho. Estes celícolas, muito faceiros, ao sopé de um calvário escabroso, onde se hasteava o madeiro com o Cristo muito carminado de chagas esponjosas, não davam o tom trágico da legenda, exceto a Madalena que rolava umas lágrimas do tamanho de camarinhas suspensas nas maçãs do rosto com uns reflexos vítreos. No centro da quadra, alumiada como câmara-ardente, erguia-se a estante com as músicas à frente das cadeiras em que se assentavam os músicos, e arrumavam o instrumental, quando passavam a uma saleta onde estava um aparador de mogno. Garrafas cristalinas, facetadas, opalizavam a limpidez dos vinhos antigos e das jeropigas capitosas; bandejas cinzeladas de velha prata, com brasões, coguladas de queijadas e doces muito finos de filamentos de ovos resplandeciam entre jarrões japoneses com camélias e alecrim-do-norte em flor. Libações saboreadas e vagarosas solenizavam em brindes muito sérios, com a voz cava a sair das profundezas dum íntimo respeito, as virtudes de D. Eufrásia Botelha, um anjo de bondade, e de sua irmã D. Hipólita Botelha, a candura personalizada – duas joias inestimáveis, dois raros espelhos de perfeição – acrescentava o padre Martinho enchendo o cálice do 1830.[82]

Se estudar Francês era, naquele tempo, uma extravagância para quem pretendia ordenar-se, o vestuário de Tibúrcio não era menos invulgar:

A caracterização de Tibúrcio não era nada clerical. Vestia à moda e de casimiras caras muito coloridas; usava luneta de um vidro estreme sem aro, refegando-lhe as duas pálpebras com um grotesco de caricatura do Gavarni de 1840; o seu vasto chapéu

[82] *Ibidem*, p. 641.

> branco de castor foi o primeiro que entrou no Arco da Porta Nobre e levou o assombro aos lojistas pela Rua do Souto fora até ao campo de Sant'Ana. Frequentava a sociedade fina. Dizia-se que era rico, e contava-se o caso da Francisca, multiplicado com uma dezena de meninas da Gandarela, cortadas em flor, umas tísicas, outras hidrópicas e algumas doidas.[83]

Mas o estudante da Gandarela não seria o único, a julgar pela insistência dos regulamentos do Seminário nesse ponto. O Arcebispo D. José de Moura, em edital de 1858, determinava que todos os alunos que se destinassem à vida eclesiástica não usassem dentro desta cidade outro vestuário que não fosse o eclesiástico, a saber: capa, batina, cabeção, meias pretas e sapatos, sem que apareça a calça[84].

Agora imagine-se a cara dos pais quando viram o filho trajado daquela forma, no Campo dos Touros (atual Praça do Município):

> A mãe e o pai foram ao Bom Jesus, e ficaram pasmados quando encontraram o filho, no campo dos Touros, vestido daquele feitio, com um cacete de correia e ponta de veado pendente do pulso. A mãe, já perto do filho, punha a mão aberta sobre os olhos para convergir a luz difusa, e dizia ao marido:
>
> – Ó João! olha que ele não é ele!
>
> – Então é o Diabo por ele – ponderava o João Pimenta.
>
> Lá na Gandarela constava que o Tibúrcio já tinha ordens menores e pregava sermões que era um pasmar. A tia Jerónima Pimenta atribuía a sabedoria do seu padre a Nossa Senhora dos Remédios de Braga. Dizia o Viegas que os melhores *remédios* de Braga para o padre Tibúrcio haviam de ser, não os da *Senhora* mas os de *S. Marcos*. O padre-mestre desmentia o boato das ordens, e reiterava o seu juramento de que o Tibúrcio, enquanto ele fosse vivo, não abriria coroa. Isto constava à tia Jerónima que batia com o tamanco no sobrado, exclamando:
>
> – O vigário há de roê-la! No dia em que o meu Tibúrcio cantar missa, hei de mandar comprar três dúzias de bombas reais à Lixa, que lhas hei de mandar estoirar mesmo nas ventas do vigário!
>
> É imaginar quantos ramos de estupores congestivos ameaçaram a cabeça desta mãe desditosa, quando viu o filho vestido "como *pantomineiro!*" – dizia ela a gorgolejar uns soluços tamanhos que pareciam vómitos.[85]

---

83 *Ibidem*, p. 642.
84 Cf. Ferreira, *op. cit.*, p. 327.
85 *Narcóticos*, OC XV, pp. 642-643.

É então que Tibúrcio desengana os pais, revelando que lhe estavam destinados voos mais altos do que ser abade numa aldeia do Minho:

> Tibúrcio levou-os ao seu quartel na estalagem da Rua dos Chãos, e desenganou-os. Declarou que não queria ser padre mau; e que não podia ser padre bom. Que o seu destino era outro, e todos lhe diziam que havia de ir longe, se se formasse em leis, porque a sua vocação era a política, fazer guerra aos Cabrais e civilizar a sua pátria.
>
> O pai escutava-o com a boca muito aberta e a mão encornetada na orelha para lhe perceber a torrente das suas razões aliás bem redigidas de ideias e língua; a mãe estava a chorar e a limpar abundante pus que lhe afluía dos olhos e do nariz que esmoncava com frenesi. Esgotado o palavrório, Tibúrcio esperou a resposta do pai, o qual, depois de uma longa pausa, ergueu-se com as mãos fincadas nos quadris, e disse com uma grande e resignada serenidade:
>
> – Pois enfim… que te leve o diabo! Arranja-te lá como quiseres. Pinto, não me apanhas nem mais um! Em dois anos comeste-me setecentos e cinquenta e três mil réis. Comeste por uma vez. Eu bem to dizia, Jerónima! Olha que ele não se ordena; e, se vai neste gastar, temos de vender as terras, e estamos a roubar o outro filho… Não to disse eu, mulher?
>
> E a mãe:
>
> – Deixa lá, home! Isso não há de ser assim. O nosso Tibúrcio há de ordenar-se. A Senhora dos Remédios de Braga há de fazer o milagre – e olhava suplicante para o filho que enchia o cachimbo sentado na cama, bamboando o seus butes de verniz com esporins. – Faz-me a vontade, filho – prosseguia ela, pondo-lhe as mãos nas faces muito carinhosa e esperançada. – O vigário diz a toda a gente que não hás de dizer missa; e, se ele leva a sua por diante, eu dou um estoiro como uma castanha. Ó Tibúrcio, já agora que tens gasto tanto dinheirame, anda pra diante, canta missa, e depois, se não quiseres fazer vida de padre, não faças, que tens que comer, graças a Deus.
>
> Não o comoveram os rogos da mãe consternada; mas o programa paterno; – *Pinto, nem mais um*, abalou-o deveras.[86]

Via-se assim o estudante em sério risco de ficar sem recursos para continuar aquela vida airada em Braga. Por alvitre do experi-

---

[86] *Ibidem*, pp. 643-644.

ente José Macário, "o mais desaforado malandrim das províncias do norte", que, nesse tempo, voltava a ser seu condiscípulo, Tibúrcio fingiu sacrificar as suas ambições à vontade dos pais:

> Foi o Fístula quem aconselhou o Tibúrcio a mentir ao pai – que sim, que se ordenava; – e a apanhar à mãe um cordão de quatro moedas e meia para comprar uma batina e uns sapatos de fivelas de aço.
>
> A boa criatura, antes de recolher-se à Gandarela, muito alegre e penhorada com a Senhora dos Remédios de Braga, tirou o cordão do pescoço, e disse-lhe: – Aí o tens, tua avó morreu com ele. Assim com´assim, pra ti era. Compra a batina, e leva-a quando fores a casa, que a quero pendurar na varanda ao sol quando passar o reitor. Ele diz que nunca hás de ser padre? Pois há de rebentar que o há de levar o Demo, Deus me perdoe![87]

Dessa parceria entre Tibúrcio e Fístula resultaram escandalosas estroinices pelas ruas de Braga. Leia-se este verdadeiro roteiro da vida noturna bracarense daquele tempo:

> O José Macário e o Tibúrcio acamaradaram-se numa pelintragem desbragada durante um inverno. Fístula espatifava a legítima materna, 600$000 réis limpos e secos. Embebedavam-se nas pastelarias do André, do António do Cantinho e do Domingos Aleixo, um mouco que recheava as frigideiras com um grande lardo de moscas picadas. Às vezes os dois bragantes sabiam a cair do Catrambias onde havia petiscos acirrantes e o rico verdasco, na Rua do Alcaide. Conheciam muito as iscas, depois da meia-noite, no Cunilheiro, no Campo das Hortas; e, se lhes não abriam a porta, iam à tasca do Coxo onde se jogava até ao dia, depois que o Caçoula, na Rua d'Água, fechava a porta. Frequentavam de madrugada o botequim da Açucena na Cruz de Pedra, onde havia grande banzé de ordinandos vestidos de saragoça de varas, aspetos muito selvagens, com tombas nos sapatos, a matarem o bicho e a comerem forminhas com as mãos muito calejadas e espigadas de cravos. Os menos alcoolizados bebiam pelos pires, num farfalhar suíno, uma bojuda xícara de café por 10 réis, e diziam que era muito superior ao café-forte das Carvoeiras, debaixo da Arcada. Mas as bebedeiras mais características dos dois apanhavam-nas na tasca do Chineleiro, a S. Miguel-o-Anjo, ou na estalagem do Manuel da Rua d'Água, um que chamavam "o galego domesticado."[88]

Era para os Tibúrcios e Fístulas que, em edital de novembro de

---

87 *Ibidem*, pp. 645.
88 *Ibidem*, pp. 644-645.

1858, o Arcebispo D. José de Moura determinava: «1º, que seriam excluídos da Ordenação e riscados da matrícula das aulas do Seminário aqueles estudantes que habitualmente frequentassem casa de jogos proibidos, casas de prostituição, e vendessem as vestes escolares ou Compêndios, para sustentarem os seus vícios; 2º, que seriam excluídos da Ordenação os estudantes dos Liceus manchados com os mesmos vícios; 3º, que não seriam admitidos a Ordens aqueles Ordinandos que fossem dados ao jogo, que frequentassem bilhares e botequins, que não fizessem uso das vestes escolares, que não frequentassem os Sacramentos, que não assistissem à Missa conventual, nos dias de preceito, e, finalmente, aqueles que em descantes e motins noturnos vagueassem pelas ruas da cidade.»[89]

Com aquele cordão da mãe, em vez da batina Tibúrcio comprou foi mais uma vestimenta à moda. Apaixonou-se por Amália Queirós, filha de um bedel de Coimbra, que viera passar a Braga uma temporada, em casa do seu tio, padre João Evangelista. O *coup de foudre* aconteceu um domingo, na missa dos Congregados:

> Com as 4 moedas e meia do cordão comprou Tibúrcio uma judia de pano verde com capuz de borla e alamares de troçal. No domingo em que a estreou foi que viu pela primeira vez na missa dos Congregados a Amália Queirós, sobrinha do padre João Evangelista Lopes. Ela sentiu-se penetrada, pela sétima vez, até às concavidades menos exploradas do seu peito. Tinha deixado em Coimbra um byroniano que a crismara romanticamente em *Ofélia*, um poeta de solau, que descera de *Hamlet* a *Falstaff*, namorando uma serventeoleosa, de bons dentes e carnes duras, com quem se atascara nos marnéis da mancebia. Amália estava muito escamada e sedenta de novos amores – a vingança lorpa das abandonadas.
>
> A filha do bedel já o conhecia como estroina, de finas pilhérias, e muito querido das mulheres tricanas e até das finas senhoras. O tio contara-lhe que o ouvira pregar um sermão em casa das Botelhas, – coisa muito bem feita, se era dele; mas que lhe constava que o rapaz pegara a asnear com as fêmeas, e que não queria ordenar-se. Não podia recomendar mais cordialmente o estudante à sobrinha.
>
> Ora ela, quando o viu à porta dos Congregados, com a judia verde de alamares pretos, com o chapéu de castor branco, verniz, luvas cor de telha, luneta e polainas azuis com botões amarelos, achou-o bonito, com todas as fascinações dos romances da *Biblio-*

---

[89] *Apud* Ferreira, *op. cit.*, p. 328.

> *teca Económica*. Lembrou-se então do seu sórdido e extinto *Hamlet* que trazia uma capa e uma batina remendadas com linha branca, o gorro lustroso de pomadas ordinárias, os calcanhares das meias de dentro sujas esbeiçando pelas de laia, os sapatos cambados e o trapo do cabeção surrado como uma rodilha. Sentiu então que tinha ainda fibras virginais para as sétimas núpcias do seu coração. Entrou em casa muito leve, nuns pulos de arvéloa, a cantar coisas – barcarolas, a xácara dos *Renegados*, o *Lundum da Figueira*, ratices académicas.[90]

E, além do mais, a sobrinha do padre João Evangelista era um bom partido, pois o tio granjeara pingues cabedais com a fama de confessor eficacíssimo na salvação das almas, para o que muito contribuíram as Moitas, da Rua das Cónegas (Rua da Boavista):

> No decurso destes nove anos, o padre João Evangelista que vivia da missa de seis vinténs e dos defuntos, quando a irmã casou, meteu-se com bom dia pelo caminho da fortuna sem deslizar do trilho da religião. Guiava-o o padre-mestre Larraga com a ciência da vida e da alma. Fez-se confessor e ganhou fama. É o que diziam debaixo dos Arcos do Campo de Sant'Ana, no botequim das Carvoeiras, os difamadores da terra. Não dava férias à faina deste essencialíssimo sacramento – acrescentavam os maledicentes. Abria as portas siderais do Céu e os alçapões lôbregos do inferno, a toda a hora, umas vezes com as chaves que lhe transmitira, mediante o príncipe dos apóstolos, a sublime vítima da crueldade judaica; outras vezes, corrompendo a teologia casuística, abria as portas do céu com pé de cabra, metendo na bem-aventurança gente impossível. Como a idolatria transportara ao Olimpo o burro de Sileno, pouco havia que espantar na longanimidade com que padre João fazia predestinados. Dizia ele, pondo os olhos no espaço – e nisso concordava toda a Rua das Cónegas – que as três irmãs Moitas suas confessadas e já defuntas estavam inteiras na cova e inteiras no Céu. Era uma das suas façanhas sobre o Diabo; porque, tendo elas sido usurárias, intriguistas, feias e concubinárias sacrílegas de frades do Pópulo e de Tibães, afinal, caíram em si, de si caíram para o peito edificante do seu pai espiritual, e acabaram aureoladas de resplendores de Marias Egipcíacas, deixando ao seu confessor 30 000 cruzados em peças e dobrões.[91]

---

[90] *Narcóticos*, *OC* XV, pp. 645-646.
[91] *Ibidem*, pp. 625-626.

Entretanto, chegaram a Basto rumores da vida desbragada que Tibúrcio levava e que, definitivamente, desenganaria os pais acerca da sua ordenação. Para tirar a limpo o que se passava, veio a Braga o irmão mais velho de Tibúrcio:

> O lavrador mandou o filho mais velho informar-se a Braga. Além do que era exato, o irmão do estudante, que via com inveja e pesar as despesas de Tibúrcio prejudiciais ao casal, regressou com informações piores do que obtivera. Como lhe contassem que o Tibúrcio estivera num baile de entrudo em casa das Narcisas da Senhora à Branca – as irmãs do capitão Narciso do 8, muito pagodistas – vestido de vivandeira, o irmão foi contar que o Tibúrcio andava por Braga, de noite, vestido de rameira – e explicou.
>
> A tia Jerónima benzeu-se com a mão esquerda, e o pai, dando com o olho da sachola uma iracunda pancada num canhoto de carvalho, disse que o seu regalo era que o canhoto amolgado fosse a cabeça de Tibúrcio.
>
> E, como era de esperar, não lhe mandou a mesada nem mais respondeu às cartas do filho.[92]

E como um mal nunca vem só, Amália também rompeu com o estudante da Gandarela, quando, uma noite, ele se lhe apresentara a cair de bêbedo:

> Por vaidade, Tibúrcio não contou que Amália o despedira; mas compreendeu a causa do imprevisto desfecho, quando o Macário lhe disse:
>
> – Tu ontem quando foste ao *rendez-vous* levavas um grande pifão, não te lambias. Eu também saí tão bêbedo do Catrambias, que fui com a banza para casa da espanhola e fiz tamanho estardalhaço que ela gritou à-d´el-rei. Puseram-me na rua, e já era manhã quando entrei em casa com a viola sem cravelhas. Uma reinação! Bebedeira assim! E tu? Como a cozeste? A rapariga deu fé?
>
> – Não – disse Tibúrcio abstraído, recordando-se envergonhado – eu não estava muito bêbedo.[93]

Amália acabou por lhe aceitar as desculpas, mas o tio achou mais sensata a mudança de ares, e a amada de Tibúrcio regressou

---

[92] *Ibidem*, p. 651.
[93] *Ibidem*, p. 652.

a Coimbra. Tibúrcio pegou a regenerar-se, encheu-se de brios e foi para Coimbra, onde, obtido o perdão dos pais, se empenhou em completar os preparatórios para Direito, tarefa não muito difícil, diz Camilo, lançando uma das suas farpas à Cidade dos Estudantes:

> Naquele tempo era fácil a empreitada. Ele era sofrível latino, adivinhava a lógica, e sabia francês melhor que os professores de Coimbra. O exame de geometria custava 12$000 réis em metal. O resto, a geografia do Dr. Bernardes Carneiro e a Retórica do padre Cardoso e a História do Dória requeriam apenas alguma paciência, uma dócil ignorância e muito boa fé.[94]

Nas férias do primeiro ano, veio Tibúrcio a Braga ver Amália, que regressara para casa do tio. Foi aqui que se casaram. Formado em Direito, fixaram-se no Porto, onde o bacharel Tibúrcio exercia como advogado. Os seus dotes oratórios rápido o tornaram causídico afamado, mas Tibúrcio Pimenta não se sentia realizado: «Não queria salvar delinquentes que a sua própria consciência acusava. Queria salvar a nação. Ansiava as glórias honradas do Parlamento.»[95] Eleito por Cinfães, lá foi, com a lança de Quixote em riste, para o Parlamento, tal como o Calisto Elói d'*A Queda dum Anjo*: «No fim da legislatura o Dr. Tibúrcio confessava que, neste dilúvio de porcaria, as bestas eram tantas e a arca tão pequena que afinal não se salvava ninguém, por causa das bestas.»[96] Qualquer semelhança com atualidade é mera coincidência…

Não fosse a mesquinhez deste país, e hoje Braga disputaria a Coimbra a glória de ter ajudado a formar o ministro que conseguiu salvar a Nação com a única forma de a salvar: "uma grande amputação". O velho padre João Evangelista foi o Sancho Pança que tirou a Tibúrcio essa ilusão:

> – Parece-me que voltas aos sermões de casa das Botelhas. Esses sermões do Parlamento, se ninguém os encomenda, sempre há uma nação que os pague; a pobre nação gangrenada, mas assim mesmo a pagar com rara pontualidade! Tibúrcio, nada de amputações, que te não vá ficar a doente nas mãos por causa da hemorragia.[97]

---

[94] *Ibidem*, p. 663.
[95] *Ibidem*, p. 687.
[96] *Ibidem*, p. 688.
[97] *Ibidem*, p. 688.

E assim Braga rivaliza com Coimbra a glória de ter formado um ministro da... Ordem Terceira de S. Francisco. "Ora bolas!"

3. A "ESPOSA DE FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES"

No fecho da obra *No Bom Jesus do Monte*, refere Camilo Castelo Branco que, regressando pela última vez àquele espaço que tantas memórias lhe fez reavivar – desde a primeira vez que ali subira, tinha 11 anos e era órfão –, sentiu a angústia do tempo devorador. Sabendo já falecidos alguns amigos que ali conhecera ou com quem ali convivera, e mal reconhecendo outros, desfigurados pela velhice, Camilo, esgotadas as lágrimas, desce a montanha e chega a Braga:

> Ao anoitecer, cheguei a Braga.
>
> Passei no adro de um templo aberto. Vi lá no topo, sob o arco da capela-mor, um vasquejar de círios. Cuidei que era um esquife. Ao lampejo das velas avistei dois vultos de mãos postas, e disse entre mim: "Está-se ali chorando a perda de uma vida. Vejamos a formosa majestade das lágrimas à orla de um féretro". Avizinhei-me com o sublime tremor da piedade. Era uma sepultura rasa, com uma inscrição que as flores me não deixaram entreler.
>
> Ergueu-se um ancião dos dois que estiveram orando.
>
> Perguntei:
>
> – Quem está aqui sepultado?
>
> – É o padre-mestre João da Neiva – respondeu.
>
> – Santo? – repliquei.
>
> – Virtuoso – retorquiu o velho. – Santo, Deus o sabe.
>
> – Faz milagres? – voltei eu.
>
> – Os afligidos, que têm aqui chorado, dizem que sim. Os milagres, que eu tenho pedido ao virtuoso, todos me tem feito.
>
> – Serei indiscreto perguntando-lhe a natureza desses milagres?
>
> – Não, senhor; eu lhe digo: o que eu lhe peço é alívio em desgostos grandes; quando me levanto de orar estou consolado. Estes milagres não mos têm feito os consolativos discursos dos filósofos, nem ainda as declamações dos oradores sagrados, nem a unção dos Evangelhos de Nosso Senhor Jesus Cristo. Despenar-se com tão pouco uma alma em transes, é grande maravilha.
>
> – Pode dar-me um resumo da vida do padre Neiva? – tornei eu, com bom espírito.

– Praticou a virtude...

– Mas, se alguns pormenores...

– Praticou a virtude sempre. Não se sabem as virtudes ocultas: viu-se-lhe apenas o que ele não podia esconder em setenta e quatro anos de humildade, de pobreza, de oração, de beneficência. Crê-se que este virtuoso estava da mão de Deus; por isso aqui vêm os que têm fé na sua intercessão.

– E este virtuoso seria desgraçado? – redargui.

– Não, senhor: ria-se-lhe o semblante nas enormes tribulações das enfermidades, que foram muitas nos últimos anos.

– Era sábio?

– Foi lente de Teologia; pregador de nomeada em Lisboa; e prior do seu convento em São João da Cruz de Carnide. Quando os frades saíram dos conventos, frei João foi encarcerado numa enxovia, porque não despira o hábito, nem o pudera esconder dos olhos que se escandalizavam de verem o pobre frade fiel ao voto que fizera de nunca o despir. Depois mandaram-no em paz morrer de fome onde quisesse. Chegou a Braga, e foi agasalhado. O seu pão era pequenino: pouco lhe abastava. Não pedia nada para si; e andava esmolando para indigentes obscuros. Quando lhe avultavam mais as dádivas, ia comprar nos recolhimentos religiosos uma cela para alguma menina pobre que estivesse sem amparo, ou mal esteada contra os perigos do mundo. É o que eu sei da vida deste consolador. Se sofre, senhor, se a sua dor não é soberba, humilhe-se aos pés dessa sepultura, que estão aí as cinzas de um virtuoso.

Ajoelhei, e orei.

Eu não tinha lágrimas; e a bem-aventurança é prometida aos que choram.

As lágrimas são o óleo lustral da purificação. Quando elas me refrigerarem os olhos, adustos ainda de remirarem as lavaredas do seu Inferno, então voltarei à sepultura do virtuoso.[98]

O templo onde entrou o romancista e onde dialogou com o ancião que orava em frente ao túmulo do padre-mestre João de Neiva é a igreja do Carmo, cujo convento, na Rua do Carvalhal, começou a ser construído em 1654, depois da fundação, em 1635, da ordem carmelita em Braga, por Frei José do Espírito Santo. É, efetivamente, na igreja do Carmo, cuja fachada foi totalmente modificada por volta 1915, sob direção do arquiteto Moura Coutinho, que está sepultado Frei João da Ascensão (ou Frei João de Neiva),

[98] *No Bom Jesus do Monte*, *OC* XI, pp. 791-793.

popularmente venerado como "fradinho de Braga", cidade onde morreu "em cheiro de santidade", em 16 de março de 1861, dois anos antes, portanto, da cena representada no texto de Camilo. A sua piedosa vida, o exemplar espírito caridoso com que se dedicou aos humildes mereceram-lhe a canonização popular, a ponto de Diogo Pimentel, no "Roteiro ou abreviada notícia de Braga", afirmar: «Quem entra em Braga julgara violar um santo preceito, se não visitasse a sepultura do Santo Fradinho, e lhe não deixasse o seu óbolo»[99]. E Camilo Castelo Banco, "o penitente", nunca ficava insensível aos desgraçados, aos que sofrem, aos que tudo sacrificam em vida pelos outros e cujo exemplo permanece, depois da morte, como consolação para os que ficam.

Sublinhe-se, no texto de Camilo, a referência ao encerramento dos conventos: "Quando os frades saíram dos conventos". Tal deveu-se, como se sabe, ao decreto do "mata-frades", Francisco António de Aguiar, em 1834, implicando a apropriação pelo Estado dos bens religiosos. Parte do convento do Carmo ficou ocupada pelo hospital militar da guarnição da cidade. Mais tarde aí funcionou o Colégio Dublin (instalado desde 1918).

Outro convento masculino que existiu em Braga e ao qual se refere Camilo, no tempo em que ainda funcionava como tal, é o convento do Pópulo, de religiosos eremitas descalços de Santo Agostinho, fundado em 1595 por D. Frei Agostinho de Castro. Com os seus poderes de ficcionista, no Colégio de Nossa Senhora do Pópulo fez Camilo estudar uma personagem de *O Demónio do Ouro*:

> O morgado de Garfe, irmão da infeliz Paula, falecida no pio cárcere da Tamanca, teve um filho que não herdou a índole do pai implacável com as culpas da irmã. Às ocultas dele, quando cursava rudimentos no Convento do Pópulo, em Braga, visitou algumas vezes sua tia, em presença das vedetas, e viu a criancinha que nascera manchada do ferrete sacrílego.[100]

Na novela *O Comendador*, cuja ação se situa por 1851, quando no convento do Pópulo estava já instalado (desde 1849) o Regimento de Infantaria 8, é nele que se vê coagido a fazer recruta Belchior

---

[99] Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Memórias do Bom Jesus do Monte e roteiro ou abreviada notícia de Braga*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876, p. 120.

[100] *O Demónio do Ouro*, *OC* VII, pp. 475-476.

Bernabé, por reação vingativa de um lavrador da freguesia de Santa Maria de Abade (Abade de Vermoim, Famalicão), por cuja filha, Maria Ruiva, se apaixonara o enjeitado. A tia Bernabé, a mãe adotiva, vem a Braga, prorrompendo em lágrimas ao vê-lo em exercício militar:

> Em Famalicão deram-lhe uma guia e enviaram-no entre seis espingardas para Braga. Ao outro dia era soldado.
>
> A tia procurou-o no quartel do *Pópulo* nesse mesmo dia. Quando o viu de cabeça tosquiada como cão morrinhoso e coleira de couro preta, estonteou-se o juízo e esteve a pique de cair. O recruta, chorando com ela nos braços, apiedou o comandante da guarda, que os mandou entrar na casa das tarimbas. Daí a duas horas, tocou a corneta a recruta. Belchior já não tinha nome. Era o 29.
>
> – Salta daí, 29! – bradou-lhe um anspeçada.
>
> – Que é? – perguntou a tecedeira.
>
> – Vou para o exercício, a minha mãe.
>
> Ela viu-o marchar com outros para o campo do exercício; e logo, a meio caminho do terreno das manobras, um furriel barbaçudo e de chibata lhe assentou na parte sobrejacente às pernas um pontapé instrutivo. Diga-se a verdade – era o primeiro.
>
> A tecedeira, quando isto presenciou, saiu do campo estrangulada por soluços, entrou na Sé, e orou largo tempo com o rosto no pavimento.[101]

No passo há pouco citado de *O Demónio do Ouro*, dizia o narrador que o estudante do Pópulo visitava às vezes a sua tia, recolhida na Tamanca com uma filha "que nascera manchada do ferrete sacrílego". É, como se sabe, o convento de religiosas dominicanas da Tamanca (denominação que lhe proveio "das duas mulheres que deram origem ao Recolhimento na cangosta da Palha e que para aqui vieram calçadas de tamancas", informa Albano Bellino[102]), ou Convento das Recolhidas da Terceira Ordem da Penitência de S. Domingos. Junto ao convento, funcionava também o Conservatório das Órfãs do Menino Deus, fundado por D. Fr. Caetano Brandão. Em inícios do séc. XX, o Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos comprou os edifícios dessas duas instituições extintas e

---

[101] *O Comendador*, in *Novelas do Minho*, *OC* VIII, p. 67.

[102] Bellino, Albano – *Arqueologia cristã*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1900, p. 198.

mandou construir o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, inaugurado em 1924, na Rua de S. Domingos, ainda hoje conhecido como "Seminário da Tamanca".

No convento da Tamanca recolheu Camilo várias personagens femininas das suas narrativas, como a já mencionada Paula de Magalhães, desonrada pelo Padre Bento da Mó e repudiada pela família, aí vivendo até à morte, com a filha, Cristina de Magalhães, a qual permanece na instituição até que Manuel Vieira, seu irmão, a vem retirar, acabando por casar com o tal primo que as visitava, mãe e filha, quando estudava no Pópulo:

> Por aqueles dias, soube Manuel Vieira que, no Recolhimento da Tamanca, em Braga, vivia uma recolhida em pobreza extrema, filha da já defunta senhora de Darque, com quem o padre Bento Ribeiro se havia homiziado em Espanha. Contaram-lhe que a pensão dada à mãe cessara por sua morte; e que a menina aceitara ser criada de uma pensionista por não ter de quem se valesse.
>
> Foi Manuel Vieira a Braga com sua mulher. Pediu à regente do Recolhimento que lhe enviasse ao locutório sua irmã, filha de D. Paula de Magalhães.
>
> – Nunca a mocinha nos disse que tinha irmão – objetou a regente –; os nossos estatutos são muito rigorosos em receber o sexo masculino no locutório; mas como vem também uma senhora, não duvido mandá-la.
>
> Cristina, que tanto poderia ter dezoito como quarenta anos, apareceu vestida de baeta escura, cabelo cortado, faces lívidas, olhar estúpido, jeitos canhestros, postura boçal, um todo de repugnante miséria de alma e de corpo.
>
> A regente, por se desafogar de escrúpulos, mandou com ela uma recolhida velha tão parecida com a nova em modos e feitio, que pareciam ser uma o suplemento piorado da outra.[103]

A propósito dos escrúpulos da regente em receber o sexo masculino no locutório, vem aqui de molde, entre parênteses, uma curiosidade: por meados do séc. XVIII, verificaram-se problemas disciplinares neste convento, cuja regente "admitia muitas visitas, inclusivamente de homens"; a porteira foi também acusada de deixar entrar homens. Ao longo do séc. XVIII, os arcebispos bra-

[103] *O Demónio do Ouro*, *OC* VII, p. 465.

carenses tiveram de atuar para repor a ordem nos recolhimentos da cidade, onde se verificavam alguns desmandos[104].

Antes de prosseguirmos, convém ainda acrescentar algumas notas contextualizadoras. A lei da extinção das ordens religiosas, a que acima aludimos, tivera como exceção transitória as ordens femininas. Os seus conventos continuariam a funcionar até à morte da última religiosa. O da Tamanca, por exemplo, ainda acolhia em 1873, segundo Pinho Leal, "dez religiosas, além das recolhidas"[105].

É de notar que os conventos femininos não internavam apenas religiosas. Também recebiam seculares: meninas ou jovens educandas que um bom casamento poderia vir a libertar da clausura. O próprio Camilo, por exemplo, tinha uma filha, de que já se falou acima, Bernardina Amélia, fruto dos amores juvenis com Patrícia Emília de Barros, a qual foi educada no convento de S. Bento da Ave Maria, no Porto, donde saiu para se casar com um capitalista da cidade, António Francisco de Carvalho. Os conventos eram também locais de retiro de mulheres casadas ou abrigo para viúvas, ou ainda cárcere expiatório para mulheres com uma vida manchada, aos olhos da sociedade, pela desonra. A entrada compulsiva no convento, para além de poder resultar de fatores patrimoniais, relacionados com a lei dos morgadios, pois com as filhas seguia-se também o princípio da primogenitura[106] (no conto "A Flor da Maia" diz-se de uma menina que "educada nas Ursulinas, saíra do convento para o fim honesto de granjear marido que a indemnizasse do infortúnio de ser filha segunda em casa de morgadio"[107]), era muitas vezes a solução imposta pela autoridade paterna para conflitos familiares derivados de relações amorosas não consentidas, como única alternativa a um casamento escolhido pelos pais (recordemos o caso de Teresa Albuquerque, no *Amor de Perdição*). Podia também ser a

---

[104] Araújo, Maria Marta Lobo de – "Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna", in Laurinda Abreu (ed.), *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (siglos XV-XX)*. Bilbao: Universidaddel País Vasco / EuskalHerrikoUnibertsitatea. Servicio Editorial, 2007, pp. 193-313 (p. 308).

[105] Pinho Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa – *Portugal antigo e moderno*. Vol. I. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873, p. 439.

[106] Sá, Isabel dos Guimarães – "Os espaços de reclusão e a vida nas margens", in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011, pp. 276-299 (p. 279).

[107] "A Flor da Maia", in *Quatro Horas Inocentes*, *OC* XV, pp. 383-384.

solução temporária em situações de processo de separação conjugal (Ana Plácido recolheu-se, nessas condições, a mais do que um convento). Podendo, pois, ser temporária, até à resolução do diferendo, ou até à obtenção de licença para um casamento que reintegrava as jovens na sociedade, quando não era a fuga ou o rapto que as resgatavam para viverem livremente os seus amores contrariados, a reclusão tornava-se definitiva, quando as jovens acabavam por professar, devotando-se para sempre à vida religiosa.

Imposta pela autoridade paterna, tutorial ou marital, a clausura representava, paradoxalmente, um espaço de liberdade, de fuga a essa autoridade, de triunfo do coração, ou de refúgio contra a opressão da sociedade: "Estou mais livre que nunca. A liberdade do coração é tudo", exclama a Teresa do *Amor de Perdição*, ao entrar no convento.[108]

É verdade que também existiam recolhimentos femininos, criados no contexto de uma sociedade pós-tridentina que "exacerbava os valores morais e a castidade feminina"[109], os quais serviam especificamente esse objetivo de proteger as donzelas dos males do mundo ou de morigerar, pela penitência, as mulheres que tinham provado o fruto do mal:

> Os recolhimentos funcionavam no pressuposto de que não constituíam residência para as recolhidas, mas sim num local temporário de acolhimento para resolverem o problema do casamento ou para se dedicarem ao serviço de Deus. Serviam de resguardo durante um período em que as mulheres eram consideradas em risco e estavam mais vulneráveis ao descaminho, precisando de ajuda.[110]

Mas os conventos partilhavam com os recolhimentos essas funções sociais e morais: «Nuns e noutros havia também mulheres que se recolhiam sem tomar votos pagando a sua estadia. Eram geralmente viúvas, esposas em processo de separação dos maridos»[111]. Ou seja, os conventos também funcionavam como "recolhimentos": «Existiam também opções que não passavam pela profissão solene, preferindo as mulheres fixar residência no convento a

---

[108] *Amor de Perdição*, *OC* III, p. 436.
[109] Maria Marta Lobo de Araújo, art. cit., p. 298.
[110] *Idem*, p. 295.
[111] Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 289.

troco de pagamento, usando-o como uma espécie de retiro do mundo»[112]. Veja-se a definição que do convento da Tamanca Camilo dá em *Eusébio Macário*: «Estava viúvo havia dez anos; não pensara mais em casar-se; amara, de vez, aquela douda, que fora morrer à Tamanca, um recolhimento de Braga, onde se repurgam viciosidades, e as carnes se adelgaçam em asceses depurantes.»[113] Esta ligação estreita entre recolhimentos e conventos originou a passagem, no séc. XVIII, de alguns recolhimentos bracarenses a conventos: tal sucedeu com o recolhimento da Penha de França, o de Santa Teresa e o de S. Domingos da Tamanca[114], o qual, como temos visto, é habitualmente designado nos textos de Camilo como "recolhimento".

Quando a famigerada Princesa Rattazzi, lendo a obra de Camilo *a vol d'oiseau*, fez o reparo de que "todos os romances do solitário de S. Miguel de Seide contêm infalivelmente um tipo de brasileiro, uma rapariga que se recolhe a um convento, um fidalgo de província e um romântico apaixonado e transparente"[115], esqueceu-se de que esses eram tipos sociais de Portugal oitocentista, sobretudo da primeira metade do século, que a obra de Camilo vivamente retrata, ainda que, às vezes, naturalmente, de forma um pouco distorcida pela sátira ou pelo sentimentalismo: «(...) a sua obra traz até nós o palpitar humano das províncias nortenhas no seu tempo, com uma vida que nenhum outro ficcionista voltou a captar.»[116] E nessa sociedade, como já sublinhámos, o convento desempenhava importantes funções sociais. Se Camilo explorou tanto, nas suas narrativas de ficção, conflitos familiares e dramas passionais que empurravam as mulheres para o convento, é porque a sua sensibilidade de escritor romântico a isso o inclinava, fazendo-o exacerbar a luta entre sentimentos e interesses económicos ou sociais, entre os direitos do coração e a opressão da sociedade, entre uma moral do sentimento e um moralismo preconceituoso e hipócrita – o que faz da sua obra um libelo contra a sociedade burguesa, dominada pela ambição argentária, ou contra uma fidalguia retrógrada, muito ciosa dos seus pergaminhos.

---

[112] *Idem*, p. 280.
[113] *Eusébio Macário*, *OC* VIII, p. 484.
[114] Maria Marta Lobo de Araújo, art. cit., p. 299.
[115] Rattazzi, Maria – *Portugal de relance*. Lisboa: Edições Antígona, 1997, p. 337.
[116] Lopes, Óscar – "Camilo Castelo Branco", in *Ensaios camilianos*, Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2007, p. 17.

O ambiente tipicamente religioso de Braga, que levou o romancista, na dedicatória a D. António da Costa da novela *O Comendador*, a apelidar a cidade de "esposa de Frei Bartolomeu dos Mártires"[117], e que se foi aos poucos transformando, sobretudo, com a vaga de progresso trazida pelo segunda metade do século XIX, refletia-se bem no número de conventos e de recolhimentos que aqui funcionavam. Além de quatro conventos masculinos (S. Frutuoso, dos franciscanos; Pópulo, dos frades Jerónimos de Santo Agostinho; Carmo, dos religiosos descalços; Congregação, dos oratorianos), Diogo Pimentel[118] enumera os seguintes conventos de religiosas na cidade de Braga: Nossa Senhora da Piedade (Remédios), Salvador (Campo da Vinha), Conceição (Rua dos Pelames), Penha de França (Campo de Sant'Ana), Teresinhas (Largo de Santa Teresa), Ursulinas (Campo de São Tiago) –, aos quais junta os recolhimentos que então funcionavam: Beatas de Santo António (Campo da Vinha); Convertidas de Santa Maria Madalena (à esquina da Rua de S. Gonçalo) e Caridade (Campo da Vinha).

Rosa Carneiro, dos *Mistérios de Fafe*, tendo-se consorciado com Francisco Roixo, um espingardeiro de Guimarães, amava desde muito nova o morgado Caetano de Ataíde, com quem, impedida de se casar devido à diferença social, vem a manter uma relação de adultério, da qual resultará um filho, também Caetano. Descoberto o delito, rejeitada pelo marido e repelida pelo amante, Rosa vem para Braga, onde tem uma irmã, e é na Tamanca que se recolhe para se penitenciar das culpas do passado:

> Obtidas facilmente as licenças, Rosa Carneiro entrou na Tamanca.
>
> Como lá vissem uma convertida de cinquenta anos, as convertidas que lá estavam diziam umas às outras:
>
> – Esta guardou-se para tarde!
>
> – Assim é que é arrepender-se a gente, quando não há quem nos tente!
>
> – Ela o que vem é enterrar-se: que morta já o parece!
>
> A irmã enviou-lhe médico e sobejos recursos para se tratar com distinção entre as suas pobres companheiras.[119]

---

[117] *O Comendador*, in *Novelas do Minho*, *OC* VIII, p. 51.
[118] *Op. cit.*, pp. 123-127.
[119] *Mistérios de Fafe*, *OC* VI, p. 628.

Quando o filho, regressado do Brasil, a vem visitar ao convento, já é tarde demais. Rosa morrera de tísica pulmonar dois dias antes:

«Chegou, pois, a Braga e à portaria da Tamanca. Pediu à servente da portaria que mandasse aviso à Senhora Rosa Carneiro de que estava ali seu filho.

– Está na outra vida sua mãe – disse a porteira de dentro.»[120]

É muito característica da ficção camiliana a exploração de um esquema narrativo de crime e castigo, segundo uma ética que geralmente aceita uma Providência encarregada de punir, nesta vida, os erros do passado, ou de suscitar a autopunição através da penitência: «– Essa pergunta duvidosa que a façam os felizes, desnecessitados da Providência. Minha mãe deve crer que há Deus, por isso mesmo que... pecou e padece», diz o filho de Rosa.[121]

Da mundividência camiliana, de raiz cristã, faz parte a convicção de que o arrependimento, a expiação, a penitência, reabilita aos olhos de Deus as pessoas que a sociedade reprime com o estigma de uma culpa que, afinal, não é outra senão amar. Camilo faz de um capelão da Tamanca porta-voz dessa ideia:

> Em suma, eu não era o seu confessor; mas ouvi dizer ao padre que a dirigia que sua mãe morreu de modo que a piedade a pôde julgar salva pelos merecimentos de nosso Senhor Jesus Cristo e pelos dela. Entretanto, fará vossa senhoria bem se lhe mandar rezar algumas missas por alma, já que ela não fez testamento.[122]

Se o sarcasmo de Camilo é muitas vezes impiedoso com a vida conventual, pondo a nu os vícios, as invejas, as intrigas, a hipocrisia das religiosas, também se encontram nas suas páginas lances de calor humano dentro do convento, até para marcar o contraste com a sociedade, fria e desumana. Camilo, que é riso e lágrimas, tanto faz do convento palco de cenas da comédia humana como o torna cenário de melodrama, com reconhecimentos, reencontros, resgates, despedidas...

---

[120] *Idem*, p. 671.
[121] *Idem*, p. 645.
[122] *Idem*, p. 672.

> Em novembro de 1873 chegou a Braga uma senhora, que as suas criadas negras e o seu escudeiro inglês chamavam baronesa.
>
> Vi-a no *Hotel dos dous amigos*. Figurava trinta anos, ou pouco mais. Feições fortes, duras; mas bonitas desta beleza rija das camponesas da Maia. Garbosa sem delicadeza nem a flexura da casta flébil e fina. Mulher a valer. Era o ideal de um morgado de Cabeceiras de Basto, que vestisse o seu ideal com os músculos e feitios da mulher menos corpulenta que a fêmea do elefante.[123]

Assim – através de um procedimento muito característico da ficção camiliana, em que o narrador encena o despoletar da narração motivando-o através da sua presença numa introdução, na qual demonstra curiosidade relativamente a algo ou alguém que lhe depara um romance – começa uma narrativa inserida no nº 11 das *Noites de Insónia*, sob o título "A menina perdida". Em conversa com o escudeiro, o narrador obtém as primeiras informações, ficando a saber que aquela senhora é portuguesa e que vem a Braga não para visitar o Bom Jesus, mas para procurar a mãe. Um amigo do narrador completa as informações e satisfaz a sua curiosidade de romancista, narrando-lhe os pormenores:

> – Se a tua impaciência consente, conversaremos de espaço – objetou o meu amigo; – mas peço à tua sôfrega curiosidade que se contenha até à noite. Vou daqui ao recolhimento da Tamanca procurar um velha chamada Ana de Jesus, que é mãe desta baronesa. Já sabes quem é a mãe, onde está a mãe, como se encontrou a mãe. Depois te direi como se perdeu...[124]

Ana de Jesus, vendo-se desamparada e desgraçada, internou-se na Tamanca como criada de uma fidalga que para ali se viera purificar dos "delitos" da mocidade:

> O que sei é que no recolhimento da Tamanca existia, desde 1855, Ana de Jesus, como criada de uma velha fidalga que para ali entrara em 1834, obrigada pela moral que a condenara a expiar na clausura uns amores de grã vilta para seus avós. Sei mais que Ana de Jesus saiu do convento sem verdadeiramente saber a razão por que saía, pois lhe disseram que ia tratar com os seus parentes a restituição da legítima que lhe haviam extorquido.[125]

---

[123] "A menina perdida", in *Noites de Insónia*, *OC* XIV, p. 1340.
[124] *Idem*, p. 1341.
[125] *Idem*, p. 1344.

Quando ficou determinado que aquela Rosa Carneiro, dos *Mistérios de Fafe*, iria para o convento, quiseram impor-lhe o Convento da Conceição, que ela recusou, preferindo o da Tamanca:

> Insistiu o fidalgo em lhe pedir que saísse para o Convento da Conceição, onde tinha aposentos e convivência de senhoras.
>
> Rosa refutou as vantagens oferecidas, dizendo que lhe convinha a convivência com umas desgraçadas que lhe não lançavam em rosto os seus crimes.[126]

O Convento da Conceição era, com efeito, procurado geralmente por senhoras de melhor condição social. Foi, como se sabe, nesse convento que esteve Ana Plácido, na sequência do conflito com o marido, Pinheiro Alves, devido à relação adúltera com Camilo.

E é para esse convento que vem Miquelina, personagem de *A Enjeitada*. Durante as invasões francesas, apaixonara-se por um soldado francês, Alfredo Gassiot, ferido no Minho, nos arredores de Guimarães. Alfredo regressa a França, ignorando que Miquelina espera uma filha sua. Contrariada, mas obedecendo à vontade do tio Capitão-Mor, e mantendo contacto com a filha clandestinamente, entra no convento:

> Rodaram nos gonzos as ponderosas portadas do convento da Conceição, e Miquelina entrou com três criadas que lhe deu o bizarro chantre. O recebimento, que lhe fizeram as religiosas, foi cerimonioso e lúgubre. As alas das claras ao longo do pátio interno da portaria davam a lembrar um saimento de cadáver, no caminho da claustra.
>
> A toda a pressa alfaiaram os aposentos de Miquelina com desusado primor naqueles viveiros de santas.[127]

Custódia, a leal criada de Miquelina, apenas soube que a ama tinha sido enclausurada, procurou, em vão, falar com ela. Encontram-se em Camilo muitas personagens dessas, secundárias na ação, mas de grande relevo humano, enraizadas num real concreto, que mais faz sobressair o sublime dos seus nobres sentimentos:

> Agora saibamos quem é esta mulher de anos adiantados que passa os dias e a maior parte das noutes sentada a tiritar de frio

---

[126] *Mistérios de Fafe*, *OC* VI, p. 632.
[127] *A Enjeitada*, *OC* V, p. 234.

> e a desmaiar de fome em frente do Mosteiro da Conceição. É Custódia. Está ali desde o dia em que Miquelina foi fulminada pela carta do chantre. Veio ali dar, quando, em resultado de custosas diligências, soube que a sua menina fora enclausurada naquele convento. Foi à portaria pedir que avisassem a senhora de que estava ali sua ama. A porteira repulsou-a ameaçando-a de a mandar castigar e prender. Eram providências dadas pela viúva.
>
> Custódia sentou-se defronte do convento com os olhos fixos ora numa, ora noutra gradaria das janelas. Ao segundo dia, uma servente do mosteiro, condoída da pertinácia da velha, chamou-a de parte e disse-lhe que não estivesse ali porque a senhora que ela procurava adoecera e parecia douda.
>
> Custódia ouviu como emparvecida a nova. Não acreditou. Foi sentar-se na pedra da rua com tão descarnado e doentio rosto que os raros transeuntes da Rua dos Pelames lhe atiravam ao regaço esmolas. A velha agradecia com um aceno e dava as esmolas aos mendigos que passavam.[128]

"Rua dos Pelames" é o nome antigo da Rua de S. Geraldo, onde fica o Instituo Monsenhor Airosa, instalado no antigo Convento da Conceição, fundado pelo cónego Geraldo Gomes em 1625. Encerrados os conventos, o Monsenhor Ferreira Airosa criou o colégio da Regeneração, antecessor do atual instituto, cujo espaço, apesar de todas as transformações que foi sofrendo ao longo dos tempos, guarda ainda importantes vestígios do antigo convento.

O "convento de Braga" para onde é levada em 1811 a jovem Albertina, a filha do "doutor negro", na sequência da rutura com o pai, derivada dos amores contrariados com João Crisóstomo, encerrado na Cadeia da Relação do Porto, é o convento dos Remédios. Aqui vem ter o militar António da Silveira, que assumira o papel de mediador no conflito entre o pai e a filha:

> António da Silveira apresentou à prelada do convento dos Remédios, em Braga, a carta do doutor Francisco Simões de Alpedrinha. Reunidas em capítulo as venerabundas nonas, notáveis por sua velhice e experiência de astúcias do amor, deliberaram que se consultasse o doutor pelo correio, antes de se dar o *exequatur* à carta, que poderia, sem milagre, ser cavilosa.
>
> Esperou, portanto, o magnânimo alferes que viesse pela posta o segundo aviso, como para ordem de saque monetário; e, a dizer

[128] *Idem*, pp. 246-247.

> a verdade, que tesouro demanda aí maiores cautelas que a virtude de uma menina? Bem o entenderam as previstas religiosas de Nossa Senhora dos Remédios.
>
> Albertina, confirmada a autenticidade da carta do pai, foi conduzida ao locutório pela subprioresa, cujos escrúpulos, superiores ao máximo elogio, a muito custo consentiram que a reclusa ficasse a só com o militar, mediante as duas cancelas de grades de bom ferro da Suécia, o qual bem sabiam elas que os mais ardentes suspiros não tinham podido derreter.[129]

O narrador enumera as atividades a que Albertina se entregava no convento, e que lhe tornavam mais leve a reclusão, até porque dessa forma foi granjeando confiança das freiras, que desapertaram um pouco a vigilância:

> O trabalho era ainda o amparo de Albertina, que aceitava obras de pouco ou muito estipêndio, como costuras grosseiras, ou bordados a cabelo e renda de bilros: todas as tarefas aceitava para que nenhuma hora o coração a encontrasse desocupada.
>
> Com o andar do tempo, amoleceram as durezas das religiosas dos Remédios. Davam já mais largas à reclusa, e esqueciam-se de vigiá-la. Como a viam tranquila e afreimada em seus lavores, entendiam avisadamente que as tentações do Demónio dificultosamente pegam da pessoa laboriosa: é por isso, diziam as senhoras lidas em vidas de santos, que os anacoretas faziam cestos de vime no deserto, impenetráveis escudos, e não cestos, contra as frechadas de Satanás.
>
> Albertina podia já ir sozinha ao parlatório tratar com as pessoas que lhe davam obras. Algumas senhoras bracarenses, sabedoras e compadecidas da triste sorte da reclusa, quiseram conhecê-la, e procuraram-na, sob cor de lhe encomendarem bordados.[130]

Quando o pai de Albertina, Francisco Alpedrinha, o "doutor negro", soube da liberdade de que gozava a filha, receando a sua fuga, vem tirá-la a do convento, para a pôr em casa dos seus condiscípulos e amigos doutores Valadares, em Barbeita, Monção:

> No penúltimo dia dos três anos do condenado, o doutor Negro anunciou-se na portaria do Convento dos Remédios, e fez saber à prelada que sua filha havia de segui-lo. A religiosa, ferida do tom

---

[129] *A Filha do Doutor Negro*, *OC* IV, p. 820.
[130] *Idem*, p. 838.

> brusco do doutor, e até das expressões com que ele denunciava suas desconfianças, e despreciava as falsas virtudes do convento, defendeu a reclusa, e a honra da casa. Irou-se o velho, e perorou como nas audiências, bracejando e ululando com tal volume de voz que todos os ecos do mosteiro gritavam lá por dentro com ele. O mais bravo artigo do libelo era desta sem-razão: "Que a filha vivia alegre: sinal certo de que estava em inteligência com o celerado da cadeia: porquanto, se ela vivesse, como ele ordenara, havia de ter cedido ou morrido." Sobre este tema, o jurisconsulto deu berros, que inteiriçaram de glacial terror os corpos já frios de muitas velhinhas do mosteiro.
>
> Albertina, quando recebeu o aviso, rompeu em pranto desfeito, rogando às freiras que não a entregassem à vingança do pai. A comunidade, temerosa do escândalo, e do arcebispo com quem o doutor as ameaçava, instava pela pronta sabida de Albertina. Enfardaram-lhe os vestidos a toda a pressa, deram-lhe muitos beijos e abraços, e levaram-na processionalmente à portaria.
>
> O doutor Negro, feita uma seca mesura às freiras, deu o braço à filha, e conduziu-a silencioso às portas da cidade, onde os esperavam duas liteiras. Albertina, reconhecendo sua mãe numa das liteiras, soltou um ai de alegre surpresa; já sabia que tinha ali um seio maternal onde chorar. Grande contentamento e rara fortuna ter a gente quem nos deixe chorar na sua presença, sem medo de zombaria, ou da injúria, disfarçada em conselho![131]

O desaparecido Convento dos Remédios era o mais antigo convento de Braga. Fundado em 1544 pelo franciscano andaluz D. Frei André de Torquemada, bispo de Dume, coadjutor do Arcebispo D. Diogo de Sousa, era de freiras franciscanas de Nossa Senhora da Piedade e ficava no Campo dos Remédios (ali pelo Cinema S. Geraldo e Shopping de Santa Cruz), nome que até inícios do séc. XX tinha o atual Largo Carlos Amarante. A enorme área que ocupava ia da esquina da Rua de S. Marcos até ao meio da Rua de S. Lázaro. Nas traseiras corria a Rua das Águas. A igreja foi demolida em 1911, quando parte do convento já tinha sido vendida para construir a Rua Gonçalo Sampaio e o Teatro Circo[132].

Nessa época, os conventos e recolhimentos recebiam também muitas meninas cujo infortúnio deixara órfãs ou que as necessidades

---

[131] *Idem*, pp. 843-844.

[132] Cf. Oliveira, Eduardo Pires – *Braga. Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 260.

económicas ou os constrangimentos sociais tinham ditado a condição de enjeitadas.

Abundam na obra de Camilo enjeitados e enjeitadas. Mas a mais célebre é Maria Moisés, protagonista de uma verdadeira obra-prima da literatura de ficção, uma das *Novelas do Minho*. Filha ilegítima do amor contrariado de Josefa de Santo Aleixo com António de Queirós e Meneses, a menina é deixada no rio Tâmega, cuja corrente arrasta o berço, tal como sobre as águas do Nilo flutuara o cestinho de Moisés; é acolhida pelo fidalgo Dr. Teotónio de Valadares. Aos quinze anos, depois da morte do desembargador e de uma das irmãs dele, Maria Moisés é recolhida pelo cónego João Correia Botelho no convento das Teresinhas, em Braga:

> Este cónego, cujo retrato eu vi há dias, em Braga, na galeria dos benfeitores do hospital de São Marcos, não era, como se vê, um estrénuo defensor do Santo Ofício, nem acreditava nas invencionices de Bernardo de Brito, mas dava aos pobres inválidos e enfermos parte de suas rendas, e estimulava, como há pouco presenciámos, a caridade dos seus hospedeiros amigos, em benefício da enjeitada. Folguei de ver aquele ridente aspeito em que reluzem uns olhos sagazes, posto que já desvidrados pelo puir dos setenta anos. Estava ao pé de mim o nonagenário provedor da Misericórdia que me disse ter ainda conhecido aquele alegre ancião com a sua cabeça veneranda à gelosia de uma casinha na Rua d'Água. Foi ele quem recolheu no convento das Teresinhas de Braga, aos quinze anos, Maria Moisés, quando já eram falecidos o desembargador, e uma das irmãs, a madrinha da enjeitada.[133]

Junto à Faculdade de Filosofia, no Largo de Santa Teresa (ou Largo das Teresinhas), fica o Asilo de S. José, que, fundado em 1850 na Rua das Águas, ocupou as instalações do Convento das Teresinhas em 1902, cedido pelo Estado, depois da morte da última religiosa. No tempo em que Camilo situa o enredo de *Maria Moisés*, funcionava, pois, o Convento de Carmelitas Descalças, cuja edificação fora concluída em 1766, tendo como fundadoras as religiosas dominicanas da terceira ordem da Tamanca. Sobre a porta de entrada lateral da antiga igreja do convento conserva-se uma edícula com a imagem de Santa Teresa.

---

[133] *Maria Moisés*, in *Novelas do Minho*, *OC* VIII, p. 281.

Num passo da obra *Coração, Cabeça e Estômago*, topamos com uma referência a mais um mosteiro de Braga:

> Havia nesta casa uma menina de dezesseis anos, órfã, muito rica, pupila do brasileiro e filha doutro, que morrera no Brasil, quando andava em liquidação.
>
> Mariana acompanhara-os na misteriosa saída do Porto: soube-se, porém, que, ao passarem em Braga, a órfã entrara nas Ursulinas, mosteiro de educação.[134]

Sublinhem-se no texto de Camilo três características do Convento das Ursulinas: o seu objetivo era a educação das meninas ("mosteiro de educação"), principalmente meninas órfãs ("a órfã entrara nas Ursulinas"), de estatuto socioeconómico elevado ("muito rica"). Embora também admitisse alunas externas, de classes geralmente inferiores, as Ursulinas funcionavam sobretudo como internato, com custos que só as famílias mais abastadas poderiam suportar[135]. Em Braga, o Colégio das Ursulinas ou Colégio das Chagas instalara-se em 20 de janeiro de 1785 no antigo Colégio de São Paulo, que o Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires fundara e que ficara vago depois da expulsão dos jesuítas em 1759 e depois da saída das freiras franciscanas de Monção e de Valença que o haviam ocupado entre 1769 e 1784. Em 1880 foi para aqui transferido, do Campo da Vinha, o seminário de S. Pedro, que, depois de vicissitudes várias, a começar pela instalação, em 1911, do Regimento de Infantaria n.º 29, para aqui haveria de voltar, onde funciona hoje como Seminário Conciliar.

Camilo interna nas Ursulinas de Braga várias personagens da sua obra, como D. Mariana, de *Anos de Prosa*, que, órfã aos onze anos, entrara nesse convento na condição de criada, ou uma menina do conto "A Flor da Maia". Mas vale a pena determo-nos um pouco em Teodora, a mulher fatal do romance *Amor de Salvação* (1864), o primeiro que Camilo publicou desde que fixou residência no Minho.

Teodora, a morgadinha da Fervença, de 14 anos, e Afonso de Teive, de 17 anos, amavam-se, para regozijo das mães, amigas

---

[134] *Coração, Cabeça e Estômago*, *OC* III, p. 821.

[135] Santos, Zulmira C. e Queirós, Helena – "Letras e gestos: programas de educação feminina em Portugal nos séculos XVIII-XIX", in *Via Spiritus*, 19 (2012), pp. 59-122 (p. 70).

inseparáveis desde o tempo em que foram colegas de convento. Quando se pensava que o casamento era uma questão de tempo, só até Afonso se formar, eis que a morte da mãe de Teodora a deixa órfã e entregue a um tutor, seu tio paterno, lavrador das cercanias do Mosteiro de Tibães, que decide interná-la no convento das Ursulinas em Braga. Afonso, que nessa altura (1844) estudava preparatórios em Braga, visitava a sua amada no convento, fazendo-se passar por parente:

> Apenas falecida sua mãe, Teodora foi recolhida ao convento das Ursulinas, por deliberação de um tio paterno, constituído espontaneamente tutor da órfã.
>
> Afonso, aconselhado pelo coração e por sua mãe, visitava a educanda, disfarçando as frequentes visitas com a inocente mentira de parentesco.
>
> Teodora, com dous meses de convento, desenvolveu-se e granjeou ciência da vida que não alcançaria em dous anos de aldeia, da sua solitária aldeia, onde tinha apenas aves, flores e estrelas a segredarem-lhe iniciações para amor. No convento, as preleções eram menos vagas e mais acomodadas à capacidade das educandas. É certo que as mestras não lecionavam ternuras; mas o zelo com que elas vedavam o pomo dava a desconfiar que as precautas religiosas lhe tinham saboreado o travor, a não ser que o des-denhavam à míngua de dentes incisivos com que entrassem na casca da-quele execrável e tão convidativo fruto de Pentápolis.[136]

Os regulamentos internos das Ursulinas recomendavam à mestra das classes: «Quanto ao vestir, fará [com] que andem decentes e asseadas sem superfluidades e puxando sempre pela uniformidade sem permitir cousa alguma demais que o costume.»[137] É natural que a beleza de Teodora lhe valesse a inveja das condiscípulas e que a sua vaidade lhe merecesse repreensões da mestra:

> Com menos de quinze anos, Teodora completou o exterior de suas graças e o interior do seu espírito. A beleza sabia ela já quantas invejas lhe ganhava entre as condiscípulas, quantas intrigas, quantas repreensões da mestra, à conta do muito enfei-

---

[136] *Amor de Salvação*, *OC* IV, p. 646.
[137] *Apud* Zulmira C. Santos e Helena Queirós, art. cit., p. 70.

> tar-se e remirar-se ao espelho. Não importava. A morgadinha da Fervença gostava de ser bela, de ser invejada e perseguida das inimigas, com condição e ressalva de ser admirada pelos galanteadores das suas perseguidoras.[138]

Teodora fez amizade com Libana, uma jovem que combinou com o seu amado Alfredo, um rapaz de Trás-os-Montes, um estratagema para acabar com a separação: aproveitando o seu aspeto efeminado, o rapaz apresentar-se-ia no convento disfarçado como criada para Libana. Deu mau resultado, pois os irmãos da jovem souberam do ardil, a tempo de avisarem as autoridades:

> O que se escondera em Braga foi avisado a tempo que Alfredo vinha de jornada. Uma engenhosa combinação com as autoridades lançou a rede tão a ponto que o infeliz foi capturado na portaria das Ursulinas, vestido de camponesa transmontana, e dali, entre baionetas e escoltado de rapazio, percorreu todas as estações judiciárias desde o regedor até às carícias do carcereiro.
>
> As religiosas, cônscias do escândalo, requereram ao prelado bracarense a expulsão da reclusa que desonrava o convento e contaminava de sua desmoralização as outras meninas. Foi, portanto, Libana entregue a seu irmão, que a levou para casa. Esperava-se geralmente que esta donzela, agourada para extremados desastres, tivesse um fim de exemplo a mulheres desgarradas do trilho da virtude.[139]

As Ursulinas primavam por usar de brandura na resolução dos problemas disciplinares das suas educandas[140], mas Teodora esgotava-lhes a paciência:

> O escândalo, que felizmente abortou à portaria do convento, pôs de sobrerrolda os pais de família que tinham meninas a educar nas Ursulinas e deu às insones freiras um sexto sentido de observação. Dentro do mosteiro reinava a opinião de que Teodora tinha bastante capacidade para tomar criada, conforme o gorado sistema de Libana. Além disto, depois da expulsão da transmontana, a morgadinha, em vez de quebrar de orgulho e reportar-se, enfuriou-se mais, e saía com invetivas e chacotas às

---

[138] *Amor de Salvação*, *OC* IV, p. 646.
[139] *Idem*, p. 650.
[140] Cf. Zulmira C. Santos e Helena Queirós, art. cit., p. 70.

> freiras velhas, clamando a vozes descompostas que a mandassem embora, se lhes não servia assim. A comunidade, ofendida e esgotada de paciência, consultado o tutor da educanda, assumiu o uso ou o abuso dos antigos poderes monásticos, e encerrou-a no seu quarto, com ameaças de a fecharem no tronco. Teodora esmoreceu diante da força mista das freiras e dos padres capelães, que prometiam suprir com o pulso a ineficácia da eloquência persuasiva.[141]

Paciência de Job teve também a porteira do convento, quando Afonso lá pretendeu entrar, num acesso de fúria, para resgatar a sua Teodora, mas a circunstância de por ali passar um cabo da polícia ditou o afastamento, à força, do impulsivo jovem:

> Vagamente informado da situação da sua amada, Afonso de Teive foi à portaria do convento, no heroico propósito de ir arrancar a vítima de sobre as asas da teocracia despótica. A porteira, senhora de óculos e de muita virtude, ofereceu peito de mártir às injúrias ímpias do acriançado amante. Porém, como quer que o acaso ali encaminhasse um cabo-de-polícia, quando Afonso gesticulava e vociferava um menos mau improviso contra os conventos, o cabo, com as mãos atadas na cabeça, correu ao regedor, e este acudiu no supremo lance, já quando o alucinado aluno de retórica estrondeava na porta valentes murros, chamando Teodora a clamorosos gritos.
>
> Travado pelos braços pujantes das autoridades, Afonso não pôde resistir à surpresa do assalto. Escabujou e esbraveou enquanto as forças da raiva o aqueceram; afinal caiu exânime nos braços da lei, balbuciando ainda "Teodora!". Estava a instaurar-se-lhe processo, quando a fidalga de Ruivães chegou a desfazer com a sua respeitável presença, e auxílio dos mais importantes cavalheiros de Braga, a criminalidade pueril do filho.[142]

Entretanto, começa a entrar em cena um rapaz, filho do tutor de Teodora, e, portanto, primo dela, que acompanha o pai nas visitas ao convento. É irresistível o retrato, ou melhor, a caricatura, que Camilo traça do labrego:

> (...) o tutor da morgada frequenta semanalmente o convento, e algumas vezes vai com ele um filho, rapaz de figura absurda,

---

[141] *Amor de Salvação*, *OC* IV, p. 651.
[142] *Idem*, pp. 651-652.

com uma gravata vermelha, capaz de seduzir uma nação de pretos, e uma casaca arqueológica, de cabeção tão copioso que parecia enrolar um capote.

A descrição poderia ser acoimada de desgraciosa; mas de hipérbole não.

Este sujeito chama-se Eleutério Romão dos Santos, por ser filho de Eleutéria Joaquina e de Romão dos Santos, tutor de Teodora, lavrador abastado, vizinho do Mosteiro de Tibães.

Eleutério tem vinte e dous anos; quis aprender a ler com seu tio padre Hilário; mas a natureza opôs-se-lhe, logo que ele, após um ano de canseira, entrou a soletrar palavras de três sílabas. Vencido pela natureza, padre Hilário desistiu, visto que lhe era vedado arejar o cérebro do sobrinho por uma fresta aberta a machado.

O filho único de Romão dos Santos recebeu em upas de alegria a notícia da sua incapacidade para soletrar nomes de três sílabas. No dia seguinte, o pai mandou-o à feira dos nove com uma junta de bois. O rapaz efetuou a venda dos bois com tamanha astúcia e vantagem que logo dali se deu a conhecer a sua vocação. Uma segunda mercancia robusteceu-lhe o crédito, que outras vieram confirmando, até que Romão deu ordem ilimitada de dinheiro a Eleutério para poder negociar em bezerros e vitelas.[143]

Causou-lhe tal efeito a presença da prima na grade do convento, que não pôde abafar a emoção perante o pai, a mesma emoção que sentiu Romeu ao ver Julieta. Eleutério é que não era nenhum Shakespeare:

O moço, querendo exprimir ao pai a sensação recebida naquela hora, disse com expansiva naturalidade:

– Quando ela me espetava os olhos, havia de dizer que a minha alma estava fora do corpo! Eu queria dizer-lhe alguma cousa, e a língua grudava-se-me ao céu da boca. Quem me dera ser rei, e que ela fosse uma pastora de cabras!

Se a linguagem fosse mais joeirada de plebeísmos, a concisão da ideia poderia atribuir-se a Shakespeare. A mais cristalina água é a que rebenta de penhascos ermos: assim, de espíritos selváticos, ressaltam por vezes umas ideias límpidas, de uma sensibilidade original, que faz pensar.[144]

---

[143] *Idem*, p. 653.
[144] *Idem*, p. 654.

As visitas foram-se tornando mais frequentes, e a Teodora já Eleutério não parecia tão repugnante como no início, para o que também contribuiu a melhoria estética alcançada pelo fogoso moço na sua própria figura:

> Dantes, a cabeça exterior do moço era hórrida, toda escadeada da tesoura hábil em tosquiar reses, tufada de grenhas, com umas repas caracoladas sobre as orelhas, e aquele todo lustroso de azeite. Depois, apareceu Eleutério com o cabelo cortado à escovinha, e os caracóis banidos. Depôs a casaca no gavetão-museu da família e envergou uma judia, como se usava então, com matizes e florões nas costas, e borlas de apertar no pescoço. A pantalona continuava-se em polaina até à ponta do pé, e abotoava sobre meio palmo do artelho com botões de madrepérola. Além disto, o pai deu-lhe o relógio avoengo, que, no continente e conteúdo de caixas sobrepostas, parecia a baixela de uma família, desde a tina do banho até à bacia do lavatório. Os berloques deste tesouro, que não regulava há quarenta anos, eram placas de diferentes pedras e sinetes periformes de tal tamanho, que pareciam armas de defesa.
>
> Teodora custou-lhe a reconhecer o primo Eleutério, afora mãos e pés, que nenhuns outros podiam confundir-se com os dele, a despeito mesmo das torturas em que os trazia entalados. O rapaz tinha conquistado de sua prima uma admiração comparativa: era já grande salto dado para dentro do coração da menina.[145]

Sentindo cada vez mais insuportável a clausura conventual, e já sem esperança de que Afonso, que entretanto fora obrigado a ir para Lisboa terminar os preparatórios, a resgatasse com o casamento desejado, Teodora acabará por casar com Eleutério, para desgraça dela, do marido e de Afonso: contos largos...

Fecharam os conventos; desapareceram uns para sempre na voragem do progresso, transformaram-se outros, conservando mais fortes ou mais ténues vestígios do passado. Fica deles a memória nos textos de Camilo, memória viva, animada, pelo sortilégio da ficção, de um património nem sempre dignamente preservado na sua materialidade, mas bem arquivado para sempre neste outro monumento, mais perene que o bronze – a obra literária do gran-

---

[145] *Idem*, p. 659.

[146] José Augusto Vieira, *O Minho pitoresco*. Tomo II, p. 7.

de romancista. A ficção de Camilo dá-nos a contemplar o velhinho retrato, colorizado com as tintas da sátira e do sentimentalismo, de uma Braga desaparecida, a Braga dos conventos, dos recolhimentos e dos mosteiros, a "esposa de Frei Bartolomeu dos Mártires", mais tarde "freira aborrecida das melancolias da cela, que foi vestir na Aline uma *toilette* mundana"[146], e que vem a ser a venerável tetravó desta Braga moderna, esta jovem empreendedora, formada na Universidade do Minho.

4. A "SEGUNDA PARIS"

No 18 de abril de 1875, procedente do Porto, dava entrada na estação de Braga o primeiro comboio. Enquanto o "cavalo de ferro" resfolegava na estação, com a fadiga de uma viagem de exame e inspeção da linha que durara 3 horas e 15 minutos (1 hora e 49 minutos de viação; 1 hora e 26 minutos de paragens[147]), o povo bracarense, impante de orgulho por essa conquista do progresso civilizacional, festejava com alvoroço o concretizar de um sonho: a "locomotiva portadora da Boa-Nova do século XIX" estreitava, num "abraço fraternal", a segunda cidade do Reino e a capital do Minho;[148] ficavam, assim, mais próximas, a cidade *Invicta* e a cidade *Augusta*, através de um meio de transporte mais rápido ("veloz como o raio"[149]...), mais seguro, mais vantajoso do que a diligência ou mala-posta.

A importância da conquista de tão almejado bem («O caminho de ferro será, por assim dizer, o braço de mar de que esta cidade havia mister para a sua prosperidade»[150]) justifica a euforia vivida nessa época e desculpa os exageros com que a imprensa regional se referia à urbe bracarense. É por esse diapasão que afina L. Vaz de Freitas no seu *Braga em 1875. Guia do Viajante em Braga*: «Doravante Braga é uma das artérias do grande corpo da civilização chamada Europa.»[151]

---

[147] Cf. Feio, Alberto – *Coisas memoráveis de Braga*. Braga: Universidade do Minho / / Biblioteca Pública de Braga, 1984, p. 29.
[148] *Apud* Gomes, Joaquim da Silva – *Braga e os caminhos-de-ferro*. Braga, 2002, p. 47.
[149] *Idem*, p. 39
[150] *Idem*.
[151] Freitas, L. Vaz de – *Braga em 1875. Guia do viajante em Braga*. Porto: Imprensa Popular de Matos Carvalho & Vieira Paiva, 1875, p. 7.

Um ano antes, D. António da Costa, na obra *No Minho*, enumerava com entusiasmo os progressos que em vinte anos haviam transformado completamente a fisionomia da velha cidade dos Arcebispos:

> Quem há vinte anos visse a augusta Brácara, a Braga das tradições, a primaz das Espanhas, a cidade que de dia parecia um cárcere e à noite um cemitério, e a veja hoje com a sua iluminação, com o seu teatro, com o seu jardim, com os seus prédios alindados, com as suas casas francas, com as suas ruas libertas, com os seus bancos de comércio, com os seus hotéis durante a maior parte do ano a trasbordarem de hóspedes, com o seu luxo, com a sua ressurreição, não dirá que seja a mesma cidade.[152]

É a D. António da Costa que Camilo Castelo Branco dedica uma das *Novelas do Minho*, *O Comendador*, num interessante texto datado de 15 de outubro de 1875, o qual se desenrola em diálogo intertextual com *No Minho*, e, em registo de paródia, com o discurso jornalístico da época, particularmente com o referido *Guia do Viajante em Braga*, de L. Vaz Freitas. Sem embargo do apreço que manifesta pelas páginas do livro de D. António da Costa, Camilo, que conhecia o Minho por dentro e por fora, sobretudo desde que, em finais de 1863, fixara residência em S. Miguel de Seide, considera que o autor cobriu a nudez forte da realidade com o manto diáfano dum bucolismo estereotipado: «O Minho lucra muito, visto assim de passagem, na imperial de uma diligência, lá muito no galarim do tejadilho, onde as moscas não se alem a ferretoar-nos a testa e a sevandijar-nos os beiços convulsos de lirismo.»[153] Passando a fundamentar a sua visão realista, Camilo vai comentando jocosamente os efeitos dessa poluição civilizacional, desses fumos de progresso que as locomotivas vindas do Porto espalhavam pela capital minhota, descaracterizando-a:

> Ouço dizer que a via-férrea, sulcando o seio virginal desta província, afugentou com o estridor das suas asas os pardais, a mala-posta e a Probidade.
>
> É possível. Os caixeiros do Porto, sadios e sanguíneos, com as suas luvas amarelas e todo o verniz que lhes coube em sorte nos pés, entraram Minho dentro, e derramaram a dissolvente chala-

---

[152] Costa, D. António da – *No Minho*. 3ª ed. Porto: Editora Educação Nacional, 1936, p. 78.
[153] *Novelas do Minho*, *OC* VIII, p. 49.

> ça nas aldeias. Por outro lado, a raça turdetana de Braga fechou pelo Norte a barreira à inocência espavorida. A cidade santa de nossos pais e dos cónegos, a esposa de Fr. Bartolomeu dos Mártires, Braga despeitorou-se, desnalgou-se, sofraldou as saias e mostrou a liga sobre o joelho desde que um jornal da terra lhe chamou *segunda Paris*. Eu não reparo na desproporção do confronto, quando ali me vejo no *Café Faria*, a sentir-me arquejar em *uma das artérias do grande corpo da civilização chamada Europa*, como lindamente diz o Sr. Vaz de Freitas na sua *Guia do Viajante em Braga*, por seis vinténs. Tudo me leva à persuasão de que me acho na segunda Paris, quando a *Guia* me assevera com exatidão, ainda não contraditada pela inveja, que Braga encerra nos seus muros sete procuradores de causas, e que aí (pág. 28) os barbeiros *superabundam*. Fazia-se ainda pelos modos uma terceira Paris com a superfluidade dos barbeiros![154]

Em tom galhofeiro vai o novelista glosando o mote dado pelo epíteto jornalístico que Braga recebeu na época – "segunda Paris". Estabelecendo um paralelismo entre as duas cidades, o autor destaca, com ironia, a superioridade da cidade dos Arcebispos, a começar pelas hospedarias e hotéis. Neles sofria o forasteiro flagelos de pulgas e percevejos, mas esse problema, lugar-comum da sátira camiliana, apresenta-o o autor como uma vantagem de Braga sobre Paris. É que uma noite passada num hotel bracarense proporcionava excelente oportunidade para o estudo da anatomia comparada:

> A categoria modesta, em que o jornalista afidalgou a sua terra, justifica-se principalmente nas estalagens. Aí, é aí onde o viajante se sente saturado de Paris, a ponto de, cuidando que acorda alvoroçado pelas campainhas elétricas do Grande Hotel no *Boulevard des Capucines*, achar-se em Braga, no Hotel Aveirense, Largo dos Penedos. Avantajam-se ainda às hospedarias parisienses, no ponto de vista zoológico, os hotéis da princesa do Minho. Os forasteiros dados a pesquisas de anatomia comparada, podem, mediante uma gratificação razoável, passar as suas noites em vigílias úteis estudando insetos sem queixos e sem asas, de membros articulados, consoante a classificação de Cuvier. Ali se lhes oferecem exemplares em barda da pulga braguês (*Pulex Bracharensis*). Convencer-se-á que as seis pernas deste parasita são desiguais, o que assim se faz mister para o salto. Não duvidará que ele tem o bico

[154] *Ibidem*, pp. 51-52.

> alongado com duas cerdas, e guarnecido na base de dois palpos escamosos. Se reparar bem nas pulgas maiores, dissipará suspeitas de que têm asas, que realmente não têm as do *Hotel Leão d'Ouro* nem as do *Hotel Transmontano*. Encontram-se nestes dois estabelecimentos larvas das mesmas, cilíndricas e sem pernas.[155]

Além do Hotel Aveirense, no Largo dos Penedos, sublinhe-se a referência ao Hotel Leão de Ouro, que ficava na Rua de S. João, e ao Hotel Transmontano, na travessa de S. João. Sempre com ironia, sublinha Camilo outra vantagem dos hotéis de Braga:

> Nos hotéis de Braga, finalmente, dão-se as mãos o espavento das modernas indústrias, as refinações da decoração, a obra-prima de marcenaria e vidraria, – um luxo levantino, como em recâmaras de Nababos –, e sobretudo a higiene expansiva de saúde a dar cambalhotas na brancura virginal dos lençóis; e à mistura com tudo isto ressalta não sei quê de arqueológico naqueles quartos! A gente, quando vai deitar-se, imagina que naquela mesma cama dormiu na noite passada S. Pedro de Rates ou Gonçalo Mendes da Maia.[156]

Já anteriormente aduzimos referências de Camilo às pulgas e percevejos que infestavam as hospedarias de Braga naquele tempo. Não era só de Braga, claro, e o próprio escritor faz do ataque de percevejos numa estalagem de Baltar o tema de uma das narrativas de *Vinte Horas de Liteira*[157]. Outro texto em que o tópico é tratado com humor aparece nas *Noites de Insónia*. Aí, novamente o romancista alude a Cuvier, naturalista da primeira metade do séc. XIX, a propósito, desta vez, das pulgas do *Hotel Real*, na Rua de S. João:

> Braga seria a querida dos forasteiros de todo o mundo, se as camas das suas hospedarias não fossem alfobres de insetos *ápteros* com seis patas, e *hemípteros* com asas, segundo Cuvier. Sei que no Indostão há hospícios em que as pulgas são pensionadas e medicadas nas suas enfermidades. Sei que os indostânicos respeitam o dogma da metempsicose, e se deixam sugar devotamente por elas; mas nem Braga é Aurengabad, nem eu sou da raça *mahratta*, nem tenho razões bem assentes pra desconfiar que o espírito de minha avó se compraz em me morder no Hotel Real de Braga.[158]

---

155 *Ibidem*, p. 52.
156 *Ibidem*, p. 53.
157 *Vinte Horas de Liteira*, *OC* IV, cap. XXI.
158 *Noites de Insónia*, *OC* XIV, p. 1162.

Voltando ao texto preliminar da novela *O Comendador*, segundo a visão irónica do romancista, que parodia mais uma passagem do *Guia do Viajante*, Braga também nada ficava a dever a Paris quanto ao jardim público. Leia-se a descrição apresentada pelo autor do *Guia*:

> O principal passeio é o Campo de Sant'Ana a que vulgarmente chamam o *jardim*. O passeio é de lindo risco e de agradável panorama, refrescado por alguns lagos graciosos e de água transparente. Aos domingos e noites calmosas reúne-se aqui a sociedade elegante e o jardim apresenta então um aspeto variegado e encantador. O chilrear das crianças, o devanear das poetisas, o queixume sonolento dos poetas, a conversação pesada e metálica dos proprietários, todos estes murmúrios vagos ou alegres, sufocados ou estrepitosos, infundem uma vida nova e excecional ao passeio, que o tornam atraente e deleitoso.[159]

Veja-se agora como essa enumeração da variedade de sensações auditivas que animavam o jardim dá pasto à mordacidade de Camilo:

> Por fora das estalagens ainda há proeminentíssimas feições de Paris em Braga. O *Jardim*, por exemplo. V. Ex.ª já esteve no jardim? Impressionaram-no com certeza uns rumores, "ora sufocados, ora estrepitosos", que ali se escutam nos domingos de tarde? Também a mim. Não pôde soletrar em sons articulados aquele confuso burburinho? Nem eu. Quem explica o fenómeno, trivial nos *Champs Elysées* e no *Parc de Monceau*, é o já citado Sr. Vaz de Freitas na sua *Guia do Viajante em Braga*, por seis vinténs, p. 41. A coisa é isto: *O chilrear das crianças, o devanear das poetisas, o queixume sonolento dos poetas, a conversação pesada e metálica dos proprietários, todos estes murmúrios vagos ou alegres, sufocados ou estrepitosos (sic) infundem uma vida nova e excecional ao passeio, que o tornam atraente ou deleitoso*. Teófilo Gautier, o Benvenuto Cellini da prosa francesa, não rendilharia com tão subtis filigranas de frase a explicação dos ruídos babilónicos do *Luxembourg*. Donde se colhe que Braga tem poetisas que exibem delirantemente os seus devaneios no jardim, ao mesmo tempo que os poetas se queixam sonolentos. Paris, tal qual. Note V. Ex.ª o contraste no sexo destas pessoas que bebem na Castália: elas

[159] L. Vaz de Freitas, *Braga em 1875*, pp. 40-41.

> *devaneiam*, apostrofando a gritos o arrebol da tarde e a brisa que cicia e se perfuma nas cilindras; eles, cabeceando marasmados pelo ópio do *narguilé*, queixam-se sonolentos, porque não os deixam dormir as poetisas. São homens gastos, estafados, *roués*. Saíram do *Café Faria* intoxicados do absinto de Espronceda, de Nerval, de Larra e de Musset. Entraram no jardim com o cérebro anestesiado, querem dormir; e elas, à imitação do femeaço da Trácia, projetam escalavrar aqueles Orfeus dorminhocos, Márcias que elas, filhas de Apolo, querem esfolar. Segunda Paris.
>
> Aí vê V. Ex.ª a razão dos "estrépitos" explicada na *Guia*. Pareciam outra coisa pior.[160]

Quando o Campo de Sant'Ana (aquele vasto terreno entre a Arcada e a Senhora-a-Branca) se transformou no coração onde passou a palpitar a vida da cidade, surgiu o projeto de, na parte central desse espaço, se criar um passeio público, ou jardim, que começou a ser construído a partir de 1857.[161] Projetado à imagem do seu congénere de Lisboa, teve, como ele, vida efémera, já que por 1914 havia de ser desmantelado para a construção da Avenida Central. Vedado com grades, o jardim público de Braga continha, além do coreto – garantia de animação musical nas tardes de domingo –, pequenos lagos que o tornavam muito aprazível. Vilhena Barbosa descreve com louvor a criação do jardim e todos os arranjos que vieram embelezar aquele descampado que era inicialmente o Campo de Sant'Ana, sinal da onda de progresso que modernizava a cidade naquela época:

> O centro do campo era outrora desigual e mal gradado. Haverá uns doze anos foi aplanado e alindado, plantando-se então em torno dele várias fieiras de árvores.
>
> Presentemente fazem-se aí mais importantes aformoseamentos. Consistem estes em um espaçoso jardim, cercado de gradaria de ferro com quatro portas (...). Esta obra, que faz honra à cidade de Braga, como prova que é dos seus progressos em civilização, está quase a concluir-se.[162]

---

[160] *Novelas do Minho*, *OC* VIII, pp. 53-54.
[161] Cf. E. Pires de Oliveira, *Braga. Percursos e memórias de granito e oiro*, p. 19.
[162] *Arquivo pitoresco: Semanário ilustrado*. Tomo VI, 1863, p. 50.

E D. António da Costa, em *No Minho*, depois de situar topograficamente o jardim, realça com particularidade os elementos que lhe davam o aspeto acolhedor e deleitoso:

> Se lavrava já a heresia de um teatro, porque não surgiria também a heresia de um jardim?
>
> Pois então, para o abrirem, não estava ali aquele espaçoso campo de Sant'Ana, um forno de verão, uma lameira no inverno? Que faz um dia o perdulário do município? Comete a impiedade de contrair um empréstimo, tira o dinheiro às algibeiras dos contribuintes, e com ele converte aquele campo no jardim mais risonho que têm visto os meus olhos em terras das nossas províncias. Lá está ele ao pé do teatro de S. Geraldo, todo à moderna, tendo na frente o *Bom Jesus do Monte*, à direita a grande rua dos Congregados, à esquerda a do Banco do Minho; lá está o jardim com o seu gradeamento elegante, rodeado de arvoredo frondoso, com os seus chorões esplêndidos, seu bonito lago, seu coreto à chinesa, seu pavilhão envidraçado a cores, ruas espaçosas, todo ele uma profusão de verdura, e de flores, recreio dos passeantes que em conversação agradável e ao som da música descansam dos trabalhos do dia.[163]

O autor prossegue, caracterizando as transformações nos hábitos sociais que o jardim veio trazer, a partir do momento em que os bracarenses caíram na tentação de lá entrarem a primeira vez. Primeiro *estranhou-se*, mas depois *entranhou-se*:

> O caso passou-se deste modo: alguns embiocados e embiocadas, ao princípio, benziam-se quando ou viam falar no jardim. Depois aguçou-se-lhes o apetite quando à noitinha se encaminhavam pelas ruas adjacentes, presenciando o crime de revés, para dentro das grades. Depois, já não olhavam de revés, olhavam direito. Depois, atreveram-se mesmo a chegar à porta de ferro, e a olhar para dentro fingindo ser por acaso. Depois entraram, como quem se estreia numa casa de jogo, mas sumindo-se logo por uma das ruas laterais, e espreitando de lá, a furto, por entre as árvores, supondo que toda a gente os via. Depois... – mau é principiar – passaram das ruas laterais para a grande rua do centro, prometendo ser uma vez sem exemplo, só entrar e sair. Assim o fizeram, olhando com receio para todos os lados, como quem vai perpetrar um assassínio.

---

[163] D. António da Costa, *No Minho*, p. 73.

> Não desgostaram. Finalmente, na vez seguinte já não puderam prometer nada, porque se demoraram toda a noite enquanto a música tocou. Tinham caído no inferno.[164]

Numa obra de inícios do séc. XX, *Jornadas no Minho* (1906), D. João de Castro retrata o ambiente recreativo característico do jardim público de Braga: «Viemos encontrar o jardim de Santa Ana hilariado pelas damas da cidade, que ali se reuniam e arrulhavam, enquanto a banda do 8 espalhava no ambiente em volutas insidiosas, a serpentina valsa do *Fausto*.»[165]

Foi nesse local – ainda antes da construção do jardim, mas já com o terreno preparado para esse efeito – que se realizou, em 1863, um dos eventos festivos mais memoráveis da Braga oitocentista: a exposição agrícola, que teve, como cereja no topo do bolo, a visita do Rei D. Luís e da Rainha D. Maria Pia. Vilhena Barbosa deixou-nos esta descrição do colorido minhoto da festa:

> A imensa multidão de povo que enchia o jardim e o campo, composta em grande parte dos camponeses das aldeias circunvizinhas, e de muitas distantes da cidade, brilhando pela elegância e cores alegres dos trajos das mulheres, e pela profusão de oiro em cordões e arrecadas com que elas se adornam em dias festivos; muitas casas embandeiradas em torno do campo, e todas as janelas guarnecidas de damas, trajando as suas melhores galas.[166]

Mas já havia muito que toda a zona do Campo de Sant'Ana se tinha tornado o centro da vida citadina bracarense. D. Diogo de Sousa foi o responsável pela transformação desse espaço numa forma ampla, com a capela que lhe deu o nome – a capela de Santa Ana, que viria a ser demolida em 1769[167]. Em finais do séc. XVIII, já esse lugar era vital no contexto urbano, embora ainda muito longe da beleza amena que o jardim lhe traria. Vilhena Barbosa não deixa de sublinhar a centralidade desse local na cidade de Braga, que, em amplidão, superava a lisbonense praça de D. Pedro (Rossio):

> O campo de Sant'Ana é, por sua grandeza, a praça principal de Braga. Não temos a medida da sua área, mas julgamos que não

---

164 *Idem*, pp. 73-74.
165 Castro, D. João de – *Jornadas no Minho*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, L.da Editores, p. 41.
166 *Arquivo pitoresco: Semanário ilustrado*. Tomo VI, 1863, p. 394.
167 Cf. E. Pires de Oliveira, *Braga. Percursos e memórias de granito e oiro*, p. 18.

> seremos exagerados, afirmando que em comprimento será o dobro da nossa praça de D. Pedro, não lhe sendo inferior em largura.
>
> Lembra-nos que a primeira vez que ali estivemos, admirados da sua extensão, contámos as janelas do primeiro andar de todas as casas que formam o lado do norte do campo, e achamos que eram 145.[168]

Releia-se esta descrição de Alberto Pimentel, donde sobressai, talvez com algum exagero, o aspeto sinistro que, apesar da sua centralidade, caracterizava o local, antes dos embelezamentos de que beneficiou:

> O campo de Sant'Ana, com o seu cruzeiro ao fundo, não era ainda o jardim florente de hoje em dia, com pequenos lagos e pontes de cortiça, com grades de ferro e cadeiras do asilo. Nada disso! Era um descampado tenebroso, onde esvoaçavam morcegos que iam beber o azeite das lâmpadas à igreja dos Congregados, e perpassavam corujas que sinistramente cruzavam o ar desde a igreja da Lapa, debaixo da Arcada, até à remota igreja de S. Vítor ou S. Vitouro, como então se dizia em prosódia braguesa.[169]

Era nesse antigo Campo de Sant'Ana, por 1850, que Teodora, uma das personagens principais de *Amor de Salvação*, exibia uma das suas extravagâncias, pouco dignas de mulher casada, com que escandalizava a sociedade bracarense: «Passado tempo, deu-lhe outra mania; fez-se cavaleira, e rompia a galope pelo campo de Sant'Ana em Braga, a levantar poeira que parecia um esquadrão de cavalaria!»[170]

Ao velho Campo de Sant'Ana ficaram ligadas algumas páginas da história de Portugal salpicadas de sangue. Foi aí que instalou o seu quartel-general Bernardim Freire de Andrade, trucidado pela populaça em fúria, a 17 de março de 1809, injustamente acusado de jacobino e traidor da pátria, aquando da invasão francesa de Soult. Arnaldo Gama, no romance histórico *O Sargento-mor de Vilar*, pinta com grande vigor o tumulto da turba incendiada pelas intrigas do

---

[168] *Arquivo pitoresco*, Tomo VI, p. 49.

[169] Pimentel, Alberto – *Através do Passado*. Paris; Lisboa: GuillardAillaud, e C.ia, , 1888, pp. 82-83.

[170] *Amor de Salvação*, *OC* IV, p. 705.

ambicioso barão de Eben, que culminaria no brutal assassínio de Bernardim Freire:

> Nesta ocasião é que a populaça se lançou furiosa no campo de Sant'Ana e rolou, como vagalhão de mar em tempestade, de encontro às portas do quartel-general. As rijas portas de castanho, chapeadas de lâminas de ferro com forte cravação do mesmo metal, rangeram nos gonzos robustos, mas resistiram ao primeiro rolar da terrível vaga popular. Mais uma, mais duas vezes – e não puderam resistir mais. Estouraram por fim com terrível fragor. A multidão alucinada arremessou-se então por elas dentro, soltando um brado temeroso.[171]

No romance *O Demónio do Ouro*, articulando a matéria romanesca com o contexto histórico, Camilo põe os celerados de Lanhoso entre os assassinos de Bernardim Freire de Andrade, evocando, de passagem, esses dias trágicos e lamentando a iniquidade da morte do general:

> Era general o governador das armas do Porto Bernardim Freire de Andrade, o bravo da Roliça e Vimieiro, rancoroso adversário dos Ingleses, mas fidelíssimo soldado da Pátria. A desastrosa morte deste português ilustre, dilacerado nas garras da gentalha para quem há de raiar a aurora da civilização, quando se descobrirem artes de sopear tigres fora da jaula, é tão sabida, da história e do romance, que não há para que nos demoremos nesse episódio estranho à presente história. Do domínio dela é que entre os carnífices de Freire, e de Gomes Vilasboas, quartel-mestre general, estava grande parte dos herdeiros da herança de Londres, não ainda dos filhos do padre, mas dos jornaleiros pobres de Rendufinho e Vilar. No cadáver de Bernardim afiaram eles, digamo-lo assim, os colmilhos para se cevarem em mais pingue presa.[172]

O final do romance tem por cenário o Campo de Santa'Ana, onde, em 24 de março de 1843, se arvorou a forca para executar a sentença de morte de Serafim Gonçalves, capitão dos "Bravos de Simães", bando de salteadores que assaltavam e saqueavam os que ilegitimamente se tinham apoderado da herança de Londres, matéria

---

[171] Gama, Arnaldo – *O Sargento-mor de Vilar*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1951, pp. 218-219.
[172] *O Demónio do Ouro*, *OC* VII, pp. 521-522.

da segunda parte de *O Demónio do Ouro*. Aprecie-se como, através do contraste entre o ambiente primaveril e a agonia vivida por Serafim, se intensifica o sentido dramático desta passagem, e ressalta a dignidade daquele celerado, cujo sofrimento expiatório o torna merecedor da compaixão de Camilo, à semelhança de outros criminosos da sua obra ficcional:

> Desde as 6 horas da manhã do dia 24 de março, mais de dez mil pessoas juncavam o campo de Sant'Ana, à volta da forca, arvorada em frente da Igreja dos Congregados.
>
> O dia era de formosa primavera. As andorinhas gazeavam nos beirais do telhado do oratório; os acres perfumes das florestas, que sobranceiam a louçã princesa do Minho coavam-se pelas grades do ergástulo, onde Serafim Gonçalves vestia a túnica. Ele moveu os olhos, e contemplou o Céu; atentou o ouvido e ouviu o profundo mugido dos dez mil espectadores da sua agonia. Voltou-se para o sacerdote, e disse-lhe como em segredo, com infantil pavor:
>
> – Não me desampare...
>
> Saiu o préstito, por entre um esquadrão de cavalaria, e alas de tropa de linha, que se formavam circularmente à volta do patíbulo. O padecente apenas podia mover-se, amparado no ombro do egresso, que lhe dizia tudo que Deus inspirara de consolações e sublimes tristezas naquela crucificada alma.
>
> Às onze horas em ponto subiu à forca, amparado por dois padres. Ajoelhou, como se as pernas se paralisassem, antes do carrasco lhe lançar o esparto, e disse ao padre:
>
> – Adeus, meu pai!... Morro...
>
> Instantes depois, o corpo descaía impulsado pelo carrasco; mas os que mais de perto viram o trance, disseram que Serafim Gonçalves já estava morto, quando foi arrojado da prancha.
>
> Fr. António da Virgem permaneceu longo tempo em joelhos e mãos erguidas.[173]

Segundo um testemunho da época, a execução de Serafim da Póvoa de Lanhoso ou de Santa Luzia – personagem que Camilo importou da realidade para a ficção, a partir de notícias publicadas no *Periódico dos Pobres* –, aconteceu, efetivamente, no Campo de Sant'Ana, a 24 de março de 1843, com muita gente a assistir, mas foi "um grande dia de chuva"...[174]

---

[173] *Ibidem*, p. 613-614.

[174] Cf. Silva, Armando B. Malheiro da – "O Miguelismo em Braga (II)". Separata do Vol. XLI da Revista Cultural *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal, 1992, p. 45.

Mais tarde, quando rebentou a revolução do Minho ou da Maria da Fonte, o Campo de Sant'Ana volta a estar no centro da agitação popular. O padre Casimiro, autoproclamado "Defensor das Cinco Chagas e General Comandante das Forças Populares do Minho e Trás-os-Montes", relatou as suas gestas bélicas na obra *Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte*. Camilo Castelo Branco solicitou ao padre esses apontamentos, de que se serviu para historiar a revolução, na obra *Maria da Fonte* (1884). Mais do que dispor dos apontamentos como subsídio histórico, aproveitou-os o escritor de Seide como alvo de paródia, comentando-os em clave de sátira, com que impiedosamente mete a ridículo o "Defensor das Cinco Chagas".

O padre Casimiro esteve por várias vezes acampado no Bom Jesus e nas Sete Fontes, à frente de centenas de populares, na expectativa de se apoderar de Braga. Demitido o ministério Cabral, os setembristas não viam com bons olhos o caudilho dos 30000 homens e preparavam-lhe uma cilada, quando ele, induzido pelo cónego Montalverne, comandante de um batalhão de voluntários chamados "Sirzinos", desceu do Bom Jesus para conferenciar com as autoridades civis e militares em Braga. No momento em que o padre Casimiro regressava ao seu acampamento no Campo de Sant'Ana, ouvem-se uns disparos que lhe revelam a tramoia. O pânico apodera-se dele e deixa em sobressalto os seus 30000 homens, situação que Camilo descreve de forma hilariante, valendo-se da riqueza do seu vocabulário e dando largas à sua implacável *vis* satírica:

> Neste comenos, estoiram alguns tiros nos telhados da casaria do Campo de Sant'Ana, coalhado por 30 000 patuleias. As massas consideram-se atraiçoadas, apanhadas num fojo sem saída. Desvairados de terror, os 30 000 desatremam num pânico de fuga. Empurram-se, tropeçam, bracejam, escorregam, escoiceiam-se, escabujam engalfinhados uns nos outros; os que vêm atrás desabam sobre os dianteiros; e, por não poderem aguentar-se de pé, os grupos agatanhavam-se em epilepsias de pavor, estorciam-se em vascas de moribundos varados de balas. Os tamancos alastrados no acampamento podiam pesar-se às toneladas como se mediam aos alqueires os anéis dos cavaleiros de Pompeu no morticínio da Farsália. Pode ser que eu exagere a profusão dos tamancos; mas para estes lances épicos é que Aristóteles e Longino estatuíram a hipérbole.[175]

[175] *Maria da Fonte*, *OC* XVI, p. 910.

O narrador continua a parafrasear humoristicamente os apontamentos do Padre Casimiro, descrevendo a aflição vivida naquele aperto, que o obrigou a fugir pela Rua da Água, donde atalhou até à Senhora-a-Branca:

> O padre, *apossando-se dos mesmos sentimentos* dos 30 000, como ele modestamente confessa, apeou abandonando a besta, enfiou por uma taberna na Rua da Água, marinhou até à trapeira e passeou felinamente vários telhados. Depois, de salto feliz, pinchou ao peitoril de uma janela traseira. Foi espreitar por outra da frontaria e viu, relíquias dos 30 000, apenas o intrépido João *Corneta* a fazer fogo e simultaneamente a dar os toques de avançar e retirar a que obedeciam o *Batoca* e poucos mais.
>
> Desceu o padre à rua, inerme, com um chapéu de castor emprestado. Afora o chapéu, tinha perdido a égua, o gabão e a pistola de cavalaria. Não obstante, foi animar o fogo na Rua do Souto; mas como a tropa o atacasse de flanco para lhe cortar a retaguarda, fez dar o toque de retirada pela Rua da Água; e, atalhando por vielas, saiu à Senhora-a-Branca. Aí, fustigado pelas balas, meteu-se por uma porta, subiu a uma sala e desceu a um quintal.[176]

Alvejado pelo regimento 13, conseguiu sair ileso o padre Casimiro. E Camilo explica, caçoando, o miraculoso "sistema de defesa" usado pelo capitão das "Cinco Chagas":

> O regimento 13, que o avistara do Adro da Senhora de Guadalupe, granizou-lhe algumas descargas que não o feriram por ele ter adotado certo sistema de defesa de uma simplicidade prodigiosamente exótica. *Ouvindo cada descarga*, refere a vítima escapada à carnagem, *deitávamo-nos no chão por detrás das pequenas paredes de divisão entre cada dois quintais de altura de 3 a 4 palmos, marchando ligeiros depois de passarem as balas, de quintal em quintal, até outra descarga, e continuando neste gosto o divertimento até S. Vítor*. Tal qual como os Índios quando ouviram assombrados as estranhas detonações dos arcabuzes portugueses: atiravam-se por terra; mas, de ordinário, quando se atiravam já iam atravessados. Porém, que ricas pontarias, que boa escola de tiro a do 13, e que benigna pachorra a dos projéteis que, depois do estampido, esperavam que o padre se agachasse atrás das paredes, para passarem![177]

---

[176] *Ibidem*, pp. 910-911.
[177] *Ibidem*, p. 911.

Se o leitor mais sisudo conseguiu até agora evitar o riso, dificilmente o poderá conter ao ler o comentário do romancista à forma como o padre logrou reaver a pistola que tinha perdido na fuga:

> Saltando quintais, o fugitivo foi bater à porta de uma velha surda que, muito martelada, veio abrir. Saiu por outra porta, achou-se na rua, e *debaixo de um dilúvio de balas*, a descoberto. Chegou aos Peões, subiu ao Bom Jesus, e foi para casa são e salvo, com o prejuízo da égua, do chapéu, da pistola e do gabão.
>
> (...)
>
> E quanto à pistola, essa foi apanhada por certa meretriz na rua, debaixo de fogo; e, como conhecesse de quem era, escondeu-a entre os saiotes e levou-lha ao acampamento do Bom Jesus. Vê-se que a panóplia do pugnacíssimo padre era assaz conhecida e que não é mau estar a gente relacionada em todas as casas sem exceção.
>
> (...) Nesta mulher, repulsa do grémio das boas, das fiéis e das dedicadas, dera-se um feito arrojado de desprezo da vida e um lance primoroso de afeto. Apanhara a pistola por entre balas, porque a conhecera, escondeu-a em perigo de ser vista e espingardeada; foi levá-la ao dono quando os facínoras *polacos* e *sirzinos* espionavam as pessoas que comunicavam com o campo do padre rebelde. Esta mulher não tinha nem já agora terá nome. Será simplesmente e cruelmente – a *prostituta*.
>
> Deste assunto podia extrair-se ideal bastante para duas páginas de sensação; mas por aqui me cerro. Temo abrir a válvula do meu velho sentimentalismo feito nas *Damas das Camélias* e *das Pérolas*. Que emocional romance, há vinte e cinco anos, poderia arquitetar-se nas travessas, em Braga, intitulado *A Dama da Pistola*![178]

Mais ou menos por essa altura, surgiam rumores do regresso de D. Miguel a Portugal. Apareceram, inclusive, duplos do novo desejado, assunto de *A Brasileira de Prazins*, onde se lê que, por 1845, na freguesia de S. Gens de Calvos, Póvoa de Lanhoso, estava escondido, na residência do abade Marcos António de Faria Rebelo, um impostor, de seu verdadeiro nome Veríssimo Borges Camelo de Mesquita, que se fazia passar pelo príncipe proscrito, supostamente retornado em segredo do exílio e a preparar-se para restaurar a monarquia absoluta. O intrujão é desmascarado, preso e

---

[178] *Ibidem*, pp. 911-912.

levado ao Governo Civil de Braga. O narrador retrata a agitação que se vivia na cidade, dividida entre absolutistas e liberais, fazendo referência a várias figuras proeminentes da vida política e social bracarense, entre as quais o já citado cónego Monte Alverne:

> O campo de Sant'Ana parecia um arraial. Aglomeravam-se ali as duas Bragas – a fiel, a caipira, pletórica de fidalgos, de grandes proprietários, cónegos, de chapeleiros e da clerezia miúda; a liberal, muito anémica, encostada ao 8 de Infantaria, toda de bacharéis e empregados públicos, o Manso, o Melo Cavacão, o Mota, o Rocha Veiga, o Alves Vicente; negociantes de tendas mesquinhas, professores muito retóricos, o Capela, que ensinava francês, o Pereira Caldas, soneteiro e polígrafo, o velho Abreu bibliotecário, lacrimoso, o Pinheiro, muito grande, filósofo sensualista, mas bom vizinho, todos à volta do Monte Alverne, um cónego muito assanhado, que foi, meses depois, comandante da brigada dos Seresinos.[179]

A centralidade e a vitalidade crescentes do campo de Sant'Ana no contexto urbano de Braga beneficiaram, numa inter-relação causa/ /efeito, não só do jardim público, mas também de algumas estruturas próximas: repartições públicas instaladas no antigo convento dos Congregados (liceu, biblioteca pública, secretaria do governo civil, estação telegráfica), o Banco do Minho, o Teatro de S. Geraldo, os hotéis e a emblemática Arcada, o centro do soalheiro bracarense. Aliás, um dos primeiros grandes passos no sentido da deslocar o centro da cidade da zona da Sé para esta zona do Campo de Sant'Ana havia sido dado por D. Diogo de Sousa, que mandou construir o mercado do pão junto da Porta do Souto, local correspondente ao atual Largo do Barão de S. Marinho. "Aí acorriam e se abrigavam feirantes e almocreves do interior serrano, convertendo esta área num verdadeiro sorvedouro de gentes e atividades"[180]. Os 19 arcos que formam a Arcada foram erigidos no ano de 1715 por D. Rodrigo de Moura Telles. O projeto para acrescentamento do segundo piso do edifício, da autoria do engenheiro Joaquim Pereira da Cruz, seria apresentado em 1867, mas só em 1885 foi concretizado, altura em que a Arcada adquiriu o aspeto atual.

Na galeria da Arcada tinham-se estabelecido os principais cafés da cidade. O *Café Vianna*, que abriu portas em 4 de novem-

---

[179] *A Brasileira de Prazins*, *OC* VIII, p. 751.

[180] Bandeira, Miguel Sopas de Melo – *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 123.

bro 1858[181], propriedade do pai de Cunha Viana, poeta e amigo do romancista, era, segundo o *Guia do Viajante em Braga*, o "mais luxuoso", "adornado de magníficos espelhos e divãs cómodos e asseados"[182]. Que em 1862 era o mais concorrido da cidade, documenta-o Urbano Loureiro, jornalista e escritor portuense do séc. XIX: «Depois das nove horas da noite fui ao café Vianna, o botequim mais concorrido de Braga. Fazia as delícias dos presentes um padre de óculos, olhar esgazeado, cara chupada e cabelo em desalinho.»[183] O *Café Faria*, também na Arcada, era "indubitavelmente o segundo café de Braga", na classificação de Vaz de Freitas[184].

Mas já antes havia botequins na Arcada, onde era servido o famoso "café forte", de que fala Camilo a propósito daquela excursão que fizera do Porto a Braga, em 1856, com os amigos Luís Barbosa e Silva (L. B.), José Babosa e Silva (J. B.) e Evaristo Basto (E. B.):

> E. B. disse que ia visitar suas primas, e despediu-se por meia hora. L. B. perguntou ao primeiro encapotado onde era o botequim do café forte. J. B. e eu seguimo-lo com o intuito de espertarmos com o almejado café o espírito de análise, qual convinha a "touristes" dum tal ou qual calibre.
>
> Mandaram-nos debaixo dum renque de arcos, no Campo de Sant'Ana, onde a mão civilizadora, em 1836, salvo erro, colocou o primeiro e único botequim bracarense. Lembra-me, faz hoje cinco anos, ver ali no batente daquela porta um molho de palha painça pendurado. Neste tempo, o botequim não era exclusivo do animal bípede; o viageiro podia almoçar e mais o azemel na mesma locanda; o armário da cavaca e de pão-podre ["É o pão de ló de outras terras", anota Camilo em rodapé] fornecia o grão e a palha para os dois fregueses económicos. Hoje, não. A botequineira, instrumento involuntário do epigrama aos seus conterrâneos, deixou de acumular os dois géneros de consumo, e desta vez não vendia palha, pelo menos com cartaz à porta. Em compensação, as suas estantes de legítimo pinho amarelo medraram em aguardente de medronhos, licor de canela, e laranjas azedas.

---

181 Cf. E. Pires de Oliveira, *Braga. Percursos e memórias de granito e oiro*, p. 16.
182 L. Vaz de Freitas, *Braga em 1875*, p. 24.
183 Urbano Loureiro, "Martírios Obscuros (Fragmentos das Memórias de Tibúrcio Magno)", p. 172.
184 *Braga em 1875*, p. 24.

> L. B. pediu café *forte*. O adjetivo, proferido com intimativa, deu de nós à botequineira uma ideia alta. J. B. falando francês, fez-nos talvez passar pelos contratadores da iluminação a gás, ou delegados russos que vinham fomentar a revolta. Os concorrentes, que tomavam as duas mesas, e nos fitavam espantados, era um lavrador, que sopeteava deliciosamente um enorme pão num copo de café em forma de sino com a porca para baixo; defronte estava uma mulher arremangada até ao ombro, fazendo em outro copo ensaios hidráulicos com rijas côdeas, rebeldes à molidão do líquido, ao que parecia do trejeitar dos seus queixos inválidos. (...)
>
> Veio, enfim, o café; e, diga-se a verdade, era forte. Estávamos bem pagos da espera, e contentes do serviço. No ato do pagamento, muito queria a escrupulosa botequineira saber qual de nós tomara um bolinho, e qual dois, para seu governo. (...)
>
> Saldadas com dificuldade as contas, despedimo-nos penhorados da Senhora Brígida, ou como é que se chama, e, graças ao favor que devemos a sete ou oito encapotados que interrogámos, encontrou-se a administração do correio.[185]

Nesse registo faceto, vai Camilo descrevendo a cidade, sempre pronto a fixar a atenção em algum pormenor que lhe fizesse abrir as válvulas da sátira, como aquele cartaz publicitário de um dentista francês estabelecido em Braga, especializado também na bicha-solitária. Era o segundo especialista no parasita intestinal que os amigos excursionistas depararam, depois daquele "cirurgião da bicha", natural de Gondifelos, que já tinham consultado quando da paragem em Famalicão. O escritor, sempre de ouvido e de vista muito apurados em matéria de expressão linguística, não perde a oportunidade para chalacear a propósito da linguagem usada no reclame:

> Antes de entrarmos no correio, parámos, em frente do portão, enlevados num cartaz, lavrado em letra cursiva de bom tamanho e aprimorada forma. Lemo-lo, e L. B., a meu pedido, copiou-o textualmente. (...) Aí vai textualmente a cópia do cartaz:
>
> *Peira, Dentista e Cirurgião.*
>
> *Põe toda a sorte de dentes artificiais. Limpa os dentes. Extraeos com a maior Destreza, e raizes. Firma os que estão abalados cortando-os arralando-os e pondo-os em boa direcção. Tira-lhes a dôr, chumba-os. Tira o máo cheiro da bocca. Tira verrugas, cravos e calos. Tira a bicha solitaria.*

---

[185] *Duas Horas de Leitura*, *OC* XI, pp. 336-339.

> *Residente á onze annos na cidade de Braga e ao presente na Hospedaria do snr. Fanqueira no Campo de Sant'Anna, nº...*
>
> Eis aqui outro Herodes da bicha-solitária! Convidei os meus amigos a procurá-lo em casa do Sr. Fanqueira. Eu queria desmentir com este doutor em dentes o outro doutor lá de cima, e provar que Mr. Peira, vindo naturalmente de Paris para Braga, disputa a Gondifelos a eficácia da mezinha. Os meus amigos não anuíram. Algum dente que ainda me resta, como sentinela perdida em arraial onde se deu grande batalha, queria eu entregá-lo a Mr. Peira, para que ele mo *firmasse, cortando-o*; processo novo decerto, mas fácil para quem extrai um dente com a *maior destreza, e raízes*; o que eu não sei é se ele também extrai raízes *com a maior destreza, e dentes*. Recomendo, porém, Mr. Peira, não só a quem tiver verrugas, cravos e calos, mas também à autoridade administrativa e aos vigias da Câmara, se lá os há. Um cartaz destes deve considerar-se entulho, e o cirurgião que tira *cravos* é melhor para os trazer que para os tirar.[186]

Outro edifício importante nos espaços contíguos ao Campo de Sant'Ana era o teatro de S. Geraldo, que ficava junto ao Banco do Minho (atual Caixa Geral de Depósitos), no lugar hoje ocupado pelo edifício do Banco de Portugal. Projeto do engenheiro Manuel Couto Guimarães, foi inaugurado em 8 de junho de 1861, com uma récita da aclamada atriz Emília das Neves. D. António da Costa não poupa elogios ao teatro de Braga: «Pois vão ver o elegante teatro de S. Geraldo, no largo da Lapa, teatro com três ordens de camarotes, alegre, alumiado nada menos do que pelo tradicional e brilhante lustre que foi do teatro do conde do Farrobo nas Laranjeiras.»[187] Vilhena Barbosa não é menos encomiástico: «Depois de Lisboa e Porto é a cidade de Braga que possui o melhor teatro do país.»[188]

É neste teatro que Camilo situa o início de uma das *Novelas do Minho*, *A Morgada de Romariz*:

> Vi esta morgada, há três anos, em Braga, no Teatro de São Geraldo. Estava em cena *Santo António*, o taumaturgo. A comoção era geral. Tanto a morgada, como seu marido, o comendador Francisco José Alvarães, choravam, às vezes; e, outras vezes, riam-se.

---

[186] *Ibidem*, pp. 340-341.
[187] *No Minho*, p. 72.
[188] *Arquivo pitoresco*, Tomo V, p. 389.

> Era uma senhora de espavento, avermelhada, com as frescuras untuosas e joviais dos quarenta anos sadios, seios altos e aflantes, pulsos roliços e averdugados pela compressão das pulseiras cravejadas de esmeraldas e rubis. (...)
>
> Ela bocejava nos entreatos, até mostrar as campainhas; ele tosquenejava, e às vezes, espreguiçando-se, grunhia:
>
> – Estou maçado.
>
> – Pudera... – obtemperava a esposa – a comédia bonita é... mas não há nada como estar a gente na sua cama, Zezinho!
>
> E dava tons lúbricos ao diminutivo.
>
> – Quem me lá dera... – volvia Alvarães deslocando as botas e dando folga e frescor aos pés no aprazível *túnel* dos canos – o polimento estorcega-me os calos... – queixava-se com azedume. – Comédias... Ora adeus! Patranhas...
>
> – Modos de vida, homem...
>
> E abriam juntos as bocas espasmódicas.
>
> – Ao menos se eu viesse ceado... – dizia ele.
>
> – Fizesses como eu...
>
> – Não me cabia cá... – e batia com os dedos dobrados no alto-ventre como se faz às melancias suspeitas.
>
> – Já agora hemos de ver a *cena da glória* que é o mais bonito – opinava a esposa.[189]

Camilo dedicou *A Morgada de Romariz* a Francisco Teixeira de Queirós (Bento Moreno), escritor realista, um dos "esquecidos" do séc. XIX, natural dos Arcos de Valdevez, o qual no conto "Dois Caturras" traz a Braga as personagens principais, o Dr. Leandro e Frei António, atraídos pela atuação de Emília das Neves no Teatro de S. Geraldo: «No *Bracarense* da véspera anunciava-se a próxima chegada, à cidade dos Arcebispos, da atriz Emília das Neves, tão célebre e tão gabada, que ali ia representar no teatro de S. Geraldo.»[190]

Em 1920 desaparecia o Teatro de S. Geraldo, vendido ao Banco de Portugal. Nessa altura, já os bracarenses dispunham de um novo e esplendoroso teatro: o *Theatro Circo*, na Avenida da Liberdade, inaugurado em 1915.

A importância urbana deste espaço determinou, naturalmente, que aí funcionasse o nó de ligação entre as linhas dos carros

---

[189] *Novelas do Minho*, *OC* VIII, pp. 131-132.

[190] Queirós, F. Teixeira de – "Dois Caturras". In *Contos*. Lisboa: Tipografia Gonçalves, 1934, p. 43.

americanos de Braga, cuja garagem estava instalada no local hoje ocupado pelo prédio do Centro Comercial Avenida. A primeira linha, que ligava, desde 1877, a estação dos caminhos-de-ferro ao Campo de Sant'Ana, foi depois prolongada até ao Bom Jesus[191]. No opúsculo *Poetas do Minho* (1893), conta Alberto Pimentel que João Penha, advogado de profissão, indo um dia, em serviço, para o Bom Jesus, teve de aguentar, no carro americano, a companhia inoportuna *("Ibam forte via sacra"*...) de um cliente, preocupado com uma demanda relacionada com a tipicamente minhota questão de águas: «– O que eu quero, berrava o cliente, é ganhar a queston do rego. Porque, Sr. Dr., no rego é que está a grande maroteira dela. (Ela era a parte contrária, uma mulher).»[192] Na descida do Bom Jesus, azar dos azares, o demandista volta a sentar-se ao lado de João Penha. Apeando no Campo de Sant'Ana, o cliente implora ao advogado-poeta que não se esqueça do caso: «Sr. doutor (...), olhe que a queston do rego tem furo. Num ma avandone.»[193]

Com o Campo de Sant'Ana comunicava, através da Porta do Souto, a famosa Rua do Souto. Mandou a Câmara aluir a Porta do Souto para construir "uma praça alindada, a nova praça do Barão de S. Martinho, o *Chiado* de Braga", nas palavras de D. António da Costa[194]. A Rua do Souto era, como hoje, a mais comercial da cidade, onde se concentravam muitas lojas de panos e fazendas, livrarias, casas de artigos religiosos, ourivesarias... Anota Vaz de Freitas: «há muitíssimas lojas espalhadas por toda a cidade, mas aglomeram-se as principais na Rua do Souto, que corresponde à Rua das Flores no Porto».[195] Uma das lojas mais famosas da Rua do Souto, onde permaneceu até há pouco tempo, era a Farmácia Pipa. Voltemos à dedicatória de Camilo a D. António da Costa. A comparação irónica entre Braga e Paris tem a propósito da "botica do Sr. Pipa" na Rua do Souto um dos seus pontos mais cómicos:

> Eu, afora isto, conheço outras analogias entre Braga e Paris, que estudei, sem subsídio – entendamo-nos. Há três meses senti-me ali adoecer da nevropatia, que é moléstia endémica dos grandes

---

[191] Gomes, Joaquim da Silva – *Os eléctricos em Braga*. Braga: Edições Bom Jesus, 2014, p. 20.

[192] Pimentel, Alberto – *Poetas do Minho. I João Penha*. Braga: Livraria Escolar de Cruz & C.ª Editores, 1893, p. 16.

[193] *Ibidem*, p. 19.

[194] *Op. cit.*, p. 74.

[195] L. Vaz de Freitas, *Braga em 1875*, pp. 24-25.

centros de população, onde os deleites requintam, e o fluido nervoso se desperdiça – o que sucede em Londres, em Braga, em New-York, em Paris, quando a gente desconhece as leis da *relatividade dos prazeres*, como diz o professor escocês Bain. Confiando nos anti-histéricos, fui comprar à botica do Sr. Pipa, na Rua do Souto, um frasco de cápsulas de éter-sulfúrico, e preparava-me para pagá--las com 300 rs. (um fr. e 50 cênt.) – preço corrente no Porto –, quando o praticante da farmácia me mandou entender o preço da droga com mais cinco tostões, e mostrou-me que o sinal aritmético de um franco estava emendado em dois. Ainda assim, observei-lhe que dois francos cambiados em moeda portuguesa eram quatrocentos réis. O interlocutor refutou triunfantemente a minha objeção, alegando que em Braga dois francos eram oito tostões.

Esta fisionomia da botica bracarense dá feições à terra, não de 2ª, mas de Iª Paris. A 2ª é a outra que os geógrafos ignaros nos inculcam Iª. Corrija-se.

Dou de barato que as referidas poetisas do jardim consumam cápsulas de súlfur copiosamente nas suas eterizações, e que os poetas sonolentos se despertem com elas, não querendo usar economicamente das cócegas; deve-se talvez às condições especiais das musas bracarenses o preço superlativo dos antiespasmódicos: assim mesmo, Paris 2.ª não pode arbitrariamente dobrar o valor da moeda de Paris Iª, nos géneros que importa, ao mesmo passo que, no valor legal da moeda francesa, exporta para França os seus chapéus, os seus cavaquinhos e as suas frigideiras.[196]

Em *A Brasileira de Prazins*, topamos com uma referência a um alfaiate da Rua do Souto:

O tenente-coronel quis imediatamente partir para Lanhoso; mas não tinha roupa decente para se apresentar a el-rei. As fardas estavam traçadas, podres, com um bafio de rodilhas no fundo de uma arca; dos galões restava um tecido esbranquiçado com laivos verdoengos; o casco das dragonas esfarinhou-se-lhe nas mãos roído pelos ratos. Não tinha casaca. Desde a convenção de Évora Monte, mandava fazer a Guimarães uns ferragoulos de mescla à laia de capote de soldado para o inverno; de verão, para equilibrar o calor artificial interno com o da atmosfera, andava em ceroulas e fazia leque da fralda. Por decência, fechava-se nos seus aposentos. Mandou chamar um alfaiate a Braga, o Cambraia da Rua do Souto, para se vestir à militar e à paisana.[197]

---

[196] *Novelas do Minho*, *OC* VIII, p. 54.
[197] *A Brasileira de Prazins*, *OC* VIII, pp. 716-717.

O escritor portuense Alberto Braga, jornalista, poeta e contista (hoje esquecido) do séc. XIX, amigo de Camilo, faz referência a um fotógrafo da Rua do Souto, ao lado de uma loja de panos, no conto "O Retrato dos Pais", incluído em *Contos da Aldeia* (1880):

> Atravessaram assim o Arco da cidade em Braga; e seguiram pelo meio da Rua do Souto, um ao lado do outro, radiantes, em busca do retratista.
>
> Adiante da galeria do paço episcopal, deparou-se-lhes pendurado na ombreira de uma porta um quadro grande de caixilho doirado com muitas fotografias em exibição.
>
> Preguntaram na loja de panos, que havia ao lado, onde se tiravam os retratos; e, devidamente encaminhados, subiram ao segundo andar, onde ficava o atelier.
>
> O fotógrafo retratou-os em grupo, um junto do outro, ambos de pé, o marido com a mão direita espalmada assente sobre a espádua descaída da mulher.
>
> Ficaram com as cabeças muito levantadas, os olhos arregalados e espantadiços, os beiços franzidos, os membros hirtos e constrangidos, numa atitude lorpa, grotesca e ridícula![198]

Quem naquele tempo necessitasse de informação sobre livreiros em Braga podia ler no *Guia* de Vaz de Freitas que eram dois os principais: Chardron, no Largo de S. Francisco; e Germano, na Rua do Souto[199]. Teixeira de Queirós tem um conto ("Toque de Alvorada"), integrado no volume *A Cantadeira*, da série *Comédia do Campo*, sobre um menino de uma aldeia do Alto Minho, ansiosamente à espera da passagem do almocreve, que lhe há de trazer um muito desejado livro de leitura, comprado, justamente, no Germano, da Rua do Souto:

> O almocreve, que fazia a recovagem do Porto *revolucionário* e da Braga *fiel* para o Alto Minho, deixava encomendas, que vinham dessas terras famosas, em muitas aldeias do seu trânsito. Nesta quinta-feira de julho estuante devia passar, pela tarde, na freguesia pastoreada pelo benigno padre Carvalhosa e o pequeno Emílio esperava-o ansiosamente. Nem paciência tivera para jantar em casa ao meio dia: atulhou os bolsos de broa e de peras e lá partiu, desobedecendo a sua bondosa mãe, pois ia esperar o tio Carocho, que

---

[198] Braga, Alberto – *Contos da Aldeia*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1940, pp. 65-66.
[199] L. Vaz de Freitas, *Braga em 1875*, p. 26.

> lhe traria o seu *Tesouro*, primeiro livro de leitura, contendo estampas maravilhosas. O velho José Fortunato, arquivo de toda a sabedoria elementar da terra, que ensinara inúmeras gerações de rapazes e meninas de casas boas a ler sonoramente e a escrever com letra refletida e nítida, é que num quadrado de papel almaço pusera o título e mais indicações de obra tão magnífica, recomendando verbalmente ao almocreve que a comprasse no Germano da Rua do Souto, em Braga. Desde o início do grande acontecimento, que se ia dar na vida de Emílio, este não pensou noutra coisa, pois já de muito invejava nas mãos de outros, mais adiantados e sabedores, a rica enciclopédia, que era o *Tesouro de Meninos*. Sabia além de tudo, por informações do próprio José Fortunato, que o precioso livro estava consideravelmente acrescentado e melhorado na encadernação e estampas, onde se representavam agora muitos animais a cores e meninos em atitudes sisudas com os olhos presos na leitura.[200]

À pena mordaz de Camilo também não escapou o livreiro da Rua do Souto. Nos *Ecos Humorísticos do Minho* deparamos com um texto da mais saborosa chacota, alimentada pelo traço mais distintivo da pronúncia do Norte, a troca do *v* pelo *b*, que é satiricamente explorada em vários lugares da obra camiliana. Desta vez, e tal como numa passagem do texto "Do Porto a Braga", onde o "cirurgião da bicha" afirma, na estalagem de Famalicão, "*Eu vevo do berde porque gosto de vover*"[201], não é a tendência popular para a generalização do *b*, mas a hipercorreção, também popular, que resulta na generalização do *v* como sinal de linguagem mais polida, ainda há pouco exemplificada pelo cliente de João Penha: "Num ma avandone". Diz Camilo:

> Visto que estou em Braga, não me sai do espírito um facto acontecido ontem. Um furacão de vento, contam os jornais, arrebatou o mirante da casa do livreiro Germano Barreto, na Rua do Souto. Este livreiro também, há meses, foi arrebatado por um especial favor da morte previdente. Ele não assistiu ao esvoaçar do seu querido mirante nas asas do tufão. Como ele amava o seu mirante! Quantas vezes me guindou lá a cima, esbofado, e me contou as protérvias dum celerado vizinho, que lhe saía com embargos a cada

---

[200] Queirós, Teixeira de (Bento Moreno) – *A Cantadeira*. 2ª ed., Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1943, 211-212.

[201] *Duas Horas de Leitura*, *OC* XI, p. 326.

> nova trave que ele punha no seu mirante! Às vezes a ira secava-lhe as fauces, outras vezes ondeavam-lhe as lágrimas nos olhos. Enfim, conseguira ele que o seu mirante *votasse* acima de todas as casas de *Vraga*. Germano, tendo ouvido zombar dos Minhotos, que usavam prodigamente do *b*, protestou nunca o empregar na sua linguagem, para pela sua parte desmentir a maledicência. Eu nunca lhe ouvi usar do *b*. Dizia-me que fosse viver em *Vraga* onde as águas eram *voas*, e as raparigas *vonitas*. Dos livros ilustrados dizia que tinham *vonitosvonecos*; e na Póvoa me disse há quatro anos que depois que tomava *vanho* sentia uma *vola* na *voca* do estômago. Ele não morreu, todavia, desta *vola*. Qualquer que fosse a letra do alfabeto patológico que o aniquilasse, a Providência permitiria que não morresse de *bexigas*, por ódio ao *b*, posto que ele me dissesse que tinha *vretoeja* nas pernas. Fosse o que fosse, Germano Barreto, a esta hora, está no céu; e, se o furacão arrebatou para lá o mirante, é provável que aquela *voa* alma o tenha agarrado lá em cima – o seu querido mirante![202]

Reconheceria hoje Camilo o Campo de Sant'Ana na Avenida Central? Ainda lá está o coreto; ainda os Congregados, o edifício do antigo Banco do Minho e outros edifícios oitocentistas, a Arcada, o *Café Vianna*, a Rua do Souto... O jardim, esse é que já lá não está há muito, dando lugar, ainda assim, a um espaço de lazer onde, apesar das transformações que foi sofrendo ao longo dos tempos, ainda se ouvem, quando não abafados pelo trânsito da Avenida Central, "murmúrios vagos ou alegres, sufocados ou estrepitosos". É de suspeitar que o romancista, lá no assento etéreo onde subiu, ache o Campo de Sant'Ana do seu tempo muito mais bonito. E decerto que o livreiro Germano concordará: «Sem dúvida, era muito mais *vonito*!». O poeta João Penha é bem capaz de estar a cismar se pela Avenida Central ainda será possível vislumbrar, como outrora, "o devanear das poetisas, o queixume sonolento dos poetas". Mas aposto que aquele inexorável demandista nem ali o deixa em paz, interrompendo-lhe a "rêverie": «O Sr. Dr. já *save*: o problema é a "queston do rego que tem furo..."; "no rego é que está a maroteira dela"».

---

[202] *Ecos Humorísticos do Minho*, *OC* XV, p. 505.

Referências bibliográficas

Almeida, Fialho de – *Estâncias de Arte e de Saudade*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Araújo, Maria Marta Lobo de – "Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna". In Laurinda Abreu (ed.), *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (siglos XV-XX)*. Bilbao: Universidaddel País Vasco / EuskalHerriko-Unibertsitatea. Servicio Editorial, 2007, pp. 193-313.

Arquivo pitoresco: Semanário ilustrado. Tomo V, 1862.

Arquivo Pitoresco: Semanário ilustrado. Tomo VI, 1863.

Arroyo, António – *Singularidades da minha terra*. Porto: Edição da "Renascença Portuguesa", 1917.

Bandeira, Miguel Sopas de Melo – *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

Bellino, Albano – *Arqueologia cristã*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1900.

Braga, Alberto – *Contos da Aldeia*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1940.

Cabral, Alexandre – *A Via Dolorosa 1859-1860*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

Cabral, Alexandre – *Dicionário de Camilo Castelo Banco*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

Cabral, António – *Camilo de perfil*. 2ª ed. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1922.

Camilo íntimo. Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco ao Visconde de Ouguela. Lisboa: Clube do Autor, 2012.

Cartas de Camilo Castelo Branco. Coleção, prefácio e notas de M. Cardoso Marta. Vol. I. Rio de Janeiro-Lisboa: H. Antunes & C.ª Editores, 1918.

Cartas de Camilo Castelo Branco. Coleção, prefácio e notas de M. Cardoso Marta. Vol. II. Rio de Janeiro: H. Antunes & C.ª Editores, 1923.

Castelo Branco, Camilo – *Cenas da Foz*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. II. Porto: Lello & Irmão Editores, 1983.

Castelo Branco, Camilo – *Amor de Perdição*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. III. Porto: Lello & Irmão Editores, 1984.

Castelo Branco, Camilo – *Coração, Cabeça e Estômago*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. III. Porto: Lello & Irmão Editores, 1984.

Castelo Branco, Camilo – *Amor de Salvação*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. IV. Porto: Lello& Irmão Editores, 1985.

Castelo Branco, Camilo – *A Filha do Doutor Negro*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. IV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1985.

Castelo Branco, Camilo – *Vinte Horas de Liteira*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. IV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1985.

Castelo Branco, Camilo – *A Enjeitada*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. V. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986.

Castelo Branco, Camilo – *Mistérios de Fafe*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. VI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1987.

Castelo Branco, Camilo – *O Demónio do Ouro*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. VII. Porto: Lello & Irmão Editores, 1987.

Castelo Branco, Camilo – *Novelas do Minho*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. VIII. Porto: Lello & Irmão Editores, 1988.

Castelo Branco, Camilo – *A Brasileira de Prazins*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. VIII. Porto: Lello & Irmão Editores, 1988.

Castelo Branco, Camilo – *Eusébio Macário*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. VIII. Porto: Lello & Irmão Editores, 1988.

Castelo Branco, Camilo – *Duas Horas de Leitura*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990.

Castelo Branco, Camilo –*No Bom Jesus do Monte*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990.

Castelo Branco, Camilo – *Noites de Insónia*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XIV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.

Castelo Branco, Camilo – *Cousas Leves e Pesadas*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.

Castelo Branco, Camilo – *Quatro Horas Inocentes*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.

Castelo Branco, Camilo – *Ecos Humorísticos do Minho*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.

Castelo Branco, Camilo – *Narcóticos*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.

Castelo Branco, Camilo – *Maria da Fonte*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XVI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.

Castelo Branco, Camilo – *Correspondência*. In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XVII. Porto: Lello & Irmão Editores, 1994.

Castelo Branco, Camilo – *Correspondência II.* In *Obras completas*, publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. XVIII. Porto: Lello & Irmão Editores, 2002.

Castelo Branco, Camilo; Sarmento, Francisco Martins – *Óbolo às Crianças*. Colaborado por Joaquim Ferreira Moutinho. Porto: Imprensa Portuguesa, 1887.

Castro, D. João de – *Jornadas no Minho*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, L.da Editores.

Correspondência de Camilo Castelo Branco com os irmãos Barbosa e Silva. Recolha, prefácio e comentários de Alexandre Cabral. Vol. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

Costa, D. António da – *No Minho*. 3ª ed. Porto: Editora Educação Nacional, 1936.

Costa, Júlio Dias da – *Escritos de Camilo*. Lisboa: Portugália Editora, 1922.

Costa, Júlio Dias da – *Novas palestras camilianas*. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1936.

Costa, Sousa – *Camilo: No drama da sua vida*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1959.

Dois anos de agonia. Cartas de Camilo e Ana Plácido a Freitas Fortuna. Prefácio e notas de Júlio Dias da Costa. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª, 1930.

Elucidário do viajante em Braga. Porto: Livraria do Editor Jacinto António Pinto da Silva, 1875.

Feio, Alberto – *Coisas memoráveis de Braga*. Braga: Universidade do Minho / Biblioteca Pública de Braga, 1984.

Ferreira, Godofredo – *A mala-posta em Portugal*. 2ª ed. Lisboa, 1959.

Ferreira, Mons. Cónego José Augusto – *História abreviada do Seminário Conciliar de Braga e das escolas eclesiásticas precedentes séc. XVI-XX*. Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1937.

Figueiras, Paulo de Passos – *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco à filha Bernardina Amélia, ao genro e à neta*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2002.

Figueiredo, Antero de – *O Último Olhar de Jesus*. 11ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1951.

Freitas, L. Vaz de – *Braga em 1875. Guia do viajante em Braga*. Porto: Imprensa Popular de Matos Carvalho & Vieira Paiva, 1875.

Gama, Arnaldo – *O Sargento-mor de Vilar*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1951.

Gomes, Joaquim da Silva – *Braga e os caminhos-de-ferro*. Braga, 2002.

Gomes, Joaquim da Silva – *Os eléctricos em Braga*. Braga: Edições Bom Jesus, 2014.

Herculano, Alexandre – *Apontamentos de Viagem*. In *Obras Completas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.

Lemos, Maximiano – *Camilo e os médicos*. Porto: Editorial Inova, 1974.

Lopes, Óscar – "Camilo Castelo Branco". In *Ensaios camilianos*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2007.

Loureiro, Urbano – "Martírios obscuros – Fragmentos das Memórias de Tibúrcio Magno". In *Perfis Burlescos*. Porto: Typographia Lusitana, 1866.

Marco, Visconde do – *Cartas inéditas de Camilo e de D. Ana Plácido*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1933.

Oliveira, Eduardo Pires – *Braga. Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras, 1999.

Pimentel, Alberto – *Através do Passado*. Paris; Lisboa: GuillardAillaud, e C.ia, 1888.

Pimentel, Alberto – *Poetas do Minho. I João Penha*. Braga: Livraria Escolar de Cruz & C.ª Editores, 1893.

Pimentel, Alberto – *Santo Tirso de Riba d'Ave*. Santo Tirso: editado pelo "Club Thyrsense", 1902.

Pimentel, Alberto – *Idílios à Beira d'Água*. 3ª ed., Rio de Janeiro; Paris, Lisboa: Livraria Francisco Alves, Livararias Aillaud e Bertrand, 1915.

Pimentel, Alberto – *O torturado de Seide*. Lisboa: Livraria de Manoel dos Santos, 1921.

Pimentel, Alberto – *Os amores de Camilo*. 2ª ed. Lisboa: Guimarães & C.ª, 1923.

Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Memórias do Bom Jesus do Monte e roteiro ou abreviada notícia de Braga*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.

Pinho Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa – *Portugal antigo e moderno*. Vol. I. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873.

Queirós, F. Teixeira de – "Dois Caturras". In *Contos*. Lisboa: Tipografia Gonçalves, 1934.

Queirós, Teixeira de (Bento Moreno) – *A Cantadeira*. 2ª ed., Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1943.

Rattazzi, Maria – *Portugal de relance*. Lisboa: Edições Antígona, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães – "Os espaços de reclusão e a vida nas margens", in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011, pp. 276-299.

Santos, Zulmira C. e Queirós, Helena – "Letras e gestos: programas de educação feminina em Portugal nos séculos XVIII-XIX". In *Via Spiritus*, 19 (2012), pp. 59-122.

Silva, Armando B. Malheiro da – "O Miguelismo em Braga (II)". Separata do Vol. XLI da Revista Cultural *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal, 1992.

Simões, Manuel – "Braga camiliana". In *Forum*, nº 8 (julho 1990), pp. 5-19.

Vieira, José Augusto – *O Minho pitoresco*. Tomo II. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira Editor, 1887.

Cinquenta anos a alargar horizontes

Escola D. Maria II – Braga, 1964-2014

AMADEU JOSÉ CAMPOS DE SOUSA [1]
Colaboração de FÁTIMA PEREIRA e IRENE DE BEIR

Resumo

Conhecer, recordar, avaliar e validar. Ainda que numa graduação e prioridade moldáveis aos interesses de cada leitor, poderão ser estes os desideratos perscrutáveis nesta obra, relativamente a uma instituição bracarense de ensino, agora já cinquentenária.

Sigamos, contudo, a ordem dos verbos enunciados. Através deste trabalho, o leitor poderá conhecer num liceu feminino, depois escola secundária portuguesa, a evolução da ambiência pedagógica – as disciplinas e a respetiva ciência, os valores, a ética e a moral aportadas no contexto da aprendizagem dos alunos – desde os anos terminais do Estado Novo até aos tempos mais recentes. O 25 de Abril de 1974 impôs, naturalmente, as maiores alterações, que passaram por um novo modelo de direção e respetivos protagonistas, mas outrossim pela transfiguração do liceu feminino numa escola secundária mista, pela alteração do *curriculum* geral e do programa de diversas disciplinas, bem como pela cedência de uma maior liberdade aos alunos, agora algo corresponsabilizados na gestão da escola através de representantes eleitos. Foi, designadamente, um tempo de recorrentes RGAs (Reunião Geral de Alunos) e greves, de alunos e professores, num Portugal política e socialmente efervescente.

Quem passou pelo "Dona" na condição de aluno, poderá, eventualmente, recordar ou rememorar nestas páginas alguns dos episódios ou vivências que marcaram a sua adolescência, um ou outro talvez mais acabrunhador, muitos certamente benévolos ou

[1] Doutor em História Contemporânea. Investigador Integrado do CEIS20 (Universidade de Coimbra). Professor no ensino Secundário

radiosos. Porventura menos emotivamente, muitos professores ou funcionários poderão também lograr o ensejo para revisitar parte significativa das suas estimáveis memórias profissionais e pessoais.

Através de um vasto conjunto de quadros, bem como através de depoimentos vários, é possível ao leitor avaliar o papel assumido pela instituição D. Maria II, ao longo de meio século, perante os muitos milhares de alunas e alunos que lhe deram alma, e que, entretanto, foram balanceados para a vida.

Por último, numa cedência à verdade, concedamos que através desta obra, ainda que de forma indireta ou subtil, não se deixa de procurar validar a importância e o mérito formativo, cultural e social de uma instituição já com um apreciável passado, o D. Maria II, mas cuja missão e papel se focalizam no futuro, que se impõe consolidar e reinventar sucessivamente.

Palavras-chave: Alunos(as), D. Maria II, ensino, leitor

Summary

To know, to remember, to evaluate and to validate may be the unquestionable desiderata in this essay, intended for a fifty years educational institution of Braga, even though in a graduate and moldable priority to the interests of each reader.

However, following the order of the previous verbs, the reader may get acquainted of the pedagogical ambience evolution – subjects and the respective science, values, ethics and attached moral in the context of student learning – from the latter years of Estado Novo to the most recent times of a female high school, and later a Portuguese secondary school. It was obvious that the revolution of April 25th, 1974 forced the major changes that have gone through a new management model and respective protagonists, but rather to the transfiguration of a female secondary school into a mixed high school, by changing the general curriculum and the various subjects syllabus and by providing greater freedom to students, involving them in the school management through elected representatives. It was especially a time of numerous RGAs (Student General Meeting) and strikes, of students and teachers, in Portugal that was politically and socially vibrant.

Those who went through "Dona" as students, might possibly remember or recall throughout these pages some of the episodes or experiences that marked their adolescence, either maybe more embarrassed, many certainly benevolent or radiant. Perhaps less emotionally, many teachers or staff can also achieve the opportunity

to revisit a significant part of their worthy professional and personal memories.

Through a wide range of facts, as well as a variety of statements, it is possible for the reader to assess the role performed by the institution D. Maria II, over half a century before the many thousands of students who gave her soul, and who, meanwhile, were balanced for life.

Finally, in a commitment to the truth and in an indirect or subtle way, we grant that this essay corroborates the importance and the educational, cultural and social merit of an institution with a considerable past, the D. Maria II School, but whose mission and role focus on the future that is crucial to consolidate and reinvent over the years.

Keywords: *Students, D. Maria II, teaching, reader*

NOTA INTRODUTÓRIA

Há alguns anos, aquando da cerimónia oficial de inauguração das instalações requalificadas do "D. Maria II" (2011), o então diretor desse estabelecimento de ensino, Dr. Vasco Grilo, recordando-me o facto de eu estar entretanto liberto das absorventes tarefas decorrentes da preparação da minha dissertação de doutoramento, que acabara de apresentar na Universidade de Coimbra, desafiava-me para preparar uma publicação, coisa ligeira para umas cinquenta páginas adiantava, que servisse para abrilhantar a comemoração do cinquentenário do D. Maria II, que se avizinhava, historiando o essencial do seu percurso. Por cordialidade, pela valia do "cometimento" e porque uma cumplicidade crescente me vinculava ao universo humano e profissional de uma instituição onde passava muitas horas do meu quotidiano, na minha qualidade de docente, acabei a responder positivamente ao repto lançado, creio que no imediato ou então pouco tempo depois.

Este trabalho[2] resultou pois de uma "encomenda", impulso não inusual de muitas criações, esperando eu que sirva para que o

[2] Uma vez concluído, este trabalho acabaria por conhecer a luz do dia em 2014 através de uma edição sob o formato de *e-book*, a qual se encontra disponível no *site* do CEIS20 (http://www1.ci.uc.pt/ceis20/), um centro de investigação da Universidade de Coimbra que o autor integra na condição de "investigador integrado". Agora disponibiliza-se uma versão impressa, mais tradicional e decerto de mais fácil leitura para

estimado leitor possa conhecer melhor o "D. Maria II" tal como foi e tal como é (presumindo ainda, naturalmente, que se envolverá numa curiosidade mais cúmplice se porventura foi parte ativa na história desta instituição). Talvez esteja a ser um pouco pretensioso. Talvez o leitor, que também deu vida e alma ao D. Maria durante alguns anos, seja um dos que não encontra aqui o rasto dos episódios que mais valida na sua vida de estudante adolescente. Inevitavelmente teria de ser assim, porém. Não houve a pretensão de transformar este trabalho numa crónica alargada e densa de testemunhos, necessariamente sempre incompleta, através da qual se pudesse captar a adesão ou a empatia fácil de muitos leitores. Nem tão pouco se estabeleceu como meta construir uma espécie de monumental relatório onde os muitos professores que passaram pelo D. Maria, se ainda vivos, pudessem rever e confirmar as inúmeras atividades ou iniciativas que tenham protagonizado (referenciam-se, ainda assim, uns quantos exemplos, localizados em arquivo ou que amavelmente alguns colegas me fizeram chegar), desiderato, ademais, que seria deveras difícil de materializar com rigor. O mesmo se diga para os demais funcionários que gastaram parte das suas vidas na instituição. Esclareçamos melhor. Neste trabalho, mediante o recurso a alguns testemunhos pertinentes – uns inevitáveis pela sua representatividade, pelo seu perfil institucional, e outros envolvendo designadamente antigos alunos e funcionários –, através de entrevistas por nós realizadas ou já captadas anteriormente, e através de um esforçado trabalho de pesquisa desenvolvido nos arquivos do D. Maria II ou noutras fontes referenciadas, trazemos até ao leitor as principais marcas do percurso desta escola nos seus cinquenta anos de existência. Alguns testemunhos que poderiam contribuir para acrescentar mais substância ao presente trabalho não foram colhidos, nuns casos porque infelizmente os que seriam visados já não se contam entre os vivos e noutros porque simplesmente, não obstante as nossas reiteradas tentativas e contactos, quem queríamos inda-

---

muitos leitores, num formato mais condensado. Relativamente ao *e-book referido*, o presente texto surge apenas pontualmente reformulado, ademais para um conveniente ajuste ao tempo decorrido desde abril de 2014 (a data do cinquentenário do D. Maria II). Como diferenças maiores face à precedente edição eletrónica, retenha-se ainda que no trabalho estampado nesta revista *Bracara Augusta* se procedeu à supressão de algumas dezenas de fotos bem como se reduziram a meros excertos algumas das entrevistas (ver a versão integral na rubrica "Depoimentos Interessantes", na edição *e-book*) prestadas por dirigentes, alunos e funcionários que fizeram ou fazem ainda parte da vida do D. Maria II.

gar não se disponibilizou para efetuar o solicitado depoimento. Importa, por isso, relevar e agradecer expressamente a disponibilidade e o contributo de todos aqueles que se prestaram a conceder entrevistas áudio ou que através de *e-mail*, na sequência de contactos prévios, responderam a inquéritos solicitados, e que adiante surgem identificados mas a quem cumpre desde já referenciar. Assim, através de entrevistas áudio, o Dr. Virgílio Rodrigues, o Dr. Vicente Ferreira (que também avançou com declarações adicionais, posteriormente) e o Dr. Vasco Grilo, emprestaram-nos pertinentes e curiosos registos da sua memória do tempo em que assumiram a liderança da direção do D. Maria II. Igualmente através de entrevistas áudio, a Dra. Amélia Brito e a Dra. Margarida Teixeira, que aliam um passado de ex-alunas do D. Maria com a passagem pela instituição na condição de docentes, traçaram-nos retratos vivos da sua época de jovens liceais. E também a sra. Augusta Grilo, ex-funcionária do D. Maria II, se disponibilizou no mesmo tipo de registo áudio para adiantar breves juízos e lembranças, sobre os anos em que esteve profissionalmente vinculada à instituição. Através de *e-mail*, a Dra. Maria Aurora Araújo, que também coliga a condição de ex-aluna com a de ex-docente do D. Maria II, assim como a jovem Marta Campos, presidente da Associação de Estudantes do D. Maria II no ano de 2012/13, arrastaram-nos igualmente curiosas memórias, mais recuadas no primeiro caso e naturalmente mais recentes no último. E por igualmente prestáveis, retemos os depoimentos que nos foram enviados pela Dra. Ana Paula Vilela, diretora do Centro de Formação de Professores Braga-Sul, sediado no D. Maria II, pela sra. Conceição Rodrigues, chefe dos técnicos operacionais do D. Maria II, e pelo Dr. Pinto Monteiro, então presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do D. Maria II.

E os números. Esta instituição foi criada para servir e apoiar a juventude, para formar pessoas, é certo, mas volvidos 50 anos, os milhares de indivíduos que passaram pelo D. Maria II transformam-se nisso mesmo, em números que contam, que revelam do sucesso e do insucesso escolar e da dinâmica social que caracterizou a cidade de Braga e o país nesse período. E mais, revelam de quão grande, ou não, tem sido a instituição, e da capacidade da mesma em seduzir e atrair o público juvenil para o qual se dirige. Assim, o leitor encontra aqui, em anexo, uma profusão de quadros que ilustram com considerável densidade um retrato contínuo da dimensão e da projeção alcançadas pelo D. Maria em diferentes períodos,

desde o quantitativo de docentes e funcionários que aqui trabalharam, sob diferentes vínculos profissionais, até aos muitos milhares de alunos acolhidos.

Para além de um significativo esforço pessoal, na realização deste trabalho contei ainda com uma prestável colaboração de duas colegas, a Dr.ª Fátima Pereira e a Dr.ª Irene Beir, a quem deixo expresso o meu agradecimento. A Dr.ª Irene Beir responsabilizou-se pela recolha de parte substancial dos dados posteriores a 1981/82 e constantes dos quadros referentes aos alunos. A Dr.ª Fátima Pereira recolheu dados presentes nos quadros também respeitantes aos alunos, entre 1974/75 e 1979/80, e deu uma preciosa ajuda na realização de diversas entrevistas áudio e na referenciação de algum "registo memorialístico" anterior. Quanto a mim, para além da pesquisa dos dados relativos aos restantes quadros, coube-me afinar ou burilar a apresentação de todos os dados quantitativos apresentados – e efetuar a sua interpretação – assim como reproduzir e normalizar os excertos das entrevistas áudio. Como será evidente, afora as citações, é também da minha plena responsabilidade o texto agora apresentado ao público.

Braga, junho de 2016

Amadeu J. C. Sousa

OS PRIMEIROS TEMPOS (1964-74)

O saber, a educação, o progresso, a liberdade e a igualdade. Tudo isto se coadunava mal com o retrato do Portugal dos já algo longínquos anos 60 do século passado. Algumas destas referências – designadamente, o saber e o conhecimento – estavam identificadas desde a Antiguidade como condições necessárias para a boa governação, e logo para a felicidade dos governados, pois, nas palavras de Platão, as tréguas nos males da cidade – ou do país, ou até do mundo, entenda-se – só cessariam quando os reis fossem filósofos ou quando os filósofos fossem reis. Mas no declinar da anacrónica ditadura salazarista os indicadores de alfabetização e literacia do nosso país eram lastimáveis, a despeito do paulatino progresso. Iniciáramos o século XX com uns inenarráveis 78% de analfabetos no conjunto da população, sendo que no feminino os números destilavam sombras ainda mais grotescas, e pelo final dos anos 60 esta cifra global acercava-se ainda dos 30%. Economicamente, na sequência da entrada na EFTA e do acoplamento ao enérgico crescimento que marcava o Ocidente capitalista, o país crescia como nunca nesses anos 60, embora a guerra colonial entravasse o desenvolvimento numa sociedade ainda marcada por atavismos típicos do Antigo Regime, onde luziam uns poucos senhores por entre demasiados "criados". Assim mesmo, e não obstante as mentalidades se transmutarem mais lentamente do que a economia, porventura então já poucos se atreveriam a corroborar desabridamente as considerações plasmadas numa espécie de editorial do *Diário do Minho*, anos antes, ao tempo dos alvores da Ditadura, onde se opinava que à mulher, conquanto seja vantajoso que *se inicie nos segredos do saber e adquira alguma variedade de conhecimentos,* convinha que não se pretendesse *convertê-la em sábia ridícula, isto geralmente falando, dedicando-se a estudos que possam enfatuá-la,* pois perante *o seu espírito mais débil e a imaginação mais ardente que a do homem, é preciso proceder com cautela e toda a prudência*[3].

---

[3] Educação da Mulher. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2089 (15-10-1926). p. 1

Os tempos iam mudando, de facto. A guerra colonial e a emigração, vigorosa e sobretudo no masculino, abriam mais espaço para as mulheres que, correlativamente ao efetivo incremento da sua formação escolar, ganhariam crescentes direitos de cidadania, designadamente no respeitante à possibilidade de participação no controlado sufrágio eleitoral. Neste contexto, numa época em que, contrariamente ao que hoje sucede, a taxa de natalidade era ainda muito robusta, o "velhinho" Liceu Sá de Miranda começara a mostrar-se apertado para tanta procura discente, designadamente no feminino, observada na cidade de Braga.

Assim, o novo Liceu D. Maria II serviria para desafogar a pressão sobre o vetusto "Sá" e, ao mesmo tempo, permitiria acantonar num espaço próprio – de forma mais respeitável ou conforme a moral oficial e tradicional – um crescente número de meninas que pretendiam prosseguir estudos secundários, numa época em que, justificadamente, os seus progenitores encaravam a escolarização como uma segura via para a ascensão social. Por agora, e para anos próximos, as necessidades de equipamentos liceais em Braga ficariam supridas na opinião Feliciano Ramos, o reitor do Sá de Miranda, conforme asseverava no discurso de abertura desse ano letivo de 1964/65:

> Quanto à superlotação, ela desapareceu cortada cerce pela recente criação do Liceu D. Maria II. Esperemos que a superlotação não continue a pairar como uma ameaça sobre o ensino liceal de Braga, e expulsa deste liceu vá fazer estragos no liceu feminino. Para que o mal ficasse reduzido ao mínimo, entenderam as esferas superiores que o "excedente feminino" do Liceu D. Maria II pudesse transferir-se para aqui. Para este ano permanecem cá 200 raparigas, e podemos, nos próximos anos, receber mais 600 se tal for necessário. A continuar tal orientação, o problema da população liceal, nesta cidade, não trará preocupações ao Estado nos próximos cinco anos[4].

[4] Teve a maior solenidade a abertura do ano letivo no Liceu Nacional Sá de Miranda. Presidiu à cerimónia o Governador Civil e a lição inaugural esteve a cargo do professor Dr. Gomes Alves: num brilhante discurso o reitor Feliciano Ramos forneceu uma nota impressiva da vida e ação do prestigioso estabelecimento de ensino que dirige. *Correio do Minho*. Braga. Nº 11676 (1964/10/2), p. 1.

Podemos facilmente imaginar que de há muito se faria sentir a necessidade de um novo liceu na cidade, pois o D. Maria II[5] iria arrancar (1964/65) com um corpo discente que totalizava mais de 1000 alunas[6], ainda que cerca de meia centena se distribuísse pelo ensino doméstico (ver quadros). O Sá de Miranda "exportara" para o novo liceu o grosso da sua população estudantil feminina, nesse ano letivo inaugural, e cedera igualmente o corpo diretivo, liderado por Ondina Barroco, e a generalidade das professoras – e é só de professoras de que falamos. Para muitas das raparigas que transitaram do "Sá", doravante, e até ao imediato pós 25 de Abril para todas as novas alunas, a vivência escolar no novo D. Maria II seria marcada por um novo paradigma – conjugado exclusivamente no feminino – o qual, propiciando porventura um maior sossego para os respetivos progenitores, não deixava de arrastar algum desencanto ou dificuldades acrescidas na materialização de um vislumbrado namoro com o sexo oposto. É bem verdade, contudo, que então no Sá de Miranda, em nome da boa "higienização" dos costumes, também se procedia a alguma segregação dos sexos, materializada em portões de entrada diferenciados para rapazes e raparigas e num muro de separação dos respetivos espaços de recreio. Mas agora, no novo "Dona", as coisas não deixavam de ficar algo mais complicadas, mesmo que para os corações acelerados de alguns alunos do "Sá" fosse aparentemente fácil cobrir a distância que separava os dois estabelecimentos de ensino... Amélia Brito, uma das alunas estreantes do D. Maria II – onde, muitos anos mais tarde, viria a terminar a carreira profissional já na condição de docente –, recorda alguns

---

[5] Este é um trabalho relativo à atual Escola Secundária D. Maria II, de Braga. Ao longo das páginas seguintes, tal como já o fizemos na nota de abertura, num tom mais coloquial certamente familiar a muitos leitores, designaremos amiúde o Liceu D. Maria II ou a atual Escola Secundária D. Maria II simplesmente por "(o) D. Maria", "Dona", D. Maria II ou ainda por Escola D. Maria II. Não haja qualquer confusão com outro homónimo agrupamento de escolas sito no vizinho concelho de V. N. de Famalicão, que no caso só acolhe alunos até ao 9º ano de escolaridade.

[6] É através do decreto-lei nº 45636, de 31 de Março de 1964, que o Ministério da Educação, à época tutelado pelo ministro Inocêncio Galvão Teles, cria o liceu feminino D. Maria II, em Braga, com 24 salas. No artigo 5º deste decreto-lei, referindo-se ao Sá de Miranda, determinava-se que *o atual Liceu de Braga passa a liceu de frequência masculina*, o que, porém, não viria no imediato a acontecer de forma plena (conforme nos revela Feliciano Ramos no discurso que citámos acima).

dos "transtornos" acrescidos, no relacionamento entre os dois sexos, resultantes da criação do novo liceu feminino:

> No final da manhã ou no final da tarde, as aulas do Sá de Miranda acabavam ao mesmo tempo que no D. Maria II. Mas em poucos minutos, talvez dois ou três após o toque de saída no D. Maria II, os rapazes do Sá de Miranda estavam já à nossa espera junto ao café Peninsular, onde faziam fila para nos verem a sair do nosso liceu. Mas a reitora do D. Maria II, D. Ondina Barroco, ocupava-se pessoalmente de informar a família, pelo menos algumas famílias, se alguma aluna no final das aulas saía na companhia de um rapaz. Foi isso que sucedeu comigo algumas vezes. Mais do que uma vez, quando eu chegava a casa o meu pai já sabia que eu tinha saído com um rapaz e perguntava-me com quem eu tinha saído, quem era o rapaz que me tinha trazido a casa[7].

O aperto das regras disciplinares no D. Maria, por contraposição ao algo mais arejado Sá de Miranda, é referenciado noutros testemunhos que recolhemos. Margarida Teixeira, antiga aluna e hoje docente no D. Maria, recorda-se de uma professora que se prestava amiúde à tarefa de verificar o hálito de algumas meninas que saíam das casas de banho, situadas no "pátio coberto", para verificar se as mesmas tinham acabado de fumar. *E toda a gente sabia que algumas alunas usavam estas casas de banho para fumar*[8], acrescenta, não sem recordar ainda o facto de no pós-Abril de 1974 essa mesma professora se ter transmutado numa figura muito liberal e permissiva, mas nem por isso mais popular entre os alunos que já a conheciam e que lhe censuravam a repentina e inconsequente mudança.

Ah, e a bem da disciplina e porventura também para forjar um espírito de maior identidade com a escola, no "Dona" as alunas tinham de usar batas[9]. Estas eram confecionadas a partir de um

---

[7] As declarações da Amélia Brito plasmadas neste trabalho resultam de uma entrevista áudio que a mesma amavelmente nos concedeu, a qual não, ao contrário das demais, não foi gravada nas instalações do D. Maria II.

[8] As declarações da Margarida Teixeira resultam também de uma entrevista áudio que simpaticamente nos permitiu.

[9] Hoje, no ensino público português as batas ou uniformes estão arredadas, seja para rapazes ou raparigas. À época, refletindo os bem contrastantes paradigmas comportamentais institucionalmente inculcados nas raparigas e rapazes portugueses, o uso de batas nas escolas públicas era mais caraterístico entre os discentes do sexo

tecido grosseiro e quente, vendido pela própria escola, que exibia em vitrinas os modelos autorizados, todos de manga comprida com punhos. *No 1º e 2º anos usavávamos bata cor-de-rosa, do 3º ao 5º azul sulfato e nos 6 º e 7º anos usávamos bata branca*, lembra Armanda Pinto, outra aluna da primeira hora no "Dona" – e depois docente de Inglês, sempre e só no D. Maria, até à reforma recentemente atingida –, que salienta ainda que não lhes era permitido arregaçar as mangas mesmo na canícula do verão, salvo a condescendência bondosa de uma ou outra professora. Um dia, certamente para fugir à monotonia cromática e de *design*, uma colega apareceu de capa preta, rememora Armanda Pinto, que acrescenta: *foi chamada à Reitoria, a reitora fez-lhe ver que aquela capa destoava no meio das batas obrigatórias e que por isso talvez fosse melhor, pelo menos, arranjar um grupo de colegas que fizesse o mesmo – e foi precisamente isso que quisemos ouvir...* Mas, no respeitante aos rigores da indumentária, deve referir-se ainda o uso obrigatório de meias durante os primeiros anos de funcionamento do "Dona": *lembro-me bem de a vice-reitora* [Delfina Pinto] *apalpar as pernas a várias raparigas para verificar se usavam as obrigatórias meias*, frisa, ainda algo indignada, Margarida Teixeira.

E as festas, as viagens de estudo, os "passeios" como vulgarmente eram designados? Correntemente, resumiam-se a viagens curtas, nunca mais do que um dia, e geralmente à volta de Braga. Contudo, as alunas finalistas desfrutavam de um "passeio" mais ousado, invariavelmente direcionado para Espanha, relembra-nos ainda Armanda Pinto que acrescenta que estas "aventuras" eram também as únicas que contavam com a participação da reitora, que assim procuraria *vincar ainda mais o respeito que devia imperar.*

O relacionamento das alunas com as professoras, embora sujeito à natural variação da idiossincrasia de cada docente, pauta-

---

feminino. Curiosamente, numa sociedade profundamente desigual como era a portuguesa da época (aliás, ainda hoje a sociedade portuguesa patenteia das maiores desigualdades entre os países considerados desenvolvidos), a obrigatoriedade do uso de batas pelas alunas também acabava por funcionar como um fator tendencialmente igualitário, pois impedia que, pelo menos durante a permanência na escola, as alunas provenientes de famílias mais afortunadas pudessem, através das suas roupas mais vistosas e dispendiosas, deixar algo melindradas algumas colegas que ostentassem trajes mais modestos. Não se entenda destas palavras, uma defesa da reintrodução do uso obrigatório de uniformes no ensino público. Atrevemo-nos, tão-só, a expor uma constatação.

va-se então por um maior distanciamento e respeito, de alguma forma em conformidade com o prestígio, e até alguma reverência, com que o regime procurava aureolar socialmente estes profissionais, não obstante as frágeis condições materiais em que muitos deles exerciam a sua função – *durante os quatro anos que lecionei como agregada, não ganhei nas férias, tal como havia acontecido durante o tempo de estágio em que tive mesmo que pagar as propinas*, lamentava-se Lourdes Costa quando se referia os inícios da sua carreira no ensino[10]. Mas nas "Janeiras", que cantavam na sala dos professores, as alunas lá aproveitavam para soltar alguma crítica mais pertinente, contudo, *sempre muito cuidadosa e ponderada*, conforme evoca ainda a então aluna Armanda Pinto, que, num outro plano, avalia a maior responsabilidade dos seus pares na preservação material da escola como sendo decorrente do facto de as diferentes turmas, designadamente no secundário, terem à sua disposição uma sala em exclusivo – no "Dona" do seu tempo existiam turmas vocacionadas para as letras, para a área de economia, ou para as ciências e a medicina. Mas, para lá de disciplinas iguais às dos nossos dias, como a História, o Português, a Física ou a Matemática, as alunas frequentavam também a disciplina de Lavores – de caráter mais prático e eminentemente feminino, em conformidade com a educação sexista de então – onde aproveitavam para *elaborar autênticos enxovais para bebés, que depois eram distribuídos às funcionárias que estavam próximas do parto ou que tinham crianças pequenas, ou ainda por famílias carenciadas,* revela-nos ainda Armanda Pinto, que retém que *as mães das alunas ajudavam-nas em casa e as professoras, sabedoras disso, nem sequer obviavam a tal porque sabiam que daí também vinha mais qualidade*[11]. E desta

---

[10] Revelação de Maria Lourdes Costa numa entrevista que cedeu no contexto de uma homenagem à sua pessoa, realizada na Biblioteca da Escola D. Maria II já depois da sua aposentação. Acabaria a sua vida profissional como professora no D. Maria II, tendo chegado a liderar a direção deste estabelecimento de ensino. Faleceu há poucos anos. O teor desta entrevista foi-nos amavelmente cedido pelo Dr. Pedro Oliveira, então, como ainda hoje, docente na Escola Secundária D. Maria II.

[11] Estas declarações da Dra. Armanda Pinto, como outras que citamos neste trabalho, foram retiradas do artigo/entrevista "Os rapazes vinham do 'Sá ver as meninas do ´D. Maria' – recordações de uma professora que foi das primeiras alunas" inserto na edição de 29 de abril de 2011 do diário bracarense *Correio do Minho* (ano LXXVI, série VI, nº 8194), a qual integrava um suplemento dedicado à escola D. Maria II, que se aprestava para, escassos dias depois, inaugurar as suas requalificadas instalações.

forma se consubstanciava parte do que poderemos designar como "*curriculum* informal" da escola, assente nos valores e na moral – para cuja difusão, aliás, existia também a disciplina de Religião e Moral –, no caso perfeitamente adequado para o Portugal da época, pobre e socialmente muito assimétrico, onde a caridade era quase incensada como virtude cívica. Podemos igualmente enquadrar no "*curriculum* informal" – adaptado ao Portugal mais marcadamente católico do tempo – as "celebrações marianas" que no mês de maio envolviam as alunas do liceu, conforme nos revela, uma vez mais, Armanda Pinto: *no ginásio existia um pequeno palco onde havia uma imagem de Nossa Senhora e durante o mês de Maio cada turma, durante um certo número de dias, responsabilizava-se pela decoração da Senhora (e de novo aqui recebíamos a ajuda voluntariosa de muitas das nossas mães*).

Sobre a importância e o potencial impacto regional do novo Liceu D. Maria II, retenha-se que do expressivo conjunto de alunas que a instituição recebe no seu primeiro ano de existência, embora uma boa parte fosse originária da cidade e do concelho de Braga, não poucas provinham de todo um vasto território que ia para além dos concelhos confinantes. E, forçosamente, assim haveria de ser porque à época, apesar de a afluência às escolas de nível secundário estar a aumentar, designadamente entre as meninas como já sustentámos, o elitista ensino liceal, de onde transitavam para as universidades aqueles que viriam a ser os futuros quadros superiores do país – os filhos das classes operárias ou de pequenos proprietários acorriam sobretudo às escolas comerciais e industriais –, não podia ser frequentado adentro da generalidade dos concelhos minhotos. Com efeito, ainda que a breve prazo viessem a surgir "Secções Liceais" em concelhos vizinhos, sob a tutela do Liceu Sá de Miranda (como em Barcelinhos, em 1966, ou em Famalicão, pouco depois), ao tempo, no Minho, apenas existiam estabelecimentos liceais em Braga, Guimarães[12] e Viana do Castelo. Por ora, no D. Maria II o ensino abrangia, de facto, só algumas meninas privi-

[12] Aquando da criação do Liceu de Guimarães, no final do século XIX, muitos notáveis de Braga insurgiram-se publicamente contra o facto – transformado em disputa partidária nesta cidade – porque, alegavam, tal redundaria numa contração da economia bracarense, amputada que ficaria do consumo mobilizado pelas centenas de alunos forasteiros bem como das respetivas famílias quando estas se deslocavam à cidade para visitar os seus educandos.

legiadas, como nos recorda Amélia Brito, aluna da primeira hora, conforme já referimos:

> Caricato era, por exemplo, o facto de a minha turma de Histórico-Filosóficas ser constituída por cinco alunas[13], fomos quatro para a universidade e terminámos duas. Por aqui se vê o caráter elitista do ensino naquela época. Só estudava quem tinha possibilidades económicas. Sobretudo para os alunos que vinham de fora e tinham de se alojar em Braga, ficava muito caro para os seus pais.

Num tempo de silêncios e omissões, em que alguém que intentasse perscrutar as verdades, as "novas" sobre o seu país[14], corria o risco de nada ficar a saber perante a censura ativa, que protegia a ditadura, as meninas que frequentavam o D. Maria II patenteavam um alheamento político que podemos encarar, de alguma forma, como natural. É também essa a memória que nos arrasta a mesma Amélia Brito que – abstraindo do efeito potencialmente dissuasor dos mecanismos de repressão então existentes ou descartando a natural imaturidade de alunas ainda adolescentes – considera que a ausência de consciência política das suas colegas, no "Dona" do seu tempo, advinha também do facto de *a maioria das alunas ser proveniente de classes privilegiadas e por isso estarem algo afastadas dos reais problemas da imensa maioria, das massas, em Portugal*. E, de forma algo mais incisiva, trazendo à liça também o seu caso mais singular, opina ainda: *a maioria não tinha grandes preocupações, nem tinha real falta de liberdade, eu tinha alguma cons-*

---

[13] Maria Amélia Cunha Antunes Araújo, de seu nome de solteira, matriculou-se no D. Maria II no ano letivo de 1964/65. No ano letivo de 1966/67, foi aluna da turma da turma G, do 6º ano (correspondente ao atual 10º ano), frequentando com mais cinco alunas as disciplinas da designada alínea d) do plano de estudos liceal, ou seja, Português, Latim, Grego, História, Filosofia, Organização Política (OPAN), Religião e Moral e Educação Física. Eram pois seis e não quatro, as alunas desta turma G (um pequeno equívoco de Amélia Brito, traída pela passagem de muitos anos) que estavam matriculadas em disciplinas que permitiriam o acesso a uma licenciatura na universidade, na variante de estudos Histórico-Filosóficas ou Clássicas. Refira-se ainda que esta turma G comportava inicialmente 50 alunas (distribuídas pelas alíneas a), b), e d) do plano de estudos dos 6º e 7º anos dos liceu), observando-se, porém, que sete alunas viriam a anular a matrícula ainda antes que terminasse o 1º período e outras duas seriam transferidas para diferentes estabelecimentos de ensino.

[14] Manuel Alegre no seu celebrado livro de poemas *Praça da Canção* (1965) sobre a censura prevalecente no Portugal dos anos finais do salazarismo escreve: *Pergunto ao vento que passa notícias do meu país, e o vento cala a desgraça, o vento nada me diz (...)*

ciência política visto que o meu pai era secretário do Governo Civil de Braga, pertencia à União Nacional, mas a consciência política da maioria dos alunos era muito precária e logo após o 25 de Abril também não me parece que os alunos tivessem grande consciência política. Por outro lado, a Mocidade Portuguesa Feminina (criada em 1937), um dos instrumentos educativos e doutrinários do regime, também não seria muito ativa no D. Maria II, na opinião de Amélia Brito, que recorda ter participado apenas uma vez, quando aluna do 6º ano (hoje, 11º ano), na companhia de mais seis colegas do "Dona", num acampamento da organização, em Viana do Castelo – *mas eu não era da Mocidade Portuguesa,* enfatiza. Aliás, corroborando o espírito essencial deste depoimento, impõe-se referir que nas múltiplas entrevistas que realizámos para viabilizar este trabalho nenhum dos entrevistados, quando questionado sobre tal, disse recordar-se de que alguma aluna, professora ou outro funcionário tivesse, ao tempo do Estado Novo, sido alvo de qualquer perseguição política, podendo deduzir-se que no liceu D. Maria II a calmaria política sobrelevava-se a qualquer inquietação ou indagação maior. Porém, não pode ignorar-se que para esta quietude, no caso destes funcionários, além dos sancionatórios mecanismos repressivos (de que a PIDE representaria o expoente), contribuiriam também algumas eficazes medidas preventivas de controlo ideológico. Relevavam entre estas a obrigatória assunção pelos funcionários públicos da sua identificação com os princípios da ordem política vigente[15] – como sucederia com as professoras do "Dona", no caso – assim como a existência do livro único, o qual, naturalmente, obstaculizava a que nas disciplinas mais suscetíveis à veiculação de um discurso politizado (História, Filosofia ou Português, por exemplo), se desenvolvessem práticas docentes ideologicamente censuráveis.

---

[15] O decreto-lei 27003, de 14/09/1936, impunha àqueles que viessem a tornar-se servidores públicos a assinatura de uma declaração com o seguinte teor: *Declaro pela minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela constituição de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas.* Mais tarde, o decreto-lei n.º 49397, de 19 /11/1969 suavizando um pouco o teor do compromisso estabelecido não deixava de coagir os empossados sob o seguinte compromisso escrito: *Juro ser fiel à minha Pátria, cooperar na realização dos fins superiores do Estado, defender os princípios fundamentais da ordem social e política estabelecida na Constituição, respeitar as leis e dedicar ao serviço público todo o meu zelo, inteligência e aptidão.* É sabido, contudo, que este condicionamento não foi suficiente para acomodar fielmente todos os servidores do Estado, sabendo-se que não poucos foram saneados do ensino – em boa parte no ensino superior, registe-se – sob a acusação de práticas docentes subversivas.

AS MUDANÇAS POSTERIORES À REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL

Uma nova direção em tempos agitados

Naquele dia de abril, de há quarenta anos, as rádios e a televisão[16] falavam de golpe de estado, de mudança abrupta na direção política do país, mas as aulas no D. Maria II decorreram com normalidade durante a manhã, conquanto de tarde e à noite as informações sobre o sucesso do movimento militar se fossem consolidando, recorda Lourdes Costa[17], a professora do liceu a quem caberia, ainda antes que terminasse o ano letivo em curso, liderar a nova Comissão de Gestão da instituição.

No "Dona", os muitos constrangimentos de ordem disciplinar impostos às alunas contribuíram para que estas, num célere ato de desforço, reclamassem a mudança na direção do liceu, constituída por pessoas *completamente encostadas ao regime anterior*, na opinião de Margarida Teixeira, que precisa: *recordo-me das RGAs* [reuniões gerais de alunos] *após a revolução, onde muitos alunos reclamavam o afastamento da reitora. Nessas reuniões, começou a destacar-se a professora Luísa Vilaça como a pessoa que, de algum modo, procurava manter o controlo da situação. Mas a professora mais querida das alunas era a Dra. Lurdes Costa.* Num curioso cotejo, Margarida Teixeira vinca que enquanto no "Dona", *cerca de um mês após a revolução, a reitora Ondina Barroco foi de facto saneada da direção,* já no Sá de Miranda tal não veio a observar-se no imediato *porque o reitor Loureiro Amorim era muito mais aberto com os alunos.*

Aurora Araújo[18], que se torna aluna no D. Maria no primeiro ano pós-revolução, recorda igualmente o ambiente trepidante, e tempestuoso até, que se vivia por 1974/75 na escola, onde a irreverência típica dos adolescentes encontrava muito acontecimento para se excitar: *o meu 1º ano (...) foi o ano de todas as mudanças. Todos os dias eram diferentes, e a única certeza que tínhamos era a de que não havia certezas. Haveria aulas? Não, greve dos alunos. Não, RGA. Não, greve dos professores.* E ainda num diapasão

---

16 Relembramos aos leitores mais jovens que à época, em Portugal, só se poderia optar por um único prestador do serviço de televisão, a RTP.

17 Revelação de Maria Lourdes Costa, entrevista citada.

18 Quando nos dá esta entrevista, Aurora Araújo é a presidente da Associação de Antigos Alunos da Escola D. Maria II (Memoria Mariae).

semelhante também Augusta Grilo[19], à época funcionária do liceu e hoje já aposentada, evoca memórias de um tempo singular. Recorda-se, por exemplo, da tensão que se abateu no liceu nesse ano 1975, talvez por fevereiro, na sequência de um ato de fura-greve desencadeado por um aluno, um tal Antunes. Os demais colegas, radicais e intolerantes, quiseram "linchar" aquele que se atrevera a desafiar a greve aprovada. E só com o recurso aos militares, que se deslocaram ao liceu com um blindado, foi possível a este aluno – que entretanto se refugiara na sala do Arquivo, adianta Augusta Grilo – abandonar as instalações escolares em segurança.

Os sucessivos modelos de gestão e os protagonistas

A nova comissão de gestão nomeada após o 25 de Abril, onde pontificavam naturalmente as professoras, era integrada ainda por representantes dos funcionários e dos alunos, mas, curiosamente, não por qualquer delegado dos encarregados de educação, cuja voz, entretanto, apenas se haveria de ouvir, institucionalmente, no menos relevante Conselho Pedagógico. E decorreriam muitos anos até que, já no dealbar da década de 90, os encarregados de Educação passassem a intervir, de forma potencialmente mais incisiva, na direção das escolas secundárias através da presença na designada Assembleia de Escola[20]. Hoje, como muitos saberão, este último órgão foi substituído pela Conselho Geral (onde os encarregados de educação e os representantes da comunidade extraescolar detêm a maioria dos assentos), a quem incumbe, designadamente, a seleção do agora designado "diretor" do respetivo estabelecimento escolar.

O pós 25 de Abril era um tempo de mudanças, em que a liberdade se conjugava de forma mais entrelaçada com a aspiração

---

[19] Veja-se também na rubrica "Depoimentos Interessantes", no formato e-book referido atrás, a versão integral das suas declarações.

[20] Na ata da primeira reunião da assembleia de escola do D. Maria II pode ler-se: *Aos dois(?) dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, reuniu, neste estabelecimento de ensino, pelas dezassete horas e trinta minutos, a Assembleia de Escola, com poderes para aprovação do projecto de Regulamento Interno, com a presença de todos os elementos.* Seriam várias, entretanto, as reuniões necessárias para se alcançar a elaboração e aprovação deste regulamento interno. Da leitura desta ata ficámos ainda a saber que nesta primeira reunião o professor António Mota, ao congregar a preferência de dez votantes num conjunto de dezoito, foi eleito presidente da então Assembleia Constituinte da Escola do D. Maria II.

da igualdade. E sendo as escolas intituições por excelência potenciadoras da reforma das mentalidades e da sociedade, não admirará que da revolução resultasse um significativo impacto no sistema de ensino em Portugal. O ensino liceal bem como as designadas escolas "comerciais" ou "industriais" desapareceriam para ceder o lugar, tão-só, às novas escolas secundárias, que se multiplicariam pelo país nas décadas seguintes. É neste contexto que o Liceu D. Maria II se vai transformar na atual Escola Secundária D. Maria II.

Mas retornemos ainda um pouco ao imediato pós 25 de Abril para recordarmos o considerável à vontade com que os representantes dos alunos se embrenhavam na atuação da nova Comissão de Gestão, pois participavam em muitas das suas decisões, conforme nos revela ainda Margarida Teixeira que assumiu esse papel em nome dos seus colegas de então. Não se recorda, acrescenta, de nenhum episódio relevante que opusesse os representantes dos discentes aos demais membros da Comissão de Gestão de Lourdes Costa, todavia retém que uma ou outra vez aqueles intervieram para defender os seus representados (os demais alunos) contra a atitude mais prepotente de algum professor, procedimento enquadrável na postura vigilante, e marcada por apertados critérios de ética, que colavam ao exercício do "cargo" em que haviam sido empossados.

Entretanto, a Comissão de Gestão cederia o lugar a um órgão de caráter menos transitório, rebatizado como Conselho Diretivo, e resultante de eleição democrática. Assim, em 1976/77 surgirá como presidente do Conselho Diretivo Virgílio Rodrigues, docente recém-chegado à escola, eleito para o biénio seguinte numa lista única, situação que viria a repetir-se dois anos volvidos, quando vem a ser reeleito para um segundo mandato (1978/80). Perdida a terceira eleição, este docente efetuará pouco depois um tirocínio, durante três anos (1980/83), como deputado na Assembleia da República, integrando as listas do Partido Socialista. Sobre o seu acesso à condição de presidente do Conselho Diretivo, em 1976, Virgílio Rodrigues contextualiza-o, numa entrevista que nos concedeu, na resposta que muitos dos seus colegas docentes sentiriam necessária para enfrentar a insegurança então vivida no quotidiano da escola:

> … não sei se ouviu falar dos Corrécios, lembra-se desse *gang*? Curiosamente o irmão mais velho era guarda-republicano, uma coisa esquisita… Portanto, eu vim para aqui [Escola D. Maria II] e ninguém me conhecia. Comecei a dar as minhas aulas de Inglês e Alemão e um dia há aqui um incidente com

> um desses sujeitos. Eles nem todos eram Corrécios, mas referiam-se sempre a primos, "sou primo do Eduardo Corrécio", diziam para assustar o pessoal. Eu ia começar uma aula e faltavam-me uns rapazitos, olhei pela janela e reparei que estavam uns tipos a tirarem-lhes a bola, e a gozar, e eles a pedirem a bola porque queriam vir para a aula. Eu não conhecia bem a escola, mas disse assim aos meus alunos "como é que se desce para ali?" e um veio mostrar-me o caminho. Então, eu disse-lhes "não saiam daqui", dirigindo-me depois pelas escadas para o local da disputa e, com este meu espírito de enfrentar as situações – que às vezes me sai caro –, disse para o intruso: "ou largas a bola ou parto-te aqui a cara à frente de toda a gente". Ele começou a protestar, mas eu insisti dizendo-lhe "larga a bola e sai daqui para fora". O contínuo estava completamente apavorado a ver a cena, porque ninguém se atrevia a enfrentar uma coisa destas, mas lá disse "eu levo-o, sr. Dr.", e eu insisti "sai daqui para fora, senão sais daqui a pontapé", disse-lhe assim umas coisas violentas, e estava mesmo disposto "a chegar-lhe", e ainda hoje estou algo arrependido de não o ter feito, pois costumo dizer que "o que Deus nunca pode fazer, é tirá-las depois de elas já terem caído". Ele lá largou a bola, saiu a fazer umas ameaças, e quando voltei para trás observei uma coisa espantosa: estava toda a escola à janela a observar o espetáculo…[21]

Conclusão, depreende o leitor do relato, o professor Virgílio foi instado por muitas das professoras que povoavam o universo do D. Maria II a candidatar-se à liderança da escola. Quando pela terceira vez consecutiva concorreu à presidência do Conselho Diretivo do D. Maria II, a lista de Virgílio Rodrigues enfrentou o concurso de uma lista concorrente, liderada pela já referenciada Lourdes Costa. E desta vez verificou-se a alternância democrática, passando a professora Lourdes Costa a presidir ao Conselho Diretivo por alguns anos. Luísa Vilaça, por agora membro da lista liderada por Lourdes Costa, viria a aceder posteriormente ao cargo de presidente do Conselho Diretivo e por um período muito alargado – destacadamente, foi a docente que durante mais tempo dirigiu o D. Maria II ao longo dos 50 anos da sua existência.

---

[21] No formato *e-book* já referenciado, na rubrica "Depoimentos Relevantes", o leitor pode ler uma reprodução alargada desta entrevista.

Depois do longo "consulado" de Luísa Vilaça[22], à frente dos destinos do D. Maria II sucederá Vicente Ferreira, na sequência de dois anos no exercício de funções docentes na disciplina de Matemática, que assumirá a presidência do Conselho Executivo durante três anos, entre 1998 e 2001. Confessou-nos que desse período, a par de recordações gratificantes, respeitantes quer aos alunos quer a vários colegas, averbou um significativo desgaste psicológico, pois teve que enfrentar e corrigir, dentro do possível, densas anomalias de foro administrativo, arrastadas de anos precedentes[23].

Entre julho de 2001 e o final de 2003, num curto e único mandato, a direção do D. Maria II caberá ao professor Luís Costa, que acabará, entretanto, envolvido nalgum desencanto com a experiência, por transferir-se para outra escola.

Após quinze anos de vinculação ao D. Maria, na condição de docente, em 2003/2004 Vasco Grilo assumirá a chefia de uma Comissão Provisória de Gestão da escola, para depois, na sequência das respetivas eleições, passar a presidente do Conselho Executivo ou ao sucedâneo Diretor, em conformidade com as alterações legais estabelecidas na orgânica da gestão das escolas secundárias.

No decurso do ano letivo 2012/13, o D. Maria II passa por uma assinalável transformação organizacional, cujas consequências apenas se poderão avaliar volvidos alguns anos. Com efeito, mediante um despacho de 1/04/2013, a Escola D. Maria II passou a ser a sede de um agrupamento escolar que integra ainda a Escola EB 2/3 de Lamaçães e todos os infantários ou escolas do 1º ciclo que à mesma estavam associadas desde há anos[24]. No novo Agrupamento

---

[22] É a personagem que durante mais anos liderará a direção da Escola D. Maria II (assume a presidência do Conselho Diretivo ainda na 1ª metade dos anos 80 e manter-se-á nesse papel até ao ano letivo de 1997/98). Conforme se pode reter da análise dos *Quadros* em anexo, adiante mais "esmiuçada", grande parte do período em que Luísa Vilaça "governa" o D. Maria II corresponde ao tempo em que a escola foi frequentada por um maior número de alunos (desde o início da década de 80 até ao ano letivo de 1994/95, o D. Maria II responde a uma procura discente claramente superior aos dois milhares).

[23] Numa entrevista alargada, que também pode ser lida na referida versão *e-book* deste trabalho, Vicente Ferreira revelou-nos ter enfrentado, e corrigido na medida possível, durante o seu mandato (que, entretanto, decidirá interromper decorridos três anos) diversas irregularidades referentes à contratação de pessoal, à progressão do pessoal docente e não docente, ao foro disciplinar e ao funcionamento do Centro de Formação de Professores conexo à Escola D. Maria II.

[24] Cerca de três semanas depois, em 24/04/2013, uma nota do diretor geral da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares nomeava a CAP (Comissão administrativa Provisória) do agrupamento de Escolas D. Maria II, então assim constituída: João Luís

de Escolas D. Maria II a tarefa de ensinar e educar passa, pois, doravante, a desenvolver-se desde a mais tenra idade. À frente dos destinos da CAP (Comissão Administrativa Provisória) ficou João Dantas, antes líder na gestão do agrupamento de Escolas de Lamações.

A EVOLUÇÃO DA OFERTA PEDAGÓGICA E COMPLEMENTAR

No período decorrente desde a sua criação e até 25 de Abril de 1974, no D. Maria II funcionaram os cursos regulares da época, mas simultaneamente a escola exerceu uma "tutoria" funcional ou educativa sobre outros estabelecimentos de ensino. Esmiucemos, entretanto. No ano de arranque (1964/65), no então Liceu D. Maria II apenas se matriculam alunos nos 1º e 2º ciclos do ensino liceal, ou seja, alunos do 1º ao 5º ano do curso dos liceus da época (hoje correspondentes aos 2º e 3º ciclos do ensino básico, onde se integram os alunos entre os 5º e 9º anos de escolaridade). Nos anos subsequentes, entrarão no "Dona" alunos nos 6º e 7º anos, então os anos terminais do liceu (correspondentes hoje aos 10º e 11º anos) quando o ensino secundário no nosso país se concluía com onze anos de escolaridade.

De uma reforma protagonizada pelo decreto lei nº 47 480, de 2 de janeiro de 1967, o Ministério da Educação determina que a partir do ano letivo seguinte o novo Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, entretanto vulgarmente conhecido por "ciclo", substituirá progressivamente os existentes 1º ciclo do ensino liceal e ciclo preparatório do ensino técnico. Em consonância com esta reforma, no ano letivo de 1968/69 o D. Maria deixará de acolher alunas do extinto 1º ano do curso liceal e no ano letivo seguinte sucederá o mesmo relativamente ao 2º ano desse curso. O D. Maria II ficará, pois, confinado à matrícula de meninas no ensino secundário, sendo que a terminologia deste nível nos liceus sofrerá entretanto nova alteração, plasmada na transmutação dos 2º e 3º ciclos liceais nos entretanto designados, respetivamente, "curso geral" e "curso com-

---

Dantas Leite (presidente), Vasco Cunha Ferreira Grilo (vice-presidente), Ângela Maria Machado Miranda (vogal), Teresa Maria Xará Dias Pereira Dantas Leite (vogal), Armindo Gomes Cancelinha (vogal). Entretanto, mercê da passagem à condição de aposentados de Armindo Cancelinha e Teresa Xará, dois novos elementos viriam a integrar esta CAP.

plementar" dos liceus. Neste período, muitas alunas que estudavam em diversas escolas que funcionavam fora da rede pública de ensino (sem "paralelismo pedagógico", como é hoje usual dizer-se) surgiam vinculadas no D. Maria II como alunas externas, realizando posteriormente neste liceu os exames nacionais de fim de ciclo para certificar as suas aprendizagens. No "Dona" estavam registados, ou afluíam nestas condições, examinandos do Colégio de Dublin, do Colégio do Sagrado Coração de Maria, do Colégio Teresiano, do Externato Alcaide de Faria, da Telescola de Ruílhe (posto nº 162) e outros. Um significativo número de alunos do designado "ensino doméstico" realizavam também os seus exames no D. Maria II para certificar as aprendizagens que realizavam por "conta própria". Numa espécie de parêntesis, importa também referir que entre os anos letivos 1971/72 e 1982/83 caberá ao Liceu/Escola D. Maria II a tutela administrativa da Escola Piloto de Música[25] da cidade (hoje, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga). Nesta Escola Piloto de Música, os professores das disciplinas do *curriculum* "comum", chamemos-lhe assim, como fossem Português, Línguas Estrangeiras, História ou Matemática, eram professores "emprestados" pelo D. Maria II (pertencentes, ou não, ao quadro), aos quais se juntavam muitos outros, sem "vínculo direto" ao D. Maria II, especializados em disciplinas ou áreas conectadas com a aprendizagem musical.

A revolução de 25 de Abril de 1974 reconfigurou profundamente o Portugal da época e, necessariamente, teve um significativo impacto na estruturação curricular do ensino básico e secundário em Portugal. Os designados liceus e escolas técnicas comerciais e industriais irão desaparecer para, conforme já referimos, darem lugar às novas "Escolas Secundárias", dotadas de um curriculum *standardizado* entre os atuais 5º e 12º anos de escolaridade (registe-se que apenas em 1980/81 o 12º ano virá a ser introduzido na estrutura do ensino secundário português). A pretensão de inserir Portugal no Primeiro Mundo, um dos três "D" proclamados pelo MFA (o desenvolvimento, no caso), impunha que, a par dos progressos na economia, na saúde ou nas vias de comunicação, por exemplo,

---

[25] A tutela administrativa do Liceu D. Maria II sobre esta Escola piloto de Música vigorará por determinação do despacho de 23 de setembro de 1971, ao abrigo do decreto-lei nº 475876, de 10 de março de 1967. Em 1971/72, caberá à docente Maria Antónia Barbosa, na função de vice-reitora, assumir a direção desta secção do D. Maria II.

se atacassem os ásperos indicadores referentes à iliteracia ou ao analfabetismo que então obscureciam, amargamente, o perfil do nosso país. Para lá das famosas "campanhas de alfabetização" promovidas pelo MFA no imediato pós-revolução, os discursos dos sucessivos governos constitucionais empossados após Abril de 1974 tendem a enfatizar a educação como um dos eixos para o desenvolvimento do país e para a plena assunção da cidadania por todos os portugueses. Não admirará, assim, que muitos adultos procurem, entretanto, no retorno à escola um acrescento de formação, conducente a uma melhoria da sua autoestima e, quiçá, a uma eventualmente mais rápida progressão na sua carreira profissional. Neste contexto, a partir dos anos 80 do século passado, na Escola D. Maria II multiplicar-se-ão as turmas do ensino noturno, em boa parte frequentadas por estudantes trabalhadores. O universo estudantil noturno do D. Maria II nessa época estende-se por várias centenas de indivíduos (ver "Quadros" em anexo), compreendendo além dos alunos reingressados na escolaridade, em boa parte adultos, também muitos alunos do 12º ano, devido ao facto de a sobrelotação então observada impedir que estes alunos do ensino regular frequentassem as aulas durante o dia.

Já a partir do ano letivo de 2007/08, agora no quadro de uma progressiva introdução do ensino profissional nas escolas secundárias portuguesas, na Escola D. Maria II serão diversos os cursos profissionais disponibilizados para a frequência estudantil[26]. Numa outra vertente, nesta mesma segunda metade da primeira década do século em curso, o Ministério da Educação (nos governos liderados por José Sócrates), corporizando a assumida pretensão de elevar no quadro internacional os indicadores de literacia do nosso país – e melhorar as qualificações gerais de muitos adultos –, fomentou a criação de inúmeros cursos EFAs (Educação e Formação de Adultos). De forma muito expressiva, centenas de milhares de portugueses aderiram a este programa formativo, pelas razões aduzidas, imersos numa ambiência social e política marcada pelo recorrente discurso apologético das mais valias educativas. Para responder à procura existente, e visando porventura diminuir ou suprimir os

[26] Desde o ano letivo de 2007/08, funcionaram no D. Maria II, sucessivamente ou não, os seguintes cursos: Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico de Artes Gráficas, Técnico de Comunicação-Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Técnico de Design-Interiores/Exteriores, Técnico de Informática e Gestão, Técnico de TMK e Técnico de Serviços Jurídicos.

designados "horários zero" dos docentes do quadro da escola (professores sem componente letiva atribuída), a Escola D. Maria II abriu algumas turmas EFAs a partir do ano letivo de 2008/09. Esta modalidade de ensino entrou, entretanto, em acelerado refluxo nas escolas secundárias do ensino público, muito porque no governo liderado por Passos Coelho, num contexto de forte contração do investimento público, o Ministério da Educação não reconheceu suficiente rentabilidade ao vultuoso volume de capital aplicado na formação e certificação desenvolvida, até então, nesses cursos EFAs.

Ao longo dos seus cinquenta anos de existência, o Liceu/Escola D. Maria II ofereceu, aos muitos milhares de alunos que demandaram os seus serviços, fundamentalmente disciplinas integrantes do *curriculum* dos cursos do ensino regular ou, no caso do ensino secundário, vocacionado para o prosseguimento de estudos superiores. Neste conjunto, cabem as habituais disciplinas de Português, Matemática, História, Biologia e Geologia e outras[27], ainda que as designações tenham mudando ao longo do tempo, fruto de recorrentes revisões curriculares adotadas neste nível de ensino. Com alguma singularidade curricular relativamente ao panorama nacional do ensino secundário, desde há cerca de um quarto de século o D. Maria II tem ainda disponibilizado aos alunos interessados formação na área do Teatro. Excetuando os anos letivos compreendidos entre 2007/08 e 2009/10, o D. Maria abriu-se sempre à matrícula de estudantes dos níveis pré-secundário e por via disso outras disciplinas ou áreas disciplinares integraram o seu leque de oferta, como sejam EVT (Educação Visual e Tecnológica), Saúde e Formação Cívica. Como facilmente também se depreende, a crescente abertura da escola a cursos de outro teor, como sejam cursos profissionais diversos e cursos EFAs, impôs que a mesma ofertasse a estes alunos muitas disciplinas novas, integrantes da respetiva estrutura curricular[28].

---

[27] Como sejam, designadamente, as disciplinas de Fisica e Química, Filosofia, Geografia, Línguas Estrangeiras (Inglês, Francês, Alemão ou Espanhol), Desenho, Geometria Descritiva, Economia, Direito, Latim, Religião e Moral (hoje, opcional).

[28] Nos Cursos EFAs (Educação e Formação de Adultos) surgem disciplinas/áreas disciplinares como a Cidadania e Profissionalidade (CP), a Cultura, Língua e Comunicação (CLC) ou ainda Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC), todas do nível secundário da formação. Os cursos profissionais, por sua vez, para além das disciplinas da formação sociocultural (Português, Língua Estrangeira, Área de Integração, Educação Física e TIC), que constituem um tronco comum, compreendem um estágio curricular (Formação em Contexto de Trabalho) e integram ainda disciplinas da formação científica e técnica ajustadas às diferentes áreas de formação, como sejam Design Gráfico, Biologia, Direito Processual, Física e Química, Linguagens de Programação, Saúde e outras.

Mas para além da designada oferta curricular, assente numa variedade de disciplinas e desenvolvida nas salas de aula, nos ginásios ou nos laboratórios, diversas atividades complementares envolveram, até hoje, milhares de alunos do "Dona". Perante a impossibilidade de verter um retrato exaustivo e representativo do longo rasto destas atividades complementares, e ainda que correndo o risco de omitir exemplos meritórios, propomo-nos deixar aqui a referência a alguns casos centrados, fundamentalmente, no tempo mais recente. Desde logo, impõe-se recordar que foram múltiplas as visitas de estudo – ou "passeios", conforme as designam em tom coloquial os alunos – promovidas por muitos professores do "Dona". E para lá das inúmeras exposições realizadas, deve reter-se ainda o trabalho desenvolvido em diversos clubes criados ao longo das últimas décadas – fique a referência para clubes mais recentes, como o Clube Europeu, o Clube de Astronomia, o Clube de Artes, o Clube de Xadrez e o Clube de Teatro, bem como para clubes surgidos anos atrás, como sejam o Clube da Leitura e Escrita, o Clube de Línguas Vivas e a Oficina de Língua Portuguesa –, ou a realização de palestras várias, comummente protagonizadas por oradores externos à escola, como sejam aquelas em que diversos escritores portugueses se apresentaram aos alunos do "Dona" na sua própria escola[29], mas outras vezes proferidas por professores "da casa" como sucedeu, por exemplo, aquando da celebração do centenário da implantação da República em Portugal[30]. Igualmente, impõe-se evocar o envolvimento de muitos alunos e professores em projetos diversos: os projetos *Comenius*, transversais a outras escolas europeias[31] e co-financiados pela Comissão Europeia; os projetos Ciência Viva, envolvendo as disciplinas

---

[29] Estes escritores apresentavam-se aos alunos do Liceu/Escola D. Maria II na sequência de iniciativas da Biblioteca da Escola, ou por iniciativa de algum ou alguns professores do Departamento de Línguas.

[30] Palestra intitulada *Braga no eclipse de uma "história de reis": movimentações monárquicas e republicanas entre 1908 e 1910,* proferida pelo professor Amadeu Sousa, autor do presente trabalho, em maio de 2010.

[31] A aluna Sara Trota Santos, que terminou o ensino secundário no D. Maria II em 2013, afirma que a sua participação no projeto *Comenius NaTurE – Natural Treasures of Europe* se revelou *uma experiência extremamente enriquecedora a nível cultural*. Este projeto, coordenado pela professora Maria da Guia Tavares, foi centrado na divulgação da fauna e flora do Parque Nacional da Peneda-Gerês junto de alunos e professores de escolas de dez países europeus, os quais, por sua vez, apresentaram projetos referentes aos respetivos países.

de Física e Biologia e Geologia[32], financiados pela FCT (Fundação de Ciência e Tecnologia); os projetos direcionados para o concurso ao Prémio Ilídio Pinho[33]; o projeto "Cidades Criativas", desenvolvidos na década de noventa, sob a coordenação do professor Augusto Vinagre[34]. Num plano algo diverso, recuando um pouco mais no tempo, podemos referenciar a criação do *Clube de Comunicação Social – Imprensa e Radiodifusão*, institucionalizado mediante escritura pública realizada na biblioteca do D. Maria II, pelas 16h30 do dia 13 de dezembro de 1990. Na sessão pública deste ato escritural, marcaram presença, entre outros, alguns alunos e respetivos encarregados de educação e ainda elementos da comunicação social (bracarense, supomos). O professor João Sousa foi o autor e coordenador deste projeto, que almejava a criação de uma mediateca escolar, a breve prazo, e ainda uma rádio escolar, a implementar no mês seguinte[35]. Ainda na esfera da comunicação, mas já com outros protagonistas, observou-se que nos anos letivos de 1992/93 a 1995/ /96 o Curso de Comunicação realizou a "Semana dos Media", marcada por exposições, sessões de cinema, palestras e emissão de rádio via *net*[36].

A "Semana da Escola", desenvolvida deste há anos na transição do segundo para o terceiro período letivo, tem congregado um diversificado conjunto de atividades, de entre as quais sobressai o "Forum das Profissões", na qual um conjunto de instituições (universidades, institutos politécnicos, e Forças Armadas, designadamente) exibe perante os alunos alguns caminhos possíveis, e as respetivas

---

[32] Os professores Vítor Martins e Maria da Guia Tavares foram os coordenadores destes projetos.

[33] Recentemente, os professores Georgina Rodrigues, Ângela Miranda e João Vieira coordenaram a participação de vários alunos nos concursos relativos a este prémio. Sob a coordenação do professor João Vieira, a Escola D. Maria II venceu um primeiro e um segundo prémio nacional Ilídio Pinho no escalão do ensino secundário.

[34] Este projeto consistia na apresentação de propostas para intervenção social e cultural na cidade de Braga.

[35] No âmbito das atividades do CCSIR, a Escola D. Maria II logrou alcançar um honroso 4º lugar no concurso "O Jornal na Escola" do ano letivo de 1990/91, promovido pelo Jornal PÚBLICO. Nas comemorações dos 40 anos da Escola (1994) realizou-se no Instituto da Juventude sedeado em Braga um sarau cultural, com a presença de alguns artistas bracarenses convidados para o efeito.

[36] Estes alunos do Curso de Comunicação elaboraram o jornal "Comunicando", com o qual obtiveram um honroso 3º lugar, na categoria "melhor jornal na totalidade", e um 1º lugar, na categoria "melhor entrevista", em concursos de Jornais Escolares levados a cabo pelo *Correio do Minho*. Os alunos deste curso, financiado pelo PRODEP, tinham acesso a um estágio de 3 meses que lhes atribuía o nível III de formação.

potencialidades, para o seu percurso escolar ou profissional após o termo do ensino secundário. Mas nesta Semana da Escola têm-se observado ainda atividades no âmbito do desporto[37], dinamizadas sob o lema *DonaSport,* do teatro ou outras.

Por último, registe-se ainda a ação do Centro de Formação de Professores Braga-Sul, que embora não esteja sob a tutela da Escola/Agrupamento de Escolas D. Maria II tem aqui a sua sede. Ao longo de vários anos, este centro de formação propiciou a muitos milhares de docentes, dos ensino básico e secundário, muitas centenas de ações de formação[38].

QUANDO EU PASSEI PELO "DONA" (outras breves memórias de antigos alunos)

Uma escola secundária é como que uma espécie de estação maior na passagem para a vida adulta. E tal como numa estação de comboios, onde se cruzam destinos meramente territoriais, sonhos diversos, amizades passageiras ou outras progressivamente imbricadas que acabam por selar marcas para vida, também numa escola se cruzam destinos, aventuras ou compromissos circunstancialmente comuns, a par de outros desenhados de forma mais vincada. Em meio século de existência de uma instituição cujo objetivo maior é, resumamos, ajudar a crescer e desenvolver, não faltarão exemplos que ilustrem curiosos ou meritórios caminhos seguidos por muitos dos passageiros – os alunos, entenda-se – que usaram a "estação" D. Maria II no caminho para se fazerem gente maior ou

---

[37] O grupo de Educação Física da Escola D. Maria II, para além do Donasport, no âmbito do qual se realizavam um peddy paper e provas diversas, tem dinamizado ao longo dos últimos anos letivos outras atividades, como sejam: o já referido Clube de Xadrez, que promove e dinamiza a prática da modalidade através da realização de vários torneios anuais, de entre os quais sobressai a "Taça Rainha D. Maria II" (na qual, além de elementos da comunidade educativa, participam também jogadores convidados do exterior); uma equipa de andebol masculino, que tem representado com brilho a Escola D. Maria II em campeonatos escolares, regionais e nacionais (sagrou-se campeã regional, na categoria de juniores, no ano de 2012-13); uma equipa de voleibol feminino, já com um apreciável historial nas participação nos campeonatos regionais e nacionais do desporto escolar desta modalidade; um grupo de natação misto, que tem igualmente obtido êxitos diversos no desporto escolar da modalidade, no âmbito regional e nacional.

[38] Veja-se no referenciado formato *e-book* deste trabalho, na rubrica "Depoimentos Relevantes", um breve texto de Ana Paula Vilela, a atual diretora do centro, acerca da ação e história deste centro de formação de professores.

para construírem um precioso rasto de saudade. Uma vez mais, propomo-nos arrastar para o leitor alguns exemplos que se nos afiguram interessantes, ainda que obliterando, forçosamente, alguns outros também merecedores de registo – ora porque deixaram um rasto mais débil ora porque, assumidamente, também não nos propomos a um exaustivo e improfícuo relato dos mesmos. Vamos, pois, a alguns exemplos. Gabriel, Jacinto e Zé Costa, alunos do D. Maria entre 1975/78, recordam os diversos bailes que organizaram no ginásio da escola, no seu último ano de frequência (depois de esforçadamente terem obtido a anuência do professor Vírgílio Rodrigues, então presidente do Conselho Diretivo), visando a obtenção de verbas para financiarem uma então onerosa viagem de finalistas, durante três dias, pela Serra da Estrela. De entre os diversos bailes que promoveram, recordam o curioso caso daquele que funcionou exclusivamente para elementos da comunidade cigana[39], numa noite pelo Carnaval de 1978. A iniciativa foi bastante rendosa para a época e decorreu muito ordeiramente, recordam, tendo os convivas dançantes abandonado disciplinadamente a escola à hora previamente combinada.

Entre o D. Maria e o vizinho café Peninsular cruzaram-se alguns dos jovens que na década de 80 viriam a constituir o conhecido grupo musical bracarense Mão Morta, cujas letras são reconhecidas pelo seu caráter irreverente e iconoclasta. Num plano algo diverso, mas revelador da relativa descompressão dos costumes que marcaram tempos não muito distantes, Aurora Araújo, aluna ingressada no "Dona" no imediato pós 25 de Abril conforme referenciámos atrás, recorda que então *na sala do aluno via as "mais velhas" a experimentar os primeiros cigarros, ao som de Eric Clapton*[40]. Ainda destes seus anos de estudante retém igualmente a satisfação com que, tal como a generalidade dos seus colegas, gritava "feriado" ao saírem da sala de aula perante a falta de algum professor, uma situação hoje tendencialmente invulgar mas que no pós 25 de Abril não era propriamente inusual – como recordarão decerto muitos dos leitores que percorram estas páginas e que tenham atravessado a barreira da adolescência em contexto escolar nesse período política e socialmente efervescente. Ademais, nessa época, quando o cerco

[39] In artigo "A excursão de finalistas e o baile para a comunidade cigana" (revista *Reticências*, publicada na Escola Secundária D. Maria II em março de 2011).

[40] Veja-se na versão e-book, relembramos, um testemunho mais substantivo na rubrica "Depoimentos Relevantes".

dos indicadores de produtividade não sufocava como hoje o quotidiano das pessoas, quando o *homo oeconomicus* português não estava ainda estatuído como incontornável indicador do progresso ou modernidade lusas, o tempo corria mais devagar e, por consequência, as férias dos estudantes, porque o calendário assim previa ou porque imponderáveis vários assim o impunham (como fossem a não atempada colocação de todos os professores ou a demora excessiva no aprontamento de novas salas de aulas), mostravam-se saborosamente mais prolongadas. Isso mesmo, por outras palavras, nos confirma ainda Aurora Araújo ao rememorar que nos seus anos, saudosos, de jovem "liceal" ia o mês de outubro já adiantado quando as aulas se tornavam uma realidade efetiva e consistente.

A aluna Marta Campos, recente ex-presidente da Associação de Estudantes do D. Maria II, a par das ternas recordações que envolvem as visitas de estudo e as "semanas da escola" que vivenciou, evoca as gratas memórias da campanha eleitoral para a associação a que viria a presidir – uma iniciação ao jogo da democracia, porventura com algumas das suas virtudes e defeitos já patentes – , um cometimento exigente, porque, assevera, *a campanha dá trabalho mas é muito divertida para toda a comunidade escolar*. Mas depois de enfatizar, ainda pela positiva, as múltiplas atividades extracurriculares que o "Dona" proporciona aos seus alunos, Marta Campos não deixa de lamentar que a internet em *wireless* não esteja acessível para os discentes por todo o espaço escolar.

A requalificação das instalações do D. Maria II, formalizada com a inauguração oficial da renovada escola pela então ministra da Educação, Isabel Alçada, em 7 de maio de 2011, estimulou positivamente, pode acertar-se sem qualquer polémica, todo o universo humano que gravita nesta instituição. O novo "Dona", para lá de incorporar parte da primitiva traça, apresenta-se hoje profundamente reconfigurado, disponibilizando um acrescido número de novas e modernas salas a par de outros equipamentos. Num espaço esteticamente mais apelativo, mais confortável e funcional, com grandes melhorias globais (quadros eletrónicos e interativos em salas de aula reformadas e informatizadas, novos e amplos ginásios, laboratórios renovados, dois auditórios modernos, novas salas do aluno e dos professores, bares de docentes e alunos transformados), o trabalho dos professores e alunos, tal como o dos demais funcionários, tornou-se potencialmente mais gratificante e proveitoso. Corroborando esta nossa apreciação, a aluna Marta Campos, que temos vindo a

seguir nestas últimas linhas, vincando embora que não conhecera as instalações do velhinho "Dona", confirma que a renovada escola, onde os alunos passam "tantas horas a trabalhar", é um espaço agradável e acolhedor[41].

O QUE OS NÚMEROS MOSTRAM

Atentemos agora, para lá de algumas referências já apontadas atrás, numa análise mais cuidada dos dados vertidos pelos quadros anexos. E comecemos pelos alunos, que constituem a essencial motivação para a criação de qualquer escola pública, que deve almejar responder às necessidades e interesses dos jovens e, por essa via, induzir o desenvolvimento da sociedade. Mas ainda antes de avançarmos para um escrutínio mais detalhado, retenhamos, num retrato globalizante e meramente contabilístico, que podemos estimar em cerca de 25.000 o número total de alunos que terão desenvolvido os seus estudos no D. Maria II, nos últimos cinquenta anos. Com efeito, se admitirmos que os 84.498 registos de matrícula efetuados no D. Maria II entre 1964/65 e 2013/14 correspondem a estudantes que terão permanecido, em média, entre três e quatro anos nesta escola, chegamos a um quociente que se aproxima dos referidos 25.000 alunos. Um número expressivo, que confere, necessariamente, respeitabilidade e importância à instituição D. Maria II.

Detendo-nos numa leitura mais detalhada dos dados revelados pelos diversos quadros, podemos começar por observar que no seu primeiro ano de funcionamento, em 1964/65, o D. Maria II acolhe um expressivo número de alunas, que ultrapassa mesmo o milhar, distribuídas por trinta turmas dos primeiros cinco anos do curso liceal. Nos dois anos letivos seguintes, o número de alunas sofrerá algum incremento mercê da entrada em funcionamento das turmas dos 6º e 7º anos liceais (hoje, correspondentes aos 10º e 11º anos de escolaridade, relembramos), então os anos terminais. Nos anos letivos de 1968/69 e de 1969/70, verificar-se-á um refluxo no número total de alunos, devido ao progressivo desaparecimento das turmas dos 5º e 6º anos, como resultado da reforma curricular atrás referida. Porém, a partir de 1970/71 a população estudantil do "Dona"

---

[41] Veja-se também na rubrica "Depoimentos Relevantes", na edição e-book, o testemunho desta recente ex-aluna do D. Maria II.

volta a crescer, devido a um maior volume de estudantes nos dois anos terminais, mas, mais ainda, como resultado do vigoroso crescimento dos alunos matriculados no curso geral dos liceus (os antigos 3º, 4º e 5º anos do liceu), porventura porque o Sá de Miranda deixara de prestar este serviço para o público feminino.

No ano da revolução, em abril de 1974, estudavam no "Dona" pouco mais de 1000 alunas, mas no ano letivo seguinte (1974/75) observar-se-á uma autêntica explosão da sua população estudantil que se alcandorará para um quantitativo próximo dos dois milhares, valor que se virá a manter, sensilvelmente, até ao final da década então em curso. Para este vigoroso incremento da população estudantil do "Dona", transversal aos ensino básico e secundário[42], terão contribuído, conforme já vincámos, a maior ênfase do discurso político acerca das virtualidades da educação para resgatar a sociedade portuguesa do atraso, da pobreza e da desiguladade – o que terá encontrado eco acrescido junto dos pais e encarregados de educação – e algumas mudanças legislativas, entretanto operadas, tendentes a consolidar o aumento nos anos de escolaridade obrigatória. Importa ainda recordar que o liceu abria-se agora também a alunos do sexo masculino aumentando por essa via a procura potencial dos seus serviços, mas neste seu primeiro ano de funcionamento em regime misto as matrículas de rapazes não seriam ainda expressivas[43]. De todo o modo, atendendo à dimensão do crescimento então consumado, quiçá outros fatores, que não lobrigamos com clareza (reordenamento da rede escolar?), terão contribuído para tal.

Já no dealbar da década de 1980, a Escola D. Maria II chega a albergar cerca de 3000 alunos, considerando-se os regimes diurno e noturno. É inquestionavelmente um valor muito expressivo, e excessivo, que reflete, conforme já percebemos, a explosão do universo dos alunos deste nível (básico e secundário) e as carências então observadas no parque escolar da cidade e região. Este vasto número de alunos sofrerá alguma compressão ao longo desta década de 80, mas manter-se-á sempre muito elevado, rondando ou

---

[42] Conforme se pode observar nos dados patentes nos quadros, o grande incremento no total de alunos e turmas do D. Maria II em 1974/75, relativamente ao ano precedente, observa-se quer no ensino básico (o número de alunos neste nível aumenta em cerca de 400, passando de 983 para 1374), quer no ensino secundário (o número de alunos neste nível aumenta em cerca de 350, passando de 190 para 537).

[43] Aurora Araújo, evocando estes primeiros "passageiros" do sexo masculino no liceu, em 1974/75, precisa que "*os rapazes, poucos, tímidos, lá foram entrando, acanhados e discretos.*

ultrapassando a cifra de 2500 nos diferentes anos letivos[44]. Mas os tempos de "exorbitante glória" do "Dona" – se aferirmos tal juízo em função do volume daqueles que demandam os seus serviços – tendiam a esgotar-se. De facto, no transcurso da última década do século XX registar-se-á uma acentuada erosão no número de discentes, fenómeno particularmente detetável na segunda metade do decénio, que fechará com um total de 1375 alunos (1999/2000), agora confinados ao regime diurno.

No presente século XXI, ainda que de forma mais atenuada, prosseguirá o declínio no volume de alunos matriculados no D. Maria II, fixando-se o seu quantitativo em números que oscilam entre os 1100 e 1300 alunos. Depois de consumada no decurso do ano letivo 2012/13 a integração da Escola Secundária D. Maria II no designado "Agrupamento de Escolas D. Maria II", constata-se que no ano letivo de 2013/14 (o ano um, verdadeiramente, do novo agrupamento) se matricularam 1226 alunos na Escola D. Maria II, nas diversas modalidades de ensino (ver quadro).

Para o acentuado refluxo no número de alunos matriculados na escola D. Maria II na transição da década de 80 para a de 90 no século passado, e depois ao longo desta última, terão relevado fatores diversos, uns descortináveis com consistente verosimelhança e outros passíveis de alguma conjetura. Uma vez mais, o reordenamento da rede escolar da área de influência de Braga efetuado nesse período (o surgimento da Escola Secundária de Maximinos, de várias escolas dos 2º e 3º ciclos de escolaridade, como sejam os casos das unidades sediadas em Nogueira, no Cávado, em Celeirós, em Palmeira, em Gualtar, ou em Lamaçães[45] e ainda de algumas

---

[44] Como reflexo do considerável aumento no número de alunos, em meados da década de oitenta, durante três anos, funcionará num edifício situado a escassos metros de distância do D. Maria II, na comummente designada "Cangosta da Palha", uma extensão do "Dona", onde foram colocadas cerca de uma dezena(?) de turmas do 3º ciclo. No primeiro ano de funcionamento desta extensão (1984/85) aos professores Maria Antónia Quintas e Carlos Santos, do grupo de Biologia e Geologia, caberá coordenar superiormente o funcionamento deste espaço (como assessores da direção do D. Maria II). As condições de trabalho para estes alunos e professores eram materialmente mais desfavoráveis do que as observadas no edifício sede.

[45] À época, o surgimento destas diversas escolas destinadas a alunos dos 2º e 3º ciclos de escolaridade regista-se num contexto regional (e nacional, aliás) marcado pelo acentuado aumento da procura discente nestes níveis de ensino, fenómeno para o qual as escolas secundárias então existentes em Braga (que também acolhiam alunos do 3º ciclo), percebemo-lo já, não teriam capacidade de resposta.

escolas profissionais) poderá ter-se transformado no contributo mais determinante. E isto porque a muitos dos potenciais alunos do D. Maria II, ou de outras escolas secundárias bracarenses, afigurou-se então a possibilidade de passarem a dispor de espaços alternativos, porventura mais perto das suas residências, onde prosseguir os seus estudos. Com efeito, os quadros mostram-nos que ao longo dos anos oitenta e até meados da década seguinte uma parte muito significativa da população estudantil do D. Maria II era constituída por alunos do ensino básico (atual 3º ciclo de escolaridade, no caso), cujo quantitativo oscilava entre os 750 a 1000 estudantes. Porém, conforme nos mostram ainda os quadros, a partir dos últimos anos do século XX estes alunos tornar-se-ão tendencialmente quase residuais entre a população estudantil do "Dona", observando-se mesmo que no ano letivo de 2009/10 a escola acabará reservada para os alunos do nível secundário. E ainda que nos anos mais recentes (a partir de 2010/11) a Escola D. Maria II se tenha aberto novamente aos estudantes do 3º ciclo de escolaridade, este grupo etário mais juvenil, por agora, não mais se alcandorou, em termos comparativos, para patamares percentualmente tão significativos, no conjunto da população da escola, quanto os alcançados nos referidos anos 80 e 90 do século passado. Pode outrossim acertar-se que a míngua demográfica que tem submergido o nosso país nos últimos anos terá entretanto atingido os segmentos juvenis da pirâmide etária dos portugueses, o que inevitavelmente terá "provocado estragos" na demanda global de diferentes estabelecimentos de ensino secundário. Um posicionamento eventualmente menos favorável na geografia urbana pode também entrever-se como indutor de uma menor atratividade da Escola D. Maria II[46], ao que poderão ter-se associado ainda fenómenos derivados de alguma "moda" conjuntural entre os adolescentes, e respetivos pais, na seleção das escolas secundárias. A insuficiente exploração de resultados meritórios dos alunos da Escola D. Maria II na seriação dos famigerados *rankings*

Hoje, as mudanças seguem um caminho algo inverso. Não obstante o sucessivo alargamento entretanto observado na escolaridade obrigatória em Portugal, recentemente estendida até aos dezoito anos, a contração demográfica observada no país nos últimos anos (já neste século XXI) repercute-se negativamente, ainda que de forma desigual, na demanda global junto das escolas secundárias, como, aliás, também junto das universidades.

[46] Ver, na já referenciada homónima edição *e-book* deste trabalho, a opinião de Vasco Grilo na rubrica "Depoimentos Relevantes".

nacionais dos exames do ensino secundário ou, em contraponto, a menos bem sucedida ultrapassagem pública de um ou outro ano em que o desempenho dos mesmos alunos tenha sido menos meritório, devem também colocar-se como fatores de atração maior ou menor por parte da escola, sendo certo que o ambiente crescentemente concorrencial em que hoje tendem a trabalhar os estabelecimentos de ensino público (nos diferentes níveis, do básico ao superior) impõe a todos eles a necessidade de propagandear o que de bom têm para ofertar.

Mas se hoje, num contexto de considerável pressão para o sucesso – induzido pelo próprio Ministério da Educação, pelas famílias ou pela imprensa –, a valia do trabalho global das diferentes escolas de nível secundário se mede muito pelas percentagens dos alunos "aprovados" no final de cada ano letivo e pelos resultados alcançados nos referidos *rankings* dos exames nacionais, aquando do arranque do Liceu D. Maria II a situação era bem diferente. Debruçando-nos sobre os três primeiros anos de funcionamento do D. Maria II, constatamos que as percentagens de sucesso dos alunos apresentavam cifras globais na ordem dos 65%, valores que hoje seriam publicamente menos defensáveis, ainda que não invulgares[47]. Numa análise um pouco mais detalhada, pode verificar-se que as taxas de sucesso global diminuem tendencialmente à medida que se avança no ciclo de escolaridade, mas considerando-se cada um destes ciclos isoladamente também se deteta que as taxas de sucesso global apresentam pouca flutuação nestes três anos iniciais do "Dona". E se a realização de exames nacionais tende a não alterar as taxas globais de aproveitamento nos 1º e 2º ciclos liceais, o mesmo já não sucede com os exames nacionais referentes ao 3º ciclo liceal. Com efeito, no final do ano letivo de 1966/67 ocorrem pela primeira vez no liceu os exames nacionais no ano terminal do curso liceal, donde resultará que no 7º ano a percentagem de sucesso se fixa nuns modestos 50% (ver quadros), quando no ano precedente (o 6º ano) a taxa de sucesso se eleva a uns expressivos 87%. Esta diferença reflete certamente a maior permissividade do normativo legal da época na transição do 6º para o 7º ano, mas

[47] A título de exemplo, registe-se que no final do ano letivo de 1964/65 – o ano um de funcionamento do "Dona", relembramos – os alunos que "transitam" representam uma percentagem de 64,3% do total (num universo de 919 internos inscritos, depois de deduzidos aqueles que se transferiram, "transitam" 591 alunos).

permitirá também aferir o quanto os exames terminais do liceu imporiam de ansiedade para os alunos desse tempo[48].

No ano letivo de 1973/74, da revolução de 25 de Abril resultarão benévolas alterações nos critérios de avaliação para os diferentes anos de escolaridade, donde decorrerá que a percentagem global de sucesso se alcandorará para os impressionáveis 92% (respetivamente, 93,9% no curso geral[49] e 81,9% no secundário). Volvido o fulgor e o entusiasmo do tempo imediato ao pós-revolução, em que o prevalecente pendor igualitarista também se refletira numa avaliação mais "amigável", os números voltarão, entretanto, a tornar-se mais ácidos ou severos. Posteriormente, ou seja, desde finais dos anos 70 do século passado até à atualidade, os indicadores de sucesso global do D. Maria II oscilarão, para melhor ou para pior, devido a causas várias, de entre as quais avultará a redefinição pelo Ministério da Educação, ora num sentido mais permissivo ora num sentido mais exigente, dos critérios de transição dos alunos no final de cada ano letivo[50]. Mas fixemo-nos em mais alguns exemplos revelados pelos quadros, sobretudo no ensino diurno, para que a leitura dos mesmos possa ser mais esclarecedora e substantiva. No ano letivo de 1981/82, no ensino básico a percentagem de sucesso fixa-se nos 75% nos anos correspondentes ao atual 3º ciclo do ensino básico e nos 75,3% nos anos correspondentes ao atual ensino secundário, embora neste último nível se registe uma assinalável assimetria, pois se os 10º e 11º anos apresentam indicadores generosos o 12º ano revela uma taxa de sucesso que apenas

---

48 É sabido que também hoje os exames nacionais do ensino secundário, em particular, se constituem em fatores de ansiedade acrescida para os alunos e professores. No respeitante aos alunos dos nossos dias, a ansiedade resulta da necessidade de garantirem classificações no exame que permitam a conclusão do ensino secundário, mas também, em muitos casos, médias globais e específicas de acesso ao ensino superior favoráveis ao ingresso nos cursos mais disputados. Nos primeiros anos de funcionamento do D. Maria, perante a inexistência de *numerus clausus* nos cursos superiores até abril de 1974, a ansiedade acrescida dos alunos do 7º ano, a par do brio que cada um quisesse exibir através dos bons resultados nessas provas, refletia muito a necessidade de aprovação final no curso liceal.

49 O Curso Geral dos Liceus de então corresponde hoje ao 3º Ciclo de escolaridade (7º, 8º e 9º anos).

50 Obviamente que outras condicionantes intervêm para propulsionar os valores das taxas de aprovação dos alunos no final de cada ano letivo. Para lá da qualidade do trabalho docente desenvolvido, da sociologia da educação e até do senso comum recolhe-se que estas "taxas de sucesso" refletem significativamente o contexto social e familiar que envolve os alunos, bem como o maior ou menor empenho que os mesmos conseguem colocar na aprendizagem.

ultrapassa ligeiramente os 50%. A partir da década de 90, e agora apenas no referente aos alunos do 3º ciclo do ensino básico, verifica-se que a percentagem dos alunos que transitam no final do ano letivo se coloca num patamar que tendencialmente ronda os oitenta ou noventa por cento, observando-se no entanto diversos anos em que estes valores são notoriamente mais baixos (1984/85, 1985/86, 2002/03 ou 2004/05, por exemplo). Depois de um interregno de alguns anos, o D. Maria II volta a acolher alunos do 3º ciclo a partir do ano letivo de 2010/11. E agora as taxas de sucesso permanecerão assinaláveis, oscilando entre os 80% e os 100% para os 7º e 8º anos de escolaridade mas sendo naturalmente algo mais baixas no 9º ano, no qual os alunos acusam o efeito dos exames nacionais a Português e a Matemática. Já no respeitante ao sucesso revelado pelos alunos no ensino secundário nos últimos anos (desde 2007/08), nota-se uma natural discrepância entre aqueles que frequentam os cursos profissionais ou os 10º e 11º anos do ensino regular e os demais colegas do 12º ano que estão obrigados à realização de alguns exames nacionais. Enquanto que entre o primeiro grupo se observam taxas de sucesso que oscilam entre os 80% e os 100% (nos cursos profissionais) já os alunos do 12º ano, depois de realizados os exames nacionais, ora mais ora menos penalizadores, apresentam taxas de sucesso que variam entre os 61,9% e os 79,7%.

Antes que avancemos algo mais na análise de outros dados quantitativos, impõe-se desvelar, no respeitante aos alunos, o porquê de os dados agora apresentados não estarem uniformizados para todos os anos letivos, sendo que a informação umas vezes é mais e outras menos densa. Tal sucede nuns casos porque as fontes de informação não estão simplesmente disponíveis e noutros porque o tempo exigido para se alcançar números fiáveis seria tão alargado que se mostrou materialmente impossível prosseguir a tarefa (como sucede, designadamente, nos anos de escolaridade em que os alunos estão sujeitos a exame final, quando os dados necessários para esclarecer cabalmente as percentagens de sucesso se mostram muito dispersos). Colocados perante a opção de omitir qualquer informação relativa a estes anos letivos (se cedêssemos à obsessão de procurar a plena uniformidade na informação prestada) ou, em alternativa, verter para o público uma informação mais limitada mas consistente, decidimo-nos por esta última via, propiciando pela análise dos diferentes quadros a perceção de quantos alunos

(e turmas), professores e funcionários povoaram o "Dona" desses anos.

No respeitante ao corpo de profissionais necessários para pôr em funcionamento a "máquina" do D. Maria, constata-se que nos primeiros sete anos de existência do liceu (1964/65 a 1970/71) o número total de professores ronda os sessenta/ano, enquanto os demais funcionários, afora o ano um de funcionamento, se aproximam da vintena/ano. Com alguma oscilação, o número de professores e funcionários não docentes eleva-se nos três anos seguintes, mas será em 1976/77 que se verificará um incremento mais vigoroso (de cerca de 50% no corpo de professores e quase 100% no corpo de funcionários), como corolário do também notório incremento no número de alunos matriculados no "Dona". Depois de um refluxo ocorrido no ano letivo de 1977/78, observar-se-á, entretanto, que ao longo da década de 80 e até meados da década de 90 do século passado o volume de professores se acercará das duas centenas, num tempo, já o vimos, em que o número de alunos flutua anualmente entre os dois e os quase três milhares. A partir dos anos terminais do século passado, refletindo a acentuada redução no número de alunos matriculados, o quantitativo de professores entrará em recuo progressivo até se fixar num cômputo atual que pouco vai além da já referida centena[51]. Confrontado o rácio professor/ /aluno, constata-se que hoje estarão atribuídos, em média, menos alunos por professor. Devemos, porém, fincar-nos numa análise mais

[51] Em nome do rigor, impõe-se verter alguma ressalva sobre os números e percentagens aqui apresentadas, relativas a professores e funcionários do D. Maria II. Para a obtenção destes números, recorremos às folhas de vencimentos, referentes ao mês de dezembro, existentes no Arquivo do D. Maria II. Sucede, porém, que anos atrás podia verificar-se o caso de algum docente ou funcionário estar ao serviço do D. Maria II, mas não constar dos registos de vencimento dos respetivos serviços administrativos (hoje tal já não acontece, asseguram os mesmos serviços administrativos do D. Maria II), pois eram remunerados através de outra escola, a cujo quadro pertenceriam. Estes docentes não estarão, pois, contabilizados. Temos de admitir, porém, que, num procedimento inverso, teremos contabilizado algum professor ou funcionário que constava das folhas de vencimento do D. Maria II, mas que poderia pertencer ao quadro de outra escola. Admitamos, pois, que estas transferências de sentido cruzado se tenham sensivelmente anulado, no seu quantitativo, conferindo uma justa credibilidade à generalidade das percentagens e números aqui apresentados. Nos números apresentados nos quadros em anexo, referentes a professores e funcionários, também não contabilizámos os elementos do "quadro do D. Maria II, vulgo "efetivos", que estavam então destacados ao serviço na Escola Piloto de Música desta cidade (quando a mesma era administrativamente tutelada pelo D. Maria II).

cuidada para lembrarmos que a percentagem de alunos transferidos, no decurso de cada ano letivo, se tornou ultimamente menos significativa (no primeiro ano de funcionamento do "Dona" os alunos transferidos para outro estabelecimento de ensino ou para o ensino doméstico representavam cerca de 10% do total, cifras bem diferentes das atuais), assim como se deve reter que a carga horária semanal dos alunos de anos mais recentes é bem mais elevada do que há cinquenta anos, o que naturalmente exige mais professores para um universo discente da mesma dimensão[52]. Deve ainda reter-se que, desde os anos terminais do século passado, a ênfase colocada na valia das aprendizagens e nas percentagens de sucesso dos alunos, já salientada, induziu a conceção de horários de turmas com desdobramento para um significativo número de disciplinas (nas de caráter mais experimental, nas línguas estrangeiras ou na vertente das artes, designadamente) e exigiu igualmente mais apoio individualizado a alunos do ensino especial ou com problemas de aprendizagem, o que terá contribuído para o aumento global do número de docentes. Não pode ainda escamotear-se que de uma reforma do estatuto da carreira docente do ensino básico e secundário, efetuada na transição das décadas de 80/90 do século passado – partindo do ajustado pressuposto de que a generalidade dos professores carecia de muitas horas de trabalho extra sala de aula para elevar a sua formação académica, para alargar o seu saber e capacidades pedagógicas –, resultou um mais benévolo regime na progressiva redução da componente letiva do trabalho docente (menos horas letivas para os professores mais avançados na idade e na respetiva carreira), o que naturalmente exigiu também mais professores para o mesmo número de alunos.

Recolocando-nos na análise da evolução do corpo de funcionários não docentes do D. Maria II (do quadro e além quadro), pode constatar-se um notório crescimento do seu quantitativo global até meados da década de 80 do século passado, refletindo, mas de forma mais inflacionada, a dilatação verificada no número de alunos e professores nesse período (em 1964/65, para um total de 16 funcionários e 59 professores, matricularam-se no "Dona" cerca de 1000 alunos, quando no ano de 1984/85, para uma população total

---

[52] A diminuição da carga horária global dos alunos do ensino básico e secundário, a par do aumento do número de alunos por turma, levados a cabo pelo governo dirigido por Passos Coelho, alterou, entretanto, este rácio professor/alunos.

de cerca de 2600 alunos e 199 professores, o número de funcionários passara para 113). A partir de meados dessa década de 80, o número total de funcionários decairá paulatinamente, num ritmo irregular, acompanhando o decréscimo de professores e alunos, mas patenteando também uma contração do rácio funcionário/aluno.

Numa síntese final relativa aos números expostos pelos quadros, pode pois reter-se que o D. Maria II patenteou e projetou ao longo dos seus cinquenta anos de existência imagens diversas em função dos diferentes públicos e do volume daqueles que o demandaram. Fez-se liceu em 1964 exclusivamente para meninas, então cerca de 1000. Com o 25 de Abril abriu-se ao público masculino, transmutou-se em escola secundária, e agigantou-se progressivamente no seu universo discente até se acercar dos 3000 estudantes pelos inícios dos anos oitenta. Desde então, e até meados da década seguinte, o "Dona" será uma escola que fervilha continuamente, com muitos alunos distribuídos pelos turnos da manhã e da tarde mas também com muitos outros durante a noite. As instalações eram exíguas para tanta procura. Depois de décadas apostando apenas no ensino regular, recentemente a escola abriu-se aos cursos profissionais, assim como voltou a acolher alunos do ensino noturno, agora em reduzido número, porém. Os valores médios das taxas de aprovação dos alunos tendem a agravar-se à medida que a escolaridade avança, todavia acusam também o espírito do tempo, ou seja, refletem as alterações no rigor colocado pela legislação para que possa consumar-se a transição nos diferentes anos de escolaridade, e mostram-se ainda desiguais em função do tipo de ensino (regular, profissional, EFAs) considerado. Hoje, o corpo discente do D. Maria II ultrapassa o quantitativo dos primeiros tempos mas mostra-se também distante dos exuberantes valores exibidos há vinte ou trinta anos. O número de professores e demais funcionários da instituição, numa correlação ora menos ora mais estreita, tem repercutido as oscilações na procura dos seus serviços.

UM CINQUENTENÁRIO REMOÇADO

No amplo lastro histórico do nosso país, a educação pública e as políticas educativas têm patenteado reorientação de prioridades, procedimentos e objetivos, alegadamente sempre em nome do progresso e do interesse público. Fazendo jus a este facto, quando se

aprestava para celebrar cinquenta anos ao serviço da educação na cidade de Braga, a Escola Secundária D. Maria II viu de alguma forma reconfigurado o seu papel ao passar a assumir a sede de um agrupamento de escolas, ao qual empresta a sua designação.

No decurso do ano letivo de 2012/13, conforme referência feita atrás, por deliberação governamental consumou-se a agregação da Escola Secundária D. Maria II com o já existente Agrupamento de Escolas de Lamaçães. Ao longo do ano letivo de 2013/14, no Agrupamento de Escolas D. Maria II foram-se consolidando as inevitáveis transformações decorrentes da nova realidade estabelecida: a Escola Secundária D. Maria II passou a albergar os serviços administrativos referentes ao conjunto dos alunos do agrupamento; a um novo Conselho Geral incumbe a representação das diferentes unidades agregadas; a um novo diretor, a eleger na transição do segundo para o terceiro período letivo, cumpre liderar a gestão de um universo escolar composto por uma alargada população discente e docente.

A Escola Secundária D. Maria II mantém uma identidade própria, da qual a presente publicação serve de testemunho, mas doravante o que de melhor protagonizar, tal como sucederá, em maior ou menor grau, com as demais estruturas que integram o agrupamento, terá uma repercussão necessariamente ampliada.

O romano Séneca asseverava que não há bom vento para quem não definiu o seu rumo. Um novo rumo foi entretanto superiormente definido para a Escola Secundária D. Maria II e para as demais unidades integrantes do agrupamento que lidera. À Escola Secundária D. Maria II, isto é, ao conjunto dos seus profissionais caberá lustrar os “pergaminhos” herdados com meio século, na certeza de que muita história, desejavelmente firmada em benévolos testemunhos daqueles que são a razão da sua existência – os alunos –, poderá e deverá vir a ser escrita.

Atos "premonitórios"? Por 1964, a pequena Rosa Ferreira deambula nas imediações do D. Maria II, então em construção. Muitos anos depois, transformar-se-ia numa das docentes da instituição.

Entrada Principal do primitivo edifício da Escola D. Maria II

A professora Delfina Vilar, com os seus alunos numa sala de aula da Escola D. Maria II no ano de 1994 (então as salas eram assim…).

Alunos do D. Maria, acompanhados por dois professores, numa visita de estudo realizada no ano letivo de 1986/87.

O contraste: a nova e funcional biblioteca da renovada Escola D. Maria II

A nova face: entrada principal da Escola D. Maria II (após 2011)

Quadros

Ano letivo: **1964/65** (Diurno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita) a)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
1º ciclo (livro nº 1)	1º ano	218	6	12	1	13	4	47	141
	2º ano	260	8	7	21	2	4	55	171
Total 1º ciclo		478	14	19	22	15	8	102	312
2º ciclo (livro nº 2)	3º ano	233	7	20	1	3	7	78	124
	4º ano	161	5	13	6	5	7	50	80
	5º ano	142	4	5	9	7	8	38	75
Total 2º ciclo		536	16	38	16	15	22	166	279
Total Geral		1014	30	95		328			591

a) A contabilização do sucesso não comtempla os alunos transferidos, os que anularam a matrícula ou os que foram excluídos por faltas a todas as disciplinas.

Até 1974, nos 2º e 5º anos os alunos eram obrigados a realizar exame final na generalidade das disciplinas. Porém, os alunos que obtivessem uma "média interna" igual ou superior a 14 valores ficavam dispensados da realização dos exames finais, transitando automaticamente de ano.

Assim, até 1974 as reprovações contabilizam os alunos reprovados na avaliação interna (da reunião de avaliação do terceiro período, eram referenciados como "não admitido a exame" nos 2º e 5º anos ou como "reprovado" nos demais anos) e ainda os que reprovam na sequência da realização dos diferentes exames finais.

A partir de 1974 ocorreram sucessivas transformações nos critérios estabelecidos para a transição de ano (aprovação) dos alunos. A vastidão dos dados em causa e a inexistência de fontes claras para todo o período (os dados informáticos só estão disponíveis para os últimos anos) impediu que, por exemplo, se apresente sistematicamente os valores referentes ao sucesso de cada ano letivo. Optamos, pois, por selecionar apenas alguns anos letivos para a análise mais completa dos diferentes parâmetros (nº alunos e de turmas, reprovações, transferidos, etc.) o que será o bastante, consideramos, para o leitor poder ficar com uma satisfatória perceção da evolução dos mesmos ao longo do período em causa (1964-2014).

Ano letivo: **1965/66** (Diurno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita) a)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excluídos por Faltas	Reprovações	
1º ciclo (livro nº 3)	1º ano	249	7	9	1	8	2	66	163
	2º ano	204	6	7	4	5	0	49	139
Total 1º ciclo		453	13	16	5	13	2	115	302
2º ciclo (livro nº 4)	3º ano	264	8	16	4	12	4	90	138
	4º ano	175	5	14	1	8	2	54	96
	5º ano	122	4	3	7	5	0	32	75
Total 2º ciclo		561	17	33	12	25	6	176	309
3º ciclo (livro nº 4)	6º ano	101	4	7	2	12	6	0	73
	7ºano	0	0	0	0	0	0	0	0
Total 3º ciclo		101	4	7	2	12	6	0	73
Total Geral		1115	34	75		355			684

a) Idem nota referida para o quadro 1964/65

Ano letivo: **1966/67** (Diurno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita) a)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excluídos por Faltas	Reprovações	
1º ciclo (livro nº 3)	1º ano	272	7	13	2	6	4	71	172
	2º ano	208	6	6	13	0	1	44	144
Total 1º ciclo		480	13	19	15	6	5	115	316
2º ciclo (livro nº 4)	3º ano	187	5	14	1	1	6	62	103
	4º ano	189	5	20	6	4	6	50	103
	5º ano	124	4	4	12	4	3	40	61
Total 2º ciclo		500	14	38	19	9	15	152	267
3º ciclo (livro nº 4)	6º ano	108	3	5	1	12	1	0	89
	7ºano	75	2	2	0	3	0	32	37
Total 3º ciclo		183	5	7	1	15	1	32	126
Total Geral		1163	32	99		350			709

a) Idem nota referida para o quadro 1964/65

Ano letivo: **1967/68** (Diurno)			
Ciclo		Alunos matriculados	Nº de turmas
1º ciclo (livro nº 3)	1º ano	216	6
	2º ano	221	6
Total 1º ciclo		437	12
2º ciclo (livro nº 4)	3º ano	223	6
	4º ano	155	4
	5º ano	134	4
Total 2º ciclo		512	14
3º ciclo (livro nº 4)	6º ano	83	3
	7ºano	95	3
Total 3º ciclo		178	6
Total Geral		1127	32

Ano letivo: **1968/69** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
1º ciclo (livro nº 11)	1º ano	0	0
	2º ano	206	6
Total 1º ciclo		206	6
2º ciclo (livro nº 12)	3º ano	244	7
	4º ano	150	5
	5º ano	132	4
Total 2º ciclo		526	16
3º ciclo (livro nº 13)	6º ano	97	3
	7ºano	95	3
Total 3º ciclo		192	6
Total Geral		924	28

Ano letivo: **1969/70** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
2º ciclo (livro nº 14)	3º ano	280	9
	4º ano	172	6
	5º ano	140	6
Total 1º ciclo		592	21
3º ciclo (livro nº 15)	6º ano	116	4
	7º ano	91	4
Total 2º ciclo		207	8
Total Geral		799	29

Ano letivo: **1970/71** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
2º ciclo (livro nº 16)	3º ano	327	10
	4º ano	218	7
	5º ano	134	5
Total 1º ciclo		679	22
3º ciclo (livro nº 17)	6º ano	182	6
	7º ano	87	4
Total 2º ciclo		269	10
Total Geral		948	32

Obs. – A partir do ano letivo de 1969/70, deixam de funcionar turmas do 1º ciclo no Liceu D. Maria II.

Ano letivo: **1971/72** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
2º ciclo (livro nº 18: 1º ano; livro nº 19: 2º e 3º anos)	1º ano a)	379	12
	2º ano a)	220	7
	3º ano a)	196	7
Total 1º ciclo		795	26
3º ciclo (livro nº 20)	6º ano b)	118	4
	7º ano b)	122	5
Total 2º ciclo		240	9
Total Geral		1035	35

Ano letivo: **1972/73** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Geral (livro 21: 1º ano; livro 22: 2º e 3º anos)	1º ano	395	11
	2º ano	279	9
	3º ano	220	7
Total 1º ciclo		894	27
Curso Complementar (livro nº 23)	1º ano	165	5
	2º ano	106	4
Total 2º ciclo		271	9
Total Geral		1165	36

a) Correspondem aos anteriores 3º, 4º e 5º anos do liceu (reforma mudou designação)
b) Ainda mantêm a antiga designação. Os 6º e 7º anos do liceu passarão, entretanto (1972/73), a ser designados, respetivamente, por 1º e 2º do Curso Complementar dos Liceus.

Ano letivo: **1973/74** (Diurno)									
Nível escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
Curso Geral (livro 24: 1ºano; livro 25: I, 2º e 3º anos)	1º ano	445	12	16	1	4	7	39	378
	2º ano	301	8	5	0	o	1	1	294
	3º ano	237	7	9	0	4	2	0	222
Total Curso Geral		983	27	30	1	8	10	40	894
Curso Complementar (livro nº 26)	1º ano	0	0	0	o	o	o	o	o
	2º ano	190	5	7	0	30	3		150
Total Curso Complementar		190	5	7	0	30	3	0	150
Total Geral		1173	32	38		91			1044

Ano letivo: **1974/75** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Geral (livro 24: 1ºano; livro 25 2º ano e livro 26 3º ano)	1º ano	637	21
	2º ano	385	12
	3º ano	352	10
Total 3º ciclo		1374	43
Curso Complementar (livro nº 27)	1º ano(4ºano)	388	13
	2º ano(5º ano)	149	5
Total Curso Complementar		537	18
Total Geral		1911	61

Ano letivo: **1975/76** (Diurno)			
Nível escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Geral (livro 28*: 1ºano; livro 29: 2º ano; livro 29:3º ano)	1º ano	504	14
	2º ano	557	19
	3º ano	414	12
Total 3º ciclo		1475	45
Curso Complementar (livro nº 30: 1º e 2º anos)	1º ano	310	10
	2º ano	288	11
Total Curso Complementar		598	21
Total Geral		2073	66

Ano letivo: **1976/77** (Diurno)			
Nível escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Geral 1ºano: livro 34; 2º ano: livros 31 e 32; 3º ano- livro 32	1ºano	266	8
	2º ano	421	14
	2ºano (2ºciclo)	100	3
Livro 32	3º ano	589	19
Total 3º ciclo		1376	44
Curso Complementar - livro 33	1º ano	384	13
	2º ano	275	10
Total Curso Complementar		659	23
Total Geral		2035	67

Ano letivo: **1977/78** (Diurno)			
Nível escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
2º ciclo e Curso Geral (livro 35 3º ano; fichas Informação 9º ano escolarid.)	1º ano	355	10
	2º ano	318	10
	3º ano e 9º ano	656	23
Total Curso Geral/3º Ciclo		1329	43
Curso Complementar (livro nº 36)	1º ano	367	11
	2º ano	359	13
Total Curso Complementar		726	24
Total Geral		2055	67

Ano letivo: **1978/79** (Diurno)									
Nível escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/ escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
Curso Unificado (livros não estão numerados)	7º ano	350	12	4	0	0	10	88	258
	8º ano	345	12	0	0	5	8	58	261
	9º ano	458	16	9	0	5	10	55	379
Total Curso Unificado/3º ciclo		1153	40	13		10	28	201	898
Curso Complementar	1º ano	401	13	7	0	9	11	67	302
	2º ano	336	12	4	0	73	5	19	261
Total Curso Complementar		737	25	11	0	82	16	86	563
Total Geral		1890	65	24		92	44	287	1461

Ano letivo: **1979/80** (Diurno)									
Nível escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
Curso Unificado/3º ciclo	7º ano	314	10	9			4	54	247
	8º ano	318	13	7		3	5	57	246
	9º ano	421	14	13		3	9	32	364
Total Unificado/3º ciclo		1053	37	29		6	18	143	857
Curso Secundário	10º ano	402	13	8		8	23	32	331
	11º ano	355	13	4		8	3	7	333
Total Curso Secundário		757	26	12		16	26	39	664
Total Geral		1810	63	41		22	44	182	1521

Ano letivo: **1980/81** (Diurno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita/admitido a exame)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
Curso Unificado/3ºciclo	7ºAno	401	12	6	------	1	16	71	307
	8ºAno	331	10	0		2	12	57	260
	9ºAno	346	11	4		1	10	44	302[1]
Total Unificado		1078	33	10		4	38	172	868
Curso Secundário	10ºAno	487	14	11		5	16	18	437
	11ºAno	462	13	4		22	10	--	2)
Curso Secundário	12ºAno	546	15	25		93	43	--	3)
Total Secundário		1495	42	40		120	69	--	
Total Geral		2573	75	50		124	107	--	

[1]) Alguns destes alunos, aqui não contabilizados, reprovaram na realização de exames.
[2]) A generalidade destes alunos transita.
[3]) Não contabilizados.

Ano letivo: **1981/82** (Diurno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	303	9	5	0	0	8	68	222
	8º ano	377	12	3	0	2	11	92	269
	9ºano	320	10	6	0	2	5	58	249
Total Unificado		1000	31	14	0	4	24	218	740
Curso Secundário	10º ano	431	13	13	0	8	24	36	350
	11º ano	556	14	10	0	39	17	11	479
	12ºano	499	13	19	0	108	62	51	259
Total Secundário		1486	40	42	0	155	103	98	1088
Total Diurno		2486	71	56		159	127	316	1828

Obs. – Total Geral ano letivo 1981/82 (ensino diurno e noturno): 2885 alunos e 81 turmas

Ano letivo: **1981/82** (Noturno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
Curso Geral	1º ano	107	3	1	0	2	0	0(?)	105(?)
	2º ano	89	3	0	0	4	0	0(?)	85(?)
	3º ano	203	4	1	0	21	23	0(?)	158(?)
Total		399	10	2	0	27	23	0 (?)	348(?)

Ano letivo: **1982/83** (Noturno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
Curso Geral	1º ano	100	3	6	0	7	1	0	86
	2º ano	113	3	3	0	2	3	27	78
	3º ano	241	5	3	0	5	2	29	202
Total		454	11	12	0	14	6	56	366

Ano letivo **1982-1983** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	313	9
	8º ano	321	10
	9º ano	350	12
Total Unificado		984	31
Curso secundário	10º ano	428	13
	11º ano	573	13
	12ºano	374	
Total Secundário		1001	
Total Diurno (alunos)		1986	

Obs. – Total Geral ano letivo 1982/83 (diurno e noturno): 2440 alunos.

Ano letivo **1983-84** (Diurno)			
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	304	9
	8º ano	322	10
	9ºano	294	10
Total Unificado		920	29
Curso Secundário	10º ano	483	15
	11º ano	442	13
	12ºano	415	
Total Secundário		1340	
Total Geral (alunos)		2260	

Obs. – Total Geral ano letivo 1983/84 (diurno e noturno): 2667 aluno

Ano letivo: **1983-1984** (Noturno)							
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico		
Curso Geral (livro 24: 1ºano; livro 25: I, 2º e 3º anos)	1º ano	106	3	2	0	4	9
	2º ano	135	5	6	0	5	5
	3º ano	176	5	0	0	4	10
Total		417	13	8	0	13	26

Ano letivo **1984-85** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	297	9	Curso Geral	1º ano	112	3
	8º ano	311	10		2º ano	110	3
	9º ano	315	10		3º ano	144	4
Total Unificado		923	29	Total Curso Geral		366	10
Curso Secundário	10ºano	424	15	Curso Complementar	1ºano		
	11ºano	475	15		2ºano		
	12ºano	436	?				
Total Secundário		1335		Total Curso Complementar			
Total Diurno		2258		Total Noturno		366	
Total Geral (nº de alunos)		2624					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 67% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1985-86** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	298	9	Curso Geral	1º ano	141	4
	8º ano	295	9		2º ano	144	4
	9º ano	309	11		3º ano	112	3
Total Unificado		902	29	Total Curso Geral		397	11
Curso Secundário	10ºano	561	16	Curso Complementar	1ºano		
	11ºano	450	15		2ºano		
	12ºano	532	?				
Total Secundário		1543		Total Curso Complementar			
Total Diurno		2445		Total Noturno		397	11
Total Geral (nº de alunos)		2842					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 69,5% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1986-87** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade / ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3ºCiclo	7º ano	297	9	Curso Geral	1º ano	105	3
	8º ano	276	9		2º ano	118	3
	9º ano	293	10		3º ano	152	3
Total Unificado		866	28	Total Curso Geral		375	9
Curso Secundário	10ºano	487	15	Curso Complementar	1ºano		
	11ºano	431	16		2ºano		
	12ºano	492	?				
Total Secundário		1410		Total Curso Complementar			
Total Diurno		2276		Total Noturno		375	9
Total Geral (nº de alunos)		2651					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 75% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1987-88** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	282	9	Curso Geral	1º ano	80	2
	8º ano	283	9		2º ano	91	2
	9º ano	264	9		3º ano	132	3
Total Unificado		829	27	Total Curso Geral		303	7
Curso Secundário	10ºano	441	15	Curso Complementar	1ºano	96	2
	11ºano	427	15		2ºano	0	0
	12ºano	523	?				
Total Secundário		1391		Total Curso Complementar		96	2
Total Diurno		2220		Total Noturno		399	9
Total Geral (nº de alunos)		2619					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 72,6% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1988-89** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	293	10	Curso Geral	1º ano	69	2
	8º ano	228	9		2º ano	79	2
	9º ano	229	8		3º ano	99	2
Total Unificado		750	27	Total Curso Geral		247	6
Curso Secundário	10ºano	424	15	Curso Complementar	1ºano	106	2
	11ºano	363	15		2ºano	79	2
	12ºano	486	?				
Total Secundário		1273		Total Curso Complementar		185	4
Total Diurno		2023		Total Noturno		432	10
Total Geral (nº de alunos)		2455					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 78,3% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1989-90** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	304	10	Curso Geral	1º ano	70	2
	8º ano	247	10		2º ano	52	2
	9º ano	212	9		3º ano	97	2
Total Unificado		763	29	Total Curso Geral		219	6
Curso Secundário	10ºano	468	15	Curso Complementar	1ºano	101	2
	11ºano	336	15		2ºano	87	2
	12ºano	400	?				
Total Secundário		1204		Total Curso Complementar		188	4
Total Diurno		1967		Total Noturno		407	10
Total Geral (nº de alunos)		2374					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 82% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1990-91** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	283	9	Curso Geral	1º ano	103	3
	8º ano	273	10		2º ano	75	2
	9º ano	247	10		3º ano	77	2
Total Unificado		803	29	Total Curso Geral		255	7
Curso Secundário	10ºano	367	14	Curso Complementar	1ºano	113	2
	11ºano	365	15		2ºano	96	2
	12ºano	409	?				
Total Secundário		1141		Total Curso Complementar		209	4
Total Diurno		1944		Total Noturno		464	11
Total Geral (nº de alunos)		2408					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 75,7% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1991-92** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	306	10	Curso Geral	1º ano	0	0
	8º ano	241	9		2º ano	75	2
	9º ano	263	10		3º ano	97	2
Total Unificado		810	29	Total Curso Geral		172	4
Curso Secundário	10ºano	422	14	Curso Complementar	1ºano	136	2
	11ºano	321	14		2ºano	94	2
	12ºano	381	?				
Total Secundário		1124		Total Curso Complementar		230	4
Total Diurno		1934		Total Noturno		402	8
Total Geral (nº de alunos)		2336					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 81,4% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1992-93** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	321	10	Curso Geral	1º ano		
	8º ano	278	10		2º ano		
	9º ano	250	9		3º ano	99	2
Total Unificado		849	29	Total Curso Geral		99	2
Curso Secundário	10ºano	494	15	Curso Complementar	1ºano	165	3
	11ºano	307	13		2ºano	130	2
	12ºano	290	?				
Total Secundário		1041		Total Curso Complementar		295	5
Total Diurno		1940		Total Noturno		394	7
Total Geral (nº de alunos)		2334					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 94,3% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1993-94** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	276	9	Curso Geral	1º ano		
	8º ano	316	10		2º ano		
	9º ano	276	10		3º ano		
Total Unificado		868	29	Total Curso Geral			
Curso Secundário	10ºano	443	14	Curso Complementar	1ºano	207	2
	11ºano	389	15		2ºano	147	3
	12ºano	290	?				
Total Secundário		1122		Total Curso Complementar		354	5
Total Diurno		1990		Total Noturno		354	5
Total Geral (nº de alunos)		2344					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 89,2% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1994-95** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	224	7	Curso Geral	1º ano		
	8º ano	209	10		2º ano		
	9º ano	287	10		3º ano		
Total Unificado		805	27	Total Curso Geral			
Curso Secundário	10ºano	446	14	Curso Complementar	1ºano	109	3
	11ºano	304	13		2ºano	132	2
	12ºano	476	?				
Total Secundário		1226		Total Curso Complementar		241	5
Total Diurno		2031		Total Noturno		241	5
Total Geral (nº de alunos)		2272					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 82,5% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1995-96** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano			Curso Geral	1º ano		
	8º ano	225	7		2º ano		
	9º ano	271	9		3º ano		
Total Unificado		496	16	Total Curso Geral			
Curso Secundário	10ºano	562	18	Curso Complementar	1ºano		
	11ºano	279	10		2ºano	91	2
	12ºano	249	10				
Total Secundário		1090	38	Total Curso Complementar		91	2
Total Diurno		1586	54	Total Noturno		91	2
Total Geral (nº de alunos)		1677					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 86,7% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1996-97** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	120	4	Curso Geral	1º ano		
	8º ano				2º ano	78	--
	9º ano	215	7		3º ano	53	--
Total Unificado		335	11	Total Curso Geral		131	--
Curso Secundário	10ºano	579	19	Curso Complementar	1ºano		
	11ºano	346	13		2ºano	105	--
	12ºano	266	10				
Total Secundário		1191	42	Total Curso Complementar		105	--
Total Diurno		1526	53	Total Noturno		236	--
Total Geral (nº de alunos)		1762					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 85,4% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1997-98** (regimes Diurno e Noturno)							
Diurno				*Noturno*			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	122	4	Curso Geral	1º ano		
	8º ano	106	4		2º ano	27	1
	9º ano				3º ano		
Total Unificado		228	8	Total Curso Geral		27	1
Curso Secundário	10ºano	502	18	Curso Complementar	1ºano		
	11ºano	314	14		2ºano		
	12ºano	358	13				
Total Secundário		1174	45	Total Curso Complementar			
Total Diurno		1402	53	Total Noturno		27	1
Total Geral (nº de alunos)		1429					

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 94,2% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **1998-99** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano		
	8º ano	115	4
	9º ano	111	4
Total Unificado		226	8
Curso Secundário	10ºano	400	15
	11ºano	389	16
	12ºano	328	13
Total Secundário		1117	44
Total Diurno		1343	52
Total alunos		1343	

Obs.:
1 – No ensino básico diurno transitam de ano 93,3% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).
2 – Não há alunos matriculados no ensino noturno.

Ano letivo **1999-2000** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º ciclo	7º ano		
	8º ano		
	9º ano	222	8
Total Unificado		222	8
Curso Secundário	10ºano	436	15
	11ºano	302	11
	12ºano	415	13
Total Secundário		1153	39
Total Diurno		1375	47
Total alunos		1375	

Obs.:
1 – No ensino básico diurno transitam de ano 86,3% do total de alunos inscritos
no início do ano letivo (não considerados os transferidos).
2 – Não há alunos matriculados no ensino noturno

Ano letivo **2000-01** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	0	0
	8º ano	0	0
	9º ano	160	6
Total Unificado		160	6
Curso Secundário	10ºano	435	14
	11ºano	304	13
	12ºano	314	9
Total Secundário		1053	36
Total Diurno		1213	42
Total alunos		1213	

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 96,2% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos). 2 – Não há alunos matriculados no ensino noturno.

Ano letivo **2001-02** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	89	3
	8º ano	0	0
	9º ano	89	3
Total Unificado		178	6
Curso Secundário	10ºano	418	14
	11ºano	305	12
	12ºano	298	12
Total Secundário		1021	38
Total Diurno		1199	44
Total alunos		1199	

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 75,9% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos).

Ano letivo **2002-03** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	0	0
	8º ano	59	2
	9º ano	154	5
Total Unificado		213	7
Curso Secundário	10ºano	405	14
	11ºano	258	12
	12ºano	304	11
Total Secundário		967	37
Total Diurno		1180	44
Total alunos		1180	

Ano letivo **2003-04** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	0	0
	8º ano	0	0
	9º ano	93	3
Total Unificado		93	3
Curso Secundário	10ºano	438	16
	11ºano	246	11
	12ºano	305	11
Total Secundário		989	38
Total Diurno		1082	41
Total Geral		1082	

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 76,5% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos). Não há alunos matriculados no ensino noturno.

Ano letivo **2004-05** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	140	5
	8º ano	0	0
	9º ano	0	0
Total Unificado		140	5
Curso Secundário	10ºano	383	13
	11ºano	316	13
	12ºano	314	11
Total Secundário		1013	37
Total diurno		1154	42
Total alunos		1154	

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 60,7% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos). Não há alunos matriculados no ensino noturno.

Ano letivo **2005-06** (regime Diurno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
Curso Unificado/3º Ciclo	7º ano	0	0
	8º ano	98	4
	9º ano	0	0
Total Unificado		98	4
Curso Secundário	10ºano	387	14
	11ºano	323	13
	12ºano	398	13
Total Secundário		1108	40
Total Diurno		1206	44
Total alunos		1206	

Obs. – No ensino básico diurno transitam de ano 88,7% do total de alunos inscritos no início do ano letivo (não considerados os transferidos). Não há alunos matriculados no ensino noturno.

Ano letivo: **2006/07** (Diurno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
3º Ciclo	7º ano	0			0	0	0	0	
	8º ano	0			0	0	0	0	
	9ºano	110	4	7	0	1	0	7	
Total Unificado		110	4	7	0	1	0	7	
Curso Secundário	10º ano	438	14	17	0	21	1	51	348
	11º ano	336	13	23	0	9	3	22	279
	12ºano	386	15	10	0	30	6	12	328 admitidos a exame
Total Secundário		1160	42	50	0	60	10	85	
Total Geral		1270	46	57		61	10	92	

Ano letivo: **2007/08 (**regimes Diurno e Noturno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl. p/ Faltas	Reprovações	
CEF		31	2	2	0	3	0	4 (sem certificado)	22
Curso Secundário	10º ano	595	20	20	0	20	1	33	521 (92,5% ensino regular e 98,4% no Ensino Profissional)
	11º ano	357	12	31	0	7	1	6	312 (95% ensino regular)
	12ºano	219	11	17	0	7	4		(76,5% ensino regular*)
Total Secundário (ensino regular e profissional)		1171	43	68	0	34	6	47	
Total Geral		1202	45	70		37	6	55	

* Percentagem de alunos aprovados depois da realização dos exames nacionais.
Obs. – Neste ano letivo, os cursos profissionais só funcionaram no 10º ano de escolaridade.

Ano letivo: **2008/09** (regimes Diurno e Noturno)									
Ciclo escolaridade/ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Alunos transferidos		Insucesso			Sucesso (transita)
				Outro liceu/ /escola	Ensino Doméstico	Anularam a matrícula	Excl p/ Faltas	Reprovações	
CEF		15	1	3	0	0	1		
EFAs		25	1			3	5		
Curso Secundário	10º ano	397	14	11	0	8	3	18	357 (93,5% ensino regular e 100,00% no Ensino Profissional)
	11º ano	483	19	25	0	6	3	8	441 (95,2% ensino regular e 98,1% no Ensino Profissional)
	12ºano	280	11	13	0	4	0	1*	(79,7% ensino regular)
Total Secundário (ensino regular e profissional)		1160	44	49	0	18	6	27	
Total Geral		1200	46	52		21	12	27	

* Relativamente ao 12.º ano, a percentagem de sucesso já incorpora os resultados dos exames nacionais.
Obs. – Neste ano letivo, os cursos profissionais só funcionaram nos 10º e 11º anos de escolaridade.

Ano letivo **2009-10** (regimes Diurno e Noturno)				
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Sucesso (transita)
EFAS		156	7	
Curso Secundário	10º ano	415	14	(93,7% ensino regular e 98,2% no Ensino Profissional)
	11º ano	349	13	(88,6% ensino regular e 100,00% no Ensino Profissional)
	12º ano	486	18	(71,1% ensino regular e 78,4% no Ensino Profissional)
Total Secundário (ensino regular e profissional)		1250	45	
Total Geral		1406	52	

* Relativamente ao 12.º ano, a percentagem de sucesso já incorpora os resultados dos exames nacionais.

Ano letivo **2010-11** (regimes Diurno e Noturno)				
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Sucesso (transita)
EFAS		136	7	
3º Ciclo	7º ano	43	2	82,10%
	8º ano	0	0	
	9º ano	0	0	
Total 3º ciclo		43	2	
Curso Secundário	10ºano	349	12	(78,8% ensino regular e 100% no Ensino Profissional)
	11ºano	344	13	(92,0% ensino regular e 100% no Ensino Profissional)
	12ºano	370	14	(66,7% ensino regular* e 88,9% no Ensino Profissional)
Total Secundário (ensino regular e profissional)		1063	39	
Total Diurno		1106	41	
Total Geral		1242	48	

* Relativamente aos 9.º e 12.º anos, a percentagem de sucesso já incorpora os resultados dos exames nacionais.

Ano letivo **2011-12** (regimes Diurno e Noturno)				
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Sucesso (transita)
EFAS		52	3	
3º ciclo	7º ano	108	4	92,86%
	8º ano	72	3	94,44%
	9º ano	24	1	61,90%
Total 3º ciclo		204	8	
Curso Secundário	10ºano	308	12	(84,34% ensino regular e 86,8% no Ensino Profissional)
	11ºano	248	10	(84,21% ensino regular e 100% no Ensino Profissional)
	12ºano	323	13	(68,5% ensino regular e 93,5% no Ensino Profissional)
Total Secundário (ensino regular e profissional)		879	35	
Total diurno		1083	43	
Total Geral		1135	46	

* Relativamente aos 9.º e 12.º anos, a percentagem de sucesso já incorpora os resultados dos exames nacionais

Ano letivo **2012-13** (regimes Diurno e Noturno)				
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas	Sucesso (transita)
EFAS		28	2	
3º Ciclo	7º ano	48	2	100%
	8º ano	108	4	94,4%
	9º ano	96	4	82,3%
Total 3º ciclo		252	10	
Curso Secundário (regular)	10ºano	318	13	(79,6% ensino regular e 91,7% no Ensino Profissional)
	11ºano	319	13	(86,3% ensino regular e 94,9% no Ensino Profissional)
	12ºano	244	11	(61,9% ensino regular e 81,8% no Ensino Profissional)
Total Secundário (ensino regular e profissional)		881	37	
Total diurno		1133	47	
Total Geral		1151	49	

* Relativamente aos 9º e 12º anos, a percentagem de sucesso já incorpora os resultados dos exames nacionais.

Ano letivo **2013-14** (regimes Diurno e Noturno)			
Ciclo escolaridade /ano		Alunos matriculados	Nº de turmas
EFAS		17	1
3º Ciclo	7º ano	20	1
	8º ano	70	3
	9º ano	116	4
Total 3º ciclo		206	8
Curso Secundário	10ºano	449	17
	11ºano	268	12
	12ºano	286	13
Total Secundário		1003	42
Total diurno		1209	50
Total Geral		1226	51

Nota: Os números (alunos e turmas) referidos para o ensino secundário, englobam o designado ramo "via ensino" e o "ensino profissional".

Número de Professores e funcionários do Liceu/Escola D. Maria II (1964-2014)							
Ano Letivo	Professores			Funcionários			Fonte[1]
	Total	Do quadro	Não do quadro	Não do quadro	Do quadro	Total	
1964/65	59	25	34	4	12	16	Cx. 1964
1965/66	63	25	38	4	16	20	Maço nº 1 (1965)
1966/67	62	21	41	5	16	21	Cx. nº 1 (1966)
1967/68	68	26 (1 lugar dado como vago)	42	5	16	21	Cx. 1967
1968/69	65	26	39	5	16	21	Cx. 1968
1969/70	53	21 (5 lugares dados como vagos)	32	5	16	21	Cx. 1969
1970/71	61	25 (3 lugares dados como vagos)	36			19	Cx. 1 (1970)
1971/72	68	25 (7 lugares dados como vagos)	43			23	Cx. 1971
1972/73	66	21 (10 lugares dados como vagos)	45			22	Cx. Conta de gerência 1972
1973/74	70	23	47 (8 destes profs. são estagiários)			23	Cx. nº 3 (1973)
1974/75	86	33	53 (5 destes profs. são estagiários)			22	Cx. nº 4 (1974)
1975/76	107	45	62 (20 destes profs. são estagiários)			25	Cx. nº 6 (1975)
1976/77	151	61	90 (12 destes profs. são estagiários)			47	Cx. nº 4 (1976)
1977/78	128	67	49 (12 destes profs. são estagiários)			45	Cx. nº 2 (1977)
1978/79	142	73	69 (15 agregados; 35 eventuais; 19 estagiários)	25	23	48	Cx. 1978
1979/80	142	75	67 (22 destes profs. são estagiários)	21	23	44	Cx. nº 5 (1979)
1980/81	184	89	95 (58 provisórios; 26 profissionalizados; 10 estagiários; 1 adjunto)	22	43	65	Cx. nº 5 (1980)

[1] Folhas de vencimento, dezembro de cada ano.

Número de Professores e funcionários do Liceu/Escola D. Maria II (1964-2014)							
	Professores			Funcionários			
Ano Letivo	Total	Do quadro	Não do quadro	Do quadro	Não do quadro	Total	Fonte
1981/82	189	105	84 (41 provisórios; 9 profissionalizados; 34 estagiários)	46	18	64	Cx. nº 6 (1981)
1982/83	201	107	94 (44 provisórios; 15 profissionalizados; 30 estagiários; 5 profs de "Saúde")	88	14	102	Cx. nº 2 e nº 3 (9 e 10) (1982)
1983/84	179	103	76 (25 provisórios; 27 profissionalizados; 24 estagiários)	86	24	110	Cx. nº 3 e nº 4 (17 e 18) (1983)
1984/85	199	115	84 (45 provisórios; 16 profissionalizados; 23 estagiários)	90	23	113	Cx. nº 3 e nº 4 (23 e 24) (1984)
1985/86	205	128	77	81	20	101	Cx. nº 3 e nº 4 (30 e 31) (1985)
1986/87	203	124	79 (46 provisórios; 15 profissionalizados; 18 estagiários)	83	19	102	Cx. nº 3 e 4 (37 e 38) (1986)
1987/788	178	121	57 (28 provisórios; 8 profissionalizados; 21 estagiários)	80	20	100	Cx. nº 1e nº 2 (41 e 42) (1987)
1988/89	184	133	51 (22 provisórios; 6 profissionalizados; 23 estagiários)	82	8	90	Cx. nº 1 e nº 2 (49 e 50) (1988)
1989/90	188	141	47 (22 provisórios; 1 profissionalizado; 24 estagiários)	67	4	71	Cx. nº 1 e nº 2 ((56 e 57) (1989)
1990/91	197	149	47 (22 provisórios; 1 profissionalizado; 24 estagiários)	75	7(?)	82(?)	Cx. nº 2, 3 e 4 (65 ,66, 67) (1990)
1991/92	193	152	41 (17 provisórios; 1 profissionalizado; 23 estagiários)	75	1	76	Cx. 74,75,76 (1991)
1992/93	191	145	46	71	1	76	Cx. nº 2 e nº 3 (80 e 81) (1992)
1993/94	202	161	41	68	3	71	Cx. nº 2 e nº 3 (85 e 86) (1993)
1994/95	188	147	41	67	3	70	Cx. nº 2 (90 e 91) e nº 3 (92) (1994)
1995/96	188	160	28	60	7	67	Cx. nº 2 (97) e nº 3 (98) (1995)

Número de Professores e funcionários do Liceu/Escola D. Maria II (1964-2014)							
Ano Letivo	Professores			Funcionários			Fonte
	Total	Do quadro	Não do quadro	Do quadro	Não do quadro	Total	
1996/97	176	151	25	60	7	67	Cx. nº 2 e nº 3 (102 e 103) (1996)
1997/98	187	154	33	59	8	67	Cx. nº 2 (107) (1997)
1998/99	165	138	27	54	12	66	Cx. nº 2 (112) (1998)
1999/00	162	139	23	53	8	61	Cx. nº 2 (116) (1999)
2000/01	142	124	22	51	5	56	Cx. nº 2 (131) (2000)
2001/02	131	118	13	47	6	53	Cx. nº 2 (144) e nº 3 (147) (2001)
2002/03	141	118	23	44	6	50	Cx. nº 160 (2002)
2003/04	133	113	20	38	8	46	Cx. nº 174 (2003)
2004/05	135	114	21	35	9	44	Cx. nº 187 (2004)
2005/06	128	119	9	36	5	41	Cx. nº 201 (2005)
2006/07	128	117	11	29	11	40	Cx. 216 (2006)
2007/08	114	110	4	27	15	42	Cx. 235 (2007)
2008/09	120	104	16	25	17	42	Cx. 262 (2008)
2009/10	133	108	25	23	16	39	Cx. Folhas venc. nov. a dez. de 2009 (s/nº)
2010/11	123	102	21	23	22	45	Folhas venc. Set. a dez. de 2010 (s/nº)
2011/12	129	107	22	24	18	42	Folhas venc. nov. a dez. de 2011 (s/nº)
2012/13	112	108 (109º a aguardar aposentação)	4	23	25	48	Cx. Folhas venc. nov. a dez. de 2012
2013/14	139	126	13 (6 destes profs. são estagiários)	31	6	37	

Obs. – Não estão contabilizados os professores do D. Maria II que, entre 1971/72 e 1982/83, estiveram ao serviço da Escola Piloto de Música de Braga (hoje Conservatório de Música Calouste Gulbenkian).

Fontes e Bibliografia

Livros/publicações:

– ALEGRE, Manuel, *Praça da Canção/O Canto e as Armas*, Dom Quixote, Lisboa, 2000.

– SOUSA, Amadeu José Campos de, *Entre Monárquicos e Republicanos numa cidade de Deus- história política e social de Braga no contexto nacional (1890-1933)* (dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, março de 2011).

Imprensa bracarense:

– *Diário do Minho* (outubro de 1926; setembro-outubro de 1964)

– *Correio do Minho* (setembro-outubro de 1964; nº 8194, de 29 de abril de 2011)

Opúsculos:

– *Reticências*, Escola D. Maria II, Braga, março de 2011

– Entrevista de Lourdes Costa (realizada por meados da 1.ª década do século XXI)

Arquivo da Escola D. Maria II:

– Livros com registo da matrícula e aproveitamento dos alunos: 1964/65 a 2013/14

– Livros com registo dos resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais: 1965, 1966 e 1967

– Livros de Atas de Conselho Pedagógico (diversos)

– Livros Atas de Reuniões de Grupo (diversos)

– Livro Atas de Reuniões do Conselho Diretivo (diversos)

– Livro de Atas da Assembleia de Escola (1998)

- Registo de pagamento de vencimentos a docentes e não docentes entre 1964 e 2013 (mês de novembro)

– Registo informático (sucesso escolar dos alunos entre 2007/08 e 2012/13)

Legislação:

– Decreto-lei nº 27003, de 14/09/1936

– Decreto-lei nº 45636, de 31 de Março de 1964

– Decreto-lei nº 475876, de 10 de março de 1967

– Decreto-lei nº 49397, de 19 de novembro de 1969

Entrevistas/Depoimentos expressamente cedidos para a presente publicação:

– Líderes da direção do D. Maria II: Virgílio Rodrigues, Vicente Ferreira e Vasco Grilo

– Professores e ex-professores do D. Maria II: Amélia Brito, Margarida Teixeira, Maria Aurora C. Antunes Araújo

– Funcionários e ex-funcionários do D. Maria II: Conceição Rodrigues e Maria Augusta Grilo

– Marta Campos, presidente da Associação de estudantes do D. Maria II (2012/13)

– A. J. Pinto de Carvalho, presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do D. Maria II (2012/13)

– Ana Paula Vilela, diretora do Centro de Formação de Professores Braga-Sul

– Maria Aurora Cunha Antunes Araújo, presidente da Associação de Antigos Alunos do D. Maria II (*Memoria Mariae)* em 2012/13

NOTA INTRODUTÓRIA

As actas das reuniões da Vereação da Câmara Municipal de Braga, publicadas neste volume da *Bracara Augusta,* reportam-se ao período de 21 de Maio de 1580 a *31 de Dezembro de 1581,* impondo-se esclarecer, que esta data limite corresponde aos primeiros dias de 1581, porque, então, o ano iniciava-se em 25 de Dezembro.

A fim de dissipar eventuais dúvidas, note-se que o início de ano em 1 de Janeiro só entrou em vigor com a reforma do calendário, aprovada pelo Papa Gregório XIII, em 24 de Fevereiro de 1582, pela bula *Inter gravissimas,* que fixou a entrada em vigor do novo calendário no dia 4 de Outubro desse mesmo ano, dia que, mercê da necessidade de se proceder à correcção do calendário vigente, passou a ser considerado como dia 15 de 1582[1]. Portugal aderiu, de imediato, a esta reforma, tendo o ano de 1583 começado em 1 de Janeiro.

Encerrada esta breve nota, regressemos às considerações sobre as vereações camarárias, cuja actividade, além da gestão dos assuntos que a rotina das funções autárquicas, ao longo do ano, ia submetendo à sua consideração, por vezes, deparava com assuntos mais

---

[1] *Vocabulaire International de la Diplomatique,* 2.ª ed., M.ª Milagros Cárcel Orti, ed., Universitat de Valencia, 1997, n.º 599, p. 138.

complexos, que alteravam o ritmo das preocupações autárquicas, com repercussões na vida e na economia dos munícipes.

Além dos múltiplos assuntos esporádicos, de mero interesse privado, submetidos à consideração e decisão da Vereação, surgiam outros de alcance municipal, como acontecia com as frequentes eleições de almotacés, para exercerem funções nos meses seguintes, sendo de maior alcance e responsabilidade as deliberações relativas às grandes festas da cidade, nomeadamente, as do Corpo de Deus, de S. João Baptista, de S. Geraldo e de quaisquer outras, que a Câmara tinha obrigação de fazer.

Se a resolução destes assuntos se integrava, de certo modo, na rotina das funções autárquicas anuais, por vezes, surgiam situações mais complexas, que perturbavam a normalidade da gestão autárquica.

No conjunto das actas da segunda parte de 1580, encontrámos exemplos elucidativos da clara dicotomia enunciada, a que nos vamos referir, embora mencionando, apenas, as situações mais expressivas para estimular a sua leitura integral, onde os interessados poderão encontrar informações inesperadas.

Quanto aos aspectos considerados habituais, na roda do ano, logo na reunião de 21 de Maio, a Vereação bracarense teve de tomar diversas decisões sobre a próxima festa do Corpo de Deus[2], começando por determinar que as doze tochas que iam à frente do Santíssimo Sacramento – seis de cada lado – seriam levadas pelos cidadãos que, há dois anos atrás, tinham sido regedores, isto é, vereadores da Câmara, estabelecendo também o modo de eleição dos eventuais substitutos dos *tocheiros,* impedidos ou ausentes. E o cuidado com a preparação desta festa solene ficou expresso também nas minuciosas determinações acerca do transporte das bandeiras: da cidade, do Anjo, de S. João e de S. Tiago, bem como da imagem de S. Cristóvão. Idêntica solicitude se registou quanto aos aspectos de cariz folclórico, como os gigantones, a serpe e o cavalinho, os espingardeiros, os quadrilheiros, o carro das ervas e o carro do junco, as ervas aromáticas, a mourisca, a limpeza da cidade, a colocação dos assentos para os regedores ou vereadores, sem esquecerem as refeições e o pagamento aos diversos intervenientes, incluindo clérigos e músicos, que nos dispensamos de enumerar.

---

[2] Cf. fls. 2-4 v. As folhas aqui mencionadas são as do livro de *actas*, aqui, parcialmente, publicado.

Esta breve síntese permite verificar a atenção prestada à preparação da festa do Copo de Deus, que era, sem dúvida, a grande festa da cidade.

Pouco depois, em 18 de Junho, a Vereação ocupou-se do programa da festa de S. João[3], incluindo os números a realizar de véspera, onde, além das indicações sobre os aspectos religiosos, abundam as menções dos intervenientes no âmbito folclórico e de diversão popular, como eram a dança das espadas, os candeleiros, a serpe e os cavalinhos, a tradicional mourisca, os espingardeiros, a guarda das bandeiras e a conhecida largada do porco, não faltando a indispensável decisão sobre o pagamento às danças e aos gaiteiros,

Quem está habituado a ler as actas das vereações dos anos anteriores não terá dificuldade em reconhecer que, substancialmente, com ligeiras alterações, está perante programas bastante similares, mas que, anualmente, careciam da decisão expressa da Câmara.

Apesar disso, a vida da Vereação municipal de Braga, no segundo semestre de 1580, foi muito agitada, acabando mesmo por ter de ser substituída, sob o pretexto de *defesa do bem comum,* mercê da já tensa situação política, que tinha levado à reunião das Cortes de Almeirim-Santarém, em 1579, precipitada com o falecimento do Cardeal-Rei, D. Henrique, no Paço de Almeirim, às 11 horas da noite do dia 31 de Janeiro de 1580, deixando o problema da sucessão em aberto.

Não cabe no âmbito desta breve nota estudar todo o processo, mas não deixaremos de anotar a repercussão destes acontecimentos, em Braga, de que as actas da Vereação, apesar do seu laconismo, às vezes, convertido em silêncio, permite vislumbrar o incómodo provocado na cidade primaz. Sem olvidarmos outros assuntos, que ao longo dos meses foram tendo o devido despacho da Vereação, podemos afirmar que a temática da sucessão régia continuou a polarizar a atenção dos responsáveis municipais e da população. Com efeito, já em 1579, a Câmara e a população tinha experimentado o impacto da convocatória para as Cortes de Almeirim-Santarém, inauguradas em 31 de Março, que se prolongaram atá 27 de Junho, tendo-se o seu efeito mais visível traduzido na eleição dos cinco Governadores e Defensores, que presidiriam aos destinos do Reino, desde a morte do Cardeal--Rei, até à entronização do sucessor, funções em que foram investidos no mesmo dia em que o monarca faleceu.

---

[3] Cf. fls. 7-8.

Do pouco que esta gestão colectiva do Governo foi fazendo, interessa salientar que, na reunião camarária, de 2 de Abril de 1580, foi lida a carta enviada pelos Governadores e Defensores do Reino em que anunciavam o estado em que se encontrava o problema sucessório, deixado em aberto pelo Cardeal-Rei, sabendo-se que as diversas forças políticas não desistiam dos respectivos intentos. Face à complexidade da situação, os Governadores e Defensores do Reino decidiram convocar Cortes para a vila de Santarém, tendo a notícia sido divulgada, em Braga, na reunião camarária de 18 de Maio, com a indicação da sua inauguração no fim desse mesmo mês e solicitando que os procuradores levassem procuração bastante para tudo o que viesse a ser necessário[4]. Nessa mesma sessão foram designados os procuradores, que logo deveriam seguir, havendo, pouco depois, notícia da substituição de um deles, A partida dos representantes do município para as Cortes, implicava o lançamento de nova taxa à população, com os incómodos e demoras habituais na sua recolha, não admirando, por isso, que, em 25 de Junho, o doutor João Nogueira ainda não tivesse partido, pelo que acrescentaram cinquenta cruzados aos cinquenta mil reais que já tinha recebido, dispondo-se a iniciar a viagem só no dia 27[5].

Embora faltem informações que permitam esclarecer o que se passava em Braga e se havia alguma conexão com o ambiente vivido em Cortes, as actas das vereações que temos entre mãos revelam que nos dias 8, 16 e 23 de Julho não se realizaram as reuniões previstas[6], sabendo-se que neste último dia o sino tocou duas vezes, urgindo a necessidade da reunião, até para se poder abrir uma carta trazida por um caminheiro. No dia 27, a Vereação reuniu e tomou algumas decisões de interesse para a vida da cidade e do município[7], mas no dia 30 já não houve reunião, o mesmo tendo acontecido nos dias 3, 6 e 17 de Agosto[8]. No dia 20, teve lugar uma nova sessão camarária, mas a avaliar pelas decisões registadas, o resultado foi insignificante. No dia 27, voltou a não ter lugar a reunião prevista[9] e na efectuada em 31 de Agosto, apenas se procedeu à abertura dos pelouros para designação dos almotacés para o mês de Setembro[10].

---

4 Cf. *Bracara Augusta*, vol. 57, pp. 597-598.
5 Cf. fl. 10.
6 Cf. fl. 12 v.
7 Cf. fls. 13-16.
8 Cf. fl. 17.
9 Cf. fls. 17 v.-18.
10 Cf. fl. 18.

Como sugerem as frequentes e sucessivas faltas de reuniões da Vereação municipal, o ambiente político nacional, repercutido em Braga, devia ser escaldante, pois, no dia 2 de Setembro, no Paço Arquiepiscopal, sob a presidência de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, estando presentes *«os juízes v*[e]*readores e procurador do conselho* (sic) *e os procuradores eleitos do Cabido, o Reverendissimo Deão e Belchior da Si*[l]*va, e sendo chamados e convocados os cidaaãos e povo desta cidade per pregoens que se deram nos lugares acostumados deles loguo per Sua Senhoria Reverendissima e pellos ditos officiaes da Camara foy mostrada aos cidadãos e povo hũa provisão dos senhores governadores deste reino per que declarão a suceção delle pertencer ao crestianisimo Rey Felipe. E vista a dita provisão e o estado em que o reino esta, pareceo que convinha a serviço de nosso senhor, bem e quietação destes reinos e desta cidade e seu povo alevantar logo e dar sua vos* (sic)[11] *ao dito catoliquo Rey Felipe requonhecendo ho por verdadeiro Rey e sucessor destes reinos. E loguo votarão os cidadãos e mais povo porante* (sic) *Sua Senhoria Reverendissima e todos os que forão juntos pelos ditos pregoens que se conthem nos roles que adiante se seguem assinados pelo dito Reverendissimo senhor Arcebispo e officiaes da Camara. E tomados seus votos todos alevantarão por Rey e verdadeiro e natural socesor destes reinos ao catoliquo Rey Dom Felipe conforme a uso e custeme* (sic) *destes reinos»*[12].

Nessa mesma sessão foi determinado que se fizessem as festas em honra do novo monarca, conforme era costume no Reino, tendo a respectiva acta sido assinada pelas testemunhas qualificadas presentes e pelo Arcebispo e pelos membros da Vereação municipal.

Além disso, na "câmara" ou sala de Hércules do Paço Arquiepiscopal, foi também redigido o auto de proclamação de rei Filipe, subscrito por 136 representantes da população bracarense e também pelo Arcebispo, assinaturas constantes da parte final da fl. 19 v., e de mais quatro folhas, inseridas entre esta e a fl. 20 do livro de actas[13]. Não é este o momento para proceder à análise da condição social e das profissões dos signatários, mas não deixará de ser expressivo que à cabeça deste extenso rol de assinaturas figurem quatro militares: o capitão-mor, Diogo de Barros, o sargento-mor, Damião de Almeida, o

---

[11] Cf. fl. 19.
[12] Cf. fls.18 v.-19.
[13] Cf. fls. 19.1-19.4.

capitão, doutor João Nogueira, o capitão, Fernão de Teive e o capitão Francisco de Brito, seguindo-se entre os cidadãos mais qualificados diversos doutores e licenciados. O maior número de signatários, com excepção de um clérigo, é de oficiais dos mesteres da cidade, cuja análise permite um melhor conhecimento da realidade social de Braga.

O aparente ou momentâneo entusiasmo com a proclamação do Rei Filipe continuou, nesse mesmo dia, com a manifestação realizada às portas do Paço Arquiepiscopal, de que a fl. 19v. do livro das actas fornece um breve apontamento, que, certamente, era muito pouco para a importância do acto celebrado. Por isso, na reunião camarária do dia 6 de Setembro, foi decidido *«fazerem festas e mostrarem no exterior a alegria e contentamento que no enterior* (sic) *tem de alevantarem e reconhecerem por seu Rey e Senhor ao muito catoliquo Rey Dom Felipe», tendo marcado para o dia 18 desse mês o seu início, embora conscientes das dificuldades económicas em que a Câmara e a população se encontravam».*

Continuando a ler estas actas, não será ousado afirmar que se tratou de um projecto de intenções, gradualmente esvaziado. Assim, no dia 10 de Setembro, não houve reunião camarária. A do dia 14 limitou-se a dar alguns despachos e a ouvir petições, de que não ficou qualquer notícia. No dia 17, por falta dos oficiais, não foi possível fazer reunião, que, certamente, não deixaria de se ocupar das festas da aclamação régia, cujo início estava marcado para o dia seguinte, 18 de Setembro. No dia 24 seguinte, a reunião camarária, limitou-se a dar alguns despachos a petições formuladas, de que também não ficou qualquer registo, continuando o mais absoluto silêncio sobre as anunciadas festas régias.

A vida sócio-política e municipal, em Braga, a partir de 26 de Setembro, durante um mês, entrou num verdadeiro descontrolo, conforme se pode concluir do auto de *nova eleição supletiva*, feita em 26 de Outubro de 1580, promovida pelo juiz Filipe Soares, pelo doutor Pero (*Pedro*) Fernandes e pelo licenciado Francisco Soares, para obviarem à situação de *«esta cidade estar despejada de gente e* ***o Senhor Arcebispo auzente della*** *e não aver justiças nem quem gouvernase esta cidade, salvo o doutor Antonio Correa juiz ordinário, e* ***aver nesta cidade grandes revoltas e inquietações e desasuceguos*** *en tanto que ho povo que la ficou se não tenha por seguro e vivia muito suspeitoso de mortes e tonbos asy dos naturais dela como de pessoas estrangeiras que hião he vinhão do Porto a gisa que nella s'esperava pollo que ho dito doutor Antonio Correa chamara o povo*

pera enleger oficiais como elegeram per vozes do dito povo, a saber, ao dito licenciado Francisquo Soares por juiz com ho dito doutor Antonio Correa, e vereadores ao dito doutor Pero Fernandiz de Lima, Paulo Machado e ho doutor Fellipe Soares e procurador do concelho a Joam Gomez»[14].

Em jeito de ligitamação desta eleição extemporânea, supletiva, no auto que da mesma nos chegou, ficou expresso que os eleitos aceitaram esses cargos ***«por entenderem servir niso Nosso Senhor e ao Senhor Arcebispo e a Republica*** (isto é, o bem público) ***desta cidade»***[15]**.** E que não se tratava de mera retórica política, pois dois dias antes, estando reunidos em casa do licenciado Francisco Soares, juiz, tinha sido mandado lançar um pregão aos espingardeiros, sob pesadas penas, para que se ouvissem repicar o sino da Sé, logo comparecessem às suas portas, devidamente armados, para defenderem as pessoas das quadrilhas de ladrões, que actuavam fora da cidade, e o mesmo esperavam fazer dentro de muros.

Como dissemos, a repetida frequência com que deixaram de se realizar as reuniões da Vereação camarária e o silêncio acerca dos seus verdadeiros motivos, agravados pela não realização das festas da proclamação do novo monarca, faziam prever a existência de um ambiente conturbado vivido na cidade e seu termo, pelo menos, a partir de 6 de Setembro, dia em que a Vereação ainda fixou o início das festas congratulatórias pela escolha do novo monarca para o dia 18, que já não tiveram lugar.

A confirmação da gravidade da situação ficou bem explicita na acta da eleição extraordinária supletiva, de 26 de Outbro, nos seguintes termos: – *«esta cidade estar despejada de gente e* ***o Senhor Arcebispo auzente della*** *e não aver justiças nem quem gouvernase esta cidade, salvo o doutor Antonio Correa juiz ordinário, e* ***aver nesta cidade grandes revoltas e inquietações e desasuceguos»***[16].

A menção de que a cidade estava despovoada, incluindo o vereadores, que não reuniam, como lhes competia, para tomarem as providências necessárias, mas, sobretudo, a ausência do Arcebispo, senhor de Braga, de quem a própria Câmara dependia, confirmam a gravidade da situação de instabilidade, mercê dos motivos aduzidos.

Todos gostaríamos de conhecer mais sobre as causas desta revoltas e inquietações e, embora seja necessário utilizar algum sen-

---

[14] Cf. fls. 22-22v.
[15] Cf. fls. 22-22v.
[16] Cf. fl. 22.

tido crítico na articulação destas actas com o que escreveu Frei Luís de Sousa na *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*[17], ficamos a saber que a causa essencial deste estado dc coisas, tensional havia algum tempo, se tornou explosivo, na sequência da proclamação de Filipe II de Espanha como sucessor do Reino de Portugal, mesmo que a realidade aparecesse disfarçada sob a designação de *monarquia dual.*

Os antecedentes poderemos encontrá-los, um pouco mais esclarecidos, no capítulo XIII do Livro IV da já citada obra de Frei Luís de Sousa, que, na página 496 desta edição crítica, após a referência à morte do Cardeal-Rei, afirma: – *«Alterou-se todo o Reino, queixoso do rei defunto, que primeiro deu fim à vida que o desse ao litígio que ante ele pendia da herança que deixava, o que foi causa de grandes males, que todos ou a mor parte atalhava com a decisão da causa ou declaração, qualquer que fora»*[18]. Depois de ter anunciado que Santarém foi a primeira a levantar-se e a tomar partido por D. António, Prior do Crato, prosseguindo as suas considerações, sobre as diversas perspectivas ou opções políticas, deixou bem claro: – *«Braga é terra grande; toda esta diversidade de humores se achava nela. Começaram os que se tinham por animosos a publicar zelo e amor da pátria e a levantar o povo. Acudiu o Arcebispo mostrando-lhes a obrigação que havia de obedecer aos governadores deixados por el-Rei D. Anrique, e esperar deles a sentença da sucessão»*[19].

O Arcebispo procurou respeitar a legalidade e conservar-se imparcial, apesar de ter sido preceptor do Prior do Crato, que, segundo Frei Luís de Sousa, era o candidato preferido de Braga.

Pouco depois, D. Frei Bartolomeu do Mártires recebeu a informação enviada pelo Governadores de que o eleito era o Rei D. Filipe (II), e, em 2 de Setembro, como se disse e as actas documentam, foi aclamado.

Aqui chegados, podemos afirmar que o abandono temporário de Braga pela população, pelos Vereadores da Câmara e pelo próprio Arcebispo se ficou a dever à *«diversidade de humores* [que] *se achava nela»*, segundo a referida expressão de Frei Luís de Sousa, mercê das opções ou preferências políticas pelos diversos candidatos à

---

[17] SOUSA, Frei Luís de, *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires,* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 496-500.

[18] IDEM, *O. c.,* p. 496.

[19] *O. c.,* p. 498.

sucessão, originando as «***grandes revoltas e inquietações e desasuceguos»***, acima evocados. Há, no entanto, um aspecto que ficará como desafio aos investigadores centrados nesta época. Referimo-nos à votação, que Frei Luís de Sousa sugere ter sido proposta pelo Arcebispo, na esperança de que a opção maioritária pelo Prior do Crato acalmasse o ambiente bracarense, tendo verificado que, afinal, o resultado foi, *«com grande excesso de votos»,* favorável ao Rei D. Filipe (II). Estando o auto de aclamação de Filipe (II) legitimamente apoiado na provisão recebida dos Governadores e Defensores do Reino, não deixa de ser estranho que nesse auto se tenha escrito: – *«E loguo* ***votarão os cidadãos e mais povo*** *alevantar logo e dar sua vos* (sic) *ao dito catoliquo Rey Felipe requonhecendo ho por verdadeiro Rey e socesor destes reinos»*[20].

Do que não restam dúvidas é de que estes acontecimentos, apesar de, após o regresso de Tui, o Santo Arcebispo ter retomado a sua acção pastoral, contribuíram para a decisão de pedir a resignação, que viria a formular durante as Cortes de Tomar, donde, em 5 de Maio de 1581, escreveu ao Papa Gregório XIII a suplicar-lhe se dignasse conceder-lhe a graça solicitada, pedido que viria a ser atendido no consistório celebrado na Basílica de S. Pedro do Vaticano, no dia 6 de Novembro desse mesmo ano. Atendendo às formalidades curiais, à distância e às dificuldades de comunicações, a notícia da aceitação da solicitada resignação só lhe chegou, em 23 de Fevereiro de 1582[21].

Após estas considerações sobre um dos aspectos mais importantes destas actas camarárias, podemos afirmar que a nova Vereação, eleita em 26 de Outubro, não teve vida fácil, pois, logo na reunião do dia 31 – mal tinham decorrido cinco dias –, recebeu a informação de que, brevemente, chegaria a Braga um contingente de soldados castelhos, que teria de alojar, alimentar e prover do necessário, impondo-se proceder a nova tiragem de pelouros para se conhecer quem seriam os dois novos almotacés, incumbidos do apoio aos soldados castelhanos[22]. A presença desta milícia, cuja presença não deixava de ser vexatória, implicou novas exigências aos mesteirais, tendo sido convocados para uma reunião na Câmara: almocreves, taberneiros, azeiteiros, caleiros, carniceiros e padeiras, a fim de combinarem a forma de abastecer os indesejados militares castelhanos, ficando os

---

[20] Cf. fl. 19.

[21] MARQUES, José, V Centenário do Nascimento de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Pastor exímio, in *Theologica,* II série, vol. L, fasc. 1, Braga, 2015, p. 121.

[22] Cf. fls. 24-24v.

faltosos sujeitos a pesadas penas[23]. Além de muitos soldados estarem hospedados em casas de particulares, que suportavam todos os gastos daí decorrentes, a aproximação do Inverno implicava o consumo de muita lenha por parte das guardas das portas da cidade, tendo o seu abastecimento ficado a cargo das freguesias do termo do concelho, que deveriam entregar aos almotacés, incumbidos desta nova e inesperada tarefa, diariamente, quatro carros de lenha, onde lhes fosse indicado[24].

A Vereação bracarense tomou rapidamente consciência de que os encargos com a numerosa guarnição militar castelhana, durante o mês de Outubro e os primeiros dias de Novembro, trazia a população da cidade e do termo verdadeiramente oprimida e preocupada quanto ao futuro e, em 12 de Novembro[25], decidiu enviar, com a máxima brevidade, ao novo Rei, dois cidadãos, portadores também de uma carta do Arcebispo, a solicitar-lhe a graça de mandar retirar a guarnição, desnecessária, dada a fidelidade e obediência por todos prometida[26]. O pedido, que era justo e necessário, acabou por não ter seguimento, «*por dúvidas que ouve* (*sic*)», tendo sido assinado, apenas, pelos vereadores[27], sinal evidente da falta de unidade, face ao interesse comum.

No último mês e meio, até ao fim do ano, a Vereação continuou com a gestão da vida municipal, merecendo referência, apenas, o conhecimento dos almotacés para o mês de Dezembro[28], a designação e juramento dos guardas-mores da saúde[29], a eleição dos lançadores e receberores das sisas[30], bem como o registo de algumas provisões do Arcebispo, referentes a aspectos da vida municipal[31], a eleição e o juramento dos membros da Vereação para os três anos seguintes[32] e a declaração de anulação da despesa previsa para a aclamação de Filipe (II), que não se realizou, não tendo os regedores / vereadores levantado as verbas que lhes estavam consignadas, pelo que, de futuro, não lhes poderiam ser exigidas[33].

---

23 Cf. fl. 25.
24 Cf. fl. 25 v.
25 A referência a Dezembro é, sem dúvida, erro por *Novembro.*
26 Cf. fl. 26,
27 Cf. fl. 26.
28 Cf. fl. 27 v.
29 Cf. fls. 27 v.-28.
30 Cf. fls- 28 v.-29.
31 Cf. fls. 31-32 v.
32 Cf. fls. 34 v.-35 v.
33 Cf. fls. 36-36 v.

*

Como breve conclusão, recordamos que os aspectos mais relevantes das actas das vereações bracarenses da segunda parte de 1580 prendem-se, essencialmente, com a participação dos representantes do município nas Cortes ligadas ao processo da sucessão régia, conhecida e aclamada em Braga por ordem dos Governadores e Defensores do Reino, que não chegou a ser festejada, tendo, no entanto, originado uma grave instabilidade urbana, responsável pela saída da cidade por grande parte da população, dos membros da Câmara e do próprio Arcebispo.

Mercê desta situação, a consciência da urgente necessidade da defesa do bem comum levou três cidadãos, devidamente identificados, a promoveram a eleição de uma nova Vereação, sufragada pelo voto popular. A dificultar a acção da Vereação recém-eleita, surgiu a presença de uma guarnição militar filipina, cuja instalação e sustento agravou, a vários títulos, a vida da população bracarense.

Não obstante estas dificuldades, a nova Vereação foi gerindo as situações que o quotidiano dos munícipes lhe apresentava, merecendo referência particular a transcrição de algumas provisões que o Arcebispo, no exercício das suas competências, como senhor de Braga, ia outorgando.

Dada a importância destas actas da segunda parte de 1580, que as notas precedentes procuraram evidenciar, esperamos que não faltem interessados na sua leitura e minuciosa análise.

José Marques

Actas das vereações *
(Maio de 1580 - Janeiro de 1581)

[*Continuação do vol. 57, p. 625*]

[Fl. 1] Livro dos Acordos e veraçoes da Camara desta cidade de Bragua do anno de mil quinhemtos e oitemta annos no quoal anno sairam por juizes e vereadores e procurador os seguimtes

Juizes

Alvaro Folgueira
O Licenciado Antonio Correa

Vereadores

Manoel Luis
O doutor Fernão Correa
Rui Leite

Procurador do Concelho
Bras Diaz Campello

1580 até 1582[34].

[Fl. 2] Sabado vimte e hum dias do mes de Mayo do anno de mill quinhemtos e oitemta anos forom jumtos em camara os senhores Alvaro Folgueira e o licenciado Antonio Correa juizes ordinairos e o doutor Fernão Correa e Ruy Leite vereadores e Bras Diaz Campelo procurador do comcelho da dita cidade.

Festa do Corpo de Deus

Item na dita camara acordaram de ordenar a festa de dia de Corpo de Deus pela maneira seguimte:

Item acordaram que os doze cidadaos que ham de levar as doze tochas diamte o Samtisimo Sacramento, seis de cada parte, ham de ser os regedores que forom

* Transcrição: Maria Cristina Cunha Alegre; revisão: José Marques.
[34] Texto acrescentado em letra posterior.

da camara os dous anos atras proximos e os que forem impedidos ou ausemtes eles regedores emlegeram outros cidadaos dos que custumam amdar no regimento e os enleitos posto que sejam mais velhos nam precederam aos que foram oficiaes e os do anno pasado iram a mão direita que sam Antonio Vieira e o licenciado Francisco Soares, Antonio Pimto e Baltasar da Maia e o doutor Pero Ribeiro e Pero Lopez e a mão esquerda Manuel Luis e o doutor Joam Nogueira, Fernão Barquo, Martim Bravo, o licenciado Diogo Pinto e Ambrosio Campelo.

As tochas

Item da obra da See se daram as tochas que levaram os sobreditos como dicto he [*e*] se custuma:

Bandeira da cidade

Item loguo a bamdeira de Nosa Senhora que he a bamdeira da cidade que levaram os juizes.

Bandeira do Anjo

Item loguo a bamdeira do Amjo que levara Damiam d'Almeida cidadão que pera iso foy enleito e avera pitamça como cada hum dos cidadãos que levam as tochas.

Bandeira de S. João

Item loguo a bamdeira de Sam Joam que levaram os juizes da comfraria semdo cidadaos por lhe caber o anno, digo, este anno o couce e nam semdo cidadãos elles regedores enlegeram cidadão que ha leve e o porteiro lho notefiquara e avera pitamça como os mais cidadaos que levão as tochas.

[Fl. 2v] Bandeira de S. Tiago

Item loguo a bamdeira de Sam Tiaguo que levarom os juizes da comfraria da sobredita maneira e avera pitamça como cada hum dos outros.

Imagem de S. Cristõvão

Item loguo ira Sam Crestovom diamte e teram carreguo de o fazer Manuel Lopez e Joam Gonçallvez e Antonio Gonçallvez carpimteiros e o menino que ha de levar avera luvas e sete reais pera almorçar (*sic*) e cem reais pera botas que o procurador dara a quem tever carreguo de o fazer e asy dara a vestidura de Sam Crestovom e mazquara e guia de moa e o mumdo pera o menino e acabada a festa tornara tudo ao procurador do concelho e ira loguo diante da procisam.

Homens de Ferreiros

Item os jurados da freguesia de Ferreiros notefiquara[*m*] na sua freguesia que venham oito homens bem vistidos no dicto dia pela menham pera levarem o dicto santo e o procurador dara a cada hum binte reais pera beberem.

Gigantones

Item os gigantes loguo diante sempre dançamdo e dara o procurador[35] aos dous homens que os levarem a cada hum cem reais e ao pay deles outros cem reais e setenta reais pera çapatos e hũas luvas e dara ao tamboreleiro que lhes tamge oitenta reais e a Symão Pereira carpimteiro que tem carreguo de os vestir e comcertar cem reais e pera hum homem que o ajuda vimte reais e daram mais aos dictos homens pera almorçarem (*sic*) a cada hum vimte e cimquo reais e quoremta reais mais pera beberem no meo da festa.

Serpe e cavalinho

Item acordaram mais que a serpe e cavalinhos vam sempre diante da procisam e primeiro pela menham cedo amdarom pela cidade e nam entraram na See e o porteiro notefiquara aqueles que ham de fazer a dita serpe e cavalinhos.

---

35 Letra riscada.

Espingardeiros

Item acordaram mais que ho anavel dos espimgardeiros saya com elles e vam na dita procisam muito bem tratados com suas espimgardas muito bem comcertadas com todo o necesario e iram tamtos de hia parte como da outra atirando ao alto nos luguares que lhes bem parecer e iram loguo diante da clerezia.

Quadrilheiros

Item iram loguo diamte deles os cadrilheiros deste termo com todos os de suas cad[*r*]ilhas muito bem vestidos e postos em ordem como os espimgardeiros e levaram elles cadrilheiros suas varas verdes na mão e isto sob pena do que faltar paguar cem reais pera as despesas do dicto dia pera o que pasaram alvarais de correr.

Carro das ervas

Item acordaram mais que fose o carro das ervas cheirosas que levarom os orteloes desta cidade e demtro nele moços com ezgichos d'agua e isto lhes notefiquara o porteiro.

[Fl.3] Junco e ervas aromáticas

Item acordaram mais que o procurador do comcelho mamde no dito dia pela menham cedo a Sam Sebastião hum carro de jumquo e muitas ervas cheirosas pera se lamçarem no terreiro jumto da pedra onde ha-de estar o Samtisimo Sacramento.

Bancos e assentos

Item acordaram mais que ho porteiro notefique a Migel Vaaz çapateiro que no dicto dia mande pela menham cedo levar a Sam Sebastião bamquos e asemtos em abastamça pera se asemtarem a clerezia e oficiaes da camara, e terra (*sic*) cuidado de pedir ao procurador hum carro de jumquo e ispadana pera jumquar o terreiro o que asy cumprira por ser a iso obriguado pelo prazo que tem das casas da porta de Meixeminhos que sam do concelho.

Junco e espadana

Item acordaram mais que as freguesias de Sam Jheronimo, Sam Martinho de Dume, Froços, Semelhe traguam na vespera do dicto dia ate o meio dia ao paço do comcelho, a saber, Semelhe dous carros, Froços outros dous carros, Sam Jheronimo tres carros, Sam Martinho outros tres todos de jumquo e ispadana sob pena do que asy o nam cumprir paguar de pena quinhentos reais pera as despesas do dicto dia e os jurados lho notefiquaram e viram dar suas fees e o procurador lhes dara por cada carro dez reais.

Limpeza da cidade

Item acordaram mais que segunda feira amtes do dicto dia pela menham cedo a freguesia de Navarra venha e traguam espadas e vasouras e fouces e varas compridas pera vararem e alimparem os terreiros e portas da cidade e alimparem os muros e os da freguesia de Crespos viram a terça e quarta feira seguinte da mesma maneira e faram o que lhes for mamdado per eles regedores e isto posto que sejam priviligiados e nam mamdaram moços em seus luguares se nam se forem de vimte annos o que asy cumpriram sob pena de quinhentos reais pera as despesas do dicto dia e os jurados de cada freguesia antes que venham vera[*m*] se vem todos da sua juradia e o que nam vier lhe trara loguo o penhor e dara fee dos que faltarem, o que cumpriram os ditos jurados sob a dita pena e elles regedores ordenaram o que lhes daram pera beberem.

Mourisca

Item acordaram mais que aja m[*o*]urisqua e amdem e sarão muito galamtes pela menham cedo e amdara pela cidade antes de sair a procisam e depois iram diamte dela lomge e o procurador lhes dara pera almorçarem o rey e seus mourisquos mill quinhemtos reais e pera os tamgeres e dara mais ao rey pera barrete vermelho e

botas quatrocemtos reais e trimta reais pera luvas e vimte reais pera alimpar a ispada pera a dita festa e as [fl.3v] mais do anno e dara ao alfaqueque cento e setenta reais pera çapatos pera a dita festa e as mais.

Outros assentos

Item acordaram mais que o porteiro da camara no dicto dia pela menham cedo leve a Sam Sebastião o escabelo e alambel pera nele se asentarem os regedores e asy tera cuidade (*sic*) que a vespera do dicto dia de asento na See pera se elles regedores asentarem as vesperas.

Luvas novas

Item acordaram mais e mamdaram ao procurador que mamdase fazer quatorze pares de luvas de bezero grandes e boas pera elles regedores, procurador, esprivão, provisor, vigario, ouvydor, alcaide, meirinho, esprevão da imposisam e pera o padre frey Gonçalo Memdez.

Varas vermelhas e brancas

Item acordaram mais que elle procurador comprase as varas que elles regedores ham de levar no dicto dia na procisam e elle procurador e esprivão e o provisor, vigario e ouvydor, alcaide meirinho, a saber, as de elles regedores verdes, e as dos juizes, provisor, vigario e ouvidor vermelhas e as do alcaide meirinho bramquas.

Ementa do almoço

Item acordaram mais que elle procurador mamde a elles regedores do presemte anno e asy a elle procurador e esprivão o almorço como he de custume que he a metade de carneiro, tres paes alvos, duas canadas de vinho de fora da terra, hũa de bramquo e outra de timto e cada hum seu queijo e tudo sera muito perfeito.

Ração do escrivão

Item acordaram mais que ao esprivão da imposição mamde outro tamto como o acima pera almorçar.

Outras refeições

Item acordaram mais que de elle procurador ao provisor, vigario e ouvydor e aos doze cidadãos que ham de levar as tochas e ao cidadão que ha de levar a bamdeira do Anjo e ao alcaide he meirinho e ao meirinho dos cleriguos e ao esprivão d'almotaçaria e ao preguador e aos almotaces do presemte mes e aos juizes das comfrarias de Sam Joam e Sam Tiaguo que levão as bamdeiras na dita procisam da dita comfraria e as mais festas do anno a cada hum seu quarto de carneiro, dous paes alvos, canada de vinho de fora da terra.

Ração do porteiro

Item acordaram mais que de elle procurador ao porteiro da camara carto (*sic*) de carneiro, par de paes alvos, canada de vinho, pedaço de queijo.

Pagamentos em numerário

Item acordaram mais que de elle procurador a elles regedores e a seu procurador e esprivão da camara a cada hum dous mil reais pera callças e barrete que levaram na procisam.

[Fl. 4] Ao escrivão da imposição

Item acordaram mais que de elle procurador ao esprevam da imposiçam mil quinhemtos reais pera o mesmo.

Ao escrivão da almotaçaria

Item acordaram mais que de elle procurador ao esprevão d'almotaçaria cem reais que cada anno lhe dam.

Ao porteiro da Cãmara

Item acordaram mais que de elle procurador ao porteiro da camara quatrocemtos reais pera barrete e çapatos e trimta reais pera luvas.

Ao alcaide e meirinho

Item acordaram mais que de elle procurador ao alcaide, meirinho a cada hum deles quatrocemtos reais pera calças e vimte reais a cada hum pera varas das atras declaradas que lhes cada hum anno dam pera estarem prestes pelo anno pera o que lhe mamdar a camara por bem de justiça.

Ao pregoeiro

Item acordaram mais que de elle procurador ao pregoeiro dozemtos reais em começo de paguo do seu ordenado que sam dous mil reais cada anno.

Aos homens do alcaide e do meirinho

Item acordaram mais que de elle procurador a cada hum dos homens do alcaide e meirinho que forem presemtes no dicto dia quarenta reais e iram no (*sic*) procisam.

Aos trombeteiros e charameleiros

Item acordaram mais e mamdaram ao procurador que de aos tronbetas e charomelas trezemtos reais per tangerem a vespera do dicto dia na praça do paão quamdo levão as bamdeiras pera a See.

Aos clérigos do coro

Item acordaram mais e mamdarom a elle procurador que de aos cleriguos do coro que levão arqua em que vai o Senhor oitocentos reais pera almorçarem e os emtreguara ao sochamtre que os recebe cada anno.

Ao sacristão da Sé

Item acordaram mais e mamdarom ao procurador que de ao samcristão da See trezemtos reais que cada anno lhe dam por ter cuidado de guardar e a limpar e comsertar a arqua do Senhor.

***Pelas* e seu transporte**

Item acordaram mais que aja duas pelas as quais iram muito galantes e bem vistidas e riquas de joas a vespora (*sic*) e ao dia e as faram as padeiras segumdo seu custume e avera cada hũa luvas e sete reais pera almorçarem e as que as levarem averam dozemtos reais cada hũa pela vespera e dia e o porteiro o notefiquara as padeiras.

Danças de espadas e gaiteiros

Item acordaram mais que ajam as duas damças d'espadas que faram os mordomos dos sapateiros e do emperador e o porteiro o notefiquara aos dictos mordomos e o procurador dara a cada damça cimquoemta reais e aos que lhes tamgem trimta reais a cada hum [fl.4v] que ham de ser dous gaiteiros e sairam a vespera e ao dia.

Limpeza da praça do peixe

Item acordaram mais que as pescadeiras desta cidade alimpem muito bem a praça do peixe e a tenham muito bem emramada de ramos e ervas cheirosas sob pena de quinhemtos reais cada hia que ho asy nam cumprir pera as despesas do dicto dia.

Chave do cofre

Item na dita camara per elles regedores foy entregue a Antonio Pinto vereador que foy o anno pasado hũa das chaves do cofre, e elle a recebeo e asynou aqui. E posto que fose oje, foy por muitas vezes chamado pera iso, e por ser ausemte a nam recebeo senam agora.

Antonio Pinto

Novo procurador às Cortes

Item na dita camara per elles regedores foy <dicto> aos cidadaos e povo que eram presentes e ao diamte asynarom em como o doutor Pero Ribeiro que foy enleito per hum dos procuradores pera as cortes com Geraldo Martinz que la esta lhes fizera hia

pitiçã em que aleguava causas de infirmidade[36] e outros relevamtes per omde nam podia ir as ditas cortes, porque imdo coria priguo sua vida de que fez certo sumariamente per fisiquos e outras testemunhas por homde o ouveram por iscuso que por tamto eram chamados pera enlegerem outro procurador. E loguo per Alvaro Folgueira comiguo esprevão foram tomados os votos aos dictos cidadaos e povo que abaixo asynarom e todos *nemine discrepante* votaram no doutor Joam Nogueira[37] que fosse procurador as ditas cortes com Geraldo Nuniz que la estava e asynaram aqui. Joam Teixeira o esprevy.

Antonio Pinto / Alvaro / Pero Domingos (?) / Antonio de Madureira Peixoto / Gonçalo Aranha / Barroso / Almeida Rocha / Antonio de Faria / Cunha Guarda (?) / Cunha / Campelo / Baltasar da Rocha Brito **[fF.5]** *Ribeiro / Baltesar da Maia Maya / Pimto + Gonçalo Fernandez / Joam Vieira Jhieronimo de Portilho (?)/ Gaspar Gonçalvez/ (...) Lopes Joam + Lopez Manuel Fernandez/ Francisco Lopez / Belchior Pires/ Antonio + Afonso Migel + Gonçallvez/ Pero + Gonçalvez / Antonio + Diz Fruitoso + Domingos / Mateus + Roiz/ Francisco + Gonçallvez / Bras Diaz Baltasar [sinal] Fernandez / Alvaro + Gonçalvez / Antonio Dias Folgueira / Miguel Barquo / Rui Leite Correa / Correa / Campello*

Quarta feira vimte e cimquo dias do mes de Maio do anno de mil quinhemtos e oitemta annos forom jumtos em camara os senhores Antonio Correa juiz ordinairo e o doutor Fernão Correa e Rui Leite vereadores he Bras Diaz Campelo procurador do concelho.

Nova imagem de S. Cristóvão

Item na dita camara acordaram de enleguerem pessoas que fizesem Sam Crestovam e o menino pera dia de Sam Cr, diguo, pera dia de Corpo de Deos por quamto os [fl.5v] que estavam enleitos ouveram por iscusos pelo fazerem ha muitos annos e loguo enlegeram a Francisco Gonçalvez e Pero Fernandez e Francisco Alvarez carpimteiros pera fazerem Sam Crestovom e o menino pera ir na procisam de dia de Corpus Christi e que o procurador lhes de o necesario comforme ao acordo atras.

Item na dita camara acordaram que ha bamdeira do amjo levase Baltasar Alvarez Barroso e vespera e dia de corpo de Deos e que o porteiro lho notefiquase e que ouvese per pena como cada hum dos cidadãos que levam as tochas.

Novo portador de tocha

Item acordaram mais que a tocha de Manuel Luis leve Manuel Nogeira na procisam diante e ouvese por pena como cada hum dos mais cidadãos que as levam.

Notificação ao procurador às Cortes

Item na dita camara acordaram que ho doutor Fernão Correa vereador desse recuado ao doutor Joam Nogeira como estava enleito por procurador pera as cortes que se fezese prestes pera iso.

Despachos

Item na dita camara ouviram partes e despacharom pitiçoes. E eu Joam Teixeira esprevão da camara o esprevy.

Correa/ Correa/ Rui Leite/ Campello

---

36 Na margem tem "*procuradores pera Cortes*".
37 Na margem tem "*João Nogeira que*".

Reunião anulada

Sabado vimte e oito dias do mes de Maio do anno de mil quinhemtos e oitemta annos forom jumtos em camara os senhores Manuel Luis, o doutor Fernão Correa e Rui Leite Vereadores e Bras Diaz procurador do comcelho e por nam aver juiz nam fizerom mais que ouvyr algias partes e asynarom aqui Joam Teixeira esprevão da camara o esprevi.

Rui Leite / Manoel Luis / Correa / Campello

Segunda feira trimta dias do mes de Maio do anno de mill quinhemtos e oitenta annos forom jumtos em camara os senhores Alvaro Folgueira e o licenciado Anton<io> Correa juizes ordinarios e Manuel Luis e doutor Fernão Correa e Rui Leite vereadores e Bras Diaz Campelo procurador do comcelho.

Almotacés de Junho

Item na dita camara acordarom de tirar almotaces e pera iso mamdarom tirar o cofre do almario domde estava e o abriram e de dentro dele tiraram a bolsa homde estavam os pelouros dos almotaces e damtre elles tiraram hum do qual sairam por almotaces pera ser-[fl.6]virem d'almotaces o mes que vem de Junho a Trestão da Guarda e Manuel Bravo aos quais loguo vieram digo mamdarom chamar. E beo (*sic*) Manuel Bravo ao qual deram juramento dos Santos Avamgelhos sob carreguo do qual lhe emcareguarom que elle syrva o dicto carreguo d'almotacel o mes que vem de Junho guardamdo em todo o servico de Deos e d'el Rey noso senhor e seu regimemto e as vereaçons desta camara e o direito as partes e o segredo a justiça e elle asy ho prometeo e asynou aqui.

Manoel Bravo

Juramento a Tristão da Guarda

Item loguo na dita camara veo Trestão da Guarda que tambem saio por almotacel ao qual foy dado juramento dos Samtos Avamgelhos sob carreguo do qual lhe emcarreguaram que elle syrva o dicto carreguo d'almotace o dicto mes de Junho guardamdo em todo o servyço de Deos e del Rey noso senhor e seu regimento e as pusturas e vereaçoes desta camara e elle asy ho prometeo e asynou aqui. Joam Teixeira o esprevy.

Goarda

Procurador às Cortes

Item na dita camara mamdarom chamar ao doutor Joam Nogueira que foy enleito por procurador com Geraldo Martinz pera ir as cortes e lhe deseram que elle estava enleito por procurador pera ir as cortes jumtamente com Giraldo Martinz que la estava que se fezese prestes pera iso e pera partir loguo. E per elle foy dicto que estava prestes pera quamdo suas merces mamdasem comtanto que ho mamdasem prover de dinheiro pera o caminho e sua despesa. Joam Teixeira esprevão da camara o esprevi.

Folgueira / Manuel Luis / Campello Rui Leite / Correa

Sabado quatro dias do mes de Junho do anno de mill quinhemtos e oitemta annos forom jumtos em camara os senhores Alvaro Folgueira juiz ordinairo e Manuel Luis e Rui Leite vereadores e Bras Diaz Campelo procurador do concelho.

Despachos

Item na dita camara ouvyram partes e despacharom [fl.6v] petições e feitos de injuria verbal. E eu Joam Teixeira esprevão da camara o esprevi.

Folgueira
Manoel Luis Campello
Ruy Leite

Quarta feira oito dias do mes de Junho do anno de mill quinhemtos oitemta annos forom jumtos em camara os senhores Alvaro Folgueira juiz ordinairo e Manuel Luis e o doutor Fernão Correa Vereadores e Bras Diaz Campelo procurador do comcelho.

Envio do procurador às Cortes

Item na dita camara acordaram de amenhã a sete horas de pela menham se ajumtarem nesta camara pera despacharem ao doutor Joam Nogeira procurador que ha de ir pera as cortes.

Despachos

Item na dita camara ouvyram partes e despacharom pitiçoes e eu Joam Teixeira o esprevy.

Folgueira / Manoel Luis / Campello / Correa

Quarta feira quinze dias do mes de Junho do dicto anno de mill quinhemtos e oitenta annos forom jumtos em camara os senhores o licenciado Antonio Correa juiz ordinairo e Manuel Luis e o doutor Fernão Correa vereadores e Bras Diaz Campelo procurador do comcelho.

Despachos

Item na dita camara ouviram partes e despacharom pitiçoes. E eu Joam Teixeira esprivão da camara o esprevy.

Correa / Manoel Luis / Correa / Campello

[Fl. 7] Sabado dezoito dias do mes de Junho forom jumtos em camara os senhores Alvaro Folgeira juiz ordinairo e Manuel Luis e o doutor Fernão Correa vereadores e Bras Diaz Campelo procurador do comcelho.

Programa da festa de S. João

Item na dita camara acordaram de ordenar a festa de vespera e dia de Sam Joam pela maneira seguimte.

Véspera da festa:

Item acordaram que os juizes e mordomos das comfrarias de Sam Tiaguo e Sam Joam façam sair os camdeleiros a vespera de Sam Joam e levaram as bamdeiras das comfrarias semdo cidadaos e façam de maneira que sejam na See acabam [*a*]te as vesperas e os ditos camdeleiros os levaram os cidadaos sob pena do que ho levar nam quiser paguar de pena dez cruzados cada hum e toda pesoa que ho levar nam semdo cidadão paguara dous mil reais da cadea pera o concelho e despesas do dicto dia.

Danças das espadas e candeleiros

Item acordaram mais que a vespera e dia de Sam Joam saiam as damças d'espadas e acompanharam os camdeleiros e a bamdeira da cidade e os mordomos as faram sair cedo que nam esperem por eles.

Serpe e cavalinhos

Item acordaram mais que os mordomos da serpe e dos cavalinhos os façam sair a vespera e dia de Sam Joam e acompanharam os camdeleiros e bamdeira da cidade.

Bandeira da cidade

Item acordaram mais que a bamdeira da cidade a leve o alcaide-mor e nam a levamdo a leve o juiz mais belho (*sic*) e a vira tomar a porta do paço do comcelho homde custume e a vespera ira homde custume irem emprazar o porquo e ao dia alem da pomte de Guimaraes homde custume irem emprazar, diguo, matar o porquo.

Guarda da bandeira de cidade

Item acordaram mais que os juizes e vereadores e procurador cavallguem e acompanhem a bamdeira com os mais cidadãos que cavalos tiverem.

Guarda da bendeira reforçada

Item acordaram mais que todo cidadão que cavalo tiver ho nam empreste pera fora a vespera e dia de Sam Joam antes cavalguem e acompanhem a bamdeira como dicto he e seram todos [fl.7v] jumtos na vespera e dia na praça do paão as oras que se custuma ir tomar a bamdeira sob pena de que ho asy nam cumprir pagar de pena dous mill reais pera o concelho e despesas do dicto dia.

Espingardeiros escoltam bandeirta

Item acordaram mais que ho anavel dos espimgardeiros com os espimgardeiros acompanhem os camdeleiros e bamdeira a vespera e dia de Sam Joam e seram jumtos na praça como he custume.

Mourisca na véspera de S. João

Item acordaram mais que o rey da mourisqua saya com sua gemte a vespera e dia de Sam Joam e acompanharam os camdeleiros e ha bamdeira da cidade e ho procurador do concelho lhes dara pera almorçarem quinhemtos reais ou aquilo que elles regedores ordenarem sob pena do que faltar paguar pera as despesas do dicto dia e pera o comcelho dous mill reais.

Largada do porco

Item acordaram mais que o mordomo dos çapateiros tenham cuidado no dicto dia de Sam Joam pela menham cedo tirem o porquo alem da pomte de Guimaraes no luguar acostumado pera que tanto que cheguar a bamdeira da cidade com a gemte de cavalo o soltarem pera com elle amdarem folguamdo e teram aviso que nam pase a pomte pera a cidade por que nam aja deferemças amtre os moleiros e çapateiros por que aleguam os moleiros que tanto que ho dicto porquo pasa a pomte pera a cidade que he seu e que asy he custume.

Pagamento às danças e aos gaiteiros

Item acordaram mais que o procurador do concelho de a cada damça cimquoemta reais e aos guarteiros que lhes tangem

trimta reais a cada hum ou aquilo que elles regedores mamdarem.

Os almocreves e a bandeira

Item acordaram mais que o anavel dos almocreves os ajumte todos e ordenem sua festa da bamdeira como sempre foy custume e iram todos em pessoa e nam mamdaram moços e correram todos por ordem que nam corram sempre huns ate quebrarem a tavua sob pena do que faltar paguar de pena mill reais pera o concelho e despesas do dicto dia.

Recolha dos porcos

Item acordaram mais que se lamçase pregão que toda pessoa de qualquer calidade e comdisam que seja que a vespera e dia de Sam Joam recolham seus porquos e os tenham encerrados e os nam deixem amdar pelas ruas sob pena de cimquoenta reais por cada porquo que for achado na rua a qual pena sera pera o alcaide meirinho seus homes que ho tomarem.

***Pelas*, candeleiros e bandeira**

Item acordaram mais que a vespera e dia de Sam Joam aja duas pelas [fl.8] que acompanhem os camdeleiros e a bamdeira da cidade a vespera e dia e as padeiras as faram e o procurador dara as que as trouxerem o acustumado ou aquil<o> que elles regedores ordenarem sob pena da que a nam fizer paguar pera o concelho e despesas do dito dia quinhemtos reais.

E ordenada asy a dita festa pela maneira atras declarada mamdarom elles regedores que asy se cumprise e fezese da maneira que nos ites (*sic*) se comtinha com as penas neles comtheudas.

Autorização de prazo

Item na dita camara diseram Manuel Luis e o doutor Fernão Correa vereadores que forom enleitos por vedores pera ir ver e apeguar as casas que comprou Joam Allvarez que elles viram e apeguaram e mediram e comfromtarom as ditas casas e que o dicto Joam Alvarez tem outras casas jumtas as sobreditas, propiedade deste comcelho e que queria que lhe fezessem prazo d'ambas de duas jumtas por quamto ja forom anbas de hum prazo e que ambas pagavam de pensam novemta reais a este comcelho e que seu parecer deles era que se lhe devia de fazer prazo jumto d'ambas as casas e que devia de paguar de pemsam em cada hum anno cem reais que sam mais dez reais e que ho prazo se fizese nele e em sua mulher e hum filho ou filha damtre ambos. O que visto per elles regedores mamdarom que se lhe passase prazo da dicta maneira em forma e que nam avemdo filho nem filha hia pesoa qual deles mais viver nomear em sua vida ou a ora de sua morte.

Diligência por causa da peste

Item na dita camara acordaram que ho doutor Fernão Correa vereador fose a Barcelos a saber se acomtecia algũa cousa em Vila de Comde deste mal de peste de que Deos Nosso Senhor nos livre e d'ahy fose as bamdeiras de Villa de Comde a saber o que la vai e mamdaram ao procurador que lhe dese o necessario pera sua despesa.

Pagamento ao procurador às Cortes

Item na dita camara mamdaram chamar ao doutor Joam Nogueira procurador enleito que esta pera ir as cortes que os senhores governadores e defemsores deste reino determinam fazer em Santarem e lhe diseram que elle se fezese prestes pera ir por quamto ja la ouvera de ser, comforme a carta dos ditos senhores. E per elle foy dicto que elle estava prestes pera partir loguo que lhe desem dinheiro pera sua despesa e caminho e lhe paguasem o que lhe deviam que eram setenta mil reais pouquo mais ou menos, como constaria das comtas as quaes requeria a elles regedores lha tomasem pera se saber o

que [fl.8v] liquidamente se lhe devia e que estavom lamçados trezemtos mill reais de fimta sem ate oje se fazer imxuquiçam (*sic*) mais que no termo desta cidade e que quamdo elle veo aqui a primeira vez eles senhores regedores lhe diseram que lhe dariam sesenta mil reais e que ora deziam que lhe dariam quorenta os quais devia por lhe nam pagarem seu ordenado de duas vezes que fora as Cortes. E per eles regedores foy dicto que esta camara nam tinha remdimemto, antes tinha pedido emprestado cento quoremta os quais se emtregarom a elle doutor e a seu companheiro e os trezemtos mill reais que sam lamçados de fimta estam recebidos cento e vimte dos quais tem recebidos elle doutor quoremta e dous mill reais e lhe mamdavom agora dar trinta e oito que fazia soma de oitenta mil reais e a seu companheiro quoremta de que ja tinha recebido trimta e que na mais fimta se fazia enxuquiçam e nela avia partes que a impedião a se receber que tamto que se recebesse lhe mamdarão o dinheiro e se faria toda a deligencia necesaria que mamdavom a elle doutor que com o dinheiro que lhe davam se partise loguo sob pena de se proceder comtra elle como fose justiça porquamto era ho tempo passado e que os senhores governadores mamdavam ir os procuradores. E loguo mamdarom a Bras Diaz Campelo emtreguase a elle doutor alem dos doze mil reais que ja tinha dele resebido trimta e oito mil reais pera a copia dos ditos cimquoemta o qual dinheiro lhe asy mamdavom entreguar comforme a provisam do senhor Arcebispo que pera iso tinham e que lhes albitravam a elle e a seu companheiro pera cada dia o que se lhes albitrou pera as Cortes pasada[*s*] que foram[38] a setecemtos reais por dia a cada hum ate tornarem a suas casas. E per ele doutor foy dicto que elle partira pera as cortes de Lixboa a dous de Março do anno de setenta e nove e amdara la ate vir a esta cidade cento e dous dias em que se momtaram sessenta e hum mil e dozemtos reais e lhe derom somemte trimta e o mais lhe fiquarom devemdo e pera estas segumdas cortes d'Almeirim partirom a vimte e quatro de Novembro homde amdou ate dezaseis de Maio que eram cemto e setenta e tres dias sem lhe darem em todo este tempo mais de setenta digo de oitenta e dous [fl.9] mill reais e que damdo-lhes suas merces com que comodamente podese ir estava prestes por que com o que lhe davam nam podia ir por que devia em Almeirim a hũa so pessoa cem cruzados e per elles regedores foy dicto que sem embarguo do que elle doutor dizia se fose loguo por quanto nam avia mais dinheiro[39] arrecadado e que loguo se faria deligemcia pera se arrecadar o dinheiro pera lhe mamdarem e a seu companheiro. E loguo mamdarom a Bras Diaz Campelo procurador do comcelho que lhe levase a procuraçam que estava feita.

Despachos

Item na dita camara ouviram partes e despacharom pitiçoes. E eu Joam Teixeira esprivão da camara o esprevi.

Folgueira / Manoel Luis / Correa / Campello

---

[38] Na margem tem "*700*".
[39] Segue-se um "*e*" riscado.

Quarta feira vimte e dous dias do mes de Junho do dicto anno de mill quinhemtos e oitemta anos forom jumtos em camara os senhores Alvaro Folgueira juiz ordinairo Manuel Luis e o doutor Fernam Correa vereadores e Bras Diaz Campelo procurador do concelho.

Juramento aos juízes dos serralheiros

Item na dita camara pareceram Fernam Perez com Jheronimo Gonçallvez serralheiros moradores nesta cidade e diseram que elles estavam enleitos por juizes do oficio de serralheiro que vinham pera provar juramemto. E por eu esprevão dar fee que forom enleitos pela mor parte dos serralheiros desta cidade e levarem os mais votos lhes foy dado juramemto dos Santos Avamgelhos que bem e verdadeiramemte sirvam o dito carreguo de juizes e governadores do dicto oficio de serralheiros guardamdo em todo o serviço de Deos e d'el Rey noso senhor e o direito as partes e elles asy o prometerom y asynarom aqui.

Fernão Perez / Jeronimo Gonçallvez

Sacadores da finta

Item na dita camara acordaram de mamdar arrecadar a fimta desta cidade e arrabaldes pelos sacadores que estavom enleitos salvo ouveram por escuso a Vicente Sebastião que estava enleito e em seu luguar enlegerom a Melchior Gonçallvez çapateiro morador na rua Nova desta cidade. O qual Vicente Sebastião escusarom por justos respeitos.

[Fl.9v] Entrega dos róis de finta

Item na dita camara entregaram os roles da fimta, a saber, hum a Antonio Lopez mercador morador defromte da fomte de Sousa e outro a Melchior Gonçallvez çapateiro morador na rua de Sousas.

Item na dita camara enlegeram pera hum dos roles da finta, digo, pera recebedor dela e a Aleixo Diaz tosador morador na rua nova de Sousa.

Despachos

Item na dita camara ouviram partes e despacharom pitiçoes. E eu Joam Teixeira esprevão da camara o esprevy.

Alvaro Folgueira/ Manoel Luis/ Correa/ Campello

Sabado vimte e cimquo dias do mes de Junho de mill quinhemtos e oytemta annos forão juntos em camara os senhores Alvaro Folgueira e o licenciado Antonio Correa juizes ordinairos e Manuel Luis e o doutor Fernão Correa <vereadores> e Bras Diaz procurador do concelho. Fiz "vereadores".

Novo titular de rol da finta

Item na dita camara acordarão por quoanto Bras Diaz çapateiro da rua de Meiximinho que estava enlleito pera hum dos quoatro rolles da finta da cidade era ausente como constou per juramento de hum seu obreiro e em seu luguar enlegerão a Gaspar Diaz seleiro da rua de São Marcos gemrro de Antonio Martinz cuytaleiro.

[Fl. 10] Partida do procurador ás cortes

Iem na dita camara acordarão de mandar chamar o doutor Joam Nogueira que esta

enleito per hum[40] dos procuradores das cortes pera lhi dizerem quoão emportante era partir loguo e per elle doutor Joam Nogueira foy dito que lhe davão mais cimquoenta cruzados alem dos cimquoenta mill reais que os dias pasados lhi forão entregues parteria loguo. Os quoaes cinquoenta cruzados lhe forão loguo entregues como constava do asento que esta feito no livro do recibimento da fynta de que he esprivão Pero Lopez e lhe entreguarão mil ao dito doutor Joam [*Nogueira*] porque estava enleito elle doutor e Geraldo Martinz e ao receber o dito dinheiro e procuração lhe mandarão se partise loguo e por elle doutor foy dito que yria segunda feira que serão vinte e sete dias deste mes de Junho se partiria queremdo Noso Senhor.

Nogueira

Despachos

Item na dita camara mandarão ao procurador do concelho que dese dinheiro pera os tambores se concertarem do que for nesesario. E despacharão outras cousas necesarias. Diogo Veloso que por Joam Teixeira esto esprevy.

Folgueira / Correa / Manoel Luis / Campello Correa

[Fl. 10 v] Quimta feira trimta dias do mes de Junho do dicto anno de mill quinhemtos e oitenta anos forom jumtos em camara os senhores Alvaro Folgueira juiz ordinairo e Manuel Luis e o doutor Fernão Correa vereadores e Bras Dias Campelo procurador do comcelho.

Almotacésde Julho

Item na dita camara acordaram de tirar almotaces pera servyrem ho mes de Julho pera o que mamdaram tirar o cofre de demtro do almario e de demtro dele tiraram a bolsa em que estam os pelouros e d´amtre elles tiraram hum, do qual sairam por almotaces Francisco de Brito e Diogo de Paiva aos quais mamdaram loguo chamar e vieram. E elles derom juramemto dos Santos Avamgelhos sob carreguo do qual elles encarreguaram que elles sirvam o dicto carreguo d'almotaces o mes de Julho[41] guardamde (*sic*) em todo o servyço de Deos e d'el Rey noso senhor e o direito as partes e o segredo a justiça e elles asy o prometeram e asynarom aqui. E (?) seu regimemto e as vereações desta camara.

Francisco de Brito
Dioguo de Paiva Brandão

Despachos

Item na dita camara ouviram partes e despacharom pitiçoes. E eu Joam Teixeira esprivão da camara o esprevi.

Folgueira / Manoel Luis / Correa / Campello

Provisão de arquiepiscopal

Item loguo no dito dia mes e anno asyma dito trinta dias do mes de Junho estando em camara os senhores Alvaro Folgueira juiz ordinario e Miguel Luis e o doutor Fernão Correa vreadores (*sic*) e Bras Diaz Campello procurador do comcelho ahi perante eles pareceo Francisquo Peixoto e apresentou a suas [fl.11] merces hua provisão do Ilustrissimo senhor Arcebispo cujo teor e o que se sege:

Dom Frei Bartholomeu dos Martires per merce de Deos e da Santa See Appostollica

---

40 Na margem tem "*Cortes*".

41 A palavra foi emendada, tendo no entanto ficado legivel a letra "n", referente a "junho" correspondente ao engano do escrivão.

Arcebispo e senhor de Braga, Primas das Espanhas e do comcelho d'el Rei meu senhor etc. fazemos saber a todos os que esta nossa carta de provisão de officios virem e o conhecimento della pertencer que sendo ora vagos os officios de escrivão da camara desta nossa cidade de Braga e de escrivão de todas as demandas e quoaesquer outras cousas per quoalquer via tocantes ao ospital de San Marcos e gafaria da dita nossa cidade e a seus bens por symplex renunciasam que deles fez Jorge do Valle per seu procurador pera isso bastante, ultimo posoidor delle, em maos do doutor Fernão Miguell e nosso provisor e vigario geral a quoal elle aceitou e pronunciou ho dito officio por vago per commisao nossa que pera ello tinha, nos per confiasemos do saber e sã concentia (*sic*) de Francisco Peixoto e que servira hos ditos officios como cumpre a serviço de Deos e bem da dita nossa cidade e povo della em nosso descarrego o provemos dos ditos officios e avemos por bem que daqui em diante os aja e syrva asy e da maneira que [a]te agora os sirvio o dito Jorge do Valle e de seu ordenado avera em cada hum anno pollas rendas do comcelho da dita nossa cidade com ho dito officio de escrivão da camara sete mil reais pagos aos quoarteis e mais dous mil reais por dia de Corpus Christi e outrosy avera em cada hum anno com ho dito officio de escrivão do ospital e gafaria pollas rendas [fl.11v] delles quoatro mill e dozentos reais pagos tambem aos quoarteis e todos os mais proes dereitos percalsos ordenados e quoaesquer outras cousas que dos ditos officios per quoalquer via e maneira que seja pertenção e pertencer possão notefficamollo asy ao nosso provisor vigario geral e desenbargadores e bem asy aos regedores da dita camara e a todas as mais justas da dita cidade aos quoaes e cada hum mandamos que daqui em diante ajão e tenham ao dito Francisco Peixoto por escrivão dos ditos officios e como tal ho reconheçam e lhe fação e deixem servir em todas as cousas aos ditos officios pertencentes e ho metam de posse deles pellos autos costumados e lhe fação a todo e com todo ho sobredito e elle Francisco Peixoto jurou em nossas maos na forma acostumada. Em testemunho do qual mandamos passar a presente sob nosso synal e sello de nosas armas. Dada em ho mosteiro de São Martinho de Tibães aos dezanove dias do mes de Junho de mil quinhentos e oitenta annos. Fellipe Soares nosso escrivão da camara a escreveo. Ho Arcebispo Primas // Mergulhão // Ao sello hia dobra cruzada. Ao porteiro trimta e seis reais. Ao esprivão gratis.

Posse dos oficiais

Requerendo elle Francisco Peixoto aos ditos senhores regedores lhe mandasem cumprir ha dita provisão e dar a posse dos ditos officios nella conteudos. E visto per suas merces mandaram se comprise a dita provisão e que davam a pose dos ditos officios ao dito Francisco Peixoto. E lha haviam por dada e por Joam Teixeira que ora servia de escrivão da camara e todos os ditos officios per provisão do dito senhor[42] em carta de officios. [*E em razão*] do dito Francisco Peixoto ficar sospenço e não poder mais [fl.12] escrever nos ditos officios mandarão a mim Gaspar Campello taballiam do publico e judicial em esta dita cidade e termo pello dito senhor de tudo fezese este asento na maneira atras declarado e ho asynarão. Gaspar Campello taballiam ho esprevi.

Alvaro Folgueira / Manoel Luis / Correa / Ruy Leite
Francisco Peixoto / Campello

[42] O escrivão colocou a frase "*com ha dita provisão*" entre dois "/", indicando, provavelmente, que se trata de um engano.

Quarta feira seis dias do mes de Julho do dito anno de mil e quinhentos e oitenta annos forão en camara juntos os senhores Alvaro Folgeira juiz ordinario, Manuel Luis he o licenciado Fernão Correa, Rui Leite d'Andrade vreadores e Bras Diaz Campello procurador do concelho e sobreveo o licenciado Antonio Correia juiz.

Despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçoens e eu Francisco Peixoto ho escrevy.

Reparação de fontes

Item na dita camara acordarão que se concertase a fonte de Meixeminhos e as mais fontes, a saber, a de Meixeminhos Manuel Luis vreiador (*sic*) e Bras Dias Campello procurador e a de São Marcos o licenciado Fernão Correia vreiador e o licenciado Antonio Correia juiz ordinario e a de Nossa Senhora a Branqua a Joam Teixeira cidadão desta cidade. Francisco Peixoto o escrevy.

Folgueira / Correa /
Manoel Luis / Campello
Ruy Leite / Correa

[Fl.12v] **Reunião anulada**

Sesta feira oito dias do mes de Julho do ano de mill quinhemtos [*e oitenta*] não ouve efeito este termo. Diogo Veloso o esprevy.

Reunião anulada

Oje dezaseis dias do mes de Julho de mil e quinhemtos e oitenta annos forão juntos en camara Alvaro Folgeira juiz ordinario e Manuel Luis vereador e Bras Diaz Campello procurador. E por não aver mais ofeciaes não fizerão camara e asinarão aqui. Francisco Peixoto o escrevy.

Folgueira / Manoel Luis / Campello

Reunião anulada

Oje vinte e tres dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oitenta anos forão juntos en camara Alvoro Folgeira juiz e Fernão Correia vreiador (*sic*) e Bras Dias procurador do concelho. E por não virem os mais regedores se não fez camara tanjendo duas vezes o sino pera isso como deu fe Gonçallo Fernandez porteiro. E por essa causa se não abrio a carta que trouxe hum caminheiro, a qual se entregou a Alvoro [fl.13] Folgeira e Antonio Correia juizes e Bras Dias Campello procurador a quoal esta en poder de min escrivão. Francisco Peixoto o escrevy.

Folgueira / Correa / Campello
Gonçalo (+) *Fernandiz porteiro*

Oje quarta feira que são vinte e sete dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oitenta annos forã juntos en camara Alvoro Folgeira juiz ordinario, Manoel Luis, Fernão Correia, Rui Leite vreiadores (*sic*) e Bras Dias Campello procurador.

Carta sobre a dízima

Item na dyta camara acordarão de ver a carta que trouxe hum caminheiro cujo sobreescrito dezia[43] "por el Rey" a quoal trouxe hum homem que dise aver nome Jeronimo Ferreira a quoal abrirão e lerão e se amostrou ao Reverendissimo Senhor Arcebispo.

Imposição do sal

Acordarão mais e mandarão a mim escrivão tresladase neste livro a provisão [fl.13v] que tinhão do Senhor Arcebispo pera a enposição do sal e carne e o treslado della vay adiante.

Arrecadador das imposições

Item acordarão mais que Bras Dias Campello procurador do concelho tivese cargo da arrecadação das ditas enposiçõens e as arrecadase con o escrivão do carguo e que lhe seria arbitrado o que parecese ben por seu trabalho a custa da mesma enposição.

Imposição aos carniceiros

Item acordarão que pera boa arrecadação das ditas enposiçõens que o dito Bras Dias Campello com ho escrivão do carguo todos os dias soubesen dos carniceiros a carne que matavão e a fizesen vir toda junta ao asouge e a fizesem pezar e diso fizese asento no livro de quoantas arrobas e arrateis se montar na dita carne e que fara noteficar aos carniceiros cada hum de per sy como ho dito Senhor Arcebispo tem concedido[44] enposição na carne hum real por arratel, de maneira que vallendo a carne de vacum a oito re[ai]s, o arratel balha a nove reais o arratel. O quoal real de enposição os carniceiros ão de arrecadar dos compradores que a comprarem pera entregarem o dito dinheiro cada somana (*sic*) ao dito Bras Dias e na carne de crestão e carneiro avera tãobem hum arratel diguo hum real de enposição por arratel e asi avera taobem a mesma enposição en toda a carne de porquo que se vender no asougue alem da postura que pellos almotaces lhe for posta.

Uso do açougue

Item acordarão mais que nenhum carniceiro ou pessoa outra [fl.14] de quoalquer calidade que seja que vender carne a não posa vender em sua casa nem fora do asougue pera que a dita enposição venha em boa arrecadação nem a posa talhar no asouge sem primeiro ser pezada perante o dito Bras Dias e o escrivão do carguo o que se entendera tãobem nas pesoas que talharem no termo desta cidade.

Penas aos infractores

Item acordarão que quoalquer pessoa que não guoardar a firma deste regimento e for contra elle em parte ou en todo seja preso e da cadeia page vinte cruzados pera o concelho e engeitados. E alem diso perdera a valia da dita carne que vender contra forma deste regimento. O quoal regimento mandarão que fosse noteficado aos carniceiros cada hum de per sy e que se fizese termo da dita noteficação.

---

43 Na margem tem "*carta*".

44 A frase encontra-se sublinhada entre "*como*" e "*concedido*".

Imposição do sal

Item[45] acordarão mais que a enposição do sal se arrecade pola maneira seguinte: primeiramente, o dito Bras Diaz com o escrivão do cargo pora em item todas as pesoas que costumão comprar e vender sal nesta cidade e seus arrabaldes de que se fara termo no livro e asento. E feito isto tomarão reconto de todo o sal que cada hum delles tever ao presente e lhes declararão e noteficarão como daqui por diante enquoanto durar a dita enposição ho ão de vender [*a*] mais hum real por[46] alqueire daquillo que pellos almotaces lhe for posto e não poderão meter o sal que demtro lhes vier em suas casas nem descarregallo dos [fl.14v] carros per si nem per outrem sem primeiro ho mostrarem ao dito Bras Dias Campello e ao escrivão do carguo. E quoalquer pesoa que o contrairo fizer encorrera em pena de vinte cruzados de pena pagos da cadeia pera ho concelho e engeitados, alem de encurrer em perdimento do dito sal que aly meter descarregar ou vender em sua casa pera a mesma enposição. E o mesmo se entendera na carne porque alem da pena atras declarada o perdimento da carne sera aplicado pera a mesma enposição e mandarão que este regimento se noteficase ao (*sic*) todos os saleiros e mais pesoas que venderem sal nesta cidade seus arrabaldes e termo e que diso se fizese termo.

E quoanto as pesoas de fora que a esta cidade e termo vierem vender sal pagarão o dito real de enposição por alqueire sem encorrerem em outra pena salvo sendo noteficados.

Pagamento em atraso

Item acordarão mais que se paguasem as festas que estavão por pagar conforme ao anno pasado.

Pagamento aos oficiais dos muros da cidade

Item[47] acordarão mais que aos officiaes que trabalharem no muro desta cidade se lhe pagase cada sabado fazendo ferea pella manhã seginte, a saber, ao mestre Antonio Cerqueira hum tostão por dia e a seu tio oitenta reais e aos mais officiaes a setenta reais e aos servidores a quorenta reai. A quoal ferea fara Manuel Luis vreador e Bras Diaz Campello que fara o dito pagamento os quoaes pagamentos [fl.15] e fereas se farão com asinado de quoalquer dos deputados das ditas obras que forem presentes a ellas aquella sumana. E eu Francisco Peixoto que ho escrevy e os senhores regedores asinarão aquy.

Ruy Leite procurador[48] pedio licença por oito dias. O sobredito escrevy eu Francisco Peixoto.

Folgueira / Manoel Luis / Correa / Ruy Leite / Campello

Provisão do arcebispo sobre a obra dos muros e torres da cidade

Seguese o treslado da provisão das fintas da carne e sal de que faz menção o acordo atras, diguo, da enposição:

Nos[49] o Arcebispo Primas Senhor de Braga etc. aos que esta nossa provizão virem fazemos saber que por justos respeitos de serviço de noso senhor pera reparar os muros e torres e portas [fl.15v] desta nosa cidade pello que convem a defensão della e por evitar opreção do povo della con fintas avendo outrosi respeito ao pouquo rendimento das rendas da camara della, damos e concedemos a dita camara

---

45 Na margem tem, em letra posterior: "*accordão da imposição do sal*".
46 Emendado sobre outra palavra.
47 Na margem tem "*Comissão a Manoel Luis pera os muros*".
48 Emendado sobre "*vereador*".
49 Na margem tem "*Emposição da carne e sal*".

imposição na carne[50] e sal que nella se vender, a saber, a real por arratel della e o mesmo por raza do sal. A quoal imposição durara emquoanto não mandarmos o contrairo no que nos conformaremos com os gastos e despesas que na reparação dos ditos muros torres e portas se fizerem noteficamollo asim a todas nosas justiças desta nosa cidade. Dada em Bragua, sob noso sinal e sello de nosas armas a treze de Julho. Felipe Soares nosso escrivão da camara a fez de mil 580 annos. E a eixecução do sobredito cometemos aos regedores da camara desta nosa cidade.13 de Julho 1580.

O Arcebispo Primas.

A quoal eu Francisco Peixoto tresladey por mandado dos senhores regedores[51].

Oje sesta feira vinte e nove dias do mes de Julho de oitenta annos forão juntos em camara Alvoro Folgeira juiz ordinario, Manoel Luis, Fernão Correia vreadores e Bras Dias Campello procurador.

Almotacés de Agosto

Item na dita camara acordarão de tirar almotaces pera servirem o mes d'Agosto pera que mandarão tirar o cofre de dentro do almario e de dentro delle tirarão a bolça em que estão os pelouros e dantre elles tirarão hum [fl.16] do quoal sairão por almotaces Balthesar da Rocha e Dioguo Veloso os quoaes mandarão loguo chamar e vierão [*e*] lhes derão juramento dos Santos Evanjelhos sob o carreguo do quoal lhes encarregarão que eles sirvão o dito careguo d'almotaces o mes d'Agosto guoardando en todo o serviço de Deos e d'el Rey nosso senhor e o direito as partes e o segredo a justiça e elles asy o prometerão e asinarão aquy e seu regimento e as vreaçoens desta camara. E por se não achar Diogo Velloso cometerão a quoalquer oficial da dita mesa lhe posa dar juramento de fora perante min escrivão.

Folgeira/ Manoel Luis/
Balthasar da Rocha
Campello/ Correa

Não houve reunião

Oje sabado trinta dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Manoel Luis vreador (*sic*) e Bras Dias procurador e por não virem mais ofeciaaes não fizeram camara e asinarão aquy. Francisco Peixoto o escrevy.

E loguo asy derão [fl.16v] juramento a Dioguo Velloso que saio por almotace pera ho mes que vem d'Aguosto o quoal prometeo servir o dito carguo bem e verdadeiramente comforme a seu regimento e asinou aquy. E sobreveo Alvoro Folgeira juiz ordinario e por não aver vreadores não fizerão camara. Francisco Peixoto o escrevy.

Folgeira / Manoel Luis /
Campello Veloso

---

50 Emendado sobre "*camera*".

51 Esta frase foi acrescentada entre a data do despacho e a assinatura do Arcebispo Primaz.

Não houve reunião
Oje quoarta feira tres dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oitenta estando Bras Dias, diguo, estando pera fazer camara pareceo Bras Dias Campello e por não virem os mais senhores regedores se não fez camara. E loguo por Gonçalo Fernandiz porteiro da dita camara foy dito a elle Bras Dias e a min[52] escrivão que Alvaro Folgeira juiz ordinario e Manoel Luis vreador lhe mandarão que fosemos aos pasos arcebispais por que erao[53] chamados do (*sic*) senhor Acebispo (*sic*) e que por essa causa não podia aver camara. Francisco Peixoto o fiz.

Campello / do p+orteiro

[Fl. 17] **Não houve reunião**
Oje sabado seis dias do mes de Agosto de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Alvaro Folgeira juiz ordinario e Fernão Correia vreador e Bras Dias Campello procurador e por não aver mais offeciaes e estar doente Antonio Correia outrosy juiz ordinario e Ruy Leite vreador ser ausente o quoal mandarão buscar e respondeo estar doente de maleitas e por essa causa não fizerão camara. A quoal fe deu Gonçallo Fernandiz porteiro da camara que aquy asinou com elles senhores. Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgeira/ Correa/ Campello
De Gonçalo Fernandiz
(+) porteiro da camara

Não houve reunião
Oje quoarta feira dezasete dias do mes d'Aguosto de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Alvoro Folgeira juiz ordinario, Fernão Correia vreador e Bras Dias Campello procurador. E por estar Antonio Correia outrosy juiz doente e Manoel Luis vreador e Ruy Leite vreador ser ausente, não se fez camara sendo tangido o sinno pera isso e asinarão aqui. Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgeira Campello Correa

[Fl. 17v] Oje quoarta feira vinte dias do mes d'Aguosto de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Alvoro Folgeira juiz ordinario e Fernão Correa e Manoel Luis vreadores.

---

52 Emendado sobre "*Al*".
53 O "*m*" final de "*eraom*" foi emendado para "*c*" da palavra seguinte.

Notificação ao juiz ordinário

Item na dita camara acordarão que fose noteficado o licenciado Antonio Correa juiz ordinario que viese as camaras ordinarias com pena de vinte cruzados.

Notificação a Rui Leite

Item acordarão mais que se pasase carta assinada per elles regedores per que fose requerido Ruy Leite v[*e*]reador viesse servir seu officio com a mesma pena de vinte cruzados.

Despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçoens. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara o escrevy.

Folgeira Manoel Luis Correa

Não houve reunião

Oje sabado vinte e sete dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Alvoro Folgeira juiz ordinario e por os mais companheiros serem chamados do (*sic*) senhor Arcebispo pera cousas que importavão se não fez camara e asinou aquy. Francisco Peixoto escrevy. E outrosi sobreveo Bras Dias Cam-[fl.18]pelo procurador do concelho e por não aver os mais pella dita causa se não fez a dita camara. Francisco Peixoto o escrevy.

Folgeira Campello

Oje quoarta feira trinta e hum dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara o (*sic*) senhores Antonio Correa juiz ordinario e Manoel Luis, Fernão Correa, Rui Leite vreadores e Bras Dias Campello procurador do conselho (*sic*).

Almotacés para Setembro

Item na dita camara acordarão de tirar almotaces pera servirem o mes de Setenbro e mandarão tirar o cofre do almario e de dentro delle tirarão a bolça em que estão os pelouros e dantre elles tirarão hum do quoal sairão por almotaces Damião d'Almeida e Francisco Teixeira os quoães mandarão loguo chamar e vierão. E lhes derão juramento dos Santo (*sic*) Evanjelhos sob carrego do quoal lhes encarregarão que elles sirvão o dito carrego d'almotaces o mes de Setenbro guardando em todo o serviço de Deos e d'el Rey nosso senhor e o dirreito as partes e o segredo a justiça e elles asi o prometerão e a-[fl.18v]sinarão aquy e o seu regimento e as vreaçoens desta camara. E eu Francisco Peixoto ho escrevy.

Damyão de Almeida
Francisco Teixeira
Correa Correa
Manoel Luis
Rui Leite d'Andrade
Campello.

Acta da aclamação de Filipe II

[54] Oje dous dias do mes de Setembro de mil e quinhentos e oitenta annos nos paços arecbispaes estando presente o Reverendissimo Senhor Arcebispo Dom Frei Bertholameu dos Martires nosso senhor e bem asy os juizes vreadores e procurador do conselho (*sic*) e os procuradores eleitos do Cabido, o Reverendissimo Deão e Belchior da Si[*l*]va, e sendo chamados e convocados os cidadãos e povo desta cidade per pregoens que se derão nos lugares acostumados delles loguo per Sua Senhoria Reverendissima e pellos ditos officiaes da camara foy mostrada aos cidadaos e povo [fl.19] hia provisão dos senhores governadores deste reino per que declarão a suceção delle pertencer ao crestianisimo Rey Felipe. E vista a dita provisão e o estado em que o reino esta, pareceo que convinha a serviço de nosso senhor, bem e quietação destes reinos e desta cidade e seu povo alevantar logo e dar sua vos ao dito catoliquo Rey Felipe requonhecendo ho por verdadeiro Rey e socesor destes reinos. E loguo votarão os cidadãos e mais povo porante (*sic*) Sua Senhoria Reverendissima e todos os que forão juntos pellos ditos pregoens que se conthem nos roles que adiante se segem asinados pelo dito Reverendissimo senhor Arcebispo e officiaes da camara. E tomados seus votos todos alevantarão por Rey e verdadeiro e natural socesor destes reinos ao catoliquo Rey Dom Fellipe conforme a uso e custeme (*sic*) destes reinos. E <mandarão que> logo se lhe fizesem as festas comforme a como se costuma nestes reinos. E de todo ho asima dito mandarão a min escrivão fazer este termo e dou fe pasar tudo asi na verdade e todos votarem pella dita maneira. E deu fe Fruitoso Rodriges porteiro que de mandado dos officiaes da camara dera os ditos pregoens estando a tudo por testemunhas o doutor Fernão Mergulhão provisor, o doutor Gregorio Ruiz vigairo geral e o conigo Pero Tavares e o sobredito. Eu Francisco Peixoto escrivão da Camara o escrevy com a entrelinha que diz "mandarão que". Francisco Peixoto o escrevy.

O Arcebispo Primas
Diogo Figueira Silva

---

[54] Antes do texto integral desta acta, foi escrito um primeiro esboço, que foi cancelado, mas se transcreve a seguir: - "*Oje dous dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oitenta annos digo dous dias do mes de Setenbro nos paços arcebispaes stando (sic) presente o Reverendissimo Senhor Arcebispo Dom Frei Bertholameu dos Martires noso senhor e bem asy os officiaes da camara que abaixo asinarão sendo chamados os cidãos (sic) e povo.*"

(Seguem-se 4 folhas avulsas com o auto de proclamação de Filipe II e os nomes dos presentes):

[55] **[Fl.19.1]** Aos dous dias do mes de Setembro do anno de mil e quinhentos e oitenta annos nos paços Arcebispaes na camara d'Erculles estando hi presente o Reverendissimo Senhor Arcebispo Dom Frei Bertholameu dos Martires Arcebispo e Senhor de Bragua primas etc. per elle com os juizes e vreadores e procurador do concelho desta cidade de Bragua e capitãens cidadãos e povo della foi comonicado sobre se aver de tomar voz pello catolliquo Senhor Rei Dom Fellipe. E por todos os abaixo nomeados foi notado cada hum em particullar e todos en geral que se levantasse por Rey e Senhor destes reinos de Portugal ao catolliquo Rey Fellipe e no dito dia se levantasse por Rey e Senhor como consta do termo que se fez no livro dos acordes da camara no dito dia. E todos os abaixo nomeados foram chamados per mando [*do*] dito Senhor Arcebispo Primas e por pregão publiquo que se deitou no dito dia. E elle Senhor Arcebispo tomou os votos comiguo escrivão. Francisco Peixoto escrivão da camara da dita cidade ho escrevy.

Item Dioguo de Barros Capitão mor
Item Damião d'Almeida sargento mor
Item o doutor João Nogueira capitão
Item Fernão de Teive capitão
Item Antonio Alvrez Barroso

[Fl.19.1v]

Item Francisco de Brito capitão
Item Tristão da Guoarda
Item Antonio da Fonseca Pedrosa
Item o doutor Pero Fernandiz de Lima
Item Antonio Sobrinho
Item o licenciado Antonio Camello
Item Martinho da Maia
Item Migel d'Azeredo
Item o licenciado Antonio de Faria
Item Dioguo Machado
Item Baltesar da Rocha
Item Pero Lopez
Item Pero d'Areas
Item Francisco Teixeira
Item o doutor Gonçallo Gil
Item Manoel de Queiros
Item Francisco Rabello
Item o licenciado Bernaldo Velho
Item o licenciado João Bautista.

---

[55] Os fólios que se seguem não faziam parte das folhas iniciais do Livro de Actas, tendo sido introduzidas posteriormente, imediatamente antes do fl. 20. A fim de não alterarmos a numeração original, optamos por considerar as folhas introduzidas como subdivisões do fl. 19.

Ofeciaes

Item Gaspar Correa sirgeiro
Item Antonio Rodriguiz luveiro
Item Francisco Alvres çapateiro
Item Domingos Perez almocreve
Item Domingos Mendes cutelleiro

[Fl.19.2]

Item Joam Nunez homem preto forro
Item Joam Gonçalvez carpinteiro
Item Gonçalo Pirez trabalhador
Item Bastião Duarte cutilleiro
Item Gaspar Gonçalvez torneiro
Item Tome Pirez çapateiro
Item Francisco de Brito
Item Francisco Velloso alfaite (*sic*)
Item Jorge Fernandiz çapateiro
Item Alvoro Pirez ferreiro
Item Bento Rodriges torneiro
Item Cristovão Francisco carpinteiro
Item Fernão Gonçalvez relogeiro
Item Nicollao Gonçalvez carniceiro
Item Antonio Soares dos Chãos
Item Jacome Rodrigues sirgeiro
Item Francisco Fernandiz Marcolino
Item Joam de Lima sirgeiro
Item Jorge Fernandiz
Item Antonio Francisco sirgeiro
Item Francisco d'Aguilar buticairo
Item Pero Diaz sulicitador dos residos
Item Francisco Ribeiro alfaite (*sic*)
Item Gonçallo Carvalho sonbreireiro

[Fl.19.2v]

Item Tome Diz çapateiro
Item Vicente Gonçalvez çapateiro
Item Bras Guomez çapateiro
Item Antonio Cequeira pedreiro
Item Graviel Preira ferreiro
Item Damião Pirez çapateiro
Item Giraldo Domingez çapateiro
Item Francisco Alvres sapateiro
Item Francisco Alvres sapateiro[56]
Item Antonio Diaz cutilleiro
Item Francisco Martinz cutilleiro
Item Lourenço Fernandiz çapateiro

---

[56] Não sabemos se o escrivão repetiu este nome, ou se, pelo contrario, se trata de individuos distintos.

Item Mateus Alvres serieiro
Item Antonio Martinz cutilleiro
Item Bastião Gonçalvez mercador
Item Antonio Alvres sulicitador
Item Antonio Pirez alfaite (*sic*)
Item Francisco Martinz alfaite (*sic*)
Item Domingos Gomez sonbreireiro
Item Bastião Alvres alfaite (*sic*)
Item Francisco de Freitas çapateiro
Item Francisco Lopez ataqueiro
Item Dominguos Lopez barbeiro
Item Dioguo Pirez alfaite (*sic*)
Item Francisco Rodrigues çapateiro

[Fl.19.3]

Item Lourenço Serveira
Item Antonio Fernandiz mercador
Item Belchior Pirez ferrador
Item Rodrigui'Enes (*sic*) alfaite (*sic*)
Item Antonio Alvres çapateiro
Item Gonçalo d'Aguiar cineiro
Item Francisco Fernandiz carniceiro
Item Joam Fernandez sarralheiro
Item Salvador Tinoquo cleriguo
Item Antonio Diz cleriguo
Item Cosme Fernandiz cleriguo
Item Pero Andre carpinteiro
Item Manoel Alvres saleiro
Item Belchior Diaz torneiro
Item Domingos Diz selleiro
Item Antonio Andre barbeiro
Item Gonçalo Paes solicitador da justiça
Item Giraldo Fer[nand]iz sonbreireiro
Item Antonio Gonçalviz ataqueiro
Item Gonçalo Rodrigues celleiro
Item Francisco Rodrigues almocreve
Item Francisco Gonçalvez sarralheiro
Item Jacome Gonçalvez sarralheiro

[Fl.19.3v]

Item Gaspar Francisquo sarralheiro
Item Gonçalo Rodriguiz çapateiro
Item Gaspar de Freitas barbeiro
Item Domingos Fernandiz pintor
Item Antonio Alvres sangrador
Item Joam Gomez cutilleiro
Item Antonio Joam serrador
Item Pero Gonçalvez torneiro
Item Dioguo Pirez sarralheiro

Item Pero Afonso alfaite (*sic*)
Item Antonio Pedrosa surrador
Item Manuel Soares escrevente
Item Antonio Alvres çapateiro
Item Gonçalo Diz çapateiro
Item Antonio Alvaro çapateiro
Item Amador Gomez charamella
Item Manoel Marçal çapateiro
Item Francisco Gonçalvez alfaite (*sic*)
Item Francisco Rodriguez trabalhador
Item Joam Luis çapateiro
Item Gaspar da Costa sirgeiro
Item Gomez Rodriges alfaite (*sic*)

[Fl.19.4]

Item Francisco Fernandiz surrador
Item Francisco Gonçalvez surrador
Item Aleixo Fernandiz cutilleiro
Item Pero de Matos sonbreireiro
Item Belchior Luis serralheiro
Item Bernardo Martinz caldeireiro
Item Domingos Pirez vinhateiro
Item Giraldo Gonçalvez ferreiro
Item Francisco Alvres alfaite (*sic*)
Item Antonio Gonçalvez alfaite (*sic*)
Item Balthesar Alvaro alfaite (*sic*)
Item Antonio Alvaro cutilleiro
Item Francisco Alvres surrador
O Arcebispo Primas

Alvaro Folgueira /
Antonio Correa /
Manoel Luis / Correa Campello

(*Fl. 4 v., em branco*).

(*Continuação da paginação do livro de actas*).

(Fl. 19 v.)

Alvaro Folgueira Manoel Luis
Correa
Fernão Correa Rui Leite d'Andrade
Campello
Fernam Mergulhão doutor
Gregorio Rodriguez
Pero Tavares

Levantamento de Filipe II

E loguo no dito dia mes e anno atras escrito se ajuntarão os senhores regedores com os cidadãos do povo e com o povo se ajuntarão as portas dos paços arcebispaes onde estava Diogo de Barros capitão desta cydade o quoal tomou a bandeira da cidade em suas mãos e com ella fez o auto do levantamento do catoliquo Rey Dom Felipe com elles regedores cidadãos e povo com festa de tronbetas, charamellas, atabales e daly vierão com a dita bandeira a praça do pão desta cidade defronte dos Paços do Conselho (*sic*) e hi fizerão a mesma festa e outrosi fizerão ho mesmo a porta do castello lugares acustumados aonde se custuma fazer os semelhantes autos. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara da dita cidade dou fee pasar asi na verdade e o sobredito escrevy.

[Fl.20] Oje terça feira seis dias do mes de Setenbro[57] de mil e quinhentos e oitenta annos se ajuntarão em camara os senhores Alvoro Folgeira, Antonio Correa juizes ordinarios, Manoel Luis, Fernão Correa, Rui Leite d'Andrade vreadores e Bras Dias Campello procurador do conselho (*sic*). Fernandiz. Setembro.

Festas pela aclamação de Filipe II

Item[58] na dita camara acordarão de fazerem festas e mostrarem no exterior a alegria e contentamento que no enterior (*sic*) tem de alevantarem e reconhecerem por seu Rey e Senhor ao muito catoliquo Rey Dom Felipe noso senhor pera ho que mandarão logo que se dese recado a todos os cidadãos que cavalgem e se vistão e consertem como pera tal caso se requere. E asi mais acordarão de chamar algias pesoas pera fazerem danças e tudo ho mais que parecer pera festejarem este contentamento e puzerão o dia pera o dia 1de dominguo a oito dias que são a dezoito dias do dito mes. E porque pera as ditas festas seja mister dinheiro pera os gastos dellas e por esta camara ter tão pouqua renda que não tem nehum deposito antes estar mui endevidada e a cidade e povos della pobricimos por aver muitos dias que nehia mercadoria corre nem hoficio nem ha dinheiro pollas guerras e alvoroços que ouve neste povo com as diferenças que teve com seus vezinhos e alguns naturaes que a isso derão causa por terem esta cidade conservado pera a entregarem a Sua Magestade como hora tem entrege. E pellas rezõens sobreditas asentarão de tomarem pera se vestirem das rendas de Sua Magestade que esperão que ho aja asi per seu seviço, a saber, pera cada hum [fl.20v] dos regedores quorenta mil reais e pera ho escrivão da camara[59] por os trabalhos que teve quorenta cruzados e pera o porteiro dez cruzados pera se vestir. Diz o mal escrito "da camara".

Ordem aos carniceiros

Item acordarão e chamarão logo os carniceiros que desem hia duzia de touros pera ho dia da dita festa.

Folgueira Correa
Manoel Luis Correa
Rui Leite Campello

---

57 Emendado sobre "*d'Aguosto*".

58 Na margem tem, no sentido vertical: "*este acordo não ouve efeito porque se não fezerão as festas nem veo a provisão que os regedores mandavam pedir pera gastarem este dinheiro de que se fez termo adiante*".

59 Emendado sobre outra palavra.

Não houve reunião
Sabodo (*sic*) dez dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Fernão Correa e Rui Leite vreadores e se tanjeo o sino duas vezes e por não virem os maes offeciaes não fizerão camara e asinarão aqui. Francisco Peixoto ho escrevy.

Rui Leite Correa

Quoarta feira quatorze dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Antonio Correa juiz ordinario, Manoel Luis, Fernão Correa, Rui Leite vreadores.

Despachos
Na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçoens. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara ho escrevy.

Correa Manoel Luis
Correa Rui Leite

[Fl. 21] **Não houve reunião**
Sabodo dezasete dias do mes de Setenbro de oitenta annos diguo de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara o licenciado Fernão Correa e Rui Leite d'Andrade vreadores e Bras Dias Campello procurador e por não aver (*sic*) os mais offeciaes se não fez a dita camara e asinarão aqui. Francisco Peixoto ho escrevy.

Correa Rui Leite Campello

Sabodo vinte e quoatro dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara os senhores Alvoro Folgeira juiz ordinario, Manoel Luis e Fernão Correa vreadores e Bras Dias Campello procurador do conselho (*sic*).

Despachos
Na dita camara ouvirão partes e despacharão partes, diguo, despacharão petiçoens. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara ho escrevy.

Folgueira Manoel Luis Correa Campello

Quoarta feira vinte e oito dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara os senhores Alvaro Folgeira juiz ordinario, Manuel Luis, Fernão Correa vreadores e Bras Dias Campello procurador do conselho (*sic*).

Almotacés para Outubro

Item na dita camara acordarão de tirar almotaces [fl.21v] e loguo tirarão do cofre aonde esta a bolça dos pellouros dos almotaceis e se tirou hum dos pellouros. E sairão por almotaces Geraldo de Paiva e Fellipe Soares e por Geraldo de Paiva ser ausente notoriamente per elles regedores foi eleito pera servir de almotace ho mes que vem de Outubro em lugar de Geraldo de Paiva o licenciado Dioguo Pinto. E logo sobreveio o dito licenciado ao quoal foi dado juramento dos Santos Evanjelhos sob carreguo do quoal lhe encarregarão que elle sirva ho dito officio, diguo, o dito carrego de almotace ho mes de Outubro goardando em todo ho serviço de De[*u*]s e d'el Rei no[*sso*] senhor e o direito as partes e o segredo a justiça e elle asi ho prometeo e de goardar as vreaçoens desta camara e asinou aquy. Francisco Peixoto ho escrevy.

Dioguo Pinto

Juramento a Filipe Soares

E loguo sobreveo Fellipe Soares que outrosi saio por almotace pera servir o mes de Outubro ao quoal loguo foi dado juramento dos Santos Evanjelhos sob carrego do quoal lhe encarregarão que elle sirva o dito cargo de almotace ho mes asima dito goardando em todo o serviço de Deos e d'el Rei nosso Senhor e o direito as partes e o segredo a justiça e de goardar as vreaçoens desta camara e asinou aquy. Franciso Peixoto ho escrevy.

Soares

[Fl.22] Despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçoens. E eu Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgueira
Correa Manoel Luis Correa
Campello

Auto que mandarão fazer Fellipe Soares e o doutor Pero Fernandiz de Lima e o licenciado Francisco Soares.

Auto de eleição, supletivo

Anno do nacimento do Nosso Senhor Jisu (*sic*) Christo de mil e quinhentos e oitenta annos aos vinte e seis dias do mes de Outubro do dito anno em esta cidade de Braga dentro na casa da camara e mesa della estamdo ahi os senhores Fellipe Soares juiz e o doutor Pero Fernandez de Lima e ho licenciado Francisco Soares[60] e per elles foy mandado a mim taballiam fazer este auto em como era verdade que por esta cidade estar despejada de gente e o Senhor Arcebispo auzente della e não aver justiças nem quem gouvernase esta cidade, salvo o doutor Antonio Correa juiz ordinario, e aver nesta cidade grandes revoltas e inquietações e desasuceguos em tanto que ho povo que la ficou se não tenha por seguro e vivia muito suspeitoso de mortes e tonbos asy dos naturaes dela como de pesoas estrangeiras que hião he vinhão da cidade do Porto a gisa que nella s'esperava pollo que ho dito doutor Antonio Correa chamara o povo pera enleger officiaes como enlegeram per vozes do dito povo, a saber, ao dito licenciado [fl.22v]

[60] Riscado: "*e Bras Dias Campello procurador do comcelho*".

Francisquo Soares por juiz com ho dito doutor Antonio Correa, e vreadores ao dito doutor Pero Fernandiz de Lima, Paullo Machado e ho doutor Fellipe Soares e procurador do concelho a Joam Gomez. A quoal eleição fezera ho dito doutor Antonio Correa com Manoel Lopez que nesta cidade ao tal tenpo se dezia servir de iscrivão ho quoal Manoel Lopez se ausentara desta cidade e levara ho auto da dita eleição. E porque eles tinhão aceitado os ditos carreguos por entenderem servirem niso Nosso Senhor e ao Senhor Arcebispo e a Republica desta cidade procedendo como procederão em tudo o que convinha ha paz e quietação em suseguo da dita Republica e pera que em todo tenpo constase de como forão enleitos por se temerem que ho dito auto se perdese em poder do dito Manoel Lopez mandaram ha mim taballião fizesse este pera a todo tenpo constar disso e asynaram aqui. Gaspar Campello tabeliam per ausencia de Francisco Peixoto escrivam da camara ho esprevi, com ho riscado que dezia "Bras Dias Campello procurador do concelho". Sobredito ho esprivi. Declarando mais eles ditos juiz e vreadores que eles tomaram juramento com a dita enleiçam em forma o qual auto e juramentos o dito Manoel Lopez era com ho dito doutor Antonio Correa. Aos dezaseis dias deste presente mes sobredito ho esprevi.

Franciso Soares
Filipe Soares
Pero Fernandiz de Lima

[Fl. 23] Pregão pela defesa da cidade

E diserão que estando em camara em casa do dito licenciado Francisquo Soa[*r*]es juiz aos vinte e quoatro dias deste presente mes acordarão que se lansase pregão nesta cidade que todo ho espingardeiro fizese ho que lhe mandase ho seu anavel so penna de dez cruzados paguos da cadea pera quem hos acuzar. E asy que toda ha pesoa da dita cidade e seu termo, ouvindo repicar do sino desta See, acodise as portas dela com muita delegencia com suas armas pera ha deffenderem das pesoas que quizesem entrar arronbar ou fazer qualquer outra molestia e isto com penna de dous annos de degredo pera Africa e perdimento de suas fazendas. E isto por ser notorio ao redor della as quoadrilhas de ladrões e se ter por serto que andavam roubando em outras partes e o es, digo, e ho mesmo esperavam fazer nesta cidade. E que pera boa guoarda della tinham feito alguas despezas a conta do concelho que comvinhão e importavam muito ha reepublica, das quoaes tinham pasado asinados em que declaravão ho intento dellas que estavão em poder de Bras Dias Campello procurador do concelho que por ora serve ho dito carreguo, ouveram por escuso delle ao dito João Gomez na qual camara e outras que fizerão impurtantes em lugares particullares que ha falta de escrivam e taballiam que nam avião na ora se nam fez asento diso, pollo que mandaram a mim taballiam dello fazer (?) esta declaraçam que asynarão. E os ditos licenciados Francisco Soares juiz ordinario e ho dito Felipe Soares vreador que serve de juiz per impedimento do dito doutor Antonio Correa e o doutor Pero Fernandiz de Lima e Martinho Annes pregoeiro que deu fee que deitara per esta cedade (*sic*) tres [fl.23v] hos (*sic*) pregoes asima declarados. E eu sobredito Gaspar Campello tabeliam ho escrevy e declaro que os sobreditos juiz e vreadores Bras Dias Campello procurador do concelho fizeram camara e despacharam petições e deram licença ha Bras Dias Campello por oito dias pera hir fora desta cidade a negoceos que lhe relevavão. Sobredito ho esprevy.

Francisco Soares Felipe Soares
Pero Fernandiz de Lima
De Martinho (+) Annes Campello

Almotacás para Novembro

Aos vinte e nove de Outubro de mil e quinhentos e oitenta annos que foy sabado forão yuntos (*sic*) em camara o licenciado Francisco Soares juiz e o doutor Pero Fernandiz de Lima vreador e por não virem hos mais officiaes tangendo ho syno per duas vezes tirarão do cofre aonde esta ha bolça dos pellouros dos almotaceis e se tirou hum dos pellouros. E sairão por almotaceis Antonio Sobrinho e Antonio de Moura e estes pera servirem o dito carreguo de almotace o mes de Novenbro loguo seguinte deste presente anno e loguo pareceo ho dito Antonio de Moura ao qual derão juramento dos Santos Avangelhos em que elle pos sua mão direita so[*b*] carreguo do quoal lho mandaram service o dito carreguo ho dito mes de Novenbro. E ele Antonio de Moura asy ho prometeo fazer. E por na cidade não estar Antonio Subrinho pera [fl.24] lhe ser dado ho dito juramento cometerão eles juiz e vreador ha mim taballiam lhe dese de fora ho dito juramento pera que bem e verdadeiramente servise ho dito carrego de almotace ho dito mes com ho dito Antonio de Moura e asinaram haqui. E eu Gaspar Campello tabelliam per auzencia de Francisco Peixoto escrivão da camara ho escrevy.

Antonio Peixoto de Moura Lima
Francisco Soares

Em hos trinta e hum dias do mes Outubro de mil e quinhentos oitenta annos foram juntos fazendo camara na aboboda da See o licenciado Francisco Soares juiz ordinario e o doutor Pero Fernandiz de Lima vreador e Paullo Machado e Fellipe Soares outrosi vereadores.

Mais almotacés e chegada de soldados castelhanos

Acordarão que por terem por ymformação que vinhão pera esta cidade serta copia de soldados castelhanos pera se alogearem nella que, por não aver revoltas neste povo, tratarão de ordenar como se podesem agazalhar com menos opresão do povo que podese ser. E pera isso alem dos almotaceis que estavão tirados ordinariamente pera este mes que vem elegerão por almotaceis a Francisco de Brito e a Diogo de Paiva pera que eles com hos outros dous aposentasem os ditos solda-[fl.24v]dos e gente e lhes buscasem tudo ho necessario pera sua comida e mais gazalhado, pera o que lhes derão seu poder. Os quoais Francisco de Brito e Diogo de Paiva e Antonio Sobrinho hum dos almotaceis ordinarios jurarão aos Santos Avangelhos de servirem ho dito carreguo bem e verdadeiramente os quoaes Diogo de Paiva e Francisco de Brito durarão enquoanto os ditos soldados nesta cidade estiverem e asynarão. Gaspar Campello tabeliam ho escrevy.

Francisco de Brito
Paiva
Antonio Sobrinho

Autorização de compra

E derão mais hum consentimento a hia compra que fez Pero Rodriguez ortelão do Arcebispo ao doutor Pero Fernandez de Lima de hia (*sic*) casas que estão no Campo da Vinha fateosim prepetu (*sic*) propiedade deste concelho. O qual Pero Rodriguez pagou logo mil e duzentos reais de laudemeo per as comprar em corenta e oito mil reais. O qual dinheiro ele dito doutor Pero Fernandez recebeo por não estar na tera ho procurador do concelho e se hobrigou a o entregar todas as vezes que per eles regedores lhe fose mandado. Gaspar Campello tabeliam ho escrevy.

Francisco Soares
Filipe Soares
Pero Fernandiz de Lima

Segunda feira sete de Novenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara os senhores Alvro (*sic*) Folgeira e doutor Antonio Correa juizes ordinarios e Antonio Vieira e doutor Fernão Correa vreadores e acordarão ho seguinte. E tambem foi junto em camara o doutor Pero Ribeiro vreador.

[Fl. 25] Pregão aos mesteirais

Item na dita camara por ser lansado pregão que os almocrevis, taverneiros, azeiteiros, caleiros, carniceiros, padeiras viesem ha dita camara pera com eles se asentar ho modo he maneira como correrião com suas mercadorias pera esta cidade pera aver abastança que os soldados que ora estão serem providos com habastança. E vindo os ditos mesteres, a saber, alguns deles, com eles asentarão ho modo e maneira que nisto se avia de ter e lhes mandarão so[*b*] penna de serem bem castig[*ad*]os que desem abastança de todo ho necessario de seus mesteres respeitivamente e eles ficaram e asentaram nisso e pera mais abastança mandaram lansar pregão nos lugares acostumados pera comprimento do sobredito.

Outras medidas

Item na dita camara praticarão outras cousas necessarias que pertencião ao bom governo desta cidade. Gaspar Campelo tabeliam per Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgueira Correa
Amtonio Vieira
1580
Correa Ribeiro

Quoarta feira nove de Novenbro de mil e quinhentos oitenta annos forão yuntos (*sic*) em camara Alvro Folgeira juiz ordinario e Antonio Vieira e o doutor Fernão Correa vreadores e hacordarão o seginte.

Lenha para os soldados

Item na dita camara hacordarão que porquoanto aos moradores desta cidade estavão lamsados por suas casas muitos soldados [fl.25v] com hos quoaes alem de lhes darem suas camas fazião outros muitos gastos as suas proprias custas e que ora da parte do senhor capitão lhes era dito que a camara era obrigada a lhis dar lenha pera a guoarda das portas da cidade e que [*a*]os moradores deste termo ate ora não lhes era carregado (*sic*) obrigação algia e que eles tinhão e podião dar ha dita lenha o que asi estava em rezão que por essa causa acordavão e mandavão que cada fregezia deste termo por ora fizesem a esta cidade cada dia alternace quoatro carros de lenha as custas deles sem por isso averem cousa algia e que os ditos carros e lenha fosem entreges aos almotaceis pera os repartirem conforme ao estillo em que ya (*sic*) estavão e que pera isso se pasase alvaraes de correr ho que asy comprirão os ditos moradores deste termo so[*b*] penna cada hum de quinhentos reais e da cadea e que a dita lenha fose boa e de receber e declararão eles regedores que conforme aos moradores de cada freguesia se cumpriria e que hos jurados e cadrilheiros so[*b*] a dita penna fizesem a dita, digo, fizesem trazer a dita lenha.

Despachos

Despacharão os senhores regedores nesta camara petições e ouvirão partes. Gaspar Campello per Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgueira AmtonioVieira Correa
1580

[Fl. 26] Sabado doze dias do mes de Dezenbro[61] (*sic*) de mil e quinhentos oitenta annos forão yuntos em camara Alvro Folgeira juiz ordinario e Antonio Vieira e doutor Fernão Correa e doutor Pero Ribeiro vreadores e acordarão ho seguinte, digo, forão yuntos em camara Alvaro Folgeira juiz ordinario e Manuel Luis e os doutores Fernão Correa e Pero Ribeiro vreadores e acordaram o que se seg[*u*]e.

Pedido de retirada da guarnição militar

Acordarão os ditos juizes e vreadores e cidadãos e povo abaixo asinados que porquoanto esta cidade estava muito opremida e sogeita com muita goarnição de soldados que nella avia que enviasem dous sidadãos (*sic*) a el Rei nosso senhor com carta desta camara e pidisem ao Senhor Arcebispo lhe escrevese tambem sobre isso pera que Sua Magestade ouvese por bem mandar tirar desta cidade ha dita guoarnição dos soldados e que ao diante se lhe não lansase outra atento como esta cidade fora sempre tanto fiel e estava a sua obediencia e não avia necessidade de tal guoarnição com as mais rezões que pera isso lhe darião e que tambem pedisem a Sua Magestade as liberdades e previlegios que lhe tinha prometido e outras cousas necessarias e (*sic*) povo della e que as pesoas que ouvesem de hir fosem com muita brevidade e as custas da renda desta camara.

Pedido sem efeito

Não ouve effeito este termo por duvidas que ouve, e não asinarão mais que os senhores da camara que despacharão petiçõe. Gaspar Campello tabeliam ho escrevy.

Folgueira Ribeiro Correa Manoel Luis

[Fl.26v] Não houve reunião

Sabado dezanove de Novenbro de mil e quinhentos oitenta annos forão juntos em camara os senhores Manuel Luiz e doutor Fernão Correa e Rui Leite vreadores e não fizerão camara por não vir nenhum dos juizes sendo tangido ho sinno e asinaram. Gaspar Campello tabeliam ho escrevy.

Rui Leite Correa Manoel Luis

---

61 Erro, por ***Novembro.***

Sabado vinte e seis de Novenbro de mil e quinhentos e oitenta annos foram juntos em camara Alvro Folgeira yuiz (*sic*) e Antonio Vieira e o doutor Fernão Correa he Rui Leite vreadores e fizeram camara e hacordaram nella ho segimte.

Pedido de vedoria

Item pareceo João Alvrez vendeiro da rua de São Marcos e requereo que elle lhe fora feito vedoria de hias casas que são na dita rua e lha escreveu Joam Teixeira escrivão desta camara que foi e se nam achava a tal vedoria que pedia a suas merces deputasem novos vedores e lhe fizesem sua vedoria. E logo forão deputados por vedores das ditas casas o doutor Fernão Correa e Rui Leite vreadores e mandarão lhe não correse o termo do prazo ao dito João Alvrez.

Eleição de recebedores, adiada

Item na dita camara quiserão fazer hos recebedores e por não ser pre-[fl.27]sente o licenciado Antonio Correa e Bras Diz Campello procurador do comcelho os não fizerão e mandarão a Gonçallo Fernandez os noteficase que ha terça feira logo seginte a huã (*sic*) oras achasem presentes com eles regedores que ora estão nesta camara pera fazerem recebedores e o que mais cumpre ha harrecadasão da siza de Sua Magestade.

Despachos

Item despacharam petições os ditos senhores regedores e ouvirão partes. Gaspar Campello tabeliam por Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgueira Amtonio Vieira Correa
Rui Leite

1580

Terça feira vinte e nove de Novenbro de mil e quinhentos oitenta annos foram yuntos (*sic*) em camara Alvro Folgeira juiz ordinario e Antonio Vieira e o doutor Fernão Correa e Rui Leite vreadores e fizerão camara e hacordaram ho seginte.

Novo adiamento

Item diseram elles senhores juiz e vreadores que elles oje as oito oras se ajuntaram pera fazerem recebedores por asi ho terem asentado com o licenciado Antonio Joam como ontem tinham asentado e eu tabeliam dei fee. E por não vir ho dito Antonio Correa eles sobreditos senhores juiz e vreadores esperarem por ele e ele não vir se não fizerão os ditos recebedores polla manhã. E oje a tarde ordenaram a ma[*n*]dar tanger o sino da camara duas vezes e por nam vir o dito Antonio Correa o mandarão chamar pello porteiro desta camara. O qual dise que lhe dera ho recado e que ele respondera que elle hia pera casa do provisor que como viese que elle veria. E por elle não vir [fl.27v] não fizeram os ditos recebedores e mandarão ao dito Gonçalo Fernandez que notefficase ao dito Antonio Correa que quinta feira polla manhã as oito oras fose yunto com eles regedores nesta camara pera fazerem os ditos recebedores e repartidores da siza e pera outras cousas necessarias pera bem da Republica he serviço de Sua Magestade e o mesmo noteffecase a Felip[e] Carvalho que viese tomar yuramento pera servir de procurador e tomar o dito juramento conforme ha provisam do Senhor Arcebispo.

Almotacés para Dezembro

Item na dita camara foram tirados os almotaceis do cofre segundo costume e sairam Martinho da Maya e Francisco Freire aos quoaes mandaram logo chamar pera servir ho dito carrego o mes que ora vai de Dezenbro deste presente anno. E loguo veo Martinho da Maia ao qual deram juramento e jurou na forma acostumada de bem e verdadeiramente servir ho dito carrego e asinou e o mesmo juramento na

dita forma foi dado a Francisco Freire que logo pareceo.

Martinho da Maia Francisco Freire

Guardas-mores da saúde

Item acordaram na dita camara de fazerem goardas mores da saude desta cidade e acordaram que fosem Antonio Sobrinho he Dioguo de Paiva e Pero Freire, digo, que enlegerão de goardas mores Antonio Sobrinho e Antonio Alvrez Barroso e Pero Freire pera servirem com Diogo de Paiva que esta ya enleito e os mais que te ora serviram os averam por escusos do dito carrego pollo trabalho que tinham levado aos quoaes loguo mandaram vir perante si e por nam virem cometeram a mim tabeliam lhes dese juramento de fora (?) e fizese termo per eles asinado neste livro e asinaram. Gaspar Campello tabeliam ho escrevy. E declaro que logo pareceo Antonio Sobrinho e lhe deram yuramento pera servir ho [fl.28] dito carrego ele jurou e ho prometeo asi fazer. Gaspar Campello tabeliam por Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgueira Amtonio Vieira Antonio Sobrinho
1580
Correa Rui Leite

Juramento dos guardas-mores

E loguo sobreveo na dita camara Antonio Alvres Barroso e Pero Freire aos quoaes os ditos senhores regedores deram juramento dos Santos Avangelhos em que poseram sua mão pera que servisem ho dito carrego de guoardas mores e eles o prometeram fazer e assinaram. Gaspar Campello tabeliam ho escrevy.

Antonio Alvres Barroso Pero Freyre
Folgueira Amtonio Vieira Correa
Rui Leite
1580

Eleição adiada dos recebedores e lançadores das sisas

Quinta feira e primeiro de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Alvoro Folgeira juiz ordinario e Fernão Correa e Rui Leite d'Andrade vreadores os quoaes vinhão pera com os mais companheiros fazerem os recebedores da sisa e lançadores della por terem mandado lançar pregão por Martim Enes pregoeiro desta cidade que abaixo asinou que deu fe que lançara o dito pregão [fl.28v] pellos lugares acustumados que se ajuntasem os cidadãos do povo pera fazerem a eleição dos lançadores das sisas e não veo nenhum cidadão nem povo nem os maes offeciaes da camara sendo pasada a ora acustumada[62] do dito pregão mandarão fazer este termo pera que constase de como não ficava por elles regedores por que estavão prestes pera fazer ho que compria a seus officios e pera mais abastança mandarão ao mesmo Martim Enes que amenhã pela menhã tornase a lançar o dito pregão, com pena de dous mil reais e da cadea, [*que*] viesem todos os cidadãos e povo pera fazerem a dita enleição as oito oras e mandarão a Gonçalo Fernandiz que dese recado aos maes companheiros e asinarão aquy. Francisco Peixoto ho escrevy.

Folgueira Correa
de Mar(+)tim Enes Rui Leite

Eleição dos recebedores

Recebedores

E loguo sobrevierão no dito mes e ano e dia Antonio Correa juiz ordinario e Antonio Vieira vreador antes de sairem os asima nomeados e asentarão de fazerem

[62] Repete a silaba "*da*".

recebedores pera ho ano que vem de oytenta[63] e hum pera receberem a sisa de Sua Magestade desta cidade e arrabaldes e coutos della e mais ramos. E pera feito diso elegerão logo os seguintes, a saber:

Item enlegerão pera **recebedor do geral desta cidade e [fl.29] arrabaldes** a Diego de Carvalhaes morador nesta cidade na rua do Souto.

Item enlegerão pera **recebedor do geral do termo desta cidade** a João Vieira vinhateiro morador na rua das Agoas desta cidade.

Item enlegerão pera **recebedor dos ramos, peixe, carne e azeite** a Pero Jacome morador no campo de Santa Ana.

Item enlegerão pera **recebedores dos ramos do vinho, erdades e igrejas** a Antonio Martinz cutilleiro morador na rua de São Marquos e declaro que pera este ramo do vinho e erdades e igrejas enlegerão a Simão d'Aguiar pera recebedor delles morador na boca da rua das Agoas em lugar de Antonio Martinz.

Substituição

Item e en lugar de Joam Vieira enlegerão a Antonio Fernandiz *ho conde* çapateiro pera ho ramo do geral do termo desta cidade e mandarão ao porteiro que os noteficase.

Na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçõens. Francisco Peixoto ho escrevy e declaro que todos asinarão aquy.

Decisão sobre a festa de S. Geraldo

E declaro que na dita camara acordarão que se fizese a festa do São Giraldo conforme a dos anos pasados e todos asinarão aqui. Francisco Peixoto ho escrevi.

Folgueira Correa Correa
Rui Leite
Antonio Vieira
1580

[Fl.29v] Sesta feira dous dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta anno (*sic*) forão juntos em camara os senhores Alvoro Folgeira e licenciado Antonio Correa juizes ordinarios e o doutor Fernão Correa e Antonio Vieira vreadores e sobreveo Rui Leite outrosi vreador.

Eleição dos repartidores das sisas

Item na dita camara pello licenciado Lionardo Borges ouvidor desta cidade e prisidente do lançamento da sisa com Alvoro Folgeira juiz mais velho forão tomados os votos secretamente pera se fazerem repartidores da sisa[64] do anno que vem. E tomados todos os ditos votos da dita maneira sairão com mais pera averem de repartir a dita sisa, a saber, cidadãos Eitor Diz, Emanoel de Queiros mercadores, Francisco Lopez abolhelheiro e Jeronimo de Portilho macaniquos, Antonio Diz çapateiro e Migel Vaz.

Vedoria requerida

Item na dita camara diserão Fernão Correa e Rui Leite vreadores que elles forão fazer a vestoria das casas que se querem emprazar a João Alvres morador na rua de São Marquos comiguo escrivão e as mandarão medir e acharão que tinhão de comprido des na porta da rua ate ho muro quinze varas e mea de medir e de

---

63 A primeira silaba foi corrigida.
64 Na margem tem: " *Lançadores da ciza*".

largo na trazeira tres varas e mea e em sima no sobrado outrosi de largo quatro varas e hia diguo menos hia sesma[65] e pella banda de fora contra a rua quatro varas. As quoaes casas partem da banda de baixo com casas em que vive Bertholameu Diz e da banda de sima com casas em que vive Francisco Martinz cutilleiro e da banda de fora com a rua publica de São Marquos e da banda de tras com ho muro desta cidade e pellos ditos vissores (*sic*) foi acresentando a pensão que dantes pagava mais dez reaes em cada hum anno e com isso mandarão a min escrivão lhe pasase seu prazo na forma acoustumada e o sobredito. Eu Francisco [Peixoto] escrevi. E deu fe Gonçalo Fernandiz porteiro que noteficara os recebedores enleitos. O sobredito escrevi.

Folgueira Correa Correa
Rui Leite Amtonio Vieira
1580
de Gonçalo (+) Fernandiz

[Fl. 30] **Não houve reunião**

Sabodo tres de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara os senhores Alvoro Folgeire (*sic*) e o doutor Antonio Correa juizes ordinarios e Fernão Correa vreadores e Bras Dias Campello procurador do conselho. E por não vir outro vreador não fizerão camara. Francisco Peixoto ho escrevi e sobreveo Antonio Vieira outrosi vreador. E declaro que fizerão camara.

Tomadas do termo da Cidade

Item na dita camara orden[*ar*]ão de terça feira que são seis dias do mes de Dezenbro ir ver as tomadas do termo desta cidade.

Despachos

Na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçoens. Francisco Peixoto escrivão da camara ho escrevi.

Folgueira Amtonio Vieira Correa
1580 Campello

Não houve reunião

Quoarta feira sete dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara Alvoro Folgeira juiz ordinario e o doutor Antonio Correa outrosi juiz ordinario e o doutor Fernão Correa vreador e Bras Dias Campello procurador do concelho e por não vir Antonio Vieira vreador se não fez camara. Francisco Peixoto ho escrevi.

Folgueira Correa Correa Campello

---

65 Uma sesma equivaleria a 1/3 de um côvado.

[Fl.30v] Sabodo dez dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oytenta forão juntos em camara os senhores Alvoro Folgueira juiz ordinario, Antonio Vieira o doutor Fernão Correa vreadores e Bras Dias Campello procurador do conselho.

Prazo de casas do concelho

Item na dita camara pareceo João Alvres morador na rua de São Marquos e dise que Suas Merces os dias pasados lhe mandarão fazer vedoria da metade das casas que elle comprou a Cristovão Gonçalvez e que por ser tãobem a outra a metade propriedade deste conselho e fizera vedoria e medição de todas as ditas casas asi da metade como da outra e que elle era contente de aceitar o prazo de todas as ditas casas conforme a dita apegação pedia a Suas Merces lhe mandasem fazer prazo de todas as ditas casas. E visto por elles regedores e como era mais proveito do conselho as ditas casas andarem todas juntas e não devididas mandarão que de todas se lhe fizese o dito prazo conforme a dita vedoria ja feita.

Contas dos procuradores às Cortes

Item[66] na dita camara acordarão que por quoanto Gonçalo Martinz he ausente e Joam Nogueira esta com hia perna quebrada em cama e não podem pesoalmente vir a esta camara pera com elles se fazer conta dos gastos e despesas que fizerão nas Cortes e do dinheiro que tem recebido pera se avir[*i*]guar a dita conta e ficar liquida mandarão a min escrivão que se neste presente anno viese o dito Gonçalo Martinz[67] e Joam Nogueira tivese desposisão pera vir a esta camara os noteficase pera as ditas contas e que se Gonçalo Martinz não viese e Joam Nogueira não tivese desposisão pera este anno poderem vir a estas contas que hu (*sic*) escrivão noteficase aos offeciaes do anno que vem que tivesem lenbrança de tomarem as ditas contas.

Despachos

Na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçõens. Francisco Peixoto ho escrevi.

Folgueira Amtonio Vieira Correa 1580 Campello

[fl.31] Provisão do Arcebispo

Treslado de provisão que o senhor Arcebispo pasou a Antonio de Moura a quoal os senhores regedores me mandarão tresladase neste livro.

Nos o Arcebispo Primas senhor de Braga etc. pella presente por justos respeitos avemos por bem que Antonio de Moura cidadão desta nossa cidade sirva de almotace e aposentador como servio o mes pasado e esto enquoanto não mandarmos o contrairo, diguo, não mandarmos outra cousa. Dada en Braga sob noso sinal e sello de nosas armas a dous de Dezembro. Fellipe Soares noso escrivão da camara a fez. De 1580 annos. O Arcebispo Primas.

Francisco Peixoto escrivão da camara o escrevi.

---

66 Na margem tem: "*lembrança*".

67 A letra "*M*" foi escrita sobre a letra "*g*".

Quoarta feira quatorze dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos en camara os senhores Alvoro Folgeira juiz e Antonio Vieira e o doutor Fernão Correa vreadores e Bras Dias Campello procurador do conselho.

Traslado da certidão e do processo da imposição da carne

Item na dita camara acordarão que se tresladase neste livro hũa certidão en como o doutor Antonio Correa juiz mandara que não correse a enposisão da carne e asi hia petição que elles regedores fizerão ao Reverendissimo Senhor Arcebispo com o despacho nella junto do quoal o treslado he a (*sic*) seginte:

Aos que a presente certidão dada de mandado de justiça virem certefiquo [fl.31v] eu Martim Lopez tabalião do publiquo e judicial nesta cidade de Braga e seu termo pello Arcebispo Primas nosso senhor etc. e dou fe que despois do Senhor Arcebispo e mais povo desta cidade serem idos della logo ao outro dia seginte eu tabalião de mandado do senhor juiz Antonio Correa notefiquei a Gonçalo Gil carniceiro que não levase a enposisão da carne, digo, pella carne que talhase por elle ho estar talhando. E por o licenciado Antonio Correa, que estava presente, foi dito que elle me mandara noteficar ao tal carniceiro que não levase enposisão polla carne que talhava e que a tal noteficação me mandara fazer por nesta cidade não ficarem senão velhos e doentes e pesoas que não tinhão posebilidades pera a pagar e que esta era a resposta que dava a tal certidão que o procurador do concelho pedia e o senhor juiz Alvaro Folgeira lhe mandava dar. E por de tudo me ser pedida a presente certidão a pasei e aqui asinei de meu publiquo sinal que tal he. Feita oje sete dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta anos. Desçarrada com o sinal do publiquo de Martin Lopez e do raso de Antonio Correa a quoal provisão, digo, certidão fica em meu poder.

Treslado da petição
Reverendissimo Senhor Arcebispo

Dizem os juizes e vreadores desta cidade, diguo, desta sua cidade de Braga que Vosa Senhoria Reverendissima os dias pasados lhes fez merce de conceder a camara a emposisão da carne [fl.32] desta cidade e seu termo pera pagamento dos gastos e imprestimos que Vosa Senhoria Reverendissima mandou fazer a dita camara a quoal emposisão se começou arrecadar ate o tempo que Vosa Senhoria Reverendissima e elles regedores se ausentarão desta cidade e quoando tornarão, acharão que se não arrecadava a dita emposisão que devia ser per mandado daquelles que região a cidade no tempo da ausensia de Vosa Senhoria Reverendissima e delles suplicantes. E vindo elles suplicantes acharão nesta cidade capitaens e gente de guerra e não ousarão a usar da dita emposisão para que não se escandelizasem os capitaens e soldados pedem a Vossa Reverendissima Senhoria lhes faça merce de lhes declarar se ha por seu serviço que a dita emposisão da carne torne a currer e se uze della como dantes se fazia ou se sobre estara, diguo, sobreestara na arrecadação della emquoanto nesta cidade estiverem os capitaens e soldados. E recebera merce.

Despacho do Senhor Arcebispo

Mandamos que por ora se sobreesteja na emposisão ate mandarmos o contrairo. A sete, digo, sete de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta. O Arcebispo Primas. A quoal petição fiqua em ho almareo[68]. Francisco Peixoto escrivão da camara ho escrevi.

[68] Emendada sobre outra palavra.

E declaro que não se asinou estes acordos por Antonio Vieira vreador não querer asinar algums gastos e se foi da meza. Francisco Peixoto ho escrevi, digo, que asinarão os mais.

Folgeira Correa Campello

[Fl.32v] Traslado de uma petição e provisão

Na dita camara apresentou o licenciado Dioguo Pinto hia petição e hia provisão do senhor Arcebispo com hũa fiança de que de tudo o treslado he [*o*] seguinte:

Senhores regedores

Diz o licenciado Diogo Pinto que Sua Senhoria Reverendissima lhe pasou provisão da serventia de juiz dos orfãos desta cidade como della se pode ver e porque elle não pode servir o dito carrego sem fiança de mil cruzados, a quoal apresenta, pede a Vosas Merces a mandem regestar no livro da camara conforme a lei. E recebera justiça e merce. Regeste-se esta petição e fiança no livro da camara e se pase certidão. Em forma. Em cama[*ra*] a quatorze de Dezenbro de oitenta anos. Folgeira. Antonio Vieira. Correa. Campello.

Treslado da provisão

Nos o Arcebispo Primas senhor de Braga etc. aos que esta nosa provisão virem fazemos saber que confiando nos das letras e mais partes do licenciado Diogo Pinto cidadão desta nosa cidade avemos por bem que ate dia de São Joam Bautista primeiro que vem, se primeiro não mandaremos o contrairo, sirva os officios de juiz dos orfaons prometor (*sic*) dos residos e coutos desta nosa cidade e Santa Se e avera todos os proes e precalços a elles direitamente pertencentes e jurara porante o noso ouvidor de bem e verdadeiramente ho servir goardando em todo o serviço de Deos e noso de que se fara auto na forma acustumada noteficamollo asi ao noso provisor vigairo e mais desenbargadores e justiças desta nosa cidade. Dada e Braga sob noso sinal e sello de nosas armas a doze dias do mes de Dezenbro. Felipe Soares noso escrivão da camara a fez de mil e quinhentos e oitenta anos o Arcebispo Primas. Mergulhão.

[Fl.33] Treslado da fiança

Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este publiquo instromento de fiança e obrigação virem que no anno do nacimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oitenta annos aos doze dias do mes de Dezenbro do dito anno nesta cidade de Braga na rua do Souto della nas pousadas da morada do licenciado Diogo Pinto que são na dita rua asi perante min tabalião geral e testemunhas ao diante nomeadas pareceo ho dito licenciado Diego Pinto e dise que por quoanto lhe era pasado provisão pello Reverendissimo Senhor Arcebispo da serventia do oficio de juiz dos orfãons desta cidade e conforme a ordenação primeiro que use do dito officio conforme a lei he obrigado a dar fiança de mil cruzados pera ho que apresentava por seus fiadores a Lourenço Fernandiz cidadão desta cidade e a Francisco Vaz lanceiro moradores nesta mesma rua os quoaes sendo presentes diserão que elles fiavão ao dito licenciado Diogo Pinto em contia dos ditos mil cruzados e se obrigavão por suas pesoas e bens a compoerem e pagarem toda a perda ou dano que por malicia ou culpa do dito juiz se segir aos orfãos com declaração que elles orfãos ajão o seu, quer por elle juiz, quer por cada hum delles seus fiadores quoal mais quiserem e milhor parado acharem ate a dita contia de mil cruzados a que todo se obrigavão na forma da lei pera que outrosi se obrigarão a responderem perante as justiças desta cidade renunciando juizes e

justiças de seu foro e outro quoalquer previlegio que por si posão alegar. E o dito licenciado Diogo Pinto dise que obrigava sua pesoa e bens presentes e futuros que tudo especialmente ipotecava a tirar [fl.33v] a paz e a salvo aos ditos seus fiadores e cada hum delles desta obrigação e fiança. E huns e outro asi o diserão e outorgarão e aceitarão de parte e parte e mandarão ser feito o presente e delle dar hum e muitos instromentos e os que comprirem. E eu tabalião geral como pesoa publica e estipulante e aceitante tudo estepulei e aceitei em nome dos ditos orfãos e mais pesoas a que toqua e tocar pode, sendo a tudo presentes por testemunhas Diego de Carvalhaes morador na dita rua, e Francisco Gonçalvez alfaiate obreiro de Lopo Antunes, que todos assinarão. E eu Gaspar Gonçalvez tabalião geral das notas desta cidade de Braga, termo e coutos pello Reverendissimo Senhor Arcebispo Primas que o presente publico instromento fiz e tirei de minha nota a quoal me reporto onde fica asinado e outorgado sem cousas que duvida faça e o asinei de meu publiquo sinal que tal he. A quoal escritura de fiança parecia ser feita per Gaspar Gonçalvez tabalião geral e asinada de seu sinal publiquo a quoal eu Francisco Peixoto escrivão da camara desta cidade de Braga tresladei bem e fielmente sem cousas que duvida faça e asiney de meu sinal acustumado.

Francisco Peixoto

Não houve reunião

Sabodo dezasete dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara os senhores Alvaro Folgueira juiz e o doutor Fernão Correa vreador e Bras Dias Campello procurador do conselho e por Manoel Luis ser ausente e os mais não fizerão camara, diguo, que por os mais não vyrem não fizeram [fl.34] camara.

Auto de presença na tomada dos termos da cidade

E contudo os presentes mandarão a min escrivão fizese auto de como elles com ho licenciado Diogo Pinto deputado por vreador pera isso por Sua Senhoria conforme a provisão que fica em poder de min escrivão forão ao termo desta cidade sobre as tomadas e pusese minha fe do que pasava na verdade. Eu Francisco Peixoto que o sobredito escrevi.

Folgueira Correa Campello

Não houve reunião

Sesta feira vinte e tres dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara o doutor Fernão Correa vreador e Bras Dias Campello procurador do concelho requererão a mim escrivão que elles vinhão pera fazer camara por quoanto a não ouvera quoarta feira pasada por ser dia santo e mandarão tanger ho sino por vezes e os mais companheiros não vierão que protestavão não cairem em culpa antes a culpa carregar por aquelles, digo, sobre aquelles que não vinhão. E eu Francisco Peixoto que ho escrevy.

Correa/ Campello

Terça[69] feira vinte e sete dias do mes de Dezenbro segunda uitava (*sic*) de Natal forão juntos em camara os senhores Alvaro Folgueira juiz e Manoel Luis, Rui Leite e Fernão Correa vreadores e Bras Dias Campello procurador do concelho.

Renovação de prazo em três vidas

Item na dita camara despacharão hia petição a Francisco Martinz escrivão dos contos em que lhe concedem [fl.34v] renovação de hias casas em tres vidas que são propriedade do ospital de São Marquos que estão no arrabalde de São Migel ho Anjo e sairão por vedores, digo, derão por vedores a Fernão Correa e Rui Leite vreadores juntamente com ho procurador do dito ospital. E vista, darão seus pareceres na dita camara.

Eleição dos eleitores dos membros trienais da Câmara

Item na dita camara forão chamados os cidadãos e povo que abaixo asinarão pera oje as duas oras fosem juntos nesta camara a ellegerem os seis enleitores que hão de fazer os juizes e vreadores e procuradores pera servirem os tres annos vindouros aos quoaes cidadãos e povo dise Alvaro Folgueira juiz mais velho ho (*sic*) pera que erão chamados. [70]E logo per elle comigo escrivão forão tomados os votos de todos secretamente e sairão com mais pera serem elleitores Antonio Pinto, Trestão da Goarda, Balthesar da Maia, Manoel de Queiros, Antonio Vieira e o doutor Pero Fernandiz de Lima, dos quoaes estavão presentes Antonio Vieira, Manoel de Queiros, Trestão da Goarda e o doutor Pero Fernandiz de Lima. E Antonio Pinto e Balthesar da Maia mandarão logo chamar por Gonçallo Fernandiz porteiro da camara e aos presentes foi logo dado juramento dos Santos Evanjelhos que enlegesem os ditos juizes e vreadores e procuradores pera os ditos tres annos vindouros conforme a ordenação d'el Rei noso senhor e aqui assinarão. E eu Franciso Peixoto escrivão da camara o escrevy.

Rui Diaz de Azevedo Gaspar Cordeiro
Amtonio Vieira Antonio Sobrinho
1580

[Fl.35]

Antonio Coelho
Francisco Teixeira
Damião Almeida (?) Baltazar da Rocha
Dioguo de Paiva Brandão
Francisco Jacome
Carvalho Maya Francisco Rebello
Grãa Brito Eitor Dias
(...) ? Diogo Pinto (?)

Paulo Machado/ Antonio de Faria
de Na-(sinal)*tonio Alvres*
de A-(+)*ntonio Fernandiz*
Guaspar Diz
Gonçalo d' Aguiar *(?) Francisco Tinoco*
1581
Antonio Cardoso/ Bento Anes (?)
de Tome (+) *Pirez*
Fernandez Lima

[Fl.35v]

Manoel de Queiros Joam de G(...)
1580
Antonio Andre (?) Antonio de Po[n]*te*
Folgueira Manoel Luis Correa
Rui Leite Campello

---

69 Na margem tem: "*eleitores*".
70 Na margem tem: "*eleitores*".

Juramento aos eleitos

E logo sobrevierão chamados Antonio Pinto e Balthesar da Maia e a elles e aos mais enleitores foi dado juramento dos Santos Evanjelhos por Alvoro Folgueira juiz ordinario que bem e verdadeiramente fizesem a dita eleição dos offeciaes que avião de servir os tres anos que vem e elles asi ho prometerão e forão lotados pela maneira seguinte, *a saber*, Tristão da Goarda e Balthesar da Maia, Manoel de Queiros e o doutor Lima, Antonio Pinto e Antonio Vieira. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara que ho escrevy.

Antonio Pinto Goarda Baltesar da Maya Pero Fernandiz de Lima Manoel de Queiros Amtonio Vieira 1580 1580

[Fl. 36] Entrega e guarda das pautas

E feitos asi os ditos roles e pautas pellos ditos enleitores forão entregues a elles regedores cada hum delles duas pera levarem hia delas ao senhor Arcebispo, diguo, tres dellas ao senhor Arcebispo e as outras tres pera ficarem no cofre. E por elles regedores forão logo metidas no cofre as tres e as outras tres ficarão em poder de min escrivão cerradas e aseladas pera pella menhã, e o procurador do concelho comigo escrivão as levaremos ao senhor Arcebispo pera as limpar e tirar dellas os ofeciaes que ão de ser um ho ano que vem de oitententa (*sic*) e hum anos. E eu Francisco Peixoto o escrevi.

Folgueira Manoel Luis Campello Correa Rui Leite

Quoarta feira vinte e oito dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos forão juntos em camara o doutor Antonio Correa e Alvaro Folgeira juizes, Manoel Luis e o doutor Fernão Correa e Rui Leite vreadores e Bras Dias Campello procurador do concelho.

Anulação da despesa prevista para as festas de aclamação de Felope II

Item na dita camara per min escrivão foi dito a elles regedores como neste livro estava um acordo em que elles asentarão de (*sic*) pera as festas que se ouverão de fazer pelo alevantamento de Sua Magestade gastarem cada hum cem cruzados afora ho que mandavam [fl.36v] dar a min escrivão e porteiro que não ouvera efeito que Suas Merces visem se mandavão fazer diso declaração neste livro pera que ao diante não ouvese duvida. E visto per elles regedores mandarão fazer este termo per que declararão que não tomarão o dito dinheiro nem fora necesario por se não fazerem as festas que tinhão ordenadas e asi porque não lhes viera a provisão que mandarão buscar pera poderem tomar o dito dinheiro conteudo no dito termo e mandarão a mim escrivão fizese este termo e puzesee (*sic*) minha fe de como o sobredito pasava na verdade. E eu escrivão digo que he verdade que o dito termo não ouve efeito nem se tomou o dito dinheiro pellas razoens sobreditas. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara que o escrevi.

Dádiva ao porteiro

Item na dita camara acordarão de darem a Gonçalo Fernandiz porteiro da camara dous mil reais pera hia capa pellos muitos trabalhos que levou este anno em deligencias extraordinarias per mandado delles regedores que comprio a bem da republica.

Despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petiçoens. E eu Francisco Peixoto que o escrevy.

Folgueira Manoel Luis Correa Rui Leite Correa Campello

Provisão dos oficiais da Câmara para 1581

Sesta feira trinta dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta annos estando juntos os senhores Alvoro Folgeira e o doutor Antonio Correa juizes ordinarios e Fernão Correa [fl.37] vreador e Bras Dias Campello procurador do concelho no paço do concelho onde se fazem as vreaçoens per min escrivão forão apresentadas as pautas [*com*] os ofeciaes que avião de servir os tres anos que vem com hia provisão do Reverendissimo Senhor Arcebispo em que vinhão nomeados (*sic*) as pesoas que avião de servir o ano que vem de oitenta e hum. As quoaes pautas e provisoens dise eu escrivão que me forão entreges por Pero Tavares secretario do Senhor Arcebispo. Ho treslado da quoal provisão he a seguinte. E eu Francisco Peixoto que ho escrevi.

Dom frei Bertholameu dos Martires Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas e do concelho d'el Rey noso senhor etc. fazemos saber a vos juizes e vreadores e procurador do concelho desta nosa cidade como provendo as pautas hora novamente feitas das pesoas que ão de servir este primeiro ano que começara por dia de Janeiro primeiro que vem de mil e quinhentos e oitenta e hum anos, por justos respeitos de serviço de noso senhor que a iso nos moverão, enlegemos por juizes o licenciado Mateus Fernandez Farto e a Francisco Teixeira e pera vreadores Manoel de Queiros, o licenciado Francisco Soares e Damião d'Almeida e pera procurador do concelho a Boaventura Maio. Pello que vos mandamos que os mandeis chamar a camara e lhe (*sic*) deis juramento na forma acustumada que bem e verdadeiramente sirvão os ditos cargos ao que, satisfeito, os começarão a servir como são obrigados. E durante ho ano de sua serventia mamdamos que como a taes sejão obedecidos em suas centenças e mandados se cumprão em todo e por todo. Dada en o mosteiro de São Fruitoso sob noso sinal e sello de nosas armas aos vinte e nove de Dezenbro do anno do nacimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oitenta e hum. Fellype [fl.37v] Soares noso escrivão da camara a fez com a entrellinha ho[71]. O Arcebispo Primas.

Juramento aos eleitos e providos

E loguo mandarão chamar as pesoas conteudas na dita provisão e vierão Francisco Teixeira, o licenciado Francisco Soares e Damião d'Almeida aos quoaes Alvoro Folgeira juiz mais velho deu juramento dos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente servisem os ditos carregos pera que forão elleitos na dita provisão goardando en tudo seu regimento e a justiça das partes e o serviço de Sua Magestade e de Sua Senhoria Reverendissima e asinarão aqui. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara que ho escrevi. E por não virem os mais asentarão que o senhor Alvaro Folgeira juiz mais velho comigo escrivão lhes dese juramento. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara que o sobredito escrevi.

Francisco Teixeira Folgueira *Francisco Soares Correa*
Damião Almeida Campello

Provisão e juramento ao novo vereador

Aos trinta e hum dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oitenta e hum anos no paço do concelho onde se fazem as vreaçoens por Alvaro Folgueira juiz ordinario na dita cidade foi mandado

[71] Esta entrelinha tera sido feita pelo secretario do Arcebispo na provisão original, e não no treslado que o escrivão da Câmara faz.

chamar Eitor Diz pera lhe dar juramento por sair por vreador por se tirar Manoel de Queiros pello parentesquo que tinha com Damião d'Almeida por parte de sua molher. A qual provisão mandou a min escrivão tresladar [fl.38] neste livro. E declaro que a dita provisão lhe dera Rui Leite vreador ho dito ano e que era do senhor Arcebispo a quoal he a seginte. E eu Francisco Peixoto ho escrevi.

Nos ho Arcebispo Primas, senhor de Braga etc. fazemos saber a vos juizes e vreadores e procurador do concelho desta nosa cidade que provendo nos a pauta hora novamente feita enlegemos por vreadores a Manoel de Queiros e a Damião d'Almeida pera servirem os ditos carregos ho ano que vem que começara por dia de Janeiro de oitenta e hum e pera ese efeito pasamos nosa provisão em forma e por se achar que o dito Damião d'Almeida he primo com irmão da molher do dito Manoel de Queiros, por justos respeitos de serviço de noso senhor, enlegemos por vreador em lugar do dito Manoel de Queiros a Eitor Diz cidadão desta nosa cidade pello que vos mandamos que com os maes (*sic*) offeciaes eleitos ho mandeis chamar em camara e en tudo goardeis a forma da dita provisão e elle a comprira pello modo que en ella se contem e servira o dito carrego conforme a ella. Dada em Braga sob noso sinal e sello ao derradeiro de Dezembro. Fellipe Soares noso escrivão da camara a fez ano do nacimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oitenta e hum anos. O Arcebispo Primas.

Entrega e guarda de provisão

A quoal provisão eu Francisco Peixoto tresladei bem e fielmente sem cousa que duvida faça. E mandou elle juiz a min escrivão que na primeira camara dos ofeciaes novos lhes entregase a propria [fl.38v] provisão pera se meter no cofre onde estão as pautas pera que a todo ho tempo constase da verdade. E eu Francisco Peixoto ho escrevi.

Juramento a Eitor Dias

E loguo por elle senhor Alvaro Folgueira juiz mais velho foy dado juramento dos Santos Evangelhos a Eitor Diaz cidadão desta cidade que bem e verdadeiramente servise seu carrego goardando a justiça as partes e serviço a Deos e a a (*sic*) Sua Senhoria Reverendissima e elle asi ho prometeo e asinou aqui. Francisco Peixoto ho escrevi.

Folgueira Eitor Dias

Juramento a Boaventura Maia

E logo sobreveo Boaventura Maia e por elle senhor Alvaro Folgueira lhe foy dado juramento dos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente servise o carrego de procurador do concelho que bem bem (*sic*) e verdadeiramente o servise goardando o serviço de noso senhor e justiça as partes e elle asi o prometeo e asinarão aqui. E eu Francisco Peixoto ho escrevi.

Boaventura Maio Folgueira

Privilégio de mamposteiros da Santíssima Trindade

Item aos vinte e oito dias do mes de Janeiro de mil e quinhentos e oitenta annos estando juntos em camara o licenciado Antonio Correa e Alvoro Folgueira juizes ordinarios Manoel Luis e o doutor Fernão Correa Rui Leite vreadores e Bras Dias Campello procurador do concelho. Perante elles senhores pareceo João Alvares morador nesta cidade e por elle lhes foi apresentado hum previllegio da Santisima Trindade pera poder arrecadar as esmollas que os feeis cristãos quiserem dar no São Gonçallo e lhes pedio lho mandasem registar [fl.39] e goardar. O que visto por elles mandarão a min escrivão lho regestase e goardase. O quoal previllegio segundo delle

parecia era escrito com letra redonda e com hum sinal ao pe que dezia “Nobrega licenciatus” e nas costas delle hum asinado que segundo parecia era feito per Nionel (*sic*) Lopez da Fonsequa e por elle assinado. Feito aos nove dias do mes de Julho do dito ano. E eu Francisco Peixoto escrivão da camara ho regestei e escrevi.

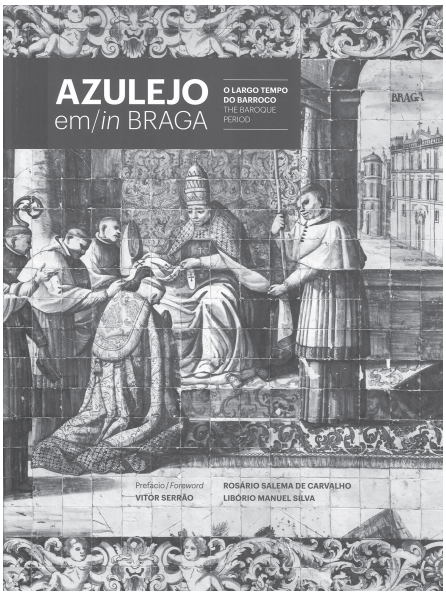
Recensões

■ **CARVALHO, Rosário Salema de; SILVA, Libório Manuel – *Azulejo em / in Braga. O largo tempo do barroco / The baroque period*. Prefácio de Vítor Serrão. Tradução para inglês de Bernardo Ferro. Vila Nova de Famalicão, Centro Atlântico Ld.ª, 2016. (320x245mm, 216 pp., ISBN 978-989-615-211-6).**

Obra de excepcional qualidade que vai constituir uma referência incontornável para quem desejar conhecer, como estudioso ou como simples visitante, a imensa riqueza patrimonial do azulejo bracarense. Como diz Vítor Serrão no seu prefácio, "Braga conserva uma dos maiores e mais notáveis acervos de azulejaria da época barroca que existem no país".

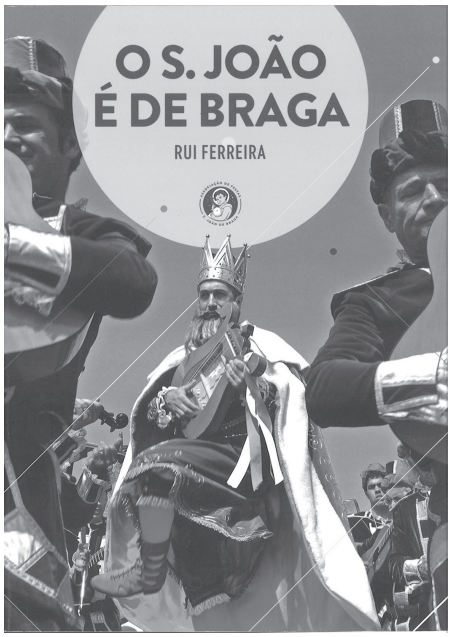
Rosário Salema de Carvalho deixa-nos aqui uma visão panorâmica do azulejo bracarense, dos seus tipos e da sua evolução desde os finais do séc. XVII ao barroco do séc. XVIII e ao rococó, um visão feita com o rigor científico de grande investigadora que é. Imprescindível a leitura do seu prefácio. Segue-se uma viagem textual e fotográfica a 27 espaços bracarenses, uns bem conhecidos de todos, outros mais ignorados e surpreendentes, como a capela de Nossa Senhora do Rosário, em Escudeiros, a capela de Quinta da Igreja, em Santa Lucrécia de Algeriz, a capela de Santo António na Quinta das Lages, em Pousada, ou até mesmo a capela do Paço de Palmeira, que poucos bracarenses conhecerão.

A qualidade estética da fotografia é excepcional. Libório Manuel da Silva já nos habituou, noutras obras que tem ilustrado com a sua objectiva, a este verdadeiro esplendor visual, mas nunca é de mais sublinhá-lo. Enfim uma edição de grande qualidade científica e visual que constitui um marco incontornável no conhecimento dessa arte tão portuguesa e tão bracarense que é o azulejo.



L.S.P.

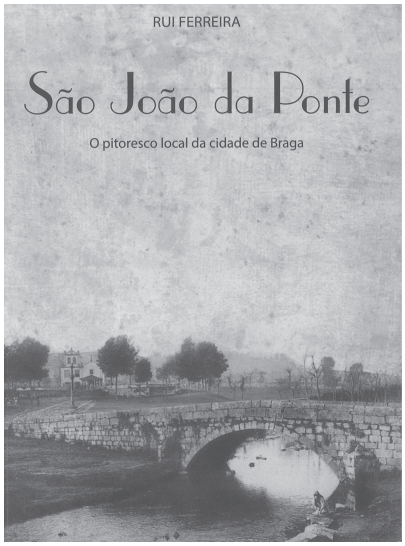
■ **FERREIRA, Rui – *O S. João é de Braga. Histórias das maiores e mais antigas sanjoaninas de Portugal*. Braga, Associação de Festas de S. João de Braga, 2014 (210x155mm,153 pp., ISBN: 978-989-20-4847-5).**



Como diz Rui Ferreira em breves palavras introdutórias, este livro, que resulta de um trabalho de mestrado defendido na Universidade do Minho, visa fazer uma abordagem histórica das festas maiores de Braga, as festas de S. João Baptista, santo de celebração comprovada pelo menos desde 1150, na freguesia de S. João do Souto. O autor, estudioso apaixonado das tradições bracarenses, vai-nos conduzindo desde os primeiros tempos dos festejos, sobretudo desde o séc. XVI, até à atualidade. Fala-nos da corrida do porco preto, do candeleiro, das várias tradições festivas associadas, como as figuras do Rei e Imperador, a Dança das Pelas, as touradas, a dança da mourisca, a serpe e os cavalinhos ou ainda a festa da bandeira. Depois apresenta o que se fazia no período barroco, seguindo-se a descrição dos principais momentos das festas no período de 1870-1974 e, por fim, na atualidade. Um trabalho indispensável para quem quiser conhecer, com mais pormenor e rigor histórico, as festas emblemáticas da cidade de Braga.

L.S.P.

■ **FERREIRA, Rui – *São João da Ponte. O pitoresco local da cidade de Braga*. Braga, União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto, 2016 (210x155mm, 154 pp., ISBN: 978-989-20-6795-7).**



Apresentado por ocasião das comemorações do IV centenário da construção da capelinha de S. João da Ponte, este livro traça a história não apenas da capela, desde os seus primórdios, mas ainda de toda a sua envolvente, os Lugares da Ponte e o Parque da Ponte, apresentado como uma espécie de Museu da Memória de Braga. Nele se guardam, com efeito, numerosos restos de monumentos que foram sendo desmantelados, transformando aquele espaço numa espécie de museu a céu aberto.

Este livro revela-nos pormenores sumamente interessantes que, julgo, muitos bracarenses desconhecerão. De referir ainda que é profusamente ilustrado.

L.S.P.

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Os Passos do Senhor na cidade de Braga*. Braga, Irmandade de Santa Cruz, 2016 (210x155mm, 96 pp., ISBN: 978-989-20-6456-7).**

Ilustrado com fotos dos Passos Antigos e dos Passos Actuais, aqui temos um precioso estudo sobre a origem, desenvolvimento, estrutura e organização dos Passos do Senhor, isto é, da Via Sacra, na cidade de Braga. O autor historia, brevemente, esta devoção desde as suas origens remotas, que podemos situar no séc. XIV, até aos nossos dias, não se esquecendo de a situar relativamente à sua aparição e desenvolvimento noutros países da Europa. Dá-nos a conhecer também numerosos textos de contratos que nos revelam os nomes dos artistas que trabalharam na construção e reparação destes pequenos e ingénuos monumentos de fé, de arquitectura e pintura. Julgamos que é a primeira vez que tais contratos são trazidos a público.

L.S.P.

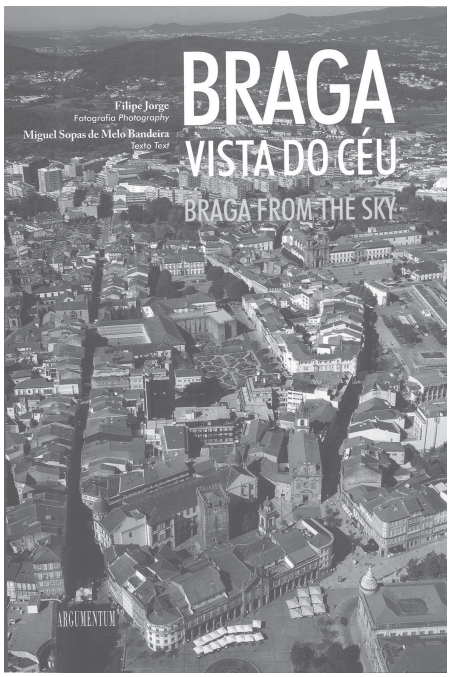
■ **BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo; JORGE, Filipe - *Braga Vista do Céu. Braga from the Sk.* Lisboa, Argumentum Edições, 2015 (345x245, 96 pp., ISBN: 978-972-8479-86-2).**

Mais um belo livro sobre a cidade de Braga. São autores Miguel Sopas de Melo Bandeira, responsável pelo texto, e Filipe Jorge, a quem se devem as fotografias e a pesquisa iconográfica. A tradução inglesa é de Liam Burke.

Ao longo de 96 páginas e de 105 fotos, quase todas a cores –as que são a preto e branco, também aéreas, datam de 1970 - voamos sobre a cidade e arredores e não conseguimos evitar uma sensação de surpresa, até mesmo de natureza estética, tal é a beleza das fotografias e das vistas da cidade. O que se perde em pormenor ganha-se na percepção das grandes linhas estruturais da urbe e da relação de coerência que entre elas se estabelece.

De facto, ver uma cidade a partir do céu proporciona uma perspetiva completamente diferente. Tão diferente que, por vezes, sentimos dificuldade em identificar, pelo menos à primeira vista, a zona da cidade que temos diante dos olhos. Depois ficamos surpreendidos ao reconhecer a zona, a rua, a casa onde vivemos, esta e aquela praça, este e aquele edifício, as vias de comunicação, enfim, todo um enquadramento urbanístico de que não tínhamos ainda perfeita consciência. É esse um dos méritos da obra: dar-nos uma consciência diferente da cidade, do seu centro e das zonas para onde se vai expandindo.

Pela mão segura e sabedora de Miguel Bandeira, somos conduzidos, logo de começo, através da história urbanística, desde os tempos da fundação romana, a partir do que se pode concluir dos vestígios arqueológicos que nos ficaram, pas-



sando pelo período medieval, pela transformação renascentista, pelo período barroco, pelo época liberal, depois pelas transformações resultantes da Estado Novo e do regime democrático posterior ao 25 de Abril. Depois vamos percorrendo as grandes linhas de desenvolvimento da cidade, os grandes nós rodoviários, as zonas industriais, alguns dos mais importantes pólos turísticos e zonas de lazer. Enfim, uma obra que nos proporciona uma nova perspetiva da cidade e, por isso mesmo, uma consciência diferente da sua realidade…

L.S.P.

Índice

Tomo 1

Nota de Apresentação	Director	3
No centenário do nascimento de Guilherme Braga da Cruz	Manuel Braga da Cruz	5
A receção a João Antunes no norte de Portugal: Porto, Braga e Barcelos	Eduardo Pires de Oliveira	25
«O melhor amigo» de D. João de Sousa: a prata no mecenato artístico nos arcebispados de Braga e de Lisboa (1696-1710)	Nuno Cruz Grancho	57
A Capela de São João da Ponte	Rui Ferreira	101
Regulamento do Colégio da Graça de Coimbra	José Marques	147
Manuel Luís e a «Nova Braga» de Frei Agostinho de Jesus	José Ferrão Afonso	183
Actas dos capítulos provinciais dos Eremitas de Santo Agostinho (1538-1592)	José Marques	237

Tomo 2

D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a cidade de Braga perante a crise dinástica de 1580	Franquelim Neiva Soares	425
A arte dos entalhadores de Braga: a concepção e a execução da obra no século XVIII	José Vieira Gomes	577
Frei Cipriano da Cruz: Oração e arte – Pelos 300 anos do falecimento do mestre	Paulo Oliveira	591
Braga na vida e na obra de Camilo Castelo Branco	João Paulo Braga	621
Cinquenta anos a alargar horizontes – Escola D. Maria II – Braga, 1964-2014	Amadeu José Campos de Sousa colaboração de Fátima Pereira e Irene de Beir	713
Arquivo Municipal	José Marques	797
Recensões	Luís da Silva Pereira	853

FICHA TÉCNICA

Paginação: **Câmara Municipal de Braga**

Impressão e Acabamento: LETRAS & ASTERISCOS
- Artes Gráficas

400 exemplares

Depósito Legal n.º 27697/89

ISBN 972-9169-14-4

À

Redacção

BRACARA
AUGUSTA

Câmara Municipal de Braga / Arquivo Municipal

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Acuso a receção do(s) vol.(s)_____n.º(s)_____da Revista

Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga ***Bracara Augusta***

Nome_____

Direcão _____

_____

Data_____/_____/ 201__

Assinatura _____

Nota: *A confirmação da receção pode ser feita por e-mail*

"A não confirmação de receção implica a cessação do envio das edições desta Câmara"

Telef. 253 203 150 – e-mail: revistabracaraaugusta@cm-braga.pt